

Cidade em Transição

Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa

Outros títulos

- Almeida, João Ferreira de, *Classes Sociais nos Campos*.
- Almeida, João Ferreira de, e outros, *Diversidade na Universidade*.
- Almeida, João Ferreira de, e outros, *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*.
- Almeida, Paulo Pereira de, *Banca e Bancários em Portugal*.
- Cardoso, Gustavo, *Para Uma Sociologia do Ciberespaço*.
- Costa, António Firmino da, *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*.
- Dores, António Pedro (org.), *Prisões na Europa / European Prisons*.
- Freire, André, *Modelos do Comportamento Eleitoral. Uma Breve Introdução Crítica*.
- Freire, André, *Mudança Eleitoral em Portugal*.
- Freire, João, *Homens em Fundo Azul Marinho. Ensaio de Observação Sociológica sobre Uma Corporação nos Meados do Século XX: a Armada Portuguesa*.
- Freire, João (org.), *Associações Profissionais em Portugal*.
- Guerreiro, Maria das Dores, *Famílias na Actividade Empresarial. PME em Portugal*.
- Lopes, Fernando Farelo, e André Freire, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*.
- Machado, Fernando Luís, *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*.
- Mozzicafreddo, Juan, *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*.
- Mozzicafreddo, Juan, e João Salis Gomes (orgs.), *Administração e Política. Perspectivas de Reforma da Administração Pública na Europa e nos Estados Unidos*.
- Mozzicafreddo, Juan, João Salis Gomes, e João S. Batista (orgs.), *Ética e Administração. Como Modernizar os Serviços Públicos?*
- Pedroso, Paulo, *Formação e Desenvolvimento Rural*.
- Pires, Rui Pena, *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, *Os Engenheiros em Portugal*.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, *Sociologia das Profissões*.
- Torres, Anália Cardoso, *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*.
- Torres, Anália Cardoso, *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos. Uma Análise Sociológica*.
- Torres, Anália Cardoso, *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*.
- Viegas, José Manuel Leite, *Nacionalizações e Privatizações*.
- Viegas, José Manuel Leite, e António Firmino da Costa (orgs.), *Crossroads to Modernity. Contemporary Portuguese Society*.
- Viegas, José Manuel Leite, e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*
- Viegas, José Manuel Leite, e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*.
- Viegas, José Manuel Leite, e Sérgio Faria, *As Mulheres na Política*.

Walter Rodrigues

Cidade em Transição

Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa

CELTA EDITORA | Lisboa, 2010

© Walter Rodrigues, 2010

Walter Rodrigues (n. 1960)

Cidade em Transição. Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa

Primeira edição: Junho de 2010

Tiragem: 600 exemplares

ISBN: 978-972-774-270-7

Depósito legal: 314037/10

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora

Capa: Mário Vaz | Arranjo: Celta Editora

Impressão e acabamentos: Publidisa, Espanha

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

Celta Editora, Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal

E-mail: mail@celtaeditora.pt

Página: www.celtaeditora.pt

Índice

Índice de figuras, quadros e caixas	vii
Agradecimentos	xiii
Introdução	1

PARTE I | CIDADE E MOBILIDADE

1 Cidade e complexidade	15
1.1 Reestruturação urbana e transição	15
1.2 Cinco conceitos fundamentais da transição e reestruturação urbana	21
1.3 Mobilidade e território na actual globalização e reestruturação urbana	40
2 Cidade de fluxos e lugares	51
2.1 Da cidade metrópole à cidade região	51
2.2 Cidade reflexiva e diversidade de modelos urbanos	67
2.3 Lisboa: de centro da metrópole a cidade-região europeia e global	91

PARTE II | NOBILITAÇÃO URBANA E ESTILOS DE VIDA

3 Nobilitação Urbana	109
3.1 Origem e evolução do conceito de nobilitação urbana	110
3.2 Temporalidade e diferenciação contextual da nobilitação urbana	122

3.3	Crescimento populacional e estrutura dos fluxos migratórios em Lisboa	135
3.4	Reestruturação económica e mudança urbana em Lisboa	160
3.5	Polarização e fragmentação: a recomposição do tecido social e urbano	166
3.6	Recomposição social numa cidade diversa e desigual: Lisboa (1981-2001)	181
3.7	Modalidades de nobilitação urbana em Lisboa	199
4	Estilos de vida, transição societal e reurbanização	243
4.1	Estilo de vida: genealogia de um conceito analítico	243
4.2	Estilos de vida e transição societal	258
4.2	Novos estilos de vida, nobilitação urbana e reurbanização	276
	Fontes de informação empírica citadas	291
	Referências bibliográficas	293

Índice de figuras, quadros e caixas

Figuras

1.1	Pressupostos metodológicos	21
1.2	Modelo de análise da actual transição e reestruturação urbana ..	40
1.3	As luzes da cidade	44
2.1	Hierarquia urbana christalleriana	55
2.2	Rede urbana em “hubs and spokes”	61
2.3	Taxa de crescimento efectivo da população, 2000-2005	66
2.4	Acréscimo populacional, 2000-2005	66
2.5	Contributo relativo de cada região para o acréscimo populacional do país, 2000-2005	67
3.1	Evolução da população residente na Região de Lisboa (1960-2006)	137
3.2	Índice entradas/população residente (1986-1991)	153
3.3	Índice entradas/população residente (1996-2001)	154
3.4	Mapeamento das áreas nobres do município de Lisboa	200
3.5	Crescimento proporcional dos grupos socioeconómicos de topo (1991-2001)	208
3.6	Crescimento proporcional de população das profissões 1 e 2 da CNP (1991-2001)	210
3.7	Crescimento da proporção das profissões intelectuais e científicas — grupo 2 da CNP (1991-2001)	213
3.8	Crescimento da proporção das profissões intelectuais e científicas — grupo 2 da CNP (1991-2001)	214
3.9	Crescimento da proporção de população que atingiu o ensino superior (1991-2001)	217
3.10	Crescimento da proporção de população que atingiu o ensino superior (1991-2001)	220

3.11	Proporção de grupos domésticos de uma pessoa pertencente ao escalão etário 25-64 anos (2001)	224
3.12	Rácio de pessoas por grupo doméstico (2001)	227

Quadros

2.1	Indicadores da economia do conhecimento	95
2.2	Indicadores do emprego e das empresas	96
2.3	Indicadores da cultura e turismo	99
2.4	Indicadores do sector financeiro e do consumo	100
2.5	Indicador <i>per capita</i> do poder de compra, 2004	101
2.6	Lisboa no contexto das capitais europeias (UE 27), indicadores seleccionados, 2001	103
2.7	Posição da região de Lisboa no contexto ibérico e europeu	104
3.1	Mobilidade residencial para Lisboa segundo a origem por grupos etários (1986-1991)	142
3.2	Mobilidade residencial com origem em Lisboa segundo o destino nos restantes municípios da AML, por grupos etários (1986-1991)	143
3.3	Mobilidade residencial para Lisboa segundo a origem por grau de escolaridade atingido (1986-1991)	144
3.4	Mobilidade residencial com origem em Lisboa segundo o destino nos restantes municípios da AML, por grau de escolaridade atingido (1986-1991)	145
3.5	Escolaridade atingida pela população que migrou para Lisboa entre 1986 e 1991, segundo a origem, e da população residente total em 1991	148
3.6	Mobilidade residencial para as freguesias de Lisboa com origem fora do município (1986-1991)	150
3.7	Mobilidade residencial para as freguesias de Lisboa com origem fora do município (1996-2001)	152
3.8	Qualificações escolares superiores da população residente e dos protagonistas de mobilidade residencial para as freguesias de Lisboa com origem fora do município (1986-1991)	155
3.9	Densidade da ocupação económica do território (estabelecimentos/Km ²), 1983-1993	162
3.10	Densidade de ocupação económica do território (estabelecimentos/Km ²), 2004-2005	162
3.11	Estabelecimentos de actividade económica na Região de Lisboa, (CAE Rev- 2.1), 2005	163
3.12	Emprego na Região de Lisboa, (CAE Rev- 2.1), 2005	164
3.13	Evolução da estrutura dos grupos profissionais (1981, 1991, 2001)	182

3.14	População residente a exercer uma profissão nos grupos de profissões 1 e 2 da CNP, na Região de Lisboa, por municípios (1991-2001)	184
3.15	Evolução da população com curso superior completo na Região de Lisboa, por municípios (1981, 1991 e 2001)	186
3.16	Evolução da proporção de população com actividade profissional que atingiu um grau de ensino superior (1981, 1991, 2001)	187
3.17	Proporção de alojamento propriedade dos ocupantes, nos municípios da Região de Lisboa (1981, 1991, 2001)	190
3.18	Ranking de freguesias por proporção de alojamentos de propriedade e de alojamentos de renda social ou subsidiada (2001)	191
3.19	Ranking das freguesias por proporção de alojamento social face ao total de Lisboa (2001)	197
3.20	População residente em Lisboa que completou um grau de ensino superior em 2001	201
3.21	Profissões 1 e 2 da Classificação Nacional de Profissões (CNP), 1991-2001. Posição em função da % em 2001	202
3.22	Grupos socioeconómicos de topo em Lisboa, por freguesias, 1991-2001- Posição em função da % em 2001	203
3.23	Evolução da proporção dos grupos socioeconómicos de topo em Lisboa (hierarquia das primeiras 20 freguesias), 1991-2001 ...	207
3.24	Evolução da proporção de população residente das profissões CNP 1 e 2 — Posição das freguesias em função da variação percentual (1991-2001)	209
3.25	Evolução da população residente das profissões CNP 1 (Directores, quadros superiores e dirigentes). Posição das freguesias em função da variação percentual (1991-2001)	211
3.26	Evolução da população residente das profissões CNP 2 (Especialistas das profissões intelectuais e científicas). Posição das freguesias em função da variação percentual (1991-2001)	212
3.27	População residente que atingiu o ensino superior (1991-2001). Posição das freguesias em função da variação percentual	215
3.28	População residente que frequenta um grau de ensino superior em 2001. Posição das primeiras 20 freguesias em função dos valores percentuais	216
3.29	Evolução da população do escalão etário 25-39 anos (1991-2001)	219
3.30	Grupos domésticos de 1 pessoa pertencente ao escalão etário 25-64 anos (2001)	223
3.31	Rácio de pessoas por grupo doméstico residentes em alojamentos familiares clássicos de residência habitual (2001)	226

Caixas

2.1	As quatro novas funcionalidades essenciais das grandes cidades-região globais	74
2.2	Principais categorias da actividade informacional das cidades globais	75
2.3	Factores de reforço da concentração de actividades de alto nível	77
2.4	Actuais centralidades urbanas das novas cidades-região policêntricas	78
3.1	Sentidos da utilização da noção de fragmentação social	171

Aos meus pais, à Saudade, ao Daniel e à Simone

Agradecimentos

Diversas instituições foram fundamentais para a concretização deste trabalho: O ISCTE, onde ingressei como estudante em 1982 e, dentro dele, o Departamento de Sociologia, onde exerço a minha actividade docente desde 1987; o Centro de Estudos Territoriais (CET), onde desenvolvi a minha actividade de investigação; a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), que possibilitou o financiamento necessário ao desenvolvimento da pesquisa que esteve na origem deste trabalho; o Instituto Nacional de Estatística (INE), e os seus técnicos, que numa fase recuada trabalharam alguns cruzamentos de dados expressamente adquiridos para aquela investigação, e forneceram outros, disponíveis mas não publicados. Muitas outras instituições e as pessoas que as fazem, com as quais me tenho encontrado ao longo do meu percurso profissional, foram igualmente importantes, directa ou indirectamente, para a consolidação de conhecimentos essenciais à progressão do trabalho que agora se torna público neste livro.

Também as 25 pessoas entrevistadas no âmbito da investigação que deu origem a este trabalho são merecedoras dos meus agradecimentos, por se terem disponibilizado a conceder algum do seu tempo e, em parte dos casos, a falarem das suas vidas pessoais.

Quero também expressar pública gratidão a Isabel Guerra que com sagacidade e sageza me forneceu pistas e pertinentes críticas, como orientadora da tese de doutoramento que esteve na origem desta publicação, mas que tem sido, também, desde há mais de vinte anos, colega e amiga. Quero ainda destacar na Professora Isabel Guerra o verdadeiro espírito da academia, no modo como valoriza o livre pensamento e a autonomia da iniciativa individual. Sobre tudo, devo-lhe o facto de um dia me ter desafiado para o estimulante ofício da investigação científica e, desde então, ser para mim uma fonte de aprendizagem.

Quero, igualmente, agradecer à Ana Cotrim e à Teresa Amor, que comigo trabalharam na fase inicial da investigação, integradas no projecto

de pesquisa financiado pela FCT que constituiu o ponto de partida de uma pesquisa de longa duração que culmina agora com esta publicação. O seu trabalho na recolha, tratamento e análise de dados quantitativos e qualitativos, foi crucial naquele projecto. Agradeço, ainda, a Lisete Almeida e Ana Runa Ferreira, através das quais acedi à cartografia de base do município de Lisboa.

Um agradecimento, ainda, aos colegas Margarida Perestrelo e Rui Brites que possibilitaram a análise de clusters utilizada neste trabalho.

À Margarida, em especial, quero enaltecer o seu profissionalismo nos vários projectos em que comigo tem trabalhado, mas também agradecer as palavras amigas de ânimo.

À Dulce Moura quero agradecer a energia e empenho profissional que sempre coloca nos nossos projectos, as palavras de estímulo que me dispensou, e o seu muito útil papel de 'advogado do diabo' nas nossas longas conversas. Quero, ainda, expressar-lhe a minha compreensão pelo esforço que se que terá feito para conseguir atingir o dom da ubiquidade.

Ao José Jorge Barreiros, colega e amigo, agradeço as muitas conversas de cumplicidade sobre as angústias de passar para o texto impresso a complexidade da realidade problematizada.

À Teresa Costa Pinto agradeço as palavras de incentivo e a sua capacidade de distanciamento racional, objectividade e inteligência analítica, face aos meus desabafos sobre as venturas e desventuras desta longa jornada.

São também devidos agradecimentos aos elementos do júri das provas de doutoramento nas quais a tese, que agora se edita em livro com ligeiras alterações, foi defendida: Professores José Manuel Leite Viegas, Teresa Barata Salgueiro, Luís Vicente Baptista, António Firmino da Costa e Isabel Guerra. Em particular aos arguentes, quero agradecer o estímulo das suas pertinentes críticas e sugestivos questionamentos que me abriram pistas para reflexão e desenvolvimentos futuros da minha investigação.

Quero, ainda, expressar públicos agradecimentos a António Fonseca Ferreira; João Afonso, Isabel Rodrigues; José Manuel Henriques; Fátima Santos; Lina Cardoso; Rui Pena Pires; António Oliveira das Neves (Director do IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos) e Madalena Matos (Presidente da Direcção do CET - Centro de Estudos Territoriais), pelo seu contributo para a edição deste livro.

Também as palavras de estímulo e encorajamento da parte de muitos outros colegas, amigos e familiares, que me desculparão o facto de não os nomear a todos, constituíram um incentivo fundamental ao prosseguimento da caminhada. A todos os que manifestaram o seu apreço pelo meu trabalho, e me dispensaram palavras de ânimo, muito obrigado.

Por fim, o mais importante de todos os alentos: aquele que me tem sido proporcionado ao longo da vida pelos meus Pais, pela Saudade, pelo Daniel e pela Simone, aos quais dedico este trabalho.

Introdução

Um trabalho da natureza daquele que aqui se apresenta reflecte, em regra, a especificidade e as contingências do percurso académico e biográfico do seu autor. Este não constitui excepção. Um percurso profissional marcado pela investigação sociológica, especializada na sociologia urbana, uma incursão na sociologia do consumo, e uma passagem posterior pelo trabalho de terreno em planeamento, explicará o enquadramento dos pressupostos metodológicos de partida deste trabalho e, necessariamente, o enfoque analítico nele adoptado. Ele procura cruzar alguns dos contributos da produção sociológica recente, com as abordagens que convencionalmente se incluem na área disciplinar dos chamados estudos urbanos. A expectativa do seu autor é a de poder contribuir, com todos os condicionalismos que aquele percurso biográfico necessariamente encerra, para o debate actual em torno dos questionamentos que se colocam às áreas disciplinares em causa, mas igualmente para o debate necessário à intervenção sobre os desafios que enfrenta a *cidade em transição*.

Clarificando um ‘estranho’ objecto de investigação sociológica

O interesse académico do autor pelo tema central abordado neste trabalho data de finais da década de 1980, quando a atenção dos especialistas face à cidade histórica se consolidava em diversos textos de análise dos processos de renovação, ou reabilitação urbana, e na concretização mais efectiva de operações planeadas de intervenção nos ‘bairros históricos’. O que então despoletava particular interesse era, contudo, a crescente procura por parte de sectores sociais pertencentes às ‘novas classes médias urbanas’, de um modelo específico de residencialidade: a habitação histórica daquelas zonas antigas das cidades, antes habitadas quase exclusivamente pelos estratos sociais de médio ou baixo estatuto.

A possibilidade da diversificação do tecido social, e da coexistência de ‘mundos de vida’ tão divergentes, constituía um desafio analítico e a

oportunidade de ver fazer cidade no seu sentido mais primordial: a urbanidade como coexistência da pluralidade de formas sociais e culturais, que confere à grande cidade a sua natureza de lugar de inovação e criatividade. A curiosidade era ainda maior na medida em que um tal processo urbano parecia caminhar em sentido inverso à tendência dominante, desde há algumas décadas: o crescimento urbano para lá da *cidade interior*. A potencial difusão daquele novo modelo de residencialidade urbana poderia ter subjacente a génese da inversão de um ciclo de progressivo declínio da cidade histórica.

A pesquisa bibliográfica, entretanto efectuada, no âmbito de provas académicas (Rodrigues, 1992a), motivava o entusiasmo da curiosidade analítica por aquele processo social e urbano, metaforicamente designado na literatura especializada por *gentrification*.¹ O que se tornava analiticamente estimulante para o autor era, justamente, o que para outros era considerado como a natureza 'caótica' daquele conceito, dada a pluralidade de dimensões que ele abarcava e a multiplicidade de sentidos que lhe eram atribuídos na literatura especializada (Beauregard, 1986).

A informação estatística do recenseamento populacional de 1991 (INE), viria a revelar, como já se suspeitava, que ao longo da década anterior a cidade de Lisboa, entendida como a circunscrição administrativa do município (concelho) de Lisboa, tinha sido palco de um significativo decréscimo populacional. Ficava, assim, empiricamente comprovado, também no caso nacional, que aquele processo social e urbano estava longe de significar o que, em determinado momento, se especulou como podendo ser um 'movimento de regresso à cidade'.

Com base naqueles questionamentos e nos dados sobre eles disponíveis, em 1995 organizou-se um projecto de investigação, que viria a ser aprovado pela então JNICT, actual FCT,² e que constituiu o ponto de partida da investigação empírica que culmina na obra que aqui se apresenta.

Aquele projecto de investigação previa um conjunto articulado de operações de pesquisa, recorrendo a uma pluralidade de metodologias, visando desbravar o terreno da mudança social e urbana implicada em dois processos, aparentemente contraditórios. Por um lado, a perda líquida de população residente da capital do país, por outro, a sua crescente procura por parte de um novo tipo de residentes da cidade, que valorizavam o modelo de residencialidade implicado no que a literatura especializada anglófona havia designado pelo neologismo *gentrification*. Tratava-se de conhecer as recomposições do tecido social e urbano que poderiam estar a resultar do movimento conjugado de

1 No capítulo 3 procede-se à análise deste conceito e adopta-se a sua tradução como 'nobilitação urbana'.

2 "Retorno à Cidade e Novos Estilos de Vida: Dinâmicas Urbanas, Recomposições Sociais e Apropriação da Cidade de Lisboa", N.º PCSH/C/SOC/1112/95

regressão demográfica da *cidade interior* e progressão do seu interesse por parte de alguns sectores socioeconómicos, manifesta nos sinais de reinvestimento económico e político e em algumas estratégias de mobilidade residencial.

Conhecer os perfis sociais dos protagonistas da revalorização da cidade e as dinâmicas urbanísticas, económicas, políticas e sociais, que estariam subjacentes a um reinvestimento na *cidade interior* e ao seu progressivo abandono por parte de outros sectores socioeconómicos, constituiu-se, então, em objectivo central da pesquisa. A procura de sentidos para aquela duplicidade exigia a desconstrução sociológica das narrativas sobre os processos de regressão demográfica e declínio urbano da *cidade interior*, exigindo, do mesmo passo, compreender aquelas dinâmicas na diacronia dos processos de crescimento urbano e de mudança societal.

A construção de uma grelha analítica para operacionalização da investigação implicou a reflexão sobre as dimensões de análise a contemplar na pesquisa e a elaboração de uma bateria de indicadores que culminaram em diversas metodologias de recolha e análise de informação empírica: (i) A *análise documental* de planos, estudos, projectos e outros documentos relevantes para o objecto da pesquisa; (ii) A *análise estatística* recorrendo, fundamentalmente, a duas fontes: os dados dos recenseamentos da população e habitação do INE (Instituto Nacional de Estatística) e os Quadros de Pessoal do Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho; (iii) A *análise de conteúdo de texto e publicidade na imprensa*, relativamente aos temas abordados na pesquisa; (iv) A condução de *entrevistas semi-directivas a actores e informantes privilegiados* (n=10) no tocante às dimensões relativas às estratégias políticas e económicas face à cidade; (v) Por fim, a aplicação de *entrevistas semi-directivas, focalizadas e em profundidade* a residentes (n=15) que haviam protagonizado, recentemente, um trajecto de mobilidade residencial dentro da cidade, ou com origem nas periferias da metrópole.

De um conjunto de informação não publicada relativa ao recenseamento da população de 1991, adquirida ao INE, os dados que permitiam analisar os fluxos de mobilidade residencial que afectavam a cidade de Lisboa mereceram particular atenção, dada a sua importância para dar resposta aos questionamentos colocados pela investigação. Nesse sentido, analisaram-se os dados sobre a população residente, segundo a residência em 31 de Dezembro de 1985 (concelhos da AML, resto do território nacional, estrangeiro), para todos os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa e para as 53 freguesias do município de Lisboa, por nível de escolaridade e escalão etário.

As conclusões resultantes daquela análise não ofereciam dúvidas sobre a natureza diferenciada daqueles fluxos migratórios, constituindo-se num inequívoco indicador das dinâmicas de mudança da composição social do território em investigação.

Entre outras conclusões, salientava-se a que permitia demonstrar que a população que rumava ao município de Lisboa — e, dentro dele, de modo

diferenciado consoante as suas áreas urbanas (freguesias) —, era mais jovem e mais qualificada do que aquela que se dirigia aos restantes municípios da metrópole. Mas, sobretudo, que embora o saldo quantitativo fosse desfavorável ao município de Lisboa, o saldo qualitativo das entradas e saídas daqueles fluxos migratórios, se revelava significativamente favorável ao principal centro da metrópole, contribuindo para a hipótese da sua procura residencial pelos escalões etários mais jovens e, principalmente, por uma população mais qualificada.

Daqui só poderia estar a resultar um contributo forte para a recomposição social de Lisboa, no sentido do crescimento dos processos de *gentrification*, pelo menos de algumas áreas da *cidade interior*. As entrevistas realizadas no âmbito daquela investigação permitiam, ainda, especificar a informação qualitativa que apontava no sentido de que aquela procura residencial da *cidade interior* tinha subjacente a preponderância de determinados estilos de vida que valorizavam a urbanidade própria das áreas interiores da cidade, por contraponto aos estilos de vida que surgiam, naquelas narrativas, identificados com os espaços suburbanos.

Contudo, a década de 1990, sobretudo na sua segunda metade, ficaria marcada pelo abandono do interesse académico por aqueles processos e, em geral, pelas dinâmicas relativas à cidade consolidada e, em alternativa, pela exponencial atenção dedicada ao alastramento urbano, à emergência de novas centralidades e às consequências dos processos que desenhavam uma nova vaga do crescimento urbano: uma fase de pós-metropolização.

Numa década caracterizada pela afirmação de *rupturas* a todos os níveis, motivadas por anunciadas crises de paradigmas económicos, sociais, de planeamento e, por consequência, de modelos de análise da realidade, as *continuidades* que sempre estão presentes nas fases de transição, qualquer que seja a sua aceção, desmereceram a necessária atenção analítica. Todavia, os primeiros anos da presente década viriam a demonstrar que, porventura, o anúncio da ‘morte da *gentrification*’, como processo social e urbano, terá sido precipitado, e que os processos de globalização, e a crescente mobilidade de pessoas, capitais e culturas, não só não anulam a importância dos lugares urbanos e, particularmente, da *cidade interior*, como os pressupõem enquanto factores decisivos na actual *cidade em transição*.

O recente interesse de académicos, políticos e cidadãos pró-activos, pela ideia de ‘cidade criativa’ (Hall, 2000, Landry, 2000, Florida, 2002; 2003; 2005; 2008), e o quadro argumentativo que nela está subsumido, é a melhor prova de que os processos há muito expressos no conceito de *gentrification*, se tinham ‘morrido’, parecem ter ressuscitado, à luz de novos quadros de referência analítica. As políticas urbanas visando a ‘revitalização’, o ‘renascimento’, ou ‘regeneração’, da *cidade interior*, ganham estatuto de centralidade e foros de desígnio nacional em muitos países, nos últimos anos, ainda que não empreguem a palavra que se tornou ‘maldita’ nos meios académicos e políticos. Mas é a

própria realidade empírica, de que se dá conta neste trabalho, que não deixa dúvidas sobre a natureza estrutural e sistémica das mudanças presentes nos processos de *gentrification*, ou processos de nobilitação urbana. Embora em algumas cidades aqueles processos estejam presentes desde finais da década de 1950, em Lisboa eles adquirem visibilidade apenas a partir de finais da década de 1980, mas ganham velocidade acelerada nos últimos dez anos.

Reformulando os questionamentos de partida

O retomar do trabalho que culminaria na obra que agora se apresenta exigiu, como se compreenderá, a sua reformulação conceptual e analítica, por várias razões: Em face da experiência de investigação e trabalho de terreno entretanto realizado; em função dos desenvolvimentos ulteriores da própria realidade investigada e dos modelos analíticos e contributos teóricos da sua abordagem; em consequência da necessidade de actualização da informação empírica, entretanto disponível, sobre os questionamentos e inquietações da investigação prolongada que se havia iniciado em finais da década de 1980.

A tese que neste texto se expõe sustenta o argumento de que a cidade actual reflecte uma fase de transição mais vasta, de natureza societal, e portanto multidimensional, que acarreta também uma reestruturação económica e urbana. Esse carácter de transição confere às actuais sociedades e, dentro delas, aos seus sistemas urbanos, uma enorme complexidade que, porventura, só terá paralelo na transição que a modernidade conheceu na passagem do século XIX para o século XX, com a emergência do ‘fenómeno urbano’ próprio das sociedades modernas, industrializadas e urbanizadas de então.

Nessa medida, alguns pressupostos de partida são propostos neste trabalho. Por um lado, um olhar atento aos modos como os sociólogos clássicos enfrentaram analiticamente sociedades em profunda transformação, como o foram as sociedades do modelo civilizacional europeu da segunda metade de 1800 e primeiras décadas de 1900. Por outro lado, propõem-se, também, alguns pressupostos metodológicos para uma análise que concorra para a produção de valor acrescentado ao conhecimento da *cidade em transição*. A necessidade de atender à natureza sistémica da mudança em causa; a necessidade de considerar as diversas temporalidades daquela transição e das respectivas escalas do tempo histórico; a necessidade de interpretar as dimensões de ruptura mas também os factores de continuidade e, finalmente; a necessidade de atender à diferenciação contextual da transição; constituem pressupostos metodológicos matriciais à tese que aqui se defende. É o que se intenta demonstrar como ponto de partida no primeiro capítulo.

Tendo em conta aquela postura analítica, a sequência argumentativa organiza-se em torno de um conjunto de questionamentos a que vai procurando responder, no plano da discussão conceptual e no plano da demonstração empírica.

O primeiro daqueles questionamentos consiste em interrogar os significados da constatação estatística da progressiva perda líquida de população residente da cidade de Lisboa, entendida como a circunscrição administrativa do município de Lisboa. Dessa interrogação decorrem várias perguntas. Em que medida a preocupação demonstrada face àquele facto estatístico, no discurso político, mediático e mesmo académico, não provém da concepção de cidade que lhe está subjacente? Em que medida aquela concepção de cidade não foi já ultrapassada pelas dinâmicas da realidade económica e urbana da actual fase de transição societal e reestruturação urbana? Em que medida a própria forma de governo urbano existente para fazer face às dinâmicas económicas, sociais e urbanas do contexto actual, e às suas concomitantes mudanças demográficas, não se encontra ultrapassada por aquelas dinâmicas, à semelhança das próprias delimitações administrativas ainda operantes na governação e gestão da cidade? Finalmente, em que medida os critérios demográficos, sendo importantes, podem ser exclusivos na análise das dinâmicas de mudança social e urbana e, sobretudo, em que medida eles não são reflexo de mudanças mais vastas de natureza societal, expressas, também, no terreno das mudanças de estilos de vida da actual fase de transição societal?

As respostas a estas interrogações permitirão concluir pelo significado da duplicidade, anteriormente referida, entre a diminuição populacional do município de Lisboa e a sua crescente revalorização por parte de alguns sectores socioeconómicos específicos. Elas permitirão ainda perceber os sentidos em que os processos de nobilitação urbana, em curso em Lisboa, podem ser concebidos como produtores da *cidade em transição* e, simultaneamente, por ela produzidos.

Aquelas interrogações conduzem a outras, igualmente centrais no quadro argumentativo utilizado neste texto. Procurando encontrar um aparelho conceptual explicativo das recomposições do tecido social e urbano, resultantes daquelas dinâmicas, têm sido sugeridas várias leituras que merecem questionamento. Aquelas mudanças de estilos de vida têm acarretado profundas mudanças de paradigma societal e urbano, sendo simultaneamente reflexo de outros factores de mudança económica, social e cultural, da actual transição. Não obstante a progressiva pluralização de estilos de vida, que caracteriza a actual *cidade em transição*, em que medida ela pode ser interpretada como uma crescente fragmentação social e urbana? Qual o plano de análise em que os estilos de vida devem ser colocados, e qual deve ser analiticamente reservado a outras formas sociais de diferenciação e categorização social? Pode a crescente pluralização de estilos de vida, que caracteriza o tecido social da *cidade em transição*, ser interpretada como um processo de 'desdiferenciação social' que põe termo às divisões sociais e territoriais que tipificam a modernidade? Por outro lado, pode a persistência da desigualdade e diferenciação social ser interpretada como uma crescente dualização da cidade, ou polarização social?

Nas respostas àquelas questões estão também incluídas as respostas ao tipo de tecido social e urbano que está a resultar das dinâmicas de mudança em curso na cidade de Lisboa, que nela especificam a *cidade em transição*. A nobilitação urbana constitui uma das dimensões centrais, a par de outros processos, para as recomposições do tecido social e urbano da cidade. Contudo, os sentidos em que a nobilitação urbana pode ser definida e categorizada, no contexto actual, exigem igualmente diversas interrogações, que deverão contemplar a temporalidade e a diferenciação contextual da sua ocorrência. Tal como recentemente sugerido, é necessário conceber a nobilitação urbana no quadro da sua 'geografia histórica' (Lees, 2000; 2003). Este argumento conduz, também, a diversas interrogações de partida.

Como interpretar, na actualidade, um processo social e urbano que se terá iniciado num contexto particular do globo há cerca de meio século? Que factores presidem a um tal processo que possibilitam esta sua continuidade? Por outro lado, é possível continuar a conceber aquele processo como conhecido na sua forma inicial: exclusivamente relacionado com a recomposição social e reestruturação urbana da cidade histórica? Não será que em face dos processos de crescimento das cidades, ele próprio se diversificou e alastrou a outros contextos territoriais urbanos? Em que medida a persistência e reforço de sinais da sua presença nas actuais dinâmicas urbanas, não revela antes a sua natureza estrutural e sistémica, ao invés de um mero processo de procura e oferta de habitação histórica reabilitada no centro da cidade consolidada? Até que ponto não se estará em presença, como foi recentemente sugerido, de uma faceta particular de um processo mais vasto: um novo ciclo urbano que configura uma fase de reurbanização (Buzar e outros, 2007)?

A presente obra questiona, também, em que medida a hipótese de variabilidade das modalidades de nobilitação urbana, não se explica como consequência da própria variabilidade de estilos de vida, questionando, do mesmo passo, a tese da sua explicação exclusiva pelo lado da oferta de um determinado modelo residencial. Mas, também a hipótese da sua associação a um novo ciclo urbano, um ciclo de reurbanização das cidades, exige a sua correlação com as mudanças de estilos de vida.

A literatura especializada não tem dedicado particular atenção ao conceito de reurbanização. Embora previsto nas tipologias dos ciclos urbanos, a investigação sobre a cidade tem privilegiado os estudos sobre a urbanização, a suburbanização ou, mais recentemente, sobre a cidade policêntrica, o alastramento urbano, a exurbanização, a metapolização. Estes temas têm constituído a corrente principal da produção especializada dos estudos urbanos, nos últimos anos. A utilização do conceito de reurbanização exige, então, alguma clarificação e questionamento. Se a actual *cidade em transição* prenuncia um ciclo de reurbanização, pode esse novo ciclo urbano ser interpretado como um princípio de repetição histórica, no sentido de um retorno à cidade primordial, em desfavor dos processos de alastramento da urbanização? Ou

será que, inversamente, o que esse novo ciclo implica é a coexistência entre processos de reconcentração, por um lado, e dispersão, por outro, numa nova rede urbana mais complexa e irregular e que apresentará, necessariamente, uma variabilidade dependente de diferenciações contextuais?

Interpretada como um novo ciclo do crescimento urbano, a reurbanização envolve transformações fundamentais, também em termos demográficos, reflectindo uma ‘segunda transição demográfica’. Contudo, esta leitura merece também questionamento. Em que medida as mudanças demográficas implicadas na reurbanização não reflectem, elas próprias, uma transição mais vasta, de natureza societal e, particularmente, uma mudança de estilos de vida?

A procura de respostas para estes questionamentos exigiu uma postura analítica concentrada nos seguintes aspectos: Em primeiro lugar, a necessidade de desconstrução dos pressupostos normativos e ideológicos que atravessam muitos dos temas abordados nesta obra. O melhor exemplo, como se procurará demonstrar, reside nas abordagens sobre os processos de *gentrification*. A sua ‘descontaminação’ normativa e ideológica constitui um dos principais objectivos deste trabalho. O mesmo se procurará fazer em relação ao tratamento que tem sido dispensado ao campo analítico dos estilos de vida. Em segundo lugar, a necessidade de atender à diferenciação contextual dos processos analisados neste trabalho, tanto no que concerne às transformações dos modelos de cidade, quanto no que diz respeito, em particular, aos processos de nobilitação urbana. Em terceiro lugar, a necessidade de enquadrar as mudanças presentes naqueles processos de nobilitação urbana em dimensões mais vastas de mudança societal e urbana, interpretando-os como uma especificação dessas mudanças.

Aquela postura analítica concretiza-se, do ponto de vista expositivo, nos seguintes planos: (i) a problematização dos traços fundamentais da mudança societal em curso, efectuada no capítulo 1; (ii) a discussão das principais hipóteses sobre as actuais mudanças urbanas e os modelos de cidade que delas estarão a resultar, efectuada no capítulo 2; (iii) a análise da natureza da mudança implicada nos processos de nobilitação urbana, efectuada no capítulo 3; (iv) a análise do que poderá estar em causa nas mudanças sociais presentes na esfera dos estilos de vida, efectuada no capítulo 4.

Explicitando a sequência argumentativa

A exposição da obra está organizada em duas partes, cada uma delas composta por dois capítulos. Na primeira parte — cidade e mobilidade — procede-se à explanação do referencial teórico mais geral adoptado na análise proposta na segunda parte — nobilitação urbana e estilos de vida. Todavia, ao invés da opção, mais clássica, pela apresentação inicial do enquadramento teórico de referência e posterior demonstração empírica, optou-se por uma exposição

de permanente circulação entre teoria e empiria, entre discussão conceptual e ilustração empírica. O quadro argumentativo apresentado beneficia do constante confronto entre os contributos teóricos discutidos e os elementos empíricos que os permitem sustentar ou refutar.

Após apresentação dos pressupostos metodológicos de partida e da amplitude e natureza que se confere à actual fase de transição, procede-se à análise de cinco conceitos fundamentais, que constituem os cinco principais eixos da mudança implicada naquela transição e reestruturação urbana: *globalização*, *flexibilidade*, *reflexividade*, *esteticização* e *individualização* (capítulo 1). Ao invés da preocupação com o recenseamento de todas as dimensões e abordagens sobre aqueles conceitos, optou-se pela apresentação da perspectiva que lhes é atribuída no referencial teórico adoptado. Nesse sentido, a sua apresentação e definição não esgota os seus múltiplos sentidos — temos disso óbvia consciência —, nem tal era pretendido no âmbito do quadro teórico apresentado naquele capítulo.

A centralidade daqueles conceitos nesta obra, implica o seu retomar ao longo da sequência argumentativa e, nomeadamente, na análise apresentada na segunda parte. O melhor exemplo disso mesmo é o sentido atribuído ao conceito de globalização. A amplitude temática, e a abrangência de sentidos subsumidos naquele conceito, exigem a sua interpretação como um processo multidimensional, mas onde o extremar da mobilidade de *sujeitos* e *objectos*, no sentido que é conferido a estas metáforas por Urry e Lash (1994), constitui o seu eixo central e o seu propulsor. O primeiro capítulo culmina, então, com a discussão do papel da mobilidade nas dinâmicas da fase actual de transição societal e profunda reestruturação das cidades, enquadrando essa discussão no papel que a mobilidade sempre teve na história da humanidade e, particularmente, no desenvolvimento urbano. Deixa-se, contudo, em aberto a hipótese da continuada importância dos lugares físicos e concretos, nomeadamente os lugares urbanos, num contexto caracterizado pela crescente mobilidade e circulação de pessoas, capitais e culturas.

Com base naquele argumento, o segundo capítulo parte da ideia de mudança de paradigma do espaço, do 'espaço de lugares' para o 'espaço de fluxos' (Castells, 1994; 1996), e discute-a à luz da produção teórica e dos estudos empíricos sobre as transformações urbanas em curso na actual fase de transição societal. Do ponto de vista empírico, parte-se da constatação da regressão demográfica da população do município de Lisboa, para a discussão da concepção de cidade que pode estar implícita na preocupação manifestada com aquele facto estatístico. A definição de cidade, tal como efectuada pelos clássicos da sociologia urbana a partir dos três d's (dimensão, densidade e diversidade), é o ponto de partida conceptual para a discussão. Após a exposição dos processos históricos de crescimento urbano, o capítulo culmina, do ponto de vista da discussão de argumentos teóricos, com a apresentação dos paradoxos da encruzilhada em que se encontra a

cidade europeia na actualidade e, do ponto de vista da demonstração empírica, com a ilustração dos dados que permitem questionar aquela preocupação e respectiva concepção de cidade. Nesses dados empíricos, Lisboa, como município e como cidade-região, apresenta uma singularidade no contexto nacional que faz dela a única cidade-região do país com uma posição de destaque na actual hierarquia urbana ibérica, europeia e global.

Ao invés da ideia que defende que Lisboa tem de reduzir o seu peso e dimensão para o equilíbrio e simetria do território nacional, sustenta-se, na linha do que tem sido defendido por outros autores (Ferrão, 2001a; 2001b) que Lisboa tem de ganhar dimensão e importância na actual hierarquia urbana europeia e mundial, em ordem a promover, por essa via, o crescimento do país no seu todo. A cidade-região de Lisboa constitui, no actual quadro de hierarquização urbana, e na geoeconomia que se está a redesenhar, o único pólo urbano-regional nacional com alguma expressão, podendo ser um importante motor dos ganhos de competitividade e protagonismo do país naquela geoeconomia. A posição assimétrica entre a cidade-região de Lisboa e o país no seu todo, nos diversos indicadores quantitativos ou qualitativos de escala europeia e global, são a melhor demonstração empírica deste argumento. A expressão dos processos de nobilitação urbana em Lisboa, e os índices da composição socioeconómica que lhe estão associados, são um bom exemplo do que desse ponto de vista se argumenta neste trabalho, como se ilustra no capítulo 3.

O terceiro capítulo retoma o ponto de partida central do trabalho, a diminuição populacional do centro principal da cidade-região de Lisboa, o município de Lisboa, para dar conta das múltiplas dimensões das dinâmicas de recomposição do tecido social daí resultantes. A análise da origem e evolução do conceito de nobilitação urbana e, de seguida, da temporalidade e diferenciação contextual dos processos que ele exprime, constitui o ponto de partida teórico para a apresentação dos argumentos sustentados naquele capítulo. A análise do que está em causa na presente vaga da nobilitação urbana, permitirá compreender as hipóteses explicativas sustentadas, sobre o alcance e significado daqueles processos na actual *cidade em transição*.

Aquele capítulo questiona os limites da leitura demográfica dos processos urbanos, nomeadamente, a partir da simples quantificação dos volumes populacionais, interrogando, de passagem, a análise dos fluxos da mobilidade residencial, a partir dos dados oficiais disponíveis, como indicador da recomposição do tecido social da cidade. As limitações daqueles dados, e da abordagem demográfica *tout court*, conduzem à explicitação da perspectiva metodológica e conceptual em que se propõe que a nobilitação urbana, as transformações demográficas, e as mudanças mais vastas do tecido social e urbano da cidade, deverão ser concebidas. Factores de ordem económica, urbanística e de estilos de vida, são apontados como estruturadores daquelas mudanças. Na secção 3.5 daquele capítulo procede-se à discussão das principais hipóteses explicativas

das recomposições do tecido social e urbano que estariam a resultar da actual *cidade em transição*. Nas secções subsequentes analisa-se o contexto específico daquelas mudanças, no caso da cidade-região de Lisboa, concluindo-se pela hipótese da *cidade diversa e desigual*.

É também a afirmação de diversidade que subjaz às conclusões analíticas das modalidades de nobilitação urbana em presença na cidade de Lisboa. O terceiro capítulo conclui, justamente, com o argumento teórico da diversidade presente naqueles processos e com a demonstração empírica da variabilidade de modalidades de nobilitação urbana e, em geral, da diversidade e desigualdade da espacialização social da cidade, mediante a análise cruzada dos indicadores clássicos de recomposição social, com os indicadores demográficos da espacialização diferenciada dos escalões etários e dos diversos tipos de grupos domésticos.

É aquela espacialização diferenciada de indicadores demográficos que sustenta a hipótese da reurbanização, a que acima se aludiu, e que no quadro argumentativo deste trabalho se relaciona com mudanças mais vastas de natureza societal e de estilos de vida. O recurso ao conceito de estilo de vida, como conceito analítico, exigiu um conjunto de clarificações de ordem conceptual e metodológica, que remeteu no quarto capítulo para a discussão do campo dos estilos de vida, no quadro da história da análise sociológica e no quadro mais vasto da transição societal das sociedades de modelo civilizacional europeu. O trabalho de desconstrução e reconstrução conceptual efectuado no último capítulo, a propósito do conceito de estilo de vida, pretende ultrapassar algumas armadilhas teóricas e os equívocos a que elas têm conduzido, na tentativa de contribuir para a afirmação do valor heurístico daquele conceito e da afirmação da centralidade da esfera dos estilos de vida na actual *cidade em transição*.

Na última secção do livro, que constitui o seu ponto conclusivo, apresenta-se a hipótese de que aquilo que parece caracterizar um novo ciclo dos processos urbanos, a reurbanização, é o incremento da diversidade como atributo matricial da cidade que sempre a fizeram palco da inovação e criatividade que têm sido sustentáculo da evolução da humanidade e, particularmente, do processo civilizacional europeu. A diversificação das formas urbanas, e a pluralização de estilos de vida, é o que parece especificado, também, nos processos de nobilitação urbana. A *cidade em transição* parece caminhar no sentido do crescente cosmopolitismo, como quadro de vida e como valor, que permitirá cumprir o projecto da modernidade como processo civilizacional, no qual a liberdade individual, e a coexistência pacificada da pluralidade de estilos de vida, constituem o último patamar da dignificação do ser humano.

PARTE I | CIDADE E MOBILIDADE

Cidade e complexidade

Mobilidade de sujeitos e objectos

1.1 Reestruturação urbana e transição

O mundo, neste início do século XXI, apresenta uma enorme complexidade. O conhecimento científico, em geral, tem vindo a dar conta disso mesmo. A necessidade de cruzamentos de saberes de várias ciências é, por vezes, apontada como resultado da consciência crescente da natureza sistémica do mundo contemporâneo e, portanto, da sua intrínseca complexidade. O conhecimento de um mundo complexo será, então, sempre limitado. Se o conhecimento científico é, por definição, provisório e parcelar, por maioria de razão o será o conhecimento de sistemas tão complexos como as sociedades contemporâneas e, dentro delas, os seus sistemas urbanos.

Por um lado, a consciência da complexidade do mundo contemporâneo recomenda prudência científica e reflexão problematizada da realidade, dos dados que dela são cognoscíveis, e das narrativas que sobre ela vão sendo produzidas. Por outro, recomenda também a refutação de todas as formas de relativismo e de análises inconclusivas, com as quais não é possível qualquer aproximação ao conhecimento científico que um mundo complexo exige. É, portanto, acrescido, o desafio que os analistas das ciências sociais têm pela frente.

As ciências sociais, e a sociologia e a área dos estudos urbanos em particular, parecem estar, de resto, bem colocadas para cumprir um tal desafio. As ciências sociais porque, com maior ou menor ênfase, sempre foram obrigadas a um olhar analítico de fronteiras esbatidas para os seus objectos de estudo. A sociologia, em particular, porque deve a sua origem e desenvolvimento ao surgimento de uma nova ordem social, as sociedades modernas, urbano-industriais, de complexidade acrescida face à ordem social anterior, as sociedades tradicionais, pré-modernas e pré-industriais. Os estudos urbanos, porque a sua origem, e a sua razão de ser, consistem na assunção da natureza sistémica e multi-sectorial do urbano, das cidades, ou dos territórios, consoante o objecto de estudo e o prisma de análise adoptado.

É certo que nunca, como nas últimas décadas, as ciências sociais, tão recorrentemente mencionaram a complexidade dos sistemas sociais e das mudanças que os afectam. Contudo, se a consciência disso mesmo é relativamente recente, devido à particular complexidade do mundo contemporâneo, os factores que estão na sua origem, devem, também, ser procurados nas mudanças que se iniciaram em tempos mais recuados, em fases distintas da história da humanidade e, nomeadamente, para o que aqui se trata, da história das sociedades de modelo civilizacional ocidental e, especificamente, europeu.

Por um lado, as mudanças que se vêm registando nos últimos anos parecem possuir uma velocidade crescente e sem precedentes na história da humanidade. Adicionalmente, alguns dos traços dessas mudanças detêm uma volatilidade tal que dificilmente permitem a formulação de argumentos analíticos e teorias explicativas, com alguma segurança e consolidação. Mas, por outro lado, é possível, também, distinguir algumas tendências mais consistentes e constantes das mudanças em curso.

1.1.1 Pressupostos metodológicos

Em face de um contexto de mudança com estas características talvez seja pertinente, então, expor, em primeiro lugar, os pressupostos de natureza metodológica de que se parte e que se encontram esquematizados na figura 1.1 no final desta secção. O primeiro desses pressupostos consiste na assunção de que a complexidade inerente ao mundo contemporâneo possui uma das suas manifestações mais notórias na profunda, e multifacetada, reestruturação que, nas últimas décadas, tem vindo a enfrentar.

O segundo pressuposto consiste na constatação de que é nas cidades, nomeadamente nos grandes espaços do tipo cidade-região, que a natureza complexa, profunda e multifacetada daquela reestruturação, se exprime em toda a sua plenitude.

A reestruturação que o mundo tem vindo a enfrentar nas últimas décadas conduziu a uma reestruturação urbana que induziu a ideia de fenómenos de desurbanização, nomeadamente a partir de meados da década de 1970, responsáveis pelo anúncio do ‘fim das cidades’ que se veio a verificar como algo precipitado.

Vinte anos mais tarde, a partir de meados da década de 1990, a cidade estaria de regresso ao lugar central que sempre ocupou na vida das sociedades, nomeadamente desde a revolução industrial e, portanto, também de regresso à análise das ciências sociais. Os anunciados processos de desurbanização revelaram-se, afinal, como sendo sobretudo conjunturais ou, pelo menos, contextuais (Ferrão, 1998; Rodrigues, 1998, 1999).

O que os dados mais recentes vêm demonstrando é a possibilidade de um alargado consenso em torno da ideia de que a urbanização, uma das

características matriciais das sociedades modernas e industriais, não só não regrediu, genericamente no mundo, como se foi intensificando ao longo do século XX, e não dá sinais de desaceleração neste século XXI. Inversamente, a urbanização de larga escala, a grande cidade, metrópole ou região urbana, vem adquirindo importância no mundo contemporâneo, sendo uma característica tanto dos países das economias mais avançadas, como dos países com economias mais recuadas (Scott, 2005: 3).

Se em 1950 apenas 83 cidades no mundo possuíam uma população superior a um milhão de habitantes, em 2000 aquele número ascendia a 391, dois terços das quais localizadas nos países de economia avançada. As previsões da ONU apontam para que as 30 maiores regiões urbanas do mundo não cessem de crescer, pelo menos nas próximas décadas (Scott, 2005: 3).

Enquanto em 1950 apenas um terço da população mundial vivia em cidades, actualmente elas acolhem já mais de metade dos habitantes do planeta, e em 2050 prevê-se que aquele número ascenda a dois terços. Seis mil milhões de seres humanos viverão, então, em cidades (Amin, 2006: 1012).

É certo que nem todas as grandes regiões urbanas, ou grandes áreas metropolitanas, para continuar a usar, por agora, esta terminologia, são igualmente afectadas pelos processos de reestruturação em curso. Do mesmo modo que não basta a uma região urbana ser uma grande área metropolitana para que possa ser considerada uma cidade-região global, como se abordará mais adiante. Porém, o que parece certo é que um primeiro indicador, que recomenda prudência nas análises sobre a reestruturação em curso, é o facto de que além das rupturas implicadas em tais processos, há também continuidades de traços tipificadores da viragem do século XIX para o século XX. Viragem essa, suscitada pela industrialização de uma parte substancial do planeta e que, mais cedo ou mais tarde, acabou por difundir ao resto do globo o modelo urbano, com a sua variabilidade é certo, como o modelo territorial dominante. Como sustenta Ash Amin (2006), no mundo contemporâneo a consolidação de uma tal tendência transformou a *condição humana*, essencialmente, em *condição urbana*.

A experiência de um 'modo de vida urbano', implícita nas análises dos fundadores da sociologia, e explícita nas abordagens dos pioneiros de uma sociologia urbana, tornou-se, neste século XXI, na experiência quotidiana da maioria da população mundial. No entanto, aquela não é uma experiência uniformemente vivida pelos indivíduos, mas antes profundamente desigual, heterogénea e plural, em função da diferenciação contextual e da diversidade de experiências concretas de vida quotidiana, que a *condição urbana* implica.

Nenhuma análise do que está em jogo na reestruturação do mundo contemporâneo se pode furtar, então, à discussão das particularidades inerentes a um 'modo de vida urbano', na medida em que ele se tornou na condição de vida da maioria da humanidade. Neste sentido, referir a actual fase de reestruturação que o mundo, na sua generalidade, atravessa é, em muito boa

parte, referir a profunda e complexa reestruturação que afecta as cidades ou regiões urbanas.

Nas últimas décadas, um vasto leque de análises tem vindo a reflectir sobre aquela reestruturação, tendo como base a ideia, amplamente consensual, que a actual fase da globalização deve ser interpretada como o seu factor causal e a sua chave explicativa. É, de resto, a natureza complexa e contraditória atribuída aos actuais processos de globalização que suporta, em boa parte, a ideia de uma viragem para a era da complexidade (Urry, 2005a, 2005b).

É certo que outros argumentos têm sido desenvolvidos, igualmente, na análise das ciências sociais e, também, com aplicação específica à análise da reestruturação urbana. Em boa verdade, no entanto, o seu estatuto, no âmbito dos estudos urbanos, jamais se aproximou daquele que tem sido conferido às teorias da globalização. É com base na ideia de globalização que, mais frequentemente, têm sido analisados os restantes factores da reestruturação urbana.

O terceiro pressuposto de partida, que aqui se apresenta, consiste na proposta de um quadro analítico que, inversamente, defende a concepção da fase actual de reestruturação como sendo o resultado de uma *transição*, de natureza mais ampla do que aquela que mais frequentemente tem sido atribuída aos processos de globalização. Sustenta que a complexidade, sem precedentes, do mundo contemporâneo e, particularmente, da reestruturação das cidades, advém da amplitude e da natureza específica daquela *transição*.

O que se defende como perspectiva de análise é que o mundo contemporâneo atravessa uma fase de transição que, *mutatis mutandis*, possui equivalência funcional, ainda que com contornos e efeitos necessariamente mais complexos, na fase de transição da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Foi aquela transição que, recorde-se, justificou, primeiro, o surgimento de uma nova ciência, a sociologia, com o objectivo de estudar as profundas mutações sociais então em curso e, mais tarde, o surgimento da primeira área especializada daquela ciência, a sociologia urbana, com o objectivo específico de estudar o 'fenómeno urbano', emergente na viragem do século.

Um regresso aos textos clássicos da sociologia que, entre as três últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX, sociólogos como Ferdinand Tönnies, Georg Simmel, Émile Durkheim, Max Weber, Robert Park e Louis Wirth, legaram à humanidade, pode revelar-se de extrema utilidade para o modo de olhar a actual transição. Obviamente não para interpretar as mudanças actuais à luz dos conhecimentos de então, mas sim para recolher ensinamentos das conclusões retiradas por aqueles sociólogos ao analisarem, em cima dos acontecimentos, um período tão conturbado, complexo e contraditório, como o foi aquele período da história da humanidade, tal como, porventura, serão todas as fases de transição societal.

Por um lado, pela natureza multi-dimensional das suas análises da transição de sociedades pré-modernas, e essencialmente rurais, para sociedades

modernas e urbano-industriais. Por outro, pela dificuldade que, por vezes, demonstram para, perante o assombro motivado pelas *rupturas* das mudanças sociais em curso, detectarem as *continuidades* que vão permanecendo, e conferindo acrescida complexidade à realidade social. Finalmente, ainda, pela dificuldade, que também evidenciaram, por vezes, para evitar o obstáculo normativo, resultado do confronto imediato com as conturbações sociais e a radicalidade das mudanças em curso. Subsumida nas análises dos sociólogos de então está, frequentemente, uma valoração que tende a ver como idílica uma ordem social pré-moderna, de organização de tipo comunitário, por oposição a uma nova ordem social das sociedades modernas e urbano-industriais, de organização de tipo societário.

A história viria a demonstrar que as sociedades modernas e urbano-industriais constituíram um salto qualitativo positivo na emancipação da humanidade, face às sociedades pré-modernas. O mundo da civilização moderna ocidental, urbana e industrial é, genericamente, um mundo menos desigual, mais justo e de maior autonomia e liberdade dos indivíduos, face ao mundo das sociedades pré-modernas da mesma civilização ocidental.

Este obstáculo normativo, porventura devido às mesmas razões que assistiam aos fundadores da sociologia, não está inteiramente arredado das análises das mutações sociais, económicas, políticas e culturais, do tempo presente. Ele surge, implícita ou explicitamente, com alguma recorrência, nas análises da transição em curso, motivado quase sempre por pressupostos de natureza ideológica.

É com base nestes ensinamentos da história, e no saber e evidência empírica acumulados pela experiência da análise sociológica, ao longo de mais de um século de observação científica das sociedades modernas, que se defende a pertinência analítica da concepção da actual fase de reestruturação urbana, como uma consequência de uma fase de transição societal, tendo em conta a amplitude e natureza específica que de seguida se apresentam.

1.1.2 Amplitude e natureza da actual fase de transição

Em primeiro lugar, o argumento de que uma transição, em qualquer acepção do conceito, implica sempre, por definição, *rupturas* mas também *continuidades*. A sua complexidade resulta, também, da sobreposição e cruzamento de elementos novos que desenham a ruptura face aos anteriormente existentes, com os que permanecem da fase anterior. Acresce que muitas das características de novidade resultam de um contínuo de factores, com origens mais ou menos longínquas no percurso de vida dos sistemas sociais, económicos e políticos, ou ainda do trajecto percorrido por sucessivas invenções científicas ou tecnológicas.

Muitas das características atribuídas ao que se tem designado por 'sociedades pós-modernas', ou 'pós-fordistas', e às suas cidades, como novidade e

ruptura face a uma fase anterior, resultam de um contínuo histórico de inovação e criatividade humana, exigidas pelos sistemas sociais modernos, ou pelos sistemas económicos fordistas. Do mesmo modo que muitas das características das sociedades modernas e dos sistemas económicos fordistas permanecem na fase actual, e a organização e funcionamento das actuais sociedades e economias pressupõe a sua permanência. Sucede que, com muita frequência, as análises científicas da actual reestruturação socioeconómica e urbana, tendem a relevar os elementos de ruptura e a escamotear, ou mesmo a ignorar, os factores de continuidade, impossibilitando, desse modo, uma concepção mais adequada e criativa das mudanças em curso.

Em segundo lugar, o argumento de que a transição actual é particularmente complexa na medida em que reflecte, uma vez mais sobrepondo e entrecruzando, factores de mudança do *tempo curto*, do *tempo de média duração* e do *tempo longo*. A escala de tempo utilizada, na análise da transição em curso, determina o enfoque particular adoptado por cada perspectiva. Acontece que a adopção das três escalas de tempo histórico, na análise de muitos dos factores da mudança em curso, permite detectar as várias fases, ou ciclos, daquela mudança, e alargar o horizonte temporal de análise da mesma, permitindo, desse modo, uma interpretação mais ajustada do que está em jogo na transição actual.

O melhor exemplo é o das perspectivas de análise adoptadas sobre os processos de globalização. A maioria das análises disponíveis sobre os efeitos daqueles processos na reestruturação urbana tende a reportar mudanças operadas nas últimas três décadas. Na melhor das hipóteses, alguma produção teórica remete a análise da transição actual para o tempo de média duração, referindo as mudanças do capitalismo industrial iniciado na segunda metade do século XIX. Mas, tal como propõem alguns autores, a globalização possui origens históricas bem mais remotas e exige, portanto, que se atente, também, na *longue durée* (Wallerstein, 2000).

Em terceiro lugar, o argumento de que a transição em curso deve ser interpretada em *lato sensu*, na medida em que possui dimensões económicas e políticas, mas também sociais e culturais. O mundo actual, e por consequência a cidade, atravessam uma mutação sistémica, logo de acrescida complexidade, uma vez que todas aquelas dimensões são afectadas pela transição em curso, sendo as mudanças operadas ao nível tecnológico, económico, político, social e cultural, indissociáveis. Uma vez mais, na história da humanidade, a cidade constitui o palco, por excelência, da natureza sistémica da mutação societal e, portanto, o melhor laboratório para a observação e intervenção face à mudança.

Finalmente, mas não de somenos importância, o argumento da *diferenciação contextual* da transição. Embora nenhuma parcela regional do mundo contemporâneo, qualquer que seja a escala dessa região, esteja imune à transição actual, ela exprime-se de modos contextualmente muito diferenciados,

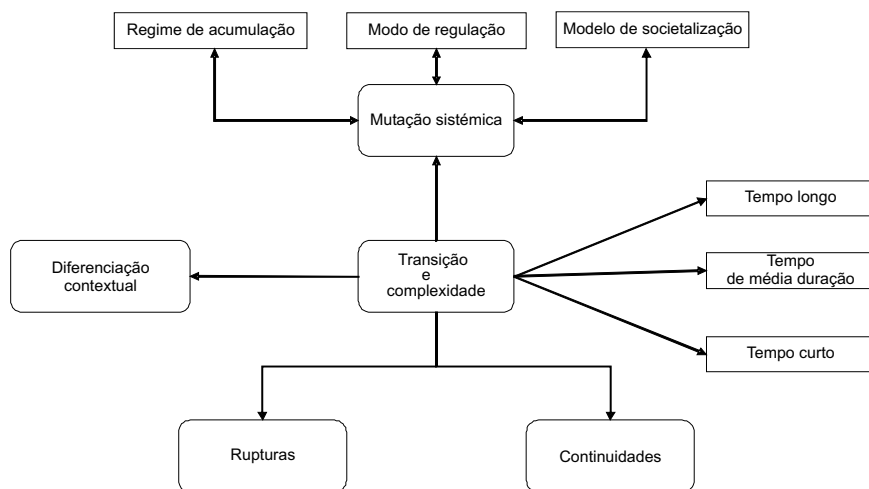


Figura 1.1 Pressupostos metodológicos

em função da variabilidade de percursos historicamente percorridos pelas diversas regiões do globo. Isto é, em função das especificidades políticas, económicas, culturais e sociais, das diversas sociedades e respectivas cidades. No interior de cada uma dessas sociedades é ainda heterog neo, em função de especificidades próprias, o modo como os diversos contextos territoriais respondem, ou interagem, face aos múltiplos factores da transição em curso.

1.2 Cinco conceitos fundamentais da transição e reestruturação urbana

De um conjunto de conceitos fortes que têm servido de instrumentos analíticos de abordagem da transição, ou das várias transições, em curso nas últimas décadas,   possível seleccionar cinco conceitos que mais recorrentemente têm sido utilizados, e alvo dos debates científicos, no âmbito dos temas que são objecto deste trabalho. Constituem, também, os conceitos chave do quadro teórico de referência adoptado na tese que aqui se defende e que se encontra esquematizado na figura 1.2 no final desta secção. Trata-se dos conceitos de globalização, flexibilidade, reflexividade, esteticização e individualização.

A utilização daqueles conceitos tem pressuposto, por vezes, perspectivas teóricas contraditórias e até conflituantes, remetendo para teorias diversas, e mesmo contrastantes, da transição societal em curso. Mas também   possível encontrar, na vasta literatura das ciências sociais, o recurso a mais do que um daqueles conceitos, por parte da mesma disciplina, e por parte da mesma escola de pensamento, seja ela da economia, da geografia,

da sociologia, ou da área dos estudos urbanos, que acolhe, como se sabe, olhares analíticos com proveniências disciplinares diversas no âmbito das ciências sociais.

Espera-se que, sem prejuízo da coerência interna ao quadro teórico adoptado, seja possível recolher contributos diversos de concepções específicas de cada um daqueles conceitos, sem pretensão de aqui expor a exaustividade do debate que a sua utilização tem implicado — tarefa aliás impossível — mas antes, com a preocupação de definição clara do sentido, e da concepção, que se atribui a cada um deles.

1.2.1 Globalização: a intensificação extremada da mobilidade de sujeitos e objectos

O conceito de globalização é, muito provavelmente, aquele cuja utilização é mais transversal às várias áreas das ciências sociais e às várias correntes teóricas da análise da actual transição. A sua apropriação pelo discurso político, ideológico e mediático, tem conduzido a debates sobre a natureza ‘positiva’ ou ‘negativa’ dos processos de globalização, frequentemente ancorados na discussão sobre o advento do neo-liberalismo, no quadro da geopolítica e da geoeconomia do mundo contemporâneo. Não é esse o plano em que a sua utilização aqui se propõe. Nesse plano, ou mesmo no plano científico, os processos de globalização têm sido mais frequentemente abordados por referência a uma transição de paradigma tecno-económico no interior das economias capitalistas, remetendo para a discussão da crise do modelo fordista de produção e consumo, a partir de meados da década de 1970. A complexidade, e a natureza de *processo longo de transformação*, de que se reveste a globalização, aconselham a sua concepção não apenas a partir das suas dimensões económicas, tecnológicas, ou políticas, mas também sociais e culturais. Do mesmo modo que aconselham a sua observação em escalas de tempo diversas, ciclos ou vagas, em que ao longo da história é possível detectar sinais claros da sua constituição.

A concepção de globalização que aqui se defende sustenta que a mobilidade é o seu factor chave e o que explica as suas diferentes fases, ou vagas. Foram as profundas consequências dos desenvolvimentos em torno da mobilidade, em diferentes escalas, que progressivamente permitiram o que hoje constitui a globalização. Actualmente, a globalização atingiu um estágio em que se assiste à intensificação extrema da capacidade, e dos meios, de mobilidade dos *objectos* e dos *sujeitos*, como sustentam Lash e Urry (1994). O mesmo é dizer que a globalização, hoje, significa que, no limite, se assiste à compressão espaço-temporal (Harvey, 1989), em que pode ser instantâneo o tempo necessário para percorrer a distância mais longínqua entre dois pontos, no espaço do planeta. Isso é o que sucede já com as transacções de capital e de informação. Mas também as pessoas e os produtos circulam a uma velocidade crescente e à escala global.

É desta capacidade de mobilidade, e das suas consequências económicas e políticas, mas também sociais e culturais, que os processos de globalização são constituídos. Assim concebida, a globalização pressupõe alguns factores que a aceção isolada dos seus aspectos económicos, políticos, comunicacionais ou tecnológicos, não permite identificar.

O primeiro desses factores consiste nas dimensões culturais e sociais que lhe estão subjacentes. A intensificação da capacidade de circulação de *objectos* e de *sujeitos*, a diferentes escalas, que apenas têm como limite a escala planetária, produz efeitos indeléveis nas identidades, nos estilos de vida, nos relacionamentos sociais e, portanto, nas práticas, nas representações, e nos modos de organização e estruturação da vida dos indivíduos, e da vida urbana das cidades afectadas por aqueles processos de globalização.

A maior ou menor capacidade de mobilidade dos indivíduos, resultado dos recursos e competências que, em cada contexto, estejam aptos a mobilizar, são determinantes dos seus processos de socialização, dos seus *habitus* (Bourdieu, 1972), da sua capacidade de autonomia, e de poder, para fazer face às exigências com as quais se confrontam em tempos diferentes. Do tempo quotidiano ao tempo de vida.

Para um melhor entendimento do que se propõe como perspectiva de análise, atente-se na ilustração sobre a experiência subjectiva do mundo, sugerida por Bradley (em Thrift, 1996: 42). Para aquele autor, o ideal-tipo da distância espacial da percepção e experimentação, directa ou indirecta, do mundo, de um indivíduo da geração actual, corresponde a dez mil quilómetros. A escala é a escala do planeta. Para a geração do seu pai, aquela distância correspondia a mil quilómetros, a escala nacional. Para a geração do seu avô, a distância da percepção e experiência do mundo era, tão-somente, de cem quilómetros, a escala da sua região. Para a geração do seu bisavô, aquela distância era de dez quilómetros, a escala local da cidade, vila, ou aldeia, em que decorriam os tempos quotidianos, e de vida, da sua experiência do mundo. Este exemplo ilustra bem o que está em causa nos processos de globalização, quando o factor mobilidade é tomado como central, e como não se reportando exclusivamente às dimensões económicas ou, menos ainda, apenas financeiras, em que mais frequentemente a abordagem da globalização se tem difundido e popularizado.

Um segundo factor, consiste em que uma tal concepção da globalização permite detectar não apenas os elementos de *ruptura*, motivados pelos desenvolvimentos mais recentes de natureza tecnológica e económica, mas também os elementos de *continuidade*, que advêm de inovações diversas, ao longo da história da humanidade, em torno das máquinas de comunicação e transporte, que permitem a circulação de dinheiro, pessoas, bens e informação, logo, da economia e da cultura.

Desde a descoberta da roda, passando pelas naus, caravelas e instrumentos de navegação de meados do século XV, que haviam de permitir

esse marco da globalização que constituiu a primeira viagem de circum-navegação no século seguinte. Mais tarde, a modernidade urbana do século XIX e início do século XX está, igualmente, repleta de invenções tecnológicas que concorreram no mesmo sentido. No campo dos transportes urbanos, como dos usos das comunicações e da electricidade, aqueles desenvolvimentos foram permitindo uma vida social, cultural e económica, dependente das máquinas baseadas na utilização da luz e dos eléctrodos, alargando também a possibilidade de tempos e espaços de circulação de *sujeitos* e *objectos*. Mais recentemente, assistiu-se à massificação do transporte aéreo, e aos desenvolvimentos do meio ferroviário que permitirão a centralidade do TGV em alguns contextos mundiais, como o continente europeu, ou aos desenvolvimentos das comunicações por satélite e dos cabos de fibra óptica, que permitirão a velocidade da circulação da informação, e a convergência de meios que está a implicar a mudança de paradigma da 'revolução digital'.

Finalmente, uma tal concepção da globalização permite, ainda, dar conta de um aspecto que tem sido preterido na sua análise. Trata-se da sua natureza material e territorializada. A desmaterialização e desterritorialização da vida económica, social e cultural, como consequências da globalização, têm sido os enfoques predominantes na sua abordagem.

Vários autores têm alertado, no entanto, para a evidência de que o funcionamento da globalização exige espaços físicos, e não apenas fluxos imateriais, e esses espaços estão maioritariamente presentes nas cidades e, em particular, em determinados contextos urbano-regionais do planeta. Muito embora uma parte importante das tecnologias que são hoje essenciais ao funcionamento de economias e sociedades globalizadas, e em rede, sejam invisíveis, elas estão diferenciadamente implantadas no globo, e os estudos empíricos sobre a sua implantação, e sobre o acesso às mesmas, permitem afirmar, com alguma segurança, que elas são tecnologias urbanas, por definição. O mesmo sucede em relação a outros espaços físicos, e mais ou menos fixos, que permitem o funcionamento da economia global, e a difusão das culturas globais, como as infra-estruturas de transportes, ou os espaços de consumo e expressão de estilos de vida, marcados pela globalização económica e cultural. A sua localização, e a sua lógica de funcionamento, são eminentemente urbanas. Pressupõem uma maioritária urbanização do mundo, e pressupõem, igualmente, a textura económica, social e cultural, da cidade, como a textura própria ao funcionamento de uma economia e de uma cultura globalizadas.

1.2.2 Flexibilidade: a plasticidade das estruturas socioeconómicas

Fortemente inter-relacionado com o conceito de globalização está o conceito de flexibilidade. Contudo, ele tem surgido, mais frequentemente, na literatura da ciência económica e associado à transição pós-fordista que estará a

implicar um novo paradigma tecno-económico, mais flexível, por contraponto ao paradigma fordista, mais rígido. A ideia de maior flexibilidade das economias, como dos sistemas sociais afectados pela actual transição, ganha um sentido mais alargado, no entanto, na perspectiva de alguns autores (Veja-se: Amin, 1994b; Esser e Hirsh, 1994; Jessop, 1994; Lipietz, 1994; Mayer, 1994).

Por um lado, na concepção do fordismo, não apenas como um paradigma tecno-económico, implicando um determinado *regime de acumulação*, mas como um paradigma societal, implicando, também, um específico *modo de regulação* e um *modelo de societalização* particular.¹ Por outro lado, na concepção da flexibilidade como inerente a uma fase avançada da modernidade, em que os processos seculares de individualização exigem, precisamente, maior flexibilidade, mas também maiores riscos, da parte dos indivíduos, em todas as esferas da sua vida. Neste sentido, a flexibilidade traduz-se em maior plasticidade dos trajectos de vida e das estruturas sociais da modernidade avançada (Veja-se: Beck, 1986/1992, 1997, Giddens, 1990, 1991).

E esta acepção da flexibilidade, decorrente do cruzamento da teoria da especialização flexível e das teorias da regulação, com as teorias da modernidade avançada e do risco, que aqui se defende como possuindo maior capacidade explicativa dos temas em análise.

Resumidamente, as teorias da transição pós-fordista consistem na asunção da transformação de um modelo mais rígido de organização económica e política, mas ainda de estruturação social e de padrões culturais, num modelo que exige maior flexibilidade, mas também maior inovação e criatividade. Ao modelo fordista é, normalmente, atribuído um *regime de acumulação*, que foi permitindo um crescimento económico muito acentuado, com base no continuado aumento da produtividade, no sucesso das economias de escala, e na capacidade para uma genérica melhoria dos níveis, e qualidade, de vida. Mas aquele modelo não deixava de pressupor, também, um incessante reinvestimento em inovação tecnológica que, assim, permitia o chamado “círculo virtuoso” do crescimento. Em acréscimo, não terá sido de somenos importância a conquista de uma relativa estabilidade social, controlando os conflitos sociais e equilibrando as desigualdades, fornecendo serviços de protecção aos mais pobres e excluídos, particularmente importantes nos contextos urbanos, nas grandes cidades pólos de acumulação e criação de riqueza nacional daquele modelo. O modo de regulação do fordismo assenta na perspectiva keynesiana da economia e do Estado que, sobretudo no caso dos países europeus, permitiu os chamados ‘trinta gloriosos anos’ que vão, sensivelmente, do pós-guerra, em 1945, a meados dos anos de 1970.

1 Modelo de societalização, modo de societalização, ou paradigma societal, refere-se ao modelo geral de organização social. Ver: Amin, 1994b, Esser e Hirsh, 1994; Jessop, 1994; Lipietz, 1994.

A transição pós-fordista tem sido analisada, maioritariamente, como uma ruptura com aquele modo de estruturação da economia e da sociedade, baseado na matriz do contrato tripartido entre capital, sindicatos e Estado. Pode, no entanto, revelar-se mais apropriado interpretá-la como implicando, também, uma continuidade, no sentido em que foi o sucesso daquele modelo fordista-keynesiano que permitiu a crescente inovação tecnológica, crescimento económico, desenvolvimento urbano, melhoria genérica de qualidade de vida e emergência de novos estilos de vida e padrões culturais, que conduziram à actual fase de economias e sociedades globalizadas. Foram os desenvolvimentos do modelo de crescimento fordista-keynesiano que criaram a transnacionalização das economias, que desenham a actual fase de globalização. Mediante a necessidade — pela saturação dos mercados nacionais das economias mais avançadas, e mediante a possibilidade — pela inovação tecnológica de meios de transporte, comunicações e instrumentos de produção. É esta transnacionalização que é, também, responsável pela exigência de um novo *regime de acumulação*, mas ainda de um novo *modo de regulação* e de um novo *modelo de societalização*, mais flexíveis.

Se é certo que um novo paradigma de competitividade das economias globalizadas parece exigir aquela crescente flexibilidade, não será menos certo que uma margem muito razoável de sucesso permanece para actividades económicas com base em alguns princípios fordistas. Acresce que, mesmo aquelas actividades que assentam no valor acrescentado dos seus produtos, em matéria de inovação tecnológica, de *design* e de modelos de gestão, não dispensam a lógica das economias de escala, como princípio da criação de riqueza, excepção feita para as economias orientadas para segmentos muito restritos ou nichos de mercado. Estes últimos, de facto, parecem enquadrar-se de forma mais ajustada no novo paradigma pós-fordista. O que parece ser novo é que ambos os modelos de produção têm agora de competir num mercado cada vez mais aberto a uma economia global. Mas isso mesmo resulta menos de uma ruptura e mais de uma continuidade histórica, sendo também uma consequência do crescimento económico, e da inovação, em matéria de tecnologias de produção e de meios de informação, comunicação e transportes, possibilitada pelos desenvolvimentos do modelo de crescimento fordista.

É certo que a inovação tecnológica detém actualmente uma velocidade que acelera o ritmo das mudanças a todos os níveis, produzindo a volatilidade, incerteza acrescida e natureza efémera que parece caracterizar o mundo contemporâneo. Não ver nisso, também, uma consequência de um contínuo histórico de inovação tecnológica e criatividade humana, pode, no entanto, induzir erróneas interpretações da actual transição, limitar seriamente uma mais ajustada leitura das mudanças e incapacitar a procura de soluções para lidar com os problemas e desafios oriundos da reestruturação em curso.

No que concerne, ainda, à transição pós-fordista, ao implicar formas mais flexíveis de acumulação e regulação, ela não deixa de implicar, igualmente, transformações correlacionadas nos *modelos de societalização*. Mudanças nas estruturas familiares, nos padrões demográficos e, genericamente, nos estilos de vida, concorrem, igualmente, para o crescendo de complexidade das estruturas económicas, e sociais e, particularmente, da vida urbana das sociedades contemporâneas.

O envelhecimento populacional, a quebra das taxas de natalidade, a emergência de novos tipos de grupos domésticos, novas formas de conjugalidade e parentalidade, novos padrões de relacionamento social e de sociabilidade e novos quadros de valores e referência identitária, resultando, em parte, de rupturas com o *modelo de societalização* que o fordismo padronizava, são, também, continuidade de mudanças originadas pelos movimentos sociais e culturais que o desenvolvimento sócio-económico do fordismo/keynesianismo possibilitou. Movimentos feministas, pacifistas, ecologistas, estudantis, pelos direitos civis, são disso mesmo exemplo.

O *modelo de societalização* preconizado pelo ideal-tipo fordista pressupõe, por um lado um papel chave de um Estado Keynesiano na regulação, garantindo 'consumos colectivos' básicos e universais e, por outro, um continuado crescimento do consumo estandardizado das famílias, segundo um padrão de família nuclear, onde maioritariamente o homem integra o sistema produtivo e a mulher é responsável pelas tarefas reprodutivas. Acresce que este modelo pressupõe, ainda, um modelo territorial dominante, que é o modelo da cidade moderna, industrial, e de contínuo processo de suburbanização. É este modelo que, genericamente, entra em transformação a partir de meados da década de 1970, ou um pouco mais tarde, consoante os contextos territoriais do mundo. Mas importa precisar, desde já, algumas questões daí decorrentes.

Em primeiro lugar, trata-se de um modelo que remete, sobretudo, para a realidade de países que, em termos geopolíticos e geoeconómicos, se situam no quadro do Atlântico Norte. Nomeadamente no que se refere à sua componente de modo de regulação keynesiano, alguns países do sul da Europa, por exemplo, como é o caso de Portugal, só tardiamente a ele aderiram, na sua plenitude.

Em segundo lugar, existiram várias versões do fordismo, a nível mundial, e portanto também, necessariamente, da transição pós-fordista. Atender à diferenciação contextual desta transição deve ser, logo, uma preocupação analítica fundamental.

Finalmente, a perspectiva da transição pós-fordista pode revelar-se útil, na explicação de um conjunto de *rupturas* e *continuidades* que ocorreram nas últimas décadas. No entanto, apenas na medida em que não se perca de vista que muitas daquelas mudanças económicas e sociais, não podem ser dissociadas de um trajecto histórico que exige tomar, também, o tempo longo da

modernidade, como escala de análise dessas mudanças. Nomeadamente aquelas que resultam em maiores exigências de flexibilidade da acção dos indivíduos e das estruturas sociais e económicas das sociedades europeias contemporâneas e dos seus sistemas urbanos.

1.2.3 Reflexividade: sistemas baseados no conhecimento e na estética

O conceito de reflexividade é, justamente, um instrumento analítico fundamental para a explicação da actual transição, tendo em conta diversas escalas de tempo da mudança social, permitindo, igualmente, com base na perspectiva de Lash e Urry (1994), conferir-lhe dimensões socioeconómicas e socioculturais não contempladas pela sua concepção nas obras de Beck (1986/1992) e Giddens (1991).

Em certa medida as teorizações de Beck e Giddens, em torno do conceito de reflexividade, em finais dos anos de 1980, e primeira metade da década de 1990, surgem como crítica das teorias da pós-modernidade que haviam feito escola uma década antes. Beck (1994) utiliza, na sua análise, uma periodização de três estádios: as sociedades pré-industriais, as sociedades industriais e as sociedades de risco.

Para Beck (1994), a actual fase é uma fase de transição para sociedades de risco, onde ao invés do fim da modernidade, o que está em curso é uma 'radicalização' da modernidade, que exige maior reflexividade aos indivíduos. Giddens (1994), por sua vez, utiliza, igualmente, três períodos históricos na sua análise. Primeiro distingue tradição de modernidade e, depois, opera uma distinção nesta última, apontando a fase actual como a fase da alta modernidade, modernidade tardia, ou modernidade avançada. Se numa primeira fase se procedeu à simples modernização das sociedades de tipo tradicional, na segunda fase, o facto da modernidade assentar na racionalidade científica como primado da ordem social, da organização da vida em sociedade, foi conduzindo à modernização reflexiva.

Tanto para o primeiro como para o segundo daqueles autores, a modernidade, na sua fase actual, caminha, progressivamente, para uma modernidade reflexiva, o que tem sido designado por outros como sociedade, ou economia, do conhecimento. As sociedades, as organizações e os indivíduos, vêm-se obrigados a recorrer, permanentemente, à reflexão sobre si próprios e sobre as condições da sua acção. A natureza reflexiva do mundo contemporâneo abre, assim, o leque de possibilidades, de oportunidades de vida, mas aumenta também os riscos, as incertezas e as contingências da acção. Subjacente a esta noção da natureza reflexiva da modernidade tardia, está a dialéctica entre a 'estrutura e a agência', proposta por Giddens (1981 e 1991). À medida que a modernidade se foi consolidando e radicalizando, a 'agência' foi ganhando maior autonomia face à 'estrutura'. Os processos de individualização, tal como concebidos por aqueles autores, consistem, precisamente,

nessa libertação da capacidade de acção dos indivíduos — agência —, face aos constrangimentos dessa acção que decorrem das estruturas de um sistema social.

O 'projecto reflexivo do *self*', teorizado sobretudo por Giddens (1991), mas igualmente presente em Beck (1986/1992), consiste, precisamente, na possibilidade, mas também na obrigatoriedade, que, na modernidade avançada, os indivíduos têm de, permanentemente, nos vários tempos e espaços do seu percurso de vida, exercerem, e reactualizarem, um trabalho reflexivo. Têm de fazer escolhas, optar, tomar decisões, correr riscos.

Esta concepção da reflexividade pressupõe uma ideia da acção humana baseada na racionalidade instrumental de natureza cognitiva. Trata-se de um contributo inestimável para a teorização da actual transição. Contudo, ela não permite, por si só, atender aos factores da transição no modelo económico dominante nos países ocidentais, os quais, por sua vez, estão a implicar a profunda reestruturação económica, social e cultural das cidades. Pelo menos das cidades mais afectadas pelos actuais processos de globalização. Neste sentido, parece de extrema relevância, o recurso aos contributos de Lash e Urry (1994), também no que diz respeito ao conceito de reflexividade.

Em primeiro lugar, a natureza reflexiva que caracteriza a modernidade, na fase actual, não parece implicar, apenas, uma dimensão cognitiva, mas também estética (Lash, 1993, Lash, 1994, Lash e Urry, 1994). Pode parecer paradoxal, na medida em que a ideia de reflexividade remete, antes de mais, para a ideia de um exercício racional, exigindo o recurso ao conhecimento disponível, por parte de cada indivíduo e de cada organização ou instituição. Contudo, essa exigência de reflexividade resulta, antes de mais, da possibilidade, mas também da necessidade, que cada indivíduo, organização ou instituição, tem, para tomar decisões e fazer escolhas, dado o carácter de múltipla escolha que, cada vez mais, caracteriza os diversos contextos de vida da modernidade actual. Sucede que as escolhas e decisões que os indivíduos e as organizações têm de tomar, quotidianamente, e ao longo do seu trajecto biográfico, são tomadas, não apenas com base no conhecimento, ou com base no exercício racional, mas também com base em apreciações e percepções, de natureza não racional e, particularmente, de natureza estética.

Em segundo lugar, se a reflexividade implica uma crescente libertação da 'agência' face à 'estrutura', tal não significa que os indivíduos tenham uma indiferenciada, ou indistinta, capacidade reflexiva. Inversamente, esse exercício reflexivo depende sempre de uma geometria variável de poder, com base nas regras e recursos disponíveis numa determinada ordem social e, portanto, da capacidade diferenciada dos indivíduos para lidar com essas regras, ou mobilizar esses recursos. Acresce, que as regras e recursos cada vez mais determinantes na actualidade, provêm das *estruturas da informação*

e conhecimento² de sociedades e economias globalizadas. Neste sentido se compreende que, ao contrário do que sucedia nas sociedades nacionais, com uma economia de capitalismo industrial e de produção, nas actuais sociedades globalizadas, com uma economia de capitalismo de serviços e de consumo, sejam cada vez mais cruciais a informação e o conhecimento. Este argumento permite perceber actuais formas determinantes de diferenciação social e de exclusão, como as que têm sido apelidadas de 'info-exclusão', não decorrentes, directa e necessariamente, da posição ocupada pelos indivíduos nas estruturas sociais, nacionais, mas antes do seu posicionamento face às novas estruturas da informação e conhecimento, globais.

Deste modo é possível conceber a transição actual, evitando os equívocos pós-modernistas de uma suposta 'des-diferenciação' social, mas antes enquadrando conceitos como o de reflexividade no âmbito dos factores económicos que continuam, obviamente, a ser factores determinantes das sociedades contemporâneas. Do mesmo modo que é possível concebê-las como sociedades onde a crescente liberdade individual, que caracteriza o projecto secular da modernidade, não obsta à natureza estruturada, e de diferenciação do poder, que nunca deixaram de caracterizar as sociedades ao longo da história da humanidade.

Finalmente, e de acordo com aquela concepção da reflexividade, Lash e Urry (1994) propõem, ainda, uma leitura da transição de *regime de acumulação*, nas economias da modernidade capitalista contemporânea, para o que designam de *acumulação reflexiva*. Por contraponto aos conceitos de especialização flexível, ou acumulação flexível — propostos por David Harvey (1989, 1994) e outros autores das teorias da transição pós-fordista (veja-se: Amin, 1994b) — o conceito de *acumulação reflexiva* permite uma síntese destas teorias e das teorias da modernização reflexiva, desenvolvidas por Beck e Giddens.

Por um lado, o conceito proposto por Lash e Urry permite entrar, claramente, nas dimensões económicas da transição actual e, particularmente, das mudanças em curso nos modelos de produção e consumo, onde o conceito de reflexividade, tal como proposto por Beck e Giddens, é menos desenvolvido. Por outro, permite conferir às teorias da transição pós-fordista, ou mesmo às teorias da economia do conhecimento, dimensões culturais mais assertivas, da transição societal. Finalmente, permite, ainda, ancorar a ideia de uma 'culturalização' ou esteticização da vida quotidiana, e das paisagens urbanas das sociedades contemporâneas, veiculada pelas teorias pós-modernistas, também em factores explicativos de natureza económica.

2 Lash e Urry (1994) falam de 'estruturas da informação e comunicação'. Contudo, o que se julga ser determinante da estruturação das sociedades contemporâneas é a informação e o conhecimento, recursos cruciais do regime económico e do modelo societal resultantes da reestruturação em curso.

Retomando a ideia de uma mudança de paradigma tecno-económico, ela pode ser sintetizada, na ideia de transição do *regime de acumulação* do modelo fordista de produção e consumo, para um novo *regime de acumulação* de um modelo pós-fordista. O primeiro assentava na capacidade para produzir cada vez mais, a custos progressivamente mais reduzidos e, portanto, a preços de mercado progressivamente mais baixos, o que se traduzia num crescimento do acesso ao consumo, por parte dos consumidores, e num crescimento da riqueza produzida. A quantidade dos produtos colocados no mercado era, então, o factor chave do processo de acumulação de riqueza. As economias de escala constituem o factor decisivo do modelo de produção e consumo fordista. A capacidade competitiva assenta na competitividade custo, na medida em que a capacidade para reduzir os custos da produção é determinante para a capacidade competitiva das economias e, portanto, para a capacidade de criação de riqueza das empresas e dos países. Num modelo pós-fordista, o regime de acumulação dominante assenta cada vez menos naqueles pressupostos, e cada vez mais na capacidade para criar valor acrescentado aos produtos colocados no mercado. A competitividade das empresas, e dos contextos territoriais onde elas se inserem, manifesta-se menos a partir da capacidade para reduzir os custos da produção, e mais a partir da capacidade para acrescentar valor aos produtos, bens ou serviços, colocados no mercado.

Enquanto o regime de acumulação fordista se baseava no *trabalho intensivo*, um novo regime de acumulação pós-fordista, baseia-se no *conhecimento intensivo*, mas também no *design intensivo*. O primeiro pressupõe o crescimento do factor trabalho e a possibilidade de produzir cada vez mais, em tempo cada vez mais reduzido e, portanto, a custos cada vez mais baixos. O segundo pressupõe a inovação e criatividade que um produto incorpora, seja ele um bem ou um serviço. A competitividade depende menos da quantidade dos produtos e mais das suas qualidades.

Para Lash e Urry (1994), as economias nas quais a capacidade competitiva, de crescimento económico e criação de riqueza, dependem da produção de bens e serviços diferenciados, pela incorporação de inovação e criatividade, são economias baseadas num *regime de acumulação reflexiva*. Quer isto dizer que um grande investimento, não só financeiro mas também de gestão estratégica económica e política, orientado para a investigação e criatividade, se torna fulcral. Pensar a produção, a concepção dos produtos, o seu valor acrescentado, a sua capacidade de acrescentar qualidade e diferenciação, face aos restantes produtos existentes no mercado, passa a ser uma exigência matricial de economias que se pretendem competitivas.

A ideia de que as sociedades contemporâneas, e as respectivas economias, caminham para sociedades e economias do conhecimento, parte, precisamente, da ideia de que a incorporação de conhecimento na economia se torna uma regra fulcral para a geração de riqueza e, portanto, para a vida das

sociedades em geral. Daí a importância da informação, e da comunicação, cada vez mais veiculadas pelos meios tecnológicos que permitem o acesso ao conhecimento. Mas, também, a importância da formação, da qualificação, da investigação, do saber, da cultura e das artes, quando associados à economia. Daqui decorre a centralidade do desempenho reflexivo dos indivíduos, tanto no sistema de produção, quanto no sistema de consumo.

A ciência económica, e as ciências sociais em geral, têm analisado, no entanto, as economias e as sociedades, quase exclusivamente a partir das mudanças introduzidas na produção, tratando o sistema de consumo apenas como o mercado onde os produtos são colocados. As mudanças em curso nas sociedades actuais exigem, pelo contrário, uma concepção do sistema de consumo menos dependente do sistema de produção.

Ao invés, a reflexividade crescente na produção exige, ou pressupõe, igualmente, uma reflexividade crescente no consumo. Neste sentido, a acumulação reflexiva manifesta-se tanto na produção, onde se exige investimento em inovação tecnológica, científica, de design e estética, como no consumo, onde os consumidores, cada vez mais exigentes e informados, desempenham um papel mais activo, requerendo qualidade, diferenciação, inovação, logo, valor acrescentado, aos bens e serviços de consumo.

As teorias da economia e sociedade do conhecimento apontam para a dimensão cognitiva da reflexividade, deixando de lado a sua dimensão estética. Sucede que o valor acrescentado dos produtos, exigido por um novo regime de *acumulação reflexiva*, advém não apenas do conhecimento intensivo, como do design intensivo. A inovação e criatividade requeridas por aquele *regime de acumulação* significam, também, que os bens e serviços produzidos têm de possuir capacidade diferenciadora em matéria de design, logo, têm de incorporar, também, a dimensão estética da reflexividade. É, de resto, a importância dessa dimensão estética, que está a difundir, por via da sua centralidade na economia, uma cultura de consumo, manifesta na ‘culturalização’ do consumo e da economia em geral, mas também na crescente ‘economização’, ou ‘mercadorização’, da cultura. Por aqui se deve ler a crescente importância das profissões e actividades culturais e artísticas, das indústrias culturais, e da mobilização da cultura e da arte na paisagem urbana e nas economias das cidades. Estes são traços fortes das actuais economias e sociedades, e das respectivas cidades.

Se nas teorias da sociedade da informação e do conhecimento aqueles factores da transição actual não são tidos em conta, nas teorias pós-modernistas que os evocam como traços marcantes das actuais sociedades, eles têm permanecido desligados das mutações da economia. Sucede que aquela relevância da cultura e da arte resulta, em boa parte, da sua integração num *novo regime de acumulação*, ou num novo modo de crescimento económico. É nessa medida que aquela relevância constitui, também, um traço indelével da actual transição, e da consequente reestruturação socioeconómica e urbana, pelo menos das sociedades de tipo europeu, e das respectivas cidades ou regiões urbanas.

1.2.4 Esteticização: transição de regime económico e comunicacional

Se as economias de um *novo regime de acumulação* exigem crescente incorporação de inovação e criatividade, não apenas tecnológica e científica, como também estética e de design, dando sentido não só à centralidade do conhecimento como da estética nas economias e nas sociedades contemporâneas, compreende-se, então, a ideia de uma crescente *esteticização* da economia, da vida quotidiana e das paisagens urbanas (Harvey, 1989, Featherstone, 1991).

A constatação empírica dessa crescente *esteticização* pode não conter, necessariamente, uma perspectiva superficial, fútil e até vácuca do mundo como, por vezes, é apontado. A socióloga norte-americana Sharon Zukin (1995), por exemplo, utiliza o conceito para dar conta da duplicidade contrastante e bipolarizada que, em seu entender, caracteriza as novas economias urbanas. As actividades económicas exigem crescentes preocupações de natureza estética, ao nível da arquitectura dos edifícios, do mobiliário e decoração, da imagem de uma marca, da apresentação dos espaços, dos objectos comercializados e do próprio pessoal de atendimento ao público. As fachadas e os interiores visíveis de um cenário que se tornou, crescentemente, parte integrante de estratégias de competitividade económica, acentuam cada vez mais um processo de *esteticização* das paisagens urbanas. Porém, ressalva Zukin (1995), nas traseiras desses espaços, é possível encontrar, frequentemente, uma paisagem vernácula, onde as preocupações de *esteticização* estão ausentes. Esses são os espaços marginais que compõem, também, as novas economias urbanas. Essa paisagem vernácula das cidades contemporâneas é povoada pelos trabalhadores precários dos 'macjobs', pelos imigrantes ilegais e pelos sem-abrigo.

Num texto que se tornou um clássico do debate em torno das teorias pós-modernistas da cidade na década de 1980, Fredrick Jameson (1984), alertava para uma interpretação a partir de factores económicos, da crescente *esteticização* e 'culturalização' das paisagens urbanas e das suas economias. Visíveis, por exemplo, nas novas formas arquitectónicas avaliadas como pós-modernistas, ou no crescimento da centralidade das indústrias culturais naquelas economias. Para aquele autor, a transição do sistema económico capitalista para uma nova fase, o capitalismo tardio, implica, igualmente, uma nova lógica de acumulação que, em seu entender, é uma lógica cultural. A cultura tornou-se uma actividade lucrativa e a economia, em geral, necessita de integrar preocupações culturais, ou estéticas, para criar mais valias.

David Harvey (1989, 1994), por sua vez, considera que o capitalismo tardio necessita de mobilizar a cultura e o espectáculo para o processo de acumulação do capital, o que explicaria a monumentalidade da 'arquitectónica pós-modernista' das cidades e o crescimento dos grandes eventos urbanos, festivais e exposições mundiais. O próprio modelo de regeneração urbana de zonas outrora fulcrais para as cidades industriais, como algumas zonas

fabris, portuárias, ou de habitação operária, obsoletas nas novas economias urbanas, denuncia, para Harvey, aquela necessidade de mobilização da cultura e do espectáculo que constitui uma forma de *esteticização* da vida quotidiana das cidades e das paisagens urbanas, como também sugere Featherstone (1991).

Há, porém, um outro argumento que pode, igualmente, explicar aquela crescente *esteticização*. Trata-se, uma vez mais, de um contributo sugerido por Scott Lash (1988) e que consiste no conceito de *regime de significação*, como proposto por aquele autor. Um movimento longo de transformação secular, do regime de significação dominante na cultura ocidental, permite dar conta do domínio de um regime de significação e representação discursivo, ao longo da história da modernidade, e do crescendo de importância de um outro, de tipo figurativo, na fase historicamente mais recente das sociedades modernas.

Num *regime discursivo*, as palavras, o discurso escrito ou oral, mais ou menos longo, resultado da elaboração baseada no exercício racional, constituem o registo dominante da comunicação, os seus instrumentos principais, os modos pelos quais a informação e o conhecimento são transmitidos, a aprendizagem e a socialização efectuadas e as transacções económicas e sociais realizadas.

Num *regime figurativo*, as imagens e símbolos, os ícones e as palavras-chave, ou frases curtas, constituem-se nas mensagens e veículos de comunicação dominantes, onde ao invés do exercício maturado da racionalidade é, sobretudo, o exercício rápido da intuição e dos sentidos que é convocado. Esta mudança de registos dominantes de comunicação produz vastos efeitos sociais, culturais e económicos, constituindo-se, também, numa transição fundamental nas sociedades contemporâneas. Ignorar aqueles efeitos, devido a uma eventual conotação do argumento com as teorias pós-modernistas, não parece analiticamente muito prudente.

A profusão e centralidade das imagens na vida quotidiana dos indivíduos, nas actividades económicas e nas paisagens urbanas das sociedades contemporâneas, responsáveis pela sua crescente *esteticização*, possuem vários factores explicativos que não podem ser dissociados da evolução do sistema económico dominante nas sociedades ocidentais. A sua origem deve ser procurada nos desenvolvimentos da primeira das indústrias culturais, a indústria cinematográfica. Não tanto na invenção do cinema no continente europeu, mas na sua transformação numa das actividades económicas mais rentáveis na economia norte-americana. Foi essa transformação daquela arte numa actividade económica que permitiu os investimentos que, progressivamente, se foram realizando ao nível da inovação tecnológica com aplicações àquela indústria. Todo um conjunto de tecnologias do som, da cor, da imagem em movimento, dos chamados efeitos especiais, que posteriormente foram permitindo a sua utilização numa série de outras actividades, como a

televisão, a publicidade, as indústrias do turismo, do lazer, da cultura e das artes. Acresce que uma panóplia de artefactos de consumo, que actualmente fazem parte da vida quotidiana de milhões de indivíduos, deve a sua invenção, difusão e desenvolvimentos tecnológicos, à inovação desencadeada pelos investimentos na indústria cinematográfica. Aqueles desenvolvimentos são os principais responsáveis pela transição do domínio de um regime de significação e representação discursivo para um outro, de tipo figurativo. Quatro daqueles desenvolvimentos merecem particular destaque, pelos efeitos que produzem.

Em primeiro lugar, o advento da indústria da publicidade, crucial ao funcionamento das economias, nomeadamente, enquanto economias baseadas no consumo. Como consequência, as paisagens urbanas, e a vida quotidiana dos indivíduos, estão impregnadas de imagens, resultado da centralidade da publicidade nas economias contemporâneas. Actualmente, não é mais possível conceber as cidades sem a omnipresença do caleidoscópio de imagens que as caracteriza, e isso, deve-se, também, além da multiplicidade das identidades culturais que as povoam, à congestão de imagens, provocada pela cultura promocional (Wernick, 1990) que a indústria publicitária imprimiu a todas as esferas e ambientes das sociedades de capitalismo de consumo.

Em segundo lugar, o surgimento da indústria do turismo e lazer, que não só povoa, igualmente, as paisagens em geral, e as paisagens urbanas em particular, como se tornou numa das principais actividades económicas das cidades e numa actividade que assenta, sobretudo, na exploração da dimensão sensitiva dos consumidores, além da comercialização da cultura e conhecimento. Mas uma actividade que passa, sobretudo, pela exploração, comercialização e consumo de imagens. São as imagens que constituem o produto principal da actividade turística (Urry, 1990).

Em terceiro lugar, as indústrias culturais, em geral, indissociáveis, cada vez mais, do papel da publicidade e do turismo e lazer, constituem, hoje, um dos principais pilares das economias urbanas, como tem vindo a ser demonstrado por diversos estudos (Scott, 2000; Costa, 2007, Lash e Lury, 2007). As indústrias culturais são, actualmente, o terreno privilegiado da inovação e criatividade que constituem imperativos das economias competitivas a várias escalas, incluindo, cada vez mais, a escala global, e imperativos das próprias cidades, que têm de se tornar criativas para competirem, elas próprias, na actual fase da globalização económica e cultural. Para Sharon Zukin (1995), a cultura, entendida em sentido amplo, constitui, actualmente, a principal vantagem competitiva das cidades e das suas economias.

Em quarto lugar, aqueles desenvolvimentos, foram permitindo incorporar, progressivamente, nos bens e serviços de consumo, uma componente estética, através das preocupações com a imagem dos produtos, o design, a apresentação, a embalagem, traduzindo-se numa componente simbólica

acrescida no consumo. A transição para um *regime de acumulação reflexiva*, tanto cognitiva como estética, reforça a ideia de que os bens e serviços produzidos para consumo têm de incorporar, também, valor acrescentado de natureza simbólica, informacional, comunicativa e estética. Desse modo, eles tornam-se bens e serviços que incorporam signos, com capacidade comunicativa, de representação e atribuição de significados, do ponto de vista das práticas e representações de quem os vai adquirir e consumir.

A convocação dos sentidos para as práticas de consumo passa, então, a ser um imperativo da geração de riqueza e crescimento económico. Mas de todo o aparelho sensorial, é a visão que, porventura, ocupa um lugar determinante no sucesso de economias também baseadas numa cultura de consumo. Talvez faça sentido, então, procurar igualmente aqui explicações para o hedonismo, que tem sido apontado como uma característica matricial das sociedades contemporâneas, nas teorias pós-modernistas. A exigência de gratificação e prazer imediatos tem sido referida como atributo de um presumível 'individualismo pós-moderno', da parte de indivíduos auto-centrados, desiludidos com as grandes narrativas de transformação colectiva do mundo, e com as utopias emancipadoras que fizeram a modernidade. Mas não deveria, antes, ser lida como uma consequência daqueles desenvolvimentos de natureza tecnoeconómica, que reconfiguraram os modos de produção e consumo de tipo capitalista, e as práticas e representações por eles requeridas?

O 'ocularcentrismo' e o hedonismo, apontados como características das sociedades pós-modernas e das suas cidades, deveriam, então, ser interpretados como requisitos de um novo *regime de acumulação reflexiva*, ao nível da produção, como do consumo, que explicam, em boa parte, a transição para um *regime de significação figurativo*, que está a transformar, decisivamente, por via de um processo de *estetização*, as paisagens e economias das cidades e os estilos de vida dos que nelas habitam, trabalham, consomem, ou circulam.

1.2.5 Individualização: liberdade individual e riscos sociais e pessoais

Outro conceito essencial à compreensão da complexidade da actual transição societal e, particularmente, ao objecto deste trabalho, é o conceito de individualização. Trata-se de um conceito sujeito a uma série de interpretações erróneas, em parte como resultado da suspeição de que o seu sentido pode ser conotado com a ideia de um individualismo que, presumivelmente, caracterizaria as sociedades contemporâneas, interpretadas como sociedades pós-modernas.

A concepção de individualização que aqui se propõe é tributária da sua utilização por autores como Beck (1986/1992, 1994) e Giddens (1991), retomada por inúmeros sociólogos de várias áreas, como é o caso da sociologia do consumo. Uma vez mais, partilha-se aqui, igualmente, a adopção do conceito na sua interpretação por Lash e Urry (1994).

Atendendo aos equívocos a que a utilização do conceito pode conduzir, Ulrich Beck (1994), tal como Giddens (1991) já o havia feito, teve a preocupação de esclarecer o sentido em que a sua utilização é proposta. Não se trata de afirmar qualquer atomização, isolamento ou desconexão social dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, como por vezes é sugerido pela difusão das teorias pós-modernas. Essas são características que, de resto, algumas interpretações de autores clássicos da sociologia como Durkheim, Simmel, Park e Wirth, já sugeriam, equivocadamente, em relação às sociedades modernas e aos seus espaços urbanos, particularmente às grandes cidades de finais de 1800 e princípios de 1900. Merece as mais sérias reservas a ideia de que as sociedades hoje seriam mais individualistas do que o foram em tempos mais recuados na história. A discussão deve antes ser colocada noutro plano.

O plano em que o conceito de individualização merece ser colocado é aquele em que, tal como sugere Beck, a “individualização e a globalização são, de facto, os dois lados de um mesmo processo de modernização reflexiva” (Beck, 1994: 14). O recurso ao tempo longo como escala de análise permite afirmar que os processos de individualização são processos seculares, iniciados com o projecto da modernidade. Eles resultam de um movimento longo de crescimento da autonomia e autodeterminação individual face às instituições, de crescimento da liberdade de acção dos indivíduos face aos constrangimentos das estruturas em que essa acção se insere (Beck, 1986/1992, 1997; Beck, Giddens e Lash, 1994; Giddens, 1981, 1991, 1994).

Por aqui se deve interpretar, também, a crescente presença dos indivíduos, enquanto cidadãos, no centro da acção política e da inovação social, não resultante apenas das transformações e inovações económicas e tecnológicas historicamente mais recentes, mas também da inovação societal e cultural, em parte correlacionadas com as anteriores, mas em parte um efeito da libertação da criatividade humana face às instituições e estruturas que condicionam essa liberdade. Ora, essa libertação constitui um traço de continuidade das sociedades modernas, por contraponto às sociedades pré-modernas ou às sociedades contemporâneas de outros contextos civilizacionais.

A história da modernidade é, em muito boa parte, a história do crescimento da liberdade e provimento de poder dos indivíduos (*empowerment*). Um crescente provimento de poder dos indivíduos nas sociedades modernas justifica, também, um crescente protagonismo do que se tem chamado “sociedade civil”. Aquele genérico provimento de poder dos indivíduos, como traço de continuidade histórica da modernidade, não implica qualquer tendência de igualização das posições por eles ocupadas nas estruturas de poder. Significa, isso sim, que uma vez tomado o tempo longo de análise da história, é possível verificar que as desigualdades de poder se esbateram consideravelmente, e uma vez tomado o sistema mundial como perspectiva é nas sociedades do modelo civilizacional europeu que aquelas desigualdades são menos acentuadas.

Mas, se assim têm sido os caminhos da história da modernidade, não é menos verdade que as fases de reestruturação e transição sempre têm conduzido a um maior provimento de poder de alguns indivíduos e, em contrapartida, maior desprovimento de poder de outros. Por exemplo, a crescente crise, ou pelo menos reformulação, do “Estado de bem-estar”, vem evidenciando que ela contribui para um acréscimo de riscos individuais e sociais. Esses riscos constituem, de resto, o reverso da moeda da flexibilidade e individualização, ainda que deste lado da moeda estejam também as sementes da inovação, da criatividade e liberdade individuais. Necessariamente que esses riscos conduzirão a novas assimetrias sociais e de poder entre os indivíduos.

A passagem de uma ordem social baseada na tradição e no hábito, de mecanismos automáticos de solidariedade, para outra baseada na razão, na ciência e na técnica, de mecanismos organizacionais de solidariedade, implicou um acréscimo dos graus de liberdade de escolha, e de redução da margem de incerteza das decisões dos indivíduos, das instituições e das organizações. Nessa medida, as sociedades modernas são, como sustenta Giddens (1990/1992, 1991, 1994a, 1994b), sociedades de uma ordem pós-tradicional. Contudo, na fase mais avançada da modernidade, os desenvolvimentos daquela ordem social e económica, foram criando novos riscos, gerando novas situações de incerteza, motivadas sobretudo pela criação de uma nova vaga da globalização, que exige opções, decisões e escolhas, efectuadas num contexto de múltipla escolha e de incerteza acrescida.

Retomando as alusões atrás efectuadas a propósito dos conceitos de flexibilidade e reflexividade, a individualização não pode ser concebida senão em articulação estreita com aqueles conceitos. Está em questão uma crescente alteração da relação dialéctica entre a estrutura e a agência, como concebida por Giddens (1981, 1991), em que à agência é possibilitado maior grau de liberdade, mas também exigido maior grau de responsabilidade na tomada de decisão, na opção e na escolha, em contextos de maior incerteza. O risco é, nesta medida, maior. Neste sentido se compreende que na sociedade de risco, teorizada por Beck (1986/1992, 1997), ou na cultura de risco, como prefere Giddens (1991), o que está em questão não são apenas riscos de natureza ambiental, consequência da industrialização do mundo e dos usos bélicos da tecnologia e da ciência, como, também, riscos sociais e pessoais. Estes últimos, resultantes das alterações nos modos de regulação social, e das crises das instituições que asseguravam essa regulação, bem como das alterações nos *modelos de societalização*, que crescentemente foram alargando a exigência de individualização dos ‘planos de vida’, e das respectivas biografias.

Na ordem social e económica da modernidade, na sua fase actual, o risco globaliza-se e individualiza-se simultaneamente. Ao mesmo tempo que crescem, potencialmente, os graus de liberdade de escolha, aumentam também as margens de incerteza em que as decisões, escolhas, opções, têm de ser tomadas.

A individualização exige, assim, maior reflexividade, e também maior flexibilidade, ou plasticidade, tanto dos indivíduos e da sua agência, como das sociedades e das suas estruturas. Nesta medida, o planeamento da vida individual, como da acção colectiva das instituições e organizações, é uma exigência em ordem a reduzir as margens de incerteza. A contingência dos efeitos e consequências da acção é, crescentemente, um adquirido de contextos de incerteza e múltipla escolha, como são os contextos da vida social e económica da actual fase da modernidade. Ter capacidade para reduzir a margem de incerteza e aumentar os graus de liberdade é, portanto, nas sociedades globalizadas de risco, uma fonte decisiva de poder.

Tal como já anteriormente foi referido, o crescimento da libertação da agência face à estrutura, não implica qualquer nivelamento das oportunidades de escolha e do poder de decisão. Pelo contrário, não apenas persistem antigas desigualdades, como surgem novas, decorrentes de novos factores de diferenciação e estruturação do poder e respectivas relações. Das mutações em curso na actual fase de transição resultam, também, novos quadros de regras, códigos, normas e recursos. Novas formas de estruturação social e económica. Retomando o que antes se referiu, as *novas estruturas globais da informação e do conhecimento* são decisivas na nova ordem social e económica em constituição, introduzindo novas oportunidades, mas também novos riscos e novas formas de desigualdade.

Provimento e desprovimento de poder parecem ser, portanto, duas faces determinantes da reestruturação em curso. Assim, por um lado verifica-se uma crescente liberdade e criatividade individuais, como uma linha de continuidade na história da modernidade e que está a reflectir-se, também, na reestruturação observável na diversidade e complexidade crescentes dos espaços urbanos e das sociedades contemporâneas em geral. Por outro lado, uma nova e complexa “geometria do poder” (Massey, 1993) parece estar a desenhar-se com a reestruturação em curso, e a sua análise tem sido pouco privilegiada nas múltiplas leituras da transição.

Mas não são apenas os actuais processos de individualização que estão a desenhar uma nova geometria do poder. O mesmo parece estar a suceder como resultado da actual vaga de globalização, entendida na sua acepção mais alargada, tal como aqui se propõe. A maioria dos estudos urbanos tem desenvolvido as suas análises da actual reestruturação das cidades, e das diversas dimensões da transição societal que as afectam, a partir do conceito de globalização e, em alguns casos, também do conceito de flexibilidade, que anteriormente foram abordados. Contudo, ao colocarem, certamente, a questão da mobilidade no cerne dos processos de globalização e flexibilização, algumas das análises daqueles processos, têm menosprezado, erradamente, os elementos que estão a estruturar uma nova geometria e uma nova geografia do poder, a partir da reestruturação económica, social e urbana que o desenvolvimento daqueles processos acarreta. Na secção seguinte, procede-se à

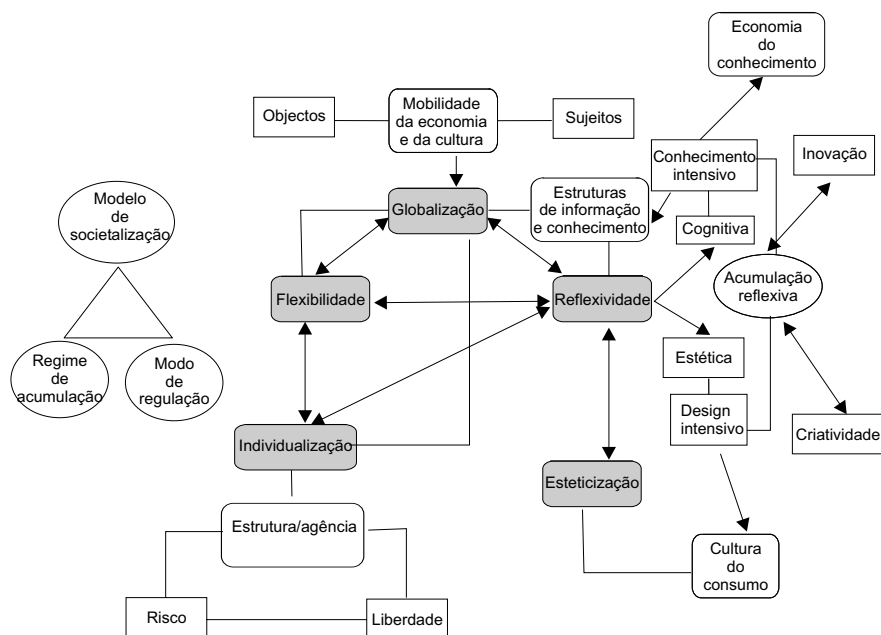


Figura 1.2 Modelo de análise da actual transição e reestruturação urbana

abordagem do papel da mobilidade e do território na actual fase de globalização e reestruturação das cidades.

1.3 Mobilidade e território na actual globalização e reestruturação urbana

Retomando a concepção de globalização que aqui se defende, é possível afirmar que a mobilidade não é apenas um eixo central dos processos implicados na globalização como, porventura, o propulsor principal da própria história da humanidade. Por vezes, no entanto, a difusão da ideia de globalização e da condição actual de um mundo intrinsecamente móvel, de circulação, cada vez mais intensa e veloz, de pessoas, informação e bens, tende a menosprezar importantes dimensões da mobilidade, impedindo uma análise mais ajustada do que pode estar em causa na actual transição societal e reestruturação das cidades.

1.3.1 A mobilidade dos objectos e sujeitos dos sistemas urbanos

Um olhar atento para a paisagem das cidades contemporâneas, e para o funcionamento dos sistemas urbanos, permite detectar uma crescente mobilidade

dos seus elementos, os *objectos* e os *sujeitos* das transacções económicas e culturais.

Um dos aspectos que caracteriza o mundo actual é uma intensa e veloz circulação, a várias escalas, incluindo a escala global, de *objectos*, como o dinheiro, a maquinaria, as matérias-primas, as mercadorias, os bens de consumo, e de *sujeitos*, enquanto factor trabalho, mas também enquanto migrantes, turistas, viajantes, fruidores, consumidores. Nos fluxos de circulação de *objectos* e *sujeitos* está representada uma dimensão física, material e visível. Mas há também uma dimensão simbólica, imaterial e, em alguns casos, invisível, da mobilidade. Numa complexa rede de fluxos não materiais circulam, a velocidades cada vez mais elevadas, e em boa parte invisíveis, os fluxos de dinheiro, dados, imagens, informação, ou os fluxos de identidades e culturas transportadas pelas pessoas.

Cada vez mais, por razões de trabalho, estudo, negócios, lazer, um número crescente de indivíduos circula a uma escala que transcende as fronteiras nacionais. Trabalhadores especializados da indústria e dos serviços, gente dos negócios, cientistas e académicos em reuniões internacionais, migrantes que procuram melhores condições de vida ou visitam familiares e amigos na diáspora, estudantes universitários, turistas e viajantes em actividades de lazer, povoam as paisagens urbanas do mundo globalizado. Mesmo a uma escala nacional ou regional, crescem os movimentos de pessoas que circulam, na condição de trabalhadores nas suas comutações quotidianas, cada vez mais complexas e plurais, na condição de estudantes, turistas e viajantes, ou na condição de consumidores, novos *flâneurs* das cidades e das suas áreas comerciais e centros de consumo.

A actual globalização da economia é, em muito boa parte, a circulação daqueles *objectos* e *sujeitos* pelas paisagens urbanas das cidades globalizadas. Do mesmo modo que a globalização da cultura se traduz na circulação dos signos e componente figurativa incorporados nos bens de consumo, nas imagens das marcas de produtos e serviços, nos logótipos das empresas que os produzem, e nos fluxos das identidades e estilos de vida. Os elementos simbólicos e culturais, de proveniências territoriais diversas, que compõem os fluxos de uma intensa mobilidade, estão a alterar profundamente as paisagens urbanas e a vida quotidiana das cidades globalizadas, desafiando antigas noções de espaço e de tempo, da urbanidade e do desenvolvimento urbano.

Para alguns especialistas, como François Ascher (2007), a cidade sempre foi o reflexo do modo particular como, em cada época, se efectuou o transporte e armazenagem de pessoas, bens e informação. São as transformações que a esse nível se verificam, na actual fase da globalização, que estão a operar uma mudança de paradigma no desenvolvimento urbano e, por consequência, a desafiar os instrumentos conceptuais de análise da cidade moderna e industrial, como será discutido mais adiante.

1.3.2 Os elementos fundamentais da mobilidade: velocidade, luz e energia

Para Nigel Thrift (1996), um olhar para a história do desenvolvimento das cidades permite perceber como um complexo de maquinaria foi sendo criado para possibilitar o crescimento da mobilidade. Tecnologias da *velocidade, luz e energia* foram, historicamente, elementos fundamentais para alargar a mobilidade nos espaços e nos tempos da vida económica e social do quotidiano urbano.

Diversas invenções àqueles níveis foram sendo decisivas. Algumas delas iniciadas ainda no século XVIII, outras desenvolvidas sobretudo a partir do século XIX, foram permitindo transformar as cidades modernas e industriais no que elas são hoje. A luz artificial e a energia eléctrica, nas suas várias potencialidades, foram elementos cruciais para alargar os espaços e tempos da actividade económica das cidades e da vida urbana em geral. Foram, igualmente, elementos decisivos do crescimento da qualidade de vida nas cidades e nos lares dos seus habitantes. Do mesmo modo que permitiram marcar a paisagem urbana com a iluminação de edifícios, sinaléticas informativas, *video-walls* publicitários. Todo um conjunto de dispositivos dependentes da utilização da luz eléctrica. As cidades hoje mais afectadas por uma intensa mobilidade dos processos de globalização, são cidades que bem poderiam ser designadas de 'electropolis' (Thrift, 1996), dada a centralidade da energia eléctrica no seu funcionamento e na sua miríade de mobilidades, vinte e quatro sobre vinte e quatro horas e sete sobre sete dias da semana (Ascher, 2007).

No século XX, o crescimento do transporte individual, o automóvel, foi o mais importante instrumento da mobilidade. As cidades modernas e industriais, da segunda metade do século, foram construídas à volta da centralidade do automóvel. Os processos de suburbanização por que passaram as cidades industriais modernas pressupunham, não tanto as redes de transporte público, quanto aquele meio de transporte individual. A cidade metrópole do século XX é a cidade do automóvel. Recorde-se que o modelo de crescimento económico dominante nesse século, não por acaso, recebeu o nome de um fabricante de automóveis (Lash e Urry, 1994). Mas é ainda no século vinte que o fordismo permite o desenvolvimento de um conjunto de utensílios baseados na energia eléctrica, os electrodomésticos, permitindo a redução do tempo das tarefas domésticas, como as máquinas de lavar, o aspirador, o micro-ondas, alargando, desse modo, as possibilidades de importantes mudanças na vida social e urbana das cidades.

O último quartel do século XX haveria de ficar marcado, no entanto, por outros desenvolvimentos cruciais para a actual vaga da globalização. Em matéria de mobilidade das pessoas e dos bens, a massificação do transporte aéreo. Em matéria da mobilidade da informação, as novas tecnologias da informação e da comunicação, que estão a ser responsáveis por uma

‘revolução tecnológica’, de profundas consequências, possuindo apenas paralelo histórico naquelas motivadas pela revolução industrial nos séculos XVIII e XIX. Novas realidades e novos quadros conceptuais têm vindo a emergir, na sequência daquelas mutações. Algumas precauções se impõem, previamente, para a análise dos efeitos desta ‘revolução tecnológica’ na mobilidade, na concepção de espaço e de tempo e, portanto, na concepção e desenvolvimento da cidade.

Em primeiro lugar, é verdade que tal como se torna difícil conceber as cidades contemporâneas sem a congestão de imagens que as caracterizam, como anteriormente se referiu, também não será fácil concebê-las sem a omnipresença dos elementos *luz* e *energia*, que permitem o seu actual funcionamento e a intensa *velocidade* de circulação de pessoas, bens e informação. Os efeitos das novas tecnologias de informação, comunicação e transporte são, então, essencialmente, a continuidade de tendências iniciadas pelo menos no século dezanove (Thrift, 1996). Tal como sustentam Stephan Graham e Simon Marvin:

Quando os actuais caminhos, rumo a uma velocidade e mobilidade acrescidas, são colocados numa perspectiva histórica, eles realmente parecem ser uma intensificação de processos que têm uma história tão longa como a própria cidade moderna e industrial. [...] Em muitos sentidos, então, as actuais mudanças que advêm da aplicação das comunicações computadorizadas, na sociedade urbana, reflectem meramente, a mais recente intensificação de um movimento rumo a uma veloz sociedade da informação que possui raízes nos primórdios dos processos de industrialização (Graham e Marvin, 1996: 73-74).

Em segundo lugar, as histórias dos desenvolvimentos da *velocidade*, *luz* e *energia* são diferentes quando considerados espaços diferentes. Como salienta Nigel Thrift (1996), a história implícita nos desenvolvimentos que conduziram à actual ‘revolução tecnológica’ e às profundas mutações no espaço e no tempo, é a história do desenvolvimento urbano euro-americano, certamente depois transferida, em modos variáveis, para os restantes contextos civilizacionais. Porém, a ideia de um mundo sob a voragem da velocidade é uma ideia euro-cêntrica, senão primordialmente norte-americana, importa ter disso consciência. A expressão “*keep on the move*”, que hoje traduz a natureza das mobilidades de um mundo globalizado, remete, em primeiro lugar, para a história e cultura norte-americanas. Do mesmo modo que uma paisagem urbana marcada pela luz eléctrica diz respeito, antes de mais, ao universo civilizacional da modernidade europeia, ou euro-americana. As imagens dos diversos espaços do planeta, obtidas por satélite em período nocturno, ilustram bem as fortes assimetrias mundiais na densidade da presença da luz artificial. Este dado é tanto mais importante quanto, a generalidade das novas tecnologias de informação e comunicação, estratégicas na mobilidade da informação e no acesso ao conhecimento, carecem da existência de energia eléctrica para, elas próprias, existirem.

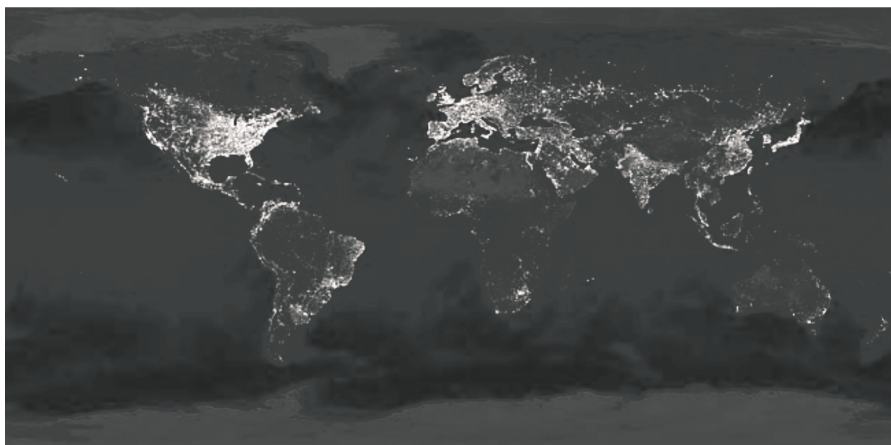


Figura 1.3 As luzes da cidade

Fonte: Nasa, <http://visibleearth.nasa.gov/> (último acesso em 09/10/2008).

Uma vez esclarecidos os dois pontos anteriores, importa, de seguida, passar à análise das implicações das mutações mais recentes na esfera da mobilidade, no plano dos contextos mundiais em que os referidos desenvolvimentos tecnológicos, de facto, ocorreram historicamente.

1.3.3 Espaços de fluxos e territórios da mobilidade

Aqueles desenvolvimentos foram responsáveis pela formulação conceptual de Castells (1994, 1996), segundo a qual, nas sociedades globais e reticulares, da informação, os *espaços de lugares*, que antes tipificaram a vida das sociedades modernas e das suas cidades, cedem terreno, progressivamente, aos *espaços de fluxos*, derivados da intensificação da mobilidade a todos os níveis supra referidos e, particularmente, da mobilidade electrónica. Este postulado tem sido objecto de inúmeras pesquisas sobre as actuais mutações funcionais e morfológicas das cidades, bem como das implicações nos *modelos de socialização* das sociedades contemporâneas. Tem, também, sido alvo de variadas discussões de natureza teórico-conceptual, que permitem a clarificação das implicações da mobilidade na sua relação com a globalização e a reestruturação urbana em curso.

As consequências advindas daquela transformação histórica apresentam vários desafios, tal como foi sugerido por Graham e Marvin (1996) no seu estudo seminal das relações entre as telecomunicações e a cidade e, especificamente, das relações entre os espaços electrónicos e os lugares urbanos.

Para aqueles autores está em curso uma autêntica mudança de paradigma que enfrenta três grandes desafios: (i) O desafio da invisibilidade de uma parte importante daqueles fluxos de informação e comunicação. (ii) O desafio conceptual, das noções até agora utilizadas sobre tempo, espaço e cidade. E, finalmente, (iii) o desafio ao planeamento urbano, como consequência das profundas mutações operadas no modo de concepção, funcionamento, regulação e governação das cidades. Este último desafio, bem como as mudanças nas noções de espaço e cidade, são aspectos a desenvolver no capítulo seguinte. As alterações históricas sobre a concepção do tempo, e a sua natureza crucial na estruturação das sociedades e dos estilos de vida, serão analisadas no capítulo 4. Por agora, atente-se no desafio da invisibilidade parcial das novas mobilidades.

A concepção de cidade que historicamente os seus analistas e planeadores desenvolveram era dominada pelo tangível. As infra-estruturas, os solos, os edifícios, os meios de transporte, as vias de circulação de pessoas e mercadorias, os lugares físicos das transacções económicas e culturais e das interacções sociais, foram os elementos que influenciaram as múltiplas concepções de cidade, desenvolvimento urbano e planeamento. Sucede que uma parte fundamental dos espaços de fluxos possui uma natureza intangível. As telecomunicações permitem a circulação de fluxos de radiações electromagnéticas, fluxos de electrões ou fótons que transportam informação, comunicação, dados, imagens, vídeos, voz, à velocidade da luz e de forma invisível. A invisibilidade parcial destes espaços de fluxos torna as respectivas tecnologias silenciosas, passíveis de serem interpretadas como do foro do privado, tornando os seus efeitos de enorme impacto sobre as transacções económicas e culturais e, portanto, sobre as cidades, de difícil interpretação e análise. Este facto, por sua vez, tem permitido uma dificuldade acrescida na sua regulação e o reforço da ideia de que estas tecnologias são bens de mercado e o seu acesso dependente, sobretudo, da capacidade do consumidor para as pagar.

Adicionalmente, estes novos espaços de fluxos, fortemente motivados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, têm vindo a criar a possibilidade e a necessidade, pela sua própria natureza, de um funcionamento das transacções económicas e culturais em complexas redes de múltiplas escalas que, pelo menos em parte, esbatem fronteiras outrora bem definidas pelos espaços de lugares.

A natureza reticular dos fluxos que permitem faz com que estes espaços electrónicos operem, aparentemente, livres de constrangimentos de tempo e de espaço, o que tem vindo a contribuir, decisivamente, para as mudanças operadas ao nível do regime de crescimento económico e do modelo de socialização até ao presente conhecidos. Trata-se de alterações tão profundas quanto a própria concepção que historicamente a humanidade teve sobre o que eram o *mundo do homem* e o *mundo das coisas*, o *animado* e o *inanimado*, os *sujeitos* e os *objectos* (Thrift, 1996: 285).

Há, no entanto, dois argumentos que devem ser aduzidos àquela leitura do desafio da invisibilidade parcial dos espaços de fluxos das novas mobilidades da sociedade reticular, que advém da revolução das novas tecnologias da informação e comunicação. Será também com base nestes dois argumentos que se tornará possível conceber o que está em causa nas profundas mudanças de estilos de vida e na reestruturação urbana em curso.

[1] Em primeiro lugar o argumento que realça o desigual posicionamento dos países, regiões, cidades e demais contextos territoriais, bem como dos indivíduos, face à capacidade de mobilidade e controlo dos respectivos meios, e que defende que esse desigual posicionamento contribui para novas formas de diferenciação, assimetrias e hierarquias urbanas e sociais, que caracterizam a contemporaneidade. Uma nova geometria, a vários níveis, e uma nova geografia a diferentes escalas, reconfiguram o poder, como resultado de posicionamentos e relações desiguais face à mobilidade.

O potencial de mobilidade dos indivíduos adquire, então, importância decisiva, já que é aí que se encontrará informação crucial sobre os factores que constituem novos estilos de vida e novas formas de estruturação social, com as suas diferenciações de poder, inclusões e exclusões, relações e posições, no contexto das *estruturas da informação e conhecimento* de uma sociedade do conhecimento globalizada. Para alguns autores:

[...] um estudo sobre o potencial de movimentação revelará novos aspectos sobre a mobilidade das pessoas, no que toca às possibilidades e constrangimentos das suas “manobras”, bem como as mais vastas consequências sociais da mobilidade espacial e social. Por exemplo, o conhecimento sobre as contingências territoriais da movimentação de pessoas ou bens, ou as condições da mobilidade social dentro de um contexto regional específico, pode clarificar um campo que tem negligenciado a análise contextual (Kaufmann e outros, 2004: 749).

Flamm e Kaufmann (2006), partindo da assunção da multiplicação e complexidade de métodos para as deslocações no espaço e de que novas formas de mobilidade estão a emergir da combinação da mobilidade física e virtual, entendem que “a análise sociológica não pode mais funcionar sem uma análise em profundidade do papel da mobilidade na integração social, e nas suas implicações em termos de diferenciação social, ou mesmo exclusão social” (Flamm e Kaufmann, 2006: 168). Consideram, no entanto, que a sociologia carece de um instrumento conceptual apropriado para a operacionalidade desta perspectiva teórica da mobilidade. Esse conceito, propõem, deve ser o conceito de ‘*motilidade*’ (Flamm e Kaufmann, 2006; ver, também: Kaufmann e outros, 2004).

O conceito, com origem na biologia e medicina, significando aí a capacidade para o movimento de um animal, célula ou órgão, foi empregue em

sociologia por Bauman (2000), na sua teoria da *liquefacção* da modernidade actual, para descrever a capacidade para se ser móvel. Para Flamm e Kaufmann (2006), a *motilidade* representa o potencial de mobilidade de um indivíduo e pode ser definida como o modo pelo qual “um indivíduo, ou um grupo, domina a esfera de possibilidades para a mobilidade, trabalhando-a com a perspectiva de desenvolver projectos pessoais” (Flamm e Kaufmann, 2006: 168).

Assim, a *motilidade* compreende, para aqueles autores (Flamm e Kaufmann 2006: 169), todos os factores que determinam o potencial para ser móvel no espaço, sejam capacidades físicas, aspirações à mobilidade ou ao sedentarismo, sistemas de transporte e telecomunicações e a sua acessibilidade e conhecimento adquirido. A *motilidade* é, então, constituída por factores ao nível do acesso — as condições sob as quais as opções disponíveis podem ser usadas —, ao nível das competências —, requeridas para usar as opções disponíveis —, e ao nível da apropriação cognitiva —, a avaliação das condições disponíveis face aos projectos e estratégias de mobilidade ou imobilidade.

A *motilidade* constitui-se, deste modo, num recurso crucial para as opções dos indivíduos em matéria de mobilidade, podendo funcionar, inclusive, como um capital, no sentido do trabalho desenvolvido por Pierre Bourdieu (1979) sobre os diversos tipos de capitais, passíveis de serem reconvertidos uns nos outros em função de estratégias de vida e de mobilidade social. Mas, sobretudo, o conceito de *motilidade*, permite operacionalizar o estudo da capacidade de mobilidade espacial das pessoas, como dimensão crucial da estruturação social das sociedades globalizadas, dada a importância crescente que nelas detém a mobilidade, e as mudanças económicas, políticas, urbanas e sociais, nela implicadas.

Adicionalmente, o uso crescente de tecnologias de informação e comunicação — exigindo acessos, competências e apropriações específicas e crescentemente determinantes —, e a sua relação com as estratégias de mobilidade, vêm reforçar a pertinência analítica do conceito de *motilidade*. Por um lado, pela necessidade do conhecimento das possibilidades e constrangimentos dos indivíduos, dos grupos sociais, dos estilos de vida, no acesso, nas competências adquiridas e na apropriação desses meios para a integração social nas sociedades globais e do conhecimento. Por outro, porque permite conhecer uma dimensão crescentemente crucial de *empowerment* e de desiguais relações de poder.

A mobilidade implica, com efeito, também, geometrias variáveis de poder da vida quotidiana e, nas sociedades globais actuais, implica, ainda, formas de estruturação social crescentemente determinadas pelas posições ocupadas pelos indivíduos nas *estruturas da informação e do conhecimento*.

[2] Em segundo lugar, impõe-se explicitar o argumento que questiona se uma boa parte das análises da globalização, sustentando a ideia de “des-territorialização” originada pela “compressão do espaço-tempo”, não tem

negligenciado as formas de organização territorial, relativamente fixas e imóveis, as infra-estruturas que permitem o funcionamento da globalização (Sassen, 1994, 2000a). Ao sustentar este argumento, Saskia Sassen, por exemplo, considera a dependência do lugar inscrita na própria globalização, defendendo que determinadas cidades particulares no globo são os lugares urbanos territorialmente específicos nos quais ocorrem vários processos essenciais à globalização.

Contrariando as teses de “desterritorialização” e “desregulação”, como características da globalização, Sassen (2000a) defende que a globalização se materializa em contextos territoriais particulares, e tem vindo a implicar a reconstrução de um aparelho institucional e legal que permita o seu funcionamento, e que envolve uma complexa negociação de poder, negligenciada pelo argumento da “desregulação”. Acrescenta, no entanto, que há um crescimento de um conjunto de transacções que se exercem no espaço electrónico, transcendendo a capacidade do seu controlo pelo aparelho estatal e institucional. Esta crescente “virtualização” das actividades económicas, mas também de outras actividades, pode-se acrescentar com cada vez mais pertinência, apresenta grandes défices de regulação, tanto por parte do Estado como por parte das instâncias de governança “para além do Estado” (Swyngedouw, 2005). Mas, por outro lado, as novas tecnologias, que permitem as transacções e transmissões instantâneas de dinheiro e informação, estão altamente concentradas em cidades, ou regiões urbanas, particulares, dos países mais desenvolvidos (Sassen, 2000a). Cidades ou regiões urbanas que pertencem, portanto, a determinados territórios nacionais.

O argumento da inteira desmaterialização da economia e da cultura, por via do novo espaço electrónico, que permite, de facto, a mobilidade instantânea aniquilando as distâncias espaciais, merece as mais sérias reservas. Embora em muito boa parte invisíveis, o acesso à velocidade de circulação da economia e da cultura, exige infra-estruturas físicas, materiais e territorialmente localizadas, as quais se encontram desigualmente distribuídas pelo globo.

Um estudo recente (Rutherford e outros, 2004), sobre a territorialidade das redes de telecomunicações e das suas infra-estruturas de cabos de fibra óptica implantadas na Europa, demonstra que a Internet é uma tecnologia urbana territorializada, da qual a economia global hoje depende quase tanto como das redes de transporte físico. Aquele estudo demonstra, também, como uma sociedade e uma economia em rede estão a reforçar anteriores, e a edificar novas, assimetrias e hierarquias territoriais e urbanas. Resultado de uma profundamente assimétrica implantação daquelas infra-estruturas no subsolo do território europeu, a velocidade e os custos de acesso à mobilidade da economia e da informação, denotam a crescente vantagem de alguns países, e particularmente de algumas cidades ou regiões urbanas, face à desvantagem de outras. Conclui, ainda, pela continuidade da importância

das especificidades territoriais nacionais na Europa. Portugal, e a sua rede de cidades e regiões urbanas, por exemplo, a par de outros contextos europeus, surgem manifestamente em desvantagem nas condições materiais de acesso à mobilidade que confere competitividade na actual economia global.

Em síntese, se é verdade que a história da globalização é, em grande medida, a história da mobilidade, isso não quer dizer que o mundo, de repente, se tenha tornado exclusivamente móvel, fluído, composto apenas de circulação. A mobilidade carece sempre de pontos nodais, de *portos*, de vários tipos. Carece sempre de lugares físicos e respectivas infra-estruturas e essas estão sempre desigualmente distribuídas no território e o seu acesso por parte dos países, cidades, regiões e indivíduos, permanece um acesso desigual. Poderá ser verdadeiro que alguns desses lugares são ‘não lugares’ ou ‘quase lugares’, como sustentam diversos autores (Veja-se a sua crítica em: Ascher, 2007), na medida em que eles se estruturam como espaços de passagem, sem capacidade para produzirem encontro, interacção — permanente e consequente —, sem aptidão para gerarem sociabilidades que produzam formas sociais minimamente estáveis. Contudo, não é menos verdade que outros detêm importância crucial nas transacções económicas, sociais, políticas e culturais, e nas formas actuais de produção de sociedade, cultura e urbanidade. Muitos deles são, simultaneamente, lugares de consumo, e é enquanto tal que são eleitos como espaços preferenciais da constituição e representação dos novos estilos de vida.

Uma visão do mundo contemporâneo e, particularmente, das suas cidades, como uma incessante fluidez e circulação da economia e da cultura, sendo aparentemente verdadeira, pode também ser largamente exagerada. Em bom rigor o mundo sempre implicou mobilidade e sedentarismo. As cidades, a sua vida económica, social e cultural, a sua paisagem e morfologia, ilustram bem isso mesmo (Massey, 1993; Thrift, 1996). A tese de Castells, a propósito da perda de velocidade da importância dos ‘espaços de lugares’ face ao crescente domínio dos ‘espaços de fluxos’, merece, então, ser discutida e problematizada, tal como se propõe no capítulo seguinte.

Cidade de fluxos e lugares

2.1 Da cidade metrópole à cidade região

A história do desenvolvimento urbano português conduziu a um contínuo crescimento populacional da capital nacional ao longo do século vinte, até ao início da década de 1980. Desde então, a cidade de Lisboa, entendida como circunscrição administrativa do município de Lisboa, tem vindo a assistir a uma perda líquida de população residente. Este facto estatístico tem sido, recorrentemente, mencionado como anómalo e passível de grande preocupação, tanto no discurso político e mediático como, por vezes, no próprio discurso científico e académico.

É certo que ele é merecedor de atenção das políticas urbanas, que até ao presente não têm conseguido contrariar aquela tendência demográfica regressiva. Uma cidade caracteriza-se, em primeiro lugar, pela aglomeração de população e pelo dinamismo que a concentração populacional permanente pode implicar para a vida urbana. Uma cidade sem população é um contra-senso, já que ela é, por definição, uma aglomeração permanente de pessoas e das actividades por elas protagonizadas.

As três variáveis fundamentais, a partir das quais os fundadores da sociologia urbana definiram a cidade moderna e industrial da transição do século XIX para o século XX, permanecem, no essencial, pertinentes para a definição do que se entende por cidade. Apesar das sucessivas discussões e críticas de que os postulados teóricos dos fundadores foram alvo, ao longo da evolução dos estudos urbanos, a verdade é que a dimensão, a densidade e a diversidade, continuam a ser elementos decisivos da constituição da cidade e da sua vitalidade. Uma cidade implica economias de escala, de aglomeração e proximidade e de gama ou variedade. Os efeitos de escala crescem à medida que aumenta a dimensão populacional da cidade, os efeitos de aglomeração e proximidade crescem com o acréscimo da densidade populacional, e os efeitos de gama ou variedade crescem com o crescimento da heterogeneidade ou diversidade de população e actividades.

Na sua definição de cidade, Louis Wirth, no célebre artigo *Urbanism as a Way of Life*, um clássico dos estudos urbanos publicado em 1938, exprimiu bem a importância matricial daquelas três variáveis para a definição da cidade moderna e industrial do século XX. As preocupações com o decréscimo da população residente da capital do país não deixam, portanto, de fazer sentido, quando na transição do século XX para o século XXI a cidade de Lisboa iniciou um processo constante de perda de população residente.

Contudo, permanecendo válidos, aqueles pressupostos, as condições, ou factores, da sua concretização, alteraram-se significativamente ao longo da evolução da cidade moderna e industrial. São essas condições ou factores que importa indagar. Embora a cidade possa continuar a ser definida pela elevada dimensão, densidade e heterogeneidade de população e actividades, os desenvolvimentos reportados no capítulo anterior conduziram a profundas alterações da sua morfologia e funcionalidade. Tal como já anteriormente referido, há uma mudança de paradigma na concepção do que se pode entender, actualmente, por cidade que está ausente das preocupações reveladas sobre a perda de população residente da capital do país.

O que actualmente se deve questionar é em que medida a cidade de Lisboa pode continuar a ser definida pela actual circunscrição político-administrativa do município de Lisboa. A questão que merece discussão é a de saber em que medida o que está em causa na preocupação com a perda de população residente da cidade de Lisboa, não é uma concepção de cidade ultrapassada pelos desenvolvimentos analisados no capítulo 1. O que importa questionar, em primeiro lugar, é em que medida uma cidade, actualmente, pode ser classificada tão-somente a partir do volume da sua população residente. Em que medida é que os factores demográficos, sendo importantes, são o único critério para uma tal classificação, ou para a hierarquização urbana. Finalmente, em que medida é que os critérios administrativos de delimitação das cidades, historicamente enraizados, como no caso português, permanecem válidos para a análise das dinâmicas urbanas actualmente em curso.

2.1.1 Urbanização: da cidade industrial à cidade metrópole

A história do desenvolvimento urbano a nível mundial tem demonstrado vários aspectos que importa reter. O primeiro desses aspectos é que não há um padrão uniforme de desenvolvimento urbano, pesem embora algumas regularidades. A evolução das cidades é variável em todas as escalas. Dentro do mesmo país, quando comparados os sistemas de cidades entre países, ou quando se observam os modelos de crescimento urbano das diversas regiões do mundo. Por razões históricas, os modelos norte-americanos, também diversos entre si, têm sido analisados, com frequência, na sua comparação face aos modelos europeus, os quais, por sua vez, também apresentam uma

razoável diversidade. Há uma profunda divergência entre os modelos de crescimento urbano norte-americanos e os europeus.

Em todo o caso, genericamente, é possível encontrar alguns traços similares do percurso de desenvolvimento das cidades modernas e industriais, sejam elas europeias ou norte-americanas. Foi possível verificar, por exemplo, como as cidades dos primórdios da industrialização cresceram graças à localização das fábricas no centro dessas cidades. Foi essa localização industrial que motivou o crescimento populacional e urbanístico à volta da fábrica, numa parte significativa graças aos movimentos migratórios de população dos campos, mais ou menos longínquos, para a cidade. Mais tarde, porém, foi o facto da cidade se ter transformado num espaço denso em população e actividades, de aglomeração dos factores produtivos, que criou as condições necessárias para a localização industrial. Os efeitos de escala, de aglomeração e de proximidade aos mercados de mão-de-obra, de matérias-primas e de distribuição dos produtos, foram configurando as cidades modernas e industriais e os sistemas urbanos a várias escalas: local, regional e nacional.

O que a história também demonstrou foi a existência de ciclos dos processos de crescimento urbano. Ciclos que não são, também eles, uniformes ou lineares. Em todo o caso, eles estão presentes em algumas cidades que haveriam de protagonizar o modelo territorial que se constituiu no motor do crescimento económico e urbano de uma boa parte do mundo ao longo do século vinte, o modelo da grande cidade metrópole.

O crescimento urbano de algumas cidades norte-americanas, ainda na transição do século dezanove para o século vinte, apresentava já uma configuração conotada com a metrópole, classificação também atribuída na Europa às cidades de maior dimensão à época. Contudo, só algumas décadas depois, nos anos de 1930, o modelo da cidade metrópole surge claramente nos EUA, resultado do crescimento económico industrial, do desenvolvimento dos serviços e do alastramento da cidade, que a urbanização industrial havia edificado para fora da sua circunscrição administrativa inicial. A consolidação do modelo metropolitano de cidade nos EUA ocorre, no entanto, após a segunda guerra mundial, com a suburbanização massiva de muitas cidades. Um novo ciclo do crescimento urbano, a suburbanização, caracterizaria, a partir das décadas de 1950 e 1960, o fenómeno urbano a nível mundial. No caso europeu esse novo ciclo do desenvolvimento urbano apenas se inicia no pós-guerra, e a sua presença, em algumas cidades, desenvolve-se claramente a partir da década de 1960, onde os processos de metropolização começam a produzir os seus efeitos.

A grande cidade, e particularmente a cidade metrópole, constituiu-se no traço, morfológica e funcionalmente, mais marcante da história mundial do século vinte. Pelo menos, de uma parte significativa do mundo. Essa é uma história profundamente desigual, sem dúvida, como terá ficado claro no capítulo anterior. Contudo, mau grado essa assimetria e diversidade de

trajectos históricos, assistiu-se, durante uma boa parte do século vinte, ao domínio de um modelo específico de crescimento económico e urbano.

O modelo fordista e em muitos países, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, também claramente keynesiano, haveria de marcar o ritmo do crescimento económico e urbano, e a configuração societal da maioria das sociedades do Atlântico-Norte. Mesmo aquelas sociedades onde aquele modelo estava mais ou menos ausente, não deixariam de ser por ele influenciadas, dado o domínio que o mesmo imprimiu à geoeconomia e geopolítica a nível global.

Pese embora o facto do sistema mundo, e a internacionalização, ser um fenómeno antigo, de quinhentos anos, na história da humanidade, a verdade é que aquele modelo fordista-keynesiano assentava numa economia que possuía como base territorial e de governação o Estado-Nação. Tal como sustentado por diversos autores, o capitalismo industrial, na sua fase de “capitalismo organizado”, iniciada em finais do século dezanove e que se prolonga ao longo do século vinte, funcionou e organizou-se tendo em conta uma escala nacional (Offe, 1985; Lash e Urry, 1987, 1994).

Acresce que existia uma congruência entre as cidades como lugares centrais de acumulação e criação de riqueza nacional, e a organização política das sociedades e das economias pelos estados nacionais, enquanto instâncias da regulação e governança. A natureza empreendedora que hoje se atribui, como requisito, às cidades e regiões, era, então, atributo conferido quase em exclusivo aos estados nacionais (Brenner, 1999).

2.1.2 Suburbanização: a urbanização fordista-keynesiana

Se as cidades já eram o motor do crescimento económico e de um determinado modelo dominante de sociedade, a partir do pós-guerra o modelo territorial dominante passa a ser a cidade metrópole. Foi sobretudo este modelo territorial que permitiu o sucesso do modelo fordista-keynesiano, dando lugar ao crescimento dos serviços nas economias, os quais, concentrados nas grandes cidades metrópoles conduziram ao que se designou de “terciarização” da economia e da cidade, mas também a um amplo crescimento dos sectores sociais intermédios na hierarquia social, as classes médias.

Esse crescimento é indissociável da suburbanização, suporte territorial ao alargamento daquelas classes médias e ao sucesso de um modelo de crescimento económico baseado na produção e consumo de massas, bem como a um modelo de societalização que tinha como pressuposto esse mesmo crescimento das classes médias e, em certa medida, a própria difusão de um padrão de família, a que se convencionou chamar de família nuclear. Os estilos de vida dominantes naquele período vão, então, ser profundamente marcados pelo modelo da família nuclear, constituída pelo casal com filhos que habita, em grande maioria, os imensos territórios suburbanos em contínuo crescimento nas principais cidades, as cidades metrópoles.

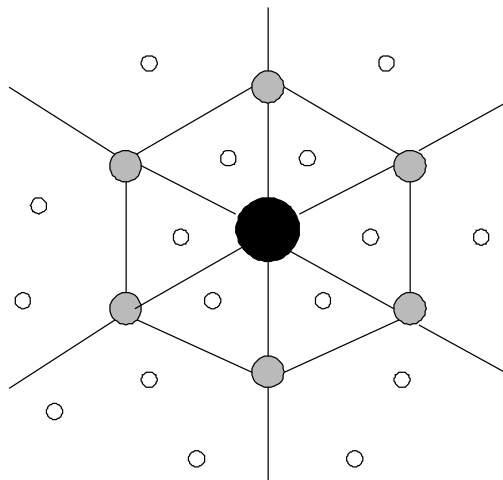


Figura 2.1 Hierarquia urbana christalleriana

Fonte: Graham e Marvin (1996: 57).

O modelo da cidade metrópole implica uma cidade centro, onde se concentram as actividades que lideram a economia, a indústria primeiro e os serviços depois, e as suas periferias, maioritariamente suporte em função residencial ou actividades complementares à economia liderada pela cidade centro.

Do ponto de vista funcional, trata-se de uma organização territorial monocêntrica, de crescimento urbanístico contínuo a partir da cidade inicial, e que se caracteriza por intensos movimentos pendulares quotidianos, entre lugares predominantemente residenciais na periferia e lugares de actividades económicas maioritariamente concentradas na cidade centro.

Tanto à escala metropolitana como à escala do sistema urbano nacional, o modelo dominante é o modelo dos lugares centrais representado pelo esquema “christalleriano”¹, que se tornou clássico nos estudos urbanos para representar o padrão de crescimento urbano e territorial dominante no século vinte. Uma aglomeração principal, e central, e várias aglomerações secundárias, e periféricas, ou satélites, constituem uma morfologia e uma hierarquia urbana específicas em que assentava aquele modelo (ver figura 2.1).

Contudo, os sistemas urbanos nacionais haveriam de apresentar trajectos de desenvolvimento peculiares, sugerindo grande diversidade de

1 Este modelo foi desenvolvido pelo geógrafo alemão Walther Christaller, na sua teoria dos lugares centrais, em 1933, e é recorrentemente referido pelos estudos urbanos na análise da morfologia e hierarquia das cidades e dos sistemas urbanos.

modelos territoriais, resultantes de específicos trajectos históricos de desenvolvimento económico e urbano de cada país em concreto. No caso europeu, encontramos redes urbanas que replicam aquele esquema ao nível da sua rede nacional de cidades, com várias cidades centrais e suas cidades satélite, e outros que assentam no monocentrismo, ou macrocefalia, do seu sistema urbano nacional. A rede urbana francesa, consolidada no século vinte, é apontada como um exemplo de monocentrismo na literatura dos estudos urbanos. Outro exemplo é a rede urbana portuguesa, onde Lisboa se destaca como o único centro de alguma expressão, não apenas, ou não sobretudo, demográfica, mas funcional, na hierarquia urbana do território nacional (Ferrão, 2001). Em qualquer dos casos, a paisagem urbana dos lugares centrais define uma morfologia, e uma hierarquia urbanas, específicas daquele modo de crescimento económico e urbano que marcou indelevelmente a história das cidades de tipo europeu, na sua fase moderna e industrial.

2.1.3 Desurbanização: o fim das cidades, ou a sua reestruturação?

A partir da década de 1970, no caso norte-americano, e da década seguinte, no caso europeu, as metrópoles iniciam um processo de reestruturação urbana como resultado da reestruturação económica do modelo de crescimento fordista-keynesiano. A perda de actividades económicas ligadas a sectores industriais em declínio, ou a sua deslocalização para cidades periféricas, pequenas e médias cidades no restante território nacional, ou mesmo deslocalização internacional, conduz a uma fase de declínio urbano, acompanhada de redução crescente de população residente das cidades centro das metrópoles. Em alguns casos, no entanto, esse decréscimo de população residente já se havia iniciado muito antes, com a intensificação da suburbanização e a crescente “terciarização” da cidade centro.

Esta profunda reestruturação haveria de conduzir à ideia de que as metrópoles estavam a entrar num novo ciclo, um ciclo de desurbanização. Mudanças nas mobilidades físicas, e agora também imateriais, estão, igualmente, na origem destas transformações.

O modelo centro-periferia da metrópole, na sua fase de intensa suburbanização, foi possível graças aos investimentos em acessibilidades rodoviárias, com a auto-estrada a pontuar na facilitação das deslocações entre as periferias e o centro das metrópoles, e o automóvel individual a transformar-se no paradigma da mobilidade da suburbanização.

Os meios de transporte colectivo desempenharam, também, um importante papel na suburbanização. Tanto os meios rodoviários, como talvez sobretudo os ferroviários. Contudo, tal como o eléctrico ou trolley foi o paradigma da mobilidade urbana da cidade da transição do século dezanove para o século vinte, permitindo, de facto, profundas mudanças na vida social e económica das cidades de então, o paradigma da mobilidade da

cidade metropolitana da suburbanização, da segunda metade do século vinte, foi o automóvel individual. O metropolitano foi, essencialmente, um meio de deslocação complementar e especificamente urbano, não se lhe devendo transformações de vulto no crescimento urbano das cidades para além dos seus limites territoriais iniciais. Permitindo facilitar e aumentar as deslocações intra-urbanas e de interface com os transportes suburbanos, não foi ele que permitiu o alastramento da urbanização, tal como hoje se conhece.

A nova fase do desenvolvimento das metrópoles, a que se julgou poder chamar de desurbanização, resultaria do desenvolvimento dos meios de transportes físicos e respectivas acessibilidades, que permitiam deslocações facilitadas entre lugares cada vez mais distantes, e do desenvolvimento das tecnologias de comunicação, que permitiam a deslocação da informação, em tempo que se foi tornando instantâneo e independente das distâncias entre os lugares.

Numa leitura mais radical, os desenvolvimentos motivados pelas aplicações das telecomunicações e, particularmente, pelos meios electrónicos de comunicação à distância e em tempo real, bem como a nova vaga da globalização, claramente visível a partir da década de 1980, conduziu, erroneamente, à ideia do “fim das cidades” (Graham e Marvin, 1996; Graham, 1997; Hall, 2003).

Recentemente, alguns autores têm vindo a explorar a classificação de “*shrinking cities*”, para dar conta de processos de “encolhimento urbano” de algumas cidades (Mulder, 2006). Esta ideia pode consolidar, pelo menos em alguns casos, a tese de desurbanização. Porém, ela assenta em pressupostos equívocos da noção de cidade, desajustada da actual fase dos processos de transição e reestruturação urbana explanados no capítulo anterior. Tal como referido naquele capítulo, a desurbanização foi, sobretudo, conjuntural, ou contextual.

É certo que nem todas as cidades desenvolvem o mesmo dinamismo como resposta àqueles processos e, portanto, a competição inter-urbana tende a criar cidades ganhadoras e outras que perdem dinamismo e vitalidade. Contudo, aquele conceito insiste numa hierarquização urbana a partir da variável dimensão como determinante e, sobretudo, a partir de uma concepção de cidade circunscrita a uma delimitação de território contínuo e administrativamente delimitado numa fase anterior do desenvolvimento urbano. O que actualmente está em causa é uma tal noção do urbano. Mais relevante do que o encolhimento populacional de uma área territorial particular dentro de uma região urbana muito mais vasta, será a sua perda de vitalidade em matéria de fluxos de população e actividades, e de fraca, ou nula, inter-conexão dessa área territorial face às redes económicas e culturais, de várias escalas, que actualmente definem o posicionamento das cidades numa hierarquia urbana global.

2.1.4 Reurbanização: o retorno da cidade ou um novo paradigma do urbano?

O que parece estar em questão, portanto, não é o “fim das cidades” mas, talvez, o fim das cidades como nós as conhecemos até muito recentemente (Hall, 2003). A cidade que parece ter deixado de existir, definitivamente, é a cidade de uma noção tradicional do urbano que previa uma coincidência entre uma população, um território e uma circunscrição político-administrativa (Ferrão, 2002a). Mas, a própria oposição centro-periferia das cidades modernas suburbanizadas, parece cada vez menos próxima das espacialidades próprias das actuais aglomerações urbanas, que vão ocupando o lugar das tradicionais metrópoles que fizeram o desenvolvimento urbano do século vinte.

A história do crescimento urbano é a história da dissociação entre tempos e espaços do trabalho e do “não trabalho”. Se nos primórdios da industrialização os locais de residência se situavam em torno dos locais de trabalho, sedimentando pertenças identitárias colectivas e territoriais de proximidade, o crescimento urbano foi dissociando a coincidência entre presença e pertença. A suburbanização extremou aquela dissociação. Com o alastramento da suburbanização, o desenvolvimento de meios de transporte rápidos e as novas tecnologias de informação e comunicação, um novo tipo de cidade emerge, caracterizando-se por uma enorme complexidade e diversidade de formas, relações e inter-conexões. O que caracteriza, cada vez mais, as grandes aglomerações urbanas do século XXI é a pluripresença e a pluripertença territorial por parte dos indivíduos e das organizações, em regiões cada vez mais descontínuas territorialmente e crescentemente multipolares (Ferrão, 2002a).

O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação está, ainda, a originar uma maior complexidade da realidade urbana e da vida quotidiana dos indivíduos que habitam as cidades. Porém, um tal desenvolvimento, ao contrário do que por vezes é sugerido, não concorre para o fim dos factores locativos e da interacção presencial. Tal como recorda Peter Hall:

Isto é significativo, porque embora as telecomunicações permitam substituir o movimento pessoal, elas permitem também complementá-lo e estimulá-lo. Foi observável que a invenção do telefone, em 1876, foi imediatamente seguida pelo desenvolvimento de concentrações de escritórios de negócios de alto valor nos centros de Nova Iorque e Chicago, a par do crescimento do tráfego das comutações ferroviárias; paradoxalmente, o telefone teve um efeito concentrador e não dispersante nos negócios (Hall, 2003: pp. 141-142).

O que as novas tecnologias de informação e comunicação permitem, cada vez mais, é, também, o esbatimento de fronteiras, outrora mais rígidas, entre as várias actividades da vida urbana, do ponto de vista dos tempos e espaços em que ocorrem. Progressivamente, vários lugares urbanos são concebidos como sendo, simultaneamente, lugares de trabalho, de consumo, de lazer e entretenimento.

Do mesmo modo que um conjunto de actividades podem, crescentemente, ser realizadas à distância, ou melhor, sem a deslocação aos lugares onde, em parte, continuam a ser realizadas.

Estas transformações estão a contribuir para profundas mudanças nos estilos de vida dos indivíduos que habitam as cidades, concorrendo para um crescendo da autonomia e da liberdade individual, e alargamento do leque de escolhas, e opções, em matéria da gestão e planeamento da vida quotidiana.

As transacções bancárias, através do *e-banking*, a aquisição de bens ou serviços de consumo, através do *e-commerce*, as transacções fiscais e burocráticas, através do *e-government*, o acesso ao ensino e formação, através do *e-learning*, o acesso à informação, cultura e entretenimento, em geral, através da *web* e das suas “comunidades virtuais”, o acesso ao cinema e aos espectáculos de música, através do *home cinema* ou *home theater*, constituem alguns dos exemplos destas mudanças suportadas pelas aplicações das tecnologias de informação e comunicação.

Os exemplos são inúmeros, mas nenhum deles parece dispensar, em absoluto, as deslocações físicas e a interacção presencial, para a realização de um conjunto de actividades que continuam a valorizar a presença humana, e corporal, em todas as suas dimensões sensoriais, na comunicação. Em particular, as actividades do universo do consumo, lazer, cultura e entretenimento, paralelamente aos seus desenvolvimentos com base nas novas tecnologias de informação e comunicação, que permitem uma maior complexidade dos tempos e espaços da sua realização, continuam a crescer nos lugares físicos urbanos em que ocorrem. O mesmo parece suceder com o universo dos negócios, da ciência e do conhecimento, os quais não só não vêem decrescer os encontros presenciais em lugares físicos concretos, como parecem implicar um crescimento das deslocações dos indivíduos envolvidos nessas actividades.

François Ascher (2007) vai mais longe, sustentando que em sociedades onde, cada vez mais, várias actividades podem agora ser realizadas à distância, tudo o que não se “telecomunica” é, paradoxalmente, valorizado. Tudo o que possibilite a experiência sensorial real tende a ser relevado em lugares urbanos, na sua maioria de consumo, que se transformam em lugares de experiências sensoriais, da visão, da audição, do olfacto, do paladar, do tacto. Como sugere Ascher (2007), o *design* acústico ou olfactivo, em múltiplos lugares urbanos, tende a ser um aspecto crucial da concepção de certos espaços, e uma oportunidade de negócio, de uma sociedade onde, paradoxalmente, as experiências virtuais, maioritariamente experimentadas no contexto privado dos espaços domésticos, aumentam e diversificam-se enormemente.

As transacções económicas, sociais e culturais por meios electrónicos, não apenas desmaterializam, ou tornam virtuais, algumas actividades, como as materializam, simultaneamente, ou as tornam territorializadas, embora em configurações mais complexas. Adicionalmente, elas não deixam de replicar antigas

assimetrias sociais e territoriais, entre países e, particularmente, entre cidades ou regiões urbanas, e entre os indivíduos e respectivos estilos de vida. Mas, por outro lado, elas estão, também, a criar novas desigualdades, e novas hierarquias territoriais e sociais, em função do maior ou menor acesso às redes de informação e conhecimento que geram, como consequência da diferencial “motilidade” a que se aludiu no capítulo anterior.

Novas cidades e regiões perdedoras, bem como novas exclusões sociais, advêm também da incapacidade, inacessibilidade e iliteracia, na relação com as novas tecnologias de informação e comunicação que se tornam, crescentemente, decisivas na reestruturação económica, social e urbana.

Ao invés de uma absoluta descentralização, ou desconcentração, de actividades, as novas mobilidades físicas e virtuais, reforçam a concentração de algumas actividades, ao mesmo tempo que reconcentram e, simultaneamente, descentralizam, ou desconcentram, outras. A morfologia das cidades e dos sistemas urbanos, e a hierarquia urbana a várias escalas, são, agora, muito mais complexas. Do mesmo modo que as profundas mudanças daí decorrentes alteram, significativamente, a noção do urbano e de urbanidade das sociedades urbano-industriais e das suas metrópoles.

Alguns autores falam, agora, de regiões metropolitanas, para as diferenciar das áreas metropolitanas administrativas que designavam as tradicionais metrópoles (Ferrão: 2002a). Para outros elas são cidades-região, passíveis de configurações diversas, consoante a escala de análise, e de acordo com a sua capacidade para o estabelecimento de funções inter-conectadas, que podem ir da escala da região metropolitana, à escala nacional, continental, ou mesmo intercontinental, como é o caso da região urbana que põe em conexão as principais cidades globais: Londres, Nova Iorque e Tóquio (Scott, 2005: 13). Para outros, ainda, como é o caso de François Ascher (1995, 2007), elas são “metapolis”, caracterizadas pela descontinuidade territorial e independentes de distâncias físicas, mas inter-conectadas funcionalmente, e do ponto de vista das mobilidades, materiais ou imateriais, que permitem fluxos permanentes e complexos de pessoas, bens e informação.

As actuais cidades-região, ou “metapolis”, apresentam uma morfologia não coincidente com o esquema “christalleriano” a que anteriormente se aludiu. Inversamente, elas apresentam uma morfologia, e uma hierarquia, mais complexas, e que decorrem da lógica reticular que uma sociedade, e respectiva economia, em rede imprime, também, aos territórios. Essa lógica pode ser deduzida da lógica do transporte aéreo, em boa parte também presente nas actuais redes viárias de auto-estradas, mas ela é ainda a lógica que preside às chamadas “auto-estradas da informação”.

Uma malha constituída por nós, ou placas giratórias, e raios, ou eixos, que conectam entre si esses nós. Aglomerações urbanas de dimensões variáveis — “hubs” — conectadas por eixos ou raios — “spokes” — que põem em comunicação de forma irregular, e complexa, diversas aglomerações

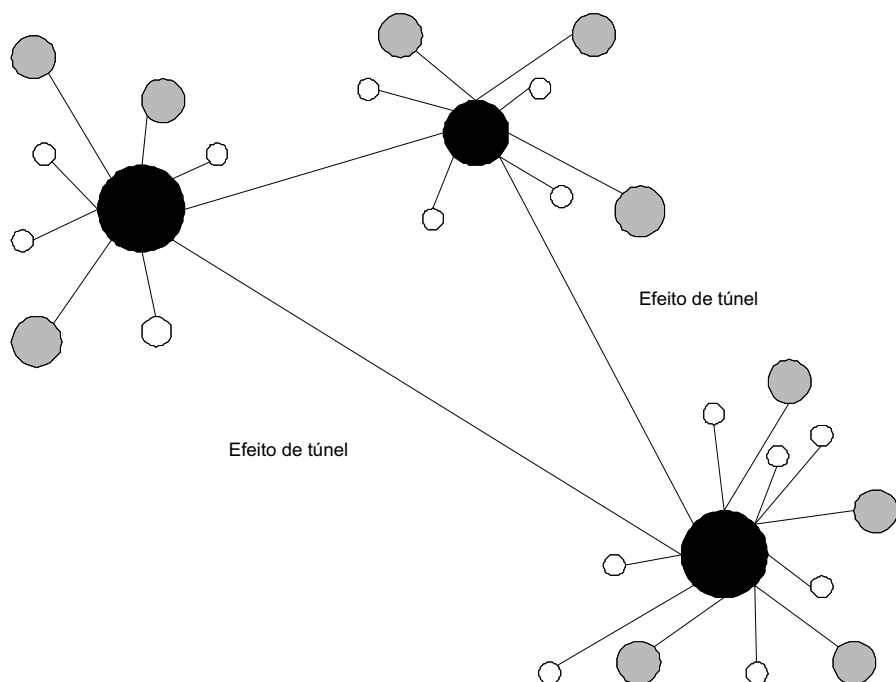


Figura 2.2 Rede urbana em “hubs and spokes”

Fonte: Graham e Marvin (1996: 57).

urbanas, constituem as actuais configurações das “metapolis” a várias escalas.

Eixos de transporte físico de pessoas e bens, mas também eixos de transporte imaterial de informação, permitem os fluxos de circulação, cada vez mais complexa e rápida, de *sujeitos* e *objectos*, entre os lugares, tal como referido no capítulo anterior. Entre cada nó, ou placa giratória, desta rede, ocorrem “efeitos de túnel” que desconectam alguns territórios dos fluxos actualmente determinantes da estruturação e hierarquização urbana, social e económica, da sociedade global e em rede (Ver figura 2.2).

A partir do que até agora foi analisado neste capítulo parece, então, possível retirar três conclusões.

A primeira conclusão diz respeito à impossibilidade de reduzir a população urbana de uma cidade centro de uma região urbana mais vasta, como é o caso da cidade de Lisboa, à população que nela reside de forma mais permanente. Os próprios lugares de residência de uma parte não negligenciável da população são, agora, repartidos entre dois, três ou mais lugares.

A população da cidade de Lisboa é hoje a população que nela reside, mas também a população que nela trabalha, estuda, desenvolve outras actividades, de lazer, de entretenimento, de consumo, independentemente do seu lugar de residência. Mas é ainda a população que nela circula nas suas viagens e deslocações, regionais, nacionais e internacionais, por motivos de trabalho, negócios, estudo ou lazer.

Por outro lado, uma cidade onde crescem actividades económicas diversas, de produção de serviços, de consumo, de circulação de pessoas, de eventos políticos, culturais, desportivos, científicos, é, naturalmente, uma cidade onde a função residencial tende, pelo menos parcialmente, a decrescer. Uma cidade onde os custos do solo e do imobiliário são valorizados pela sua utilização económica, em actividades de ponta na nova economia, é, crescentemente, uma cidade de difícil acesso para fins residenciais. Pelo menos para uma larga parcela da população urbana. Este é um processo em larga medida inelutável, do processo mais vasto de reestruturação urbana das actuais cidades-região ou “metapolis”.

Uma cidade, para se tornar competitiva, actualmente, tem de oferecer condições de qualidade de vida (Pinto, 2005), e de qualidade urbana. Mas isso mesmo produz efeitos inevitáveis na diferenciação e desigualdade de acessibilidade aos lugares urbanos, para fins residenciais ou económicos, tanto maiores quanto maior for a procura desses lugares, que reúnem condições de qualidade de vida e qualidade urbana, por parte daqueles que as podem pagar. A evidência empírica desta conclusão, no que concerne à cidade-região de Lisboa, será apresentada mais adiante.

A segunda conclusão diz respeito à ideia de “regresso da cidade”, ou à sua revalorização na actual economia global e do conhecimento. Um processo de re-metropolização, ou melhor, uma nova fase do ciclo urbano, uma fase de reurbanização. A cidade em geral, e a cidade centro de uma região urbana, ou metropolitana, em particular, parece deter, afinal, um estatuto central na reestruturação urbana resultante da transição actual para sociedades globalizadas e pós-fordistas, a que se aludiu no primeiro capítulo.

Numa obra que se tornou uma referência dos estudos urbanos e da globalização, publicada em 1991, Saskia Sassen, chamava já a atenção para a ideia de que algumas cidades mundiais se tornaram nos lugares específicos em que a globalização se localiza, voltando a recordar isso mesmo noutro importante texto em 1994, alargando aí o leque do seu postulado a outras cidades mundiais que vinham adquirindo relevo numa nova hierarquia urbana global. Em textos posteriores a autora voltaria a sublinhar aquela ideia (Sassen, 1996, 2000b: 147, 2002).

Actualmente, um dado consensual consiste na ideia de que as cidades, algumas grandes cidades em particular, se transformaram nos lugares onde as múltiplas escalas dos processos de globalização se intersectam, e onde os fluxos de informação, pessoas e bens, são produzidos e consumidos em lugares específicos de textura e densidade próprias da urbanidade.

Mais recentemente, vem-se consolidando a ideia de que a nova hierarquia urbana globalizada consiste, sobretudo, numa rede de várias escalas entre cidades-região, não tanto pela sua dimensão populacional, embora essa esteja efectivamente presente na maioria dessas cidades, mas sobretudo pela densidade das interacções que permite e pelos efeitos de inter-conexão que possibilita. Mais do que razões morfológicas, são razões de funcionalidade que definem uma cidade-região e a sua maior ou menor presença nos circuitos da economia global e do conhecimento.

A terceira conclusão permite sustentar que a reestruturação urbana em curso neste século XXI aponta, não para um modelo de tamanho único, mas inversamente para uma razoável diversidade de modelos de cidade, pesem embora tendências claras que conferem à grande cidade-região, e em alguns casos mega cidade-região, um carácter dominante nas formas territoriais emergentes neste século.

A segunda e a terceira daquelas conclusões são merecedoras de maior desenvolvimento mais adiante (secção 2. 2). Por agora, atente-se em alguns elementos empíricos que permitem ilustrar aspectos demográficos relativos à primeira conclusão.

2.1.5 Dimensão e densidade populacional de Lisboa: a evidência empírica

No contexto do que se tem vindo a defender, a já antiga circunscrição municipal de Lisboa coincide largamente, com o novo “Central Business District (CBD)” de uma região muito mais ampla, que excede não só esses limites, como os próprios limites da área metropolitana em que administrativamente foi colocada, na sequência da sua suburbanização e crescimento urbano. Mas isso não quer dizer, necessariamente, que o município de Lisboa seja a única centralidade urbana da sua região, com relevo na oferta de serviços, e na concentração de actividades actualmente distintivas da nova economia do conhecimento, que se vai tornando num dos motores do crescimento económico e urbano da actual fase da globalização.

Novas centralidades tendem a surgir, numa lógica que não é, porventura, tanto de competitividade, como de complementaridade para a concorrência internacional, na actual configuração territorial das cidades-região, no contexto das novas economias urbanas em rede. Na região de Lisboa, o município contíguo de Oeiras é bem o exemplo de uma nova centralidade urbana com aquelas características. Contudo, Oeiras continua a perder face a Lisboa, em matéria de oferta de algumas condições que, actualmente, se revelam igualmente determinantes da distinção urbana num contexto de reestruturação das cidades para a nova economia do conhecimento. Mais adiante abordar-se-á detalhadamente esta questão. Por agora atente-se, de seguida, em alguma evidência empírica, no que se refere a Lisboa, que permite ilustrar o que até aqui de afirmou em matéria

de reestruturação urbana, mesmo no plano da dimensão e densidade populacional.

Em primeiro lugar, a evidência empírica mostra que o município de Lisboa, precisamente aquela concepção da cidade de Lisboa que já se demonstrou estar ultrapassada pelos desenvolvimentos mais recentes da reestruturação urbana, mesmo face a um continuado decréscimo da sua população residente, permanece uma cidade de elevada densidade populacional, tanto no contexto nacional como no contexto europeu.

Segundo estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE), a 31 de Dezembro de 2005, o município de Lisboa, continuando a protagonizar uma perda líquida de população, que se iniciou na década de 1980, e se prolonga pela primeira década deste século, apresentava uma densidade populacional de 6.134 habitantes/km². Trata-se, ainda, da segunda maior densidade populacional dos municípios que compõem a região de Lisboa, ou mesmo de todos os municípios do país, sendo apenas ultrapassada pela densidade populacional do município da Amadora.

Acresce que a nível europeu, em 2001, quanto à densidade populacional, Lisboa ocupava a 10.^a posição na hierarquia de um registo de 252 cidades europeias e a 5.^a posição, quando consideradas as 27 capitais dos actuais Estados membros da União Europeia (Urban Audit, <http://www.urbanaudit.org/>).

A capital nacional que, apesar de já possuir em 2005 menos de 520. 000 habitantes, continua a ser o maior município no contexto nacional, não é uma grande cidade no contexto europeu. Mas, apesar de tudo, Lisboa ocupava em 2001, quanto à dimensão populacional, a 56.^a posição numa hierarquia de 286 cidades da União Europeia, considerando os actuais 27 países membros (Urban Audit, <http://www.urbanaudit.org/>).

Mais relevante, contudo, em consonância com o que ao longo deste capítulo se tem vindo a explicar, é o facto de Lisboa ser, actualmente, do ponto de vista funcional, da morfologia do seu território, e da hierarquia do sistema urbano nacional, uma vasta área territorial que tende a alargar a sua área de influência muito para além, não só do seu município, como da própria entidade político-administrativa designada por Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Tem sido já demonstrado que a cidade região de Lisboa, em bom rigor, extravasa, actualmente, os limites territoriais da AML e estende a sua área de influência funcional a territórios que, no plano político-administrativo, estão integrados nas regiões Centro e Alentejo.² A mais recente classificação das NUT (Nomenclatura das Unidades Territoriais) reduziu a região de Lisboa a um território correspondente ao da actual área político-administrativa da AML, quando, na realidade, a cidade região de Lisboa alargou muito para

2 Movimentos Pendulares na Área Metropolitana de Lisboa, INE, 2003.

além da AML, e da própria região anteriormente designada de Lisboa e Vale do Tejo, a sua área de influência funcional. O estudo do INE sobre os movimentos pendulares na AML, analisando a sua evolução entre 1991 e 2001, ilustra bem essa tendência que, de resto, tende a intensificar-se.

Os dados actualmente disponíveis permitem afirmar que a região de Lisboa, entendida como uma vasta rede territorial de aglomerações urbanas funcionalmente conectadas e seus *hinterlands*, excedendo a sua classificação político-administrativa, congrega uma população próxima de três milhões e quinhentos mil habitantes. Mas a própria classificação político-administrativa da região de Lisboa (NUT 2), coincidente com a delimitação da AML, permite afirmar um lugar distintivo de Lisboa no contexto nacional, que contraria as teses recorrentes sobre o declínio da capital do país.

Mesmo considerando apenas a variável dimensão populacional, uma análise das dinâmicas territoriais que integrem a cidade de Lisboa na sua região, permite afirmar que a perda líquida de população residente no município, tem como contraponto um crescimento populacional da região de Lisboa superior à média nacional. Dinâmicas tanto mais relevantes quanto emergem apesar do peso determinante que factores correlacionados, como a quebra da natalidade e o envelhecimento da população, detêm na afectação das dinâmicas demográficas recessivas da principal cidade do país.

A região de Lisboa surgia, nas estimativas oficiais da população relativas a 2005, com uma população de cerca de 2 milhões e 800 mil habitantes, o que equivale a uma concentração de 28% da população do continente nacional numa parcela territorial inferior à verdadeira realidade, não administrativa mas factual, da cidade-região de Lisboa.

Mais relevante ainda é que quando considerada a evolução ao longo da primeira metade da presente década, a região de Lisboa apresenta um acréscimo populacional com uma tendência de crescimento superior à região de maior dimensão populacional na classificação oficial: a região Norte. Embora o acréscimo populacional apresente uma tendência decrescente, a partir de 2002, em todas as regiões do país, a região de Lisboa surge como a principal região em volume absoluto dos ganhos populacionais, e a segunda quando considerados valores relativos, sendo apenas ultrapassada pela região do Algarve, devido à taxa de crescimento migratório muito positiva que esta região vem apresentando. O Algarve mostra, de resto, sinais indiciadores de mudanças que concorrem no sentido da transição que o primeiro capítulo analisou, não apenas em termos demográficos e de estilos de vida, como económicos. O cordão urbano algarvio parece estar a constituir-se, aliás, num factor de polarização regional do crescimento demográfico e económico, claramente superior a outras regiões igualmente litorais, contraditando, assim, a ideia de uma divisão territorial do país marcada pela simples distinção entre litoral e interior.

Finalmente, merece particular destaque o contributo relativo da região de Lisboa para o crescimento populacional do país, o qual tende a aumentar à

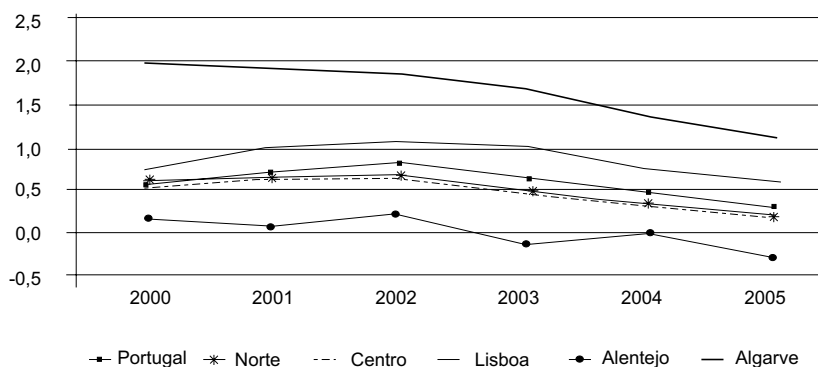


Figura 2.3 Taxa de crescimento efectivo da população, 2000-2005

Nota: optou-se por apenas incluir no gráfico as regiões do continente.

Fonte: INE, Estatísticas demográficas — 2005, INE, 2007.

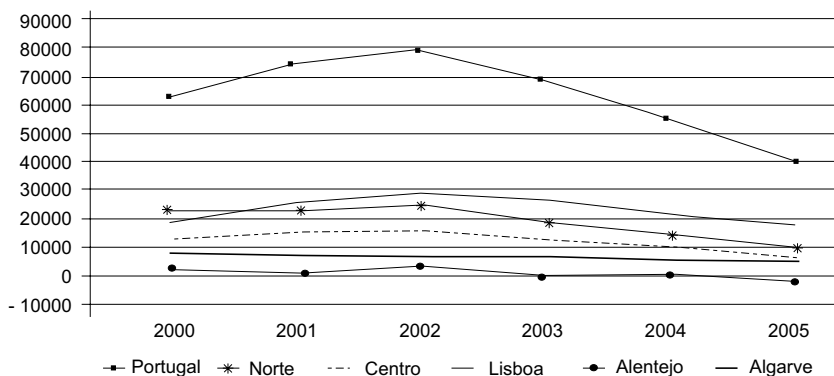


Figura 2.4 Acréscimo populacional, 2000-2005

Nota: optou-se por apenas incluir no gráfico as regiões do continente.

Fonte: INE, Estatísticas demográficas — 2005, INE, 2007.

medida que diminui o das restantes regiões, com excepção, uma vez mais, da região do Algarve. Num cenário de possível perda de velocidade do crescimento populacional do país, a região de Lisboa tende a ganhar terreno, quanto à dimensão populacional, relativamente às restantes regiões nacionais.

Estes dados permitem concluir que, mesmo do ponto de vista das variáveis dimensão e densidade populacional, a tese da regressão da capital do

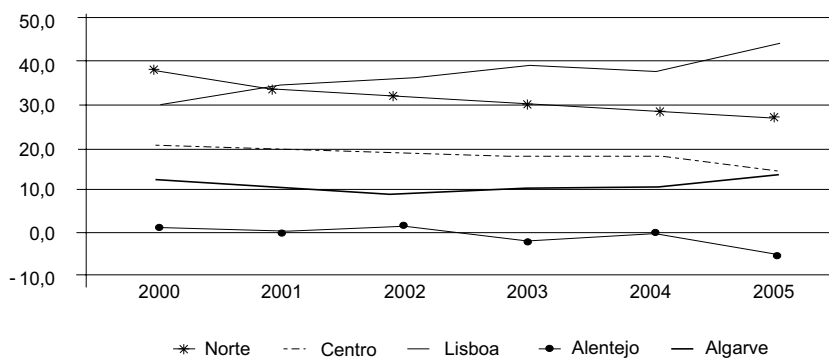


Figura 2.5 Contributo relativo de cada região para o crescimento populacional do país, 2000-2005

Nota: optou-se por apenas incluir no gráfico as regiões do continente.

Fonte: INE, Estatísticas demográficas — 2005, INE, 2007.

país, se entendida esta como uma cidade-região mais vasta do que a mera divisão político-administrativa do município de Lisboa, não encontra correspondência empírica na realidade.

Mas não é tanto por razões demográficas, ou de morfologia urbana, que Lisboa se distingue no contexto nacional. É sobretudo quando outros indicadores demográficos dão conta do sentido que a terceira variável distintiva das cidades, a heterogeneidade, assume no caso de Lisboa, que aquela cidade-região se distancia claramente dos restantes contextos territoriais nacionais. É, também aí, que Lisboa se aproxima mais, apesar de tudo, dos traços tipificadores da urbanidade contemporânea das principais cidades europeias. Em acréscimo, além dos factores demográficos, que são relevantes indicadores da presença mais acentuada em Lisboa de novos estilos de vida, como se verá mais à frente, a evidência empírica demonstra, também, factores económicos em que a distinção daquela cidade-região se torna ainda mais acentuada. Mais adiante (secção 2.3) apresentam-se os elementos empíricos que permitem a ilustração disso mesmo.

2.2 Cidade reflexiva e diversidade de modelos urbanos

Os factores de mudança analisados na secção anterior têm suscitado, nas duas últimas décadas, diversas abordagens que procuram avançar novas categorias classificatórias para o modelo de cidade que, hipoteticamente, estaria a resultar daquelas indeléveis transformações. No plano da morfologia urbana, e dos sistemas urbanos, que novo tipo de cidades está, então, a emergir como consequência da reestruturação urbana motivada pela transição que as sociedades mundiais atravessam?

A complexidade e a incerteza que caracterizam a actual fase de transição societal, tal como referido no primeiro capítulo, recomendam alguma prudência na análise das tendências de mudança e, mais ainda, na proposição de modelos de desenvolvimento urbano que estarão a resultar de um novo ciclo do “fenómeno urbano”, uma fase de pós metropolização, como lhe chamou Edward Soja (1997, 2000).

Um primeiro factor de precaução deveria consistir numa atenção à diferenciação contextual dos trajectos históricos percorridos pelas diversas sociedades, também no que concerne à morfologia urbana e aos sistemas de cidades. É certo que a história demonstra que muitos dos desenvolvimentos iniciados no continente norte-americano, e nos países anglo-saxónicos em geral, foram, de modo variável, adoptados por outros contextos mundiais e, particularmente, pelos países europeus de outras matrizes culturais. Mais importante ainda, o continente europeu partilha com o continente norte-americano, atributos de identidade cultural, e factores civilizacionais, que os tempos históricos mais recentes vêm aproximando em consequência, precisamente, dos processos de globalização. Contudo, há também especificidades que resultam de percursos históricos próprios, dos quais os diferentes processos de urbanização são, talvez, a melhor ilustração.

Um segundo factor de precaução deveria atentar na distinção entre as propostas analíticas e as de natureza normativa, ou de política urbana. Nas abordagens sobre o devir dos sistemas de cidades e as novas morfologias urbanas de uma fase pós-metropolitana, é, também, possível encontrar leituras normativas sobre processos sociais e urbanos, por vezes confundíveis com a análise desses mesmos processos. Alguns estudos têm vindo a demonstrar a necessidade de distinguir, claramente, o plano analítico do plano normativo e político, no que concerne à abordagem das novas morfologias urbanas resultantes dos processos de crescimento urbano, e reestruturação das cidades, que advêm dos vários factores da transição analisados no primeiro capítulo (Hall, 2006; Pain, 2007b).

2.2.1 A urbanização pós-metropolitana: “edge cities” e “urban sprawl”

As abordagens de novas expressões da morfologia urbana e dos sistemas de cidades, numa fase de pós metropolização não são recentes nos EUA. Tal como anteriormente referido, na década de 1970 surgiam já, naquele país, sinais claros de um novo ciclo nos processos de urbanização, e uma obra publicada em 1976 dava conta desse novo ciclo no que designava por contra-urbanização (Berry, 1976). Numa fase, recorde-se, em que a maioria dos países europeus se encontrava no auge da suburbanização das suas principais cidades.

No início da década de 1990, o jornalista americano Joel Garreau, atento ao fenómeno urbano do seu país, haveria de cunhar o conceito de “edge city”, para exprimir a ideia de uma nova “cultura urbana” emergente no país de

Robert Park e Louis Wirth. Uma cultura urbana que traduz, em certa medida, o triunfo da cidade suburbana sobre a cidade propriamente urbana. O sucesso de uma particular visão da América. Para Garreau:

As *edge cities* representam a terceira vaga das nossas vidas empurradas para novas fronteiras [...]. Primeiro, deslocámos as nossas casas para lá da ideia tradicional do que constitui uma cidade. Isto foi a suburbanização da América, especialmente após a II Guerra Mundial. Depois fatigámo-nos das deslocações à “baixa” para as necessidades da vida, então, deslocámos os mercados para onde vivíamos. Isto foi a “centro-comercialização” da América, especialmente nos anos de 1960 e 1970. Actualmente, deslocámos os nossos meios de criar bem-estar, a essência do urbanismo — os nossos empregos — para onde a maioria de nós viveu e fez compras durante duas gerações. Isto levou à emergência da *edge city* (Garreau, 1991/1992: 4).

Em Portugal, conceitos como peri-urbanização e urbanização difusa, foram há muito merecedores de análise, procurando detectar especificidades próprias do fenómeno urbano no país, e dar conta dos desenvolvimentos da urbanização portuguesa nos anos de 1980 e primeira metade de 1990.

Estes conceitos espelhavam já a complexidade e diversidade dos processos urbanos num país que mais correntemente era classificado, do ponto de vista territorial, pela litoralização da urbanização e domínio de duas áreas metropolitanas. Entre outras coisas, aqueles conceitos permitiram reportar a especificidade da área metropolitana do Porto, de malha urbana menos contínua e compacta, do que a malha urbana da cidade-metrópole de Lisboa, bem como a emergência de novas formas de crescimento urbano, numa fase de crescente penetração da urbanização nos espaços rurais. De algum modo, revelavam já sinais do que à escala nacional se traduzia em formas de alastramento da urbanização para além dos seus limites geográficos e administrativos iniciais.

Tratava-se, então, de processos que permitiam relativizar uma clara distinção entre o urbano e o rural, tal como expressa pelo conhecimento dos estudos urbanos na primeira metade do século XX. Ainda assim, o país estava longe, então, de ser rasgado pelas auto-estradas físicas e virtuais, como viria a suceder mais tarde, permitindo o desencadear de significativas alterações das suas espacialidades metropolitanas, e da configuração do seu sistema de cidades, como foi demonstrado por Ferrão (2002a, 2002b, 2003).

Mais recentemente o conceito de *urban sprawl* tem vindo a merecer a atenção de diversas abordagens para exprimir a ideia de alastramento da urbanização, desenhando uma morfologia urbana caracterizada por um modelo de urbanização de baixa densidade populacional mas elevada densidade construtiva, ou melhor, elevada extensão de ocupação edificada do território. A opção pela moradia unifamiliar, em muitos casos com jardim e

piscina, como residência principal, ou secundária, é a principal responsável por este tipo de ocupação do território.

As razões apontadas para o desenvolvimento das *edge cities*, bem como para o fenómeno de alastramento da urbanização numa malha extensa de ocupação do território — *urban sprawl* — são largamente coincidentes. Na sua maioria são factores já referenciados na secção anterior deste capítulo, que estão na origem de uma nova morfologia urbana que caracteriza as actuais cidades-região ou “metapolis”. Os desenvolvimentos de meios de transporte físico, automóvel essencialmente, e das respectivas acessibilidades, as auto-estradas, e os desenvolvimentos de meios de informação e comunicação, a telemática sobretudo, são os factores chave que desencadeiam e possibilitam este alastramento da urbanização. A intensificação da mobilidade, por todos os meios, constitui, tal como observado já neste texto, o traço marcante dos novos desenvolvimentos urbanos a nível mundial.

Alguns estudos têm vindo a explicar este alastramento da ocupação edificada do território a partir de várias razões (Munõz, 2003; Dura-Guimera, 2003; EEA, 2006). Uma de natureza objectiva, e resultantes dos desenvolvimentos económicos, tecnológicos e de política urbana, ou da sua ausência — o “*laissez-faire*” de um urbanismo mais ou menos espontâneo, ou não controlado pelo planeamento do território. Outras de natureza subjectiva, e resultantes de opções e escolhas dos indivíduos em matéria de estilos de vida, e de percepções da qualidade de vida e qualidade urbana.

Há, em algumas dessas abordagens, uma visão, implícita ou explicitamente, critica deste “novo fenómeno urbano”. Tal como sugerido por Ascher (2007), será necessário levar a sério as preocupações de natureza ambiental e ecológica, provenientes de uma ocupação edificada do solo, por vezes alterando condições naturais, ou degradando recursos ambientais essenciais à preservação do equilíbrio ecológico. Do mesmo modo que será necessário atender às dificuldades de gestão e planeamento do território, dos sistemas de transportes e da programação de equipamentos, num registo para o qual o urbanismo não tem resposta fácil. Contudo, como alerta também aquele autor, voltar atrás parece impossível, procurar condicionar a liberdade individual e de iniciativa económica subjacente àquele novo desenvolvimento urbano, não será legítimo (Ascher, 2007). O equilíbrio entre o interesse comum, e os interesses e liberdade dos indivíduos, constitui um dos pontos mais sensíveis das sociedades democráticas.

Limitar as opções dos indivíduos em matéria de opções de vida, localização residencial e mobilidade, não parece legítimo, nem sequer possível nas actuais sociedades modernas e democráticas. O que está em questão é, então, a necessidade de um novo paradigma do planeamento urbano e regional, e um novo paradigma de governança territorial, e especificamente urbana, que estejam capacitados para lidar com esta nova realidade urbana, procurando promover os equilíbrios necessários.

Esta parece ser, aliás, uma questão chave da actual reestruturação urbana e dos novos desenvolvimentos territoriais, advindos da transição societal, tal como sugerido por diversos autores (Ferrão, 2002a; Graham e Marvin, 1996; 2001; Hall, 2006; Brenner, 1999, 2003, 2004; Jessop, 1994, 1997; 2004).

Se as condições que possibilitam a intensificação do alastramento da urbanização são as que já foram citadas; que razões, objectivas ou subjectivas, têm sido referenciadas para a disseminação de um tal modelo de crescimento urbano?

Em primeiro lugar, surge a ideia da refutação da urbanidade da cidade central, a *cidade interior* (*inner city*). A “cidade distante” oferece vantagens, subjectivamente interpretadas, tais como: maior segurança, maior homogeneidade social, melhores equipamentos de educação, melhores condições paisagísticas, ausência de poluição atmosférica e sonora e baixas taxas de criminalidade dessas pequenas cidades periféricas ou zonas de moradias unifamiliares. Em poucas palavras, trata-se da procura da qualidade de vida que, supostamente, a cidade densa, compacta e de proximidade, teria deixado de oferecer, no entender dos entrevistados no âmbito de uma pesquisa recente (Pinto, 2005).

Mas há também razões objectivas, das quais a principal será, porventura, o preço do solo e do imobiliário que se vai tornando, genericamente, tanto mais acessível quanto mais distante se encontra do CBD metropolitano, cada vez mais disponível para a localização das actividades económicas líderes da nova economia. Esta é uma razão, nem sempre valorizada, para uma distância cada vez maior da localização residencial de um crescente contingente da população urbana.

Tal como descrito, aquele é um modelo que exprime uma determinada visão do urbano, claramente demarcada em termos sociais e culturais. Desde logo, está longe de ser uma visão generalizada, mesmo na sociedade norte-americana. Mas ele é um modelo de origem americana ou, no mínimo, anglo-saxónica, e exprime versões pós-fordistas da suburbanização fordista-keynesiana. Na realidade, ele é, em boa parte, um padrão de ocupação territorial de continuidade, expansão e intensificação da suburbanização de tipo norte-americano. Mas, mesmo nos EUA, não é possível traçar uma tal visão dicotómica entre um tecido social e urbano da cidade centro que segrega problemas sociais e urbanos e uma extensa periferia que congrega coesão social e qualidades urbanas. Também ali há zonas periféricas altamente segregadas e concentradoras de disfunções e grupos sociais mais ou menos pobres e excluídos.

No caso europeu são conhecidos os problemas sociais e urbanos advindos da segregação de determinadas zonas periféricas que concentram a habitação pública, em construções em altura, ou as construções espontâneas ilegais, que albergam a pobreza e a exclusão social urbanas. É também por essas razões que determinados grupos sociais procuram uma localização, de habitação permanente ou de lazer, cada vez mais afastada não só dos centros tradicionais,

como das suas periferias mais próximas, onde se localizam maioritariamente os “ghettos” urbanos europeus.

Acresce que o fenómeno urbano norte-americano é, do ponto de vista morfológico, efectivamente, de difícil equiparação aos processos de urbanização europeus, salvaguardada alguma proximidade de matriz cultural dos países anglo-saxónicos europeus face aos países norte-americanos. Ainda assim, a clara distinção entre um centro metropolitano de edificação em altura, densamente construído, e uma extensa periferia de construção de baixa densidade e com escassas ou nulas edificações em altura; é um modelo tipicamente norte-americano, sem paralelo na generalidade dos países europeus.

A distinção do modelo norte-americano, de crescimento urbano e da própria organização social, fica bem clara em *City of Quartz* de Mike Davis (1990), que tem inspirado algumas tentativas de vislumbrar desenvolvimentos semelhantes aos norte-americanos nas cidades europeias. A dimensão do alastramento urbano e do avolumar de problemas de segregação social, conducentes às cidades fortificadas e super policiadas, como é o caso da cidade de Los Angeles retratada pela visão de *City of Quartz*, não possui paralelo na realidade urbana de qualquer país da União Europeia.

Em todo o caso, os factores de reestruturação urbana, apontados na secção anterior, conduzem a que, com efeito, também na Europa, se desenvolvam processos que caminham no sentido de um alastramento da urbanização para lá das fronteiras administrativas dos municípios que constituíram os centros das metrópoles. Todavia, esse alastramento ocorre, crescentemente, muito para além das próprias fronteiras das tradicionais áreas metropolitanas, e tende a promover crescimento urbano cada vez mais afastado fisicamente da cidade inicial.

Contudo, a malha urbana que resulta desta nova morfologia da urbanização, no caso europeu, não é igualável àquela que caracteriza a densidade de ocupação do território no caso norte-americano, que permite confirmar a ideia, nesse contexto, de “urban sprawl”, como uma característica distintiva do fenómeno urbano americano da contemporaneidade. Porventura, mais do que os dados estatísticos sobre a diferenciada ocupação edificada do território, as imagens por satélite das cidades europeias e norte-americanas, actualmente bastante difundidas, constituem um pertinente instrumento empírico de observação que permite avaliar bem essa diferenciação.

Mas não é apenas ao nível da extensão, ou alastramento, da malha urbana, que não é possível aplicar, com mimetismo, conceitos da urbanização americana, à urbanização europeia. O mesmo sucede com a densidade construtiva e a morfologia urbana da *cidade interior* nas metrópoles.

É certo que esse modelo também foi adoptado em outros contextos mundiais. No Japão primeiro e noutros países asiáticos depois. Ele simboliza bem a actual globalização, particularmente no contexto asiático, onde as chamadas economias emergentes daquele continente, procuram replicar o

sucesso económico americano do século XX, ou mesmo no contexto europeu, onde diversos países procuram, igualmente, o concurso no âmbito de uma economia global. É também verdade que o surgimento, historicamente recente, de novas áreas urbanas em cidades europeias, replica, de algum modo, o modelo norte-americano de CBD's, com os seus enormes "arranha-céus" marcadores simbólicos de poder económico. Tal é o caso de La Défense em Paris, de Canary Warf em Londres, de Potsdamer Platz em Berlim. Contudo, ainda assim, a densidade construtiva de edificação em altura nos CBD's das cidades europeias, não é igualável ao que se observa nos CBD's das grandes metrópoles norte-americanas, ou ao modelo adoptado pelas mega-cidades asiáticas.

2.2.2 Dispersão e concentração: cidade-região policêntrica e reflexividade

Até agora tem-se abordado nesta secção, sobretudo, os aspectos morfológicos e de configuração territorial das cidades numa nova fase pós-metropolitana. Factores como a dimensão das cidades e a densidade populacional e construtiva, ou as formas urbanas que os sistemas de cidades vêm adquirindo nesta fase de transição são, com certeza, importantes factores da reestruturação urbana que afecta as sociedades contemporâneas.

Mais importante, ainda, apesar das tendências de dispersão espacial que caracterizam um eixo de mudança pós-metropolitana, como resultado de todos os factores tecnológicos, económicos, sociais e culturais, já referenciados, a verdade é que, como tem sido apontado por diversos autores, a actual fase de transição vem evidenciando uma tendência, só aparentemente contraditória, de concentração urbana. Todavia, além das novas morfologias urbanas, importa, sobretudo, perceber os desenvolvimentos urbanos em curso do ponto de vista das funcionalidades que subjazem às novas configurações territoriais que têm vindo a ser abordadas.

Cidades da informação e conhecimento: funções e centralidades

Saskia Sassen, na sua análise das influências dos processos de globalização na mudança urbana, alertava já para esta dupla tendência de dispersão e concentração, no que é acompanhada por outros analistas como, por exemplo, Manuel Castells, Peter Hall e Allen Scott. Aquela autora notava, então, em particular, a concentração das "funções de comando e controlo" da nova economia nos centros das grandes cidades metrópoles (Sassen, 1991, 1994). O sector da alta finança, dos serviços avançados e especializados à produção, e os quartéis-generais das grandes empresas transnacionais, continuam a concentrar-se nos tradicionais CBD's de algumas dessas grandes cidades que, funcionando em rede global, se constituem nos lugares, por excelência, onde a globalização se localiza. É nesses lugares que "o trabalho da globalização" é efectuado (Sassen, 1994).

Caixa 2.1 As quatro novas funcionalidades essenciais das grandes cidades-região globais

- Centros de comando altamente concentrados na organização da economia mundial.
- Localizações chave da finança e empresas de serviços especializados.
- Sítios de produção de inovação das indústrias líderes.
- Mercados para os produtos e inovações produzidas.

Fonte: Sassen, 1991.

Para Castells (1996), os sectores da nova economia global, da informação e do conhecimento, concentram-se nas cidades globais a que Sassen aludiu, mas é uma rede global de cidades, a várias escalas, que exprime o que designa por sociedade em rede, caracterizada pelo domínio dos *espaços de fluxos* sobre os *espaços de lugares* (Castells, 1994, 1996). Castells chamava já a atenção, no entanto, para o facto de que além das cidades globais referidas por Sassen, há ainda outros centros especializados, que se constituem em centros regionais importantes na nova economia global, como é o caso de Milão, no sector da moda e design, ou Los Angeles, no sector do cinema e das indústrias culturais e do entretenimento. As regiões que se tornam distintivas, pela ligação dos seus sectores mais dinâmicos à nova economia global, passam, assim, a ter um papel fulcral nesta nova economia (Castells, 1996: 381).

A combinação da dispersão e concentração ou, uma lógica de redes de cidades “funcionalmente integradas mas fisicamente descontínuas” como refere Ferrão (2002a), criou um novo papel estratégico para as grandes cidades, as cidades-região, para além do seu papel mais antigo como centros financeiros e do comércio internacional (Sassen, 1991). No entender de Sassen, essas novas polarizações geográficas detêm quatro novas funcionalidades essenciais, tal como se observa na caixa 2.1.

Também para Peter Hall (2003: 142), o princípio de aglomeração ainda prevalece, embora os desenvolvimentos dos transportes rápidos e das tecnologias de informação e comunicação, reduzindo os custos da deslocação, tenham possibilitado a dispersão da actividade económica, da localização residencial e, portanto, da urbanização. Para Hall, as principais categorias da actividade informacional que actualmente dominam as cidades globais, nas suas várias camadas de uma nova hierarquia urbana, podem ser definidas como constam da caixa 2.2.

Segundo Peter Hall (2006: 11), estes sectores são os “condutores” da actual economia global e concentram-se, sobretudo, em algumas cidades que,

Caixa 2.2 Principais categorias da actividade informacional das cidades globais

- *Finança e produção de serviços às empresas*, o que inclui banca e seguros, serviços comerciais, como serviços jurídicos, contabilidade, publicidade e relações públicas, serviços de design, incluindo arquitectura, engenharia civil, design industrial e moda.
- *'Poder e influência' (ou 'comando e controlo')*, o que se traduz em organizações governamentais, nacionais ou supra-nacionais, e quartéis-generais das grandes organizações, incluindo empresas transnacionais.
- *Industriais culturais e criativas*, o que abarca, as artes performativas ao vivo, museus, galerias de arte e exposições, os média impressos e electrónicos.
- *Turismo*, incluindo tanto o turismo de negócios como de lazer e abrangendo os hotéis, restaurantes, bares, entretenimento e serviços de transporte de pessoas

Fonte: Hall, 2003 e 2006

deste modo, crescem de forma notória. Mais importante, ainda, para aquele autor, os “condutores” da nova economia global, concentrada nas grandes cidades, não consistem apenas em serviços avançados à produção, como mais frequentemente é veiculado, mas também nos serviços avançados ao consumo, os quais, por vezes, são difíceis de distinguir, na prática.

Esta chamada de atenção para a dimensão do consumo, e não apenas da produção, na nova economia urbana global, é de particular relevo. Trata-se de uma dimensão para a qual, Saskia Sassen (1994, 1996), de resto, também já havia alertado. Para aquela autora, não são apenas os sectores da produção de serviços avançados e especializados que crescem, mas igualmente todo um conjunto de sectores de consumo. Mas, Sassen (1994, 1996) ia mais longe, e referia, ainda, que os sectores económicos que lideram a actual economia global, os quais requerem emprego altamente qualificado e remunerado, não dispensam outros sectores de emprego de baixas qualificações e remunerações. O mesmo ocorre ao nível do sector do consumo. Não se trata apenas das actividades dos serviços avançados de consumo, ou serviços de consumo para as novas elites dos profissionais em crescimento nas grandes cidades. Também o consumo mais banal da “McDonaldização” (Ritzer, 1993, 1998, 2005), e os respectivos “McJobs”, tendem a crescer na nova economia urbana, na perspectiva de Saskia Sassen (1994, 1996). Estas são, igualmente, questões a desenvolver mais adiante neste texto. Por agora, atente-se, ainda, num outro contributo relevante que caminha no mesmo sentido do que até agora se tem vindo a expor. Trata-se da abordagem de Allen Scott (2000, 2005).

Para aquele autor, os sectores de ponta da actual “economia pós-fordista” são: a produção de alta tecnologia, a produção neo-artesanal, as indústrias de produtos culturais, os media, os serviços financeiros e os serviços à

produção. Para Scott (2000), estes sectores assumem a forma de redes intrincadas de produtores, com complexas relações de especialização e complementaridade, e estão altamente concentrados nas principais cidades-região globais.

Segundo Allen Scott (2000), acima de tudo, a aglomeração tem muitos efeitos positivos na capacidade das cidades para continuarem a funcionar como centros de aprendizagem, criatividade e inovação. Precisamente, porque são constituídas por densas transacções intensivas de muitas actividades interdependentes, elas são também os lugares nos quais os encontros e experiências sociais ocorrem em permanência, e onde enormes fluxos de informação são constantemente produzidos e postos a circular no quotidiano das transacções económicas, sociais e culturais.

Neste sentido se compreende, como propõe Castells (1996: 384), que as cidades, ou até algumas zonas específicas dentro delas, uma vez baseadas na informação, sejam *complexos territoriais de produção de valor*, onde os quartéis-generais das grandes empresas e a finança avançada, podem encontrar tanto fornecedores de serviços quanto o trabalho altamente qualificado e especializado, de que necessitam para criar valor. As cidades são, assim, elas próprias, redes de produção e de gestão, cuja flexibilidade permite um acesso facilitado e rápido, em tempo e quantidades exigidas, a cada caso em particular, de modo a permitir uma gestão *just-in-time*, própria do novo modo de especialização flexível. Ora, “a flexibilidade e adaptabilidade, são mais bem servidas por esta combinação entre aglomeração de redes centrais e reticulação global desses centros e das suas dispersas redes, via telecomunicações e transporte aéreo” (Castells, 1996: 384).

Tal como sustenta Ferrão (1998), as sociedades contemporâneas são, crescentemente, “sociedades que para se desenvolverem precisam de ter capacidade de produzir, colectiva e permanentemente, mais informação, mais conhecimento, mais inovação”. As cidades são, no entender de Ferrão (idem), os lugares, por excelência, que permitem cumprir um tal desiderato, na medida em que elas “concentram os ingredientes essenciais para a construção das sociedades cognitivas”, já que nelas ocorre uma ímpar intensidade de produção e circulação de informação, de conhecimento, de inovação, garantindo, desse modo, externalidades de escala e de gama, e também de proximidade e inter-conexão.

Mas há ainda outros factores que contribuem para o reforço da concentração de actividades de alto nível, ou actividades de ponta, das actuais economias globais. São vários os autores que convergem, também a este nível, nos factores apontados para o reforço dessa concentração. Castells enuncia esses factores tal como constam da caixa 2.3.

O que parece, efectivamente, novo, como consequência dos desenvolvimentos que têm vindo a ser explanados, é que o resultado dessas transformações na morfologia e funcionalidade urbanas, não sendo uma dispersão

Caixa 2.3 Factores de reforço da concentração de actividades de alto nível

- O investimento imobiliário que exigem não permite a sua saída, pois isso desvalorizaria o seu valor de marcação simbólica do espaço.
- Os contactos face-a-face permanecem fulcrais aos negócios.
- Os grandes centros urbanos continuam a oferecer maiores oportunidades, estatuto social e gratificação individual aos cruciais profissionais de nível superior, (por exemplo: ao nível da qualidade das escolas para os seus filhos e do consumo conspícuo, incluindo a arte e o entretenimento).

Fonte: Castells, 1996

aleatória da urbanização, também não é a sua concentração exclusiva numa tradicional cidade monocêntrica, mas antes o surgimento de uma nova forma urbana policêntrica (Hall, 2003: 145) ou, como refere Ferrão (1998), uma morfologia de região metropolitana polinucleada. No mesmo sentido concorre a tese sustentada por Teresa Barata Salgueiro (2001). Para aquela autora “a transição para o novo regime de acumulação flexível [lê-se] no território através do aumento da fragmentação. Em termos genéricos pode caracterizar-se pela evolução da cidade para uma metrópole policêntrica constituída por vários pólos de emprego, de comércio, de serviços, de lazer, devido à desconcentração de actividades, e à redução da proeminência do centro principal” (Barata Salgueiro, 2001: 115). O traço marcante das novas configurações territoriais emergentes na actual fase de transição, e dos factores de localização das diversas actividades da vida urbana, não é tanto a descentralização quanto o surgimento de novas centralidades urbanas (caixa 2.4.).

Como tem sido anotado por vários estudos (Barata Salgueiro, 1994, 2001, 2002, 2006), a nível nacional é possível falar de várias centralidades na cidade-região de Lisboa. Tomando como referência a tipologia sugerida por Peter Hall (2003), facilmente se identificam em Lisboa, como centro primário, a zona da baixa, da avenida da Liberdade e imediações; como centro secundário, a zona das chamadas Avenidas Novas; como centro terciário, ou “*edge city* interior”, a zona do Parque das Nações, como “*edge city* exterior”, provavelmente, parte de Oeiras, e como uma futura “*edge city*” mais distante, a zona da próxima localização do novo aeroporto de Lisboa.

Diversidade urbana, inovação e reflexividade

A generalidade dos autores que têm estudado as transformações em análise neste capítulo, converge na afirmação de que não existe um padrão único das

Caixa 2.4 Actuais centralidades urbanas das novas cidades-região policêntricas

- Os *tradicionais centros de negócios*, antigos CBD's, eventualmente renovados mas mantendo traços urbanísticos essenciais;
- Os centros secundários de negócios, desenvolvidos no século XX, onde se encontram alguns quartéis-generais de empresas e actividades culturais e de entretenimento;
- Os *centros terciários de negócios*, uma "edge city" interior, desenvolvidos em zonas de regeneração urbana e a alguma distância dos centros primários e secundários, de que são exemplos os acima citados La Defense, Canary Wharf e Postdamer Platz, entre outros, com largas concentrações de novos escritórios e, por vezes, também entretenimento;
- As "*edge cities*" exteriores, geralmente em torno dos grandes eixos rodoviários rumo aos aeroportos; as edge cities mais distantes, decorrentes de novas cidades, ou do crescimento de pequenas cidades existentes, as quais atraíram em grande escala concentrações de actividades de "back office", sem necessidade de relação directa, "de balcão", com consumidores e fornecedores;
- As *concentrações especializadas* de actividades, especialmente de lazer, turismo e entretenimento, e que requerem grandes quantidades de espaço e atraem grande número de pessoas, como são o caso dos estádios, dos parques temáticos, dos centros de conferências ou exposições. Com frequência são lugares nas "edge cities", interiores ou exteriores.

Fonte: Hall (2003: 145)

novas morfologias urbanas e novas configurações territoriais policêntricas das cidades. Tal como proposto, por exemplo, por Castells (1996), Ferrão (1998), Hall (2003, 2006) e Pain (2007a), a nova realidade das formas urbanas, e dos factores locativos, apresenta variações distintas de cidade para cidade, ou de país para país, dependendo de distintos percursos históricos e especificidades várias.

Em todo o caso, um factor chave das novas localizações produtivas e, consequentemente, da reestruturação das cidades, procurando a sua revitalização num contexto de intensa competição inter-urbana a várias escalas, parece resultar da importância decisiva da existência de um *ambiente de inovação* que permita uma determinada cidade, ou região, posicionar-se favoravelmente nas redes globais da competitividade e cooperação.

Recordando o que se referiu no primeiro capítulo, um novo regime económico pós-fordista assenta na criação de valor baseado em inovação científica, tecnológica e de design. Mais frequentemente a ideia de inovação remete para a inovação tecnológica, a qual é, sem dúvida, determinante nas economias de todos os tempos e, por maioria de razão, nas economias contemporâneas de acelerada mudança tecnológica. Neste sentido, dois conceitos surgiram nos

anos de 1980 e, desde então, têm vindo a ser trabalhados do ponto de vista analítico, e a ser alvo de aplicações à economia e ao urbanismo. Trata-se dos conceitos de *meio inovador* e de *tecnopólo*.

Também aqui surgem especificidades próprias que distinguem, particularmente, o modelo norte-americano da maioria dos restantes modelos e, especificamente, do modelo europeu, com excepção do caso da Alemanha, como sustentado por Castells (1996: 390). Os tecnopólos visam a criação de plataformas de interface entre a pesquisa e a actividade económica, em ordem a permitir a transferência de inovação e conhecimento de modo imediato da investigação para a actividade empresarial, na lógica da investigação e desenvolvimento (I&D). Este é, sem dúvida, um pilar fulcral das actuais economias do conhecimento. Mas, enquanto nos EUA os tecnopólos, ou parques tecnológicos, surgem em áreas mais ou menos afastadas das metrópoles, na maioria dos restantes países eles permanecem concentrados nas regiões urbanas, ou áreas metropolitanas.

Há, por vezes, a ideia mais ou menos mítica do isolamento e relativo secretismo destas actividades, e dos seus profissionais, em universos de vida auto sustentados e afastados do mundo real, inspirada numa visão quase ficcionada do exemplo norte-americano de Silícon Valley. Contudo, a realidade parece ser bem diferente. Ela demonstra a necessidade de integração e interacção dos pólos tecnológicos face aos contextos urbanos e às condições de vida que estes oferecem, do ponto de vista das múltiplas actividades humanas que nas cidades se exercem. Entre elas, as actividades de entretenimento, lazer, cultura, consumo e sociabilidades, que os centros das regiões urbanas oferecem em quantidade e diversidade.

Os principais centros metropolitanos das economias avançadas albergam alguns dos mais importantes pólos tecnológicos do mundo. Mas, para tomar exemplos mais próximos, poder-se-á referir o Tagus Parque, em Oeiras (www.taguspark.pt/), decisivo na constituição de uma nova centralidade urbana na região de Lisboa. Noutra escala, o projecto de grande impacto, em construção na cidade de Barcelona, o 22 @, com os seus *clusters* de actividades TIC, Media, Bio e Energia, mas também habitação e espaços verdes e de lazer, integrado na malha urbana da cidade, permitindo assim, certamente, a criação de sinergias necessárias à produção de inovação numa sociedade baseada no conhecimento (<http://www.22barcelona.com/>).

Este último exemplo configura, de resto, a ideia de *meio inovador*, não circunscrito à inovação tecnológica, mas antes à criação de um ambiente propiciador de inovação em sentido mais amplo. O conceito foi criado por Manuel Castells, Peter Hall e Philippe Aydalot, no início dos anos de 1980, com aplicação ao desenvolvimento tecnológico/industrial, e mais tarde desenvolvido pelo GREMI (Groupe de Recherche sur les Milieux Innovateurs), criado por Aydalot. Entre os autores que mais trabalharam o conceito de *meio inovador*, no âmbito daquele grupo de pesquisa, encontra-se Roberto

Camagni (Castells, 1996: 388-390). Em Portugal ele foi desenvolvido por João Ferrão (1995) e por Raul Lopes (2001), trabalhando essencialmente os contributos do GREMI, e aplicando-o à sua relação com a dimensão territorial da competitividade e das redes territoriais de inovação.

Castells definia, já em 1996, os meios inovadores, ou ambientes de inovação, como:

[...] Um conjunto específico de relações de produção e gestão, com base numa determinada organização social que através da partilha de uma cultura de trabalho, e de objectivos instrumentais, procura gerar novo conhecimento, novos processos e novos produtos (Castells, 1996: 389-390).

Subsumida na abordagem de Castells aos meios inovadores, está a ideia da sua territorialização, quando considera “a proximidade espacial uma condição material necessária à existência desses meios, dada a importância da interacção no processo de inovação” (Castells, 1996: 390). Para Castells, o que “define a sua especificidade é a sua capacidade para gerar sinergias, e esse é o seu valor acrescentado, resultado não do efeito cumulativo dos elementos presentes no meio, mas sim da sua interacção” (Castells, 1996: 390). Para aquele autor:

Os meios inovadores são a fonte fundamental de inovação e da geração de valor acrescentado no processo de produção industrial na idade da informação (Castells, 1996: 390).

Outras abordagens do conceito de inovação, aplicadas à dimensão territorial, e especificamente urbana, vão ainda mais longe no entendimento da importância da inovação nos processos de reestruturação económica e territorial da actual economia globalizada do conhecimento. No cruzamento das teorias neo-shumpeterianas da inovação, com as teorias da regulação e da acumulação flexível, propõem uma aplicação da ideia de inovação às dimensões de capital social, capital humano, empreendedorismo, e governança territorial e, especificamente, urbana³.

Sendo aquelas dimensões factores decisivos da actual fase de transição e reestruturação urbana, o que neste trabalho se pretende sustentar, no que ao conceito de inovação diz respeito, remete, antes, para a centralidade da reflexividade, na sua dupla acepção cognitiva e estética, tal como explanada no primeiro capítulo, analisada sobretudo na óptica dos agentes sociais e dos modelos de produção e consumo, mais do que na perspectiva das instituições, ou das instâncias de regulação e governança.

3 Vejam-se os textos já mencionados de Ferrão (1995) e de Lopes (2001), ou de outros autores, referidos em Rodrigues (2007).

Neste sentido, adquire particular relevância um entendimento da inovação que a associe não apenas à sua dimensão tecnológica, económica ou política, mas também social e, particularmente, de estilos de vida. Assim, um entendimento alargado do conceito de inovação, não a pode dissociar da ideia de criatividade, como requisito igualmente determinante das sociedades reflexivas e, especificamente, dos actuais contextos urbanos.

Uma reflexividade, simultaneamente cognitiva e estética, são, progressivamente, características determinantes de um novo regime de produção e consumo, bem como da constituição e actualização permanente de estilos de vida na actual modernidade urbana. A inovação e criatividade assumem-se, nesta medida, como factores chave da vida urbana e das cidades em geral, tanto no que diz respeito à sua economia, quanto à sua gestão política e ao seu tecido social e cultural.

A aplicação da ideia de criatividade à cidade, através dos conceitos de *meio criativo* e *cidade criativa*, explorados por Charles Landry (2000: em particular o capítulo 6), e através de alguns contributos de Richard Florida (2002; 2003; 2005; 2008), com a aplicação da sua tese da “classe criativa” aos meios urbanos, revelam-se, então, importantes contributos para a análise da actual reestruturação urbana (ver capítulo 4).

As variáveis dimensão e densidade de população e actividades constituem, como se referiu antes, factores importantes da vida urbana, porque geram efeitos de escala, aglomeração e proximidade não negligenciáveis. Contudo, eles são insuficientes para a constituição de um meio urbano inovador e criativo. Este exige, como se viu, interacção, ou inter-conexão. Mas exige ainda, e talvez sobretudo, diversidade. São as sinergias advindas da interacção de diversas culturas, identidades e estilos de vida, que permitem despoletar a inovação e criatividade que dão vitalidade urbana, social e cultural às cidades. Tanto do ponto de vista do seu tecido social, económico e cultural, quanto do ponto de vista da sua morfologia, as cidades actuais posicionar-se-ão tanto mais favoravelmente quanto mais conseguirem garantir uma razoável e equilibrada diversidade.

Sem embargo do que será retomado no capítulo final deste trabalho, algumas conclusões se podem, desde já, retirar do que até ao momento se expôs nesta secção.

Em primeiro lugar, a ideia da centralidade dos sectores de actividade económica ligados à informação e ao conhecimento e à permanência da sua concentração, ou aglomeração, nas regiões urbanas. Não necessariamente num único centro metropolitano, mas em diversas centralidades de uma cidade-região mais extensa e descontínua.

Em segundo lugar, a ideia de que esses sectores são mais diversos do que certas perspectivas mais restritivas da economia do conhecimento tendem a transmitir. Algumas actividades ligadas ao sector da arte, cultura,

entretenimento, lazer e consumo, são igualmente sectores chave, na produção da informação e conhecimento, ou no suporte às actividades e aos profissionais que laboram na economia do conhecimento, em sentido mais restrito.

Em terceiro lugar, o argumento que sustenta ser a inovação e a criatividade um factor chave da formação de meios territoriais propícios à vitalidade, ou revitalização, das cidades contemporâneas. Contudo, a pertinência da inovação e criatividade advém da natureza reflexiva das sociedades, das economias, e das suas cidades, e deve ser concebida não apenas na sua dimensão cognitiva, como mais frequentemente é veiculado pelas teorias da sociedade da informação e do conhecimento, mas também na sua dimensão estética. Esta concepção das actuais economias e sociedades, permite conferir importância decisiva, não apenas aos sectores da produção de serviços avançados, mais frequentemente sublinhados por aquelas teorias, como também aos sectores do consumo, tais como a arte, a cultura, o entretenimento, o turismo e lazer.

Finalmente, a concepção da diversidade como dimensão crucial de uma sociedade, de uma economia, e de uma cidade, reflexivas. A ideia de que o mundo actual transita para uma sociedade da informação e do conhecimento, sendo verdadeira e, portanto, determinante da reestruturação urbana que trespassa o quotidiano da vida das cidades na actualidade, não pode ofuscar uma visão mais abrangente da vida social, económica e cultural das cidades contemporâneas. É o próprio Castells que, sustentando embora a tese de que o mundo actual transita para uma sociedade da informação e do conhecimento, alerta:

Penso que é, em primeiro lugar, necessário introduzir a diversidade das formas urbanas emergentes no novo período histórico, para contrariar uma primitiva visão tecnológica que vê o mundo através das lentes simplificadas de infundáveis auto-estradas e redes de fibra óptica (Castells, 1996: 398).

Castells (1996) identificava, por consequência, três grandes modelos a nível mundial, no que concerne às formas urbanas no actual período histórico:

- a) O modelo norte-americano de difusão urbana ou alastramento da fronteira suburbana, tal como acima descrito, mas recordando a sua “contraditória complexidade”, como ficava claro em *City of Quartz*, de Davis (1990). Um modelo definido por Soja (1989, 1995, 1996, 1997), como ex-urbanização, caracterizado pelas *edge cities* e *urban sprawl*.
- b) O modelo das cidades europeias, muito marcado pela importância do património histórico edificado, e pelo contraste entre as novas cidades periféricas e a atracção continuada pela centralidade histórica, onde processos de revitalização permitem a nobilitação urbana que se aborçará mais adiante. Não deixando de referir os *ghettos* das periferias urbanas europeias, realça a continuada importância das cidades centrais

marcadas pela sua história. Na leitura de Castells, este modelo europeu de cidades, que designa de “charme desvanecido”, não será, contudo, o modelo de cidade territorialmente dominante no terceiro milénio.

- c) Finalmente, o modelo de urbanização do terceiro milénio que, para aquele autor, é a mega cidade, composta de inúmeras aglomerações urbanas, que inter-conectadas podem atingir áreas superiores a 50.000 Km², e uma população de 40 a 50 milhões de habitantes. Estas cidades encontram-se primordialmente em constituição no continente asiático, e não se distinguem apenas pela sua dimensão como, sobretudo, pelas ligações funcionais entre os seus centros, e entre estes e os principais pólos dos fluxos da economia global.

O exemplo recorrente deste modelo de urbanização é a megalópole constituída pela mega região urbana do Delta do Rio Pérola no sul da China, ilustração mais espectacular do rápido crescimento económico daquele país e da sua urbanização historicamente recente (Castells, 1996: 406; Graham and Marvin, 2001: 348).

Há ainda um outro exemplo, tal como recordado por Castells (1996: idem), que poderá vir a transformar-se na maior aglomeração metropolitana da história da humanidade, não apenas em dimensão populacional, como em poder económico e tecnológico. Trata-se da ligação do corredor Tokio-Yokohama-Nagoya à conglomeração Osaka-Kobe-Kyoto, no Japão.

Este novo desenvolvimento do “fenómeno urbano” tem, contudo, duas faces, tal como sublinhado por diversos autores. Por um lado estas novas cidades são os actuais motores do desenvolvimento, na medida em que são centros de dinamismo económico, tecnológico e social, nos seus países e à escala global. Por outro lado, a face negativa desta tendência de polarização consiste nos problemas de iniquidade territorial que podem levantar, e nos problemas de sustentabilidade ambiental, coesão social e dificuldades acrescidas de governança que já estão a colocar. O poder dos respectivos países depende do desempenho dessas mega cidades. Elas são centros de inovação cultural e política e pontos de conexão das redes globais de todo o tipo (Castells, 1996: 409-410).

Mas, a polarização geográfica, ou concentração de grandes aglomerados de população e actividades, sendo uma condição necessária, não é uma condição suficiente de sustentação económica, tal como frisava Ferrão (1998). Do mesmo modo que, como defende Scott (2000, 2005), nem todas as grandes metrópoles são afectadas da mesma forma pela actual globalização e, sobretudo, nem todas são centrais nos processos de globalização. Por outras palavras, nem todas as actualmente existentes grandes áreas metropolitanas podem ser identificadas como cidades região globais, como o comprovam algumas das grandes metrópoles situadas no que se tem chamado “mundo em desenvolvimento”.

O próprio Castells (1996: 410), não deixava de anotar o que previa como potenciais grandes problemas advindos desta mega urbanização que tornariam, em seu entender, as mega-cidades menos atractivas: as epidemias de larga escala e a desintegração do controlo social.

Importa aqui, no entanto, recordar o que se referiu no primeiro capítulo, a propósito das similitudes que a actual fase de transição parece evidenciar com a fase de transição para um mundo claramente urbano, na passagem do século XIX para o século XX. Algumas das cidades mais dinâmicas na emergência do “fenómeno urbano”, então, nos EUA, colocaram, precisamente — pelo seu rápido crescimento populacional e urbano, e pela sua inédita dimensão — problemas de controlo social e governança, ao poder político da época e aos estudos dos fundadores da sociologia urbana.

A história da urbanização, e do crescimento económico do século XX, demonstrou, não obstante, dois factos que importa reter. Por um lado, que aquele crescimento urbano não impediu, antes propulsionou, a liderança económica norte-americana do mundo, ao longo do século XX. Por outro, que o percurso europeu, em matéria de urbanização e de modelo societal, seguiu um padrão diverso, ou não inteiramente similar, de crescimento urbano e organização económico-social, o que não permitiu a mesma capacidade competitiva dos EUA, mas possibilitou, no entanto, um desenvolvimento económico e social menos assimétrico.

A cidade europeia na actualidade: os paradoxos de uma encruzilhada

Aquela contradição parece resultar numa complexa encruzilhada em que a Europa se encontra, na actual fase de transição. Perante o continuado alastramento da urbanização nos EUA, e a emergência de novas mega cidades no continente asiático e, em parte, no próprio continente centro e sul-americano, a Europa parece ver-se pressionada ao desenvolvimento da concentração e crescimento urbano. Mas, por outro lado, sente-se constrangida à preservação de um modelo social e urbano de crescimento que permita, em sintonia com a sua história, preservar alguns adquiridos da modernidade europeia. Nessa medida, os órgãos de governo da União Europeia propõem um crescimento económico que permita tornar o espaço económico europeu competitivo na nova economia global, mas que, simultaneamente, reforce a coesão social e territorial e a sustentabilidade ambiental.

Importa, uma vez mais, recordar o que anteriormente se referiu a propósito da necessidade de distinguir a narrativa política sobre os actuais desafios, em matéria de política económica, territorial e urbana, da abordagem analítica das transformações em curso na actual fase de reestruturação económica e urbana.

O Globalization and World Cities Study Group and Network (GaWC), sediado na Loughborough University, no Reino Unido, tem vindo a desenvolver um conjunto de pesquisas sobre os impactes dos actuais processos de

globalização nas cidades. Entre as várias linhas de pesquisa, promoveu uma investigação alargada sobre a questão da sustentabilidade das mega cidades-região europeias, coordenada por Peter Hall e Kathryn Pain. Partindo dos contributos incontornáveis de Sassen e de Castells, já abordados neste texto, e dos instrumentos de política da União Europeia, procurou testar, empiricamente, quer aqueles contributos teóricos, quer os principais instrumentos de política económica, territorial e urbana da UE.

Sinteticamente, do ponto de vista teórico-conceptual, tratava-se de aferir, por um lado, o argumento de Saskia Sassen (1994, 2000a, 2000b, 2002), de que a actual economia global da informação apresenta importantes componentes que permanecem dependentes dos “lugares”, tal como já abundantemente referido neste texto. Por outro lado, o argumento de Castells (1994, 1996) que, reconhecendo embora a continuada importância dos “espaços de lugares”, sugere o “domínio estrutural” dos “espaços de fluxos”, na actual fase da globalização. Tratava-se, ainda, de analisar empiricamente como agem nesse contexto, e face àqueles argumentos, as actividades económicas que ambos os autores reconhecem serem os sectores líderes da nova economia, as actividades da produção de serviços avançados de conhecimento intensivo.

Do ponto de vista das narrativas políticas, procurou-se aferir a viabilidade, e a ressonância empírica, de dois instrumentos de política da UE fundamentais para fazer face à transição em curso. Por um lado, os pilares da política económica, contidos na Estratégia de Lisboa (2000), e de desenvolvimento ambientalmente sustentável da União, do documento de Gotemburgo (2001). O objectivo estratégico de transformar a economia europeia na “economia mais competitiva do mundo”, promovendo o crescimento económico baseado no conhecimento, de forma ambientalmente sustentável e reforçando a coesão social. Por outro lado, as linhas orientadoras de política urbana e territorial, contidas na Estratégia Europeia de Desenvolvimento Espacial (1999). O objectivo estratégico da coesão territorial, promovendo uma “concentração descentralizada”, em termos de crescimento urbano, com base no princípio territorial de policentricidade, anteriormente analisado.

O modelo proposto, de desenvolvimento urbano baseado no policentrismo territorial, tem como referência fundamental, entre outros, o modelo do Randstad Holandês, ou do Reno-Ruhr Alemão. Uma rede urbana morfológicamente policêntrica, em que vários centros urbanos detêm diferentes dimensões e funções, mas de importância aproximada, permitindo criar sinergias derivadas de efeitos de escala e aglomeração, com capacidade competitiva face às mega-cidades mundiais, mas, simultaneamente, preservando a requerida coesão territorial dos respectivos países e da União Europeia. O modelo de policentricidade surge, naquele documento (CCE, 1999), como oposto a um modelo de crescimento monocêntrico, visto como menos equilibrado territorialmente. Os exemplos, neste caso, são Paris e Londres e o seu papel na rede urbana dos respectivos países.

Esta utilização do modelo de policentricidade foi vista como um conceito normativo, e o conceito subjacente de coesão territorial, como possuindo uma agenda económica, social e político-institucional (Pain 2007b). O confronto empírico com o desempenho competitivo das economias urbanas europeias parece tê-los revelado como desajustados, e contraditórios, enquanto instrumentos de política para atingir as estratégias europeias acima referidas. Resumindo os principais resultados daqueles estudos, foi possível extrair algumas conclusões, de extrema relevância, que vão ao encontro do que se tem vindo a sustentar ao longo deste trabalho.

A primeira grande conclusão (Hall, 2006; Pain, 2007a) é que o conceito de policentricidade se revelou como dependente da escala de análise adoptada, e que uma visão dicotómica, entre redes monocêntricas e policêntricas, não é passível de dar conta da multiplicidade de escalas da conectividade funcional dos espaços de fluxos, e da complexidade de inter-relações entre os processos económicos, ambientais e sociais, presentes nas Mega cidades-região.

A uma escala europeia, o conceito de policentricidade, tal como concebido pela Estratégia Europeia de Desenvolvimento Espacial (CCE, 1999) dá conta, por um lado, de uma mega região de cidades inter-conectadas funcionalmente por ligações aéreas, comboio de alta velocidade e telecomunicações, circunscrita pelo “pentágono” constituído por Londres, Paris, Hamburgo, Munique e Milão. Esta Mega região urbana é interpretada como um “centro” de dinâmicas de desenvolvimento económico. Por outro lado, uma extensa “periferia”, onde se posicionam as restantes cidades europeias.

No entanto, como sustenta Hall (2006), muitas destas cidades, como é o caso de Lisboa, Madrid, Roma, Berlim, Dublin, Viena, Copenhaga, Estocolmo e, entre outras, as capitais dos países do alargamento, desempenham uma função chave, enquanto “capitais regionais”, ou como “portas de ligação” (*gateway cities*). Neste caso, o seu frequente domínio de um espaço linguístico, que por vezes extravasa o território europeu, parece estar a permitir-lhes desempenharem um importante papel na competitividade inter-urbana, e na própria integração europeia, além das redes de relacionamentos económicos, políticos e culturais que permitem desenhar.

Havendo um consenso que a mega cidade-região será a forma urbana dominante do século XXI, tal como defendia Castells (1996), ela não parece emergir apenas nas redes policêntricas, como também noutras regiões urbanas, tidas como monocêntricas. Acresce que um outro desenvolvimento urbano parece deter importância progressiva, e esse consiste nos “corredores” de intensa urbanização ao longo das principais vias de transporte. Tal é o caso do Vale do Rhône, abaixo de Lion, ou a região da Emiglia-Romana em Itália (Hall, 2006).

Para Hall (2006), a promoção da ideia de policentricidade à escala europeia não desencadeia, necessariamente, policentricidade à escala nacional.

Inversamente, parece desencadear um reforço da concentração numa única região urbana, em alguns países, e, portanto, criar, ou reforçar, a monocentricidade da rede urbana desses países. Segundo Hall (2006), essa tendência foi visível nos anos de 1990 em Dublin, Madrid e Lisboa, e está a repetir-se em Praga, Budapeste, Varsóvia e Talin, na presente década.

A questão essencial é que a realidade visível é a do crescimento, e dinamismo urbano, de algumas cidades mundiais, que nuns casos é policentrado, mas noutros é monocentrado. Os países que não possuem os níveis de desenvolvimento económico e urbano daqueles que detêm cidades globais ou sub-globais, como as do “pentágono”, parecem ver na concentração de sinergias a oportunidade de um melhor posicionamento na nova hierarquia urbana europeia e global.

Não é possível deixar de acompanhar, também aqui, João Ferrão, quando este autor, tomando como referência a rede urbana portuguesa, sustenta que, embora considerando os problemas associados à concentração urbana das grandes cidades-região, a polarização geográfica “é uma fonte de eficácia económica que pode reverter favoravelmente para o conjunto da economia nacional” (Ferrão, 1998). Sustenta, aquele autor, que “o objectivo não deve ser combater, em abstracto, a polarização geográfica (mito da igualdade espacial)” (Ferrão, 1998), mas, pelo contrário, “encontrar um equilíbrio razoável entre as considerações da equidade e distribuição espacial de actividades e o seu custo em termos de crescimento global” (Jayet, Puig, Thisse, 1996: 153, em Ferrão, 1998).

Em acréscimo, a história do desenvolvimento urbano é, como já se demonstrou, uma história feita de especificidades e diversidade de percursos e, se em alguns países aquele desenvolvimento, e o seu planeamento, desenharam uma rede urbana morfológicamente simétrica, como foi particularmente o caso Holandês e Alemão, noutros casos a história teve outros contornos e um desenvolvimento mais assimétrico. Será com esta “geometria variável” que a União Europeia terá de enfrentar os novos desafios da actual fase de transição societal e reestruturação das cidades. Será, também, com esse adquirido histórico que países como Portugal deverão encarar o futuro, já que, no contexto nacional, Lisboa se apresenta como a única região urbana com potencial para se tornar numa cidade-região, com um posicionamento favorável na hierarquia urbana europeia. Na secção seguinte apresentam-se os elementos empíricos que permitem demonstrar esta hipótese.

A segunda grande conclusão daqueles estudos concorre, igualmente, para o que se tem vindo a sustentar neste trabalho. Ela resulta do que parece ser um equívoco fatal para os pressupostos da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Espacial: a inexistência de uma automática homologia entre a policentricidade morfológica e a policentricidade funcional (Hall, 2006; Pain, 2007a e 2007b).

Com efeito, o melhor desempenho económico, e uma mais ajustada capacidade competitiva, parecem decorrer não tanto da distribuição demográfica e

geográfica de pessoas e actividades das Mega cidades-região, quanto da sua capacidade de inter-conexão, através da organização das empresas, dos fluxos de informação, e da transferência de conhecimento.

Mais, as cidades primazes, antigos centros metropolitanos, dentro das grandes regiões urbanas, enquanto meio ou ambiente de inovação e criatividade, revelam uma continuada capacidade para concentrarem funções de distribuição de informação e articulação global. Elas revelaram-se de importância crucial na transferência de conhecimento e inovação. Tal é o caso de cidades como Londres e Paris, tidas como paradigma da monocentralidade naquele instrumento de política da UE. Na cidade de Londres, em particular, o alto grau de concentração global mostra a mais forte evidência de policentricidade funcional regional (Hall, 2006).

Acresce que, como defende Hall (2006), a evidência empírica mostrou que essa concentração gera ganhos de complementaridade de funções e papéis sinérgicos dos centros secundários à volta do principal, quer entre si mesmos, quer face à cidade principal. Isto levou Peter Hall (2006) a concluir que, mais do que a distribuição demográfica, são as ligações funcionais inter-cidades que se revelam indicadores importantes de desenvolvimento equilibrado. Aquele autor conclui ainda que, mais do que o domínio da cidade principal, os processos da mega cidade-região revelam conectividade e complementaridade, mas surpreendentemente menos presentes nos casos do paradigma da policentricidade morfológica, o Randstad e o Reno-Ruhr.

Outra questão essencial, decorrente do que atrás se expôs, é que a comunicação, ou interacção face-a-face, se revelou essencial à transferência de conhecimento altamente especializado dentro das redes de produção de serviços avançados, e que os CBD's das cidades principais das Mega regiões urbanas são *clusters* determinantes dessa interacção face-a-face (Pain, 2005). Em alguns sectores económicos, em particular, a diversidade cultural é uma forma de capital de conhecimento crucial, e a presença de competências, em geral, um atributo fundamental desse capital de conhecimento. Sucede que a evidência empírica demonstrou, também, que os centros secundários das Mega-cidades-região falham nesta vantagem de capital que combina elevadas competências com alta diversidade (Pain, 2005).

Esta continuada importância da interacção face-a-face revela relevantes contradições dos desenvolvimentos em análise neste capítulo, indo ao encontro do que se tem vindo a defender neste texto.

Por um lado, as tecnologias de informação e comunicação permitem, potencialmente, reduzir, ou até suprimir, distâncias, facilitando a desconcentração de pessoas e actividades. Todavia, por outro lado, elas parecem não dispensar, mas antes reforçar, as deslocações para as interacções face-a-face, que permanecem essenciais para a maioria das actividades económicas e, em particular, para aquelas que são os “condutores” da “nova economia”. Assim sendo, a concentração geográfica continua a ser

um atributo crucial do desenvolvimento urbano, e os efeitos daí decorrentes permanecem cruciais ao desenvolvimento das actuais economias globais e do conhecimento.

Adicionalmente, as redes urbanas policentradas implicam a continuação, e intensificação, das mobilidades físicas, em ordem a permitir o policentrismo funcional, já que a comunicação presencial se revela essencial à inter-conexão. As consequências são a dificuldade de concretização dos objectivos de sustentabilidade ambiental, uma vez que se o monocentrismo implica congestão e poluição ambiental, o policentrismo não deixa de o implicar, na medida em que exige um aumento das deslocações, por todos os meios, mas a nível intra-regional sobretudo das deslocações por automóvel.

Finalmente, e não de somenos importância, os fluxos da actividade económica, todos eles, os materiais e os imateriais, não conhecem fronteiras político-administrativas, mas as antigas delimitações geográficas permanecem política e administrativamente operantes, o que coloca a questão essencial dos constrangimentos daí decorrentes para a competitividade económica e para a regulação e governança, na actual fase de transição. As delimitações geográficas ainda operantes, e as correspondentes formas de governo urbano, e territorial, existentes, revelam-se absolutamente desajustadas face às actuais exigências para prosseguir os objectivos estratégicos desenhados pela União Europeia e, em geral, face à complexa lógica de funcionamento da nova economia global da informação e do conhecimento.

Estas contradições levaram Kathryn Pain (2007b), na sequência dos estudos do GaWC, a sugerir a existência de três paradoxos espaciais das cidades na actual vaga da globalização. O primeiro paradoxo consiste nas “redes dispersas e extensas versus concentração”. O segundo paradoxo baseia-se na “rede de fluxos versus materialidades”. O terceiro paradoxo resume-se na “cidade em rede versus governança territorial”.

O primeiro paradoxo exprime a crescente complexidade das relações inter-cidades na produção de serviços avançados. Na senda do que há muito exprimiui Saskia Sassen, tal como antes referido, assiste-se à coexistência de processos de dispersão e concentração da economia. À medida que as cidades vêm crescer a sua conectividade global na produção de serviços avançados, as suas ligações funcionais inter-urbanas intensificam-se e dispersam-se, mas ao mesmo tempo as funções globais fazem *clusters* e concentram-se. Concentração com dispersão é o que parece definir uma complexa geografia de múltiplas escalas, no que diz respeito, também, às relações espaciais da cidade-região europeia.

O segundo paradoxo revela a crescente importância dos fluxos físicos, e não apenas virtuais, da mobilidade, que produzem as redes inter-cidades. Mas revela também o crescimento de importância das materialidades, quer através da necessidade de infra-estruturas para a circulação física, ou virtual, dos fluxos, quer através da continuada e crescente importância da

interacção face-a-face. Os contextos presenciais permanecem o essencial meio para a produção de serviços avançados de alto valor, do mesmo modo que as viagens de negócios, ou por outros motivos, estão a crescer em simultâneo com o crescimento das comunicações virtuais. A par das infra-estruturas para a comunicação virtual, que aumentam e agilizam a circulação do dinheiro, e da informação, e estimulam a comunicação presencial e as mobilidades físicas, também infra-estruturas processuais, como quadros legislativos e de regulação, são essenciais ao funcionamento da actual globalização. Tal como já sublinhado por Sassen (2000a), não são apenas necessárias boas “placas giratórias” (*hubs*) e “portas de ligação” (*gateways*), ou sistemas inter-modais de transportes e comunicações, mas também quadros legais e de regulação, que a actual economia do conhecimento, global e em rede, exige para poder funcionar.

Este último aspecto está directamente ligado ao terceiro paradoxo, na medida em que as actuais estruturas institucionais, políticas e administrativas, e as suas delimitações de competências e de fronteiras territoriais, se revelam inadequadas para lidar com a complexidade dos processos de desenvolvimento das cidades-região. Por um lado, a actual economia global do conhecimento funciona de modo reticular, criando redes inter-cidades de múltiplas escalas geográficas. Este facto exige fluidez e infra-estruturas que, frequentemente, atravessam antigas fronteiras administrativas. Por outro lado, os quadros de regulação e de governança permanecem, no essencial, estáticos e dependentes das antigas e inadequadas circunscrições administrativas, revelando uma inércia difícil de ultrapassar. Tal como salientado por Peter Hall (2006: 26): “as estruturas tradicionais herdadas do passado mostram-se muito difíceis de desalojar; há um enorme conservadorismo de base na geografia do governo”.

Em síntese, a actual fase de transição e reestruturação urbana coloca as sociedades globais, e em particular a Europa, numa encruzilhada em que um dos desafios cruciais que enfrenta é o da procura de novos modos de regulação, e governança territorial e urbana, que lhe permitam lidar convenientemente com uma nova geoeconomia de fluxos de múltiplas escalas. Trata-se de um complexo terreno, que tem vindo a exigir inovação social nos mecanismos de participação da sociedade civil, dos indivíduos e das organizações, em partenariados de “geometria variável”, mas que exige, também, novas instâncias de governança, ou “meta-governança”, do ponto de vista dos territórios, com escalas igualmente variáveis (Jessop, 1997, 2004; Brenner, 2003, 2004; Rodrigues, 2007). O que está em questão ao nível urbano é, essencialmente, o desajustamento de um modelo de governança assente exclusivamente na tradicional gestão municipal da cidade, ou sequer na sua gestão metropolitana, que no caso português, surgiu tardiamente e nunca passou de uma entidade administrativa, sem efeitos substanciais na gestão do território.

Uma segunda questão, igualmente chave, resulta da especificidade do território europeu no contexto mundial. Numa época em que as grandes

idades-região parecem ser o modelo ajustado para integrar a economia global, da sociedade reticular da informação e do conhecimento, a Europa parece oscilar entre a tentativa de ganhar escala para colocar em concurso as suas mega-cidades-região, com as congéneres americanas e dos países das economias emergentes, e os objectivos da sustentabilidade ambiental e da coesão social. Contudo, o que pode parecer uma “desvantagem comparativa” da Europa, por razões históricas e civilizacionais, poderá transformar-se numa vantagem competitiva, caso a UE consiga levar a bom porto o projecto de compatibilizar a capacidade competitiva em termos económicos, com a preservação dos ganhos da modernidade europeia, em matéria de coesão social e sustentabilidade ambiental. Como terá ficado claro, tal não é um desafio fácil, mas pode constituir-se no grande desígnio europeu, com indiscutíveis resultados a longo prazo. O que parece certo é que uma outra política de compatibilização, e equilíbrio, entre os pilares da estratégia de Lisboa, os objectivos de sustentabilidade ambiental e as linhas de desenvolvimento espacial da Europa, será necessária.

Finalmente, os estudos do GaWC, evidenciam, como se tem vindo a defender ao longo deste trabalho, que a cidade contemporânea é, simultaneamente, uma *cidade de fluxos e lugares*. Como demonstram aqueles estudos, a *cidade de fluxos* é, na actualidade, uma característica matricial da vida urbana, e um factor crucial na determinação da maior ou menor vitalidade urbana, das competências de reestruturação das cidades, e da capacidade destas para um posicionamento mais ou menos favorável na actual hierarquia europeia e global de cidades. Uma sociedade, uma economia e uma cidade reflexivas, exigem, além de inovação e criatividade, uma intensa e permanente mobilidade de pessoas, bens, informação, conhecimento e ideias. Todavia, como também se tem defendido, essa reflexividade não elimina, mas antes pressupõe, a existência da *cidade de lugares*, já que um “espaço de lugares” permanece crucial à inter-conexão e troca constante das transacções económicas, sociais e culturais. As cidades, algumas cidades em particular, e determinados lugares dentro delas, são os contextos precisos, ou lugares físicos, concretos e específicos, em que os múltiplos fluxos se intersectam, e desempenham um papel essencial na construção quotidiana da cidade reflexiva, do conhecimento, da inovação e criatividade. A secção seguinte ocupa-se da ilustração empírica da especificidade do desenvolvimento urbano português, num contexto de construção da sociedade reflexiva, realçando a posição de Lisboa, enquanto cidade-região, na actual hierarquia urbana europeia e global.

2.3 Lisboa: de centro da metrópole a cidade-região europeia e global

Tal como já foi sublinhado, o desenvolvimento urbano, no caso português, possui especificidades próprias do trajecto que historicamente o país percorreu ao longo do século XX. As fortes correntes migratórias para a Europa e

para as então colónias no continente africano, a par de factores como o condicionamento industrial e a valorização ideológica do mundo rural, consequência das opções políticas adoptadas pelo regime político da época, contrairam um mais acentuado desenvolvimento urbano nacional. Em Portugal, o ciclo de suburbanização inicia-se, muito lentamente, na década de 1960 e só na década seguinte assume maior intensidade (Ferreira, 1987; Guerra, 1991).

Acresce que, no caso português, aquele processo de suburbanização se consolida apenas na década de 1980, e concentra-se sobretudo em torno das duas principais cidades do país, mas com especificidades próprias em cada uma delas. Embora seja correntemente referida a existência de duas áreas metropolitanas, e mais genericamente a “litoralização” da urbanização, como traços marcantes do desenvolvimento urbano nacional, a história recente permite questionar aquela leitura, ainda dominante, do sistema urbano português. Sendo parcialmente verdadeiro aquele retrato territorial do país, ele também é susceptível de questionamento.

Por um lado, uma nova realidade se vem tornando evidente, nos últimos dez a quinze anos, e essa realidade parece demonstrar a desactualização daquele retrato. A acentuada “litoralização” da urbanização, sendo um traço forte de continuidade no sistema urbano nacional, não impediu o surgimento de novas dinâmicas urbanas em algumas cidades do interior, de pequena dimensão, é certo, mas com suficiente dinamismo para atrair algum crescimento populacional, económico e urbano, formando um “arquipélago urbano” no território do continente nacional (Ferrão, 2002b, 2003).

Por outro lado, a análise da história da urbanização portuguesa e da ocupação populacional do território permite, igualmente, questionar aquele retrato. Como alertava Luís Baptista (1994, 1999), a tese da litoralização pode ser falaciosa, pois ilude a forte concentração urbana em apenas algumas cidades localizadas no litoral e, em particular, a histórica dominação demográfica de Lisboa. Nesse sentido, também a recorrente afirmação da existência de duas áreas metropolitanas no sistema urbano nacional, oculta uma realidade antiga na história do país, e no seu sistema de cidades, e essa diz respeito à macrocefalia ou monocentralidade da rede urbana nacional, como bem fez notar João Ferrão (2001a).

Esta última realidade, não sendo historicamente recente mas antes já demonstrada em tempos mais recuados por diversos estudos urbanos nacionais, tem-se vindo a acentuar de forma marcante nas últimas décadas. O papel de capital do Império, que Lisboa cumpriu historicamente, marcou indelevelmente a monocentralidade urbana nacional, como consequência das orientações de política económica e territorial que foram sendo prosseguidas até 1974, como foi demonstrado por Vítor Matias Ferreira (1987). Ferrão (2001b) sugere que na configuração territorial do Império, cidades como Luanda, Lourenço Marques e Macau, permitiram o papel funcional de cidades secundárias de média dimensão que o país não desenvolveu no seu território europeu.

Mais tarde, a integração europeia e as opções nacionais em matéria de investimentos estruturantes, condicionaram o rumo do desenvolvimento urbano no sentido do reforço daquela monocentralidade. Perante a necessidade de ganhar escala face às capitais europeias, e de afirmar o país na cena internacional, Lisboa oferecia, à partida, condições que as restantes cidades, incluindo a segunda cidade nacional, não dispunham. O esforço para apanhar um comboio em velocidade, e com vantagens à partida historicamente sedimentadas, conduziu as políticas urbanas e de desenvolvimento territorial a privilegiarem a grande região metropolitana nacional. Mas foi sobretudo o investimento privado, nacional e internacional, nomeadamente o investimento sustentado e estratégico para o crescimento económico, que parece ter encontrado vantagens comparativas na região de Lisboa. Pela aglomeração de factores competitivos, como as infra-estruturas de vária ordem, por uma indiscutível vantagem de inter-conexão internacional, uma elevada concentração de serviços qualificados, um conjunto de amenidades ao nível do ensino, cultura, consumo e lazer e, finalmente, uma maior concentração do conhecimento e inovação, crescentemente determinantes dos novos factores competitivos da actual economia.

2.3.1 *Lisboa no contexto nacional*

A análise de um conjunto muito significativo de indicadores que permitem medir os factores decisivos de uma sociedade, uma economia e uma cidade reflexivas, como anteriormente explanado, ou da capacidade de inserção nas actuais lógicas globais de uma “nova economia”, permite evidenciar como Lisboa ocupa uma posição ímpar no contexto nacional, distinguindo-se claramente das restantes regiões do país.

O recurso àqueles indicadores torna possível verificar como um mapa cognitivo (Ferrão, 2002a) do país, dividido entre o Norte e o Sul, ou mesmo aquele que o limita a uma distinção entre o litoral e o interior, não subsistem a uma análise menos assente nos factores demográficos, *tout court*, e mais sustentada nas dinâmicas funcionais, crescentemente relevantes do melhor ou pior posicionamento das cidades e regiões urbanas numa complexa hierarquia de múltiplas escalas.

A cidade-região de Lisboa e a economia do conhecimento

A cidade-região de Lisboa concentra de forma muito acentuada recursos e funções qualificadas e determinantes para a construção de uma economia baseada no conhecimento. A localização de estabelecimentos de ensino superior, laboratórios e centros de investigação científica e tecnológica, detém um peso muito significativo na região de Lisboa face às restantes regiões do país.

A percentagem da despesa em I&D no PIB, e a percentagem de pessoal em I&D na população activa, ou a proporção de indivíduos com qualificação escolar superior na população activa, são três indicadores que ilustram bem isso mesmo.

Segundo o INE (2006), “em 2003, a região de Lisboa concentrou mais de metade (52%) das despesas efectuadas em I&D, metade do pessoal afecto e 41% das unidades de investigação”. O mesmo se observa na proporção de agregados domésticos com computador e ligação à Internet, ou na proporção dos indivíduos que utilizam regularmente aquelas tecnologias de informação e comunicação. Apesar de um posicionamento ainda insuficiente em todos aqueles indicadores, quando comparada a cidade-região de Lisboa face às suas congéneres europeias, é evidente o distanciamento que Lisboa revela em relação à média nacional (ver quadro 2.1).

Os indicadores seleccionados no quadro 2.2 permitem, ainda, reforçar aquela ilustração, mas também especificar os sectores em que Lisboa evidencia uma fortíssima especialização, e esses sectores parecem ser, de facto, aqueles que actualmente se manifestam como os principais “condutores” de uma economia baseada no conhecimento.

Lisboa concentra, como é sabido, um número muito elevado de “funções de controlo e comando”, o que inclui as sedes das empresas e os quartéis-generais do sector público empresarial e de administração. Contudo, o que parece ser mais distintivo da concentração de sectores de actividade e de competências são, sobretudo, os sectores altamente exigentes em qualificações técnicas, científicas, criativas e tecnológicas. Enquanto a proporção de quadros superiores e dirigentes é, em Lisboa, ligeiramente inferior à média nacional, a proporção de especialistas das profissões intelectuais e científicas é substancialmente superior.

Acresce que, de acordo com os números oficiais do INE para 2005, a região de Lisboa “apenas” concentra cerca de 23% do total de emprego dos quadros superiores e dirigentes do continente nacional, mas, em contrapartida, concentra mais de 45% dos especialistas das profissões intelectuais e científicas. Semelhante situação ocorre na proporção de emprego em serviços intensivos em conhecimento, ou na proporção do emprego total em actividades das tecnologias de informação e comunicação.

Mais relevante, ainda, é a fortíssima especialização da região de Lisboa em determinados serviços especializados, e altamente qualificados, às empresas. Há uma concentração do volume de emprego nestes serviços na região de Lisboa que a transforma, praticamente, na única região com expressão na prestação daquele tipo de serviços, actualmente estratégicos para a criação de riqueza e capacidade competitiva, tal como já largamente sublinhado neste texto.

Acresce, que quando analisado o volume de negócios daquelas actividades no peso percentual que a região de Lisboa detém face ao continente

Quadro 2.1 Indicadores da economia do conhecimento

Indicadores seleccionados	Região de Lisboa	Portugal
Despesa em I&D no PIB, 2003	1,07	0,78
Pessoal em I&D na população activa, 2003	0,91	0,47
Proporção de indivíduos com qualificação escolar superior na população activa, 2005	22,0	13,2
Proporção de agregados domésticos com computador, 2005	48,6	42,5
Proporção de agregados domésticos com ligação à Internet, 2005	37,4	31,5
Indivíduos que utilizam computador, 2005	47,5	39,6
Indivíduos que utilizam Internet, 2005	41,3	32,0

Fonte: INE, 2006, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2005 e INE, 2007, Retrato Territorial de Portugal 2005

nacional, há ainda um reforço substancial do distanciamento de Lisboa em relação às restantes regiões do país. A criação de riqueza naqueles sectores, estratégicos no suporte à actividade económica, será de esperar que se encontre altamente concentrada na cidade-região de Lisboa.

Do ponto de vista das dinâmicas funcionais há, ainda, a registar, em sintonia com o que anteriormente se referiu neste trabalho, um forte *cluster* intra-regional de actividades TIC e de internacionalização, no caso da nova centralidade de Oeiras. Com efeito, a proporção de emprego em empresas maioritariamente estrangeiras, e em actividades das tecnologias de informação e comunicação é, no município de Oeiras, superior às existentes no município de Lisboa. Adicionalmente, a proporção de emprego em sociedades anónimas, claramente acima da média nacional na região de Lisboa, e ainda mais elevada no centro principal da região, o município de Lisboa, surge com um peso percentual ainda mais alto em Oeiras.

Estes são indicadores muito relevantes, na medida em que o centro principal da cidade-região permanece no município de Lisboa, como revelam a generalidade dos indicadores, porém, assumem particular relevo as dinâmicas recentes de constituição de novas centralidades, e de criação de uma lógica funcional crescentemente policêntrica associada àquelas dinâmicas.

Um peso significativamente maior do emprego dos serviços, em serviços intensivos em conhecimento, no caso do município de Lisboa, por contraponto a um peso mais elevado da proporção de emprego em actividades TIC no emprego total, no caso do município de Oeiras, pode ser indicativo de importantes sinergias e complementaridades de especializações e *clusters* de actividades intra-regionais. É a ocorrência destas complementaridades, entre as diversas centralidades de uma cidade-região, que pode criar as condições capazes de gerar um ambiente de inovação e criatividade para a competitividade da cidade-região e, por consequência, do país no seu todo.

Quadro 2.2 Indicadores do emprego e das empresas

Indicadores seleccionados	Portugal (continente)	Região de Lisboa	Lisboa	Oeiras
Proporção de quadros superiores e dirigentes, 2005	9,4	8,3	-	-
Proporção de profissões intelectuais e científicas, 2005	8,7	14,9	-	-
Proporção de emprego em sociedades anónimas, 2004	31,0	40,0	48,0	54,0
Proporção de emprego em empresas maioritariamente estrangeiras, 2004	7,1	12,6	13,6	28,1
Proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento, 2004	41,0	50,0	58,0	47,0
Proporção de emprego total em actividades TIC, 2004	3,3	5,3	5,2	11,5
Número de pessoas ao serviço em actividades informáticas e conexas, 2005	45043=100	59,1	-	-
Número de pessoas ao serviço em actividades de contabilidade, auditoria e consultoria, 2005	75783=100	59,6	-	-
Número de pessoas ao serviço em actividades de estudos de mercado e sondagens de opinião, 2005	2332=100	81,3	-	-
Número de pessoas ao serviço em actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins, 2005	28922=100	57,5	-	-
Número de pessoas ao serviço em actividades de serviços de publicidade, 2005	17679=100	71,4	-	-
Volume de negócios das actividades informáticas e conexas, 2005	6319359=100	71,8	-	-
Volume de negócios das actividades de contabilidade, auditoria e consultoria, 2005	4835858=100	60,5	-	-
Volume de negócios das actividades de estudos de mercado e sondagens de opinião, 2005	141965=100	85,4	-	-
Volume de negócios das actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins, 2005	2195055=100	59,0	-	-
Volume de negócios das actividades de serviços de publicidade, 2005	5096978=100	95,0	-	-

Fonte: INE, 2006, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2005.

Um indicador importante do maior ajustamento das dinâmicas económicas e territoriais em curso na cidade-região de Lisboa, face à actual reestruturação económica e urbana, e que resulta da posição daquela região nos indicadores já analisados, é o indicador da criação de riqueza económica, o Produto Interno Bruto (PIB).

Em sintonia com o que se tem vindo a demonstrar, os dados disponíveis do comportamento regional do PIB, segundo as estatísticas oficiais, revelam que a região de Lisboa produzia, em 2003, 40% da riqueza criada no continente. Só a sub-região estatística da Grande Lisboa, foi responsável pela criação de 42.336 milhões de euros, enquanto a sua congénere na região Norte, o Grande Porto, se quedou pelos 16. 163 milhões de euros. A análise do PIB *per capita*, registado naquele ano, permite uma noção ainda mais clara das disparidades regionais da criação de riqueza no país. Aquele índice apresentava o valor de 12,5 mil euros na média do continente nacional, 9,9 mil euros na região Norte e 18,2 mil euros na região de Lisboa. Se consideradas as sub-regiões do Grande Porto e da Grande Lisboa, o

PIB *per capita* apresentava, respectivamente, o valor de 12,8 mil euros e 21,4 mil euros.

A esta diferencial capacidade de criação de riqueza, que coloca a cidade-região de Lisboa numa posição claramente distintiva face às restantes regiões nacionais, não serão, certamente, alheios os perfis de competitividade de cada região. Uma vez mais os dados disponíveis (INE 2006) permitem ilustrar o que ao longo deste trabalho se tem vindo a defender. Os factores de competitividade e criação de riqueza das actuais economias tendem, cada vez mais, a depender da capacidade de diferenciação dos produtos e do conhecimento intensivo, ou seja, das indústrias intensivas em I&D. Enquanto a região Norte continua dependente do trabalho intensivo, ou mão-de-obra intensiva, como factor de competitividade, o Alentejo e as regiões Autónomas dependem do factor recursos naturais, o Algarve caracteriza-se pela diferenciação do produto, turístico neste caso, e Lisboa pela diferenciação do produto e pelo conhecimento intensivo. Segundo o INE (2006), no ano de 2003, “mais de metade do VAB (Valor Acrescentado Bruto) das indústrias intensivas em I&D era proveniente de sociedades com sede em Lisboa, sendo esta a única região especializada neste factor competitivo”.

Face a estes resultados não admira que a remuneração média mensal do trabalho na região de Lisboa seja significativamente superior à média do país. Do mesmo modo que importa sublinhar o ganho médio mensal mais elevado no município de Oeiras face ao auferido no município de Lisboa. Em 2003, o rendimento mensal do trabalho na região de Lisboa era, em média, de 1099, 70 euros, no município de Lisboa de 1282, 99 euros, em Oeiras de 1425, 60 euros, enquanto no país se ficava pelos 849, 56 euros (INE, 2006).

Os indicadores até agora analisados permitem, desde já, concluir pela inelutável vantagem comparativa da região de Lisboa no contexto nacional, no que concerne aos factores decisivos para um posicionamento favorável numa economia global do conhecimento e em rede. Mas, tal como anteriormente defendido, as vantagens competitivas de uma cidade-região nesta nova economia, advêm, igualmente, de outros factores, nomeadamente os que concernem às amenidades da cultura, consumo, turismo e lazer. Se os primeiros são mais recorrentemente referidos na análise económica porque remetem, de imediato, para as mudanças em curso nos sistemas produtivos; os segundos não são de somenos importância, já que os sistemas de consumo se vêm revelando, igualmente, cruciais nas actuais sociedades, economias e cidades reflexivas. Quer como suporte ao desenvolvimento das actividades económicas da economia do conhecimento, em sentido mais restrito, quer como representando, também eles, um *cluster* económico fundamental na criação de riqueza e capacidade competitiva das cidades.

A cidade-região de Lisboa e a economia do consumo

A cidade-região de Lisboa é o pólo mais expressivo de consumo, turismo e cultura do país. São múltiplos os indicadores que revelam o distanciamento da região de Lisboa no que concerne aos equipamentos, às actividades e ao consumo de cultura, turismo e lazer, face às restantes regiões nacionais. A região de Lisboa apresenta uma proporção muito elevada de equipamentos culturais e, em geral, uma proporção ainda maior de actividades e de consumos culturais (quadro 2.3).

Tal como se referiu antes, a região de Lisboa concentra 28% da população do continente nacional. Mas, por outro lado, em 2004 concentrava 33% dos visitantes de galerias de arte, 38% dos consumidores de espectáculos ao vivo, 47% dos consumidores de cinema e 53% dos visitantes de museus. Além disso, é no município de Lisboa, em particular, que uma tal concentração de equipamentos, actividades e consumos, ocorre esmagadoramente. Mas, a concentração da proporção dos consumidores de actividades culturais no município de Lisboa, face à média da região, é muito superior à concentração de equipamentos. No município de Lisboa ocorreram, naquele ano, 76% do consumo de espectáculos ao vivo da região, 55,5% do consumo de cinema, 74,5% das visitas a museus e 74% das visitas a galerias de arte. Inversamente, Oeiras, que surge como uma nova centralidade de actividades económicas internacionalizadas e ligadas às tecnologias de informação e comunicação, revela índices muito baixos no que concerne às actividades de consumo, cultura e turismo.

O centro principal da região de Lisboa, tal como sucede nas actividades intensivas em conhecimento e nos serviços avançados às empresas, também nas actividades culturais e de turismo, continua a deter uma capacidade fortíssima de atracção e concentração de pessoas e funções. A generalidade dos indicadores denota, de resto, na razão inversa da sua população residente, uma capacidade de atracção de consumidores extremamente elevada, não só em termos intra-regionais, como nacionais e mesmo internacionais.

Uma maior internacionalização de Lisboa face à média das regiões nacionais, nos indicadores em análise, é revelada pela proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos de hotelaria. Enquanto na média do continente nacional aquela proporção é de 49,9%, na região de Lisboa ela sobe para 62%, e no município de Lisboa aquele índice atingia em 2005 o valor de 66,5%. Indicadores como a distribuição regional do montante do investimento directo estrangeiro, ou a proporção de emprego em empresas de capital maioritariamente estrangeiro, têm sido frequentemente apresentados como concorrendo no mesmo sentido. Adicionalmente, como se abordará na segunda parte deste trabalho, os indicadores dos movimentos demográficos relativos à imigração, permitem reforçar a ideia da distinção de Lisboa nos

Quadro 2.3 Indicadores da cultura e turismo

Indicadores seleccionados	Portugal (continente)	Região de Lisboa	Lisboa	Oeiras
<i>Espectáculos ao vivo</i>				
Proporção do número de recintos, 2004	100	100 36.3	58.8	3.4
Proporção do número de espectáculos, 2004	100	100 43.2	64.7	3.9
Proporção do número de espectadores, 2004	100	100 38.0	76.1	1.5
Espectadores por habitante, 2004	0.7	0.9	3.7	0.2
<i>Cinema</i>				
Proporção do número de recintos, 2004	100	100 25.0	39.7	6.9
Proporção do número de ecrãs, 2004	100	100 39.7	46.2	6.2
Proporção do número de sessões, 2004	100	100 49.9	52.8	6.4
Proporção do número de espectadores, 2004	100	100 47.0	55.5	7.6
Espectadores por habitante, 2004	1.8	3.1	8.8	3.8
<i>Museus</i>				
Proporção do número de museus, 2004	100	100 29.7	57.1	2.9
Proporção do número de visitantes, 2004	100	100 53.0	74.5	-
Número de visitantes por museu, 2004	37027	66167	86285	-
<i>Galerias de arte</i>				
Proporção de galerias de arte, 2004	100	100 33.5	69.1	2.2
Proporção do número de exposições, 2004	100	100 28.7	73.4	1.6
Proporção do número de visitantes, 2004	100	100 33.2	73.9	1.3
<i>Turismo</i>				
Proporção do número de estabelecimentos de Hotelaria, 2005	100	100 17.4	62.4	2.0
Proporção do número de hotéis, 2005	100	100 26.3	61.8	2.9
Proporção da capacidade de alojamento total, 2005	100	100 21.2	67.7	2.3
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes, 2005	22.5	17.3	62.6	6.5
Hóspedes por habitante, 2005	1.0	1.2	4.5	0.5
Dormidas por 100 habitantes, 2005	285.1	261.1	982.9	89.1
Proporção de hóspedes estrangeiros, 2005	49.9	62.0	66.5	32.0

Fonte: INE, 2006, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2005.

Quadro 2.4 Indicadores do sector financeiro e do consumo

Indicadores seleccionados	Portugal (continente)	Região de Lisboa	Lisboa	Oeiras
Estabelecimentos do sector bancário por 10000 habitantes, 2004	5,2	5,6	12,1	5,4
Proporção de terminais de Caixa Automático (ATM), 2005	100	100	37,4	7,0
Compras por Terminal Automático de Pagamento (TPA), por habitante, 2005	1968	3135	6623	3067
Proporção do número de compras por TPA, 2005	100	100	35,7	6,9
Proporção do valor monetário de compras por TPA, 2005	100	100	40,0	6,0

Fonte: INE, 2006, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2005.

factores geradores de cosmopolitismo, crucial à consolidação da sua afirmação na actual hierarquia urbana europeia e global.

Não são apenas os indicadores de cultura e turismo que ilustram bem o papel da cidade-região de Lisboa, e do seu principal centro urbano, como *cidade do consumo*. O mesmo se observa através da análise de indicadores tão relevantes como os indicadores do sector bancário e das transacções financeiras, em muito boa parte associadas ao consumo. Atente-se, em particular, na proporção das compras por terminais de pagamento automático e no volume monetário das mesmas. A região de Lisboa foi responsável, em 2005, por 42,6% das compras e por 43,8% do volume financeiro do consumo utilizando aquele meio de pagamento (ver quadro 2.4).

Uma vez mais, também estes indicadores denotam que o município de Lisboa concentra a parte mais significativa do consumo efectuado na região de Lisboa. O centro principal da região revela significativamente mais do dobro das compras por habitante, realizadas através de terminais de pagamento automático, e 40% do volume monetário das compras da região, através daquele meio.

Finalmente, um importante indicador da capacidade de consumo, o índice *per capita* do poder de compra, permite avaliar bem as disparidades regionais e urbanas no que concerne à capacidade de consumo (quadro 2.5).

A região de Lisboa revela uma capacidade média de consumo muito superior à média do continente. A segunda região do continente nacional, quanto à capacidade de consumo, é o Algarve e só depois surge a região Norte. Mas, uma vez mais, há diferenças muito significativas no índice *per capita* do poder de compra no interior da região de Lisboa, quando considerados os municípios. Os dados disponíveis permitem identificar um eixo urbano contínuo Lisboa-Oeiras-Cascais, como território de maior capacidade de consumo intra-região. Permitem, ainda, evidenciar a descolagem do centro principal da região, o município de Lisboa, no que concerne, também, à

Quadro 2.5 Indicador *per capita* do poder de compra, 2004

Indicador per capita		Municípios seleccionados	Indicador per capita
País	100	Braga	98,61
Continente	101,04	Setúbal	107,92
Regiões		Aveiro	121,53
Norte	83,90	Coimbra	132,47
Centro	79,01	Cascais	162,29
Alentejo	76,77	Oeiras	180,97
Algarve	107,82	Porto	198,48
Lisboa	149,32	Lisboa	277,93

Nota: Consideraram-se os municípios portugueses incluídos no Urban Audit, mais Oeiras e Cascais.

Fonte: INE, 2004, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2004.

capacidade de consumo. A região de Lisboa concentra cerca de 40% do poder de compra do país, mas só o município da capital, isoladamente, concentra próximo dos 15% do poder de compra nacional, enquanto o município do Porto, em segundo lugar, se fica por cerca de 5% (INE, 2004).

Os dados analisados permitem, claramente, a demonstração empírica da singularidade da região de Lisboa no contexto nacional, denotando a concentração muito elevada dos factores actualmente decisivos para a afirmação na economia global do conhecimento. Mas, ainda, a persistência da fortíssima concentração no município de Lisboa, enquanto centro principal da região, de funções determinantes para a actual competitividade económica, hierarquia urbana e rede de cidades. Apesar da emergência de novas centralidades na cidade-região de Lisboa, o centro principal continua a deter uma muito elevada capacidade de atracção e fixação de actividades, pessoas e funções, contrariando desse modo a tese do seu declínio, baseada na mera constatação da redução de população residente.

Esta disparidade regional e assimetria territorial, tem sido apontada, desde há muito, como carecendo de correcção no sentido da redução da dimensão funcional da cidade-região capital, em ordem a permitir um crescimento mais simétrico do país, e um maior desenvolvimento das restantes regiões nacionais. Em face das actuais dinâmicas urbanas e económicas globais, e particularmente europeias, analisadas ao longo deste texto, é possível questionar, no entanto, a justeza de uma tal estratégia, como tem sido sublinhado, nomeadamente, por João Ferrão em múltiplos textos já citados neste trabalho.

Em primeiro lugar, porque as escalas de funcionamento das economias e de hierarquia das cidades, hoje, excedem largamente a escala nacional. Torna-se necessário, então, alargar o mapa cognitivo das cidades e regiões. As escalas que actualmente são relevantes, para conceber o posicionamento das cidades portuguesas nos fluxos de circulação do capital, das pessoas, da informação e do conhecimento, são a escala ibérica, a escala europeia e a escala

global. É a estas escalas transnacionais que ocorre a mobilidade da economia, e da cultura, globalizadas que condicionam o país e as suas cidades.

Em segundo lugar, porque a redução das assimetrias nacionais, no actual contexto, só é possível através do crescimento da afirmação nas redes europeias e globais daquela mobilidade, da única cidade-região com capacidade para o fazer. Ora, isso implica o reforço da capacidade competitiva daquela cidade-região no contexto internacional, que permitirá efeitos de atracção de fluxos de capitais, pessoas, informação e conhecimento, criando sinergias internas à hierarquia urbano-regional nacional, que possibilitem o desenvolvimento do país, no seu todo, e não apenas de cada uma das suas regiões.

Lisboa no contexto europeu e global

Na lógica globalizada de funcionamento do mundo actual, a Europa é uma grande região mundial, que compete com a região da América do Norte e a região Asiática, entre outros pólos mundiais de crescimento nas chamadas economias emergentes. Mas são as diversas cidades-região do continente europeu, e a sua complexa rede hierárquica urbana, as entidades que integram, por sua vez, uma hierarquia económica e urbana global, mais do que os países dessas cidades-região. São essas cidades-região que actualmente são determinantes na organização e funcionamento da actual vaga da globalização.

Numa tal hierarquia europeia e mundial de cidades, Lisboa surge como um importante pólo regional, crescentemente pressionado para dar resposta aos fluxos daquela rede económica e urbana global. Inversamente, as restantes regiões nacionais, parecem ocupar um lugar secundário nessa rede, ou mesmo “desaparecerem” do mapa cognitivo da Europa das regiões, e dos fluxos da economia mundial.

Tal como mencionado antes, Peter Hall (2003, 2006) sublinha o importante papel de cidades como Lisboa, enquanto “portas de ligação” e “capitais regionais”, na hierarquia europeia e global de cidades. A sua posição geográfica e os factores históricos, culturais e, especificamente, linguísticos, parecem estar a conferir-lhes um papel catalizador do seu protagonismo, e do seu crescimento, em factores competitivos actualmente determinantes e não inteiramente previstos até há bem pouco tempo.

Um bom exemplo advém da capacidade de conectividade através da implantação de infra-estruturas das tecnologias de informação e comunicação. Tal como se frisou antes, Portugal, e as suas cidades-região, revelam uma insuficiente cobertura daquelas tecnologias, quando observados os mapas globais e, especificamente europeus, da sua localização. Contudo, os desenvolvimentos recentes vêm demonstrando uma significativa recuperação de Lisboa, quer nos serviços fornecedores, quer na implantação das respectivas infra-estruturas. O papel de “porta de ligação” de Lisboa face ao continente sul-americano, ao continente africano, e mesmo ao

Quadro 2.6 Lisboa no contexto das capitais europeias (UE 27), indicadores seleccionados, 2001

Dimensões Indicadores seleccionados	Posição na UE 27	Valor	Média	n
<i>Emprego</i>				
Proporção nos transportes e comunicações	7	9.53	9.67	19
Proporção na administração pública, saúde e educação	3	34.83	27.62	19
Proporção no comércio, hotelaria e restauração	8	19.76	19.20	19
Proporção na intermediação financeira e serviços às empresas	10	19.48	19.08	19
<i>Economia do conhecimento</i>				
Número de estudantes de TIC	3	16866	8730	12
Computadores por 100 alunos no ensino secundário	6	7.50	9.55	11
Número de estudantes no ensino superior por 1000 residentes	1	239.04	91.4	21
Proporção de população com escolaridade de nível superior	22	17.18	20.88	28
<i>Cultura</i>				
Espectadores de cinema por residente	3	9.29	4.85	23
Número de lugares de cinema por 1000 residentes	8	22.98	19.61	23
Número de museus	14	34	50.6	25
Número de bibliotecas públicas	2	339	96.92	24
<i>Turismo</i>				
Número de dormidas na hotelaria por ano	12	4476300	5904477	25
Taxa média de ocupação da hotelaria	11	164.41	155.13	24
Número de camas de hotelaria	12	27227	33401	25
Número de passageiros do aeroporto mais próximo	11	9213089	14572034	24
Acessibilidade por transporte aéreo (UE27=100)	23	100	126.26	27

Nota: No caso das capitais Londres e Paris estão consideradas, pelo Urban Audit, duas sub-zonas: as suas zonas interiores e a totalidade das respectivas cidades.

Fonte: Urban Audit.

continente asiático, bem como o aproveitamento da sua localização na costa atlântica, surgem como potencialidades a reforçar, nos dados mais recentes do mapeamento daquelas infra-estruturas (Telegeography, <http://www.telegeography.com>, 2006).

Neste sentido se compreende que Lisboa seja a única cidade nacional que surge quase sempre nos diversos modelos de hierarquização global de cidades, como é o caso dos estudos do Globalization and World Cities Network Group (GaWC), como evidenciando formação de cidade mundial. O recurso à hierarquização proposta por aqueles estudos permite sustentar que Lisboa ocupa um lugar de cidade mundial delta, dentro de uma hierarquia de cidades globais, de acordo com o seu relevo na actual globalização, que permite uma tipologia de cidades alfa, beta, gama e delta. Peter Hall, propõe o conceito de cidades sub-globais, para dar conta do papel determinante de um conjunto de cidades não integradas nas cidades globais, na proposta de Sassen e outros autores, mas que, em seu entender, desempenham um papel chave na actual hierarquia urbana

Quadro 2.7 Posição da região de Lisboa no contexto ibérico e europeu

Indicadores seleccionados da economia do conhecimento	Posição da Região de Lisboa	Posição da Comunidade Madrid	Posição da Catalunha	Ano
Emprego regional em sectores de alta tecnologia em percentagem do emprego total da região Classes: <2% ; 2-4%; 4-6%; > 6%	2º escalão 4-6%	1º escalão > 6%	3º escalão 2-4%	2006
Especialização do emprego (actividades mais representativas em termos de pessoas empregadas) Comércio a retalho (NACE 52); Outros serviços às empresas (NACE 74); Construção (NACE 45); Hotéis e restauração (NACE 55); Outras actividades.	Outros serviços às empresas	Outros serviços às empresas	Outros serviços às empresas	2003
Proporção de actividades de alta tecnologia no total das actividades com excepção do sector financeiro, incluindo média tecnologia da indústria. Classes: <= 2%; 3-6%; 7-9%; 10-14%; > =15%	3º escalão 7-9%	2º escalão 10-14%	4º escalão 3-6%	2003
Proporção do emprego em I&D em percentagem do emprego total, em todos os sectores. Classes: < = 0.5%; 0.5-1.0%; 1.0-2.0%; >2.0%	2º escalão 1-2%	1º escalão > 2%	2º escalão 1-2%	2003
Rendimento primário dos agregados domésticos/ habitante Classes: < = 6000; 6000-12000; 12000 - 18000; > 18000	2º escalão 12000 - 18000	1º escalão > 18000	2º escalão 12000 - 18000	2003
Rendimento disponível dos agregados domésticos/ habitante Classes: < = 5000; 5000-10000; 10000 - 15000; > 15000	2º escalão 10000-15000	1º escalão > 15000	2º escalão 10000-15000	2003

Fonte: European Communities, 2006; Regions: statistical yearbook 2006, Data 2000-2004, Eurostat.

global. É o que sucede com a generalidade das capitais europeias não integradas nas cidades globais, como é o caso de Lisboa, e de outras “capitais comerciais” como Milão e Barcelona, e ainda algumas grandes cidades-região como Glasgow, Manchester, Lyon, Marselha, Hamburgo (Hall, 2003: 148-149).

Em texto de 2001, João Ferrão sustentava que “no final do século XX, Lisboa é a única cidade portuguesa onde é possível reconhecer, com significado, as tendências mais marcantes dos processos contemporâneos da globalização, das migrações internacionais ao sistema financeiro, das práticas culturais à sociedade da informação” (Ferrão, 2001a).

Passados alguns anos deste início do século XXI, é possível afirmar que Lisboa não apenas é a única cidade portuguesa onde aquelas tendências estão em consolidação, como é, também, a única cidade nacional a ocupar um lugar, desde logo, no contexto ibérico, a par de Barcelona e a seguir a Madrid (DATAR, 2002). Mas, igualmente, no contexto europeu onde, embora ainda revele um insuficiente crescimento de alguns factores competitivos importantes, manifesta já uma posição de destaque face a importantes indicadores estratégicos da economia global do conhecimento.

Lisboa enquanto cidade-região e, dentro dela, o seu principal centro urbano, afirma-se como um importante pólo ibérico, europeu e global das actuais lógicas de produção e consumo. Revela uma posição de topo em alguns recursos e serviços da cultura, lazer e turismo, e uma dinâmica de crescimento muito positiva em indicadores relevantes da economia do conhecimento, como sejam o emprego em actividades tecnologicamente avançadas, a investigação científica e tecnológica, a especialização produtiva nos serviços qualificados às empresas, a importância do ensino superior e universitário.

Apesar das vantagens que apresenta nas qualificações da população, e na acessibilidade e conectividade internacional, face às restantes regiões nacionais, é nestes indicadores que Lisboa evidencia um posicionamento mais desfavorável no contexto das cidades e das regiões urbanas europeias. Contudo, a informação disponível concorre no sentido de que, também a estes níveis, a cidade-região de Lisboa está a acelerar o passo para o reforço da sua competitividade internacional.

Nos anos mais recentes assistiu-se a um aumento muito significativo do número de estudantes no ensino superior e, sobretudo, na aquisição de qualificações superiores de primeiro, segundo e terceiro ciclos. A médio prazo, a rede do TGV e o novo aeroporto de Lisboa, permitirão, certamente, uma integração mais completa da cidade-região de Lisboa e, por consequência, do país, nas dinâmicas internacionais da actual globalização económica e cultural.

É a presença crescente da capital do país nessas dinâmicas que se revela, igualmente, na intensificação de processos de nobilitação urbana no centro principal da cidade-região de Lisboa, permitindo, em sintonia com o que até agora se analisou, evidenciar a continuada importância do papel funcional

daquela centralidade, na actual fase de transição societal e reestruturação das cidades. O capítulo seguinte dedica-se, mais detalhadamente, à análise desses processos, sustentando, teórica e empiricamente, a tese central que se defende neste trabalho.

PARTE II | NOBILITAÇÃO URBANA E ESTILOS DE VIDA

Nobilitação Urbana

Teoria e ilustração empírica

No primeiro capítulo sustentou-se o argumento de que a reestruturação urbana que se observa no mundo contemporâneo exige o seu enquadramento nos factores de transição que o afectam. Em particular, defendeu-se que aquela reestruturação deve ser entendida como consequência das diversas mutações na mobilidade de *sujeitos* e *objectos*, recorrendo à feliz metáfora de Lash e Urry (1994).

Questionando as leituras dominantes sobre aquelas mutações na mobilidade, no segundo capítulo problematizou-se as actuais dinâmicas urbanas mundiais e, particularmente, europeias. Considerando a complexidade inerente às presentes mudanças sociais, económicas, políticas, culturais e urbanas, já explanada no primeiro capítulo, discutiu-se aquelas dinâmicas urbanas tendo em conta a natureza paradoxal e contraditória das mesmas. Alertou-se para a diversidade de modelos de crescimento urbano e para a sua especificidade consoante os contextos mundiais em questão. Procedeu-se a uma breve ilustração empírica do caso português e, particularmente, da cidade-região de Lisboa no âmbito daquelas dinâmicas. Terá ficado claro, então, como essas dinâmicas não implicam somente uma *cidade de fluxos* como a continuada importância da *cidade de lugares*, contrariando uma leitura mais radical das mutações na mobilidade de *sujeitos* e *objectos*, que pressupõe uma transição da centralidade dos *espaços de lugares* para os *espaços de fluxos* nas actuais dinâmicas urbanas e territoriais da sociedade da informação e do conhecimento (Castells, 1994, 1996).

O segundo capítulo permitiu, também, demonstrar como as múltiplas manifestações das tendências que têm vindo a ser apontadas à urbanização do século XXI, nomeadamente o alastramento urbano, a policentralidade e a mega urbanização, exigem problematização e contextualização nos diversos processos históricos mundiais de urbanização. A história da urbanização portuguesa no século XX foi referida como possuindo especificidade própria no âmbito daqueles processos.

Finalmente, nos capítulos precedentes e particularmente no capítulo 2, foi possível defender como sendo desadequadas as leituras das actuais dinâmicas urbanas circunscritas a uma concepção de cidade baseada em delimitações administrativas ultrapassadas por aquelas dinâmicas. Como foi sublinhado, um dos problemas actuais, neste âmbito, é o desajustamento da *geografia de governo urbano*, ainda existente, face a uma nova geografia da realidade económica e social da vida urbana. É, por isso, equívoca uma leitura das actuais dinâmicas urbanas que vêm afectando a cidade-região de Lisboa, que persista em registar a crescente diminuição da população residente do principal centro da região, sem atender às dinâmicas sociais, culturais e urbanas, subjacentes àquele facto estatístico ou demográfico.

O presente capítulo parte, precisamente, da constatação daquela redução da população residente, iniciada na década de 1980 e, aparentemente, sem sinais de reversão, pelo menos nos próximos anos, para dar conta das múltiplas dimensões das dinâmicas de recomposição do tecido social daí resultantes. *A tese que aqui se defende sustenta que um dos efeitos fulcrais das dinâmicas que vêm transformando, nas últimas décadas, a cidade-região de Lisboa, e o seu principal centro urbano, é a nobilitação urbana de uma parte do seu território. O reverso da redução de população residente no município da capital do país tem sido a intensificação, nas duas últimas décadas, de processos de nobilitação do seu tecido social e urbanístico.*

Antes da ilustração empírica que permite demonstrar aquela tese, importa definir o conceito de nobilitação urbana e contextualizar o seu surgimento na literatura dos estudos urbanos na década de 1960, bem como o trajecto que tem percorrido ao longo de mais de quarenta anos de análise das transformações urbanas.

3.1 Origem e evolução do conceito de nobilitação urbana

3.1.1 A criação do conceito na Inglaterra dos anos 1960

Num estudo intitulado *London: Aspects of Change*, publicado em 1964, a socióloga Ruth Glass utilizava pela primeira vez o conceito de *gentrification* para qualificar a natureza específica do processo de mudança social e urbana em curso naquela cidade. A definição daquele conceito proposta por Glass tem sido, desde então, recorrentemente citada por diversos autores (Lees, 1994: 199-200; Smith, 1996: 33; 2002: 438; Hamnett, 2003: 159-160; Atkinson e Bridge, 2005a: 4; Mendes, 2006: 61):

Um a um, muitos dos quarteirões de classe operária de Londres foram invadidos pelas classes médias [...]. À medida que os anteriores contratos de arrendamento expiraram, os edifícios foram sendo substituídos e reocupados, tornando-se residências de elevado preço e estatuto. As edificações Victorianas de grande

dimensão, anteriormente desqualificadas e utilizadas como armazéns ou com múltiplas ocupações, foram uma vez mais requalificadas... Uma vez iniciado este processo de “gentrification” num determinado bairro, ele alastra rapidamente até que a totalidade, ou quase, dos originários ocupantes operários são deslocados e todo o carácter social do bairro é transformado. (Glass, R., 1964, London: aspects of change)

A utilização da expressão *gentrification*, para designar a natureza da mudança social em causa, contém uma carga irónica que viria a marcar os debates e estudos sobre aquele processo. Com efeito, o neologismo tem origem na palavra inglesa *gentry* que designa um grupo social específico na história britânica. Os *gentry* eram proprietários rurais, geralmente sem título nobiliárquico herdado, mas com uma posição social relevante em função da propriedade da terra.

Aquela designação pressupõe, portanto, uma perspectiva valorativa do processo que haveria de imprimir um cunho ideológico à maioria das análises, a partir de então, produzidas sobre a *gentrification*. Por um lado, no interior da academia, sobretudo da parte daqueles que se lhe opuseram com base numa leitura marxiana dos processos sociais e do desenvolvimento urbano. Por outro lado, na difusão mediática que permitiu a sua apropriação em fileiras político-ideológicas a favor, ou contra, a *gentrification* das cidades.

Sobretudo nos países de língua inglesa, a procura das zonas centrais antigas das cidades, muitas vezes abandonadas, outras vezes ocupadas por uma população operária, ou de classes sociais de baixo estatuto, por parte de uma nova população com características sociais particulares e distintas da população autóctone, passa a ser alvo de atenção, quer dos media, quer dos activistas politicamente comprometidos. A desmontagem das narrativas que ao longo de mais de quarenta anos têm sido produzidas sobre este processo constitui-se, assim, numa exigência analítica prioritária.

3.1.2 A difícil apropriação do conceito para além do universo anglófono

A formação do conceito constituiu um problema, em si mesmo, na medida em que, tratando-se de um neologismo na língua de que é originário, dificilmente se procedeu à sua apropriação alargada por parte da comunidade científica das ciências sociais, para além dos países anglófonos. Desde meados dos anos de 1960, em que o conceito é utilizado pela primeira vez por Ruth Glass, até meados de 1980, ou seja, nos primeiros vinte anos de análise dos processos de *gentrification*, a produção científica do tema circunscreveu-se, quase em exclusivo, aos países de língua inglesa.

A conotação, ainda que meramente metafórica, com uma estrutura social nobiliárquica, poderá ter inibido um maior desenvolvimento do tema em países onde, histórica e culturalmente, uma tal estrutura social tinha há

muito ficado para trás. Não admira, portanto, uma equívoca designação de *embourgeoisement* na literatura francesa sobre o tema (Rodrigues, 1990). Ela é equívoca por duas razões. Em primeiro lugar, por não se estar em presença de um processo protagonizado pela “burguesia”, em sentido historicamente rigoroso. Em segundo lugar, por se limitar a abordagem do processo a uma questão de classe social, o que é analiticamente restritivo, como se verá mais adiante.

Uma tendência geral para a utilização da língua inglesa nas publicações científicas internacionais tem vindo a obviar o problema da tradução do conceito, por parte dos investigadores dos países não anglófonos, desde a viragem do século substancialmente presentes na comunidade científica internacional de investigação sobre o tema. Contudo, quando em presença de publicações nacionais o problema da tradução continua a colocar-se (Petsimeris, 2005). No caso dos países de língua portuguesa, mais precisamente em Portugal e no Brasil, utiliza-se o conceito no seu idioma original, sem tradução, ou, com frequência, recorre-se ao anglicismo *gentrificação*.

Nos últimos anos o tema tem vindo a ser popularizado no Brasil, sendo possível encontrar uma razoável divulgação científica, política e mediática da *gentrification* naquele país (Rubino, 2005). Em Portugal, inversamente, são escassos os estudos científicos sobre a *gentrification*, apesar das referências ao conceito serem relativamente frequentes em diversos textos, ou intervenções em eventos científicos, na área das ciências sociais, do urbanismo e das políticas urbanas.

Em 1990, as actas de um colóquio realizado em Lisboa incluíam um documento de investigação, do autor da presente obra, que haveria de culminar num trabalho de revisão da literatura do tema, no âmbito de provas académicas, dando origem a diversas publicações em que aquele processo é analisado (Rodrigues, 1990, 1992a, 1992b, 1993, 1998). No final dos anos de 1990, um artigo publicado na revista portuguesa *Sociologia, Problemas e Práticas*, intitulado *Globalização e gentrificação: teoria e empiria*, relatava os primeiros resultados de uma pesquisa empírica sobre o tema, actualizando a revisão da literatura, de acordo com as dinâmicas urbanas, então em curso, a nível nacional e internacional (Rodrigues, 1999)¹.

Em texto de 1997, Carlos Fortuna sugeria a expressão “enobrecimento urbano” que, em seu entender, traduziria “o efeito cruzado da renovação arquitectónica e infra-estrutural de áreas anteriormente degradadas e decadentes da cidade e da alteração da natureza social dos seus (novos) residentes.” (Fortuna, 1997: 204). António Firmino da Costa, por sua vez, numa obra de 1999, recorria ao anglicismo *gentrificação*, referindo que “desde pelo menos

1 Aquele artigo reportava, em síntese, uma parte dos resultados do projecto de investigação financiado pela FCT, Retorno à Cidade e Novos Estilos de Vida, que esteve na origem deste trabalho, tal como já referido na Introdução.

os anos 70 que se desenrola, em cidades dos Estados Unidos da América e da Europa, o que foi designado como processo de "gentrificação". Com a expressão de origem anglo-saxónica (*gentrification*) pretendeu-se designar o movimento de reocupação por elementos das classes altas e médias — sobretudo por jovens adultos das novas classes médias de profissionais com níveis elevados de capital escolar — de áreas centrais das cidades, nomeadamente centros históricos e zonas portuárias, anteriormente desvalorizadas, degradadas e habitadas por populações de fracos recursos, com baixo status ou em situação de exclusão social. " (Costa, 1999: 450).

A haver lugar para uma tradução do conceito, aquela que parece mais ajustada é a sugerida por Teresa Barata Salgueiro (Salgueiro, 1994: 83, 85, 89; 2001: 115; 2002; 2006: 20-21) e adoptada por Luís Mendes no seu estudo da nobilitação urbana no Bairro Alto (Mendes, 2006). É, igualmente, essa a tradução proposta na obra do italiano Alfredo Mela, *A Sociologia das Cidades*, traduzida para português em 1999, em que aquele autor refere que *gentrification* "literalmente significa 'nobilitação', pois *gentry* designa uma 'pequena nobreza'" (Mela, 1996/1999: 171). Também a edição portuguesa da obra de Mike Savage e Alan Warde, *Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade*, em 2002, utilizava a palavra *nobilitação* como tradução para *gentrification* (Savage e Warde, 1993/2002: 82-88).

A metáfora *nobilitação* permite dar conta de um processo de requalificação, ou "*upgrade*", social e urbanístico que, efectivamente, está presente na *gentrification*, sem restringir o conceito a uma alteração de classe social ou à mera reabilitação urbanística. Na realidade, aquele processo é muito mais profundo, e complexo, do que pressupõe uma leitura que o interpreta, exclusivamente, a partir daquelas duas dimensões.

3.1.3 A difusão do conceito nos EUA dos anos 1970: nobilitação versus suburbanização

Se foi em Inglaterra que o conceito de nobilitação urbana foi criado, e os processos sociais e urbanos de que ele dá conta pela primeira vez detectados, denunciando uma transformação urbana que terá sido iniciada ainda na década de 1950, como sugere Neil Smith (2002: 440), não é menos relevante o facto de ter sido nos EUA, na década de 1970, que ele mais se popularizou, quer académica quer mediaticamente.

É altura de retomar, neste ponto, os pressupostos metodológicos da tese que aqui se defende, expostos no primeiro capítulo e que devem ser aplicados à análise de um processo como a nobilitação urbana. Afinal, atentando no facto deste processo se ter iniciado nas principais cidades das economias mais avançadas, em finais da década de 1950, a sua existência possui já cerca de meio século. Dificilmente, então, se estará em presença, na actualidade das cidades mundiais, de um processo similar ao reportado por Ruth Glass.

Naquele capítulo, chamava-se a atenção para a necessidade de atender a alguns pressupostos metodológicos na análise da transição em curso nas sociedades contemporâneas e, em particular, na reestruturação urbana que parece afectar as suas cidades.

Em primeiro lugar, recordava-se o obstáculo normativo das análises que tendem a valorizar o que existia no passado e a reagir, com base em premissas valorativas e ideológicas, face às mudanças do presente. Em segundo lugar, apelava-se para a necessidade de contextualização das mudanças em curso, atendendo à enorme diferenciação contextual consoante a realidade histórica, económica, política, social e cultural, das diversas regiões mundiais e das respectivas cidades. Em terceiro lugar, alertava-se para o sentido lato em que a transição deve ser interpretada e analisada, na medida em que possui dimensões económicas e políticas, mas também sociais e culturais. Finalmente, a necessidade de olhar para a evolução de um processo de mudança num tempo mais longo do que o tempo curto. Ora, os processos de nobilitação urbana exigem, pelas razões já expostas, o recurso prioritário àqueles pressupostos metodológicos, como se procurará demonstrar nesta segunda parte da tese que aqui se defende.

Dever-se-á começar por questionar por que razão um conceito que dá conta de um processo de mudança urbana com as características genericamente já apontadas, tendo sido cunhado numa cidade europeia como Londres, viria a conhecer uma maior difusão num país como os EUA a partir da década de 1970. De facto, apesar do enorme crescimento urbano de uma cidade como Londres, nenhum contexto urbano mundial terá conhecido tão cedo e com o mesmo impacte, como as cidades norte-americanas, o processo de suburbanização das cidades.

Tal como já referido, no segundo capítulo, no contexto europeu os processos de suburbanização iniciam-se décadas depois de se terem iniciado nas cidades norte-americanas, possuindo o seu auge entre os anos de 1960 e 1970 e até uma década depois, no caso dos países do sul da Europa, como Portugal. Uma “cultura suburbana”, tal como terá ficado claro no capítulo anterior, possui nos EUA um significado ímpar e constitui um traço distintivo da história da urbanização daquele país, sem paralelo noutros contextos.

Em meados da década de 1970, a suburbanização, e todos os processos a ela associados, como o declínio industrial da *cidade interior*, o alargamento das classes médias, segundo o modelo familiar da família nuclear, o acesso ao consumo privado da moradia unifamiliar e do automóvel, encontram-se completamente consolidados nas principais cidades norte-americanas. Em contrapartida, estaria também consolidado um processo de relativo, ou mesmo significativo, declínio populacional da *cidade interior*, degradação urbanística de uma parte importante da cidade antiga, e das zonas outrora industriais e portuárias, crescimento de fenómenos sociais associados àquele declínio, como a desvitalização urbana de alguns espaços, criminalidade e violência urbana crescentes, bolsas de pobreza e exclusão social. Um conjunto

de processos sociais e urbanos que as cidades europeias conheceriam apenas mais tarde e de modo, ainda assim, muito menos acentuado.

Não admira, portanto, o sucesso mediático, político e académico que a nobilitação urbana haveria de conhecer, a partir de meados da década de 1970, nas cidades norte-americanas. Nos media e na literatura académica dos EUA de finais de 1970, ganha corpo a ideia de um “*back to the city movement*”, como uma nova fase do ciclo de urbanização, que pretendia significar um movimento migratório das periferias para o centro. Perante os sinais claros de uma re-apropriação da *cidade interior* e de algumas das suas zonas degradadas, acompanhada da reabilitação de edifícios, pelos novos residentes, julgou-se estar em presença de um movimento muito significativo de mobilidade residencial das periferias para o centro. Um reverso dos processos de suburbanização que durante décadas haviam marcado, indelevelmente, uma nova fase do *fenómeno urbano* norte-americano, sendo, inclusive, parte integrante do tão propagado “sonho americano”.

A publicação, em 1980, de uma obra de referência dos estudos da nobilitação urbana, intitulada *Back to the city — issues in neighborhood renovation*, haveria de pôr termo àquela ideia, com base num conjunto de estudos empíricos que permitiam relativizar a tese de um movimento de retorno à cidade, com origem nas periferias (Laska e Spain, 1980). Tese, de resto, já antes contrariada por autores como Neil Smith, sustentando que o retorno à *cidade interior* em causa era, de facto, um retorno do capital, isto é, um reinvestimento económico, mais do que um retorno populacional (Smith, 1979). Tal como mais tarde sublinhado “os dados [sobre o “*back-to-the city movement*”] são agora suficientemente substanciais para que a ideia de um movimento de retorno-à-cidade sobreviva apenas na imprensa popular” (Smith e Williams, 1986: 9).

A ideia de que o crescimento urbano se produz pela re-invasão de determinadas zonas urbanas, num processo de mobilidade residencial que é, simultaneamente, um processo de mobilidade social, data dos primórdios da sociologia urbana, nomeadamente através da obra de Robert Park e Ernest Burgess, e possui nos EUA, mais do que na Europa, importância significativa, dado o impacto da Escola de Chicago nas ciências sociais naquele país.

A realidade empírica, porém, no que diz respeito ao processo de nobilitação urbana nos EUA das décadas de 1970 e 1980, traduz uma revitalização da *cidade interior*, que não implica qualquer regressão da população da *cidade exterior*, ou movimento migratório assinalável das periferias para o centro. O que aquela realidade parece traduzir é, antes, um reinvestimento na *cidade interior*, que reflecte uma nova fase em que aquelas áreas da cidade passam a deter, de novo, uma importância estratégica nas novas economias urbanas, baseadas nos serviços e, particularmente, em determinados serviços que se tornam decisivos ao crescimento económico.

Sucede que a localização na *cidade interior* daqueles serviços avançados à produção e ao consumo, tal como abordado no capítulo anterior, reveste

importância crucial para as economias globais em constituição desde finais dos anos de 1970. Rapidamente se começa a perceber que o que está em questão são processos de reestruturação urbana, que respondem à própria reestruturação económica, e a mudanças sociais mais amplas. Do mesmo modo que fica claro, desde então, que a população que protagoniza o “retorno” às zonas centrais antigas e mais ou menos degradadas é, sobretudo, uma população com origem em outras zonas da *cidade interior* e não maioritariamente nas periferias. Uma população cujos estilos de vida, identidades e histórias de vida, divergem significativamente dos estilos de vida, identidades e percursos de vida, da população suburbana, a qual permanece maioritária nas cidades norte-americanas como, de resto, nas grandes cidades metrópoles europeias.

3.1.4 O confronto de modelos teóricos dos anos de 1980

Na primeira metade da década de 1980 ficaria clara a natureza da transformação em causa neste processo de nobilitação urbana. Na obra *Loft Living: culture and capital in urban change*, publicada em 1982, a socióloga americana Sharon Zukin, relatava o processo de re-ocupação dos edifícios de zonas de Manhattan, em Nova Iorque, como especificação do processo de nobilitação urbana, num novo modelo de habitat das *cidades interiores*, centrais e antigas, visível em muitas outras cidades norte-americanas e europeias, desde meados da década de 1960.

Segundo Zukin (1982a, 1982b, 1987), as antigas edificações da cidade portuária e industrial, entretanto tornadas obsoletas com a desindustrialização e transformação das funções portuárias da cidade, estariam a ser ocupadas por artistas, pintores e escultores, numa modalidade original. O tipo de edifício em causa permitia uma apropriação personalizada em que a natureza de espaço amplo dava amplitude criativa ao seu novo utilizador que, desse modo, auto-construía o seu espaço, simultaneamente residencial e de trabalho. As características específicas daqueles edifícios — armazéns, mansardas, antigas fábricas — permitiam uma reabilitação dos mesmos, muitas vezes minimalista, onde se valorizavam as grandes dimensões, a altura do pavimento ao tecto, e a existência de uma estrutura sólida, com a presença de materiais que aludiam à anterior utilização industrial ou comercial, conferindo-lhes um estatuto histórico valorizado pelos gostos e apreciações estéticas dos novos utilizadores. Os *loft* permitiam aos seus novos utilizadores conjugar, frequentemente, zona de residência, atelier de trabalho e espaço de exposição e recepção de visitantes e compradores potenciais do produto do seu trabalho.

Uma nova geração de “*gentrifiers*”, ligada não já apenas às profissões intelectuais e artísticas como também às actividades de serviços às empresas e ao sector financeiro, em ampla ascensão na economia urbana nova-iorquina, mas igualmente em outras cidades globais, vai ser atraída por este novo, e *sui*

generis, modelo de habitat da *cidade interior*, primeiro como clientes e consumidores de arte e lazer associado àqueles novos espaços, depois como residentes e investidores neste novo segmento do mercado imobiliário urbano. Rapidamente, os poderes públicos locais vão ver nesta forma de preservação histórica do património edificado, uma oportunidade de revitalização da *cidade interior* e, particularmente, das suas áreas abandonadas ou degradadas. Ela constitui, igualmente, uma oportunidade de reinvestimento imobiliário na cidade consolidada, o qual havia ficado para trás, há décadas, com o crescimento urbano a ocorrer esmagadoramente na cidade exterior (“greenfield”). Tratava-se, na perspectiva de Zukin (1982a, 1982b, 1987, 1988, 1990), de um “compromisso histórico” entre a cultura, interpretada como os estilos de vida e a produção artística dos agentes culturais e a sua preservação do património histórico urbano, e o capital, pela via do investimento imobiliário e fundiário e da reestruturação económica e urbana da cidade na sua fase de pós-industrialização.

Quando em 1986 é publicada a obra *Gentrification of the city*, organizada por Neil Smith e Peter Williams, a análise científica da nobilitação urbana havia já adquirido uma razoável maturidade, dando conta das contradições teóricas e da complexidade empírica que tem marcado a produção científica em torno daquele objecto de estudo. Aquela obra teve a vantagem de aglutinar perspectivas muito diversas, e mesmo conflitantes, na abordagem do tema. A partir dessas perspectivas os organizadores do livro apontam cinco áreas problemáticas centrais no estado da arte daquele tema, até àquela data. Aquelas áreas problemáticas não são mutuamente exclusivas mas, pelo contrário, encontram-se extremamente imbricadas em diversas perspectivas sobre a nobilitação urbana. Elas serão retomadas ao longo deste capítulo, pois representam as dimensões chave por onde tem passado a análise dos processos de nobilitação urbana, ao longo de mais de quarenta anos de produção académica e debates científicos sobre o tema. Mas, por agora, ficam sinteticamente enunciadas como se segue.

[1] Em primeiro lugar, a distinção entre as explicações da nobilitação urbana pelo lado do consumo versus as explicações pela óptica da produção ou, segundo outra terminologia, a abordagem pela óptica da procura versus a abordagem pela óptica da oferta. Na primeira perspectiva residem as explicações que acentuavam os factores demográficos, de preferências e gostos, de culturas e estilos de vida, ou seja, que ensaiam uma explicação para o processo pelo lado da procura, ou do consumo, de um bem urbano, a habitação e a respectiva localização na cidade. Na segunda óptica, as análises que enfatizam a questão fundiária e imobiliária, as transformações nos usos do solo urbano e a formação dos preços do imobiliário, associadas à estrutura económica e social do regime económico dominante. Esta perspectiva tende a enfatizar, também, uma leitura a partir da dimensão de classe do processo, de resto,

presente desde a obra da fundadora, Ruth Glass. Os primeiros estudos da nobilitação urbana nos EUA, que culminaram na colectânea de textos organizados por Laska e Spain (1980), já citada, são um bom exemplo da primeira perspectiva. Mas, um dos autores mais marcantes desta abordagem terá sido o canadiano David Ley (1986), embora nela se insiram outros textos clássicos como o de Michael Jager (1986). Do lado da abordagem que coloca a tónica na óptica da produção, ou da oferta, o autor mais marcante foi Neil Smith (1979, 1986, 1996), nomeadamente através da sua tese central, a *“rent gap theory”*, tal como se abordará mais adiante.

Importa sublinhar que, maugrado o esforço desenvolvido por diversos autores por apresentarem uma visão que procura ultrapassar aquela dicotomia, como foi o caso de Sharon Zukin, entre outros, ela haveria de marcar, até aos dias de hoje, um autêntico *“gap”*, também, na produção científica sobre o tema. Tal como mais recentemente sublinhou Rowland Atkinson (2003): “A linguagem conceptual, na qual a nobilitação urbana foi explicada, trabalhou permanentemente sobre as ideias centrais da teoria da *rent gap* sobre a mudança urbana, de Neil Smith [...] e a visão de David Ley, do necessário papel desempenhado pelas preferências do consumidor ligadas às fracções emergentes da classe média”. (Atkinson, 2003: 2344). Para Atkinson, o quadro teórico de Smith, funcionou sempre como “um contraponto às ideias de Ley acerca da emergência de uma nova classe média, cujos gostos e preferências, em matéria de habitação, a conduzia à procura de um stock habitacional na cidade interior” (Atkinson, 2003: idem).

[2] Em segundo lugar, Smith e Williams destacavam a ligação da nobilitação, feita por alguns autores, à questão da “emergência da cidade pós-industrial”. Uma vez mais, a referência principal é David Ley, que associava a “nobilitação urbana não apenas a um produto das escolhas de consumo, como também a interpretava como representando uma fase historicamente nova do desenvolvimento urbano e da primazia do consumo sobre a produção” (Smith e Williams, 1986: 5), na senda da obra de Daniel Bell sobre a sociedade pós-industrial. A tese de Sharon Zukin, já citada anteriormente, partilha, em grande parte, desta perspectiva. O que está em questão nos processos de nobilitação urbana é, também, em larga medida, um processo de reestruturação económica e urbana, onde a base económica das cidades é substancialmente transformada. A nobilitação exprime, até pela re-apropriação dos espaços outrora industriais, um processo de pós-industrialização da cidade, tal como já anteriormente sublinhado.

[3] Em terceiro lugar, e associado a estes processos, está, tal como também já referido, a emergência de uma nova classe média, resultante das recomposições da própria estrutura ocupacional das economias urbanas. Na colectânea organizada por Smith e Williams, o texto de Michael Jager (1986)

constituiu, à época, uma “pedra no charco” nas teorias sobre a *gentrification*, ao colocar a questão do protagonismo de uma nova classe média, e do seu estilo de vida e preferências de consumo, naquele processo. A convocação das teorias de Veblen e de Bourdieu, por Jager, apontava para a análise da nobilitação como expressão de “esteticização” da cidade e dos espaços residenciais, e de “estilização” da vida por parte dos seus protagonistas, os “nobilitadores”.

Todos estes dados que, actualmente, constituem adquiridos indiscutíveis do conhecimento das ciências sociais, eram ainda, à época, factor de dissonância e divergência teórica acentuada. Os autores que perfilhavam um quadro de análise marxista, como era o caso do influente Neil Smith, recusavam a ideia de uma cidade pós-industrial e colocavam em dúvida a emergência de uma “nova classe média”. Ora, como viria a ficar claro nos estudos ulteriores sobre a nobilitação urbana, o que também está presente, naquele processo, são opções e escolhas de “modelos de residencialidade”, que decorrem de um lugar específico ocupado pelos seus protagonistas na estrutura ocupacional das economias urbanas, bem como dos respectivos estilos de vida. Tal como se desenvolverá mais adiante, este é um terreno fértil para a explicação da variabilidade contextual da nobilitação urbana e, em geral, das mudanças urbanas decorrentes da actual fase de reestruturação económica e urbana das cidades. Ao contrário do pressuposto na literatura inicial da nobilitação urbana, a “classe média” que a protagoniza não é, de todo, a mesma classe média que protagonizou os processos de suburbanização das cidades.

[4] Em quarto lugar, Smith e Williams destacam, ainda, a presença, de resto associada aos nós problemáticos já enunciados, do quadro de referência que coloca em relação a estrutura versus agência, tal como à época teorizada, no início da década, por Giddens (1981). A abordagem então desenvolvida por aquele autor, no sentido de integrar duas tradições teóricas fortes, e aparentemente irreconciliáveis, da análise sociológica, estaria também presente. Algumas abordagens enfatizavam a complexidade dos processos de nobilitação urbana, procurando analisá-los como decorrendo de causas societais mais vastas, mas onde é, igualmente, imprescindível interpretar os significados da acção individual dos agentes que protagonizam aqueles processos de mudança social e urbana (Smith e Williams, 1986: 6-7). A convocação da articulação da análise da mudança da estrutura social urbana, com a análise dos novos estilos de vida em presença naquele processo, tal como efectuada por diversos autores deste tema, e como será proposto mais adiante neste trabalho, confere razão de ser à inclusão da proposta teórica de Giddens, indo ao encontro do quadro teórico de referência apresentado no primeiro capítulo.

[5] Finalmente, aqueles autores enunciavam, ainda, como nó problemático central daquele tema, os custos presentes e futuros, decorrentes da

deslocalização da população autóctone das zonas centrais nobilitadas. Para diversos autores, o reverso da moeda da nobilitação urbana, em alguns casos vista como “re-invasão” e reapropriação da *cidade interior* antiga por uma nova classe média e média-alta, é a mobilidade residencial forçada das classes baixas. Incapazes de competir num mercado imobiliário que sobrevaloriza as zonas antigas nobilitadas, ou de subsistir à mudança da natureza social e económica dos espaços de residência e consumo, motivada pela nobilitação residencial e económica (Sassen, 1994), os antigos residentes vêem-se forçados a alternativas viáveis de local de residência, na cidade mais periférica ou mesmo suburbana.

Esta dimensão dos processos de nobilitação foi factor de conflitos sociais urbanos em algumas cidades onde aqueles processos ocorreram com expressão quantitativa elevada, criando autênticas batalhas urbanas contra os poderes públicos locais que encorajavam a nobilitação, os agentes imobiliários que com ela lucravam e os novos residentes que a protagonizavam (Abu-Lughod, 1994). Este facto contaminou, política e ideologicamente, o debate académico sobre a nobilitação urbana e impediu, frequentemente, uma análise mais objectiva das dinâmicas sociais e urbanas reveladas por aquele processo.

A discussão académica centrava-se, então, na questão de saber se o que motiva o abandono de determinadas zonas urbanas antigas é a sua nobilitação e revitalização, ou se, inversamente, esse abandono é mais notório na sequência da sua decadência urbanística anterior (Sumka, 1979a, 1979b, 1980; Hartman, 1979; Marcuse, 1986; LeGates e Hartman, 1986; Atkinson, 2000a, 2000b).

As teses da cidade dual e da polarização social urbana, bem como a problemática clássica da segregação social do espaço, têm sido, não raramente, por esta via, associadas aos processos de nobilitação de modo analiticamente menos objectivo. O que a evidência empírica parece demonstrar é uma razoável variabilidade contextual, consoante as cidades em causa e, sobretudo, uma dependência da escala de análise, no que concerne à polarização e à segregação, que impede generalizações relativas à cidade em geral, a cada cidade em particular, ou mesmo, em alguns casos, para cada uma das áreas urbanas de uma determinada cidade. Esta questão será aprofundada mais adiante (secção 3.5).

3.1.5 Os equívocos e impasses teóricos nos anos de 1990

Os impasses teóricos a que as divergências de perspectivas enunciadas haveriam de conduzir, nomeadamente a fractura entre as explicações pelo lado do capital, da produção, ou da oferta, e as abordagens pelo lado da cultura, do consumo, ou da procura, fizeram ‘encalhar’ os estudos sobre a nobilitação urbana na década de 1990 (Lees, 2000: 389-390). Na primeira metade daquela

década ocorreu, de facto, uma relativa quebra de atenção dos estudos urbanos aos processos de nobilitação e, inclusive, surgiu a ideia do fim da *gentrification* (Smith, 1996: 45-46; Lees, 2000: 389-390).

Os anos de 1990 implicaram uma deslocação do interesse dos analistas dos estudos urbanos para os processos de alastramento urbano, policentricidade, mega-urbanização, ex-urbanização, pós metropolização e fragmentação urbana. Tratou-se de um olhar de novo para o que estava a ocorrer na cidade para além da *cidade interior* que motivou, inclusivamente, a ideia da “des-gentrification” e o decretar da “morte” de um tema de análise das dinâmicas urbanas. O equívoco residiu em considerar que aqueles processos, efectivamente presentes na actual fase de transição societal e de reestruturação económica e urbana, eram contraponto à importância das cidades interiores e históricas, e tinham como consequência uma quebra da sua centralidade nos sistemas urbanos.

Mas terá sido, porventura, sobretudo a crise do sector imobiliário dos primeiros anos da década de 1990, que viria a desempenhar um papel chave na afirmação do fim da procura de zonas centrais de elevado estatuto e substancialmente afectadas por processos de subida dos preços do imobiliário. Contra a ideia dos que viram aí o fim de um ciclo de especulação imobiliária, Saskia Sassen (1994), alertava para o facto de que seria expectável um mero ajustamento do mercado imobiliário a níveis mais razoáveis de preços e mais-valias, ao invés de uma crise estrutural que marcaria o fim da valorização dos solos centrais e do respectivo imobiliário residencial ou empresarial.

Também Neil Smith (1996) sustentou essa mesma tese, contrariando, assim, a ideia de um qualquer processo de “desgentrification” da cidade. Este aspecto é tanto mais importante quanto, na fase actual, em face de uma conjuntura internacional de crise económica e incerteza, se atravessa, nos EUA e na Europa, uma nova crise do imobiliário que poderia induzir, erroneamente, à semelhança do que sucedeu nos primeiros anos de 1990, a ideia da desvalorização estrutural do imobiliário e, em particular, do imobiliário da *cidade interior*.

3.1.6 O retorno do conceito de nobilitação urbana no início do século XXI

Desde o início do século XXI, vários estudos e artigos de reflexão analítica,² trouxeram de novo para a ribalta do debate académico o tema da nobilitação urbana, em face de múltiplos factores que indiciam, fortemente, a natureza não conjuntural mas estrutural daqueles processos, iniciados em finais da década de 1950 nas principais cidades das economias mais avançadas.

2 Vejam-se, nomeadamente, os estudos de Butler e Robson, 2003; Hamnett, 2003a; Atkinson, 2004; Slater (2004a e 2004b), a colectânea de Atkinson e Bridge, 2005a, e os artigos de Lees, 2000; 2003a; Smith, 2002, o número temático da *Urban Studies*, vol. 40, n.º12, 2003 e Buzar e outros., 2007.

Existem, actualmente, alguns aspectos de natureza analítica de maior relevo, nas principais perspectivas sobre a nobilitação urbana, que importa sublinhar num tema que foi, ao longo de mais de quarenta anos, campo de batalha que, não raramente, transferiu para a academia a batalha política da rua em torno do processo de mudança social e urbana motivado pela *gentrification*, (Abu-Lughod, 1994), contaminando, desse modo, o trabalho científico com a peleja político-ideológica.

Em primeiro lugar, o facto de que a análise daqueles processos, actualmente, exige uma visão histórica, ou cronológica, no sentido em que são já visíveis, claramente, as suas várias e distintas fases históricas. Mas exige, também, uma perspectiva que considere o que Loreta Lees designou por “geografia histórica da nobilitação urbana” (Lees, 2003a: 2506), o que implica atender à “contextualização, espacialização e escalas da nobilitação urbana” (Lees, 2003a: 2507).

Em segundo lugar, a necessidade de repensar as clássicas dicotomias analíticas das ciências sociais, nomeadamente, da fractura entre as explicações na óptica da oferta, da produção e do capital, *versus* as abordagens sob o prisma da procura, do consumo e da cultura. Todavia, não para transcender aquela dicotomia, como defende Lees (2000), mas sim para atribuir valor explicativo similar aos dois lados das dinâmicas de estruturação social e económica e da vida urbana. Tal como se procurou explanar nos capítulos precedentes, a natureza complexa, contraditória e paradoxal, de que se revestem as dinâmicas de mudança societal do mundo contemporâneo, redobram a necessidade de repensar aquelas dicotomias que fizeram história, como oposições mutuamente exclusivas, no percurso de desenvolvimento das ciências sociais. Em linha com a perspectiva de Redfern (2003), o que se defende é a necessidade de analisar sob o prisma da oferta aquilo que são factores com origem nessa dimensão dos processos, e de abordagem sob o prisma da procura daquelas facetas que decorrem dessa dimensão das dinâmicas sociais e urbanas.

Finalmente, o facto da nobilitação urbana se revelar, actualmente, como a expressão clara de um processo mais amplo de reurbanização (Buzar e outros, 2007), uma nova fase do crescimento urbano, manifestando factores de continuidade do desenvolvimento económico e urbano, mas também rupturas, na sequência da reestruturação das economias e das cidades da actual vaga da globalização.

3.2 Temporalidade e diferenciação contextual da nobilitação urbana

Na perspectiva de Neil Smith (2002), no que é seguido por outros autores como é o caso de Loreta Lees (2003a), é possível, actualmente, vislumbrar três vagas, ou fases históricas, da nobilitação urbana, pelo menos nos países da América do norte e da Europa. Essas três vagas, ou estádios, permitem esboçar a evolução daqueles processos desde o seu surgimento nos anos de 1950 até à actualidade.

3.2.1 Primeira vaga: décadas de 1950 e 1960

A primeira vaga, iniciada nos anos de 1950, trata-se de uma nobilitação esporádica, e de pequena escala. Uma realidade casual e local e, em certa medida, até marginal, identificada apenas em algumas das cidades principais das economias capitalistas mais avançadas. Importa contextualizar o surgimento desta primeira vaga da nobilitação urbana.

Em finais da década de 1950, e até aos primeiros anos da década de 1970, o mundo ocidental vivia os efeitos do crescimento económico e urbanístico saído da reconstrução do pós-guerra. O crescimento das classes médias e os processos de intensa suburbanização a eles associados, mas também o acesso à cultura, à informação e à formação superior, de elevados contingentes de jovens adultos, terão estado na base da emergência de novos padrões culturais, de consumo e de activismo social e político, conducentes às mudanças de valores, orientações e estilos de vida, que fundam, também, embora em círculos sociais restritos, a nobilitação urbana.

Os grupos sociais pioneiros da nobilitação apresentam um conjunto de características que os distinguem, claramente, como estrato social, do ideal tipo das classes médias, ou médias-altas, daquela época.

Em primeiro lugar, afirmam-se pela refutação do que interpretam como um estilo de vida suburbano das famílias da classe média e, em alternativa, valorizam a *cidade interior* histórica, vista como “mais humanizada”, e na qual as relações de proximidade e vizinhança estão ainda presentes.

Em segundo lugar, valorizam nas zonas urbanas da cidade antiga, um urbanismo distinto, com a sua arquitectura e os seus bairros históricos, as “suas gentes” e o seu comércio de proximidade e de pequena escala. Um *décor urbano* que contrasta, progressivamente, com aquele presente nas periferias suburbanas, de urbanização massiva, socialmente “desumanizada”, urbanisticamente “descaracterizada”, e onde as grandes superfícies comerciais, nomeadamente nos EUA, se vão tornando no modelo de consumo, e no padrão de sociabilidade, dominantes.

Em terceiro lugar, valorizam a diversidade, e liberdade de expressão, das culturas e dos estilos de vida que identificam com a *cidade interior*, interpretada como espaço de emancipação, em contrapartida a uma maior homogeneização ou uniformização social, cultural, e de estilos de vida, da cidade suburbana.

Todas estas razões constituem a natureza distintiva da opção pela nobilitação urbana, observáveis nas preferências manifestadas pelos “gentrificers”, desde a primeira fase até à actualidade. Não admira, portanto, a presença naqueles processos de mudança urbana de determinadas características sociais e demográficas.

Entre os protagonistas da nobilitação urbana, desde a primeira vaga, encontram-se com uma representação acima da média da população urbana

em geral, os jovens adultos das profissões intelectuais e artísticas, as actividades criativas, os grupos domésticos de uma ou duas pessoas, as mulheres com actividade económica ligada àquelas profissões, em casais de dupla carreira profissional, ou vivendo sós, e as pessoas com orientação homossexual.

Desde os primeiros estudos daquele processo que a proximidade aos locais de trabalho, por parte de profissionais com actividades que se localizam preferencialmente na *cidade interior*, é apontada como um factor causal da nobilitação. Todavia, também a proximidade aos espaços de consumo, cultura e lazer, da preferência destes grupos sociais, esmagadoramente localizados na *cidade interior*, constituem um importante factor de localização residencial.

Mas é, ainda, na maior tolerância à diversidade que a *cidade interior* possibilitaria, que se encontram as explicações para a nobilitação urbana ser protagonizada por grupos sociais com valores, representações e orientações, que requerem essa mesma tolerância à diversidade identitária e de estilos de vida. Neste sentido se compreende que a nobilitação urbana represente, nomeadamente na sua primeira vaga, para diversos analistas, a busca da “cidade emancipadora” por parte daqueles que a protagonizam (Lees, 2000). Importa não perder de vista que os últimos anos da década de 1960, foram anos de viragem em matéria de transformações sociais decisivas no que concerne ao contexto da modernidade dos países ocidentais, com a emergência das questões de género e da sexualidade, das questões raciais e dos direitos civis, das mudanças de valores e estilos de vida. A cidade, e especificamente a *cidade interior*, foi o palco principal da conflituosidade a esse respeito, e uma vez mais na história da humanidade, o território de afirmação das conquistas civilizacionais de libertação individual. A nobilitação urbana foi, também, na transição da década de 1960 para a década seguinte, a expressão espacial daquelas transformações sociais e culturais.

Por outro lado, o empreendimento de reabilitação dos edifícios nobilitados era, então, quase exclusivamente protagonizado pelos próprios “gentrifiers”, com recurso escasso a um sector do imobiliário profissional. A natureza “faça-você-mesmo” (“do-it-yourself”) do processo de nobilitação urbana, desta fase inicial, era um atributo inerente da própria identidade do processo, e dos estilos de vida dos seus protagonistas. Acresce que, com muita frequência, naquela fase, mais do que nas fases subsequentes, os protagonistas da nobilitação urbana são indivíduos com uma inserção no mercado de trabalho relativamente precária, e medianamente remunerada, em face das profissões intelectuais e artísticas que exercem. Importa recordar que uma boa parte das profissões desempenhadas por aquela população, à época, tinham ainda, com frequência, uma relação marginal com a economia, ao contrário do que viria a suceder mais tarde, quando os processos de *mercadorização* da cultura e da arte foram, cada vez mais, tornando a arte e a cultura em “mainstream” do funcionamento das economias.

Há uma segmentação ocupacional e social nos processos de nobilitação, a que corresponde também uma segmentação no respectivo mercado imobiliário, nem sempre referida, mas que se foi tornando evidente nas fases ulteriores. Na primeira vaga, era frequente a ocorrência de uma “nobilitação marginal”, como lhe chamou Damaris Rose (1984), de resto, também presente nas fases seguintes, protagonizada por grupos sociais com aquela inserção económica e urbana.

Aspecto que interessa igualmente sublinhar é a reestruturação económica e urbana que está subjacente à nobilitação, com sinais desde a primeira vaga. Ela indicia uma tendência consistente, não para a “terciarização” da economia e da cidade, como frequentemente é referido a propósito da fase de pós-industrialização das economias urbanas, mas para algo mais específico. Na realidade, o crescimento de um terceiro sector da economia ocorre com o crescimento dos serviços administrativos, sociais e financeiros mas, posteriormente, o crescimento de um sub-sector ligado à informação, ao conhecimento e à cultura, prenuncia, de facto, um quarto sector económico, actualmente sustentáculo das chamadas economias baseadas no conhecimento. Os protagonistas da nobilitação urbana inserem-se, maioritariamente, do ponto de vista profissional, naquele sub-sector, e o seu surgimento, e crescimento, na *cidade interior*, é a manifestação evidente do incremento daquele sector na reestruturação económica e urbana, em curso desde a fase final das economias industriais, fordistas e keynesianas, como já analisado nos capítulos precedentes.

3.2.2 Segunda vaga: décadas de 1970 e 1980

A segunda vaga dos processos de nobilitação urbana corresponde às décadas de 1970 e 1980 e é a “fase de ancoragem” daqueles processos urbanos (Hackworth, 2000, em Smith, 2002). É a fase em que a nobilitação urbana deixa de ser algo de esporádico, e mais ou menos espontâneo, e se revela cada vez mais como manifestação concreta de processos mais vastos de reestruturação económica e urbana.

Assiste-se, por um lado, ao seu alastramento em cidades onde já se havia iniciado nas décadas anteriores, como Londres e Nova Iorque e, por outro lado, à sua emergência em outras cidades ocidentais. Mas ocorre também um alargamento social dos protagonistas do processo, nomeadamente a partir da década de 1980, tornando-o cada vez menos numa mera expressão de círculos sociais e culturais restritos. A entrada de novos segmentos sociais no processo de nobilitação urbana, não pode ser dissociada da consolidação das mudanças antes iniciadas, no que concerne à reestruturação económica e urbana, e às recomposições do tecido social das cidades. Do mesmo modo que não pode, igualmente, ser desligada da atenção prioritária que os poderes públicos locais, e os agentes imobiliários, passam a conferir àquela oportunidade de reinvestimento na *cidade interior*.

Por um lado, sectores económicos e sociais crescentes nas economias urbanas vão requerendo, cada vez mais, uma localização nas áreas centrais da *cidade interior*. Ganham estatuto de centralidade na economia, um conjunto de actividades ligadas à informação, cultura, lazer, entretenimento, turismo, moda, design, comunicação, investigação e desenvolvimento. Os chamados serviços avançados à produção e ao consumo, mas também os chamados FIRE (“*finance, insurance and real estate*”), o sector financeiro, dos seguros, e do imobiliário (Soja, 1997: 25).

Por outro lado, os poderes públicos locais vão direccionar a sua atenção para as políticas de reabilitação ou de renovação urbana, com perspectivas diversas. Umas, mais liberais, procurando enquadrar e fomentar a nobilitação da cidade antiga e, em muitos casos, urbanisticamente degradada e funcionalmente em declínio nas economias urbanas, tinham como objectivo recuperar e revitalizar as zonas centrais da *cidade interior*. Outras, mais keynesianas, procurando regular, e até travar, a nobilitação daquelas zonas urbanas, tinham como primado de acção política, a manutenção da população autóctone nas zonas antigas, protegendo-a de uma suposta “re-invasão das classes médias-altas”, retardando a sua recomposição social.

Na década de 1980, com intensificação na década seguinte, países como os EUA, a Inglaterra, ou a Alemanha, foram o expoente máximo daquela primeira versão das políticas públicas “subsidiando a transformação do ambiente urbano construído pela via do mercado privado” (Smith, 2002). Como consequência, naqueles países e nas respectivas cidades, bem como em outras cidades, de países que seguiram aquela tendência, assistiu-se a uma intensificação de processos de nobilitação, com a subsequente reestruturação urbana e recomposição acentuada do seu tecido social e económico.

Inversamente, em países como Portugal, o final da década de 1980, e a primeira metade da década seguinte, foram anos de políticas públicas locais visando a contenção da nobilitação urbana e promovendo uma reabilitação dos edifícios das zonas históricas com escassa participação do mercado. Na realidade, Portugal não teve, naquela fase, uma política integrada para as *cidades interiores*. Teve sim, programas isolados de reabilitação urbana das zonas históricas, muito pensados na óptica do financiamento público, deixando a restante renovação, ou reabilitação, fora das zonas delimitadas como históricas, ao livre arbítrio do jogo do mercado imobiliário ou entregues a programas de subsídio à reabilitação pontual de edifícios, como o “Recria”, de alcance limitado. As consequências dessa ausência de política foram várias.

Por um lado a reduzida nobilitação urbana e a crescente degradação urbanística das zonas históricas, face à incapacidade estatal para uma reabilitação generalizada do edificado, motivando o crescente declínio populacional dessas zonas.

Por outro lado, uma nobilitação urbana pontual, por via do “mercado subterrâneo”, com o abandono das populações autóctones que viram vantagens no

“trespasse” da sua habitação histórica, frequentemente após reabilitação, denunciando os equívocos de uma intenção ideológica da manutenção de uma população que prefere, por vezes, a saída do bairro onde deixou de ter as suas redes de relacionamento local, dado o abandono populacional crescente dessas zonas.

Finalmente, ainda, uma nobilitação alternativa de maior volume quantitativo, fora das áreas do “centro histórico” da cidade, tanto por via da reabilitação pontual de edifícios, como, sobretudo, por via da construção nova, quer nas áreas mais centrais, quer, maioritariamente, nas novas urbanizações da *cidade interior* ainda não consolidada urbanisticamente. É possível argumentar que, do ponto de vista urbanístico, esta última situação não se inscreve nos parâmetros da nobilitação urbana. Contudo, quando tem por efeito a recomposição social dessas áreas, com a crescente diminuição de uma população autóctone, de pertenças sociais hierarquicamente inferiores, que habitava edifícios mais ou menos degradados ali existentes, ela denota aquilo que é sociologicamente relevante no que concerne às dinâmicas de mudança social e urbana implicadas na nobilitação urbana. O mesmo não se poderá dizer de novas urbanizações edificadas em lugares antes vazios de população e que constituíam tão-somente áreas devolutas ou expectantes, votadas ao abandono, ou com uma utilização económica e uma funcionalidade marginais no contexto da economia e da vida urbana de uma cidade. Este é, particularmente, o caso da operação de renovação da área da Expo'98. Não se pode afirmar o “crescimento” de sectores sociais do topo da hierarquia social urbana naquela área, mas sim o seu surgimento, já que a área urbana alvo de renovação não detinha a função residencial, senão, eventualmente, de forma marginal e residual. Em todo o caso, o surgimento daqueles sectores sociais na área em causa, não é sociologicamente neutro nos processos globais de recomposição do tecido social da cidade, antes se insere na tendência geral que se aprofundará nas secções seguintes deste mesmo capítulo.

3.2.3 *Terceira vaga: da década de 1990 à actualidade*

A terceira vaga da nobilitação emerge em plena década de 1990 e corresponde ao que Neil Smith (2002) designa por “nobilitação generalizada”. A publicação, nos últimos anos, de diversos estudos sobre a ocorrência de processos de nobilitação de modo mais disseminado pelas diferentes regiões do globo, permite avaliar os impactes da fase actual da globalização, com a manifestação de processos sociais, económicos, culturais e urbanos, numa escala que tendencialmente se alarga à generalidade das regiões mundiais. Não obstante, por outro lado, permite, também, concluir pela especificidade local dessa manifestação globalizada em contextos precisos (Atkinson e Bridge, 2005b). Como referiu Smith (2002: 440), “na medida em que é uma expressão específica de relações sociais, económicas e políticas, mais vastas, a nobilitação

expressará, em cada cidade em particular, as particularidades do lugar na construção do seu espaço urbano”.

Ao contrário do que alguns autores sustentaram (Berry, 1985; Bourne, 1993a e 1993b), a nobilitação urbana não desapareceu, nem se reduziu a uma anomalia local e a um processo casual, como surgiu nos anos de 1960 e 1970. Pelo contrário, como defende Redfern, parafraseando Smith (2002), ela “deixou de ser uma anomalia local para passar a ser uma estratégia global” (Redfern, 2003: 2354).

Berry, um defensor da tese da irrelevância dos processos de nobilitação urbana nos EUA, sustentava a ideia da inevitável decadência da *cidade interior* face à vitalidade do crescimento urbano da *cidade exterior*, referindo-se aos processos de nobilitação urbana como “ilhas de reabilitação em oceanos de decadência urbana” (Berry, 1985). Esta ideia esteve na base das teses sobre o fim da nobilitação, nomeadamente como consequência da recessão económica de inícios dos anos de 1990, com efeitos no sector imobiliário. Todavia, no final daquela década, Wyly e Hammel (1999), contrariando a tese de Berry, em face da evidência empírica demonstrada por oito cidades norte-americanas, sustentavam a tese do ressurgimento da nobilitação da *cidade interior*, falando de “ilhas de decadência em oceanos de reabilitação urbana”. No mesmo sentido aponta Neil Smith, ao afirmar que “o que antes era casual é actualmente sistemático (...) o que outrora era uma realidade local (...) é agora virtualmente global” (Smith, 2002: 439). No entender de Smith:

O ponto importante aqui é a rapidez da evolução de um processo urbano inicialmente marginal, primeiramente identificado nos anos 1960, e a sua transformação em curso numa dimensão significativa do urbanismo contemporâneo (Smith, 2002: 439).

Mas Smith, indo ao encontro do que alertava Lees (2000), chama a atenção para o facto de que aquela evolução, como sempre acontece, “ocorreu de modos marcadamente diferenciados, em diferentes cidades, e bairros, e de acordo com ritmos temporais diferentes” (Smith, 2002: 440), em função das especificidades próprias da história urbana de cada região mundial, e de cada cidade em particular. Como frisava Loreta Lees, “a especificidade local e, na realidade, a temporalidade da nobilitação urbana, são cruciais para o entendimento de como o processo de nobilitação urbana é diferente em lugares diferentes” (Lees, 2000: 395).

As condições para uma intensificação, generalização e diversificação da nobilitação urbana, a partir da década de 1990, podem ser sintetizadas, de acordo com a produção teórica mais recente, como se segue.

[1] Em primeiro lugar, entre a segunda e a terceira fase da nobilitação, o papel do Estado mudou radicalmente (Smith, 2002: 441). Tal como já mencionado

antes neste trabalho e em outro lugar (Rodrigues, 2007), em sintonia com o que tem vindo a ser sustentado por diversos autores, não se trata tanto do desaparecimento do Estado-Nação, mas sim da mudança de escala do papel do Estado, que implica, também, uma mudança de escala do espaço urbano e da sua governança. Mudança de escala, para cima, para o global, mas também para baixo, para o local, e para o lado, com a “externalização” de antigas funções do Estado, a sua privatização, e os partenariados entre o sector público e o sector privado.

As operações de renovação ou de reabilitação urbana, a partir da década de 1990, reflectem, sobretudo, uma cidade, e um espaço urbano, que se estrutura progressivamente na dependência de lógicas globais de funcionamento da economia, e de lógicas de transferência para o sector privado da iniciativa de investimento no espaço público urbano. As operações de renovação urbana das docas londrinas, da frente de água de Barcelona, da Postdamer Platz de Berlim, são apenas alguns exemplos mais conhecidos, entre muitos outros, de expressão daquelas novas lógicas, ainda nos anos de 1990.

Na presente década, como é sabido, têm vindo a ser replicadas, um pouco por todo o lado.³ Elas promovem uma nobilitação urbana em tudo diversa daquela que foi observada ao longo de décadas, com protagonistas diferentes, tanto do lado da oferta, como do lado da procura. Mas promovem, ainda, uma nobilitação urbana onde o papel dos poderes públicos surge com uma perspectiva distinta da que possuiu em diversos contextos em tempos mais recuados. Na realidade, os próprios poderes públicos parecem ver, agora, nessa nobilitação urbana, uma oportunidade de revitalização, ou regeneração urbana, à semelhança do que já sucedia antes em alguns contextos, com uma política urbana mais liberal, como anteriormente referido. Contudo, agora, essa oportunidade é acrescida, e a sua margem de eficácia maior porque, uma vez colocada a renovação, ou reabilitação urbana, nas mãos do mercado, a capacidade financeira para actuação é exponencialmente maior e os fins lucrativos envolvidos derrubam as barreiras à nobilitação da cidade.

[2] Em segundo lugar, e em sintonia com a primeira condição, o novo papel desempenhado por uma economia global. A intensificação das lógicas globais de funcionamento da economia, à medida que se aproximava o dealbar do século XXI, fez descer essas lógicas até à escala local das cidades e dos seus bairros (Smith, 2002: 442). Tanto por via dos investimentos de capital global, como por via do crescimento das migrações internacionais rumo às grandes cidades mundiais, que desempenham um papel chave nessa nova economia, tal como desenvolvido no segundo capítulo. Para alguns autores, uma leitura mais restritiva dos processos de globalização leva-os a

3 Veja-se a anteriormente referida operação @ 21 em curso em Barcelona, ou os projectados Plano de Recuperação da Baixa-Chiado e Plano de Urbanização de Alcântara, em Lisboa (em www.cml.pt a 10/09/08).

considerar, sobretudo, as cidades globais como inicialmente apontadas por Saskia Sassen (1991). Do mesmo modo que os conduz a contemplar, quase exclusivamente, o papel aí desempenhado pelo sector da finança global (Lees, 2000, 2003a; Smith, 1996, 2002). Todavia, embora com uma hierarquia urbana não despidiêda, como foi sustentado no segundo capítulo, aquelas lógicas globais estão a disseminar-se por múltiplas regiões do globo e, de modo variável, afectam o funcionamento das principais cidades daquela hierarquia urbana global.

Por outro lado, sendo certo que o sector financeiro tem desempenhado um papel chave nessa nova economia, não é menos verdade que outros sectores económicos, de igual estatuto na economia global, também aí desempenham um papel crucial, tal como, uma vez mais, foi explanado anteriormente neste trabalho. Por último, o crescimento da presença dos imigrantes nos espaços urbanos mais afectados pela nova economia global é, também, um factor que vem reforçar a complexidade dos processos de nobilitação urbana da actualidade. Sobretudo, em situações em que a sua presença na *cidade interior* intensifica a diversificação do tecido social, introduz novas dinâmicas na própria nobilitação urbana e, não raramente, constitui um factor de novas tensões sociais na coexistência de identidades e estilos de vida plurais.

O novo papel da finança global, e o crescimento da sua centralidade em algumas economias urbanas, conduziu a uma visibilidade forte, até paisagística, de uma nova modalidade de nobilitação urbana a que alguns têm vindo a chamar “*financeirização*” (Lees, 2000, 2003a). As operações de renovação londrinas, ou nova-iorquinas, em Canary Warf e Battery Park City, levaram diversos autores a sublinhar a existência dessa nova modalidade de nobilitação, protagonizada por um sector social claramente distinto daquele que protagonizou a nobilitação nas suas fases anteriores. Butler e Robson (2003), estudando o caso de Londres, concluem por uma segmentação de estratos sociais dentro da nova classe média mas, sobretudo, por uma divisão de estilos de vida dentro daquela fracção de classe social. Loretta Lees apela para uma nova modalidade em que a “*financeirização*” exprime uma “super-nobilitação” de alguns lugares urbanos.

Em ambas as abordagens é, igualmente, realçada a complexidade das novas tensões sociais entre estes novos “nobilitadores” e as populações imigrantes, nos casos em que a divisão racial e social se coloca, como sucede nos EUA e na Inglaterra. Na realidade, a “super-nobilitação”, como lhe chama Lees (2003a), pode também ser protagonizada por imigrantes. Contudo, com estatuto profissional e social similar ao dos “nobilitadores” não imigrantes.

A questão da imigração, e do seu papel nas recomposições sociais da cidade contemporânea, é uma questão complexa. Ela cruza-se, frequentemente, com a questão racial e com a divisão social. As tensões sociais nos contextos de nobilitação, a este propósito, apenas emergem quando é a questão da divisão social que está em presença. Actualmente, de resto, em países

como os EUA, há novos protagonistas da nobilitação urbana, provenientes da população negra norte-americana, que vêm questionar anteriores padrões de abordagem da questão racial na nobilitação, como é o caso da perspectiva de Neil Smith, questionada, a este propósito, por Loreta Lees (2000, 2003a).

As divisões raciais actuais nos EUA não são já as mesmas da época em que Smith defendia um papel subalterno dos negros, como vítimas dos processos de nobilitação. Actualmente, eles são, não raramente, os próprios protagonistas daqueles processos, quando ocupam o lugar social e protagonizam os estilos de vida que têm na nobilitação a opção residencial. Em suma, as divisões sociais das cidades dos anos de 1960 e 1970 sofreram grandes mudanças, requerendo a reformulação de perspectivas analíticas que se tornaram desajustadas, em face dessas mudanças.

Uma outra faceta, muito presente nesta nova vaga, sobretudo nos países europeus, que algumas publicações sobre a nobilitação, mais recentemente, vêm sublinhando, é aquilo a que designam por “*estudentificação*” (Smith, 2005, 2007; Allinson, 2005; Buzar e outros, 2007). Mais próxima de uma “nobilitação marginal”, como descrita anteriormente, ela consiste no crescimento da presença de jovens estudantes do ensino superior nas zonas urbanas da *cidade interior*. A sua presença em algumas cidades, com elevada concentração de estabelecimentos de ensino superior, fica a dever-se a um crescimento exponencial da frequência universitária. Tanto dos que estudam na sua região de residência, ou país de nacionalidade, como dos que rumam a outras regiões, ou a outros países, em busca de formação escolar superior. Muitos desses estudantes acabam por adoptar essas cidades como novo local de residência e trabalho, após um período de estadia por razões escolares, engrossando, também eles, os contingentes da nobilitação urbana.

Ao invés do que defende Neil Smith (1996, 2002), uma perspectiva mais ampla da globalização, permite, assim, aduzir novas facetas à actual vaga da nobilitação urbana, que não apenas a influência do capital global e, em particular, do seu sector financeiro.

[3] Em terceiro lugar, e como consequência dos processos que acabam de ser descritos, desde a década de 1990 vem-se assistindo à ocorrência de processos de reabilitação urbana de zonas centrais, renovação de zonas portuárias, ou edificação nova em zonas ainda não consolidadas da *cidade interior*, que vêm contribuindo fortemente para a dispersão da nobilitação urbana para além das zonas mais centrais das cidades das economias mais avançadas. Por um lado, uma desconcentração da ocorrência daqueles processos para outras zonas urbanas das cidades. Por outro, a sua emergência em outras cidades, grandes, pequenas ou médias, por vezes nas periferias dos centros principais das grandes regiões metropolitanas. Os factores que desencadeiam estes novos processos são os mesmos: a reestruturação de economias urbanas, antes baseadas na indústria transformadora e nas actividades ligadas a determinadas funções

portuárias, são agora crescentemente reconvertidas em outro tipo de indústrias, que exigem um novo sustentáculo físico e paisagístico, bem como actividades de consumo, lazer e entretenimento, que os novos espaços renovados, ou reabilitados, pretendem proporcionar.

Os objectivos prosseguidos são, sem dúvida, a rentabilização do valor fundiário e imobiliário dessas zonas urbanas e, de modo mais geral, a revitalização das cidades onde elas se inserem. As consequências são a emergência de uma nova nobilitação urbana, em lugares para os quais outrora não se dirigia a procura, nem a oferta, daquele segmento do mercado imobiliário urbano. Mas são, ainda, o surgimento de novos segmentos sociais entre os protagonistas daquele processo.

Um maior empenho dos poderes públicos na regeneração urbana das cidades, e a replicação de práticas vistas nas narrativas urbanas como bem sucedidas para “atrair de novo a classe média e os adultos jovens à cidade”, tendo como objectivo a sua revitalização, tem vindo a disseminar processos de nobilitação urbana um pouco por todo o mundo desenvolvido, ou em vias de desenvolvimento (Atkinson e Bridge, 2005a).

A natureza concorrencial que a actual vaga da globalização vem imprimindo às cidades, e os respectivos parâmetros das vantagens competitivas, tal como descritos no segundo capítulo deste livro, têm sido um forte propulsor de iniciativas dos poderes públicos, locais ou nacionais, que concorrem naquele sentido. O marketing urbano, ou territorial, é uma das facetas mais visíveis daquelas narrativas, permitindo concluir pela centralidade do papel desempenhado pela nobilitação urbana nessa procura de vantagens competitivas.

[4] Finalmente, a condição exigida para a actual generalização da nobilitação urbana, consiste na própria generalização dos sectores envolvidos na sua promoção, como sublinha Neil Smith (2002). No cerne do que distingue a nova nobilitação urbana está, por um lado, o partenariado entre os poderes e práticas empresariais e estatais e, por outro lado, a actuação integrada, para o efeito, dos diversos sectores da vida urbana, e não já apenas da habitação, como sucedia nas fases anteriores. Os países pioneiros na nobilitação urbana, Grã-Bretanha e Estados Unidos da América, seguidos por outros países, vêm prosseguindo a discussão sobre políticas integradas de cidade, de âmbito territorial nacional, isto é, envolvendo uma estratégia para a generalidade das cidades que os compõem. Como sublinha Loreta Lees (2000), uma tal estratégia é visível no documento “*The state of the cities report*”, do *US Department of Housing and Urban Development* (1999), onde as soluções apontadas são muito próximas daquelas contidas no documento *Towards an urban renaissance*, que resulta do debate promovido pela *Urban Task Force* (1999) do Reino Unido.

Os objectivos são: recuperar a *cidade interior* para as “famílias da classe média”, promovendo a qualidade de vida urbana e a sustentabilidade ambiental,

contrariando, assim, o crescimento urbano no território natural (“*greenfield*”), e direccionando o investimento imobiliário para as zonas urbanisticamente consolidadas da *cidade interior* (“*brownfield*”). Procurando contrariar o que considera serem as “consequências ambientais do alastramento urbano” (“*urban sprawl*”), o documento britânico para a regeneração urbana defendia que “nos 25 anos que se seguem, 60% da provisão de nova habitação deve ser em território de urbanização consolidada, isto é, em solo urbano que já passou por um ou mais ciclos de construção” (Smith, 2002: 444-445). Esta estratégia tem vindo a desencadear reacções antagonistas diversas por parte de consagrados especialistas das questões urbanas e, particularmente, da nobilitação urbana. Loreta Lees, considera aquela estratégia, contida nos documentos citados, como sendo do tipo “tamanho único” (“*one size fits all*”), na medida em que não atende às especificidades de cada cidade, ou à diversidade da nobilitação, menosprezando “as diferenças contextuais e de escala geográfica que operam na geografia da nobilitação”, (Lees, 2000).

Segundo Neil Smith, a actual narrativa da “regeneração urbana”, explicitada naqueles documentos, retoma “a nobilitação urbana como uma estratégia ambiental necessária e positiva”, legitimando, por essa via, “a vitória da ideologia das visões neo-liberais da cidade”. Para Smith, “a nobilitação como estratégia urbana global é a expressão consumada do urbanismo neo-liberal” (Smith 2002: 446).

O surpreendente é que aquele objectivo, contido no documento britânico comentado por Smith (2002) e Lees (2000), volvidos apenas cinco anos, e não os vinte e cinco previstos, tinha já sido ultrapassado, como documentava Peter Hall (2005), com base nos dados de 2004. Resultado da estratégia traçada em 1999 ou, inversamente, de dinâmicas de mudança societal, económica e urbana em curso, a verdade é que a tendência verificada desde os primeiros anos do século XXI na Grã-Bretanha, ao invés do alastramento urbano, parece antes privilegiar o crescimento da densidade residencial da *cidade interior*. Em 2005, a *Urban Task Force* publica outro documento, de actualização e reforço daquela estratégia: *Towards a Strong Urban Renaissance* (Urban Task Force, 2005). No terceiro capítulo daquele documento, reporta-se a ultrapassagem do objectivo proposto em 1999 e define-se como nova meta, a atingir até 2010, a média de 75% da nova edificação das cidades britânicas em espaços urbanos já consolidados urbanisticamente. O grande argumento continua a ser a sustentabilidade ambiental, considerando como factor que lhe é adversário a dispersão da edificação motivada pelo alastramento urbano (“*urban sprawl*”) das últimas décadas.

Peter Hall, tendo integrado a equipa da *Urban Task Force*, responsável por aquela estratégia no Reino Unido, fez assinalar em nota de rodapé, no próprio documento de 2005, a sua discordância, face àquela estratégia. Para Hall, o que tem vindo a processar-se nas cidades britânicas é uma injustificada pressão imobiliária sobre a cidade consolidada, com uma enorme densidade construtiva de

apartamentos, não destinados às “famílias com filhos”, mas sobretudo aos grupos domésticos de uma só pessoa. Em alternativa, regista-se um decréscimo global da construção de moradias unifamiliares, em particular na *cidade interior*.

Segundo Peter Hall (2005), sendo verdade que o mercado imobiliário destinado aos novos tipos de grupos domésticos, como sejam os compostos por uma só pessoa, vai ao encontro de uma mudança demográfica que caminha naquele sentido, ele está sobreavaliado, com base em pressupostos científicos por provar e numa estratégia errada. Em seu entender, o alastramento urbano não é tão vasto quanto se pretende fazer crer, no caso britânico, havendo ainda uma grande extensão de território natural não construído, contrariamente ao que ocorre em outros países. Por outro lado, para aquele autor, aquela estratégia é errada porque a diversificação do tecido social das cidades interiores não se faz com a massiva edificação de apartamentos, destinados apenas aos novos grupos domésticos, como também com moradias unifamiliares, destinadas àqueles novos grupos domésticos e às famílias de casais com filhos.

Hall (2005) opõe-se, assim, veementemente, à intenção de direccionar aquele volume de investimento imobiliário, e de oferta daquele modelo de habitação, para a cidade consolidada, sustentando que uma tal política irá reforçar a desigualdade de acesso ao mercado de habitação na *cidade interior*, reduzir a qualidade de vida das cidades britânicas e não permitir a desejável diversificação do seu tecido social.

Em síntese, o que os dados mais recentes sobre a nobilitação urbana vêm demonstrando, é que não só a nobilitação urbana, recorde-se, a “gentrification”, não desapareceu, qual epifenómeno do desenvolvimento urbano, como se generalizou e adquiriu, nas últimas duas décadas, estatuto central nas estratégias globais daquele desenvolvimento e das políticas públicas que o enquadram (Slater, 2004b). A polémica protagonizada pelos principais especialistas das questões urbanas, e o debate em curso no país pioneiro na análise da nobilitação urbana, são a melhor prova da sua centralidade nas questões chave que actualmente se colocam às cidades.

Na realidade ela é agora, mais do que em tempos mais recuados, uma estratégia que desenha um movimento de regresso à cidade (“*back to the city*”), não tanto de população — pelo menos por agora —, mas de atenção política e de investimento económico. Como sublinha Smith (2002), uma tal estratégia exige muito mais do que apenas investimento na renovação ou reabilitação de habitação. Exige a provisão de um conjunto de facilidades e amenidades, ao nível do emprego, lazer, consumo, paisagem e mobilidade, que vêm transformando as áreas nobilitadas em autênticos complexos paisagísticos que integram habitação, lugares de compras, restaurantes, espaços culturais, de lazer e de entretenimento. Todo um complexo de intervenção no espaço público, simultaneamente como espaço de produção e de consumo, procurando atrair o investimento económico, novos residentes, mas também

novos consumidores. Trata-se, de facto, da mudança de uma política de nobilitação centrada na habitação, como ocorreu, sobretudo, entre finais dos anos de 1970 e os anos de 1990, para uma política de regeneração, ou revitalização urbana, de larga escala e de base multi-sectorial.

Do ponto de vista da abordagem sociológica, que constitui o prisma de análise deste trabalho, as questões chave envolvendo a actual fase da nobilitação urbana podem ser expressas do seguinte modo: (i) Por um lado, trata-se de indagar em que medida a actual vaga de nobilitação urbana, não estará a contribuir, decisivamente, para um ciclo de reurbanização das cidades, apenas convenientemente inteligível a partir da apreensão dos efeitos cruzados das dinâmicas de reestruturação económica e urbana, explanadas no segundo capítulo, com os factores da transição societal desenvolvidos no primeiro capítulo. (ii) Por outro lado, trata-se de pesquisar em que medida estão a resultar, daqueles processos, *recomposições da textura social das cidades*, visíveis em alterações das estruturas dos grupos socioeconómicos e demográficas, mas também dos estilos de vida, com a emergência de novos estilos de vida, alguns dos quais são, precisamente, protagonistas da nobilitação urbana. É sobre esses dois aspectos que se debruçam as secções seguintes e o quarto capítulo. A sua abordagem retoma as formulações conceptuais expostas na primeira parte do livro.

3.3 Crescimento populacional e estrutura dos fluxos migratórios em Lisboa

Foi já sendo referido, em diversos pontos deste texto, que a cidade de Lisboa, interpretada como a circunscrição administrativa do município, o concelho de Lisboa, tem vindo a atravessar um processo demográfico de perda líquida de população residente. A questão de partida deste trabalho consistia, recorde-se, na investigação do significado de uma tal evidência empírica.

No segundo capítulo apresentou-se a problematização teórica, no contexto da teoria produzida sobre o desenvolvimento urbano, e alguma ilustração empírica, que permitiram uma primeira incursão na desmontagem daquela evidência empírica.

Nas secções anteriores do presente capítulo, a contextualização teórica e histórica da nobilitação urbana, constituiu uma segunda incursão no questionamento daquele dado estatístico, ao relacionar analiticamente a nobilitação urbana, e os fluxos da mobilidade residencial nela implicados, com os ciclos de desenvolvimento urbano que se prendem directamente com o crescimento, ou decréscimo, populacional das cidades e das diversas áreas urbanas que as compõem.

Nesta secção pretende-se questionar empiricamente o significado daquele processo demográfico e avaliar sociologicamente as suas relações com outras dinâmicas. Algumas delas também de cariz demográfico mas, tal

como se sustentará nas secções seguintes, resultantes de mudanças de natureza societal e da reestruturação económica e urbana que, à semelhança do que ocorre noutros contextos urbanos mundiais, são igualmente observáveis, embora com especificidade própria, na cidade-região de Lisboa.

3.3.1 Crescimento populacional e urbano (1960-2006)

A história do desenvolvimento urbano da cidade de Lisboa não coincide, em tempo e extensão dos respectivos processos, com o que foi observado na secção anterior sobre um percurso de crescimento urbano que diz respeito, sobretudo, aos países anglo-saxónicos, e a alguns outros países da Europa central e do norte. Tal como já mencionado antes, Portugal tem um processo de urbanização industrial tardio, em consonância com o seu distanciamento face aos processos históricos de desenvolvimento económico que ocorreram na maioria daqueles países no século XIX. Não admira, portanto, que o processo de suburbanização, que antecede a fase actual do desenvolvimento urbano, no caso de Lisboa se tenha iniciado também tardiamente, e de forma lenta, apenas na década de 1960. Só na década seguinte, se dá um salto quantitativamente importante, com prolongamento nos anos de 1980, nos processos de crescimento da cidade de tipo suburbano.

O gráfico representado na figura 3.1 ilustra o processo de crescimento urbano de Lisboa desde 1960. Tal como já sublinhado antes (capítulo 2), Lisboa é, actualmente, uma cidade-região de limites geográficos difusos, mas que em todo o caso extravasa o próprio limite administrativo da designada Região de Lisboa, a qual não cessou de crescer, em mancha urbanística e em termos populacionais, nos últimos quarenta anos. Este é o dado estrutural que a análise demográfica da cidade permite reter em primeiro lugar.

Em segundo lugar, o que aquela análise autoriza é a constatação de que a cidade em 1960 era, ainda, uma cidade que desconhecia os processos de suburbanização que em alguns dos contextos mundiais antes referidos adquiriam já, àquela data, uma expressão massiva. Só na década de 1970 a urbanização ganha velocidade a norte e a sul do município de Lisboa, ultrapassando na mancha urbanística a norte o volume populacional da cidade centro da metrópole. A margem sul, a Península de Setúbal, apesar de registar um contínuo crescimento populacional desde 1960, só na década de 1990 haveria de transpor o contingente populacional do centro da metrópole. Desde finais dos anos de 1990 vem-se consolidando uma cidade-região à semelhança das tendências observadas em outras metrópoles europeias e mundiais. A consolidação de um conjunto de infra-estruturas de mobilidade, como a ligação ferroviária de Lisboa a Setúbal, a construção de uma segunda ponte rodoviária e uma ampla rede viária a norte e a sul, contribuiu decisivamente para esse facto. Lisboa é, urbanística e demograficamente, na actualidade, o que o gráfico representa no extremo

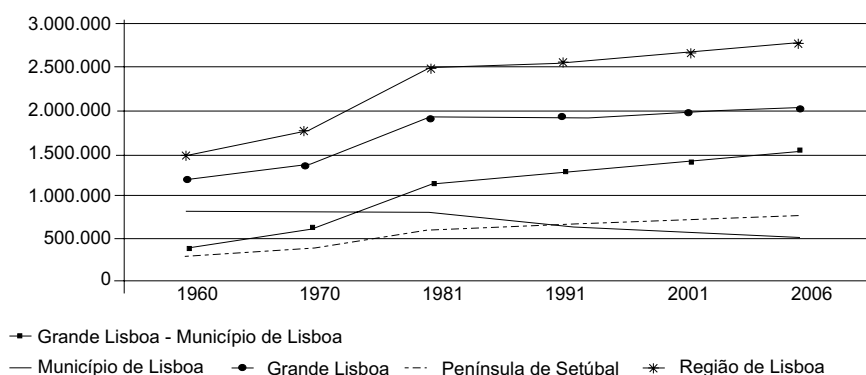


Figura 3.1 Evolução da população residente na Região de Lisboa (1960-2006)

Fonte: INE, Censos 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2006 (dados por estimativa).

direito, no ano de 2006, por contraponto à cidade de 1960, representada no extremo esquerdo do gráfico.

Este padrão de crescimento demográfico, que Lisboa actualmente apresenta, é dificilmente reversível e, em certa medida, inevitável, por várias razões, a maioria das quais foram já enunciadas no segundo capítulo, aquando da análise dos processos históricos de desenvolvimento urbano. O ciclo mais recente daqueles processos aponta, precisamente, para uma fase de reurbanização. Todavia, ao invés dessa reurbanização significar um retorno ao modelo inicial da urbanização, e ao concomitante crescimento populacional da cidade centro e encolhimento da cidade exterior, o que ela parece estar a implicar é um novo tipo de urbanização, como anteriormente explanado. Um novo urbanismo, de coexistência complexa entre uma cidade urbanisticamente densa e compacta, por um lado, e uma cidade dispersa e de baixa densidade, por outro lado, parece também estar a consolidar-se em Lisboa (Salgueiro, 2001). A *cidade interior*, no centro principal ou em centros secundários da mesma região urbana, tende para o primeiro pólo desta coexistência, enquanto a cidade exterior, contígua, ou não, ao centro principal e a outras centralidades secundárias, tende para o segundo pólo.

A análise das mudanças demográficas que afectam a cidade permite perceber por que razão o município de Lisboa não caminha para o aumento populacional e, por outro lado, permite também conhecer o sentido em que progridem as mudanças no que concerne ao tecido social e urbano da cidade. Entre as dinâmicas demográficas, a estrutura dos fluxos migratórios envolvendo Lisboa, revela-se de extrema importância na análise das dinâmicas sociais e urbanas que se orientam no sentido da reurbanização a que se aludiu.

Por um lado, aquela análise permite dar resposta às abordagens que circunscrevem as dinâmicas urbanas aos saldos migratórios entre a “cidade centro” e as “suas periferias” e a partir desses saldos concluem pela desvitalização, ou revitalização, da cidade centro. Por outro lado, faculta a leitura das tendências de recomposição do tecido social, que daí também resultam, e que estão arredadas de leituras estritamente demográficas, ou urbanísticas, da cidade. O que está em discussão, aqui, é a necessidade de questionamento e problematização das abordagens centradas nos volumes quantitativos dos contingentes populacionais da cidade, nas alterações desses volumes em função das mudanças demográficas, como sejam os fluxos migratórios, e das leituras mais simplistas, ou genéricas, dessas mudanças demográficas.

No que diz respeito à cidade de Lisboa, esta é uma discussão que se inicia na segunda metade da década de 1980. Por um lado, na sequência de sinais claros que apontavam para diversas dinâmicas de mudança da cidade, a partir da sua crescente integração no circuito económico, político e cultural, europeu e mundial. Por outro lado, como reflexo da influência de tendências no campo das culturas, dos valores e das ideologias, que sopravam de fora, a partir de uma maior permeabilidade aos processos de outros países ocidentais e, nomeadamente, europeus.

Teresa Barata Salgueiro (2001) assinala dois importantes marcos de mudança com reflexos, à época, na cidade de Lisboa. O primeiro diz respeito à adesão de Portugal à, então, Comunidade Económica Europeia (CEE), com a consequente abertura do país e, particularmente, da sua principal cidade às dinâmicas económicas, sociais e culturais dos países europeus e das respectivas cidades. A mobilidade de *objectos* e *sujeitos* dos sistemas urbanos, tal como analisada anteriormente, passa, desde então, a adquirir características substancialmente diversas na cidade de Lisboa, introduzindo inovação económica, social e cultural, na textura social e urbanística da cidade. Intensifica-se a circulação internacional de capitais, pessoas, culturas e estilos de vida, que vêm introduzir aquela inovação e despoletar novas dinâmicas sociais e urbanas na cidade.

Os acontecimentos que se sucederam à mudança política de 1974 foram um importante marco, acelerando também o crescimento urbano da cidade, como o atesta o gráfico da figura 3.1. O enorme fluxo populacional proveniente de Angola e Moçambique, em meados da década de 1970, foi um contributo crucial para o crescimento da principal região urbana do país, o acelerar dos processos de suburbanização, o rejuvenescimento da estrutura etária, a diversificação identitária e de estilos de vida e o propulsor para a abertura, mais tarde, à imigração com origem nos países africanos de língua portuguesa (Pires, 2003). Não obstante, só com a adesão à actual União Europeia, em 1986, o país consolida o seu processo de democratização e a sua transformação na sociedade aberta que actualmente o caracteriza.

O segundo marco, de natureza simbólica, também em meados da década de 1980, é a construção das Torres das Amoreiras, que constituiu, à época, alvo de acesa polémica e debate de natureza estética e urbanística. Aquela edificação, então espectacular e dissonante, ia ao encontro do movimento pós-modernista que, entre finais dos anos de 1970 e os anos de 1980, marcou a arquitectura das principais cidades mundiais, particularmente no ocidente, tendo sido interpretado como uma viragem crucial no urbanismo contemporâneo. Recorde-se, apenas, os textos já citados de Jameson (1984) e Harvey (1989), que conferem àquele movimento importância decisiva nessa viragem.

Esta mobilização do espectáculo, a par da inovação implicada nas formas arquitectónicas e numa estética de marcação simbólica, traz consigo um outro modelo de cidade. Uma cidade que congrega num mesmo complexo edificado, os sectores de ponta de uma economia de serviços às empresas, a função residencial e o centro comercial urbano. Este marco simbólico assinala a entrada em Lisboa de novas culturas, novos estilos de vida e novas lógicas da economia urbana. Mas assinala, ainda, a renovação da cidade antiga e a aproximação de Lisboa aos padrões de desenvolvimento dos restantes países europeus.

A par destas dinâmicas de mudança, de que aqueles dois marcos constituem importantes símbolos, iniciam-se também, em finais da década de 1980, operações de reabilitação urbana nas zonas históricas, a partir da criação de gabinetes técnicos locais pela autarquia. Procurava-se, por essa via, dar resposta, simultaneamente, à pressão para a suburbanização e crescente abandono da *cidade interior*, ao movimento de conservação do património histórico edificado e à apetência crescente para a valorização da cidade histórica e a sua nobilitação. Lisboa parece iniciar, então, um caminho de aproximação aos processos observados, há muito, em outras cidades, sobretudo europeias e do universo anglo-saxónico de outros continentes.

A segunda metade daquela década é o momento em que se consolidam processos de crescimento suburbano, com a consequente perda populacional da cidade centro. Mas é, ainda, o momento em que se inicia uma maior mobilidade residencial no país, também rumo à cidade principal, embora de volumes quantitativos insuficientes para compensar as saídas populacionais motivadas pela forte suburbanização. Acresce, ainda, uma intensificação das migrações internacionais, que começam a transformar o país que tinha sido de emigração em país *também* de imigração (Machado, 2002, Pires, 2003). É igualmente, então, que se inicia em Lisboa um processo de reestruturação económica e urbana mais vasto que influencia, decisivamente, as dinâmicas de mudança da cidade, como se observará mais adiante.

Entre 1986 e 1991 o município de Lisboa apresenta um saldo migratório negativo, de cerca de 50.000 residentes, com os restantes municípios da área metropolitana, nos fluxos de mobilidade residencial.⁴ Enquanto as saídas de Lisboa para os outros municípios da região ascendiam a 66.300 indivíduos, as entradas na capital, provenientes daqueles municípios, ficavam-se pelos

16.298 residentes. Todavia, considerando os fluxos das migrações de todas as origens, isto é, do resto do país, além da AML, e do estrangeiro, o município de Lisboa posicionava-se em segundo lugar na capacidade de atracção de população, elevando a 38.071 o número de novos residentes. Apenas Sintra o ultrapassa, com 40.432 novos residentes naquele período. Nem mesmo concelhos de grande dimensão e, então, em acentuado crescimento urbanístico, como Loures (37.331), Amadora (23.865) ou Oeiras (19.967), detinham igual número de entradas nos seus fluxos migratórios. Contudo, eles também não possuíam o volume de repulsão que se verificava no município de Lisboa, sendo os seus saldos migratórios amplamente positivos, ao contrário do que ocorria em Lisboa, em consonância com o representado no gráfico anterior (figura 3.1).

O município de Lisboa, a partir da década de 1980, vem perdendo população, como resultado dos saldos dos movimentos migratórios, mas ainda como consequência de um crescimento natural negativo, ao contrário do que ocorre nas áreas suburbanas da região.

Não admira que os concelhos de Loures, Sintra, Amadora e Oeiras, se encontrem entre os principais fornecedores de novos residentes de Lisboa, e também entre os principais destinos das saídas do município, por motivos de mobilidade residencial. Em primeiro lugar pela acessibilidade e contiguidade territorial face ao município de Lisboa. Mas, sobretudo, porque eles eram, à época, os municípios de maior dimensão demográfica, depois de Lisboa, e aqueles que detêm maior capacidade de crescimento populacional, pela sua extensão territorial e pela densidade urbanística de construção em altura de muitas das suas áreas urbanas.

Estas são as evidências empíricas que, recorrentemente, são citadas a propósito do crescimento populacional da cidade e da região. Importa, contudo, analisar a estrutura dos fluxos de mobilidade residencial para retirar ilações mais pertinentes dessa análise, indo ao encontro do que se tem vindo a sustentar neste trabalho.

3.3.2 Estrutura dos fluxos de mobilidade residencial

Em primeiro lugar, algumas breves observações sobre a estrutura etária daqueles fluxos migratórios. Em termos proporcionais, a estrutura etária dos fluxos migratórios que rumam ao município de Lisboa, com origem na restante região, é mais jovem do que a estrutura das migrações com origem em Lisboa e destino nos outros concelhos da região (ver quadros 3.1 e 3.2). O peso proporcional do contingente com menos de 15 anos é, no primeiro caso, de

4 De acordo com os dados não publicados, fornecidos pelo INE, tal como referido na Introdução.

16,2%, enquanto no segundo se fica pelos 12,9%. Na população que possui entre 15 e 24 anos, aquela diferença é de 16,0% para 13,7%. Não se trata de diferenças assinaláveis mas, ainda assim, contradizem o que seria expectável a partir do que recorrentemente se veicula a propósito dos movimentos migratórios entre Lisboa e as suas periferias. Estes dados pouco podem revelar sobre o rejuvenescimento, ou envelhecimento, da estrutura etária da totalidade da população residente em cada município. Mas dizem alguma coisa sobre a estrutura etária dos contingentes populacionais que optam por residir no principal centro da metrópole e a daqueles que, alternativamente, rumam às suas periferias.

Mais importantes, contudo, são os dados referentes às entradas de novos residentes em Lisboa com origem no estrangeiro e com proveniência nos restantes concelhos do país. No primeiro caso, a população jovem, entre 15 e 24 anos, sobe para 19,7% do contingente total daquele fluxo. No segundo caso, atinge os 36,7% do total de novos residentes com aquela origem. Se no caso da população com origem no estrangeiro, o município de Lisboa não era o primeiro destino dos jovens daquele escalão etário, já no caso dos provenientes de outras regiões do país, o centro principal da metrópole constitui-se em destino preferencial, quando comparadas, proporcionalmente, as respectivas estruturas etárias dos fluxos migratórios. Este dado permite concluir pela importância estatística de uma população jovem estudantil que, já na segunda metade da década de 1980, rumo ao principal centro da região para prosseguir a sua formação escolar onde se concentra um elevado número de estabelecimentos de ensino superior, como já foi referido neste trabalho.

É evidente que apenas uma parte daqueles jovens seriam estudantes universitários mas, ainda assim, a capacidade de atracção de Lisboa face aos jovens em idade de conclusão de estudos superiores, representa um importante factor a ter em consideração na análise dos fluxos migratórios para o centro principal da região. Daqui não se pode inferir, contudo, que a principal fonte de renovação e reforço populacional da cidade, e muito menos a única, resida neste contingente populacional. A ideia de que a “*estudentificação*” é a única forma de nobilitação e “*renascimento urbano*” (Smith, 2005, 2007; Allinson, 2005), não possui correspondência empírica na realidade. Pelo menos, não no caso de Lisboa.

Nos fluxos migratórios para a cidade entre 1996 e 2001, a população que frequentava o ensino superior correspondia apenas a 16,4% do total daqueles fluxos (Seixas, 2004: 115). Acresce que, certamente, uma parte daqueles estudantes integrava os grupos domésticos dos respectivos pais que migraram para Lisboa naquele período. Nesses casos, não se trata de protagonistas da “*estudentificação*” em sentido próprio, uma vez que aquele processo designa grupos domésticos autónomos de estudantes que, isolados ou partilhando o alojamento, reforçam uma modalidade específica de “*residencialidade*” urbana e de novos estilos de vida que contribui para a revitalização das cidades.

Quadro 3.1 Mobilidade residencial para Lisboa segundo a origem por grupos etários (1986-1991)

Origem	0 - 14		15 - 24		25 - 64		65 e +		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Almada	162	14,4	142	12,7	748	66,7	70	6,2	1122	6,2
Amadora	348	16,0	324	14,9	1421	65,4	79	3,6	2172	3,6
Azambuja	13	15,1	17	19,8	44	51,2	12	14,0	86	14,0
Barreiro	77	15,8	87	17,9	302	62,1	20	4,1	486	4,1
Cascais	173	12,7	198	14,6	909	66,9	79	5,8	1359	5,8
Loures	844	18,9	747	16,7	2745	61,4	135	3,0	4471	3,0
Mafra	21	11,1	45	23,7	98	51,6	26	13,7	190	13,7
Moita	38	18,8	41	20,3	111	55,0	12	5,9	202	5,9
Montijo	7	7,8	22	24,4	52	57,8	9	10,0	90	10,0
Oeiras	342	15,3	312	13,9	1469	65,6	116	5,2	2239	5,2
Palmela	2	3,1	22	34,4	34	53,1	6	9,4	64	9,4
Sesimbra	21	17,9	28	23,9	65	55,6	3	2,6	117	2,6
Setúbal	52	12,5	97	23,3	232	55,8	35	8,4	416	8,4
Seixal	107	18,0	109	18,3	368	61,7	12	2,0	596	2,0
Sintra	318	15,2	336	16,1	1316	63,1	117	5,6	2087	5,6
Vila Franca de Xira	118	19,6	77	12,8	376	62,6	30	5,0	601	5,0
Total AML	2643	16,2	2604	16,0	10290	63,1	761	4,7	16298	4,7
Resto País	1172	8,5	5042	36,7	5937	43,2	1589	11,6	13740	11,6
Estrangeiro	1097	13,7	1580	19,7	4870	60,6	486	6,1	8033	6,1
Total geral	4912	12,9	9226	24,2	21097	55,4	2836	7,4	38071	7,4

Fonte: INE, Censos 1991

Quadro 3.2 Mobilidade residencial com origem em Lisboa segundo o destino nos restantes municípios da AML, por grupos etários (1986-1991)

Destino	0 - 14		15 - 24		25 - 64		65 e +		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Almada	466	11,6	546	13,5	2717	67,4	301	7,5	4030	100
Alcochete	2	4,2	4	8,3	28	58,3	14	29,2	48	100
Amadora	1198	12,5	1141	11,9	6794	70,8	466	4,9	9599	100
Azambuja	13	7,6	21	12,2	103	59,9	35	20,3	172	100
Barreiro	155	15,3	144	14,2	643	63,6	69	6,8	1011	100
Cascais	431	10,3	512	12,3	2752	66,0	477	11,4	4172	100
Loures	2389	13,8	2706	15,6	11378	65,7	835	4,8	17308	100
Mafra	63	11,0	76	13,3	297	51,8	137	23,9	573	100
Molta	207	17,7	181	15,5	731	62,5	50	4,3	1169	100
Montijo	23	11,7	30	15,2	120	60,9	24	12,2	197	100
Oeiras	772	11,6	828	12,4	4403	66,2	652	9,8	6655	100
Palmela	48	12,9	50	13,5	226	60,9	47	12,7	371	100
Sesimbra	60	11,2	78	14,5	324	60,2	76	14,1	538	100
Setúbal	116	16,0	96	13,2	437	60,3	76	10,5	725	100
Seixal	654	15,2	559	13,0	2828	65,9	249	5,8	4290	100
Sintra	1429	12,0	1682	14,1	8122	68,0	707	5,9	11940	100
Vila Franca de Xira	537	15,3	456	13,0	2367	67,6	142	4,1	3502	100
Total AML	8563	12,9	9110	13,7	44270	66,8	4357	6,6	66300	100

Fonte: INE, Censos 1991

Quadro 3.3 Mobilidade residencial para Lisboa segundo a origem por grau de escolaridade atingido (1986-1991)

Origem	Sem grau de ensino		Básico 1º ciclo		Básico 2º ciclo		Básico 3º ciclo		Secundário		Curso Médio		Curso Superior		Total
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Almada	40	3,6	258	23,0	112	10,0	180	16,0	211	18,8	32	2,9	289	25,8	1122
Amadora	73	3,4	504	23,2	226	10,4	385	17,7	415	19,1	64	2,9	505	23,3	2172
Azambuja	0	0,0	27	31,4	13	15,1	17	19,8	14	16,3	5	5,8	10	11,6	86
Barreiro	13	2,7	144	29,6	66	13,6	70	14,4	84	17,3	14	2,9	95	19,5	486
Cascais	28	2,1	203	14,9	93	6,8	180	13,2	286	21,0	53	3,9	516	38,0	1359
Loures	149	3,3	1103	24,7	499	11,2	795	17,8	811	18,1	137	3,1	977	21,9	4471
Mafra	10	5,3	48	25,3	20	10,5	29	15,3	35	18,4	7	3,7	41	21,6	190
Molta	12	5,9	54	26,7	33	16,3	50	24,8	26	12,9	4	2,0	23	11,4	202
Montijo	6	6,7	23	25,6	8	8,9	16	17,8	10	11,1	1	1,1	26	28,9	90
Oeiras	41	1,8	393	17,6	179	8,0	329	14,7	458	20,5	88	3,9	751	33,5	2239
Palmela	1	1,6	11	17,2	5	7,8	9	14,1	11	17,2	4	6,3	23	35,9	64
Sesimbra	2	1,7	24	20,5	14	12,0	17	14,5	27	23,1	4	0,0	33	28,2	117
Setúbal	10	2,4	79	19,0	38	9,1	62	14,9	72	17,3	11	2,6	144	34,6	416
Seixal	18	3,0	108	18,1	62	10,4	120	20,1	142	23,8	17	2,9	129	21,6	596
Sintra	59	2,8	457	21,9	227	10,9	336	16,1	426	20,4	70	3,4	512	24,5	2087
Vila Franca de Xira	28	4,7	134	22,3	53	8,8	130	21,6	101	16,8	19	3,2	136	22,6	601
Total AML	490	3,0	3570	21,9	1648	10,1	2725	16,7	3129	19,2	526	3,2	4210	25,8	16298
Resto País	884	6,4	3306	24,1	1607	11,7	1452	10,6	1931	14,1	405	2,9	4155	30,2	13740
Estrangeiro	340	4,2	1713	21,3	715	8,9	1060	13,2	1315	16,4	324	4,0	2566	31,9	8033
Total Geral	1714	4,5	8589	22,6	3970	10,4	5237	13,8	6375	16,7	1255	3,3	10931	28,7	38071

Fonte: INE, Censos 1991

Quadro 3.4 Mobilidade residencial com origem em Lisboa segundo o destino nos restantes municípios da AML, por grau de escolaridade atingido (1986-1991)

Destino	Sem grau de ensino		Básico 1º ciclo		Básico 2º ciclo		Básico 3º ciclo		Secundário		Curso Médio		Curso Superior		Total
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Alcochete	3	6,3	13	27,1	7	14,6	10	20,8	3	6,3	4	8,3	8	16,7	48
Almada	150	3,7	1054	26,2	451	11,2	784	19,5	858	21,3	119	3,0	614	15,2	4030
Amadora	334	3,5	2386	24,9	1135	11,8	1651	17,2	2020	21,0	248	2,6	1825	19,0	9599
Azambuja	9	5,2	86	50,0	14	8,1	25	14,5	18	10,5	3	1,7	17	9,9	172
Barcelos	51	5,0	365	36,1	167	16,5	192	19,0	147	14,5	16	1,6	73	7,2	1011
Cascais	138	3,3	816	19,6	340	8,1	638	15,3	910	21,8	163	3,9	1167	28,0	4172
Loures	759	4,4	5435	31,4	2382	13,8	3266	18,9	3067	17,7	335	1,9	2064	11,9	17308
Mafra	59	10,3	204	35,6	43	7,5	92	16,1	90	15,7	21	3,7	64	11,2	573
Moita	69	5,9	443	37,9	198	16,9	260	22,2	140	12,0	13	1,1	46	3,9	1169
Montijo	15	7,6	62	31,5	26	13,2	38	19,3	36	18,3	5	2,5	15	7,6	197
Oeiras	209	3,1	1377	20,7	565	8,5	1058	15,9	1394	20,9	252	3,8	1800	27,0	6655
Palmela	30	8,1	136	36,7	49	13,2	62	16,7	49	13,2	10	2,7	35	9,4	371
Seixal	178	4,1	1345	31,4	603	14,1	915	21,3	796	18,6	81	1,9	372	8,7	4290
Sesimbra	30	5,6	237	44,1	55	10,2	88	16,4	78	14,5	10	1,9	40	7,4	538
Setúbal	55	7,6	189	26,1	76	10,5	118	16,3	122	16,8	20	2,8	145	20,0	725
Sintra	450	3,8	3177	26,6	1553	13,0	2377	19,9	2546	21,3	293	2,5	1544	12,9	11940
V.F. de Xira	151	4,3	1150	32,8	548	15,6	711	20,3	619	17,7	77	2,2	246	7,0	3502
Total AML	2690	4,1	18475	27,9	8212	12,4	12285	18,5	12893	19,4	1670	2,5	10075	15,2	66300

Fonte: INE, Censos 1991

Em segundo lugar, algumas conclusões sobre uma variável mais relevante para a análise das recomposições sociais que resultam daqueles fluxos migratórios: a estrutura das qualificações escolares. Uma análise daquela variável permite concluir, genericamente, que a população que vem residir para o município de Lisboa detém, em média, qualificações escolares mais elevadas do que a população que vai residir para os restantes municípios da região (ver quadros 3.3 e 3.4). Entre os fluxos migratórios da mobilidade residencial para o município de Lisboa, as qualificações escolares superiores constituem a categoria com valor mais elevado. O mesmo não sucede com a maioria dos restantes municípios, onde a moda estatística é o primeiro ciclo do ensino básico, sendo Oeiras e Cascais, as exceções. O eixo Lisboa-Oeiras-Cascais constitui, tal como já se observou antes, um eixo urbanístico que se afirma pela clara distinção face às restantes áreas urbanas da região. Em todo o caso, uma vez mais, também nos valores para as qualificações escolares superiores da estrutura de qualificações dos fluxos migratórios, Lisboa suplanta aqueles dois municípios.

Considerando Lisboa como destino das migrações residenciais, é possível observar que tinham atingido um curso superior, 25,8% do contingente das entradas provenientes dos restantes municípios da AML, 30,2% da população com origem no resto do país, e 31,9% das entradas vindas do estrangeiro. Mas, por outro lado, no contingente da população com origem no município de Lisboa e destino no resto da região, apenas 15,2% tinham atingido aquelas qualificações escolares. Os dados disponíveis permitem concluir, que nenhum município da região de Lisboa detém a capacidade de atracção de população qualificada que o município de Lisboa regista. Acresce, que a estrutura das qualificações dos novos residentes do município de Lisboa se revela significativamente mais qualificada, do que a média da totalidade dos residentes do município (Veja-se o quadro 3.5). Esta tendência parece estar a reforçar-se pois, entre 1996 e 2001, 49,7% da população que migrou para Lisboa tinha “formação igual ou superior ao ensino secundário, sendo que destes mais de 30% [tinham] formação superior” (Seixas, 2004: 115).

Uma análise mais detalhada dos dados contidos no quadro 3.5, permite observar uma tal assimetria, tanto no topo como na base das qualificações escolares. Importa, ainda, sublinhar o que estes dados permitem também concluir, no que concerne aos fluxos migratórios internacionais com destino no principal centro da região de Lisboa. Sendo certo que entre o contingente destas migrações internacionais podem estar incluídos, e certamente estariam, portugueses que regressam ao país e à sua capital, não é menos verdade que, como é sabido, após 1986 e até meados da década de 1990, importantes contingentes migratórios altamente qualificados tiveram como destino o país e, particularmente, a sua principal região urbana, além do Algarve (Pires, 2003).

O que os dados permitem também observar, é uma preferência significativa por uma localização residencial na cidade centro da metrópole, por

parte daqueles novos residentes. Mesmo em termos absolutos, nenhum concelho da região ultrapassa o de Lisboa, no que concerne ao destino de novos residentes com origem no estrangeiro. O mesmo não virá a suceder mais tarde, na viragem da década de 1990 para a década de 2000. Após meados dos anos de 1990, os contingentes imigrantes de baixas qualificações crescem muito significativamente, sendo os municípios periféricos a exercer sobre esses contingentes maior capacidade de atracção do que o município de Lisboa.

Em conclusão, os movimentos de mobilidade residencial que envolvem a cidade centro principal da região de Lisboa, parecem concorrer no sentido do reforço qualitativo de uma população com elevadas qualificações escolares, o que constitui um indicador importante da recomposição do seu tecido social, no sentido do crescimento dos estratos sociais do topo da hierarquia social. Mas, importa ir mais longe nesta abordagem, tendo em consideração a necessidade do seu aprofundamento.

Em terceiro lugar, impõe-se, portanto, uma análise mais pormenorizada dos destinos daqueles fluxos migratórios dentro do município de Lisboa. Só uma tal análise permite indagar, mais detalhadamente, a eventual ocorrência de processos de recomposição do tecido social e urbano da cidade, com origem nos movimentos migratórios que transpõem as fronteiras municipais. Para esse efeito recorreu-se, neste trabalho, a uma análise em profundidade dos indicadores mais relevantes, para o que se pretendia investigar, ao nível da unidade territorial freguesia, no que diz respeito ao município (concelho) de Lisboa. Estava em questão conhecer, a um nível de análise mais detalhado, dinâmicas sociais e urbanas internas àquele município, em função das diversas áreas que o compõem, partindo da evidência empírica da acentuada diminuição da sua população residente nas últimas décadas.

Procurando conhecer a distribuição dos fluxos migratórios para o município de Lisboa, segundo a sua origem e segundo a sua estrutura das qualificações escolares, foi possível extrair várias conclusões que permitem conhecer o modo variável como aqueles fluxos influem nas mudanças do tecido social do município, em função das 53 freguesias que o compõem.

A primeira conclusão é de natureza metodológica. Tal como já foi afirmado em relação aos municípios de origem e de chegada das migrações, também em relação às freguesias, ou áreas urbanas de destino daqueles movimentos de população, não admira que determinadas áreas detenham um maior crescimento populacional e absorvam contingentes mais elevados com origem nas migrações residenciais. Elas são áreas mais extensas, de construção recente, com edifícios predominantemente em altura elevada, logo, com um número mais significativo de fogos de habitação e, ainda, com condições sócio-urbanísticas mais apelativas para os grupos domésticos de maior dimensão (sobretudo os casais com filhos). É, portanto, uma redundância, afirmar que essas áreas são aquelas que absorvem os contingentes mais elevados de novos residentes.

Quadro 3.5 Escolaridade atingida pela população que migrou para Lisboa entre 1986 e 1991, segundo a origem, e da população residente total em 1991

Origem	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever sem grau de ensino	Pré escolar (a frequentar)	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Curso médio	Curso superior (bacharelato/ licenciatura)	Curso superior (mestrado/ doutoramento)
Região de Lisboa(*)	1,6	0,3	1,2	21,9	10,1	16,7	19,2	3,2	23,7	2,2
Resto do País	5,2	0,6	0,6	24,1	11,7	10,6	14,1	2,9	28,9	1,3
Estrangeiro	2,8	0,5	0,9	21,3	8,9	13,2	16,4	4,0	25,8	6,2
Total migrações	3,1	0,4	0,9	22,6	10,4	13,8	16,7	3,3	26,0	2,7
População residente total	5,9	1,0	0,5	39,4	9,3	13,6	14,0	2,6	12,6	1,0

Nota: (*) Inclui Azambuja e Odiveias estava integrada no município de Loures

Fonte: INE, Censos, 1991.

Os valores absolutos destes movimentos de população podem ser relevantes para uma avaliação quantitativa das áreas em crescimento e consolidação urbanística, bem como para alguma relativização da importância quantitativa das mudanças em curso numa determinada freguesia. Mas eles nada dizem sobre o impacto da mudança qualitativa operada no tecido social de uma área urbana.

Por exemplo, a freguesia de Marvila (onde se inclui o Vale de Chelas) ocupa o nono lugar, entre as 53 freguesias, na capacidade de recepção de novos residentes (1.713 indivíduos) com origem fora do município, entre 1996 e 2001. Contudo, aqueles novos residentes apenas representam 4,4% do total dos residentes da freguesia (38.767 indivíduos). Inversamente, a freguesia de São Nicolau (Baixa Pombalina), contou com mais 173 novos residentes, com origem fora do município, naquele período. Todavia, eles representam 14,7% do total da população residente na freguesia (1.175 indivíduos em 2001). A importância qualitativa das migrações residenciais com origem fora da cidade detém, no caso da freguesia da Baixa, um relevo que está longe de possuir no caso da freguesia de Marvila. O impacto daqueles novos residentes na textura social, e na vida urbana, da freguesia de São Nicolau, é incomparavelmente maior do que aquele que se terá registado na freguesia de Marvila.

A segunda conclusão remete para a observação das mudanças operadas na estrutura dos fluxos migratórios para Lisboa, entre o final da década de 1980 e o princípio dos anos 2000 (ver quadros 3.6 e 3.7 e figuras 3.2 e 3.3).

Em primeiro lugar, o que pode parecer um paradoxo: os fluxos migratórios para a cidade registam um importante aumento, passando das 38.071 entradas de novos residentes no município entre 1986 e 1991, para as 53.208 entre 1996 e 2001. O rácio de entradas sobre a população residente passa de 5,7% para 9,4%. Lisboa perde população, devido a saldos migratórios e naturais negativos que se vêm acentuando desde meados da década de 1980, mas ganha um número crescente de novos residentes que vêm contribuir para a mudança do seu tecido social. A um significativo crescimento das entradas corresponderá um ainda maior crescimento das saídas, sendo o dado mais relevante, aqui, o aumento exponencial da mobilidade espacial por motivos residenciais.

Em segundo lugar, importa assinalar significativas alterações, mas também continuidades e reforço de processos, nas freguesias de destino dos novos residentes, do ponto de vista do peso proporcional na respectiva população total. Em 1986-1991 o mapa daquele impacto migratório na cidade apresentava uma maior dispersão. Em 1996-2001 sugere uma tendência de concentração em parte da zona central e histórica, com excepção da freguesia do Lumiar. De resto, Lumiar e Sacramento (Chiado-Bairro Alto) constituem duas áreas de manifesta continuidade como destinos das migrações com origem fora do município. Outra continuidade, mas no pólo oposto, da muito baixa capacidade de renovação populacional com origem naquelas migrações, é representada pelas freguesias do Castelo e Socorro.

Quadro 3.6 Mobilidade residencial para as freguesias de Lisboa com origem fora do município (1986-1991)

	População residente	Entradas	Migrações internas (outros concelhos da AML)	Migrações internas (outros concelhos do país)	Imigrações (origem no estrangeiro)	% Entradas	% Migrações internas (AML)	% Migrações internas (outros concelhos do país)	% Imigrações	Entradas/ População residente
Lisboa	663394	38071	16298	13740	8033	100,00	100,00	100,00	100,00	5,7
S.Francis. Xavier	8665	991	433	240	318	2,60	2,66	1,75	3,96	11,4
Lumiar	35390	3449	1780	1072	597	9,06	10,92	7,80	7,43	9,7
Sta. Justa	1152	104	46	33	25	0,27	0,28	0,24	0,31	9,0
Sacramento	1167	104	36	47	21	0,27	0,22	0,34	0,26	8,9
S.Mamede	7072	583	178	191	214	1,53	1,09	1,39	2,66	8,2
Alto do Pina	12654	959	371	328	260	2,52	2,28	2,39	3,24	7,6
S.D. de Benfca	35125	2649	1206	967	476	6,96	7,40	7,04	5,93	7,5
N.ª S.de Fátima	18611	1385	485	605	295	3,64	2,98	4,40	3,67	7,4
Sé	1926	141	39	50	52	0,37	0,24	0,36	0,65	7,3
S.Nicolau	1448	103	29	47	27	0,27	0,18	0,34	0,34	7,1
S.S. da Pedreira	7842	559	177	227	155	1,47	1,09	1,65	1,93	7,1
Lapa	10656	741	261	273	207	1,95	1,60	1,99	2,58	7,0
S.M.ª de Belém	12092	831	392	267	172	2,18	2,41	1,94	2,14	6,9
Charneca	9572	652	176	185	291	1,71	1,08	1,35	3,62	6,8
Coração de Jesus	5379	360	100	168	92	0,95	0,61	1,22	1,15	6,7
Camide	14768	980	461	308	211	2,57	2,83	2,24	2,63	6,6
S.C.S. Lourenço	2442	158	51	67	40	0,42	0,31	0,49	0,50	6,5
S.Jor. de Arroios	23051	1488	594	563	331	3,91	3,64	4,10	4,12	6,5
Amelxoelra	10605	677	286	212	179	1,78	1,75	1,54	2,23	6,4
Benfca	47099	2989	1513	960	516	7,85	9,28	6,99	6,42	6,3
Sta. Isabel	9249	579	188	212	179	1,52	1,15	1,54	2,23	6,3
Anjos	12490	770	331	304	135	2,02	2,03	2,21	1,68	6,2
Mártires	401	25	7	7	11	0,07	0,04	0,05	0,14	6,2
S.João de Deus	13309	822	354	303	165	2,16	2,17	2,21	2,05	6,2
S.José	4430	276	119	98	59	0,72	0,73	0,71	0,73	6,2
Pena	7045	409	135	150	124	1,07	0,83	1,09	1,54	5,8
S.João de Brito	17143	929	339	379	211	2,44	2,08	2,76	2,63	5,4
Penha de França	17885	939	432	356	151	2,47	2,65	2,59	1,88	5,3

Campo Grande	12146	635	290	212	133	1,67	1,78	1,54	1,66	5,2
Mercês	6039	317	125	110	82	0,83	0,77	0,80	1,02	5,2
Sta. Catarina	5153	266	92	112	62	0,70	0,56	0,82	0,77	5,2
Alvalade	10996	563	221	196	146	1,48	1,36	1,43	1,82	5,1
S.João	21960	1102	542	390	170	2,89	3,33	2,84	2,12	5,0
Alcântara	18510	854	398	318	138	2,24	2,44	2,31	1,72	4,6
Santiago	1226	57	15	30	12	0,15	0,09	0,22	0,15	4,6
Santos-o-Velho	5534	254	92	97	65	0,67	0,56	0,71	0,81	4,6
S.Miguel	2613	118	44	27	47	0,31	0,27	0,20	0,59	4,5
S.Paulo	4676	210	65	95	50	0,55	0,40	0,69	0,62	4,5
Sta. Engrácia	7626	336	154	138	44	0,88	0,94	1,00	0,55	4,4
S.Condestável	22186	967	370	369	228	2,54	2,27	2,69	2,84	4,4
Campolide	20972	898	366	351	181	2,36	2,25	2,55	2,25	4,3
Ajuda	22404	951	477	331	143	2,50	2,93	2,41	1,78	4,2
Grça	8604	363	141	165	57	0,95	0,87	1,20	0,71	4,2
Marvila	47827	1969	770	848	351	5,17	4,72	6,17	4,37	4,1
Prazeres	10068	379	126	166	87	1,00	0,77	1,21	1,08	3,8
S.Mª dos Olivais	51367	1941	1016	626	299	5,10	6,23	4,56	3,72	3,8
Sto. Estevão	3192	119	36	56	27	0,31	0,22	0,41	0,34	3,7
S.Vicen. de Fora	5453	202	83	91	28	0,53	0,51	0,66	0,35	3,7
Socorro	4309	158	44	75	39	0,42	0,27	0,55	0,49	3,7
Beato	17494	638	265	266	107	1,68	1,63	1,94	1,33	3,6
Castelo	773	27	7	12	8	0,07	0,04	0,09	0,10	3,5
Madalena	526	16	0	8	8	0,46	0,00	0,75	1,34	3,0
Encarnação	3072	79	40	32	7	0,21	0,25	0,23	0,09	2,6

Fonte: INE, Censos 1991

Quadro 3.7 Mobilidade residencial para as freguesias de Lisboa com origem fora do município (1996-2001)

	População residente	Entradas	Migrações Internas (outros concelhos)	Imigrações (origem no estrangeiro)	% Entradas	% Migrações internas	% Imigrações	Entradas / Pop. residente
Lisboa	564657	53208	39577	13631	100,0	100,0	100,0	9,4
Mártires	341	53	29	24	0,1	0,07	0,18	15,5
S. Nicolau	1175	173	128	45	0,3	0,32	0,33	14,7
Lumiar	37693	5276	4382	894	9,9	11,07	6,56	14,0
Madalena	380	52	28	24	0,1	0,07	0,18	13,7
Sacramento	880	119	78	41	0,2	0,20	0,30	13,5
Prazeres	8492	1088	584	504	2,0	1,48	3,70	12,8
Coração de Jesus	4319	550	397	153	1,0	1,00	1,12	12,7
Pena	6068	744	444	300	1,4	1,12	2,20	12,3
N.ª Sr.ª de Fátima	15291	1866	1329	537	3,5	3,36	3,94	12,2
S. C. S. Lourenço	1612	194	104	90	0,4	0,26	0,66	12,0
S. Francisco Xavier	8101	973	688	285	1,8	1,74	2,09	12,0
S. Jorge de Arroios	17404	2086	1423	663	3,9	3,60	4,86	12,0
Ameixoeira	9644	1139	850	289	2,1	2,15	2,12	11,8
Sta. Justa	700	81	58	23	0,2	0,15	0,17	11,6
S. Dom. de Benfica	33678	3848	3084	764	7,2	7,79	5,60	11,4
S. Mamede	6004	680	423	257	1,3	1,07	1,89	11,3
Campo Grande	11148	1214	1010	204	2,3	2,55	1,50	10,9
Anjos	9738	1054	733	321	2,0	1,85	2,35	10,8
Campolide	15927	1717	1238	479	3,2	3,13	3,51	10,8
Encarnação	3182	341	223	118	0,6	0,56	0,87	10,7
Alto do Pina	10253	1062	819	243	2,0	2,07	1,78	10,4
S. José	3278	342	225	117	0,6	0,57	0,86	10,4
S. Seb. da Pedreira	5871	609	441	168	1,1	1,11	1,23	10,4
S. Paulo	3521	344	177	167	0,6	0,45	1,23	9,8
Carnide	18989	1839	1540	299	3,5	3,89	2,19	9,7
Graça	6960	677	403	274	1,3	1,02	2,01	9,7
Mercês	5093	490	326	164	0,9	0,82	1,20	9,6
Benfica	41368	3934	3238	696	7,4	8,18	5,11	9,5
Sta. Catarina	4081	382	219	163	0,7	0,55	1,20	9,4
Sta. Mª de Belém	9756	916	699	217	1,7	1,77	1,59	9,4
Sta. Isabel	7270	676	468	208	1,3	1,18	1,53	9,3
Sé	1160	107	58	49	0,2	0,15	0,36	9,2
Sta. Engrácia	5860	531	379	152	1,0	0,96	1,12	9,1
Penha de França	13722	1222	912	310	2,3	2,30	2,27	8,9
S. João de Deus	10782	958	733	225	1,8	1,85	1,65	8,9
Lapa	8670	745	509	236	1,4	1,29	1,73	8,6
Sta. Mª dos Olivais	46410	3941	3333	608	7,4	8,42	4,46	8,5
S. Vicente de Fora	4267	360	230	130	0,7	0,58	0,95	8,4
Sto. Condestável	17553	1459	1034	425	2,7	2,61	3,12	8,3
Santos-o-Velho	4013	334	224	110	0,6	0,57	0,81	8,3
Alvalade	9620	777	588	189	1,5	1,49	1,39	8,1
S. João	17073	1351	1014	337	2,5	2,56	2,47	7,9
Alcântara	14443	1098	764	334	2,1	1,93	2,45	7,6
S. João de Brito	13449	1012	773	239	1,9	1,95	1,75	7,5
S. Miguel	1777	123	66	57	0,2	0,17	0,42	6,9
Beato	14241	940	632	308	1,8	1,60	2,26	6,6
Sto. Estevão	2047	135	83	52	0,3	0,21	0,38	6,6
Santiago	857	53	38	15	0,1	0,10	0,11	6,2
Ajuda	17958	1076	846	230	2,0	2,14	1,69	6,0
Socorro	2675	153	72	81	0,3	0,18	0,59	5,7
Charneca	10509	584	250	334	1,1	0,63	2,45	5,6
Marvila	38767	1713	1245	468	3,2	3,15	3,43	4,4
Castelo	587	17	6	11	0,0	0,02	0,08	2,9

Fonte: INE, Censos 2001

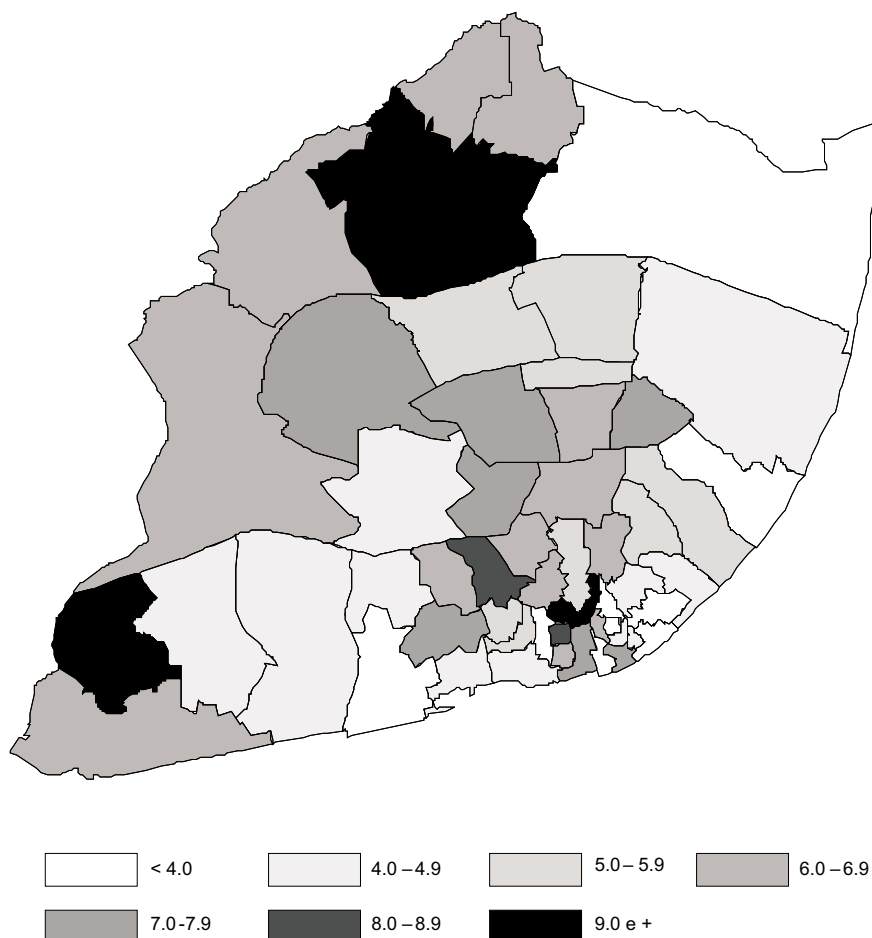


Figura 3.2 Índice entradas/população residente (1986-1991)

Fonte: INE, Censos 1991

Merecem ainda realce, o decréscimo de renovação populacional, por via das migrações para o município, na freguesia de São Francisco Xavier (Restelo), e o muito baixo índice de entradas sobre a população residente na Charneca e Marvila, entre 1996 e 2001. A figura 3. 3 é bem ilustrativa das desiguais dinâmicas sociais e urbanas em curso na cidade, na transição da década de 1990 para a década de 2000, como se aprofundará mais adiante.

Por último, o peso proporcional dos novos residentes com origem no estrangeiro. Em 1991, São Francisco Xavier e Charneca registavam um importante

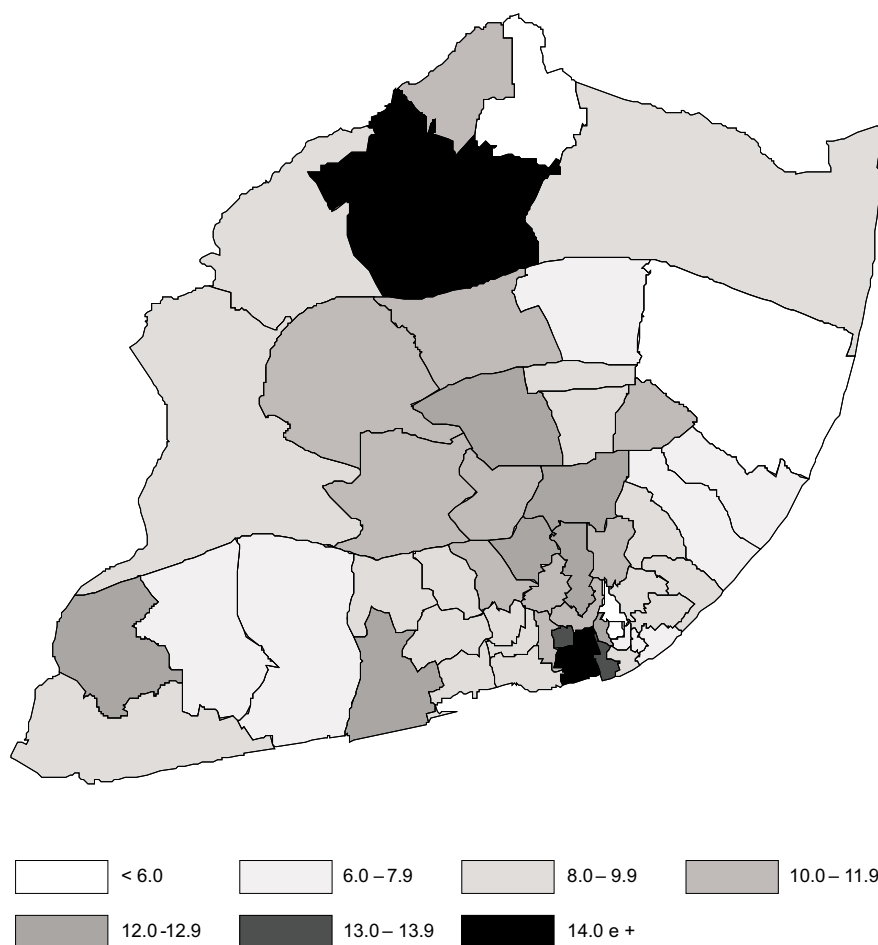


Figura 3.3 Índice entradas/população residente (1996-2001)

Fonte: INE, Censos 2001

peso proporcional das migrações com origem no estrangeiro, representando duas modalidades distintas de imigração, a dos profissionais qualificados, no primeiro caso, e a da mão-de-obra desqualificada, no segundo. Em 2001 aquelas freguesias desaparecem do mapa preferencial de destino das imigrações e, em alternativa, regista-se um crescimento da sua importância qualitativa num conjunto de freguesias da zona histórica e áreas adjacentes.

Importa, ainda, registar a continuidade, da década de 1980 para a década de 2000, na capacidade de renovação populacional, com origem nas

Quadro 3.8 Qualificações escolares superiores da população residente e dos protagonistas de mobilidade residencial para as freguesias de Lisboa com origem fora do município (1986-1991)

	População residente (a)	População que atingiu um grau de ensino superior (b)	Entradas 1986-1991 (c)	População entrada que atingiu um grau de ensino superior (d)	(b/a) x100	(d/c) x100	(d/b) x100
Lisboa	663394	92502	38071	10931	13,9	28,7	11,8
Sacramento	1167	95	104	33	8,1	31,7	34,7
S. Miguel	2613	81	118	24	3,1	20,3	29,6
Castelo	773	22	27	6	2,8	22,2	27,3
S. Nicolau	1448	99	103	23	6,8	22,3	23,2
Sé	1926	154	141	34	8,0	24,1	22,1
Santa Justa	1152	61	104	13	5,3	12,5	21,3
Santo Estevão	3192	138	119	29	4,3	24,4	21,0
S.C.S. Lourenço	2442	125	158	25	5,1	15,8	20,0
S. José	4430	377	276	70	8,5	25,4	18,6
Lumiar	35390	7572	3449	1338	21,4	38,8	17,7
Pena	7045	672	409	110	9,5	26,9	16,4
Socorro	4309	161	158	26	3,7	16,5	16,1
Ameixoeira	10605	1261	677	201	11,9	29,7	15,9
Coração de Jesus	5379	793	360	118	14,7	32,8	14,9
S. Paulo	4676	271	210	40	5,8	19,0	14,8
S. João	21960	1982	1102	283	9,0	25,7	14,3
Santa Catarina	5153	366	266	52	7,1	19,5	14,2
Penha de França	17885	1633	939	228	9,1	24,3	14,0
S. Francisco Xavier	8665	2927	991	411	33,8	41,5	14,0
Carnide	14768	2107	980	292	14,3	29,8	13,9
Marvila	47827	1255	1969	175	2,6	8,9	13,9
Alto do Pina	12654	2108	959	291	16,7	30,3	13,8
Madalena	526	29	16	4	5,5	25,0	13,8
Mercês	6039	611	317	83	10,1	26,2	13,6
Ajuda	22404	1516	951	205	6,8	21,6	13,5
Anjos	12490	1548	770	206	12,4	26,8	13,3
S. Mamede	7072	1598	583	208	22,6	35,7	13,0
N.ª Sr.ª de Fátima	18611	4328	1385	560	23,3	40,4	12,9
Santos-o-Velho	5534	559	254	70	10,1	27,6	12,5
Graça	8604	736	363	91	8,6	25,1	12,4
S. Jorge de Arroios	23051	3814	1488	468	16,5	31,5	12,3
S. Vicente de Fora	5453	335	202	41	6,1	20,3	12,2
S.D. de Benfica	35125	8252	2649	975	23,5	36,8	11,8
Santa Isabel	9249	1671	579	190	18,1	32,8	11,4
S.M.ª de Belém	12092	1872	831	214	15,5	25,8	11,4
Lapa	10656	2353	741	267	22,1	36,0	11,3
Santa Engrácia	7626	505	336	57	6,6	17,0	11,3
Benfica	47099	7834	2989	869	16,6	29,1	11,1
Santiago	1226	81	57	9	6,6	15,8	11,1
Santo Condestável	22186	2931	967	309	13,2	32,0	10,5
Alcântara	18510	2004	854	204	10,8	23,9	10,2
Campolide	20972	1714	898	174	8,2	19,4	10,2
Beato	17494	1515	638	152	8,7	23,8	10,0
Campo Grande	12146	1922	635	192	15,8	30,2	10,0
S.S. da Pedreira	7842	2249	559	219	28,7	39,2	9,7
Charneca	9572	137	652	13	1,4	2,0	9,5
Encarnação	3072	183	79	17	6,0	21,5	9,3
S. João de Deus	13309	3610	822	321	27,1	39,1	8,9
Alvalade	10996	2958	563	244	26,9	43,3	8,2
Mártires	401	61	25	5	15,2	20,0	8,2
S. João de Brito	17143	3945	929	278	23,0	29,9	7,0
Prazeres	10068	1351	379	93	13,4	24,5	6,9
S.M.ª dos Olivais	51367	6020	1941	371	11,7	19,1	6,2

Fonte: INE, Censos 1991

imigrações, na freguesia de São Mamede. Esta é uma freguesia extremamente heterogénea do ponto de vista social e urbanístico. Da zona mais antiga que se inicia no Príncipe Real e desce até à rua de São Bento/ Largo do Rato, caminhando no sentido das Amoreiras, até às urbanizações novas desta área renovada da cidade, a que anteriormente se aludiu, terminando na zona nobre que conflui na Av. da Liberdade, Praça do Marquês de Pombal e Parque Eduardo VII. Aqui, as ruas Barata Salgueiro, Alexandre Herculano, Braancamp, Castilho e Rodrigo da Fonseca, entre outras, marcam uma área em elevada nobilitação residencial e económica, desde a década de oitenta, com intensificação nos anos de 1990 e 2000. Nesta freguesia se localiza, ainda, o Pátio Bagatela, operação imobiliária de reabilitação de alto standard em finais da década de 1990, responsável por uma nobilitação urbana de elevado estatuto.

A terceira conclusão incide sobre a estrutura das qualificações escolares dos fluxos de mobilidade residencial para as freguesias do município de Lisboa, e permite dar conta de uma diferenciada localização residencial de destino em função de um crucial indicador de composição social. Entre 1986 e 1991 algumas freguesias assistiram a uma entrada de importantes contingentes de população que tinha atingido o ensino superior (ver quadro 3.8). Em particular, ocupando as primeiras posições, as freguesias de Alvalade (43,3% dos novos residentes tinham atingido o ensino superior), São Francisco Xavier (41,5%), N.ª Sr.ª de Fátima (40,4%), São Sebastião da Pedreira (39,2%) e Lumiar (38,8%).

Todavia, daquelas freguesias, apenas o Lumiar se posiciona em lugar elevado no que concerne à importância do peso proporcional dos novos residentes, com aquelas qualificações, na população residente total com igual escolaridade. Este indicador mede o reforço qualitativo de uma população altamente qualificada nas freguesias com origem nas migrações e, nesse caso, é em algumas freguesias da zona histórica que a renovação populacional de elevadas qualificações detém um impacto qualitativamente maior. A primeira posição é ocupada pela freguesia de Sacramento (Chiado-Bairro Alto), e a décima pela freguesia do Lumiar, a única freguesia, fora da zona histórica, a posicionar-se nos lugares cimeiros deste indicador.

Em síntese, os dados sobre os movimentos migratórios para o município de Lisboa, entre a década de 1980 e os primeiros anos da década de 2000, revelam uma intensificação da mobilidade residencial na região, muito impulsionada, é certo, por um mercado imobiliário em alta naquele período, mas também por uma crescente *mobilidade de sujeitos e objectos*, que caracteriza a actual fase das economias e dos respectivos sistemas urbanos, tal como sumariado no referencial teórico deste trabalho (capítulos 1 e 2).

Aqueles movimentos migratórios, ao mesmo tempo que parecem contribuir para importantes saldos negativos da população residente no centro principal da região, contribuem também, genericamente, de forma expressiva, para o reforço dos estratos do topo da hierarquia social no município, embora

de forma diferenciada consoante as suas áreas urbanas em concreto. Esta não é uma tendência linear e os dados até ao presente analisados são, ainda, insuficientes para a demonstração cabal daquele argumento.

O decréscimo populacional do município, e a recomposição do tecido social que parece caminhar de par com os saldos migratórios negativos exigem, ainda, outras explicações. Antes, contudo, importa dar conta de um outro dado de extrema relevância para esta discussão.

3.3.3 *Os limites da análise demográfica das migrações*

Recorde-se o que foi já sublinhado (secção 3.1) sobre a relação que, numa primeira fase dos processos de nobilitação, se estabeleceu entre aqueles processos e um “movimento de retorno à cidade”. A pesquisa sobre os quantitativos e a composição dos fluxos migratórios dos novos residentes tem subsumida uma tal hipótese. Não restam dúvidas sobre a importância qualitativa daqueles fluxos, e da sua composição, para as dinâmicas de mudança social e urbana da cidade. Não obstante, do ponto de vista quantitativo, é preciso ter a noção de que se está a reportar uma parcela minoritária dos fluxos de mobilidade que influenciam as recomposições do tecido social e contribuem para a nobilitação urbana de algumas áreas da cidade.

Como ficou demonstrado pelos estudos da nobilitação urbana, desde o início da década de 1980, os protagonistas daquele processo são predominantemente originários de outras áreas da *cidade interior*. Também as entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa que deu origem a este trabalho, revelaram que a opção residencial pela nobilitação urbana pressupõe, da parte dos seus protagonistas, maioritariamente, um *habitus* (Bourdieu, 1972 e 1979) e um “*estilo de vida urbanita*”, visíveis numa narrativa construída por oposição a um “*estilo de vida sub-urbanita*”:

É uma questão, digamos, cultural [...] tenho tendência para coisas velhas, como carros, como casas, como livros também e, portanto, a questão da normalização da arquitectura, da padronização que é típica das urbanizações novas que são extremamente descaracterizadas, para além de geralmente terem uma nítida falta de qualidade de vida em termos de envolvimento urbano, de comércio, etc., de vivência, além também de uma necessidade de escapar a todo o custo daquilo que é normal na minha geração que toda a gente foi corrida para os subúrbios [...]. Portanto, as casas novas para a mim e as urbanizações novas e os subúrbios [...] não têm qualquer interesse, nenhum apelo, significam “massificação”, significam expulsão de um sítio em que geralmente se nasce e cresce, significam, portanto, perda de qualidade de vida, significam bichas intermináveis para o emprego e depois do emprego para casa, significam sítios sem história e, portanto, estavam fora do meu horizonte [Entrevista 8: M, designer gráfico, 39 anos, grupo doméstico unipessoal, solteiro].

Um estudo de 2007, sobre os fluxos migratórios de famílias na área metropolitana de Lisboa⁵, com base no registo de 23. 266 mudanças de casa *dentro da região*, ocorridas entre 2005 e o primeiro semestre de 2007, permite algumas conclusões esclarecedoras para esta discussão. Essas conclusões vão, de resto, ao encontro do estudado noutros países e das percepções resultantes da observação da realidade de Lisboa.

Em primeiro lugar, o saldo de entradas e saídas de famílias na cidade de Lisboa continua deficitário. Naquele período, rumaram a outros concelhos da AML um total de 9.585 famílias e apenas entraram 8.435, provenientes de outros municípios da região. Em segundo lugar, quando considerados os fluxos migratórios na perspectiva da sua origem em Lisboa, apenas 29% das mudanças de casa se destinam a outros concelhos da AML, enquanto 71% tiveram como destino o próprio município. Finalmente, *uma vez considerada a cidade de Lisboa como destino da mobilidade residencial, aquele estudo observou que 76% dos fluxos têm origem no próprio concelho e apenas 24% têm proveniência noutros municípios da região.*

Em suma, quando se reporta a análise dos *novos residentes* de Lisboa, apenas se está a dar conta de menos de um quarto dos fluxos de mobilidade residencial responsáveis pelas dinâmicas de mudança demográfica, social e urbana da cidade, ficando por explicar os restantes três quartos, ou seja, a esmagadora maioria da realidade daqueles fluxos. Os dados das estatísticas oficiais disponíveis não permitem conhecer, de forma directa, a mobilidade residencial dentro dos municípios. Torna-se, então, imprescindível o recurso a outros indicadores, e a outras estratégias operativas de análise, que permitam dar resposta plena às razões do mencionado decréscimo populacional e à estrutura social e urbana que resulta das dinâmicas de mudança demográfica, recomposição social e reestruturação económica, em curso na cidade de Lisboa.

Razões de ordem económica, urbanística e de estilos de vida, estão na origem do actual padrão territorial de crescimento populacional de Lisboa que concorrem, igualmente, no sentido da crescente nobilitação urbana de áreas significativas do centro principal daquela cidade-região. Elas podem ser sistematizadas do seguinte modo:

[1] A densidade de ocupação económica do território não só detém valores exponencialmente mais elevados no município de Lisboa, do que nos restantes municípios da região, como tende a reforçar-se, criando crescentemente mais espaço para as actividades económicas que, desse modo, substituem a função residencial em áreas urbanas cada vez mais extensas. A centralidade das funções líderes e dos sectores estratégicos da competitividade económica

5 Imométrica, *press release*, Lisboa, 23 de Outubro de 2007.

e urbana, do contexto actual da globalização, tende para uma lógica de localização produtiva concentrada na *cidade interior* e suas áreas adjacentes.

Tal como analisado antes, as novas centralidades, contíguas ou mais distantes, desconcentrando, em parte, a actividade económica da região, não parecem obviar ao reforço da concentração de uma parcela crucial da economia: actividades de serviços altamente qualificados e especializados às empresas, bem como actividades de consumo, cultura, turismo e lazer.

Todavia, o problema das disfunções da mobilidade quotidiana e das assimetrias económicas e urbanísticas da região, não reside tanto na concentração de actividades e emprego no município de Lisboa, quanto no modelo de crescimento dos municípios vizinhos. Sendo inevitável e irreversível aquela concentração, não o é, contudo, a escassez de novas centralidades com capacidade polarizadora de dinamismo económico e atracção de funções geradoras de emprego. *Um crescimento suburbano maioritariamente efectuado à custa do imobiliário residencial, com parca criação de outras funções, como actividade económica criadora de emprego e equipamentos sociais de serviços à população, é o primeiro responsável pelo actual modelo de crescimento demográfico da região.*

[2] A diferencial capacidade concorrencial, de poder simbólico e económico, dos sectores de actividade económica, implica a crescente expulsão da *cidade interior*, de actividades sem capacidade para competir no mercado imobiliário e de parte da função residencial, nomeadamente dos estratos sociais médios-baixos, já que os mais pobres, ou são objecto de programas públicos de alojamento social, ou não chegam a vir residir para a *cidade interior*, por óbvia ausência de recursos para o efeito.

Como todos os estudos atestam, os preços do imobiliário, de negócios ou residencial, no mercado, são, em média, significativamente mais altos na *cidade interior* do que nas restantes áreas da região. A formação dos preços do imobiliário urbano decorre, de resto, das condições sociais e urbanísticas de um determinado território e com elas é concomitante. Não admira, assim, que o mapa dos preços do imobiliário da região coincida com o mapa da composição social dos municípios, denotando um eixo dos preços mais elevados em Lisboa-Oeiras-Cascais, com liderança, uma vez mais, do município de Lisboa.⁶

Acresce, que as áreas de urbanização mais recente e, portanto, geograficamente mais periféricas, detêm, na sua maioria, no caso da construção de edifícios multi-residenciais, um número médio de pisos e de fogos por edifício, significativamente mais elevado, logo, com maior capacidade de contribuir para o crescimento populacional dessas áreas urbanas. Inversamente, na *cidade interior* e, particularmente, na sua zona mais antiga, os edifícios possuem, em média, um número de pisos e de fogos substancialmente menor, logo,

6 Dados periodicamente disponibilizados pela Imométrica em www.imometrica.com.

com uma inferior capacidade de atracção de população. Por último, a vetustez do edificado da cidade antiga, a degradação extrema e abandono de parte importante do seu parque residencial (Seixas, 2004), é um contributo forte para a redução populacional daquela parcela da cidade.⁷

[3] Factores decorrentes dos estilos de vida são, igualmente, inibidores de um crescimento populacional da *cidade interior* e, particularmente, da zona histórica mais antiga e, em contrapartida, contribuem para o crescimento das áreas geograficamente mais periféricas.

A dimensão média dos grupos domésticos é significativamente mais baixa na *cidade interior* e, particularmente, na sua zona mais central, do que na cidade exterior. Nas urbanizações mais recentes e, portanto, em regra, geograficamente mais periféricas, regista-se um número médio de pessoas por grupo doméstico mais elevado, em consonância com os estilos de vida das famílias nucleares com filhos que constituem o grupo doméstico padrão dessas áreas urbanas. Simetricamente, às zonas mais centrais da *cidade interior* e de urbanização mais antiga, corresponde um número médio muito baixo de pessoas por grupo doméstico, em conformidade com os estilos de vida padrão das áreas mais centrais, predominantemente caracterizados pelos grupos domésticos unipessoais, ou pelos casais sem filhos.

Esta composição demográfica e de estilos de vida tem tendência a acentuar-se, uma vez que o padrão de grupos domésticos e estilos de vida dos fluxos migratórios actuais, maximiza aquela diferenciação. Por mais elevada que seja a capacidade de atracção populacional da cidade central antiga, na sequência de eventuais programas de reabilitação do edificado e revitalização social, ela fica sempre a perder nos saldos quantitativos de contingentes populacionais, atendendo à diferenciação do número médio de pessoas por alojamento implicada nas opções pelas áreas urbanas de localização residencial.

Nas secções seguintes procede-se à demonstração empírica dos argumentos que acabam de ser sistematizados nos três pontos precedentes.

3.4 Reestruturação económica e mudança urbana em Lisboa

Algumas observações sobre a estrutura do emprego e da actividade económica na região de Lisboa, que permitem concluir pela hipótese da concentração de determinados sectores estratégicos para as actuais economias urbanas no município da capital, foram já feitas anteriormente (secção 2.3). Contudo, na óptica da ocupação económica diferenciada do território, algumas outras se impõem. A densidade da ocupação funcional do território pela actividade

7 Ver, ainda, estudos do Observatório da Habitação, Centro de Estudos Territoriais (CET) do ISCTE.

económica e emprego é uma delas. Os dados disponíveis para a análise deste indicador possuem algumas limitações, qualquer que seja a fonte utilizada: os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho, ou o INE. Nenhuma destas fontes contempla, por exemplo, o emprego da Administração Pública e da defesa e forças de segurança, quando analisado o emprego na óptica da sua localização. Do mesmo modo que não contemplam as empresas em nome individual sem pessoal ao serviço por conta de outrem. Não obstante, aqueles dados permitem extrair algumas importantes conclusões que concorrem para a explicação da crescente importância funcional do município de Lisboa, no que concerne à actividade económica e ao emprego, indo ao encontro do que tem vindo a ser sustentado neste trabalho.

3.4.1 Densidade da ocupação económica do território

A primeira conclusão diz respeito à densidade da ocupação económica, medida pelo indicador *estabelecimentos por km²*. Até muito recentemente, apenas os dados dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho permitiam uma análise da evolução anual deste indicador.

Aqueles dados revelavam um contínuo crescimento da densidade da ocupação económica do território do município, pelo menos desde os primeiros anos da década de 1980, que constitui o reverso do processo de perda líquida de população residente que, desde então, se verifica (ver quadro 3.9).

Mais recentemente, os dados publicados pelo INE permitem avaliar, igualmente, aquela evolução, com maior rigor. Esses dados concorrem no sentido de um continuado reforço daquela tendência, consolidando o argumento anteriormente sustentado. Em 2005, o município de Lisboa apresenta uma densidade de ocupação económica do território de mais de 700 estabelecimentos por quilómetro quadrado, concentrando quase 40% dos estabelecimentos de actividade económica da região (ver quadro 3.10).

3.4.2 Especialização da actividade económica e do emprego

A segunda conclusão, refere-se à concentração do emprego no município da capital e à sua especialização funcional. Mesmo não considerando o emprego na administração pública e defesa, como é sabido em número muito elevado no município de Lisboa, aquela centralidade urbana concentra 42,5% do emprego total da região. Acresce que a especialização sectorial da actividade económica revela uma capacidade para a concentração das actividades líderes da actual economia no principal centro da região (ver quadros 3.11 e 3.12). Lisboa apresenta uma concentração semelhante nos estabelecimentos das actividades de serviços às empresas e das actividades de consumo (já mencionada na secção 2.3). Mas, no emprego, especializa-se no sector dos serviços às empresas, registando um volume de emprego naquele sector não observável

Quadro 3.9 Densidade da ocupação económica do território (estabelecimentos/Km2), 1983-1993

	1983		1985		1991		1993	
	n	n/Km ²	n	n/Km ²	n	n/Km ²	n	n/Km ²
Lisboa	22380	264,2	22896	270,3	25043	295,7	26364	311,3
Margem Norte-Lisboa	11359	7,3	12341	7,9	18499	11,9	21658	13,9
Margem Sul	5993	3,8	6502	4,2	10050	6,4	11678	7,5
A.M.L.	39732	12,4	41739	13,1	53586	16,8	59700	18,7

Nota: A Margem Norte da AML incluía o município de Azambuja.

Fonte: Quadros de Pessoal, Ministério do Trabalho.

Quadro 3.10 Densidade de ocupação económica do território (estabelecimentos/Km2), 2004-2005

	2004		2005	
	n	n/Km2	n	n/Km2
<i>Região de Lisboa</i>	153649	52,4	155603	53,0
Grande Lisboa	125576	91,3	127214	92,5
Amadora	7722	324,5	7592	319,0
Cascais	11127	114,2	11408	117,1
Lisboa	59143	698,3	59723	705,1
Loures	8647	51,1	8853	52,3
Mafra	2959	10,1	3118	10,7
Odivelas	5993	227,9	5997	228,0
Oeiras	9577	209,6	9899	216,6
Sintra	15699	49,2	15847	49,6
Vila Franca de Xira	4709	14,8	4777	15,0
Península de Setúbal	28073	18,0	28389	18,2
Alcochete	576	4,5	658	5,1
Almada	7039	100,3	7037	100,2
Barreiro	2328	73,2	2267	71,3
Moita	1784	32,3	1759	31,8
Montijo	1985	5,7	2044	5,9
Palmela	2265	4,9	2378	5,1
Seixal	5329	55,8	5363	56,2
Sesimbra	1797	9,2	1797	9,2
Setúbal	4970	28,9	5086	29,6

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2006 e 2007

em nenhum outro sector, em qualquer das unidades territoriais consideradas (30,8% em 2005).

Atentando na diferenciação intra-regional da actividade económica, é assinalável uma mais acentuada especialização nas actividades comerciais nas áreas geograficamente periféricas ao centro principal. Contudo, nessas áreas territoriais, um número mais elevado de estabelecimentos do comércio gera, igualmente, um mais elevado número de empregos naquele sector. Em

Quadro 3.11 Estabelecimentos de actividade económica na Região de Lisboa, (CAE Rev- 2. 1), 2005

	Lisboa		Grande Lisboa/ excepto Lisboa		Península de Setúbal		Região de Lisboa	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	582	1,0	541	0,8	570	2,0	1693	1,1
Indústrias extractivas	39	0,1	53	0,1	25	0,1	117	0,1
Indústrias transformadoras	2756	4,6	5407	8,0	2191	7,7	10354	6,7
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	180	0,3	92	0,1	27	0,1	299	0,2
Construção	3485	5,8	9312	13,8	4531	16,0	17328	11,1
Comércio e reparação de veículos e outros bens	17252	28,9	21060	31,2	8870	31,2	47182	30,3
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	6621	11,1	6354	9,4	2856	10,1	15831	10,2
Transportes, armazenagem e comunicações	3609	6,0	4382	6,5	1427	5,0	9418	6,1
Actividades financeiras	1390	2,3	989	1,5	447	1,6	2826	1,8
Serviços prestados às empresas, actividades imobiliárias e aluguer de máquinas e equipamentos	17509	29,3	13166	19,5	4743	16,7	35418	22,8
Serviços colectivos, sociais e pessoais (educação, saúde, acção social e outros)	6300	10,5	6135	9,1	2702	9,5	15137	9,7
	59723	100,0	67491	100,0	28389	100,0	155603	100,0

Fonte: INE, 2007, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2006.

Lisboa, a um número muito semelhante de estabelecimentos daqueles dois sectores, corresponde uma proporção muito mais elevada de empregos no sector dos serviços às empresas.

Uma diferenciada dimensão das empresas e estabelecimentos na região, aponta no sentido de uma concentração de estabelecimentos de actividade económica dos serviços às empresas de maior dimensão em Lisboa, face às suas periferias geográficas. Todavia, o mesmo não sucede quanto ao sector das indústrias transformadoras. A histórica concentração de um importante sector industrial na Península de Setúbal (Guerra, 1991, Guerra e Rodrigues, 1996), continua a marcar a especialização daquela sub-região no contexto da cidade-região de Lisboa. Mas é, sobretudo, no sector financeiro que a dimensão média das empresas e estabelecimentos é muito superior em Lisboa face à registada no restante território da região. Estabelecimentos bancários de maior dimensão, e a localização das sedes empresariais do sector no centro principal da região, contribuem para esta clara distinção, denotando o seu actual relevo no tecido económico e a sua centralidade na paisagem e na vida urbana do município.

A crescente redução das actividades industriais, e do emprego por elas gerado, no principal centro urbano da metrópole, é um facto que corrobora

Quadro 3.12 Emprego na Região de Lisboa, (CAE Rev- 2.1), 2005

	Lisboa		Grande Lisboa/ excepto Lisboa		Península de Setúbal		Região de Lisboa	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	1769	0,4	1886	0,5	2523	1,6	6178	0,6
Indústrias extractivas	430	0,1	272	0,1	300	0,2	1002	0,1
Indústrias transformadoras	21738	5,3	67088	16,7	33544	21,3	122370	12,6
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	2126	0,5	1722	0,4	948	0,6	4796	0,5
Construção	23294	5,6	58545	14,6	24654	15,6	106493	10,9
Comércio e reparação de veículos e outros bens	75816	18,3	106481	26,5	35682	22,6	217979	22,4
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	42780	10,3	25456	6,3	10502	6,7	78738	8,1
Transportes, armazenagem e comunicações	47261	11,4	25607	6,4	8944	5,7	81812	8,4
Actividades financeiras	33754	8,2	8823	2,2	2473	1,6	45050	4,6
Serviços prestados às empresas, actividades imobiliárias e aluguer de máquinas e equipamentos	127500	30,8	78576	19,5	21698	13,8	227774	23,4
Serviços colectivos, sociais e pessoais (educação, saúde, acção social e outros)	37184	9,0	27535	6,8	16338	10,4	81057	8,3
	413652	100,0	401991	100,0	157606	100,0	973249	100,0

Fonte: INE, 2007, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2006

uma tendência com décadas de percurso em outras cidades mundiais: o seu afastamento da paisagem urbana da *cidade interior*. Em contrapartida, ele continua a revelar-se uma importante especialização do emprego na Península de Setúbal, onde a respectiva proporção excede, em muito, o peso que os estabelecimentos do sector detêm naquela sub-região (ver quadros 3.11 e 3.12).

Um padrão de empresas de maior dimensão da indústria transformadora na margem sul da região de Lisboa é, portanto, um outro factor de diferenciação da ocupação económica do território da região. Mesmo nas periferias a norte, aquele sector detém, ainda, um importante peso. De resto, o padrão da distribuição sectorial do emprego a norte e a sul de Lisboa revela uma menor tendência de especialização, ao contrário do que se verifica no município de Lisboa, que se vem transformando, como antes já se referiu, no grande “*Central Business District*” de uma cidade mais vasta: a cidade-região de Lisboa. A acentuada orientação no sentido da polarização da actividade económica e do emprego pelo sector dos serviços às empresas é disso bem revelador.

Um estudo mais detalhado, e em profundidade, da economia do município de Lisboa (Mateus, 2004), concluiu por um peso proporcional de 30,7% do emprego nos serviços às empresas e de 21,4% no comércio, em 2000. Aquele estudo refere, ainda, que “apesar de Lisboa não ser claramente especializada

nas actividades industriais, dentro destas regista valores mais elevados no quociente de localização nas indústrias de maior intensidade tecnológica” (Mateus, 2004: 79).

Em síntese, também do ponto de vista da ocupação económica do território, o município de Lisboa permanece como o centro principal da região, a uma distância muito acentuada de qualquer outra centralidade em formação.

Lisboa detém uma muito forte polarização do emprego e das actividades económicas, em valores absolutos, relativos, e em qualidade distintiva no actual contexto da competitividade económica, uma vez que tende para a especialização no sector mais estratégico da “nova economia” e para um número médio mais elevado quanto à dimensão das empresas e estabelecimentos daquele sector. Este facto concorre fortemente para a capacidade atractiva, de pessoas e actividades, do centro principal da região e para um posicionamento mais favorável no actual quadro de reestruturação económica que vem contribuindo, também, para a recomposição da estrutura do tecido social da cidade.

Por último, a reestruturação da economia urbana da região parece ter conduzido à crescente “desindustrialização” do tecido económico do centro principal da região, enquanto nas suas periferias geográficas, nomeadamente na margem sul do Tejo, o sector industrial parece manter, apesar do decréscimo de população nele empregada, um importante relevo na estrutura sectorial do emprego e no tecido económico. Todavia, algumas observações se impõem a este propósito.

O que está em questão nos processos que têm sido designados de “desindustrialização” não é o fim do sector industrial, mas sim a sua reestruturação a diversos níveis.

Em primeiro lugar, ao nível do emprego gerado. Enquanto nas economias industrializadas da primeira metade do século XX, aquele sector foi o principal responsável pela criação de emprego, nas actuais economias ele tende a gerar menos emprego, sendo os diversos sectores dos serviços os mais empregadores. Isso mesmo fica a dever-se a factores tecnológicos e ao novo paradigma económico, anteriormente abordado, o qual permite produzir mais com menos mão-de-obra.

Em segundo lugar, o que decresce nas *cidades interiores* é o peso do emprego naquele sector, o mesmo não ocorrendo com actividades cruciais ao seu funcionamento e que não são contabilizadas, na classificação das actividades económicas, como actividades do sector industrial: concepção de produtos, design, estilismo, investigação, gestão, etc.

Em terceiro lugar, a redução da importância das indústrias transformadoras na *cidade interior*, dos seus estabelecimentos e, nomeadamente, do emprego industrial, implica, sobretudo, a redução dos “sectores industriais tradicionais”, de mão-de-obra intensiva, e menos dos sectores mais avançados, de conhecimento intensivo.

Finalmente, um país pode continuar a ter um importante sector industrial, que contribui para a criação de riqueza nacional, ainda que a sua presença no território e no emprego gerado nas regiões metropolitanas esteja a diminuir, proporcionalmente, quando comparado com os sectores dos serviços. A deslocação para outras regiões, geograficamente mais periféricas, no país ou no resto do mundo, pode justificar aquela redução. A deslocação de actividades produtivas das indústrias de um país para outros países, onde as empresas encontram vantagens competitivas nessa localização, contribui para a redução do emprego industrial desse país e das suas regiões, mas não para a redução da criação de riqueza da sua economia.

A questão essencial, para o contexto deste trabalho, consiste nas mudanças provocadas por aquela reestruturação económica, na paisagem urbana, na recomposição do emprego e, por consequência, na recomposição do tecido social e urbano da cidade. Especificamente, trata-se de perceber os efeitos da redução, ou deslocação, de determinadas actividades que exigiam volumes importantes de emprego manual e, em contrapartida, o crescimento de outras actividades que exigem emprego mais qualificado, ligadas aos sectores dos serviços em geral e, particularmente, aos serviços avançados e especializados às empresas.

Outros argumentos, para o que aqui se discute, merecem ser aduzidos ao que até agora foi analisado, no que concerne à reestruturação da economia da cidade-região de Lisboa nas últimas décadas. É o que se propõe com a discussão e avaliação empírica das teses da polarização e fragmentação, que têm acompanhado a análise daquela reestruturação económica das cidades. Uma tal discussão e avaliação permitirão ilustrar a especificidade das dinâmicas de mudança do tecido social da cidade de Lisboa naquele contexto.

3.5 Polarização e fragmentação: a recomposição do tecido social e urbano

Na sequência dos processos de reestruturação económica das cidades iniciados nas economias mais avançadas na transição da década de 1970 para os anos 1980, como resultado das transformações do modelo económico fordista e de uma nova vaga da globalização (analisadas nos capítulos 1 e 2), têm vindo a ser objecto de debate académico, desde meados da década de 1980, os efeitos daquela reestruturação no tecido social e na estrutura espacial das cidades. A esses debates se juntaram outros, em torno das discussões sobre os impactes da transição societal, associados às mudanças demográficas, culturais e de estilos de vida.

Duas metáforas foram avançadas para dar conta das recomposições no tecido social, primeiro, e no próprio tecido urbano, depois: polarização e fragmentação. Em textos já citados (Rodrigues, 1998, 1999), aqueles conceitos foram objecto de análise numa fase recuada da investigação que

culminou neste trabalho. Contudo, em face de desenvolvimentos posteriores da investigação, e do conhecimento entretanto produzido sobre os temas em análise, impõe-se a reformulação conceptual dos argumentos sustentados naqueles textos.

Esta discussão, por vezes, tem justaposto níveis de análise, ou campos analíticos, que contribuem menos para a clarificação conceptual e progresso no conhecimento da realidade que eles pretendem explicar, e mais para a transformação daqueles conceitos em conceitos caóticos, limitando a sua capacidade heurística.

De modo sintético, a tese da polarização tem sido defendida, sobretudo, como um processo de 'dualização' da estrutura social urbana, com o crescimento do topo e da base da hierarquia social e a crescente redução dos sectores sociais intermédios, as classes médias. Por sua vez, a tese da fragmentação, tem sido sustentada, nomeadamente, como um processo de divisão radical, ou partição extremada daquela estrutura social numa multiplicidade de fragmentos de pertença social, identitária e de estilos de vida.

3.5.1 O legado histórico: classes sociais e estilos de vida

Aquelas são definições simplificadas dos conceitos de polarização e fragmentação, dos quais adiante se dará uma visão mais completa. Em todo o caso, elas permitem, desde já, chamar a atenção para o facto de que esta discussão não é inteiramente nova, pelo menos para a sociologia. Em bom rigor, ela é uma discussão que atravessa toda a história da disciplina e que é iniciada, porventura, com a teoria da estratificação social de Max Weber, ou com a teoria da interacção e das formas sociais de Simmel.

Em ambos os casos, particularmente em Weber, o objectivo era a apresentação de uma teoria da estrutura social das sociedades capitalistas de então, que contrariava a tese de Marx sobre a tendência de proletarianização e de bipolarização social, que este via no futuro das sociedades do capitalismo industrial. Recorde-se que, não por acaso, tanto Weber como Simmel, neste contexto analítico, atribuíam importância central à ideia de estilo de vida, da qual a análise sociológica da acção social sairia mais enriquecida do que na dedução, em exclusivo, das pertenças sociais a partir do lugar ocupado pelos indivíduos na estrutura económica, ou sistema produtivo, como resultava da análise marxiana. Esta é uma questão a retomar no capítulo seguinte deste trabalho.

Por agora, importa, apenas, chamar a atenção para a ideia que derivava da teoria weberiana: a autonomia relativa entre a ordem económica, a ordem política e a ordem social, nas modernas sociedades de capitalismo industrial e sistema político democrático, das quais resultariam as diversas categorias de distribuição do poder, respectivamente, a classe, os partidos e os grupos de status.

O mais relevante é que aquela autonomia relativa permitia, para Weber, que os estilos de vida não fossem redutíveis ao lugar de pertença de classe dos

indivíduos. Nesse sentido, enquanto Marx sustentava uma não separação entre o económico e o social, o cultural, e o político, mas inversamente, a determinação dos últimos pelo primeiro, Weber defendia a “separação de águas” que permitiria explicar mais satisfatoriamente a diversidade da estrutura e da acção social. Mas, uma tal teoria da estratificação permitia, também, a refutação da ideia de uma estrutura social que caminharia no sentido da simples bipolarização social, como defendia Marx.

Como hoje se sabe, a história não parece ter dado razão a Marx, e a análise sociológica ao longo do século XX foi atravessada pelas abordagens que procuraram explicar o crescimento de uma classe média, primeiro, e o seu fraccionamento e o das restantes classes, particularmente do operariado, depois. Os trabalhos de Wright Mills, Ralf Dahrendorf e Olin Wright, são apenas alguns dos mais relevantes exemplos que podem ser apontados como tendo contribuído para a produção teórica que procurou reportar as implicações no fraccionamento das classes sociais, como resultado do desenvolvimento e reestruturação das economias capitalistas ao longo do século passado.

A utilização, ainda recorrente, da categoria de “nova classe média”, ou das mais recuadas, “nova pequena burguesia” e “nova classe operária”, resultam da verificação daquele crescente fraccionamento das classes sociais, ao longo do desenvolvimento e transformação das sociedades de economia capitalista. Scott Lash (1994) chega mesmo a avançar a ideia de uma (*nova*) *nova classe média*, para designar a especificidade de alguns estratos no interior da nova classe média, designadamente, os pertencentes às profissões de topo da actual economia, que se distinguem das mais antigas profissões intelectuais, artísticas e científicas que sustentaram a ideia de uma nova classe média, ou nova pequena burguesia, na tipologia, por exemplo, de Bourdieu (1979).

Não obstante, o traço mais marcante de uma leitura da estrutura social dos países de economia capitalista no século vinte, é o alargamento das classes médias no seu conjunto, interpondo-se entre uma classe alta (burguesa) e uma classe baixa (operária). O sociólogo americano Wright Mills terá sido um dos primeiros autores a teorizar sobre a importância desta classe média na estrutura de classes das sociedades de economia capitalista, nomeadamente dos EUA. É este perfil da estrutura social das sociedades modernas, na sua fase mais recente, que estaria a ser alvo de recomposição na sequência da reestruturação económica da fase mais avançada das economias capitalistas, o capitalismo global, no sentido da polarização, segundo alguns autores, ou da fragmentação, segundo outros.

3.5.2 Polarização social e cidade dual

Uma das primeiras, e principais, abordagens a sustentar a tese da polarização da estrutura social urbana é da autoria de Saskia Sassen (1990, 1991, 1994, 1996). Sassen considera que a reestruturação económica, derivada da mudança

de paradigma da transição pós-fordista e dos processos de globalização, estaria, pelo menos nas cidades globais, a motivar a redução das classes médias urbanas e o seu afastamento das cidades centrais e, em contrapartida, o crescimento, quer dos sectores sociais do topo da hierarquia social, as classes médias-altas e altas, quer dos sectores sociais da base.

Naquela leitura, as economias em que os sectores em crescimento são o sector financeiro e um sector de serviços avançados e especializados, no topo da pirâmide da estrutura ocupacional, e o sector do consumo, na base daquela pirâmide, são economias que contribuem para a polarização da estrutura social das cidades. Essas economias seriam, para aquela autora, o resultado da reestruturação económica em curso e estariam a suceder às economias urbanas baseadas na indústria, nomeadamente, na indústria transformadora. Acrescem outros factores, como sejam o aumento dos trabalhadores imigrantes em situação precária, o incremento da economia informal, o recrudescimento da pobreza e exclusão social e de uma infra-classe (*underclass*)⁸. A estes processos não é, ainda, alheio um desacelerar das formas de prestação de solidariedade, seja através do Estado, seja através das instituições privadas, ou das relações de parentesco e vizinhança, em rápido processo de esvaziamento nas cidades contemporâneas.

A consequência, para Sassen (1994), tal como já referido anteriormente neste trabalho, é um tecido social urbano marcado pelo crescimento da nobilitação urbana, protagonizada pelos profissionais altamente qualificados e remunerados, e pelo crescimento de um amplo sector de trabalhadores manuais dos serviços, ou do sector do consumo, motivado pelo aumento da nobilitação económica. Estes últimos seriam, para aquela autora, o suporte reprodutivo da nobilitação de alto estatuto, crescentemente visível nas metrópoles mundiais.

Outra metáfora, homóloga da tese da polarização, é a da cidade dual. Frequentemente esta tese é atribuída a Castells, devido à sua obra em parceria com Mollenkopf: *Dual City — Restructuring New York* (Mollenkopf e Castells, 1991). Todavia, aqueles autores, procurando testar a ideia da cidade dual, em voga na academia e nos média norte-americanos nos anos 1980, concluem que, apesar do crescimento das desigualdades e da sua visibilidade na cidade americana, a metáfora da cidade dual é, porventura, útil do ponto de vista ideológico e político, ao alertar para o crescimento das desigualdades sociais urbanas, mas imperfeita como abordagem analítica (Ver: Mollenkopf e Castells, 1991; Rodrigues, 1999: 112; Marcuse, 1989). Para os autores, aquela metáfora não dá conta da “complexidade da realidade social urbana, a qual é

8 Conceito de Gunnar Myrdal, celebrado pelo sociólogo norte-americano William Julius Wilson, e que constitui um equivalente funcional do lumpen proletariado do século XIX, na teoria marxiana das classes sociais. Veja-se, nomeadamente: Wilson (1987), já referenciado em: Rodrigues (1999), e Mingioni (1996).

certamente não redutível a uma simples dicotomia” (Mollenkopf e Castells, 1991: 405).

3.5.3 *Fragmentação social*

Da década de 1980 para os anos 1990, a tese da fragmentação social ganha notoriedade académica como contraponto à tese da polarização, reeditando na fase de transição actual, o antagonismo que opôs, na transição do século XIX para o século XX, a teoria weberiana da estratificação social à teoria marxiana das classes sociais. A noção de fragmentação tem sido utilizada em diversos, e não específicos, sentidos. Bradley (1996: 205-207), alertando para a inter-relação dos seus diversos sentidos, sistematizava-os conforme se verifica na caixa 3.1.

O fraccionamento, ou fractura, das classes sociais, nomeadamente das classes médias e da classe operária, a que antes se aludiu, é um exemplo do primeiro sentido da noção de fragmentação social. Mas não é o único. Categorias como a idade, o género, a “etnia” ou a “raça”, outrora menos questionadas, e abordadas pela sociologia como possuindo identidade unitária, são agora muito discutidas, do ponto de vista da dificuldade da sua utilização *tout court* para categorizar a realidade social. Fez-se já referência, neste texto, à complexidade interna àquelas categorias, na actualidade. A nomeação de uma “quarta idade” por relação com a ideia de “terceira idade” ou, noutro registo, a distinção entre idosos e muito idosos, assim como a maior dificuldade em traçar fronteiras para definir uma população jovem, são alguns exemplos. O cruzamento das categorias de género com a orientação sexual, ou com o tipo de grupo doméstico e posicionamento face ao casamento, são outro exemplo de fragmentação interna. O mesmo sucede com a complexidade inerente às categorias étnicas e raciais (Machado 2002; Pires, 2003).

Referiu-se anteriormente, neste capítulo, a dificuldade actual da utilização destas categorias pelos estudos da nobilitação urbana, na medida em que as transformações ocorridas, na fase mais recente das sociedades modernas, têm implicado a sua fragmentação interna em função de um conjunto de variáveis, inviabilizando qualquer leitura mais simplista da sua relação com a nobilitação urbana.

A fragmentação de algumas nações, na sequência do fim da União Soviética e da guerra dos Balcãs, são outro exemplo. Não por acaso, a metáfora de “balcanização” é, desde então, utilizada para referir processos de fragmentação (Navez-Bouchanine, 2002a: 5).

O segundo sentido, fragmentação externa, é visível, por exemplo, quando as dinâmicas de fraccionamento das classes médias, criando o fim de anteriores fronteiras e fazendo emergir novas divisões, adquirem ainda maior complexidade ao cruzarem-se com as dinâmicas de fragmentação das categorias étnicas, raciais, de género e de idade. O cruzamento da classe social com

Caixa 3.1 Sentidos da utilização da noção de fragmentação social

- Fragmentação interna, ou fragmentação dentro de um determinado colectivo, como resultado de processos de divisão interna desse colectivo.
- Fragmentação externa, com origem na interacção das diversas dinâmicas das categorias de estratificação social, cada uma delas com a sua especificidade própria.
- Fragmentação como resultado de processos gerais de mudança social.
- Fragmentação como sinónimo de individualização ou individuação.

Fonte: Bradley (1996: 205-207)

as variáveis de ordem etária, racial e de género, ou ainda com as variáveis étnicas, fortemente presentes nos processos das migrações internacionais, trouxe acréscimos importantes de complexidade aos processos de nobilitação urbana, tal como referido na secção 3.2.

Bradley, citando Brash, sugere que a análise das múltiplas interacções destas dinâmicas de estratificação social, ao invés de se orientar pela procura de um sistema unificado e universal, deve procurar concebê-las como “historicamente contingentes e contextualmente específicas” (Brash, 1993: 14, em Bradley, 1996: 206). Esta é, também, a perspectiva metodológica que tem vindo a ser defendida neste trabalho.

O terceiro sentido da utilização da noção de fragmentação reporta duas fontes principais de mudança económica e societal. Por um lado, a reestruturação económica anteriormente analisada, contribuindo para a decomposição e recomposição das categoriais de classe social. Por outro, as diversas mutações sociais recentes, como a decomposição e recomposição de nações e grupos étnicos, a intensificação das migrações internacionais, com particular incidência, por exemplo, nos países europeus, e os avanços científicos e tecnológicos que estão a permitir a reconfiguração das categorias classificatórias decorrentes da idade, sexo e género.

As primeiras têm vindo a ser analisadas por diversos autores, alguns dos quais já citados neste trabalho. Importa apenas acrescentar que, além da reestruturação económica, se deverá atender, também, à reconfiguração do quadro político de regulação social e às respectivas mudanças do Estado e das diversas instâncias de governança, já referidas igualmente neste trabalho.

As segundas são particularmente exploradas, entre outros autores, por Giddens (1991), na sua análise das implicações daquelas mudanças nas identidades pessoais e nos estilos de vida da fase actual da modernidade. Por exemplo, novas formas de relação com o corpo, e a sua mais alargada utilização como veículo de comunicação e afirmação de identidades pessoais e de estilos de vida, onde desempenham importante papel as mudanças culturais,

de valores morais, orientações éticas e preferências estéticas, a par dos avanços da medicina em geral, da medicina cirúrgica em particular, e previsivelmente de futuras aplicações da engenharia genética.

Finalmente, o quarto sentido da utilização da noção de fragmentação, a sua leitura como consequência dos processos de individualização. Tal como sublinhado no primeiro capítulo, aqueles são processos seculares iniciados com a modernidade. Os primeiros sociólogos, como Simmel, Durkheim e Tönnies, procuravam já lidar com o seu significado. Autores como Giddens (1991, 1994), Beck (1986/1992, 1994, 1997) e Bauman (2001), apontaram-nos como particularmente relevantes, à medida que a modernidade se vem deslocando para uma fase mais avançada, radicalizando e acentuando os seus traços. Na fase actual, as mutações referidas no parágrafo anterior, tal como Giddens as explanou, nomeadamente em *Modernity and Self-Identity* (1991), são um contributo inelutável para o reforço daqueles processos de fragmentação de identidades e estilos de vida.

Por outro lado, as transformações no sistema económico, na sua fase mais recente, são também tributárias daqueles processos de individualização. Nomeadamente, por via de uma *cultura do consumo* (Featherstone, 1991) assente, cada vez mais, numa nova lógica de criação de mais-valias geradora de uma pluralização da procura de bens e serviços de consumo, indissociável, por sua vez, da fragmentação de estilos de vida (ver capítulos 1 e 4).

Em síntese, a metáfora de fragmentação social reedita, tal como anteriormente se referiu, o debate entre a perspectiva marxiana e a perspectiva weberiana, sobre a estrutura social. O que parece estar em discussão é a afirmação de uma maior complexidade das formas de estratificação social, contrapondo-se uma “estratificação social mais fina e complexa”, como característica das sociedades actuais, à “divisão em classes baseada na posição dos indivíduos relativamente à produção” (Salgueiro, 2001: 53).

Acréscimos de diversidade, pluralização ou heterogeneidade social, são identificáveis na pulverização de grupos sociais e respectivos estilos de vida e padrões de consumo, justificando, desse modo, a ideia de fragmentação social (Salgueiro, 2001: 116). Contudo, o que se procura demonstrar neste trabalho, é que esta justaposição de planos de análise entre as classes sociais e os estilos de vida, constitui uma armadilha conceptual que tem motivado impasses teóricos e equívocos analíticos, alguns deles já referenciados neste texto, justificando a necessidade de clarificação conceptual, e de uma abordagem outra, sobre o que parece estar em causa na complexidade observável na actual fase de transição societal e reestruturação das cidades.

3.5.4 Fragmentação espacial

Mais recentemente, a ideia de fragmentação tem também sido aplicada aos processos de desenvolvimento urbano, avançando-se a tese de uma crescente

fragmentação espacial, ou fragmentação do tecido urbano das cidades (Salgueiro, 2001; Graham e Marvin, 2001; Navez-Bouchanine, 2002a).

Poder-se-á argumentar que, também aqui, no limite, a ideia de fragmentação não é inteiramente nova. Os fundadores da sociologia urbana, nomeadamente Park e Burgess, introduziram cedo a metáfora de *mosaico urbano* para dar conta da natureza matizada, diversa e de divisão social do espaço das grandes cidades do início do século XX. Contudo, as mutações mais recentes na estruturação das cidades, e dos seus espaços, têm justificado a ideia de uma crescente fragmentação urbana, e não já apenas da segregação social do espaço. Duas leituras possíveis do significado da fragmentação urbana merecem particular atenção.

Uma primeira leitura concerne, precisamente, à introdução de uma distinção entre o que seriam os actuais processos de fragmentação espacial e aquilo que os estudos urbanos analisaram, desde as primeiras décadas do século XX, como sendo processos de segregação. Em poucas palavras, a segregação urbana pode ser definida como uma divisão social e funcional do espaço, edificada pela moderna urbanização capitalista. Uma cidade segregada é uma cidade de fraca coexistência de funções (residencial, industrial, comercial e de serviços) e de grupos, ou classes, sociais.

Para Teresa Barata Salgueiro (2001: 114 e 186), a distinção entre fragmentação e segregação reside, essencialmente, numa diferença de escala. Enquanto a segregação remete para a especialização extensiva do espaço, a fragmentação implica uma especialização a nível micro. Para a autora, “é possível identificar a nível micro maior complexidade com verdadeiros enclaves de luxo no seio de alojamentos populares ou, pelo contrário, barracas ao lado dos conjuntos de luxo. É a esta geografia a nível micro que chamamos fragmentação do espaço” (Salgueiro, 2001: 114).

Este argumento consiste no que se poderia designar como reflexo de uma divisão social vertical ou horizontal do espaço. Neste sentido, Salgueiro considera que “a segregação de raiz social era hierárquica, pois traduzia o escalonamento social baseado na divisão tradicional em classes, a nova fragmentação social dos territórios responde a uma diferenciação social dos indivíduos e grupos mais complexa que nem sempre é hierárquica, porque é baseada num leque mais amplo de factores de estratificação” (Salgueiro, 2001: 186).

Navez-Bouchanine (2002c: 68-69) sugere que aquela distinção pode ser interpretada a partir da distinção entre uma “fragmentação vertical” (de base económica) e uma “fragmentação horizontal” (de base cultural). Enquanto a primeira respeita à espacialização da economia e das classes sociais na cidade, a segunda reporta a espacialização das identidades e dos estilos de vida.

Um segundo ponto de argumentação sobre a fragmentação espacial reside nas consequências da reestruturação urbana, que vem conduzindo a uma nova fase do “fenómeno urbano”, uma fase de reurbanização, tal como

anteriormente abordado (secção 2.1). Neste sentido, “a fragmentação espacial respeita aos processos que fazem explodir os territórios e constroem a metrópole policêntrica” (Salgueiro, 2001: 53).

A complexidade da formação das *metapolis* configura, crescentemente, uma cidade de coexistências variáveis entre a “cidade densa e contínua” e a “cidade dispersa e de baixa densidade”. A reestruturação das economias urbanas, a par do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e dos transportes rápidos, bem como das infra-estruturas para o seu funcionamento, criam rupturas no tecido urbano, que se traduzem numa estrutura urbana em rede, baseada no princípio dos eixos e nós, anteriormente descrito (secção 2.1), que contribuem, decisivamente, para a fragmentação urbana. Na expressão de Graham e Marvin (2001): um “urbanismo estilhaçado”.

Esta nova configuração das economias urbanas, e das estruturas espaciais das cidades, gera, inevitavelmente, um crescimento da *pluripresença* e da *pluripertença* em termos territoriais e sociais (Ferrão, 2002a) que contribui, também, para o que Teresa Barata Salgueiro designa por “dessolidarização do entorno”, na medida em que “os indivíduos participam em redes de relações à distância (...) que no geral não se exercem na proximidade imediata” (Salgueiro, 2001: 185).

3.5.5 Os problemas analíticos das hipóteses da polarização e da fragmentação

Numa perspectiva analítica são vários os problemas, de ordem epistemológica, conceptual e de verificação empírica, subsumidos nas hipóteses da polarização e da fragmentação, que merecem discussão.

Em primeiro lugar, a utilização daqueles conceitos tem, frequentemente, implícita a sua universalidade, menosprezando a diferenciação contextual dos processos históricos de desenvolvimento económico e urbano das diversas cidades mundiais. Tem-se vindo a demonstrar neste trabalho a necessidade, por maioria de razão na complexa fase actual de transição societal, de atender àquela diferenciação contextual, ao nível das regiões mundiais, dos países e das próprias cidades dentro de cada país.

Em segundo lugar, no que diz respeito à ideia de polarização, não fica claro em que medida a polarização social se refere a polarização em termos absolutos ou relativos. Tal como sublinha Hamnett (2003a: 61), há uma grande diferença entre sustentar que a reestruturação económica e urbana está a criar um largo número de empregos de baixas qualificações e remunerações ou, alternativamente, que aquelas mudanças estão a implicar um crescimento da proporção daqueles empregos, mas não necessariamente um crescimento do seu número. Aquele autor sustenta ainda que:

Sassen parece sugerir que um processo de polarização absoluta está a ocorrer, mas embora isso possa ser verdade em Nova Iorque e Los Angeles, onde uma

grande força de trabalho migrante está disponível, na maioria dos países capitalistas ocidentais os números e proporções dos empregos semi-qualificados ou desqualificados, têm vindo consistentemente a encolher nos últimos 30-40 anos. O problema em Londres, e nas principais cidades europeias, talvez seja, não um grande número de empregos de baixas qualificações, mas sim o não haver suficiente oferta de emprego para aqueles que têm poucas qualificações escolares. [...] O problema fundamental com a tese da proletarianização é de ordem directamente empírica, na medida em que caminha contra a quase totalidade da evidência disponível sobre a mudança da estrutura de classes das sociedades avançadas, a qual aponta para um forte crescimento dos sectores do topo da estrutura ocupacional de classes e um acentuado declínio no número e proporção dos trabalhadores manuais, tanto ao nível nacional como urbano (Hamnett, 2003a: 61).

O terceiro problema com a tese da polarização reside em não distinguir, rigorosamente, a polarização da estrutura ocupacional, da polarização da estrutura social no seu todo. Sendo a polarização da estrutura ocupacional um contributo forte de polarização social, esta não se reduz à primeira. O maior ou menor peso dos sectores sociais excluídos do exercício de uma profissão, como os desempregados de longa duração, os reformados de parques rendimentos, os beneficiários dos subsídios estatais, os ocupados na economia informal, ou subterrânea, podem indiciar uma maior ou menor tendência de polarização da estrutura social não detectável na observação exclusiva da estrutura ocupacional.

Aquele problema conduz a um quarto que é o da desigualdade social, frequentemente confundido com a tese da polarização social. Contudo, como uma vez mais chama a atenção Hamnett, enquanto “a desigualdade se refere ao tamanho da dispersão entre diferentes níveis de rendimento/salários, a polarização indica um crescimento ao longo do tempo do tamanho absoluto e relativo dos grupos em diferentes escalões de rendimento/salários” (Hamnett, 2003a: 75). Salienta aquele autor: “o que está em questão é saber em que medida o número dos que se situam no topo e na base da hierarquia de rendimentos está a aumentar (polarização), ou, por outro lado, em que medida o fosso entre eles está a crescer (desigualdade)” (Hamnett, 2003a, *idem*). Hamnett conclui, ainda, que “a questão chave é saber se há cada vez mais ricos e pobres (e menos no meio da hierarquia social), ou se os ricos estão a ficar mais ricos e os pobres relativamente mais pobres face aos ricos” (Hamnett, 2003a: *ibidem*).

A desigualdade social, no entanto, não se traduz apenas na desigualdade do rendimento disponível das famílias e dos indivíduos, o que, diga-se de passagem, não é já em si mesmo homólogo. A desigualdade social mede-se, ainda, em função da disparidade no acesso aos recursos e à integração social, advinda das diferenças dos grupos etários, das diferenças de género, de orientação sexual, de categorias étnicas e raciais, de competências e qualificações, aptidões intelectuais e físicas. Finalmente, todas aquelas variáveis se

cruzam com as diferenças na relação de propriedade do alojamento e no modelo e localização da habitação. Estas últimas continuam a ser determinantes das desigualdades sociais urbanas, contraditando uma leitura mais imediata da ideia de uma tendência de dissociação entre a localização espacial e a pertença social, subsumida na hipótese da fragmentação social e urbana. Também esta hipótese é merecedora de maior problematização, exigindo várias questões.

A primeira refere-se à necessidade de distinguir um processo de fraccionamento das classes sociais de um processo, diverso, de “fragmentação” de estilos de vida. Parece legítimo perguntar se o que tem sido designado por fragmentação social decorre de um processo de fragmentação das classes sociais, ou antes da crescente diversificação, ou pluralização, social e cultural das cidades, visível numa “fragmentação” de estilos de vida.

Do ponto de vista das classes sociais, e das categorias de uma estrutura ocupacional, não parece haver evidência empírica que permita afirmar qualquer tendência de fragmentação, podendo, embora, falar-se de um crescente fraccionamento. A questão é outra. Ela reside no facto de as práticas e representações dos indivíduos, e a sua experiência da vida urbana, darem conta de uma crescente diversificação de identidades e estilos de vida. A complexidade que actualmente se atribui às categorias sociais (idade, género, pertenças étnicas e raciais, entre outras) resulta, também, de uma multiplicação de estilos de vida. Mas isso não significa uma fragmentação das classes sociais. A questão essencial consiste em ser possível encontrar, cada vez mais, dentro da mesma classe, ou fracção de classe, uma pluralidade crescente de estilos de vida, ou mesmo estilos de vida que aparentam independência das pertenças de classe dos indivíduos.

A metáfora de “caleidoscópio” que se utilizou noutro texto (Rodrigues, 1999) pretendia, precisamente, dar conta dessa fragmentação, ou melhor, pluralização, de estilos de vida. Todavia, tal como já mencionado, o que se defende neste trabalho é uma “separação de águas” analítica. Em linha com a perspectiva weberiana, parece prudente, como se procurará demonstrar mais adiante, separar uma análise de classes de uma análise dos estilos de vida, evitando desse modo uma armadilha teórica que tem atravessado uma boa parte da história da sociologia, e que se reflecte também na conceptualização da ideia de fragmentação social.

A segunda questão decorre da dedução de uma fragmentação espacial a partir de uma fragmentação social de morfologia homóloga. Também parece aconselhável não colocar no mesmo plano de análise a ideia de fragmentação social e a ideia de fragmentação da organização espacial. Tal proposição apenas pode contribuir para limitar o valor heurístico potencial daqueles conceitos, transformando-os em conceitos caóticos, por várias razões que remetem para outros tantos problemas analíticos.

O primeiro desses problemas consiste na afirmação de maior diversidade e maior complexidade urbana, detectável particularmente ao nível micro

de análise. Poder-se-á questionar por que razão o crescimento da diversidade urbana num determinado contexto, ou área urbana, deverá ser apelidado de fragmentação. Tal como se recordou desde o primeiro momento deste trabalho, a diversidade é, precisamente, uma variável contida na definição de cidade. É verdade que essa diversidade tende a crescer, embora variavelmente, nas cidades contemporâneas. Todavia, isso pode não implicar, em si mesmo, um processo de fragmentação, mas tão-somente de multiplicação, ou crescimento, da diversidade. Um processo de pluralização das formas de vida e das próprias formas urbanas.

O segundo problema reside na desnecessária, e incorrecta, substituição dos conceitos de *desigualdade social urbana* e *coexistência de grupos sociais heterogêneos*, pelo conceito de fragmentação. Tanto o tema da desigualdade urbana, como o tema da coexistência da heterogeneidade social, são temas clássicos dos estudos urbanos e, particularmente, da sociologia urbana. As realidades que eles reportam não são de hoje. Poder-se-á perguntar, como o faz Navez-Bouchanine (2002c: 57-58), por que motivo eles são, agora, apresentados como novidade das cidades contemporâneas sob o conceito de “micro fragmentação”.

Como sustenta aquela autora, a existência de espaços particulares, e circunscritos, de justaposição de contrastes sociais e urbanísticos, denunciado a ausência de trocas e relações entre eles não é, propriamente, uma novidade nas cidades (Navez-Bouchanine 2002c: 57-58). A sociologia urbana estudou, no passado, essas coexistências nas cidades, demonstrando como à “proximidade espacial correspondia a distância social”. Por outro lado, como sublinha Navez-Bouchanine (2002c: 57) [referindo Caldeira (1996)], o exemplo que parece “marcar mais os espíritos é aquele dos imóveis de elevado standard ao lado das barracas e das favelas”. Tal como anteriormente se referiu, é também este um dos aspectos do que Salgueiro (2001: 114) designa por uma “geografia de nível micro” a que chama fragmentação do espaço. Para a autora, são três os instrumentos da actual fragmentação das cidades: a nobilitação urbana; a persistência de barracas ao lado de imóveis de luxo; novas orientações em termos de alojamento social que visam a procura de soluções mais integradoras e menos segregadas (Salgueiro, 2001: 185).

Em primeiro lugar, importa clarificar que a imagem da coexistência lado a lado entre barracas e imóveis de luxo, não é uma imagem que reflecta a realidade da paisagem das cidades europeias, mas sim de outros contextos mundiais. Ela remete para a realidade urbana de outras regiões do mundo. Na região de Lisboa não será fácil encontrar um exemplo de uma tal coexistência. Por outro lado, as situações ainda existentes de concentração de habitação precária, do tipo “favela”, são resíduos de uma fase de crescimento urbano em extinção, e não adquiridos da realidade urbana como sucede, por exemplo, em algumas cidades sul-americanas, onde a hipótese da extinção daquele tipo de “urbanismo”, porque aparentemente inviável, não é sequer equacionada (Valladares, 2002).

Em Portugal, a realidade parece ser a inviabilidade comercial de empreendimentos de elevado estatuto na vizinhança de habitação degradada ou de alojamento social dissonante. No município de Lisboa, em particular, o projecto político de entrar no século XXI sem barracas na paisagem urbana da cidade, pode dizer-se que foi integralmente cumprido até 2007. Neste contexto, aquele argumento não encontra correspondência empírica. Realidade diferente é a persistência de desigualdades urbanas nas cidades, e essa remete mais para a ideia de uma continuada divisão social do espaço, que em alguns casos reflecte a segregação de algumas áreas urbanas, do que para a ideia de fragmentação.

Em segundo lugar, a questão da escala que é levantada pela ideia de micro-fragmentação (Salgueiro, 2001 e Navez-Bouchanine, 2002c) é crucial, por várias razões. A colocação dos processos de segregação, fragmentação, contraste e coexistência, em escala, permite concluir pela impossibilidade de generalizações que seriam abusivas. A ideia de uma cidade segregada, em absoluto, não resiste ao confronto empírico com a realidade urbana da civilização ocidental dos séculos XX e XXI, com excepção dos contextos históricos de *apartheid* e segregação racial. Mas existem, isso sim, situações concretas e particulares de segregação dentro das cidades. O mesmo sucede com as situações de coexistência, contraste e desigualdade urbana. O que existe nas cidades são zonas de maior contraste social, zonas de maior polarização, ou homogeneidade social, e zonas de maior coexistência social. Estas situações concretas cruzam-se também, de forma variável, com situações de diversidade de estilos de vida, em alguns casos, e de acentuada desigualdade, noutros casos. Obviamente que às situações de diversidade de estilos de vida também podem corresponder desigualdades sociais e estas reflectem, igualmente, estilos de vida diversos. Não justapor os planos de análise, pode, no entanto, revelar-se decisivo para uma análise mais ajustada da actual realidade urbana.

A escala de análise é, ainda, importante porque ela permite detectar situações de coexistência da diversidade, ou de contraste desigual, em determinadas áreas particulares, bairros, ou conjunto de ruas, dentro da cidade. No caso de Lisboa, como se demonstrará mais adiante, é possível detectar uma razoável heterogeneidade e diferenciação urbana, interna ao município, que inviabiliza qualquer generalização para a totalidade do município, embora seja possível estabelecer leituras a uma escala municipal que demonstram a sua singularidade no contexto da região e do país, como tem vindo a ser observado ao longo deste trabalho.

Em terceiro lugar, a existência de orientações políticas mais integradoras do alojamento social traduz-se em situações de coexistência social e de modelos habitacionais, onde a habitação pública do alojamento social se integra na malha urbana e no tecido social da habitação privada do mercado. Esta situação é, ainda, escassa no caso da região de Lisboa, mas em todo o caso, ela não reflecte, também, uma situação de fragmentação, mas sim, precisamente,

de coexistência. A realidade dominante do alojamento social ainda é, contudo, a segregação motivada pela discriminação com origem na diferenciação dos custos do solo urbano, do imobiliário, e por uma “ideologia do comunitarismo” que pressupunha como socialmente desejável a concentração de determinados grupos sociais, com base nos princípios ideológicos das relações de vizinhança e solidariedade baseadas na ideia de comunidade de pertença. Estas situações criaram efeitos de concentração da exclusão social, motivando tensões sociais de ruptura social e urbana (Guerra, 1994)⁹.

Por último, a nobilitação urbana, tal como tem vindo a ser analisada neste capítulo, na sequência dos estudos efectuados, contraria situações anteriores de segregação, ou maior homogeneidade social, introduzindo diversificação social e de estilos de vida nas áreas nobilitadas. O que está presente na nobilitação é um processo de criação de heterogeneidade e revitalização do tecido social das zonas nobilitadas, e não a fragmentação social e urbana. Poder-se-á argumentar que, no limite, a absoluta nobilitação de determinadas zonas volta a produzir uma condição de homogeneidade social e segregação, agora de estratos do topo da hierarquia social. Contudo, essa é uma situação limite, dificilmente observável empiricamente na realidade urbana de uma cidade como Lisboa. A esta questão se regressará mais adiante neste texto.

Um terceiro problema, associado à utilização da noção de fragmentação urbana, decorre de uma leitura dos efeitos da cidade dispersa e das distâncias, e da correlacionada utilização de meios de comunicação rápidos, nomeadamente as novas tecnologias de informação e comunicação, nas relações de proximidade, vizinhança e respectivas formas de solidariedade. No capítulo 2, foi possível concluir que estas novas realidades introduzem mudanças significativas na vida urbana das cidades contemporâneas e na sua economia. Todavia, não de sentido único, mas sim de modo complexo e aparentemente contraditório e paradoxal. As novas formas de comunicação à distância não só não anulam por completo as formas mais antigas de interacção face a face e de proximidade, como estas últimas parecem continuar a ser imprescindíveis às trocas sociais e económicas. As novas formas de comunicação à distância podem ser, de resto, facilitadoras do encontro e da co-presença.

É certo, contudo, que uma determinada visão da cidade de bairros e de uma forma específica de vivência do espaço público, que deve ser contextualizada histórica e socialmente, se vê crescentemente ultrapassada por novas formas de viver a cidade e apropriar o espaço público, resultantes da mudança radical dos modos de mobilidade urbana. Mas também é certo que a cidade, na realidade, nunca foi uma entidade unificada, com uma suposta harmonização da espacialização social mas, pelo contrário, sempre implicou

9 Ver, também, entrevista de Isabel Guerra à revista *Arquitecturas*, 01-07-2008, pp. 19-20.

áreas diversas, urbanística e socialmente. Mais heterogêneas umas, mais polarizadas outras.

Em síntese, se a noção de fragmentação é colocada como sinónimo de diversificação, ela encontra correspondência empírica na realidade da actual fase de transição societal e reestruturação urbana. Todavia, a afirmação da multiplicação da pluralidade das formas sociais e urbanas não corresponde, com rigor, à noção de fragmentação, já que esta noção pressupõe uma ordem anterior supostamente unificada que é sujeita a um processo de divisão extrema: uma partição em múltiplos fragmentos que quebram a unidade precedente. É esta ideia de *desagregação* de uma ordem social anterior, que constitui o sentido próprio da noção de fragmentação, que é empiricamente questionável e dificilmente passível de sustentação teórica, particularmente no que concerne à ideia de fragmentação urbana, já que a cidade nunca foi um todo unificado, como recorda Jean Remy (2002).

Navez-Bouchanine sintetiza bem os problemas analíticos associados à utilização da hipótese de fragmentação do seguinte modo:

Procurando extrair da sua aplicação processos percebidos como novos, [a fragmentação] aparece como tendo um interesse muito variável de acordo com as diferentes conotações que reveste. Certas acepções da noção parecem, também, mais fecundas ou pertinentes, enquanto outras parecem invalidadas pelo seu carácter superficial, pela transposição mecânica (de um contexto particular para a sua generalização, ou do espacial para o social) sobre as quais é construída, ou pela falta de evidências empíricas que reflectem. A fragmentação *social* não espacializada oferece uma certa consistência e coerência internas; ela fixa, de resto, critérios utilizáveis no confronto com os dados empíricos, os quais mostram, no entanto, também, os limites da sua generalização. O seu valor heurístico é claro, mas as representações da evolução social que ela pressupõe, inspirados por um modelo holístico e orgânico de sociedade, reduzem as possibilidades de leituras mais complexas do social. Este último limite é ainda mais perceptível para a noção de *fragmentação aplicada à cidade*, que oferece, no entanto, chaves de leitura interessantes quando circunscritas às transformações espaciais (forma urbana, traços físicos), administrativas e de gestão, que acompanham a urbanização, ou quando ela se refere à fragmentação da experiência urbana dos habitantes das cidades (Navez-Bouchanine, 2002c: 90-91).

Na secção seguinte, o recurso a alguns indicadores procura testar empiricamente os sentidos da recomposição social da cidade-região de Lisboa e, a uma escala mais reduzida (as freguesias e os bairros ou conjuntos de ruas e quarteirões dentro delas), as dinâmicas de mudança do tecido social e urbano do seu centro principal: o município de Lisboa.

3.6 Recomposição social numa cidade diversa e desigual: Lisboa (1981-2001)

A análise das dinâmicas de mudança da estrutura socioeconómica da cidade-região de Lisboa exige, por um lado, o recurso a uma temporalidade relativamente alargada e, por outro, o recurso a várias escalas territoriais.

Indicadores relativos à estrutura das classes ocupacionais, ou dos grupos profissionais, e às qualificações escolares, são importantes indicadores da composição do tecido social de um determinado contexto territorial. Quando analisados numa perspectiva temporal alargada, eles fornecem dados inequívocos das dinâmicas de mudança, ou de recomposição, da estrutura socioeconómica do território em estudo.

3.6.1 *Estrutura dos grupos profissionais*

Uma análise da evolução da estrutura dos grupos profissionais da região de Lisboa, entre 1981 e 2001, torna claro o sentido daquela evolução. A hipótese de uma tendência de bipolarização, ou dualização, da estrutura ocupacional, se tem alguma ressonância empírica, não é no principal centro da região, o município de Lisboa. Eventualmente, ela poderá corresponder, pelo menos aparentemente, à estrutura ocupacional da população residente nas áreas geograficamente periféricas àquele centro urbano.

Algumas observações se podem fazer que confirmam os sentidos das dinâmicas sociais e económicas das últimas décadas, tal como têm vindo a ser apresentadas neste texto. A tendência inequívoca de evolução da estrutura ocupacional da população de Lisboa é o crescimento dos grupos profissionais do topo e o decréscimo dos da base. Apenas os grupos das profissões intelectuais, científicas e técnicas e dos directores e quadros dirigentes, apresentam uma evolução de crescimento. No seu conjunto eles representam mais de 44% da estrutura profissional da população empregada residente no município de Lisboa em 2001. Esta tendência confirma a tese de Hamnett (1994 e 2003a) sobre a “profissionalização” da estrutura ocupacional que aquele autor atribui à cidade de Londres, mas que tem vindo a ocorrer em muitas outras cidades mundiais. O mesmo não sucede na restante área geográfica a norte de Lisboa, ou na Península de Setúbal, onde a par de um crescimento daqueles grupos profissionais, não deixa de se assistir a um crescimento do peso proporcional dos empregados do comércio e serviços pessoais (ver quadro 3.13).

Outro elemento relevante da diferenciada evolução da estrutura ocupacional da população residente em Lisboa é a tendência geral de decréscimo dos trabalhadores da indústria, da construção e dos transportes, mas a continuação de um peso relativo importante daquelas profissões nas áreas periféricas da margem norte e, sobretudo, da margem sul, onde em 2001 continuava a ser o grupo proporcionalmente mais expressivo.

Quadro 3.13 Evolução da estrutura dos grupos profissionais (1981, 1991, 2001)

	Lisboa			Grande Lisboa menos Lisboa			Península de Setúbal			Região de Lisboa		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Especialistas qualificados das profissões intelectuais, científicas e técnicas	14,9	27,2	34,8	9,6	18,9	23,7	6,2	14,8	20,5	10,6	20,0	25,0
Directores e quadros dirigentes	2,6	6,3	9,4	1,7	4,8	7,5	0,8	3,6	6,3	1,8	4,9	7,5
Empregados administrativos	24,9	16,4	14,0	22,7	17,3	15,7	17,6	14,4	13,9	22,3	16,4	14,9
Empregados do comércio e serviços pessoais	31,5	29,2	26,4	24,5	26,4	27,3	20,5	25,2	27,2	25,9	26,8	27,1
Trabalhadores da indústria, da construção e dos transportes	25,0	19,1	14,4	37,3	29,4	24,1	46,6	35,5	28,1	35,3	28,3	23,2
Outros(*)	1,1	1,7	1,0	4,2	3,1	1,8	8,4	6,5	4,0	4,1	3,6	2,2
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) inclui: Membros das forças armadas e trabalhadores da agricultura e pescas
Os valores de 1981 e 1991 incluem o município de Azambuja.

Fonte: INE, Censos 1981, 1991 e 2001.

Em 1981 o grupo profissional mais representativo, em Lisboa, era o grupo dos empregados do comércio e serviços pessoais (31,4%), seguido pelo grupo dos trabalhadores da indústria, da construção e dos transportes (25,0%) e dos empregados administrativos (24,9%). Em 2001, o grupo das profissões mais exigentes em matéria de qualificações (profissões intelectuais, científicas e técnicas) ocupa a primeira posição (34,8%), enquanto os empregados do comércio e serviços pessoais (26,4%), os empregados administrativos (14%) e os trabalhadores da indústria, construção e transportes (14,4%), vêm perdendo peso proporcional na estrutura das classes profissionais. Este é um dado de extrema relevância, e o mais significativo, sobre o sentido da recomposição que, nas últimas décadas, vem marcando o tecido social do principal centro urbano da região de Lisboa.

Uma análise por municípios, e considerando apenas os dois primeiros grupos da classificação nacional de profissões (CNP), excluindo, portanto, as profissões técnicas, menos exigentes, em regra, em matéria de qualificações escolares, é ainda mais elucidativa (quadro 3.14). Estes indicadores exigem vários comentários.

Em primeiro lugar, a distância entre uma maior concentração dos grupos profissionais de topo no eixo Lisboa-Oeiras-Cascais, face aos restantes municípios da região, em consonância com o que tem vindo a ser analisado.

Em segundo lugar, o facto de Lisboa manter, em 2001, tal como já sucedia em 1991, um peso ligeiramente menor do que Oeiras e Cascais, no grupo dos directores, quadros superiores e dirigentes, mas também um peso proporcional mais elevado nos especialistas das profissões intelectuais e científicas. Embora por uma margem mínima, Lisboa inverte em 2001 a posição que detinha em 1991 face a Oeiras, no conjunto dos dois grupos profissionais de topo. Em 1991, Lisboa ocupava a segunda posição, com 21,8 % da população empregada nas categorias 1 e 2 da estrutura das profissões. Em 2001, ocupava a primeira posição com 30,9%. Oeiras evolui, naquele período, de 22% para 29,6%.

Finalmente, o dado mais relevante: não admira que aqueles grupos profissionais registem um crescimento na generalidade dos municípios que compõem a região, atendendo à importância crescente daquelas profissões na reestruturação das economias urbanas. *O que é significativo é o acentuado crescimento, não apenas proporcional mas em valores absolutos, da população empregada naquelas profissões residente no município de Lisboa; o único município da região que perde população residente empregada entre 1991 e 2001.*¹⁰

Naquele período, Lisboa apresenta um saldo líquido negativo de residentes empregados de 29.633 indivíduos, mas ganha 16.248 residentes nas profissões do topo da hierarquia da estrutura ocupacional. Corroborando os

10 O decréscimo de Loures deve-se à autonomização de diversas freguesias, entretanto integradas no novo município de Odivelas.

Quadro 3.14 População residente a exercer uma profissão nos grupos de profissões 1 e 2 da CNP, na Região de Lisboa, por municípios (1991-2001)

	Directores, quadros superiores e dirigentes (CNP1)				Especialistas das profissões intelectuais e científicas (CNP2)				CNP 1+2				População residente empregada	
	1991		2001		1991		2001		1991		2001		1991	2001
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	n
Região de Lisboa	54816	4,9	96862	7,5	102325	9,2	154726	12,0	157141	14,1	251588	19,6	1113553	1284673
Grande Lisboa	45284	5,3	75726	8,0	87512	10,3	126297	13,3	132796	15,7	202023	21,2	846850	951067
Lisboa	17745	6,3	23521	9,4	43599	15,5	54071	21,5	61344	21,8	77592	30,9	281077	251444
Oeiras	4862	7,0	8409	10,4	10502	15,0	15539	19,2	15364	22,0	23948	29,6	69868	81010
Cascais	5142	7,4	8750	10,4	7953	11,4	12 648	15,0	13095	18,7	21398	25,4	69890	84307
Sintra	5282	4,2	12697	6,7	7454	6,0	15770	8,3	12736	10,2	28467	14,9	124589	190522
Vila Franca de Xira	1416	3,1	3669	5,9	2064	4,5	4389	7,0	3480	7,6	8058	12,9	46088	62407
Amadora	3506	4,2	5376	6,2	6329	7,5	8369	9,7	9835	11,7	13745	15,9	84172	86664
Loures	6514	4,2	6599	6,7	9138	6,0	8590	8,7	15652	10,2	15189	15,4	153318	98785
Maia	817	4,6	2416	9,1	473	2,7	1550	5,8	1290	7,2	3966	14,9	17848	26606
Odivelas			4289	6,2			5371	7,7			9660	13,9		69322
Grande Lisboa excepto Lisboa	27539	4,9	52205	7,5	43913	7,8	72226	10,3	71452	12,6	124431	17,8	565773	699623
Península de Setúbal	9532	3,6	21136	6,3	14813	5,6	28429	8,5	24345	9,1	49565	14,9	266703	333606
Alcochete	108	2,6	398	6,5	98	2,3	471	7,7	206	4,9	869	14,2	4221	6126
Almada	2817	4,3	5148	6,9	5038	7,7	8222	11,0	7855	12,0	13370	17,9	65204	74571
Barreiro	1003	2,9	1849	5,2	1847	5,3	3112	8,7	2850	8,2	4961	13,9	34660	35646
Molta	538	2,2	1259	4,1	711	2,9	1563	5,1	1249	5,1	2822	9,3	24727	30440
Montijo	564	3,7	1212	6,8	605	4,0	1223	6,9	1169	7,7	2435	13,7	15234	17809
Palmeira	441	2,4	1816	7,3	555	3,0	1660	6,7	996	5,5	3476	14,0	18216	24874
Seixal	1986	3,8	4595	6,2	2663	5,1	5808	7,8	4649	8,9	10403	13,9	52036	74679
Sesimbra	461	4,2	1379	8,0	337	3,1	1035	6,0	798	7,3	2414	14,0	10878	17236
Setúbal	1614	3,9	3480	6,7	2959	7,1	5335	10,2	4573	11,0	8815	16,9	41527	52225

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

dados já antes analisados, também este indicador permite observar como o reverso do decréscimo populacional do principal centro da região, o município de Lisboa, é um aumento, não apenas proporcional mas absoluto, de população pertencente aos estratos sociais mais elevados.

3.6.2 *Estrutura das qualificações*

No mesmo sentido dos indicadores relativos à estrutura ocupacional, ou de classes profissionais, concorrem os indicadores da estrutura das qualificações escolares da população. Uma análise da evolução da população com curso superior completo nos municípios da região de Lisboa, entre 1981 e 2001, permite observar que ao decréscimo populacional do município da capital, corresponde um ganho crescente, em termos relativos e em valores absolutos, de população com elevadas qualificações escolares (ver quadro 3.15).

Portugal apresenta valores muito baixos, atendendo ao padrão europeu, contexto em que se insere, no que se refere às qualificações escolares. Como é sabido, esse é um dos défices estruturais do país e, porventura, um dos principais motivos do seu atraso relativo no contexto das economias da União Europeia. Todavia, como também é conhecido, nas últimas décadas o país registou um crescimento exponencial dos contingentes populacionais que acederam a qualificações escolares de nível superior. Uma vez mais, não admira que na generalidade dos concelhos da região de Lisboa se registre um crescimento da população com nível superior de escolaridade. O que merece realce é a diferença da variação do peso proporcional de população com curso superior completo entre 1981 e 2001, observada nos municípios que compõem a região.

Sendo este, actualmente, um indicador crucial de posicionamento na hierarquia social, é elucidativa a maior concentração de população com curso superior completo em Lisboa, Oeiras e Cascais.

É igualmente esclarecedora, a duplicação dos ganhos proporcionais da generalidade dos municípios entre 1991 e 2001, face aos registados no período que vai de 1981 a 1991. Este facto confirma a tendência de aceleração do passo, em particular da região de Lisboa, no que concerne aos sentidos em que caminham as estruturas da composição social da maioria das cidades de tipo europeu.

O que é particularmente merecedor de realce, no entanto, é a evolução do município de Lisboa entre 1981 e 2001. A generalidade dos municípios, geograficamente periféricos a Lisboa, tem cerca de metade dos ganhos da proporção de população com curso superior, face a Lisboa, com excepção de Oeiras, Cascais e Almada (posicionado em quarto lugar neste indicador), num contexto de generalizado crescimento populacional desses municípios (com a excepção do município do Barreiro). *Lisboa apresenta um crescimento de quase 50.000 habitantes com curso superior completo, passando de cerca de 5% para*

Quadro 3.15 Evolução da população com curso superior completo na Região de Lisboa, por municípios (1981, 1991 e 2001)

	1981		1991		1981-1991 (var %)	2001		1991-2001 (var %)	1981-2001 (var %)	População residente total			
	n	%	n	%		n	%			1981	1991	2001	
Região de Lisboa Grande Lisboa Lisboa Oeiras Cascais Sintra Vila Franca de Xira Amadora Loures Mafra Odivelas Grande Lisboa excepto Lisboa Península de Setúbal	72685	2,9	130525	5,2	2,3	256402	9,6	4,4	6,7	2482276	2516101	2661850	
	66135	3,5	114194	6,1	2,6	211240	10,8	4,8	7,4	1897628	1875608	1947261	
	39554	4,9	58150	8,8	3,9	88971	15,8	7,0	10,9	807937	663394	564657	
	8291	5,6	14037	9,3	3,7	26700	16,5	7,2	10,9	149328	151342	162128	
	5710	4,0	11673	7,6	3,6	23686	13,9	6,3	9,8	141498	153294	170683	
	3726	1,6	9156	3,5	1,9	26413	7,3	3,8	5,6	226428	260951	363749	
	918	1,0	2211	2,1	1,1	6845	5,6	3,4	4,5	88193	103571	122908	
	2819	1,7	7571	4,3	2,6	13428	7,6	3,4	5,9	163878	177167	175872	
	4868	1,8	10838	3,4	1,6	13857	7,0	3,6	5,2	276467	322158	199059	
	249	0,6	558	1,3	0,7	2894	5,3	4,0	4,8	43899	43731	54358	
						8446	6,3					133847	
		25581	2,4	56044	4,6	2,2	122269	8,8	4,2	6,4	1089691	1212214	1382604
		6550	1,1	16331	2,5	1,4	45162	6,3	3,8	5,2	584648	640493	714589

Fonte: INE, Censos 1981, 1991 e 2001.

Quadro 3.16 Evolução da proporção de população com actividade profissional que atingiu um grau de ensino superior (1981, 1991, 2001)

	1981	1991	2001	Variação 1981-1991	Variação 1991-2001
Lisboa	13,9	21,6	38,3	7,7	16,7
Grande Lisboa menos Lisboa	10,1	15,1	21,8	5,0	6,7
Península de Setúbal	3,9	7,9	17,7	4,0	9,8
Região de Lisboa	8,7	13,3	24,0	4,6	10,7

Fonte: INE, Censos 1981, 1991 e 2001

cerca de 16% de população que completou um grau de ensino superior, num período em que regista um decréscimo de mais de 240. 000 residentes.

Mais relevante, ainda, é o indicador que permite medir a evolução da escolaridade superior da população com actividade profissional (ver quadro 3.16). Este indicador apresenta a vantagem, em relação ao observado no quadro 3.15, de não enviesamento por razões etárias ou de relação face ao emprego.

Em coerência com os dados relativos ao crescimento dos profissionais de topo, ele permite reforçar a hipótese de que a recomposição social de Lisboa se faz, não pela polarização ou fragmentação social, muito menos pela “*estudentificação*”, como se mencionou nas secções anteriores, mas sim pela crescente “*profissionalização*” (Hamnett, 1994 e 2003a) da estrutura ocupacional e pela nobilitação urbana do centro principal da região de Lisboa, tal como consta do quadro de referência conceptual das secções 3.1 e 3.2.

Na média da Península de Setúbal regista-se uma variação proporcional, na população com actividade profissional que atingiu os níveis mais elevados de qualificação escolar, de 4 % entre 1981 e 1991, e de 9,8% entre 1991 e 2001. Nas periferias da margem norte aqueles valores são, respectivamente, de 5 % e 6,7%. Em Lisboa, a variação proporcional registada na década de 1980 é de 7,7%, e na década de 1990 de 16,7%. Mais de 38 % da população residente em Lisboa com actividade profissional, em 2001, tinha atingido um grau de escolaridade superior, contra 21,8% na média das periferias geográficas a norte e 17,7% na média das periferias da margem sul.¹¹ O município de Lisboa não apenas se distancia das suas periferias geográficas neste indicador, como vem reforçando esse distanciamento.

11 Note-se que não se trata de população que tem pelo menos o ensino secundário completo, mas sim de população empregada que tem frequência universitária, ou completou pelo menos um grau de ensino superior (bacharelato, licenciatura, mestrado, doutoramento).

3.6.3 Estrutura habitacional

Importantes indicadores que permitem medir e avaliar a composição do tecido social, bem como os sentidos da sua recomposição, nas últimas décadas, são os que se referem à relação de propriedade face ao alojamento.

Poder-se-á argumentar que a relação de propriedade face ao alojamento por parte dos seus ocupantes, no actual contexto da sociedade portuguesa, não diz, em geral, muito da sua pertença na estrutura de classes. Nas últimas décadas, como é sabido, o país assistiu a uma tendência generalizada de acesso à propriedade da habitação, nomeadamente da habitação nova.

Ao contrário do que por vezes é veiculado, esta não é uma tendência exclusiva da sociedade portuguesa, no contexto europeu. Nas cidades britânicas, por exemplo, vem-se assistindo nos últimos anos, a um crescimento da habitação de propriedade na *cidade interior*, reflectindo uma intensificada nobilitação urbana dessas cidades (Hamnett, 2003a, Lees, 2000). O mesmo parece estar a suceder nas cidades norte-americanas (Wyly e Hammel, 1999) e em várias cidades canadianas (Meligrana e Skaburskis, 2005). Em geral, os estudos da nobilitação urbana demonstram que ela se concretiza, cada vez mais, também através da aquisição de habitação na *cidade interior*. As áreas nobilitadas são, frequentemente, áreas urbanas onde a habitação de propriedade regista um significativo crescimento, na medida em que nessas áreas antes da sua nobilitação, a habitação de aluguer detinha um importante peso proporcional, sendo, em geral, largamente maioritária.

No município de Lisboa o crescimento da habitação de propriedade, ao contrário do que sucede nas suas periferias, é um indicador de particular relevo, por várias razões.

Em primeiro lugar, porque a habitação de aluguer detinha no município, historicamente, um peso que não possuía nos municípios geograficamente periféricos. O aluguer do alojamento constitui uma situação excepcional nos espaços rurais, como era o caso de extensas áreas sujeitas a um processo de periurbanização nas últimas décadas na região.

Por outro lado, a urbanização historicamente recente das periferias de Lisboa, justifica um maior peso da propriedade da habitação, uma vez que o crescimento urbano dessas periferias se concretizou, maioritariamente, por via da construção de edifícios de apartamentos para venda no mercado, ou por via da construção de moradias unifamiliares propriedade dos seus ocupantes, frequentemente através da auto-construção.¹²

Em segundo lugar, porque na última década o município de Lisboa protagonizou um processo de realojamento massivo de população mal alojada,

12 Nomeadamente por via da construção clandestina, estudada entre 1980 e 1990. Vejam-se, designadamente, as pesquisas sobre o tema então coordenadas por António Fonseca Ferreira.

mediante vários programas de habitação pública, na sua esmagadora maioria de aluguer. Lisboa era, até muito recentemente, o município da região, e do país, com maior número de barracas e outras formas de precariedade do alojamento¹³. Foi, também, o município onde ocorreu um número mais elevado de realojamentos, nomeadamente através do PIMP (Plano Integrado de Médio Prazo), primeiro, e do PER (Plano Especial de Realojamento), depois. Um conjunto de grandes operações, em diversas áreas da cidade, designadamente, na Ajuda, Vale de Alcântara/Campolide, Beato/São João/encosta das Olaias, Alto do Lumiar (Charneca, Ameixoeira e Lumiar), conduziu a que no último momento censitário (2001), a habitação precária fosse já praticamente residual, e em 2007 completamente extinta no município.

Sem dúvida que existem situações pontuais de alojamento precário, à semelhança do que ocorre noutras cidades, mesmo em cidades das sociedades europeias mais avançadas: o fenómeno dos sem-abrigo e das condições de degradação extrema da habitação histórica é o que, na presente data, constitui o problema maior do alojamento em algumas grandes cidades europeias. Em Lisboa, o problema da elevada degradação da habitação da zona mais antiga da cidade, constitui a última fronteira da solução dos problemas habitacionais da cidade.

O que importa reter é o facto deste massivo processo de realojamento dentro da cidade ter contribuído, acentuadamente, para o reforço do peso proporcional da habitação de aluguer na cidade, uma vez que a esmagadora maioria da população das barracas foi realojada em edifícios de alojamento de renda social.

Por último, os preços da habitação nova no município são um factor decisivo, como antes já se referiu, para a filtragem do tecido social da cidade. Enquanto nos municípios geograficamente periféricos a Lisboa, o crescimento da habitação de propriedade tanto pode ser indicativo do crescimento das classes altas, médias-altas, como médias-baixas, já que o mercado de habitação na periferia cobre todos aqueles sectores;¹⁴ em Lisboa, ele revela o crescimento exclusivo dos estratos sociais altos ou médios-altos.

No município da capital os preços médios do metro quadrado nas habitações novas oscilam entre os 2.000 euros (nos Olivais, Chelas, Olaias e Beato) e os 4.000 euros (na Lapa, Chiado e Amoreiras), respectivamente, a base e o topo da hierarquia dos valores imobiliários da construção nova no município. Estes valores significam que um apartamento novo de 100 metros quadrados, na zona menos nobre de Lisboa (Olivais,¹⁵ Chelas, Olaias, Beato),

13 Ver os estudos do Observatório da Habitação, CET e Guerra, Isabel e outros (1999) *Diagnóstico sobre a Implementação do Programa PER nos Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*, Lisboa, Instituto Nacional de Habitação.

14 Em todo o caso, a esmagadora maioria do mercado de habitação nova das periferias destina-se aos segmentos das classes médias e médias-baixas.

Quadro 3.17 Proporção de alojamento propriedade dos ocupantes, nos municípios da Região de Lisboa (1981, 1991, 2001)

Municípios	1981	1991	2001	Crescimento 1981-2001
Amadora	32,7	60,7	68,9	1,1
Cascais	42,9	58,5	71,2	0,7
Lisboa	18,3	33,8	47,9	1,6
Loures	39,9	57,1	64,9	0,6
Mafra	60,7	65,0	75,3	0,2
Odivelas	—	—	69,4	—
Oeiras	47,1	62,6	72,9	0,5
Sintra	48,8	66,0	79,6	0,6
Vila Franca de Xira	42,8	62,6	74,6	0,7
Alcochete	31,8	48,2	68,6	1,2
Almada	37,6	53,6	68,2	0,8
Barreiro	36,6	58,7	72,9	1,0
Moita	41,9	63,5	75,7	0,8
Montijo	41,6	57,8	69,9	0,7
Palmela	62,1	71,7	83,5	0,3
Seixal	52,7	75,7	85,6	0,6
Sesimbra	55,1	67,7	81,2	0,5
Setúbal	45,1	57,8	72,9	0,6

Fonte: INE, Censos, 1981, 1991, 2001

tem um preço médio de 200. 000 euros. Pouco menos do que um apartamento com a mesma área na zona mais nobre da cidade do Porto (Foz-Negrogilde), onde aquela habitação custa, em média, 2.285 euros o metro quadrado. Tomando a segunda cidade do país como referência, os preços médios da habitação nova, naquela cidade, oscilam entre o valor mais alto da Foz-Negrogilde e os 1.382 euros/m² na zona de Campanhã. Os preços da habitação nova em Lisboa, em média, quase duplicam os preços praticados na cidade do Porto.¹⁶

Perante as razões apontadas não admira que o acesso à propriedade da habitação no município de Lisboa seja um forte indicador de pertença social no município, ao contrário do que sucede nos municípios periféricos onde ele pode não significar, necessariamente, uma pertença aos estratos sociais médios-altos ou altos. Não admira, também, por aquelas razões, que Lisboa continue a ser, actualmente, o município da região com uma proporção mais baixa de alojamentos de propriedade. Todavia, o que parece significativo é o facto de, mesmo perante aqueles condicionalismos, o município de Lisboa registar a taxa de crescimento mais elevada nos alojamentos de propriedade entre 1981 e 2001 (ver quadro 3.17).

15 Note-se que, nesta tipologia, a zona do Parque das Nações não está incluída nos Olivais.

16 Diário Económico, 10 de Julho de 2008, pp. 18-21. Com base em dados de empresas especializadas na produção de informação estatística e empresas do sector imobiliário.

Quadro 3.18 Ranking de freguesias por proporção de alojamentos de propriedade e de alojamentos de renda social ou subsidiada (2001)

Alojamento de propriedade			Alojamento social			
Freguesia	% face ao total de alojamentos de aluguer e de propriedade	Posição > 50 %	Posição > 3.5 %	Freguesia	% face ao total de alojamentos residenciais ocupados	% face ao total de alojamentos de aluguer
S. Francisco Xavier	78,7	1º	1º	Marvila	52,4	69,8
Lumiar	75,5	2º	2º	Charneca	43,1	54,2
Sta. Mª dos Olivais	74,1	3º	3º	Carnide	36,9	75,2
S. Domingos de Benfica	65,7	4º	4º	Sta. Mª dos Olivais	15,0	54,5
Campo Grande	63,2	5º	5º	Beato	12,5	20,4
Benfica	62,9	6º	6º	Lumiar	7,6	28,8
Alto do Pina	57,2	7º	7º	Benfica	7,6	19,4
Ameixoeira	53,4	8º	8º	Alto do Pina	7,2	16,0
Carnide	52,7	9º	9º	S. João	5,6	10,2
Sta. Mª de Belém	52,6	10º	10º	Campo Grande	5,7	14,2
S. João de Brito	52,0	11º	11º	Ajuda	4,9	9,4
Nª Srª de Fátima	50,2	12º	12º	Graça	4,4	6,5
			13º	Alcântara	3,9	6,7
			14º	Ameixoeira	3,6	7,7

Fonte: INE, Censos 2001

Este dado reforça as anteriores observações sobre os sentidos da recomposição do tecido social da cidade. Contudo, uma análise destes importantes indicadores para a compreensão das lógicas que presidem àquela recomposição, a uma escala mais reduzida dentro do município, permite outras observações que concorrem para a hipótese da cidade diversa e desigual.

Lisboa foi, historicamente, uma cidade de razoável coexistência social na maior parte do seu território. Todavia, sempre albergou, também, algumas áreas de maior conotação de classe social. Não pretendendo traçar, neste contexto, a história da espacialização social da cidade, importa não escamotear o facto de que algumas das suas áreas urbanas têm, não de agora, uma determinada marcação social. Os dados relativos à propriedade do alojamento, bem como aqueles que se reportam à proporção do alojamento social, denotam bem a continuação dessa condição urbana na actualidade (quadro 3.18).

É possível, assim, o esboço de uma tipologia das diversas condições urbanas da cidade que permite a afirmação da sua diversidade, mas também da sua diferenciação e desigualdade social e urbana.

3.6.4 Tipologia da cidade diversa e desigual

[1] Na sua grande maioria, as freguesias que compõem a cidade são freguesias de alguma coexistência social, sem contrastes acentuados nem polarizações

sociais. Ainda assim, há freguesias da zona histórica com maior tendência de homogeneização, ou polarização social, revelando uma certa homogeneidade de estatuto social médio-baixo. Tal é o caso das freguesias de Alfama (Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, Santiago, São Miguel), Mouraria (Castelo e Socorro) e da Baixa (Sé, Madalena e Santa Justa). Em todo o caso, também em algumas destas freguesias ocorrem, desde há muito, processos de nobilitação urbana, embora pontuais, ou quantitativamente insuficientes para uma alteração significativa do seu tecido social.

Toda a extensa área que se inicia no Bairro Alto, passa por São Bento e se bifurca para Campo de Ourique até Santos, por um lado, e Amoreiras até às ruas e avenidas próximas da Praça do Marquês e da Avenida da Liberdade, por outro lado, é, igualmente, como já se referiu antes, uma área de grande diversidade social e urbanística. No entanto, nela se encontram, historicamente, volumes mais significativos, do que no primeiro grupo, de estratos sociais médios-altos e altos, e de áreas de qualidade urbanística elevada.

[2] Há, contudo, outras áreas na cidade, que reflectem uma condição urbana diferente. Em primeiro lugar, algumas freguesias onde a diversidade social é menor. Tal é o caso das freguesias de São Sebastião da Pedreira, N.ª Sr.ª de Fátima (Avenidas Novas), São João de Brito (Av. Do Brasil, Av. De Roma, Av. dos EUA, até à Av. Gago Coutinho), e, no extremo ocidental da cidade, São Francisco Xavier (Restelo). O bairro do Restelo, há muito um enclave social de sinal positivo na cidade, com a intensificação de novas urbanizações de edifícios de apartamentos, sobretudo na década de 1980 e primeira metade de 1990, assistiu a um reforço daquela composição social. Por se tratarem de zonas historicamente de estatuto social elevado, nelas não se reflectem processos de nobilitação urbana, detendo uma tendência de estabilização, e em alguns casos regressão, desse estatuto, ao contrário de outras zonas onde se vêm intensificando aqueles processos, como se abordará na secção seguinte.

De notar, ainda, que na maioria destas zonas, como seria de esperar, o alojamento de renda social, ou subsidiada, não existe ou possui valores pouco significativos, como é o caso de uma muito pequena urbanização de realojamento situada na freguesia de São João de Brito (rua das Murtas) e fronteiriça com as freguesias do Campo Grande e do Lumiar.

[3] O mesmo não se passa num conjunto de outras freguesias, sujeitas a processos historicamente recentes de acentuada intensificação da urbanização. Estas são freguesias onde, mais do que a coexistência da diversidade do primeiro grupo de freguesias acima referido, ocorre uma coexistência social de extremos. São freguesias de grandes contrastes sociais. Nelas se concentram as proporções mais elevadas de habitação de propriedade, tal como nas áreas urbanas do segundo grupo mas, simultaneamente, proporções significativas de alojamento social.

São várias as áreas urbanas incluídas neste grupo de freguesias. A freguesia de Santa Maria dos Olivais, com o projecto urbanístico inovador que representou a modernidade urbana da década de 1960 e, em parte, como resultado de uma parcela da nova urbanização da Expo98 (a restante parte da urbanização corresponde ao município fronteiriço de Loures), alberga, simultaneamente, uma muito elevada proporção de habitação de propriedade (74,1%), mas também uma razoável proporção de alojamento social (15%), como se pode observar no quadro 3.18.

Uma freguesia sujeita a recentes dinâmicas de mudança social e urbana é a freguesia do Alto do Pina (Alameda/Bairro dos actores, Areeiro, Olaíais). Novas urbanizações em terrenos ainda expectantes têm feito disparar a habitação nova, de propriedade, para estratos sociais médios-altos mas, também passou a albergar alguma habitação social, na sequência da demolição das habitações precárias e realojamento nas Olaíais.

As freguesias do Campo Grande, São Domingos de Benfica (Sete Rios, Laranjeiras) e Benfica são, igualmente, áreas urbanas que apresentam algum contraste entre zonas de qualidade urbanística e habitacional, de urbanização recente, maioritariamente alojamentos de propriedade, mas também de alojamento social. Benfica é, daquelas três freguesias, a que alberga um número significativamente mais elevado de alojamento social.

A freguesia de Carnide é, contudo, o exemplo extremo no que concerne à coexistência dos contrastes sociais. Numa relação de razoável proximidade alberga urbanizações novas, de propriedade, para estratos médios-altos e altos, e dois bairros de habitação social de significativa dimensão: o bairro da Horta Nova e o bairro Padre Cruz.

Neste grupo ainda se inserem as freguesias vizinhas de Carnide: Lumiar e Ameixoeira. Áreas de novas urbanizações, para estratos médios-altos e mesmo altos, são igualmente áreas urbanas com algum volume de alojamento social. Ambas as freguesias são abrangidas, em parte do seu território, pelo projecto do Alto do Lumiar, o qual, considerando a área e a população envolvida, constitui o maior projecto urbanístico do município nas últimas décadas, tal como já referido em outros lugares (Rodrigues e outros, 1989; Rodrigues 1999). No final de 2003, o projecto do Alto do Lumiar tinha já edificado um milhão de metros quadrados destinados a habitação, correspondendo a 9.700 fogos (dos quais 3.053 de habitação social) e cerca de 30.000 residentes. Prevê-se que à data da conclusão do projecto, em 2010, ele atinja um total de dois milhões de metros quadrados de área edificada para habitação, num total de 18.700 fogos e 56.000 residentes.¹⁷

Importa referir que a zona do Alto do Lumiar albergava até finais da década de 1980, mais de um quarto dos alojamentos precários (barracas) do

17 Dados fornecidos pela UPAL (Unidade de Projecto do Alto do Lumiar), CML.

município¹⁸. É, ainda, importante mencionar que só recentemente, em 2006, foi concluído o realojamento total da população mal alojada naquela área da cidade, pelo que os dados disponíveis ainda não reflectem a totalidade do alojamento social da zona. Todavia, a maior parte do realojamento social da área foi implantada na freguesia da Charneca, igualmente incluída no projecto do Alto do Lumiar.

A freguesia da Ameixoeira possui uma extensão significativamente menor do que a do Lumiar e alberga, também, um número mais reduzido de alojamento social, embora em zonas de grande proximidade face ao Lumiar e à Charneca, acentuando a visibilidade do contraste e a relativa concentração do alojamento social nesta área do município.

O Lumiar detém diversas especificidades nas dinâmicas de mudança urbana da cidade nas duas últimas décadas. Sendo uma área urbana com história, na zona periférica da cidade até aos anos 1970, com várias aglomerações de habitação precária resultado do crescimento populacional entre a década de 1960 e 1980, vê emergir num dos seus bairros (Telheiras), em meados da década de 1980, o principal projecto da EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa).

A orientação de política urbana que presidiu à criação daquela empresa municipal, tinha como objectivo, delineado ainda antes de 1974, a construção de habitação a custos controlados, orientada para o segmento dos estratos sociais médios-baixos da região de Lisboa. Tal como sublinhado em estudo realizado sobre a urbanização de Telheiras (Ferreira, 1990), várias razões haveriam de conduzir a uma apropriação das habitações do projecto inicial por outros estratos sociais: jovens provenientes das classes médias e médias-altas, com qualificação escolar superior, em início de carreira profissional e de vida familiar.

Essa composição social inicial de Telheiras viria a marcar, desde então, simbolicamente, aquele bairro. Marcação social que, mais tarde, seria aproveitada pelo negócio imobiliário de modo a reforçar uma conotação simbólica do bairro com estratos sociais médios-altos¹⁹. Este facto tem sido, nas duas últimas décadas, um contributo de intensa recomposição social da freguesia do Lumiar, no sentido de um aumento dos estratos sociais do topo da hierarquia social, sem paralelo nas restantes áreas urbanas do município.

A outra fonte de recomposição social da freguesia reside no projecto do Alto do Lumiar, anteriormente referido, com a construção de várias urbanizações destinadas ao segmento médio e médio-alto, consolidando uma tendência que vinha da década de 1980 e primeira metade de 1990, com as

18 Ver estudos para o projecto do Alto do Lumiar em: Rodrigues e outros, 1989.

19 Uma reportagem do jornal Expresso denominava-o de “aldeia dos doutores” (Expresso, 12 de Junho de 1993). Uma urbanização do lado oposto da 2.ª Circular, e por esta via separada de Telheiras, na freguesia do Campo Grande, ao lado do bairro social da Quinta da Calçada, recebeu o nome de “Telheiras Residence”, no marketing imobiliário.

urbanizações da Quinta do Lambert e o Parque Europa. Diversos empreendimentos de grandes dimensões, no âmbito daquele projecto imobiliário, no marketing designado por Alta de Lisboa, foram tributários, a par de Telheiras, do sentido da recomposição social da freguesia do Lumiar.

O contraste social e urbano daquela freguesia é ainda visível pela coexistência, em algumas das suas áreas, entre edifícios de habitação de estatuto médio e médio-alto e edifícios de habitação social. Recorde-se que o compromisso estabelecido, entre o município e o consórcio privado responsável pelo projecto imobiliário da Alta de Lisboa, implicou a participação daquele consórcio no realojamento da população mal alojada naquela área da cidade (Rodrigues e outros, 1989). Outros projectos, como o PER, contribuíram também para aquele objectivo. Algumas observações, ainda que breves, são importantes a este propósito.

A relativa proximidade entre as urbanizações do mercado privado e as urbanizações sociais na Alta de Lisboa, são responsáveis por um preço médio das habitações do mercado mais reduzido do que as suas equivalentes, por exemplo, em Telheiras ou na zona do Parque das Nações (Expo). Mesmo no caso dos condomínios fechados, com vigilância e segurança interna 24/24 horas, os preços praticados na Alta de Lisboa são inferiores aos praticados, por aquele segmento de mercado, em zonas de menor proximidade à habitação social do que a que existe naquela área da cidade.

No caso das urbanizações de habitação social construídas em Telheiras/Paço do Lumiar, para realojamento de alguma população originária do Alto do Lumiar, a sua menor dimensão, a composição dos grupos sociais ali realojados, e a sua integração na malha urbana de habitação do mercado privado (de estatuto médio), produziram efeito diferente²⁰. Todavia, aquela proximidade não deixou de induzir uma quebra nos preços do imobiliário do mercado nos edifícios mais próximos e uma grande dificuldade na sua transacção. Mas importa também frisar que, nos edifícios situados a mais de trezentos metros de distância, a localização daquele tipo de realojamento não influiu nos preços do mercado imobiliário.

De facto, a hipótese de coexistência, lado a lado, entre alojamento social e habitação de alto standard, tem possibilidades reduzidas de sucesso. Pelo menos, tomando o caso analisado como exemplo, na cidade de Lisboa. Essas possibilidades são tanto mais reduzidas quanto maior for o contraste social em causa. Um complexo de habitação social de grande dimensão, com uma população de problemática integração social, ao lado de habitação de elevado estatuto, pode ser uma realidade em algumas cidades mundiais, porém, na realidade de Lisboa, é uma forte improbabilidade estatística.

20 Note-se que o PER de Telheiras está encostado à urbanização do Alto da Faia I (estatuto médio), e o PER do Paço do Lumiar/Telheiras está encostado ao muro do cemitério do Lumiar, nas suas traseiras, servindo-lhe de barreira arquitectónica.

[4] Para finalizar as observações sobre os tipos de condição urbana detectáveis no município de Lisboa, resta assinalar o caso mais extremo de inequívoca polarização de baixo estatuto social: as freguesias do Beato, São João e, sobretudo, Marvila e Charneca. Estas últimas, em particular, concentram no seu seio, as condições sociais e urbanas de mais problemática integração social. Todos os indicadores concorrem para a afirmação da concentração, nos seus territórios, dos estratos sociais mais baixos e para o carácter residual dos estratos sociais médios ou médios-altos (veja-se a secção seguinte deste capítulo).

A concentração do alojamento social naquelas duas freguesias, a par da escassez de alojamento de propriedade, em zonas de novas urbanizações, espelha bem a sua condição social e urbana. Em Marvila (onde se integra o bairro de Chelas), 52,4% dos alojamentos residenciais ocupados são alojamento social, e na Charneca aquele valor corresponde a 43,1% (ver quadro 3.18). Acresce, que após o último momento censitário ainda se procedeu a operações de realojamento social no Alto do Lumiar, concretizadas na freguesia da Charneca, pelo que aquela proporção sofreu, ainda, um significativo reforço. Apesar da presença de alguma urbanização de standard médio-alto, entretanto também edificada na freguesia, a concentração de alojamento social não deixa de replicar o modelo de segregação social, como é o caso de conhecidas urbanizações de habitação social em Chelas e nas periferias de Lisboa.

Em síntese, os elementos de observação empírica apresentados permitem confirmar a hipótese de uma razoável diversidade de condições sociais e urbanas internas ao município de Lisboa, com áreas de maior coexistência de grupos sociais heterogêneos, áreas de elevado contraste social, ou coexistência espacial de extremos, e outras áreas de forte polarização social, isto é, áreas de maior homogeneização social. Por um lado, aquelas que polarizam estratos sociais do topo da hierarquia social e, por outro, as que polarizam os estratos sociais da base daquela hierarquia.

As lógicas de implantação do alojamento social no município reflectem bem aquela condição social e urbana da cidade, espelhando uma imagem de cidade desigual. Por um lado, as escassas urbanizações de habitação social integrada na malha urbana, e no tecido social da cidade, exprimem experiências de vida urbana muito diversas, e produzem efeitos igualmente diversos do ponto de vista das possibilidades de coexistência dos contrastes sociais e urbanos. Por outro lado, a maioria esmagadora da habitação social no município ainda reflecte uma lógica de segregação e de problemática integração no tecido social e urbano da cidade.

Se alguma dúvida subsistisse sobre aquela evidência empírica, a concentração de cerca de 60% do alojamento social em apenas três freguesias do município, permite demonstrar, inequivocamente, os argumentos que aqui se apresentaram (ver quadro 3.19). Acresce, que a observação do sentido das últimas operações de realojamento social da cidade, realizadas já após o

Quadro 3.19 Ranking das freguesias por proporção de alojamento social face ao total de Lisboa (2001)

Freguesia	N > 175	% face ao total de alojamento social em Lisboa	Posição
Marvila	6220	33,47	1º
Sta. Mª dos Olivais	2578	13,87	2º
Carnide	2318	12,47	3º
Benfica	1269	6,83	4º
Charneca	1079	5,81	5º
Lumiar	1037	5,58	6º
Beato	720	3,87	7º
S. João	380	2,04	8º
S. Domingos de Benfica	364	1,96	9º
Ajuda	345	1,86	10º
Alto do Pina	301	1,62	11º
Campo Grande	249	1,34	12º
Alcântara	245	1,32	13º
Campolide	176	0,95	14º

Fonte: INE, Censos 2001

último momento censitário, tal como se referiu antes, vem ainda reforçar mais aquela evidência empírica.

O que as observações empíricas efectuadas permitem concluir sobre as teses da polarização e fragmentação é que, na realidade, situações muito diversas e desiguais podem ocorrer no seio da mesma cidade. O crescimento da diversidade de condições sociais e urbanas é um facto e, nessa medida, a ideia de fragmentação urbana, como sustentada por Teresa Barata Salgueiro (2001), parece corresponder à realidade empírica de uma cidade como Lisboa. Contudo, tal como a autora igualmente defende, aquela realidade também dá conta de situações de segregação e polarização que persistem, ou adquirem novas expressões (Salgueiro, 2001: 117).

Importa, porém, para finalizar, sistematizar alguns comentários a esta questão. O primeiro para deixar claro que as desigualdades sociais e urbanas numa cidade como Lisboa, são actualmente muito mais reduzidas do que o foram em tempos mais recuados. A erradicação das formas mais precárias de alojamento na cidade, são a melhor prova disso mesmo.

Por mais contrastante que seja o alojamento social actual, face à sua envolvente urbana de edifícios de estatuto médio e médio-alto, a existência de extensas manchas urbanas de barracas no interior da cidade, conferiam-lhe uma condição urbana de mais acentuada desigualdade social e um estatuto de cidade desajustado do padrão europeu. Por muito graves que sejam os problemas associados ao alojamento social, as operações de realojamento realizadas foram um importante instrumento de política de redução das desigualdades sociais e urbanas.

Todavia, aquelas desigualdades persistem no interior da cidade. O contraste social e urbano entre as edificações de alojamento social e a frequentemente problemática integração social da respectiva população residente, face à condição social e urbana das novas edificações do imobiliário de mercado, essas sim, em crescimento na cidade, é a melhor ilustração empírica daquela persistência da desigualdade no seio da cidade. Ora, a metáfora de fragmentação espacial pode iludir a realidade daquela condição urbana desigual. Ao pressupor, e bem, acréscimos de diversidade de identidades e estilos de vida na cidade, pode ocultar que essa diversidade não se traduz, automaticamente, numa homóloga pluralidade de condições de vida urbana e partições do espaço, nomeadamente dos espaços residenciais. Inversamente, à crescente diversidade de estilos de vida e modos de experimentação do quotidiano urbano, continuam a corresponder condições urbanas de forte marcação social, como ficou empiricamente demonstrado.

Convém, também, não perder de vista, o facto de que a população dos estratos sociais mais baixos não está a crescer na *cidade interior*, na medida em que as operações urbanas de habitação social se limitaram ao realojamento da população que já residia na cidade. Elas não motivaram a entrada de novos residentes com aquele estatuto social naquelas áreas urbanas. Pelo contrário, o crescimento dos sectores sociais médios-altos e altos, nas novas urbanizações, ou nas áreas urbanas antigas renovadas ou reabilitadas, parece ser um facto, como já ficou demonstrado e como se retomará na secção seguinte. Recorde-se que um projecto como o da Alta de Lisboa construiu, no local, cerca de 3. 200 fogos para realojar uma população que ali residia em condições de habitação degradada, tendo já concluído a parcela de realojamento social do projecto. Mas, no total, aquele projecto somará 18. 700 fogos, o que significa que só naquela área haverá, em 2010, mais 15.500 novos alojamentos do mercado privado, destinado, pelas razões já mencionadas, aos estratos sociais médios-altos. Assim, também a tese que sustenta a crescente polarização social da cidade, não possui correspondência empírica na realidade das dinâmicas de reestruturação do município de Lisboa. Essas dinâmicas parecem implicar, inversamente, uma tendência de crescimento dos estratos médios-altos e altos, com específicos posicionamentos na estrutura ocupacional de classes, tal como se demonstrou, indo ao encontro da tese sustentada, nomeadamente, por Hamnett (1994, 2003a, 2003b).

A análise dos caminhos que vem tomando a recomposição social da cidade exige ainda outras observações, sustentadas noutros indicadores, igualmente relevantes. É o que se propõe, na secção seguinte, com a abordagem das diversas modalidades de nobilitação urbana em Lisboa.

3.7 Modalidades de nobilitação urbana em Lisboa

Tendo por pano de fundo as dinâmicas apresentadas na secção anterior, vejamos a realidade dessas dinâmicas considerando agora outros indicadores de composição e recomposição social. Alguns desses indicadores foram já analisados à escala dos municípios da região de Lisboa. Atente-se, de seguida, à sua espacialização à escala das freguesias que compõem o município de Lisboa.

Em primeiro lugar, algumas observações que permitem reforçar a tipologia antes esboçada, tendo em linha de conta o mapeamento das qualificações escolares, profissões e grupos sócio-económicos, de topo.

3.7.1 A estrutura da hierarquia sócio-espacial

A análise daqueles três indicadores não oferece dúvidas sobre a diferenciação urbana interna ao município, posicionando em 2001 as freguesias de São Francisco Xavier (Restelo) e do Lumiar no topo, e as freguesias de Marvila e Charneca na base, da hierarquia sócio-espacial das freguesias do município. Em 2001, 15, 8% da população residente em Lisboa tinha completado pelo menos um grau de ensino superior. Aquela proporção era de 31, 3% na freguesia de São Francisco Xavier e de 28, 2% na freguesia do Lumiar. Inversamente, na freguesia de Marvila aquela proporção era de 3, 2% e na Charneca não ultrapassava 1, 2% (ver quadro 3. 20).

Em correlação com aqueles dados, os grupos de profissões onde se incluem os directores e quadros dirigentes das empresas e do Estado, bem como os especialistas das profissões intelectuais e científicas, somavam 30,9% da população residente em Lisboa a exercer uma profissão. Em São Francisco Xavier, aquela proporção era de 52,3%, no Lumiar atingia os 51,5%, enquanto em Marvila não ultrapassava os 7,2% e na Charneca os 3,7% (ver quadro 3.21).

O topo da hierarquia dos grupos socioeconómicos²¹, constituído pelos empresários, directores e quadros dirigentes, os quadros intelectuais e científicos e os profissionais intelectuais e científicos independentes, correspondia a 25,4% da população com actividade profissional em Lisboa. No Lumiar aqueles grupos socioeconómicos equivaliam a 44 % da população a exercer uma actividade profissional, e em São Francisco Xavier a 43,8%. Inversamente, em Marvila somavam 6,7% e na Charneca 4,1% da estrutura dos grupos socioeconómicos das respectivas freguesias (ver quadro 3.22).

O que aqueles indicadores permitem igualmente observar, é uma espacialização dos estratos sociais correspondentes às categorias de topo que torna

21 Esta variável resulta do cruzamento das profissões com a situação na profissão e a dimensão das empresas.

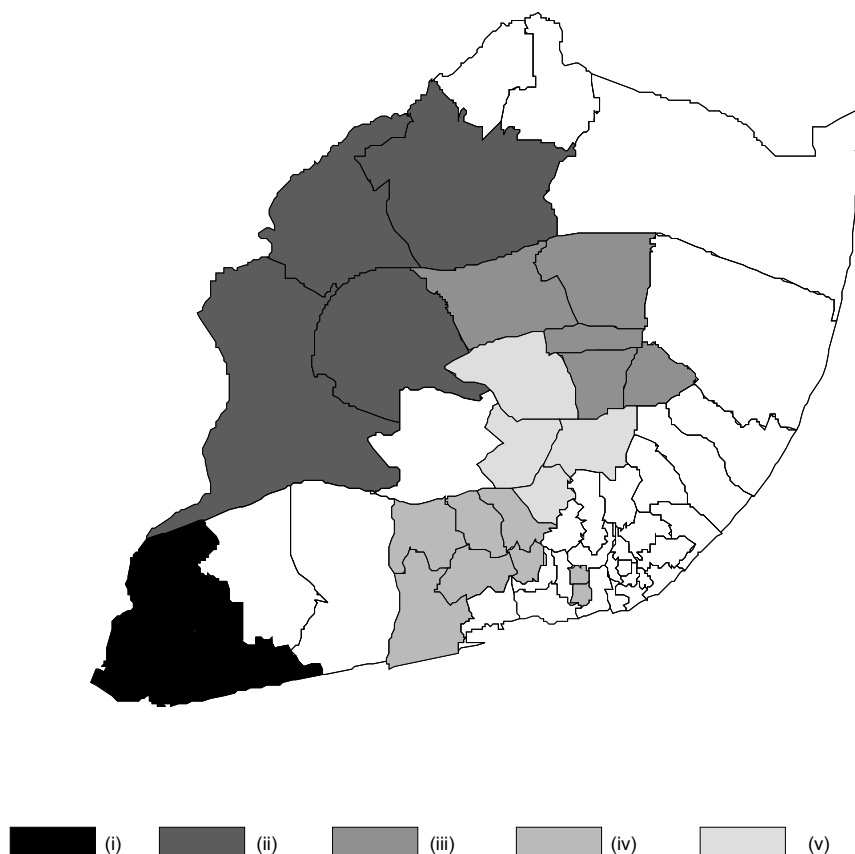


Figura 3.4 Mapeamento das áreas nobres do município de Lisboa

evidente a distinção de um conjunto de freguesias, ou áreas urbanas, de clara concentração de estratos sociais mais elevados em 2001. Em geral, esta espacialização vai ao encontro do que já foi formulado antes mediante a análise de outros indicadores. Há uma clara distinção entre uma extensa área mais nobre, social e urbanisticamente, no centro e em parte do território mais periférico do município, por oposição à zona histórica mais antiga e à zona geograficamente mais periférica de maior concentração de estratos sociais mais baixos.

Tal como representado na figura 3.4, é possível esboçar o mapeamento daquela área mais nobre da cidade do seguinte modo: (i) Uma mancha

Quadro 3.20 População residente em Lisboa que completou um grau de ensino superior (2001)

	n	%
Lisboa	88971	15,8
S. Francisco Xavier	2538	31,3
Lumiar	10615	28,2
S. Sebastião da Pedreira	1592	27,1
S. João de Deus	2904	26,9
Alvalade	2558	26,6
S. Dom. de Benfica	8772	26,0
S. Mamede	1514	25,2
N.ª Sr.ª de Fátima	3752	24,5
Lapa	2021	23,3
S. João de Brito	3084	22,9
Alto do Pina	2174	21,2
Santa Isabel	1475	20,3
Prazeres	1559	18,4
Santa Mª de Belém	1717	17,6
S. Jorge de Arroios	3037	17,5
Coração de Jesus	751	17,4
Campo Grande	1913	17,2
Mártires	58	17,0
Benfica	6965	16,8
Carnide	2937	15,5
Santo Condestável	2655	15,1
Mercês	750	14,7
Sacramento	126	14,3
Ameixoeira	1270	13,2
Anjos	1278	13,1
Santos-o-Velho	488	12,2
Alcântara	1747	12,1
Sta. Mª dos Olivais	5480	11,8
Sé	136	11,7
Madalena	44	11,6
Pena	682	11,2
Penha de França	1507	11,0
Campolide	1731	10,9
Graça	709	10,2
Santiago	85	9,9
Encarnação	315	9,9
S. João	1676	9,8
S. José	317	9,7
Sta. Engrácia	546	9,3
S. Vicente de Fora	389	9,1
Sta. Catarina	371	9,1
S. Paulo	313	8,9
Beato	1261	8,9
S. C. S. Lourenço	117	7,3
S. Nicolau	85	7,2
Ajuda	1238	6,9
Sta. Justa	41	5,9
Sto. Estevão	108	5,3
Castelo	30	5,1
Socorro	114	4,3
S. Miguel	59	3,3
Marvila	1244	3,2
Charneca	123	1,2

Fonte: INE, Censos 2001

Quadro 3.21 Profissões 1 e 2 da Classificação Nacional de Profissões (CNP), 1991-2001.
Posição em função da % em 2001

	2001			1991		
	População a exercer uma profissão	CNP 1+2 n	%	População a exercer uma profissão	CNP 1+2 n	%
Lisboa	251444	77592	30,9	281065	61343	21,8
S. Francisco Xavier	3929	2055	52,3	4002	1984	49,6
Lumiar	19040	9802	51,5	16612	5679	34,2
S. João de Deus	4523	2259	49,9	5427	2227	41,0
Alvalade	3959	1935	48,9	4380	1878	42,9
S. Dom. de Benfica	16303	7439	45,6	16038	5623	35,1
S. Mamede	2622	1187	45,3	2975	1000	33,6
S. Sebastião da Pedreira	2798	1226	43,8	3431	1298	37,8
N.ª Sr.ª de Fátima	6984	3037	43,5	8006	2597	32,4
Alto do Pina	4704	2043	43,4	5070	1525	30,1
S. João de Brito	5701	2438	42,8	6852	2527	36,9
Lapa	3814	1576	41,3	4434	1530	34,5
Mártires	163	64	39,3	150	48	32,0
Sta. Isabel	3295	1242	37,7	3734	979	26,2
Campo Grande	4557	1621	35,6	4711	1234	26,2
Sta. Mª de Belém	3972	1392	35,0	4965	1160	23,4
Prazeres	3780	1272	33,7	4231	1013	23,9
S. Jorge de Arroios	7841	2605	33,2	9414	2410	25,6
Benfica	19281	6177	32,0	21551	5381	25,0
Coração de Jesus	2012	644	32,0	2170	467	21,5
Carnide	8889	2820	31,7	6808	1572	23,1
Sacramento	431	132	30,6	476	59	12,4
Mercês	2225	679	30,5	2435	413	17,0
Sto. Condestável	7538	2250	29,8	8792	1922	21,9
Sé	494	140	28,3	588	93	15,8
Santos-o-Velho	1660	455	27,4	2224	373	16,8
Ameixoeira	4693	1282	27,3	5100	941	18,5
Anjos	4255	1155	27,1	5135	1047	20,4
Alcântara	5864	1513	25,8	7381	1321	17,9
Encarnação	1413	346	24,5	1157	176	15,2
Penha de França	5842	1413	24,2	7147	1093	15,3
Sta. Mª dos Olivais	19585	4528	23,1	22148	3644	16,5
Campolide	7203	1635	22,7	8561	1109	13,0
S. José	1472	329	22,4	1878	291	15,5
S. João	7223	1574	21,8	9135	1318	14,4
Madalena	176	38	21,6	207	19	9,2
Pena	2741	593	21,6	2919	421	14,4
S. Nicolau	550	117	21,3	608	81	13,3
Graça	3002	633	21,1	3440	492	14,3
Sta. Engrácia	2653	561	21,1	3133	360	11,5
Santiago	383	79	20,6	493	61	12,4
S. Vicente de Fora	1757	357	20,3	2164	224	10,4
S. Paulo	1578	314	19,9	1889	205	10,9
Sta. Catarina	1724	341	19,8	2034	264	13,0
Beato	6260	1197	19,1	7223	1039	14,4
Ajuda	7154	1196	16,7	9162	969	10,6
S.C.S. Lourenço	702	114	16,2	995	96	9,6
Santo Estevão	787	118	15,0	1139	101	8,9
Castelo	226	33	14,6	289	22	7,6
Sta. Justa	285	41	14,4	430	47	10,9
S. Miguel	661	71	10,7	953	53	5,6
Socorro	1154	121	10,5	1785	127	7,1
Marvila	17252	1242	7,2	20779	733	3,5
Charneca	4334	161	3,7	4305	97	2,3

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Quadro 3.22 Grupos socioeconómicos de topo em Lisboa, por freguesias, 1991-2001- Posição em função da % em 2001

	1991			2001			Variação % 2001-1991
	População a exercer actividade	Grupos socioeconómicos de topo		População a exercer actividade	Grupos socioeconómicos de topo		
		n	%		n	%	
Lisboa	303151	61229	20,2	271428	68822	25,4	5,2
Lumiar	17754	5594	31,5	20103	8839	44,0	12,5
S.Francisco Xavier	4220	1879	44,5	4122	1807	43,8	-0,7
S.João de Deus	5756	2165	37,6	4806	1935	40,3	2,6
Alvalade	4727	1818	38,5	4241	1708	40,3	1,8
S.D. de Benfica	17160	5416	31,6	17363	6625	38,2	6,6
Mártires	167	49	29,3	168	64	38,1	8,8
S.S. da Pedreira	3656	1245	34,1	2973	1078	36,3	2,2
N.ª. Sr.ª. de Fátima	8612	2574	29,9	7381	2667	36,1	6,2
S.Mamede	3201	963	30,1	2778	998	35,9	5,8
Alto do Pina	5463	1493	27,3	5024	1752	34,9	7,5
Lapa	4801	1467	30,6	4075	1396	34,3	3,7
S.João de Brito	7301	2444	33,5	6071	2085	34,3	0,9
Sta. Isabel	4004	979	24,5	3502	1068	30,5	6,0
S.Mª de Belém	5337	1154	21,6	4221	1223	29,0	7,4
Campo Grande	5032	1203	23,9	4924	1421	28,9	5,0
Prazeres	4530	1009	22,3	4032	1141	28,3	6,0
Carnide	7250	1546	21,3	9520	2597	27,3	6,0
Benfica	23281	5328	22,9	20835	5554	26,7	3,8
S.Jor. de Arroios	10081	2342	23,2	8375	2240	26,7	3,5
Coração de Jesus	2437	523	21,5	2163	564	26,1	4,6
Mercês	2621	424	16,2	2433	600	24,7	8,5
S.Condestável	9546	1923	20,1	8261	2026	24,5	4,4
Ameixoeira	5513	995	18,0	5050	1135	22,5	4,4
Sacramento	527	54	10,2	465	104	22,4	12,1
Santos-o-Velho	2387	388	16,3	1805	398	22,0	5,8
Alcântara	7977	1357	17,0	6292	1363	21,7	4,7
Anjos	5560	1027	18,5	4605	977	21,2	2,7
Sé	759	106	14,0	544	108	19,9	5,9
S.Mª dos Olivais	23954	3766	15,7	21404	4185	19,6	3,8
Penha de França	7619	1122	14,7	6369	1199	18,8	4,1
S.José	2012	280	13,9	1607	293	18,2	4,3
Campolide	9508	1331	14,0	7810	1415	18,1	4,1
S.João	9792	1360	13,9	7952	1392	17,5	3,6
Encarnação	1242	151	12,2	1553	270	17,4	5,2
Pena	3160	426	13,5	2969	516	17,4	3,9
S.Vicen. de Fora	2325	235	10,1	1920	333	17,3	7,2
Graça	3717	477	12,8	3208	548	17,1	4,2
Sta. Engrácia	3440	348	10,1	2854	467	16,4	6,2
Santiago	535	69	12,9	410	66	16,1	3,2
Madalena	215	22	10,2	194	31	16,0	5,7
Sta. Catarina	2207	269	12,2	1893	296	15,6	3,4
S.Paulo	2054	195	9,5	1680	258	15,4	5,9
Beato	7826	1032	13,2	6827	1024	15,0	1,8
S.Nicolau	651	88	13,5	600	89	14,8	1,3
Ajuda	9918	1005	10,1	7785	1068	13,7	3,6
Sto. Estevão	1257	108	8,6	860	110	12,8	4,2
S.C.S. Lourenço	1059	82	7,7	767	94	12,3	4,5
Castelo	302	26	8,6	241	28	11,6	3,0
Sta. Justa	471	47	10,0	316	32	10,1	0,1
S.Miguel	1010	79	7,8	724	59	8,1	0,3
Socorro	1895	115	6,1	1259	94	7,5	1,4
Marvila	22714	973	4,3	19207	1284	6,7	2,4
Charneca	4608	158	3,4	4887	198	4,1	0,6

Fonte: INE, Censos, 1991 e 2001

urbana na zona ocidental correspondendo às freguesias de São Francisco Xavier e Santa Maria de Belém. (ii) Uma zona a norte, agregando as freguesias do Lumiar, Carnide, Benfica, e São Domingos de Benfica. (iii) Uma área que abrange as freguesias do Alto do Pina, São João de Deus, Alvalade, São João de Brito e Campo Grande. (iv) Uma zona mais central que se inicia numa parte da Baixa, passando por parte do Bairro Alto e bifurcando para Campo de Ourique, Estrela e Lapa, por um lado, e para São Bento, Amoreiras, Rato, avenidas e ruas entre a Barata Salgueiro e a Rodrigo da Fonseca, por outro lado. Esta área urbana inclui as freguesias dos Mártires, Sacramento, Mercês, São Mamede, Santa Isabel, Santo Condestável, Prazeres e Lapa. (v) Finalmente, uma área de continuidade da anterior, no seguimento da Avenida da Liberdade rumo a Santa Marta e Conde de Redondo, por um lado, e Fontes Pereira de Melo e Avenidas Novas, por outro. Esta área é constituída pelas freguesias de Coração de Jesus, São Jorge de Arroios, São Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima.²²

Obviamente que aquelas freguesias incluem no seu seio condições sociais e urbanas diversas, como já antes se sublinhou. Todavia, elas são as freguesias que detêm proporções mais elevadas dos estratos sociais médios-altos e altos, tendo em conta as variáveis convocadas para ilustração empírica, as quais constituem as variáveis mais relevantes em matéria da estrutura socioeconómica de uma população.

Aquele é, actualmente, o mapeamento da diferenciada estrutura espacial dos estratos do topo da hierarquia social. Contudo, a observação das dinâmicas de mudança ou recomposição social do município, permite retirar importantes conclusões no sentido de uma observação mais detalhada das dinâmicas intra-município, antes mencionadas em relação à recomposição social a uma escala mais alargada, a dos municípios da região de Lisboa.

Recorde-se o que anteriormente se concluiu sobre a avaliação das dinâmicas de mudança social e demográfica da cidade, resultante de uma análise dos *novos residentes* de Lisboa (secção 3.3.3). Como ficou demonstrado, aquela análise, sendo importante, apenas explica uma pequena parcela daquelas dinâmicas. Tal como então se sublinhou, a inexistência de dados sobre a mobilidade residencial interna ao município impede a avaliação directa das dinâmicas de recomposição social das freguesias, e áreas urbanas da cidade, com origem naqueles movimentos de população.

A análise daquelas dinâmicas exige, então, uma observação das mudanças operadas na composição social dos territórios ao longo do tempo, isto é, comparando a evolução da composição social em, pelo menos, dois momentos censitários. Isso mesmo já foi efectuado à escala dos municípios que

22 Este mapeamento resulta do cruzamento da informação quantitativa alvo de uma análise de clusters, com informação qualitativa das mudanças urbanas mais recentes proveniente da observação no terreno.

compõem a região de Lisboa. Importa, agora, proceder a essa observação à escala das freguesias que compõem o município de Lisboa. É a partir de uma tal análise que é possível captar as dinâmicas de transformação urbana da cidade que concorrem para a nobilitação de algumas das suas áreas, em sintonia com o que tem vindo a ser explanado neste texto e atendendo ao referencial teórico exposto (secções 3.1 e 3.2).

Num contexto territorial que vem perdendo população nas últimas décadas, não admira a possibilidade de ocorrência de uma diminuição dos volumes absolutos de população independentemente dos indicadores considerados. O que admira é que, apesar de um tal padrão demográfico, alguns indicadores revelem ganhos em valores absolutos de população. Contudo, o que parece ser metodologicamente correcto é considerar prioritariamente a evolução proporcional em cada indicador, para cada uma das unidades territoriais consideradas. No presente caso, as freguesias de Lisboa.

A análise dos processos de nobilitação urbana de Lisboa exige que se atente nas dinâmicas de recomposição do tecido social das freguesias que dão conta do crescimento do peso proporcional em cada freguesia, ou área urbana, dos contingentes populacionais pertencentes às categorias que coincidem com os atributos que caracterizam a nobilitação.

O recurso aos indicadores aqui utilizados para avaliar a composição e recomposição social que são, igualmente, indicadores chave de nobilitação urbana, quando aplicados às freguesias de Lisboa, permite algumas conclusões que concorrem para a hipótese da especificidade das modalidades de ocorrência daqueles processos em Lisboa.

3.7.2 Dinâmicas de recomposição social e nobilitação urbana

O município de Lisboa vem apresentando, pelo menos desde meados da década de 1980, sinais de nobilitação de algumas áreas urbanas, como ficava claro pelos indicadores relativos aos movimentos de mobilidade residencial com origem fora do município. Tal como observado antes (subsecção 3.3.2), a estrutura dos fluxos de mobilidade para a cidade revela uma composição social onde os estratos mais elevados detêm um peso significativamente superior à média da população residente. Este padrão da estrutura da mobilidade residencial para a cidade, tal como também se referiu naquela secção, parece intensificar-se ao longo do tempo. Pelo menos é o que resulta da comparação entre os dados relativos ao período 1986-1991, face aos observados no período 1996-2001, como então se sublinhou tendo como referência comparativa o estudo coordenado por João Seixas para a CML (Seixas, 2004).

Uma análise em profundidade da informação estatística disponível, relativa à evolução da composição social das freguesias entre 1991 e 2001, concorre no mesmo sentido daquela hipótese. Alguns indicadores permitem ilustrar este argumento.

Atente-se, em primeiro lugar, nos elementos contidos no quadro 3.23, seleccionados a partir da informação exhaustivamente incluída no quadro 3.22, os quais reflectem as freguesias com valores mais elevados de variação percentual dos grupos socioeconómicos de topo. A análise comparativa dos dados contidos naqueles dois quadros permite várias conclusões. O mapeamento da variação proporcional daqueles grupos socioeconómicos, entre 1991 e 2001, não coincide exactamente com o mapeamento da composição social da cidade em 2001 (ver figura 3.5). O que estes dados revelam é uma diferenciação significativa das freguesias, no que se refere aos ganhos proporcionais dos grupos socioeconómicos de topo.

Todavia, essa diferenciação não significa qualquer tendência de homogeneização espacial, que poderia advir da recuperação generalizada das freguesias menos bem posicionadas em 1991 e de uma desaceleração, igualmente generalizada, das freguesias mais bem posicionadas àquela data. Não é disso que se trata.

Em primeiro lugar, aqueles dados demonstram que algumas freguesias, de estatuto social e urbanístico mais elevado, perdem terreno no que concerne ao crescimento dos grupos socioeconómicos de topo, como é o caso de São Francisco Xavier, com uma variação percentual negativa (-0,7%), de São João de Deus, com uma variação percentual de 2,6%, São Sebastião da Pedreira (2,2%), Alvalade (1,8%), ou São João de Brito (0,9%).

Mas, em segundo lugar, aqueles dados evidenciam, também, que as freguesias que concentram as mais elevadas proporções de estratos sociais de baixo estatuto, como Beato, Marvila e Charneca, e uma boa parte das freguesias da zona histórica mais antiga, de que são exemplos extremos, Socorro, São Miguel e Santa Justa, não parecem descolar daquele baixo estatuto. Elas apresentam variações percentuais muito baixas, ou mesmo residuais, daqueles grupos socioeconómicos. Contudo, esta situação não deverá iludir a existência, de facto, de situações pontuais de nobilitação, mesmo em algumas daquelas freguesias da zona histórica mais antiga.

Em terceiro lugar, algumas freguesias na zona histórica mostram alguma capacidade de recuperação de grupos socioeconómicos de topo, como é o caso de Santa Engrácia e Sé, São Paulo e Encarnação (Bairro Alto), Madalena e Santos. Do mesmo modo que outras freguesias, mais afastadas da zona histórica, mantêm, ou reforçam, aquele estatuto, como é o caso de São Domingos de Benfica, Nossa Senhora de Fátima, Carnide e Campo Grande. De notar, ainda, o reforço proporcional significativo daqueles grupos socioeconómicos nas freguesias de Prazeres, Santa Isabel e São Mamede.

Em quarto lugar, algumas freguesias denotam uma assinalável variação proporcional positiva, situadas na zona histórica, como é o caso de São Vicente de Fora, Mártires (na Baixa-Chiado, até ao Bairro Alto), Mercês (do Bairro Alto a São Bento) e Belém, mas também fora da zona histórica, como é o caso da freguesia do Alto do Pina (Alameda, Areeiro, Olaias).

Quadro 3.23 Evolução da proporção dos grupos socioeconómicos de topo em Lisboa (hierarquia das primeiras 20 freguesias), 1991-2001

	2001			1991			Variação % 2001-1991 >= 5.0%
	População a exercer actividade profissional	Grupos socioeconómicos de topo		População a exercer actividade profissional	Grupos socioeconómicos de topo		
		n	%		n	%	
Lisboa	271428	68822	25,4	303151	61229	20,2	5,2
Lumiar	20103	8839	44,0	17754	5594	31,5	12,5
Sacramento	465	104	22,4	527	54	10,2	12,1
Mártires	168	64	38,1	167	49	29,3	8,8
Mercês	2433	600	24,7	2621	424	16,2	8,5
Alto do Pina	5024	1752	34,9	5463	1493	27,3	7,5
S.Mª de Belém	4221	1223	29,0	5337	1154	21,6	7,4
São Vicente de Fora	1920	333	17,3	2325	235	10,1	7,2
S.D. de Benfica	17363	6625	38,2	17160	5416	31,6	6,6
Nª. Senhora de Fátima	7381	2667	36,1	8612	2574	29,9	6,2
Santa Engrácia	2854	467	16,4	3440	348	10,1	6,2
Carnide	9520	2597	27,3	7250	1546	21,3	6,0
Prazeres	4032	1141	28,3	4530	1009	22,3	6,0
Santa Isabel	3502	1068	30,5	4004	979	24,5	6,0
São Paulo	1680	258	15,4	2054	195	9,5	5,9
Sé	544	108	19,9	759	106	14,0	5,9
Santos-o-Velho	1805	398	22,0	2387	388	16,3	5,8
São Mamede	2778	998	35,9	3201	963	30,1	5,8
Madalena	194	31	16,0	215	22	10,2	5,7
Encarnação	1553	270	17,4	1242	151	12,2	5,2
Campo Grande	4924	1421	28,9	5032	1203	23,9	5,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Finalmente, duas freguesias que apresentam os valores mais elevados de recuperação dos grupos socioeconómicos de topo: fora da zona mais central, o Lumiar (12,5%), e na zona do Bairro Alto- Baixa-Chiado, a freguesia de Sacramento (12,1%).

Estes elementos empíricos, de um modo geral, fornecem informação sobre os sentidos da recomposição social das freguesias e áreas urbanas do município de Lisboa, que se reflectem, igualmente, no comportamento da evolução da população em relação a outros indicadores que, de algum modo, com ele estão correlacionados. Tal é o caso dos grupos profissionais e das qualificações escolares. Contudo, a observação detalhada desses indicadores permite, também, dar conta de algumas especificidades relativas à estrutura da recomposição social das diversas freguesias que compõem o município.

Atente-se, por exemplo, na evolução da população residente nas freguesias de Lisboa que exerce uma actividade profissional nas profissões de topo da hierarquia dos grupos profissionais. Comparando, agora, os

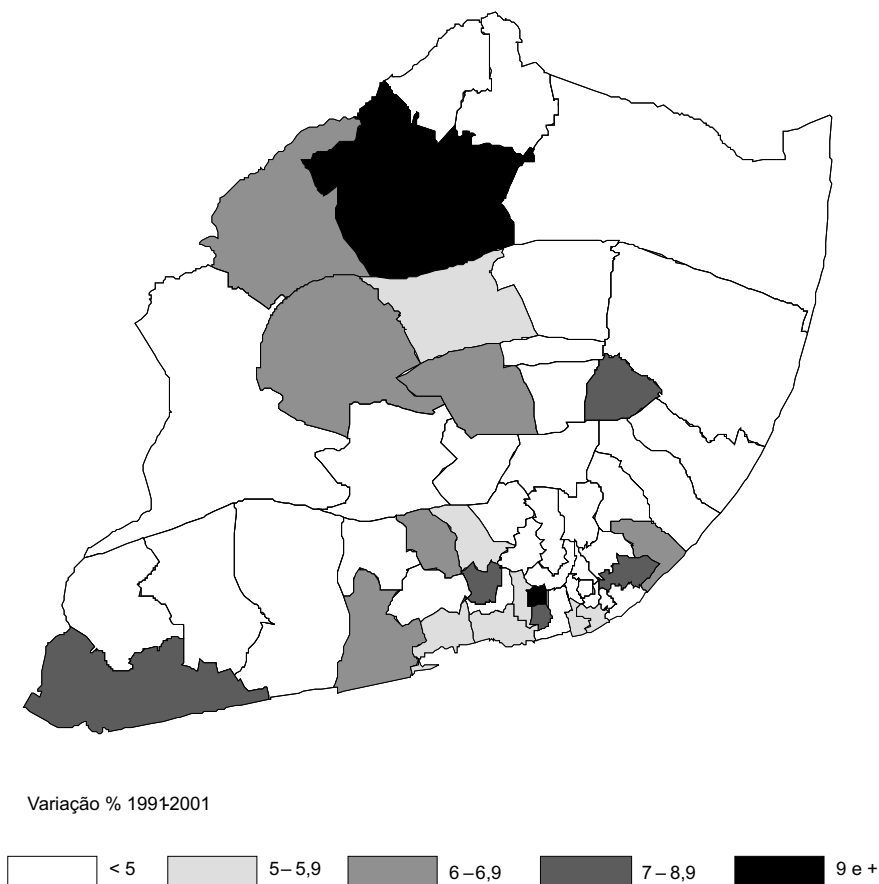


Figura 3.5 Crescimento proporcional dos grupos socioeconômicos de topo (1991-2001)

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

elementos contidos no quadro 3.21 com os dados ilustrados pelo quadro 3.24, alguns comentários merecem ser destacados.

Em primeiro lugar, a confirmação de um mais acentuado crescimento proporcional das profissões de topo nas freguesias de Sacramento e Lumiar, face às restantes freguesias da cidade. Estas duas freguesias são imediatamente seguidas, nessa evolução, pelas freguesias de Mercês e Alto do Pina. Note-se, que enquanto Sacramento e Mercês se situam na área mais central e antiga da cidade, Alto do Pina e Lumiar, situam-se fora daquela área. Um crescimento

Quadro 3.24 Evolução da proporção de população residente das profissões CNP 1 e 2 — Posição das freguesias em função da variação percentual (1991-2001)

	2001		1991		Variação 2001-1991 > 9,0%)	
	n	%	n	%	Absoluta	%
Lisboa	77592	30,9	61343	21,8	16249	9,0
Sacramento	132	30,6	59	12,4	73	18,2
Lumiar	9802	51,5	5679	34,2	4123	17,3
Mercês	679	30,5	413	17,0	266	13,6
Alto do Pina	2043	43,4	1525	30,1	518	13,4
Sé	140	28,3	93	15,8	47	12,5
Madalena	38	21,6	19	9,2	19	12,4
Sta. M ^a de Belém	1392	35,0	1160	23,4	232	11,7
S. Mamede	1187	45,3	1000	33,6	187	11,7
Sta. Isabel	1242	37,7	979	26,2	263	11,5
N. ^a Sr. ^a de Fátima	3037	43,5	2597	32,4	440	11,0
S. Dom. de Benfica	7439	45,6	5623	35,1	1816	10,6
Santos-o-Velho	455	27,4	373	16,8	82	10,6
Coração de Jesus	644	32,0	467	21,5	177	10,5
São Vicente de Fora	357	20,3	224	10,4	133	10,0
Campolide	1635	22,7	1109	13,0	526	9,7
Prazeres	1272	33,7	1013	23,9	259	9,7
Sta. Engrácia	561	21,1	360	11,5	201	9,7
Campo Grande	1621	35,6	1234	26,2	387	9,4
Encarnação	346	24,5	176	15,2	170	9,3

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

mais acentuado dos estratos sociais do topo parece não depender da dicotomia entre áreas urbanas antigas e áreas urbanas de urbanização historicamente mais recente.

Tanto o Lumiar como Sacramento apresentam uma variação percentual do conjunto daqueles dois grupos profissionais que é cerca do dobro do verificado na média do município. No Lumiar o peso proporcional da população pertencente àqueles grupos profissionais passa de 34,2% em 1991 para 51,5% em 2001. Uma variação positiva de 17,3%. Na freguesia de Sacramento aqueles valores passam de 12,4% em 1991, para 30,6% em 2001. Uma variação de 18,2%.

Para ilustrar esta distinção, assinala-se que em freguesias como São João de Deus ou Alvalade, eles evoluem, respectivamente, de 41,0% para 49,9% (uma variação de 8,9%) e de 42% para 48,9% (uma variação positiva de apenas 6,9%). Uma vez mais se confirma que algumas freguesias com um peso muito significativo de estratos sociais elevados, vêm perdendo velocidade na capacidade de crescimento de população com esse estatuto, enquanto outras evidenciam um muito acentuado aumento daqueles estratos sociais (ver quadros 3.21, 3.24 e figura 3.6).

Em segundo lugar, considerando cada um daqueles dois grupos profissionais de forma isolada, é possível observar uma clara distinção entre algumas freguesias, que se afirmam por um crescimento mais acentuado de

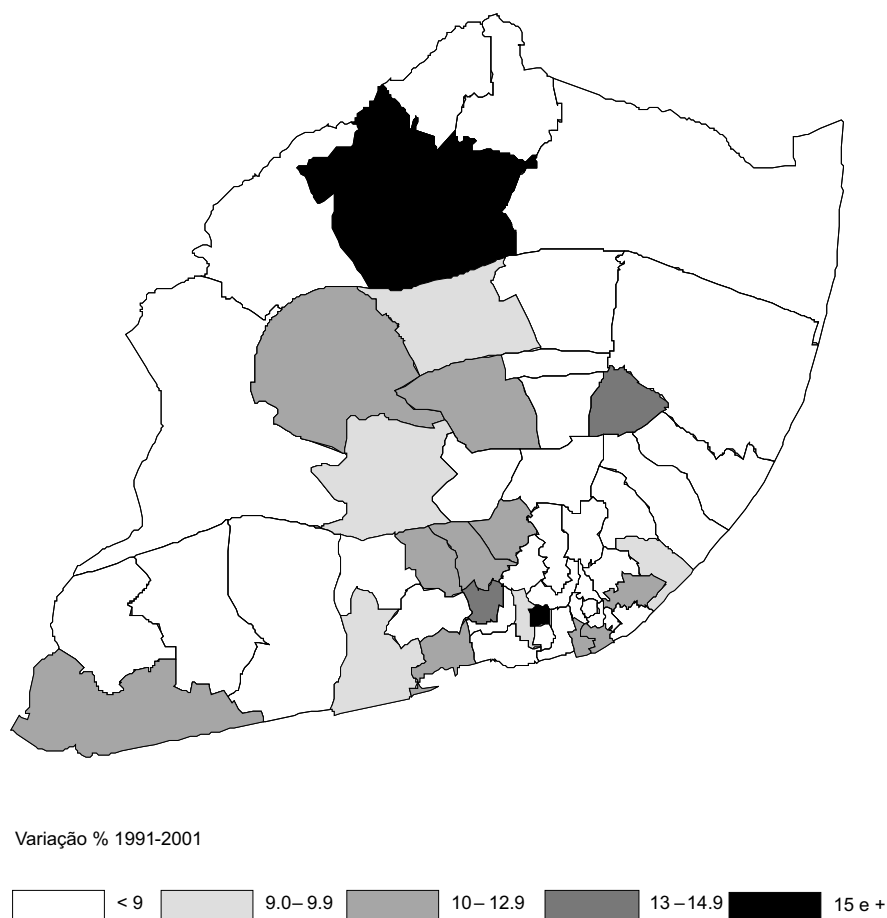


Figura 3.6 Crescimento proporcional de população das profissões 1 e 2 da CNP (1991-2001)

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

directores e quadros dirigentes, e outras que reflectem uma tendência mais notória para o crescimento das profissões intelectuais e científicas. (ver quadros 3.25, 3.26 e figuras 3.7 e 3.8).

Esta dissemelhança espelha, em parte, a segmentação dos processos de nobilitação, segundo uma tendência (historicamente mais recente) para o crescimento mais acentuado das profissões de gestão em algumas zonas (Santa Isabel e Santos-o-Velho, seriam os exemplos) e um maior incremento das profissões intelectuais e científicas noutras zonas (de que seriam

Quadro 3.25 Evolução da população residente das profissões CNP 1 (Directores, quadros superiores e dirigentes). Posição das freguesias em função da variação percentual (1991-2001)

	2001		1991		Variação 2001-1991 (>= 3.0%)	
	n	%	n	%	Absoluta	%
Lisboa	23521	9.4	17744	6.3	5777	3.1
Lumiar	2628	13.8	1337	8.0	1291	5.8
Sacramento	46	10.7	24	5.0	22	5.7
Santa Isabel	428	13.0	278	7.4	150	5.6
Santos-o-Velho	167	10.1	101	4.5	66	5.6
Alto do Pina	701	14.9	484	9.5	217	5.4
Sé	48	9.7	27	4.6	21	5.1
Santiago	30	7.8	14	2.8	16	5.0
Mercês	222	10.0	130	5.3	92	4.7
Madalena	15	8.5	8	3.9	7	4.6
N.ª Sr.ª de Fátima	878	12.6	651	8.1	227	4.5
S. Mamede	392	15.0	317	10.7	75	4.3
Santa Maria de Belém	441	11.1	349	7.0	92	4.1
Campolide	565	7.8	325	3.8	240	4.0
Encarnação	136	9.6	66	5.7	70	3.9
S. Domingos de Benfica	2102	12.9	1471	9.2	361	3.7
S. João de Deus	674	14.9	611	11.3	63	3.6
Ameixoeira	422	9.0	285	5.6	137	3.4
Coração de Jesus	188	9.3	137	6.3	51	3.0
Prazeres	568	15.0	507	12.0	61	3.0
S. João de Brito	759	13.3	707	10.3	52	3.0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

exemplos: São Vicente, Santa Engrácia, Mártires, Mercês e Coração de Jesus). Todavia, a distinção das modalidades de nobilitação urbana parece fazer-se, cada vez menos por aquela dissemelhança, e cada vez mais por outras variáveis que remetem, sobretudo, para o tipo de inserção no mercado de trabalho, mais precária e marginal, ou mais efectiva e integrada, e pela diferenciação de estilos de vida, associada à inserção no mercado de trabalho, mas ainda a um conjunto de outras variáveis, tal como se analisará mais adiante.

Importa, ainda, referir que as duas freguesias que parecem liderar os processos de crescimento proporcional dos estratos sociais mais elevados no município, Sacramento (na Baixa-Chiado-Bairro Alto) e Lumiar (na zona de acentuada urbanização recente a norte), são as que lideram o crescimento em cada um dos dois grupos profissionais, sem que se assinalem diferenças significativas entre elas. As diferenças mais marcantes nos processos de recomposição social entre estas duas freguesias são, por um lado, de ordem quantitativa e, por outro, relativas aos estilos de vida.

A segunda será retomada mais adiante. A primeira prende-se com a diferença de dimensões territoriais e populacionais. A freguesia de Sacramento é uma das mais pequenas freguesias do município, enquanto o Lumiar é

Quadro 3.26 Evolução da população residente das profissões CNP 2 (Especialistas das profissões intelectuais e científicas). Posição das freguesias em função da variação percentual (1991-2001)

	2001		1991		Variação 2001-1991 (> 6,0%)	
	n	%	n	%	Absoluta	%
Lisboa	54071	21.5	43599	15.5	10472	6.0
Sacramento	86	20.0	35	7.4	51	12.6
Lumiar	7174	37.7	4342	26.1	2832	11.5
Mercês	457	20.5	283	11.6	174	8.9
S. Vicente de Fora	257	14.6	136	6.3	121	8.3
Mártires	48	29.4	32	21.3	16	8.1
Alto do Pina	1342	28.5	1041	20.5	301	8.0
Madalena	23	13.1	11	5.3	12	7.8
Santa Maria de Belém	951	23.9	811	16.3	140	7.6
Coração de Jesus	456	22.7	330	15.2	126	7.5
S. Mamede	795	30.3	683	23.0	112	7.4
Sé	92	18.6	66	11.2	26	7.4
Santa Engrácia	368	13.9	212	6.8	156	7.1
S. Domingos de Benfica	5337	32.7	4152	25.9	1185	6.8
S. Nicolau	81	14.7	48	7.9	33	6.8
Prazeres	704	18.6	506	12.0	198	6.7
Campo Grande	1144	25.1	873	18.5	271	6.6
Nª Sr.ª de Fátima	2159	30.9	1946	24.3	213	6.6
Pena	422	15.4	262	9.0	160	6.4
Penha de França	960	16.4	716	10.0	244	6.4
S. Paulo	201	12.7	122	6.5	79	6.3

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

uma das maiores. O assinalável crescimento das profissões de topo em Sacramento corresponde a uma evolução de 59 efectivos daquelas profissões em 1991, para 132 em 2001. No Lumiar ela corresponde a uma evolução de 5.679 indivíduos em 1991, para 9.802 em 2001. Contudo, enquanto o crescimento verificado no Lumiar, ocorre num contexto de crescimento da população residente e a exercer uma profissão, aquele que se verifica em Sacramento ocorre num contexto de decréscimo populacional. Esta é uma dissemelhança fundamental sobre as modalidades dos processos de nobilitação urbana em curso em Lisboa.

Algumas freguesias apresentam um crescimento, quer proporcional quer em valores absolutos, de grupos profissionais e socioeconómicos mais elevados, apesar do decréscimo de população residente e de população a exercer uma actividade profissional. Este é um indicador inequívoco da ocorrência de processos de nobilitação nessas freguesias, que vai ao encontro da hipótese central da tese que aqui se defende: o reverso da perda líquida de população residente na maior parte das freguesias de Lisboa, são processos de nobilitação urbana em algumas dessas freguesias.

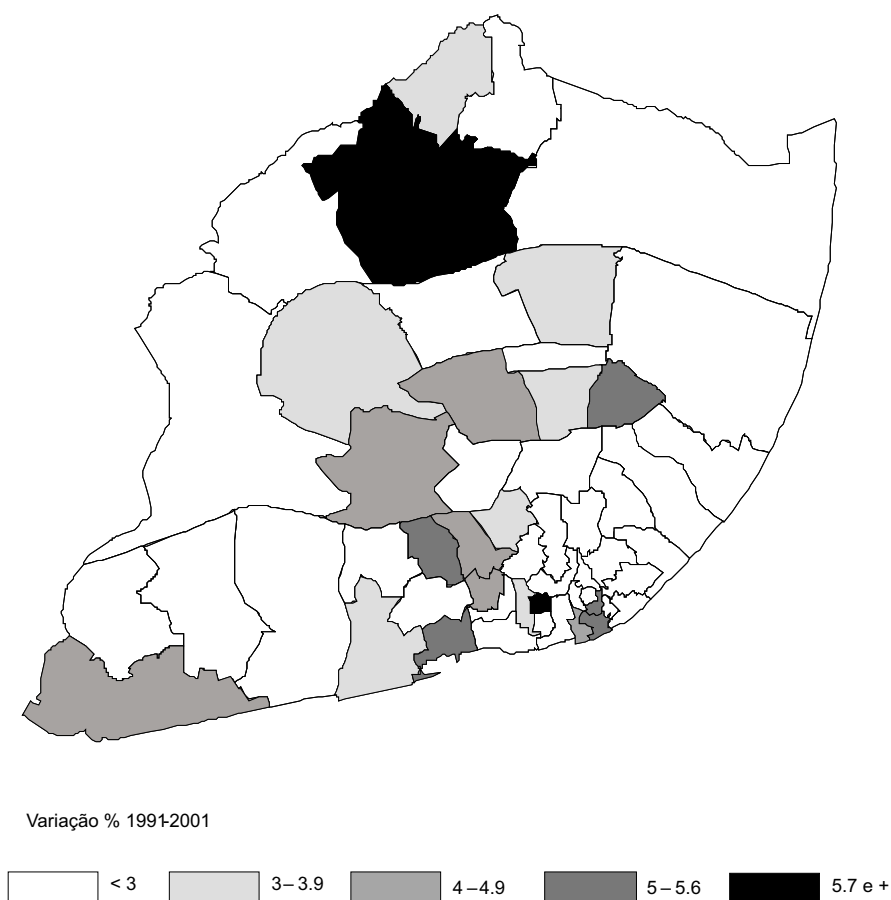


Figura 3.7 Crescimento da proporção de directores, quadros superiores e dirigentes — grupo 1 da CNP (1991-2001)

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

A análise da evolução da população que atingiu um nível de ensino superior permite, como corolário do que tem vindo a ser exposto, concluir, igualmente, pela existência de claros processos de nobilitação urbana em algumas das freguesias de Lisboa (ver quadro 3.27 e figura 3.9).

Os dados contidos no quadro 3.28, permitem também observar o contributo relativo de uma população estudiantil do ensino superior para a nobilitação

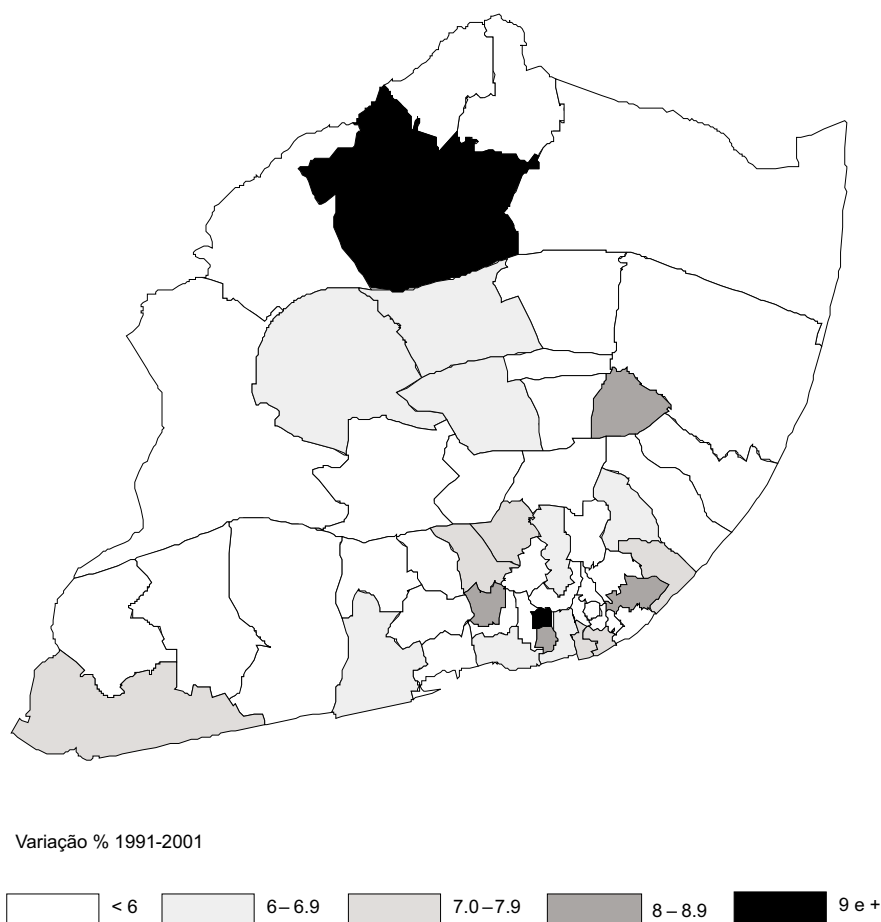


Figura 3.8 Crescimento da proporção das profissões intelectuais e científicas — grupo 2 da CNP (1991-2001)

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

urbana, circunscrevendo a amplitude quantitativa e qualitativa do relevo dos chamados processos de “estudantificação”,²³ antes referidos, no caso de Lisboa.

23 Ainda que, em rigor, nem todo o crescimento de estudantes do ensino superior corresponda àqueles processos já que, em boa parte, ele resulta de um contingente de estudantes que integram os grupos domésticos dos seus progenitores, não se tratando de novos residentes que vieram estudar para Lisboa.

Quadro 3.27 População residente que atingiu o ensino superior (1991-2001). Posição das freguesias em função da variação percentual

	2001		1991		Variação 2001-1991 (> 10.0%)	
	n	%	n	%	Absoluta	%
Lisboa	139182	24.6	92502	13.9	46680	10.7
Lumiar	15813	42.0	7572	21.4	8241	20.6
Sacramento	213	24.2	95	8.1	118	16.1
Alto do Pina	3284	32.0	2108	16.7	1176	15.3
S. Domingos de Benfica	13079	38.8	8252	23.5	4827	15.3
N.ª Sr.ª de Fátima	5731	37.5	4328	23.3	1403	14.2
Coração de Jesus	1251	29.0	793	14.7	458	14.2
Mártires	100	29.3	61	15.2	39	14.1
S. Mamede	2160	36.0	1598	22.6	562	13.4
Santa Isabel	2259	31.1	1671	18.1	588	13.0
Prazeres	2225	26.2	1351	13.4	874	12.8
Campo Grande	3164	28.4	1922	15.8	1242	12.6
Mercês	1156	22.7	611	10.1	545	12.6
S. João de Deus	4250	39.4	3610	27.1	640	12.3
S. Jorge de Arroios	5005	28.8	3814	16.5	1191	12.2
Sé	233	20.1	154	8.0	79	12.1
Lapa	2951	34.0	2353	22.1	598	12.0
Encarnação	566	17.8	183	6.0	383	11.8
Alvalade	3653	38.0	2958	26.9	695	11.1
Ameixoeira	2198	22.8	1261	11.9	937	10.9
Sta. M.ª de Belém	2562	26.3	1872	15.5	690	10.8
S. Sebastião da Pedreira	2315	39.4	2249	28.7	66	10.8
Santo Condestável	4156	23.7	2931	13.2	1225	10.5
Anjos	2219	22.8	1548	12.4	671	10.4
Benfica	11142	26.9	7834	16.6	3308	10.3
S. João de Brito	4483	33.3	3945	23.0	538	10.3
S. Francisco Xavier	3558	43.9	2927	33.8	631	10.1
Santiago	143	16.7	81	6.6	62	10.1

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

De facto, às freguesias mais bem posicionadas no que concerne aos ganhos relativos aos indicadores anteriormente analisados, juntam-se agora outras, nas quais aquele crescimento populacional parece ficar a dever-se, em boa parte, à presença de residentes que frequentam o ensino superior.

As freguesias do Lumiar, Sacramento e Alto do Pina, mantêm-se no topo da hierarquia espacial que tem vindo a ser esboçada. Um pouco mais abaixo, também as freguesias de São Mamede, Santa Isabel e Prazeres, continuam bem posicionadas neste indicador. Outras freguesias, como Mercês e Sé, perdem posições face aos restantes indicadores. Do mesmo modo que freguesias como São Domingos de Benfica, N.ª Senhora de Fátima e Coração de Jesus, sobem posições neste indicador, e freguesias como a Ameixoeira, Alvalade, Encarnação, Lapa, São Jorge de Arroios e São João de Deus, ganham uma importância que não detinham nos restantes indicadores de nobilitação urbana.

Quadro 3.28 População residente que frequenta um grau de ensino superior em 2001. Posição das primeiras 20 freguesias em função dos valores percentuais

	n	%
Lisboa	35528	6,3
Lumiar	3790	10,1
S. Dom. de Benfica	3083	9,2
N.ª Sr.ª de Fátima	1397	9,1
Mártires	31	9,1
Campo Grande	977	8,8
Coração de Jesus	381	8,8
S. Francisco Xavier	665	8,2
S. Jorge de Arroios	1395	8,0
S. João de Deus	852	7,9
Alto do Pina	786	7,7
Alvalade	727	7,6
Benfica	3070	7,4
Ameixoeira	671	7,0
S. Sebastião da Pedreira	410	7,0
Sacramento	61	6,9
S. Mamede	408	6,8
S. João de Brito	915	6,8
Anjos	651	6,7
Lapa	576	6,6
Santa Isabel	462	6,4

Fonte: INE, Censos 2001

Este facto pode, com efeito, evidenciar a ocorrência de processos de “estudantificação” nestas freguesias, como é observável no quadro 3.28. Apesar dos ganhos reduzidos, ou mesmo perdas de importância dos estratos sociais mais elevados em algumas daquelas freguesias, no período entre 1991 e 2001, elas apresentam valores expressivos de estudantes do ensino superior.

Como antes se sustentou, aqueles processos são uma parcela tributária da nobilitação urbana. Contudo, uma parcela quantitativamente reduzida, no contexto das dinâmicas mais vastas de recomposição do tecido social urbano que têm vindo a ser analisadas.

Importa, ainda, destacar o crescimento da importância proporcional, e em valores absolutos, da população residente no Lumiar que atingiu um grau de ensino superior. Entre 1991 e 2001, o Lumiar passou de uma proporção de 21,4% para 42% de população com aquelas qualificações escolares. Um crescimento de 8.241 efectivos, e uma variação proporcional superior a 21%, de população com aquelas qualificações escolares.

Aqueles são valores inéditos nas freguesias que compõem o município de Lisboa, ilustrando bem a amplitude quantitativa de um processo de nobilitação urbana sem paralelo no contexto da cidade. Este dado é tanto mais relevante quanto ele permite concluir como a nobilitação urbana, actualmente, não se restringe às zonas antigas e mais centrais no interior das cidades. Tal como se sublinhou na secção 3.2, na sequência dos estudos mais

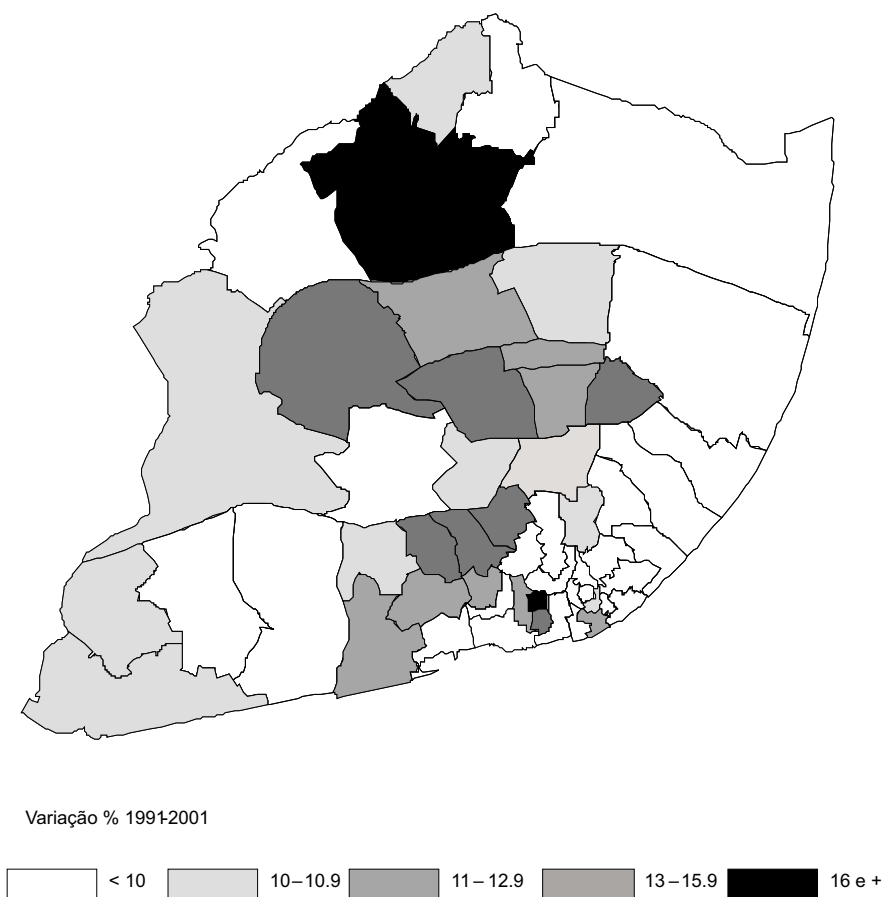


Figura 3.9 Crescimento da proporção de população que atingiu o ensino superior (1991-2001)

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

recentes sobre aqueles processos, a nobilitação, a partir dos anos de 1990, está a dispersar-se para bairros mais distantes do antigo CBD, tendência que tem vindo a ser observada, por exemplo, nas cidades dos EUA (Wily e Hammel, 1999), em Londres (Hamnett, 2003a) e nas cidades do Canadá (Meligrana e Skaburskis, 2005).

O que também tem vindo a ser sublinhado, por alguns autores, é a variabilidade de estilos de vida que protagonizam as diversas modalidades de nobilitação actualmente observáveis (Lees, 2003a; Redfern, 2003; Butler e Robson,

2003). É também a este nível que se justifica a ideia de uma “geografia da nobilitação” sugerida por Lees (2000, 2003a). Estas são questões a analisar mais adiante.

Por agora, recorde-se que a nobilitação urbana foi tradicionalmente definida como um processo de recomposição social de uma determinada área urbana, caracterizado por um crescimento mais acentuado de residentes com qualificação escolar universitária e dos profissionais de topo. Primeiro das profissões intelectuais e artísticas, depois também das profissões científicas e de gestão. Foi o que se demonstrou, nesta secção, estar a ocorrer em algumas áreas de Lisboa, enquanto outras regridem, ou pelo menos apresentam valores residuais ou pouco significativos, naqueles indicadores de nobilitação urbana. Todavia, aqueles processos são igualmente caracterizados, na sua definição clássica, por atributos de natureza demográfica e de estilos de vida.

3.7.3 Mudança demográfica, estilos de vida e nobilitação urbana

Vejam os, por agora, apenas alguns desses atributos, como foram analisados em vários estudos (ver, por exemplo, Meligrana e Skaburskis, 2005; Buzar e outros, 2007): (i) o crescimento mais acentuado da população do grupo etário dos 25 aos 39 anos, (ii) a elevada proporção dos grupos domésticos unipessoais e (iii) o declínio do número médio de pessoas por grupo doméstico.

Recorde-se o que antes se referiu sobre o padrão demográfico e de estilos de vida do crescimento populacional de Lisboa, onde também deveriam ser procuradas as explicações para o decréscimo populacional das áreas urbanas mais centrais, por contraponto ao aumento populacional das áreas urbanas mais afastadas do tradicional CBD. O reverso do decréscimo populacional e envelhecimento da estrutura etária, mais recorrentemente referidos como traços marcantes da demografia de Lisboa, são, também, processos de relevante significado para a recomposição do tecido social da cidade, que se traduzem numa espacialização diferenciada dos escalões etários e dos diversos tipos de grupos domésticos.

A análise cruzada destes indicadores, face ao que anteriormente foi explanado sobre os restantes indicadores de recomposição social das áreas urbanas que compõem o município, permite extrair importantes conclusões sobre a variabilidade das modalidades da nobilitação urbana em Lisboa.

A maioria das freguesias que antes surgiam nos lugares cimeiros quanto aos ganhos proporcionais e absolutos de uma população mais qualificada em termos escolares e profissionais, como o Lumiar e o Alto do Pina, não são as que mais evidenciam capacidade de recuperação de uma população do grupo etário dos 25 aos 39 anos. Este processo de perda líquida, ou pelo menos proporcional, de população daquele escalão etário é comum a

Quadro 3.29 Evolução da população do escalão etário 25-39 anos (1991-2001)

	2001			1991			Variação % 2001-1991
	População residente ^(a)	Escalão 25-39 anos ^(b)	(b/a) x100	População residente ^(a)	Escalão 25-39 anos ^(b)	(b/a) x100	
Lisboa	564657	110155	19,5	663394	120178	18,1	1,4
Sacramento	880	211	24,0	1.167	197	16,9	7,1
Encarnação	3182	657	20,6	3.072	482	15,7	5,0
São Nicolau	1175	248	21,1	1.448	234	16,2	4,9
Madalena	380	78	20,5	526	83	15,8	4,7
Pena	6068	1288	21,2	7.045	1192	16,9	4,3
Mercês	5093	1026	20,1	6.039	965	16,0	4,2
Santa Engrácia	5860	1208	20,6	7.626	1264	16,6	4,0
Anjos	9738	1913	19,6	12.490	2003	16,0	3,6
Castelo	587	111	18,9	773	122	15,8	3,1
São Vicente de Fora	4267	844	19,8	5.453	910	16,7	3,1
Prazeres	8492	1653	19,5	10.068	1655	16,4	3,0
S. Domingos Benfica	33678	6812	20,2	35.125	6076	17,3	2,9
São Mamede	6004	1156	19,3	7.072	1162	16,4	2,8
Benfica	41368	8196	19,8	47.099	8078	17,2	2,7
Graça	6960	1347	19,4	8.604	1440	16,7	2,6
Santo Condestável	17553	3360	19,1	22.186	3668	16,5	2,6
São Jorge de Arroios	17404	3185	18,3	23.051	3628	15,7	2,6
Mártires	341	73	21,4	401	77	19,2	2,2
Penha de França	13722	2544	18,5	17.885	2928	16,4	2,2
Santa Isabel	7270	1348	18,5	9.249	1514	16,4	2,2
São Francisco Xavier	8101	1641	20,3	8.665	1562	18,0	2,2
São Paulo	3521	708	20,1	4.676	849	18,2	2,0
S. Sebastião Pedreira	5871	1053	17,9	7.842	1249	15,9	2,0
Beato	14241	2691	18,9	17.494	2967	17,0	1,9
Alcântara	14443	2606	18,0	18.510	3012	16,3	1,8
Campolide	15927	3278	20,6	20.972	3989	19,0	1,6
Coração de Jesus	4319	887	20,5	5.379	1017	18,9	1,6
São João	17073	3222	18,9	21.960	3787	17,2	1,6
Sé	1160	231	19,9	1.926	353	18,3	1,6
Ameixoeira	9644	2145	22,2	10.605	2201	20,8	1,5
Nossa S.ª de Fátima	15291	2812	18,4	18.611	3140	16,9	1,5
Socorro	2675	508	19,0	4.309	760	17,6	1,4
Santa Catarina	4081	755	18,5	5.153	885	17,2	1,3
São José	3278	611	18,6	4.430	779	17,6	1,1
Campo Grande	11148	1977	17,7	12.146	2028	16,7	1,0
Ajuda	17958	3166	17,6	22.404	3740	16,7	0,9
Santa M.ª dos Olivais	46410	9431	20,3	51.367	9999	19,5	0,9
São Miguel	1777	343	19,3	2.613	482	18,4	0,9
Lapa	8670	1471	17,0	10.656	1762	16,5	0,4
Alvalade	9620	1509	15,7	10.996	1689	15,4	0,3
S. Cristóvão, S. Lourenço	1612	322	20,0	2.442	481	19,7	0,3
São João de Deus	10782	1770	16,4	13.309	2161	16,2	0,2
São João de Brito	13449	2240	16,7	17.143	2851	16,6	0,0
Lumiar	37693	8618	22,9	35.390	8156	23,0	-0,2
Santa Maria de Belém	9756	1594	16,3	12.092	1994	16,5	-0,2
Santos-o-Velho	4013	713	17,8	5.534	998	18,0	-0,3
Alto do Pina	10253	2030	19,8	12.654	2559	20,2	-0,4
Santa Justa	700	120	17,1	1.152	212	18,4	-1,3
Santiago	857	123	14,4	1.226	192	15,7	-1,3
Santo Estêvão	2047	332	16,2	3.192	565	17,7	-1,5
Carnide	18989	4018	21,2	14.768	3359	22,7	-1,6
Charneca	10509	2178	20,7	9.572	2168	22,6	-1,9
Marvila	38767	7794	20,1	47.827	10554	22,1	-2,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

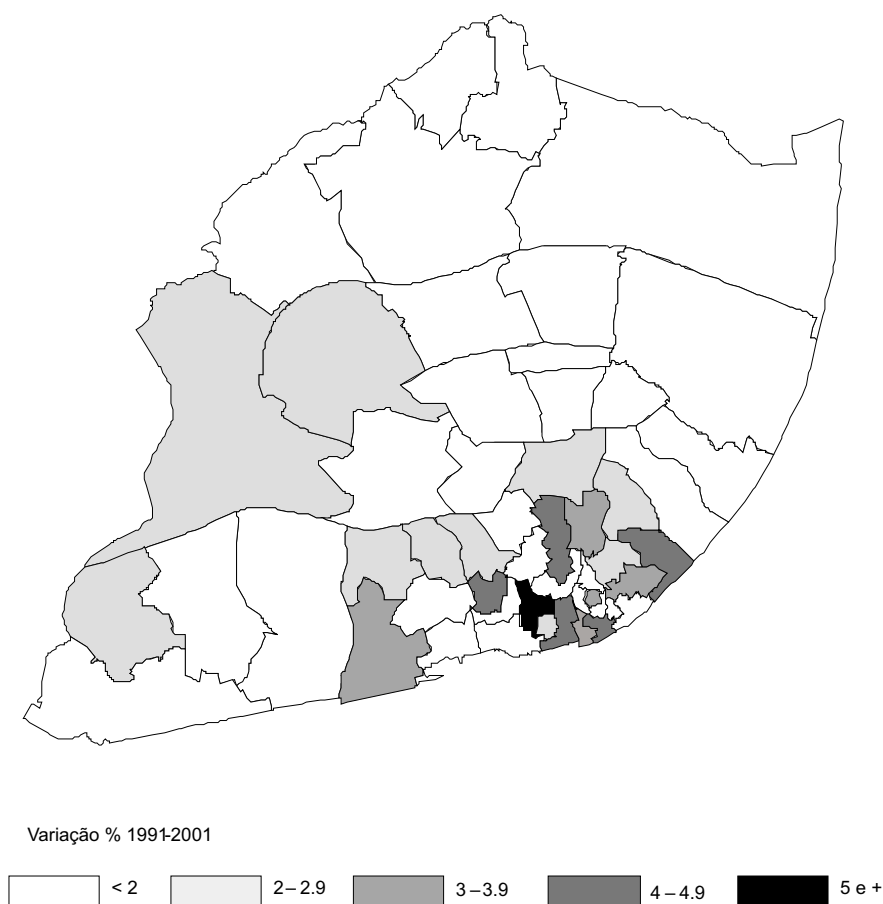


Figura 3.10 Crescimento da proporção de população do escalão etário 25-39 anos (1991-2001)

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

algumas freguesias mais bem posicionadas quanto à estrutura profissional, das qualificações e dos grupos socioeconómicos, e à maioria das freguesias menos bem posicionadas naqueles indicadores.

Neste padrão se inscrevem, além do Lumiar e Alto do Pina, freguesias como Santa Maria de Belém, São João de Deus, São João de Brito, Alvalade, Carnide, mas também, Santa Justa, Sé, Santo Estevão e Santiago, na zona histórica, e Olivais, Charneca e Marvila, na área social e geograficamente mais periférica (ver quadro 3.29).

Em contrapartida, algumas das freguesias da zona antiga da cidade, são aquelas que surgem em posição destacada no que concerne aos ganhos de população daquele escalão etário. Merece particular relevo, a evolução deste indicador registada em algumas daquelas freguesias. Na freguesia de Sacramento, aquele grupo etário passa dos 197 efectivos (16,9%) em 1991, para 211 indivíduos (24%) em 2001. A população residente na freguesia sofreu um decréscimo, passando de 1.167 efectivos em 1991 para os 880 em 2001.

Também na freguesia da Baixa Pombalina, São Nicolau, onde a população residente passou dos 1.448 para os 1.175 residentes, a proporção de indivíduos daquele escalão etário cresceu dos 234 (16,2%) para os 248 residentes (21,1%). Na freguesia das Mercês, onde a população residente decresceu de 6.039 efectivos para os 5.093, aquele grupo etário aumentou de 965 (16%) para 1.026 residentes (20,1%). Não sendo ganhos quantitativamente significativos, eles revelam um importante acréscimo proporcional na estrutura etária daquelas freguesias (ver quadro 3.29 e figura 3.10).

Este padrão, de ganhos da proporção de residentes daquele escalão etário pode corresponder também a um incremento de um contingente de jovens adultos alheio aos processos de nobilitação. Por exemplo, alguns deles não serão profissionais das profissões intelectuais, científicas e de gestão. Contudo, a verificação de um notável incremento daqueles sectores socioeconómicos naquelas freguesias, associado aos valores registados no crescimento daquele escalão etário, terá certamente algum significado. Ele evidencia a ocorrência de processos de nobilitação urbana em consonância com o modelo clássico daqueles processos, marcado por uma opção de localização residencial em determinadas zonas da cidade, compatível com escolhas de estilos de vida dissonantes do padrão registado em outras áreas urbanas, mais distantes do CBD tradicional.

O facto de se assistir a um processo de perda líquida da população residente nestas áreas mais antigas da cidade, mas em contrapartida se registar um acréscimo absoluto, ou pelo menos um crescimento proporcional significativo, de população daquele escalão etário, permite concluir pela exigência de análise dos estilos de vida que estão na base da variabilidade das opções de localização residencial.

Esta exigência torna-se mais reforçada se atentarmos noutros indicadores ainda mais relevantes para o campo analítico dos estilos de vida. O tipo tradicional de protagonista dos processos de nobilitação não é apenas jovem adulto, com profissões intelectuais, artísticas, científicas e de gestão, e com capital escolar e cultural elevado, para usar o quadro conceptual de Pierre Bourdieu (1979), adoptado por diversos investigadores daqueles processos (Jager, 1986; Bridge, 2001, 2003; Ley, 2003a; Butler e Robson, 2003). Também o grupo doméstico em que se insere o protagonista típico de tais processos é um atributo decisivo da sua opção por aquela localização residencial.

Tal como referido na secção 3.2, entre os protagonistas da tradicional nobilitação urbana detêm um significativo relevo os indivíduos que vivem sós e os casais sem filhos. Estas são questões actualmente chave dos processos de reurbanização das cidades, onde a nobilitação é apenas um dos aspectos da reestruturação urbana em curso na actual fase de transição societal. A elas se voltará mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Por agora, atente-se, apenas, na espacialização de dois indicadores: a proporção de grupos domésticos constituídos por uma só pessoa pertencente ao escalão etário dos 25 aos 64 anos, e a dimensão média dos grupos domésticos (Quadros 3.30 e 3.31 e figuras 3.11 e 3.12).

Na terminologia das entidades nacionais produtoras de informação estatística, bem como em muitos textos académicos, continua a usar-se a expressão família para designar grupos domésticos que, na realidade, apenas inadequadamente poderão ser classificados como tal. O conceito de grupo doméstico, parece traduzir mais correctamente uma realidade em transformação no que concerne aos estilos de vida. Ele procura exprimir as noções de *ménage* ou de *household*, utilizadas, respectivamente, na língua francesa e na inglesa.²⁴

Um dos traços marcantes da transição societal actual é o crescimento exponencial dos grupos domésticos unipessoais na *cidade interior*. Esse facto, no caso de Lisboa, tem sido associado mais frequentemente, no discurso mediático, político e mesmo académico, ao envelhecimento da população. O envelhecimento da estrutura etária de Lisboa, e sobretudo da sua zona mais central, é fortemente tributário do crescimento acentuado das pessoas que vivem sós, como consequência da morte de um dos elementos do casal.

Contudo, os dados disponíveis permitem concluir que essa não é a única razão para aquele crescimento. Outras razões parecem existir, e essas decorrerão, certamente, de opções em matéria de estilos de vida, sejam eles mais ou menos transitórios ou permanentes.

Em 2001, cerca de 31% dos grupos domésticos residentes em Lisboa eram constituídos por apenas uma pessoa, denotando uma tendência de aproximação aos valores registados em outras áreas urbanas, de cidades onde os processos de nobilitação urbana se vêm intensificando há décadas. Em Londres, também em 2001, aquele valor atingia os 34% (Hall, 2005). Nas áreas nobilitadas das cidades canadianas, ele passou de uma média de 32% em 1981, para 42% em 2001 (Meligrana e Skaburskis, 2005).

Considerando os escalões etários dos grupos domésticos unipessoais residentes no município de Lisboa (31%), a proporção daqueles que são constituídos

24 Os dados analisados reportam-se a uma mera substituição da categoria de família clássica, utilizada pelo INE, pela categoria de grupo doméstico. Neste sentido, o conceito de grupo doméstico exclui os casos de pessoas que partilham o alojamento sem relações de parentesco, e por vezes mesmo sem outro tipo de relações além do inter-conhecimento, como pode suceder com a múltipla ocupação do alojamento por estudantes, ou nos casos de subaluguer.

Quadro 3.30 Grupos domésticos de 1 pessoa pertencente ao escalão etário 25-64 anos (2001)

	Grupos domésticos residentes ^(a)	Grupos domésticos de 1 pessoa 25-64 anos ^(b)	(b/a)x100
Lisboa	234451	32729	14,0
Mártires	164	50	30,5
São Cristóvão e São Lourenço	853	219	25,7
Pena	2995	755	25,2
Sacramento	443	111	25,1
Coração de Jesus	2273	564	24,8
São José	1715	414	24,1
Madalena	196	47	24,0
São Nicolau	560	130	23,2
Encarnação	1523	338	22,2
Mercês	2509	541	21,6
Santa Justa	330	67	20,3
Socorro	1289	260	20,2
Santa Catarina	1951	392	20,1
São Mamede	2738	547	20,0
Prazeres	3801	725	19,1
São Jorge de Arroios	8428	1552	18,4
São Vicente de Fora	2052	361	17,6
Santo Estêvão	1035	181	17,5
Sé	545	92	16,9
Anjos	4564	760	16,7
São Miguel	830	139	16,7
Nossa Senhora de Fátima	6645	1080	16,3
Santo Condestável	8084	1318	16,3
Santos-o-Velho	1819	293	16,1
Castelo	281	45	16,0
Santa Isabel	3229	510	15,8
Graça	3134	491	15,7
São Sebastião da Pedreira	2542	398	15,7
São Paulo	1528	237	15,5
Lapa	3672	549	15,0
Penha de França	6380	960	15,0
Campolide	6581	961	14,6
Santiago	385	55	14,3
Santa Engrácia	2649	376	14,2
Alcântara	6538	916	14,0
São Domingos de Benfica	14103	1962	13,9
São Francisco Xavier	3175	440	13,9
Alto do Pina	4308	596	13,8
Lumiar	13925	1920	13,8
Benfica	17088	2240	13,1
São João	7336	932	12,7
São João de Deus	4910	615	12,5
Beato	5990	745	12,4
Ameixoeira	3575	440	12,3
Ajuda	7475	902	12,1
Santa Maria de Belém	4007	483	12,1
Alvalade	4327	510	11,8
Campo Grande	4559	527	11,6
São João de Brito	5690	623	10,9
Carnide	6494	700	10,8
Santa Maria dos Olivais	17541	1531	8,7
Charneca	3264	237	7,3
Marvila	12423	892	7,2

Fonte: INE, Censos 2001

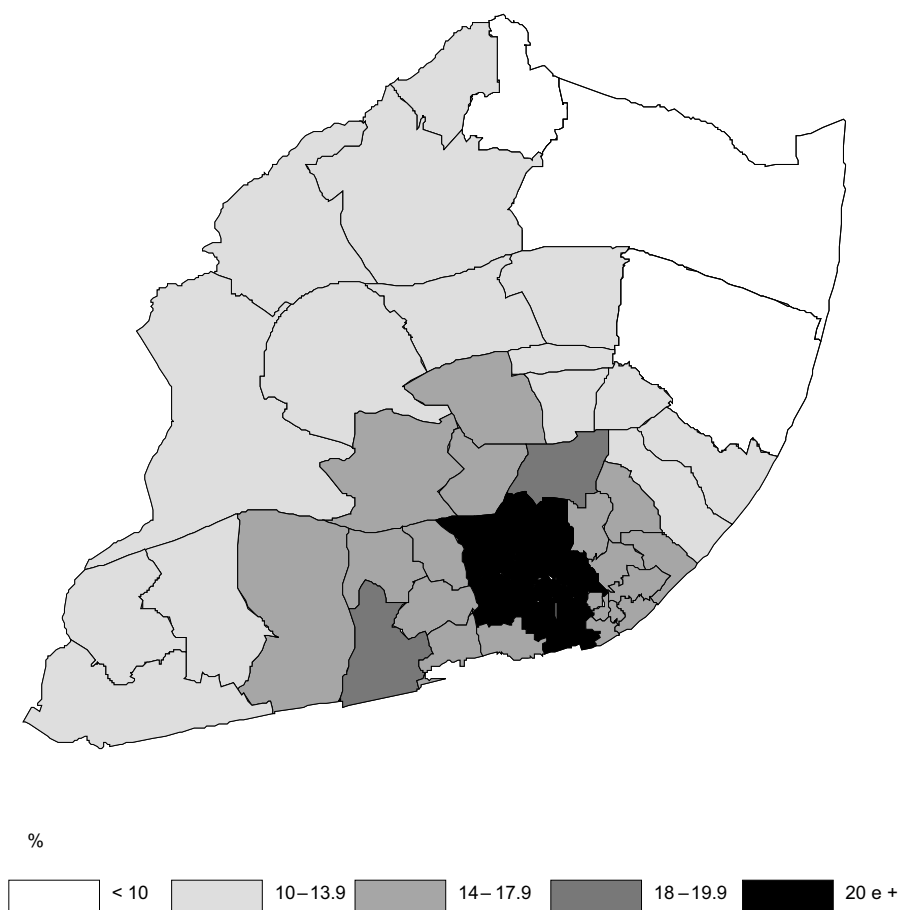


Figura 3.11 Proporção de grupos domésticos de uma pessoa pertencente ao escalão etário 25-64 anos (2001)

Fonte: INE, Censos 2001

por pessoas com 65 ou mais anos é de 14,4%, mas os constituídos por pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos representam 14%.²⁵

É sobre este último dado que importa tecer alguns comentários. Reduzidas as probabilidades estatísticas da condição de viver só se ficar a dever a hipotéticos processos de “estudentificação” e ao isolamento decorrente do envelhecimento, é possível observar uma nítida tendência, em primeiro lugar

para um importante peso proporcional daquela opção de vida em contexto urbano e, em segundo lugar, para uma nítida correlação entre aquele estilo de vida e o tipo de localização residencial na cidade. Verifica-se uma clara concentração daquele grupo doméstico na zona mais antiga e central, que vai diminuindo na razão directa do afastamento daquela área do “miolo urbano” da cidade (figura 3.11).

Esta é mais uma característica da actual reestruturação urbana na qual Lisboa se aproxima de outras cidades mundiais e, particularmente, europeias: “Muitas cidades do mundo desenvolvido experimentam um significativo crescimento do número de grupos domésticos de um pessoa, em partes espacialmente concentradas do tecido urbano” (Buzar e outros, 2007: 657).

Outro dado, extremamente significativo, merece particular destaque. Ele remete para a observação das três freguesias onde aquela opção de estilo de vida é menos frequente, as quais são, simultaneamente, tal como sobejamente sublinhado antes, as áreas da cidade que concentram os volumes mais elevados de população de fracos recursos escolares e qualificações profissionais: Marvila, Olivais e Charneca. A opção por viver só, entre uma população não idosa é, simultaneamente, uma opção que se correlaciona estatisticamente com um estilo de vida onde a escolha de uma localização residencial no cerne da urbanidade está presente, e uma opção muito pouco frequente entre grupos específicos de uma população de fracos recursos, outrora residente em construções precárias e agora concentrada nos grandes complexos habitacionais de alojamento social.

Correlativamente, a opção pelo grupo doméstico de maior dimensão, nomeadamente, a “família nuclear com filhos”, está mais presente, tanto nas áreas urbanas de estatuto social mais elevado, com acentuado crescimento de novas urbanizações nas últimas décadas, quanto naquelas zonas mais periféricas, social e urbanisticamente. O número médio de pessoas por grupo doméstico é um indicador que ilustra bem este argumento (ver quadro 3.31 e figura 3.12).

As freguesias da zona histórica, onde também se encontram aquelas mais afectadas por processos de crescimento dos sectores sociais mais qualificados, são as que apresentam o rácio mais baixo de pessoas por grupo doméstico, enquanto as freguesias de Marvila e Charneca se situam no extremo oposto. Contudo, com um rácio acima da média da cidade, encontram-se

25 Para uma leitura da evolução deste grupo doméstico a nível nacional, ali designado de mono-residencialidade, veja-se: Guerreiro, 2003. Os dados analisados pela autora a nível nacional e a respectiva comparação com os países da UE, são bem elucidativos, quando confrontados com a posição de Lisboa, no contexto das cidades mundiais de tipo europeu, de como também ao nível das opções de estilos de vida, Lisboa denota uma aproximação aos padrões da modernidade avançada que descola da posição do país face a esses padrões.

Quadro 3.31 Rácio de pessoas por grupo doméstico residentes em alojamentos familiares clássicos de residência habitual (2001)

	Pessoas/Grupo doméstico
Lisboa	2,4
Marvila	3,1
Charneca	3,0
Carnide	2,9
Ameixoeira	2,7
Lumiar	2,6
Santa Maria dos Olivais	2,6
São Francisco Xavier	2,5
Ajuda	2,4
Alto do Pina	2,4
Beato	2,4
Benfica	2,4
São Domingos de Benfica	2,4
Campo Grande	2,3
Campolide	2,3
Lapa	2,3
Santa Maria de Belém	2,3
São João de Brito	2,3
São Paulo	2,3
São Sebastião da Pedreira	2,3
Alcântara	2,2
Alvalade	2,2
Graça	2,2
Nossa Senhora de Fátima	2,2
Prazeres	2,2
Santa Engrácia	2,2
Santa Isabel	2,2
Santiago	2,2
Santos-o-Velho	2,2
São João	2,2
São João de Deus	2,2
Anjos	2,1
Castelo	2,1
Penha de França	2,1
Santa Catarina	2,1
Santa Justa	2,1
Santo Condestável	2,1
São Jorge de Arroios	2,1
São Mamede	2,1
São Miguel	2,1
São Vicente de Fora	2,1
Sé	2,1
Socorro	2,1
Encarnação	2,0
Madalena	2,0
Mártires	2,0
Mercês	2,0
Sacramento	2,0
Santo Estêvão	2,0
Coração de Jesus	1,9
Pena	1,9
São Cristóvão e São Lourenço	1,9
São José	1,9
São Nicolau	1,9

Fonte: INE, Censos 2001

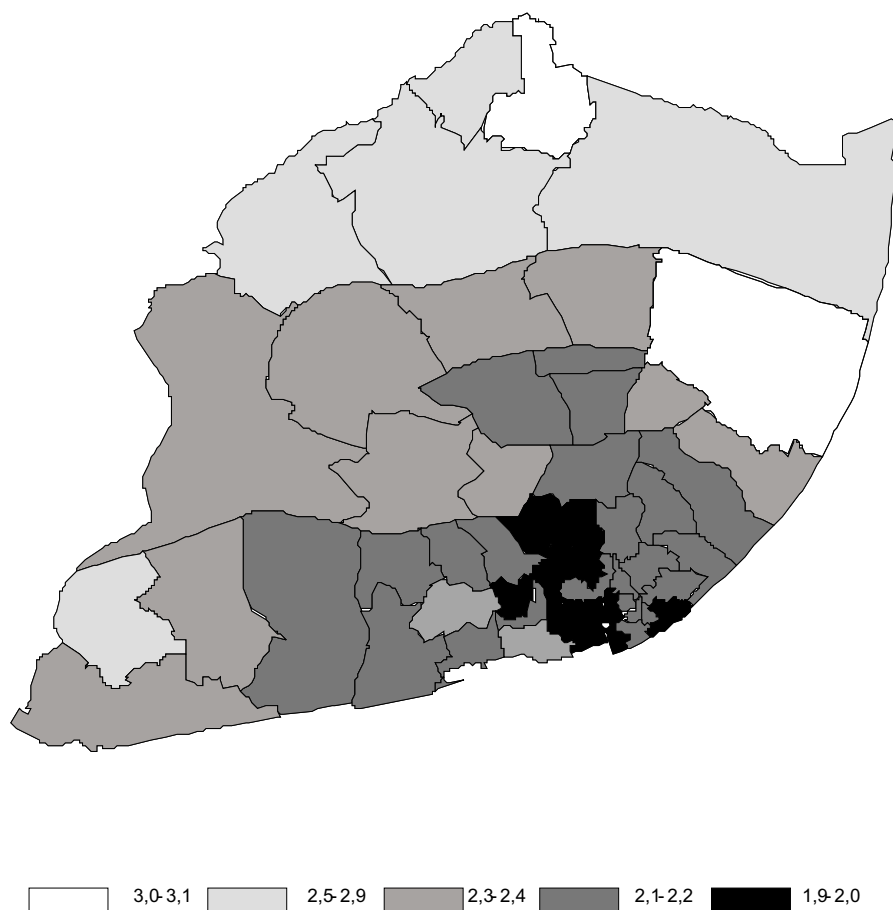


Figura 3.12 Rácio de pessoas por grupo doméstico (2001)

Fonte: INE, Censos 2001

ainda as freguesias do Lumiar e de São Francisco Xavier, precisamente aquelas onde os estratos sociais de mais elevados recursos em matéria de qualificações escolares e profissionais detêm um maior peso proporcional.

Tal como anteriormente sublinhado, é também na variabilidade das opções de localização residencial, na dependência de factores relativos às opções de estilos de vida, que devem ser procuradas explicações para a crescente perda líquida de população residente do centro principal da cidade-região de Lisboa mas, sobretudo, da sua área urbana mais antiga.

Este importante dado é ainda reforçado pela composição dos grupos domésticos presentes na mobilidade residencial, tal como anteriormente referido. Enquanto a população que rumo às áreas geograficamente periféricas se caracteriza pelo padrão da família nuclear com filhos; aquela que toma a *cidade interior*, e particularmente a sua zona mais antiga, como destino da mobilidade residencial, tem como padrão o grupo doméstico unipessoal ou o casal sem filhos. Os valores mais baixos do rácio de pessoas por grupo doméstico, verificados em freguesias da zona histórica de Lisboa, correspondem a 1,9, face à média de 2,4 no município. Entre os fluxos migratórios para a cidade, no período entre 1996 e 2001, o valor daquele rácio é de apenas 1,7, situando-se abaixo de 1,5 entre os grupos domésticos que rumam à zona histórica mais central (Seixas, 2004: 117).

Este factor explica um comportamento diferenciado da evolução da densidade residencial, face à evolução da densidade populacional. Uma área urbana em acentuado processo de nobilitação, segundo o padrão tradicional, ou seja, localizada na zona mais antiga e mais central da cidade, assiste simultaneamente a um decréscimo da densidade populacional e a um acréscimo da densidade residencial.

Esse facto fica a dever-se ao diferenciado rácio de pessoas por grupo doméstico e de pessoas por alojamento, entre os fluxos de saída e os de entrada de população. Mas fica ainda a dever-se a uma reconversão de espaços antes usados para a função económica em espaços para a função residencial, tal como também é típico da nobilitação clássica e como se mencionou na secção 3.1 (ver, ainda, Meligrana e Skaburskis, 2005: 1585). Recorde-se a referência aos *loft* como uma das modalidades clássicas de nobilitação urbana, já mencionadas no estudo pioneiro de Ruth Glass e estudada, nomeadamente, por Sharon Zukin em Nova Iorque, tal como também se referiu anteriormente.

Ora, também a informação disponível para Lisboa permite concluir por uma tendência naquele sentido. A dimensão da nobilitação urbana não tinha atingido ainda, em 2001, valores semelhantes aos registados em outras cidades, onde aqueles processos se fazem sentir há décadas, como se poderá verificar a partir dos estudos internacionais que têm vindo a ser citados. Ainda assim, exceptuando o caso das freguesias da zona histórica em acentuado declínio, não apenas populacional, como residencial, com índices de degradação urbanística generalizada, onde pontuam freguesias como Socorro, São Miguel, São Cristóvão e São Lourenço (Bairros de Mouraria e Alfama); na maioria das freguesias, ao decréscimo muito acentuado da densidade populacional, corresponde uma evolução menos negativa da densidade residencial.

Adicionalmente, nos últimos anos tem-se vindo a assistir em algumas áreas da zona histórica mais nobre, e na proximidade da faixa ribeirinha ocidental, à reconversão de edifícios comerciais, industriais, antigos palácios,

conventos e outras edificações desactivadas e em degradação, em edifícios de apartamentos de alto standard, após a sua aquisição pelo sector imobiliário. Entre alguns outros exemplos, poder-se-á citar o caso da transformação da antiga sede da polícia política do regime anterior a 1974, num condomínio de apartamentos na rua António Maria Cardoso (Mártires, na proximidade do Bairro Alto), ou a reconversão para o mesmo fim do Convento dos Inglesinhos (Santa Catarina, também no Bairro Alto). Estas e outras operações de reconversão e reabilitação de edifícios para fins de nobilitação intensificaram-se, acentuadamente, apenas nos últimos anos. Os dados estatísticos aqui apresentados não reflectem ainda a vaga de nobilitação urbana que, após 2001, atinge as áreas mais nobres da zona histórica da cidade.

A densidade populacional do município evoluiu de 78,6 habitantes por hectare em 1991 para 66,9 em 2001. A densidade residencial, medida pelo número de alojamentos de residência habitual ocupados, passou de 27 alojamentos por hectare em 1991 para 26,3 em 2001.²⁶ Uma evolução negativa, apesar de tudo, verificada na densidade residencial de algumas zonas sujeitas a processos de nobilitação urbana é indicadora, por um lado, de índices ainda reduzidos de nobilitação até muito recentemente, mesmo nessas zonas, quando tomadas como referência comparativa outras cidades mundiais em processo de intensa nobilitação e, por outro lado, de índices muito elevados de fogos abandonados, ou vagos.

Toda a informação disponível parece evidenciar que apesar da vaga crescente de nobilitação urbana da cidade, e da renovação e reabilitação de inúmeros edifícios em diversas zonas de Lisboa, elas eram ainda, no último momento censitário, quantitativamente insuficientes para colmatar os índices de abandono e degradação do parque edificado que atingiam expressão extremamente elevada (Seixas, 2004).

Como já anteriormente referido, a última fronteira do problema habitacional da cidade é a renovação, ou reabilitação, do seu parque edificado mais antigo. Por aí passa um dos principais desafios da revitalização urbana de Lisboa nos anos mais próximos. Esse é um desafio inelutável, porém sujeito a enormes constrangimentos, que são também importantes condicionalismos a uma nobilitação urbana de maior amplitude e extensão territorial. Em todo o caso, a recuperação habitacional, e do edificado em geral, como condição sem a qual não se verificará uma desejável revitalização urbana, não deverá iludir a tendência do padrão demográfico da cidade que ficou empiricamente demonstrada neste trabalho. Atendendo àquela tendência de padrão demográfico e de estilos de vida, o repovoamento da cidade antiga é, na actual fase de transição societal e reestruturação urbana, um repovoamento de grupos domésticos e não de população (Buzar e outros, 2007: 671).

26 INE, Censos, 1991 e 2001.

3.7.4 Tipologia das modalidades de nobilitação urbana

Como conclusão deste capítulo, e de acordo com a informação empírica analisada, é possível sistematizar uma tipologia das modalidades de nobilitação urbana observáveis no principal centro urbano da cidade-região de Lisboa.²⁷

[1] Uma primeira modalidade dá conta de uma *nobilitação pontual, sobretudo presente na zona histórica mais antiga, na cidade medieval e seus prolongamentos*, em torno do Castelo, desde as freguesias que o cercam até ao rio Tejo. Os dados analisados revelam alguns sinais de nobilitação nas freguesias do Castelo, São Vicente e Santa Engrácia. Mas a presença pontual de edifícios nobilitados é também observável noutras freguesias, como a Graça, ou São Nicolau na Baixa Pombalina. Os factores paisagísticos, as características arquitectónicas e os quadros de vida urbana dos bairros com história, são os factores valorizados por parte de alguns adultos jovens iniciando uma vida autónoma, ou menos jovens, mas invariavelmente pertencentes às profissões intelectuais, científicas e artísticas. Elas são vantagens fortes daquelas áreas urbanas para a sua crescente nobilitação.

[...] a magnífica luz de Lisboa a entrar pelas janelas com o rio em frente, a vista. [...] O facto de ser um bairro [...] central [...] o centro está perto, ao pé da Sé, ao pé do Rossio, tem os transportes todos ali ao pé e ser, apesar de tudo, um sítio pacato. [Entrevista 14, M, Guionista de empresa de comunicação].

O sítio propriamente [...] é assim uma espécie de paraíso, é uma rua sem saída, não tem trânsito, os prédios, é uma rua, digamos que tem uma certa imponência, os prédios são grandes, são bem feitos, não há assim nada a cair, o único que estava a cair já está a ser arranjado, portanto, é uma rua bonita, é uma rua bonita e está, de facto, no coração da cidade, entre duas zonas extremamente buliçosas como é o Bairro Alto e como é a Baixa. [Entrevista 8, M, Designer gráfico].

[...] a ideia de estar perto da Baixa é uma coisa que me agrada, se bem que eu nunca vá à Baixa. O estar perto de certos sítios que eram longe dos outros é-me agradável, ou seja, o ir mais facilmente, nem sei se é mais perto, mas é um percurso melhor que é, Bairro Alto, que eu não frequento muito, não frequento praticamente nada, mas a ideia de Bairro Alto ou o teatro da Cornucópia, Rua da Escola Politécnica que é também uma zona de que eu gosto muito e o estar perto destes sítios assim, mais do centro da cidade, acho que há mais uma ideia de pertencer à

27 Resultado de uma análise de clusters, de análise de conteúdo das entrevistas e observação do terreno.

cidade e de pertencer a Lisboa, se calhar uma ideia antiga de Lisboa, estando perto daqui. [Entrevista 7, F, Escritora e professora do ensino secundário]

No meu prédio, por exemplo, vivem dois arquitectos e tem sete inquilinos e por baixo vive a [...], a pintora, por isso o tipo de pessoa que escolhe aquilo é o tipo de pessoa com sensibilidade, ou que herdaram e estão lá e que dão a vida e a cor ao bairro, ou são os que vieram, mas têm muita sensibilidade do que é viver naquele bairro. [Entrevista 1, F, Responsável editorial de uma revista]

No entanto, um conjunto de factores concorre para que a nobilitação pontual que se conhece há muito naquelas zonas, tenha dificuldades para um alargamento em áreas territorialmente mais extensas e em volumes populacionais mais numerosos. Em primeiro lugar, uma malha urbana de extrema densidade, constituída por ruas estreitas, ruelas, becos e escadinhas, edificada num tempo histórico que necessariamente cria desajustamentos, qual efeito de *histerese* (Bourdieu, 1979), face aos actuais estilos de vida dos potenciais nobilitadores. Em segundo lugar, a representação idílica, ou romântica, que muitos possuíam daqueles bairros, com frequência se depara com uma realidade face à qual os *habitus* daqueles novos habitantes vão ter dificuldades de coabitação. A difícil acessibilidade, a quase inviabilidade do estacionamento automóvel, a “excessiva proximidade” aos vizinhos em relação aos quais não se partilha um trajecto de vida nem interesses comuns, a par da incapacidade material das casas face às exigências dos seus estilos de vida, são factores dissuasores de índices mais elevados de nobilitação daquelas zonas:

O resto da população, as pessoas estão todas na janela a ver quando é que uma pessoa chega, quando é que uma pessoa sai, estão ali a controlar, é aquela coisa de bairrinho, mais a nível destes bairros mais antigos, das ruas mais fininhas, das casas que dão para as casas e que as pessoas andam-se a espreitar umas às outras. Eu acho que é muito isso, há um conflito inicial e depois há conflitos esporádicos porque são pessoas com vidas diferentes. [Entrevista 9, F, Conservadora de arte]

Por exemplo, as pessoas da minha geração que vão para lá [Alfama], não fazem vida de rua porque não se misturam com as pessoas, enquanto que os de lá estão no seu meio, já vivem lá desde sempre, portanto, há esta contradição. Se calhar a mim agradava-me ocupar mais o espaço, mas, por um lado, não podemos ocupar um espaço que eles consideram deles, porque a rua é deles e, por outro lado, são valores um bocado diferentes [...] Pronto, o espaço, quando aquela gente recolhia toda era... pronto, estava-se bem, quando se lembravam de ligar música pimba, então, era insuportável! Acho que foi assim a coisa que me “chateou”. [...] [Entrevista 5, F, Professora do ensino secundário]

Aqui ela [a filha] não tem pessoas com quem se dá porque a escola que continuou a ser a dela é longe e porque os modos de vida das pessoas aqui também não são os nossos, etc. e também não há pessoas da idade dela, praticamente, neste bairro porque há, ou os velhos, ou os netos muito pequeninos, e aqui há uns hiatos muito grandes na população e, portanto, ela aqui não conhece ninguém, nem está com ninguém. [...] Mas de vez em quando lembra-se da Estrada da Luz porque lá podia andar de bicicleta, agora também passa esta fase, mas houve ali uma fase em que aqui o andar na rua é completamente impossível, nem há miúdos na rua, neste sítio, [...] e não há jardins, não há nada. [...] Portanto, há também esse tipo de desvantagem que é ser-se tão diferente ou de idade, ou de maneiras de viver, ou de classe social, ou de cultura [...] [Entrevista 7, F, Escritora e professora do ensino secundário]

Com excepção de áreas urbanas específicas que ofereçam algumas vantagens, como sejam largos e praças com maior acessibilidade e menor proximidade de vizinhança forçada, aquelas zonas tendem a ser pontuadas por uma nobilitação transitória ou, quando permanente, apenas marginal (Rose, 1984), tanto do ponto de vista do seu volume quantitativo, quanto do ponto de vista dos segmentos sociais que a protagonizam. Um alargamento do grupo doméstico, como a chegada do primeiro filho, um crescendo de exigências com base na transição da idade jovem para uma fase mais avançada da idade adulta, ou numa inserção profissional mais compensatória em matéria de remunerações e estabilidade profissional, são factores que motivam a mobilidade residencial para outras zonas urbanas. Alternativamente, algumas zonas desta área da cidade tendem a acolher, embora em número reduzido, imigrantes que optam por uma localização residencial na *cidade interior*, onde o aluguer ou subaluguer de uma casa velha, ou de uma parte de casa, pode constituir alternativa à localização nas periferias, para onde conflui a esmagadora maioria dos fluxos das migrações internacionais.

[2] Uma segunda modalidade coincide com as características da *nobilitação clássica*, possuindo algumas das vantagens atribuídas à primeira, sem reunir as respectivas desvantagens. Crescem, de forma notória, os grupos domésticos de jovens adultos, de pequena dimensão, unipessoais ou casais sem filhos, com profissões intelectuais, artísticas, científicas e de gestão. Ela é observável, em parte, nas freguesias da Sé, da Madalena e dos Mártires, (Baixa, Chiado e próximo do Bairro Alto), mas sobretudo nas freguesias de Sacramento e Mercês. As condições paisagísticas, mas também a centralidade e a proximidade ao ambiente cultural urbano do Chiado e Bairro Alto, são factores de relevo para esta opção, na perspectiva dos seus novos residentes.

A recuperação urbanística do Chiado, na sequência do incêndio de 1988, viria a motivar, a partir de finais dos anos de 1990, a criação de uma nova "*movida*" daquela zona da cidade que tem vindo, desde então, a motivar um

crescendo de nobilitação residencial e económica. Empreendimentos residenciais de alto standard e lojas de prestígio de marca internacional são factor de consolidação de uma nobilitação de elevado estatuto, frequentemente protagonizada por cidadãos estrangeiros, empresários ou profissionais das profissões intelectuais, artísticas e de gestão.

Os dados anteriormente analisados não deixam dúvidas sobre uma intensificação da nobilitação daquela área da cidade, sobretudo no Chiado (Mártires e Sacramento), com extensão para o Príncipe Real até São Bento (Mercês). Há, actualmente, evidência empírica da sua propagação ao centro do Bairro Alto (Santa Catarina e Encarnação). Um movimento que, por sua vez, se liga à nobilitação da zona mais próxima das docas (Santos e Prazeres). As dinâmicas de mudança em curso nesta área, nos anos mais recentes, e portanto ainda não reflectidas nos dados de 2001, permitem antecipar uma intensificação das tendências analisadas anteriormente. Acresce que esta zona da cidade reúne condições, nomeadamente quanto ao padrão urbanístico e quadro de vida, para uma nobilitação urbana mais exigente. Ao contrário da zona histórica da modalidade anterior, esta área não detém, na maioria do seu território, uma tradição residencial dos estratos sociais de baixo estatuto e, nessa medida, ela não se ajusta, com rigor, à definição inicial de nobilitação urbana. Todavia, esse facto constitui uma vantagem comparativa para o reforço da sua procura residencial por parte de estilos de vida que valorizam a historicidade da zona, associada ao universo da vida intelectual, artística e política do país.

[3] Uma terceira modalidade evidencia uma *nobilitação urbana intermédia*, fora da zona histórica mas ainda na área mais central, nas freguesias de São Mamede e Santa Isabel, com prolongamento, por um lado para Santo Condestável (em Campo de Ourique) e, por outro, para Coração de Jesus (de Santa Marta, Conde de Redondo, até Arroios). Toda a extensa área que desce do Príncipe Real até à rua de São Bento (freguesia de São Mamede, encostada à freguesia de Mercês) e continua pela zona do Largo do Rato, Amoreiras, até às ruas e avenidas que desembocam na Avenida da Liberdade, Praça do Marquês de Pombal, e no Parque Eduardo VII, continuando depois em direcção a Arroios e às Avenidas Novas.

Algumas zonas no bairro de Campo de Ourique-Estrela (Santo Condestável e Santa Isabel), evidenciam uma revitalização onde a recuperação de edifícios, ou mesmo construções novas na malha ortogonal de Campo de Ourique, manifestam uma nobilitação urbana, nos últimos anos, com uma expressão que os dados apresentados também ainda não reflectem com expressividade. A nobilitação económica neste bairro, visível no tipo de comércio e restauração, assinala bem a presença crescente de um segmento social e de estilos de vida que denunciam a presença da nobilitação residencial.

Os dados apresentados sobre o crescimento dos grupos socioeconómicos de topo, grupos profissionais mais qualificados, e de uma população com qualificações escolares superiores, evidenciaram uma tendência nítida para uma recomposição da população residente naquelas áreas urbanas que caminha no sentido da sua nobilitação.

Poder-se-á argumentar que aquelas áreas urbanas, em boa parte do seu território, eram já áreas com forte presença daqueles sectores socioeconómicos. É verdade. Por esse motivo, esta não é uma modalidade de nobilitação urbana no sentido tradicional. Nesse sentido, a nobilitação processa-se pela ocupação de áreas residenciais dos estratos sociais mais baixos da hierarquia socioeconómica, por parte de novos residentes pertencentes a fracções específicas das classes médias e médias altas. Todavia, por um lado, naquelas freguesias, diversas áreas particulares eram, igualmente, zonas residenciais dos estratos sociais mais baixos e, por outro lado, o crescimento daqueles estratos conotados com a nobilitação urbana, naquelas áreas, é um dado de extrema relevância para o sentido da recomposição social que vai ao encontro das características matriciais da nobilitação urbana. Recorde-se que em muitas áreas nobres da cidade, com uma história urbana conotada com uma marcação social pelas classes médias-altas, e mesmo altas, se assiste a um crescimento muito mais reduzido daqueles sectores sociais, ou mesmo a um retrocesso daquela composição social.

Tal como abordado na primeira parte deste capítulo, a nobilitação urbana tem assistido a uma evolução conceptual desde o seu primeiro estágio, possui uma temporalidade já longa, e uma geografia contextualmente diferenciada. Existe, como se observou antes (secção 3. 1) todo um património de discussão, de natureza teoria e conceptual, que conduz a definições mais restritivas, ou mais inclusivas, do conceito de nobilitação urbana. Numa definição restritiva, a nobilitação urbana apenas diz respeito a processos de reocupação, por parte dos sectores sociais de elevados recursos, dos bairros antes ocupados por uma população de baixos recursos, implicando como consequência directa a deslocação da população autóctone. Uma tal definição exige, ainda, que o processo ocorra mediante a reabilitação de antigas construções, e não através da renovação urbana, isto é, da construção após demolição da habitação antiga, ou em terrenos devolutos (veja-se esta discussão em Meligrana e Skaburskis, 2005: 1571-1572).

Poder-se-á questionar, no entanto, por que razão a reocupação de edifícios não habitados de uma área em declínio populacional, ou a demolição e construção nova numa zona outrora de baixo estatuto social e urbanístico, não podem ser designadas como processos de nobilitação urbana. Se a nobilitação apenas diz respeito às situações descritas por aquela definição mais restritiva, ela revela-se de alcance limitado para a compreensão e análise das dinâmicas sociais e urbanas em curso nas cidades contemporâneas. Contudo, o que é relevante, do ponto de vista do conhecimento das dinâmicas sociais e

urbanas de uma cidade, é o entendimento dos sentidos que a recomposição social e a reestruturação urbana estão a tomar nessa cidade, e esses sentidos ocorrem em configurações sociais e urbanísticas diversas. Além dos factores económicos, urbanísticos e demográficos, as opções diferenciadas pela localização residencial revelam que, por vezes, elas ocorrem na dependência de recursos diferenciados, mas que frequentemente dependem também de escolhas em função de estilos de vida diversos, protagonizados por indivíduos com recursos similares.

A opção por uma nova localização residencial fora da zona histórica, ou do casco urbano mais antigo, é um bom exemplo de uma opção que decorre directamente da valorização de determinados factores que aquele casco antigo não propicia, como ficou bem documentado nas entrevistas realizadas para este trabalho. Há, nesta localização residencial, uma opção clara por uma zona habitacional que confere o estatuto social e urbanístico, e as condições urbanas e de qualidade de vida, que a zona histórica mais antiga não possibilita. Mas aquela opção encerra, também, uma preferência por uma urbanidade, e um enquadramento arquitectónico e urbano, que as novas urbanizações, mais afastadas do centro, não detêm. É o que também transparece das entrevistas realizadas para este trabalho:

Eu só vivi um ano em Alfama [...] tinha alguns problemas de acesso, eu não podia ir de carro até à porta de casa, porque eu vivia num beco, com escadas, era o mais difícil. Em desvantagens, a outra [casa em Alfama] tinha uma grande desvantagem que eu não imaginei quando fui viver para lá que era a excessiva proximidade dos vizinhos. Portanto, eu vivia num beco, completamente fechado e às vezes tinha a sensação que tinha gente dentro de casa. A distância entre a minha janela e a da vizinha [da casa em frente] era de dois metros [...] E depois as pessoas fazem muito vida na rua porque as casas são muito pequenas, então ficam na rua a discutir tudo e mais alguma coisa, pegam-se pelos cabelos, põem música pimba, fado. Uma pessoa pensar que fica um fim-de-semana em casa para descansar ou para ler é mentira porque não se consegue. Pois, [esta casa] não tem nada disso. Aliás, esta zona tem muito pouca gente a morar, é uma zona de serviços. [...] Depois é o tamanho da casa, eu na altura vivia sozinha e quando mudei para aqui foi porque decidimos viver juntos. Mas agrada-me a localização, acho que estou mesmo assim no centro. [Entrevista 5, F, Professora do ensino secundário].

Sim, exageradamente bairrista, a gente acordava de manhã, às 9 da manhã, ao domingo com a música do [...] e havia uns vizinhos que adoravam essas músicas, pronto, não tinha muito a ver connosco, não é que esta tenha porque esta também não é nenhuma zona habitacional, digamos assim, não há aqui propriamente muita gente a habitar nesta zona, mas pelo menos é mais neutra. [...] a classe social também era muito mais baixa que esta aqui. Depois, vantagens, há o tamanho da casa, a zona, quando eu tiver aqui Metro à porta... Esta zona é melhor, em

termos de segurança, o meu carro ainda não foi assaltado, apesar de ter este barulho, eu gosto mais desta zona. [Entrevista 3, F, Produtora de espectáculos].

Eu acho que isto é um bairro extremamente esbatido, não sei se vocês conhecem bem este bairro, mas vocês vão ali à Avenida [...] e têm tudo! Há de tudo! Há de tudo! Há desde os cinemas aos supermercados, todo o outro tipo de comércio, uma pessoa não precisa de se deslocar. [...] a casa é melhor, ganhei imenso tempo por cada dia. Se vocês multiplicarem duas horas e meia por cinco dias da semana, fazendo as contas aos meses e aos anos, começa a dizer qualquer coisa. Vocês podiam pensar: “Ok, a outra zona era uma zona muito calma, esta é uma zona extremamente agitada”. Não é verdade, a maior parte do tempo que eu passo em casa é ao fim de semana e ao fim de semana este bairro é super, super sossegado. Relativamente à outra casa eu não vejo qualquer desvantagem, não consigo identificar... [Entrevista 11, F, Quadro superior do sector financeiro]

As vantagens é a proximidade com uma série de acontecimentos que me agradam e que me cativam e possibilidade de escolha, sobretudo, uma pessoa tem mais escolha num sítio como Lisboa. Eu estou no centro de Lisboa, quer dizer, eu posso ir às compras onde eu me apetecer, ir ao cinema que me apetecer, ir ver o espectáculo que entender, ir ao concerto que mais me agradar, portanto, tenho escolha. Em Oeiras não, eu vou ou não vou consoante aquilo que é. Portanto tenho escolha, tenho mobilidade, tenho. As minhas opções são práticas, eu tenho essas opções de facto, estão todas perto, isto é óptimo. [Entrevista 9, F, Conservadora de arte].

[4] Uma quarta modalidade decorre de uma *nobilitação urbana geograficamente periférica*, mas ainda integrada no centro principal da cidade-região de Lisboa. Ela ocorre na freguesia do Alto do Pina, muito por efeito de novas urbanizações de estatuto médio-alto e alto, na proximidade do Areeiro, em alguma medida também em São Domingos de Benfica mas, sobretudo, na freguesia do Lumiar, onde o crescimento absoluto e proporcional de estratos médios-altos e altos detém, como se referiu antes, valores singulares no contexto do município.

Um intenso crescimento imobiliário de Telheiras, e o mega projecto da Alta de Lisboa, foram os principais responsáveis por aquele crescimento, da década de 1990 para a primeira década do século XXI. O facto desse crescimento se ficar a dever a construção nova, na maior parte dos casos implantada em antigos espaços expectantes, outrora espaços rurais nos arrabaldes da cidade, pode também sustentar a ideia de que não se está em presença de processos de nobilitação urbana. Contudo, atendendo à crescente redução proporcional dos estratos da base da hierarquia social e ao crescimento muito acentuado, em seu lugar, dos estratos sociais do topo daquela hierarquia, é também uma modalidade específica de nobilitação urbana da cidade que está em curso.

Ela é uma localização residencial onde pontua um padrão demográfico marcado pela tradicional família nuclear ou, mais rigorosamente, pelo grupo doméstico constituído pelo casal com filhos, que tende a ser reforçada por uma população que atingiu um ciclo de vida de maior consolidação de carreira profissional, com os rendimentos equivalentes à dupla carreira altamente qualificada. A elevada dimensão média dos grupos domésticos residentes (no contexto urbano actual) resulta da preponderância dos casais com filhos, mas também das chamadas famílias recompostas, com filhos da união actual e de anteriores casamentos. Neste contexto, este padrão de grupos domésticos coincide com uma muito razoável disponibilidade média de rendimentos que permite condições habitacionais de elevado standard e exige condições urbanas e quadros de vida incompatíveis com uma localização nas zonas mais centrais e, por maioria de razão, na zona histórica mais antiga.

Adicionalmente, esta é uma área urbana onde outrora, recorde-se, estava concentrada uma parcela importante de bairros de habitação precária. A população desses bairros foi, em parte, realojada em habitação social na freguesia, noutra parte deslocada para aquele tipo de habitação nas freguesias limítrofes de Ameixoeira e, sobretudo, Charneca e, embora numa pequena parcela, também deslocada para as periferias fora do município, mediante indemnização após demolição da habitação precária, no âmbito do PER. A consequência directa destas operações, a par do crescimento exponencial da habitação nova dos segmentos de mercado médio, médio-alto e alto, foi o muito acentuado aumento da população pertencente aos estratos sociais correlacionados com aqueles segmentos do mercado habitacional.

Do ponto de vista da análise sociológica das dinâmicas sociais e urbanas da cidade, estes são os processos relevantes que permitem concluir por uma modalidade específica de nobilitação urbana da cidade, condizente, em alguns casos, à escala nacional, com o que Loreta Lees designou por “super-gentrification” (Lees, 2003a). Esta nobilitação de elevado estatuto não ocorre apenas em algumas urbanizações do Areeiro e do Lumiar, como também nas Amoreiras (exemplo: Páteo Bagatela), mais recentemente no Chiado (exemplos: Rua Garrett, Rua Nova do Almada, Rua Ivens, Rua António Maria Cardoso, Rua do Alecrim), ou mesmo em Alcântara (exemplos: Páteo Sá de Miranda, Alcântara Rio). As vias imobiliárias que ela utiliza podem ser diversas. Contudo, o seu efeito para a mudança do tecido social da cidade é idêntico: um significativo crescimento dos estratos do topo da hierarquia dos grupos socioeconómicos nessas áreas urbanas.

[5] Uma quinta modalidade dá conta de uma *nobilitação emergente*, em Lisboa, e revela a natureza aparentemente paradoxal de que se revestem as múltiplas formas de mudança do tecido social e urbano da cidade. Na primeira década do século XXI, vêm-se acumulando sinais de uma pressão para a

requalificação urbanística da frente ribeirinha entre o Cais do Sodré e Belém-Algés, correspondendo às freguesias de São Paulo, Santos, Prazeres, Alcântara e Belém, que apontam no sentido da nobilitação urbana daquela área da cidade. O Plano de Urbanização de Alcântara e o Plano de Recuperação da Baixa-Chiado, configuram as primeiras grandes operações de nobilitação urbana segundo a vaga mais recente daqueles processos, tal como enunciado na secção 3.2.²⁸

Os estudos sobre os processos de nobilitação urbana revelam que uma nobilitação económica, ou comercial, tende a suceder à nobilitação residencial. A crescente presença de determinados grupos socioeconómicos, e dos respectivos estilos de vida, cria um mercado potencial de consumidores que favorece o surgimento da nobilitação comercial: lojas *gourmet*, restauração de cozinha especializada, lojas de design, decoração, antiquários, galerias de arte, etc. Tal como já referido, esse é um processo visível, por exemplo, em Campo de Ourique, mas também no Chiado e Bairro Alto. No caso da frente ribeirinha ocidental, paradoxalmente, o processo foi inverso. Uma certa nobilitação económica, por via da requalificação de lazer das docas e do surgimento associado de espaços de diversão nocturna, na avenida 24 de Julho, em Santos e Alcântara, parecem ter sido os propulsores do surgimento da nobilitação residencial, com a reconversão de antigos palácios e espaços industriais e comerciais desactivados, em condomínios de apartamentos destinados ao segmento de mercado identificado com a nobilitação urbana.

As dinâmicas de requalificação urbana em curso, ou projectadas, para a freguesia de Alcântara, são um bom exemplo de como os processos de nobilitação urbana, na sequência daquelas dinâmicas, não decorrem de um modelo uniforme mas, pelo contrário, podem revestir caminhos nem sempre coincidentes com o padrão que, de modo mais comum, é associado àqueles processos. Por um lado, o que está em curso em Alcântara é uma versão clássica de substituição social numa zona de tradição operária que, desse ponto de vista, se ajusta rigorosamente, porventura mais do que em qualquer outra zona da cidade, ao modelo tradicional, de acordo com a definição mais restritiva de nobilitação urbana. A posição do presidente da Junta de freguesia de Alcântara é elucidativa:

[Lamenta que] tenham destruído toda a riqueza da arqueologia industrial que aqui existia, para a substituir por condomínios de luxo. [E esclarece:] Eu cheguei à junta na era da malta do fato de ganga. Mas, pelo andar da carruagem, qualquer dia é o pessoal do calção e da raqueta de ténis ou do taco de golfe que toma conta disto. [...] Havia a Lisnave, a Parry&Son, a CUF [na margem sul onde trabalhavam operários residentes em Alcântara], a fábrica dos chocolates

28 Eles serão, certamente, a par da muito provável requalificação futura do eixo Oriente-Santa Apolónia-Terreiro do Paço, projectos urbanísticos estruturantes da revitalização urbana de Lisboa na segunda década deste século.

Regina e a fábrica dos alfinetes. [A freguesia tinha] uma vizinhança que se preocupa com o próximo. [...] Se eu mandasse, não deixava fazer condomínios fechados [...] Mais não são do que uma espécie de *apartheid* [onde outrora trabalhou gente] a quem agora é vedada a entrada. [Como é o caso da fábrica Regina, onde foi construído o Pátio Sá de Miranda]. Estes espaços são tão fechados, tão fechados, que só a malta da *Lacoste* e do *Channel n.º 5* pode entrar [...] [Diário de Notícias, 28 de Janeiro de 2007].

Por outro lado, os condomínios em Alcântara, como noutros lugares, nem sempre se têm erigido através da reabilitação (*renovation*). Por vezes, eles resultam da renovação (*redevelopment*). Esse é o caso do edifício Alcântara Rio. Uma das vias frequentes para a mais recente nobilitação urbana em Lisboa, como noutras cidades mundiais, tem sido a edificação de condomínios privados, ou fechados (*gated communities*, na designação anglo-saxónica), como é o caso do Pátio Sá de Miranda, em Alcântara.

Segundo uma estimativa recente, 70% (138 empreendimentos) dos condomínios fechados existentes na região de Lisboa, concentram-se no eixo Lisboa-Oeiras-Cascais (Raposo, 2008). Aquele estudo permitiu concluir que “em Lisboa os [condomínios fechados] localizam-se preferencialmente em: áreas antigas da cidade tradicionalmente prestigiadas ou recém-nobilitadas; em velhas áreas industriais entretanto objecto de reconversão funcional e social (o caso da zona da Expo); em áreas novas e em expansão, cuja imagem social se encontra ainda em construção” (Raposo, 2008: 125). Ora, esta via urbanística para a nobilitação urbana não coincide com o modelo tradicional, e com a definição mais restritiva daqueles processos. Mas, como ficou documentado, ela pode prescrever, ainda assim, o atributo de substituição social que uma tal definição, mais restritiva e tradicional, qualifica como nobilitação urbana: a transformação de uma zona de tradição operária em espaço residencial de segmentos específicos das classes médias e médias-altas.

O que importa, no entanto, questionar, é se essa recomposição do tecido social daquela área urbana da cidade, bem como alterações no mesmo sentido, como efeito da nobilitação urbana de outras áreas tipificadas nesta secção, implicam a deslocação de uma população operária, ou dos estratos sociais de idêntica posição na estrutura ocupacional, para fora da cidade. Esta é, como se referiu antes, a tese central defendida por Neil Smith (1979, 1986, 1996) e por muitos outros autores (Sumka, 1979a, 1979b, 1980, Marcuse, 1986; Atkinson, 2000a e 2000b), mas que é questionável a partir dos elementos empíricos analisados ao longo deste trabalho. Mais do que um processo de expulsão e deslocação de determinadas classes que antes compunham o quadro social daquelas áreas da cidade, motivada pela invasão e re-apropriação por parte de outras classes sociais, o que parece estar a suceder é um processo de progressiva diminuição dos lugares outrora ocupados pelas primeiras na estrutura socioeconómica e, alternativamente, o crescente incremento dos lugares

ocupados pelas segundas naquela estrutura. Como questionava Rowland Atkinson (2003), no seu papel de moderador do debate em torno da discussão actual sobre a nobilitação urbana, promovida em número especial da *Urban Studies* (vol. 40, n.º12):

Estarão os bairros a ser nobilitados, ou será que simplesmente há mais daquelas pessoas que nós agora vemos como nobilitadores? Serão as pessoas [outrora residentes] deslocadas, ou será que há ali apenas menos pessoas trabalhando nas posições dos colarinhos azuis e do trabalho manual? (Atkinson, 2003: 2343).

Os universos de vida que existiam em Alcântara, e noutras áreas urbanas análogas, há menos de trinta anos, são agora elementos da história do desenvolvimento das cidades. O dado mais significativo desta modalidade emergente de nobilitação urbana em Lisboa é, até do ponto de vista simbólico, a natureza da reestruturação urbana em causa, por via da nobilitação²⁹: a inelutável transformação da cidade industrial e portuária dos colarinhos azuis, bem como da cidade comercial das batas cinzentas, ou mesmo da cidade administrativa dos colarinhos brancos, num outro tipo de cidade, onde crescentemente dominam as actividades e os sectores socioprofissionais dos serviços avançados e altamente qualificados, ligados às profissões intelectuais, científicas e de gestão, como ficou demonstrado neste trabalho.

As opções residenciais daqueles sectores sociais, em crescimento na *cidade interior*, detêm uma variabilidade que decorre dos atributos por eles valorizados em função dos respectivos estilos de vida. Atributos paisagísticos e naturais, como a topografia (as colinas), a luz natural da cidade, a vista para o casario e para o rio. Atributos urbanísticos, como o tipo de arquitectura, a malha do edificado, os espaços verdes, as praças, largos e jardins, as acessibilidades aos locais de trabalho, de consumo e à rede de transportes públicos, e o acesso por automóvel e respectivos lugares de estacionamento. Atributos relativos à segurança urbana, e aos quadros de vida, para o crescimento e desenvolvimento pessoal dos filhos, quando eles existem. Atributos, por fim, referentes à qualidade da habitação e ao estatuto e prestígio da zona. Todos eles condicionam aquelas opções de localização residencial e marcam diferentes modalidades de nobilitação urbana.

29 A manutenção das chaminés em alvenaria das fábricas, entretanto desactivadas, após a renovação das antigas edificações industriais, visíveis nos novos condomínios em Alcântara, como noutras áreas urbanas de outras cidades mundiais, constitui não só um traço de ordem estética e arquitectónica, como sobretudo um símbolo de transformação da anterior função económica em elemento arqueológico. O mesmo é dizer, constitui um símbolo de transição de estádio económico e ciclo urbano.

Em face de pertenças idênticas no plano da estrutura socioeconómica, ou estrutura ocupacional da economia, as diferentes modalidades de nobilitação urbana e, por consequência, a recomposição do tecido social da cidade que elas produzem, parecem decorrer de diferentes escolhas no plano dos estilos de vida. O quarto capítulo detém-se, mais detalhadamente, sobre a pertinência da análise dos estilos de vida para a explicação da variabilidade das opções residenciais. No entanto, como se procurará argumentar, não é apenas àquele nível que se justifica a pertinência analítica dos estilos de vida. Uma tal análise constitui-se em condição indispensável ao conhecimento das mais vastas dinâmicas, sociais e urbanas, da actual transição societal e reestruturação das cidades. É o que se procura demonstrar naquele capítulo.

Estilos de vida, transição societal e reurbanização

4.1 Estilo de vida: genealogia de um conceito analítico

Ao longo deste livro, e particularmente na última secção do capítulo precedente, por diversas vezes se referiu a expressão “estilos de vida” sem clarificar a sua definição, ou o sentido que era atribuído àquela noção. Seriam incontáveis as referências àquele conceito, contidas em publicações recentes, incluindo estudos empíricos sobre determinados estilos de vida em particular, que não chegam a definir o significado que atribuem ao conceito, porventura dando por adquirida a natureza inequívoca do sentido daquela expressão. Todavia, não existe nada mais enganador.

Como foi observado por Featherstone, “o termo ‘estilo de vida’ está actualmente em voga” (Featherstone, 1991: 83). Isso mesmo é visível na sua recorrente utilização no discurso comum, no universo da moda, na publicidade e nos media em geral, onde aquele termo se encontra exposto às mais variadas acepções, frequentemente estranhas à natureza conceptual que detém no seio do discurso sociológico. Sendo escassos os trabalhos científicos que se dedicam à problematização e clarificação de uma noção de evidente apropriação pelo discurso comum, constitui-se como imperativo proceder, na primeira parte deste capítulo, a uma tal problematização e clarificação.

Em trabalhos já citados procurou-se dar resposta àquele objectivo (Rodrigues, 1992a, 1992b, 1993). Torna-se, no entanto, necessário efectuar, também neste ponto, uma actualização e reformulação conceptual daquelas aproximações ao objectivo em causa, atendendo a novos contributos teóricos e aos avanços do conhecimento sociológico sobre os factores da actual fase de transição societal e reestruturação urbana.

4.1.1 *A filiação teórica do conceito de estilo de vida*

A história da análise sociológica está marcada pelo recurso à teoria das classes sociais ou da estratificação social. A investigação sociológica do triângulo

fundamental: estrutura-acção-consciência, ou estrutura-práticas-representações, consoante as correntes teóricas e os diversos autores, viria a adoptar, sobretudo, a classe social como categoria analítica, em diversas combinações e crescentes fraccionamentos, à medida das transformações do regime económico dominante. Recorde-se o que a esse propósito se referiu na secção 3.5. Tal como também se aludiu naquela secção, contudo, diferentes perspectivas de análise face ao conceito de classe social têm origem, desde logo, no princípio do século XX, particularmente na sequência da teoria da estratificação social proposta por Max Weber (1922/1944).

Nas duas últimas décadas, o crescente recurso à noção de estilo de vida, por parte de um leque variado de perspectivas teóricas, poderá ser interpretado como indicativo da dificuldade que as ciências sociais vêm experimentando em explicar satisfatoriamente práticas, representações e processos sociais, com o recurso exclusivo às teorias das classes ou da estratificação social. É altura de retomar o enquadramento teórico efectuado no primeiro capítulo deste trabalho, onde se delineou os cinco traços fundamentais da transição das sociedades contemporâneas, mediante o recurso a alguns conceitos que permitem perceber o crescente interesse pela noção de estilo de vida na análise sociológica.

Como então se sublinhou, o mundo actual parece marcado por processos que vêm acarretando uma transição societal na modernidade que, por sua vez, coloca importantes desafios à análise sociológica, e aos instrumentos conceptuais e operativos que permitam aproximações satisfatórias ao conhecimento da complexa realidade social que advém daquela transição. Recorde-se, então, o que se sustentou naquele capítulo.

Em primeiro lugar, a ideia de que a actual vaga de *globalização* denota uma intensificação acelerada da mobilidade de *sujeitos* e *objectos*. Quer isto dizer que múltiplos factores, que influem decisivamente nos estilos de vida, circulam a velocidades crescentes e a escalas diversas e cada vez mais amplas: o dinheiro, as mercadorias, a maquinaria, os bens de consumo, as imagens e símbolos neles incorporados, as pessoas e as suas identidades, enquanto profissionais, estudantes, trabalhadores, migrantes, refugiados, turistas. Esta acelerada e intensa circulação de imagens, símbolos, ideias, informação e identidades, diversifica enormemente os dispositivos de estilos de vida e confere-lhes um carácter global. O cruzamento de atributos identitários de origem local e nacional com outros de origem transnacional, produz uma acentuada complexidade na panóplia de estilos de vida disponíveis e acentua a importância das estruturas globais da informação e do conhecimento, na estruturação dos estilos de vida.

Em segundo lugar, a crescente *flexibilização*, ou plasticidade, das estruturas sociais e económicas, exigindo um regime económico mais permeável à permanente mudança de modos de produzir e consumir, mas também um *modelo de societalização* igualmente sujeito a uma crescente diversidade, e maior transitoriedade, de formas sociais e culturais.

Em terceiro lugar, a *reflexividade* que caracteriza os diversos subsistemas do sistema social, exigindo à acção dos indivíduos, nas mais variadas esferas, decisões e escolhas relativas aos modos de viver e aos estilos a adoptar, no seu quotidiano e ao longo do seu percurso de vida.

Em quarto lugar, a crescente *esteticização* da vida quotidiana e das suas múltiplas paisagens, dos espaços públicos aos espaços privados, do universo do trabalho ao universo do lazer e da vida doméstica, decorrente das transformações no regime económico e no regime comunicacional dominantes. Um traço de mudança observável nas crescentes preocupações de ordem estética, presentes nos *objectos* e nos *sujeitos* das transacções económicas, sociais e culturais das sociedades contemporâneas.

Por último, a intensificação dos processos seculares de *individualização* que caracteriza a actual fase da modernidade, tendo como consequência mudanças significativas nos modos de integração social, na medida em que se individualizam as oportunidades mas também os riscos decorrentes das escolhas e decisões que os indivíduos têm de assumir, na sua vida diária e no seu trajecto biográfico.

Entre os múltiplos efeitos decorrentes da acção conjugada daqueles factores, importa referir, para o que aqui se trata, os importantes acréscimos de graus de incerteza, volatilidade e complexidade, de antigas fronteiras e divisões sociais, culturais e territoriais. Por aqui se deve ler, também, a ideia de uma crescente fragmentação, ou melhor, pluralização, de formas sociais e culturais, nas sociedades contemporâneas, que tem conduzido aos debates expostos no capítulo anterior (secção 3.5). Tal como ali se procurou anotar, as ciências sociais parecem experimentar alguma dificuldade na análise daquelas mudanças, nomeadamente as que são empiricamente observáveis na esfera dos estilos de vida, confundindo-as, como então se sublinhou, com uma suposta fragmentação social ou, ainda mais equivocadamente, fragmentação das classes sociais.

Essa dificuldade parece ser acrescida quando se procura estabelecer uma análise dos estilos de vida segundo um modelo analítico que a sociologia, em particular, adoptou para o estudo das estruturas, práticas e representações, na óptica das classes ou estratos sociais. Inversamente, o recurso a uma análise de estilos de vida parece exigir uma perspectiva metodológica, e um enfoque da realidade, distintos daqueles que se encontram inscritos na análise das classes sociais, ou de outras categorias igualmente concebidas *a priori* para interpretar a realidade social.

Torna-se, então, imprescindível recuar ao princípio do século passado, para a clarificação das diferentes filiações teóricas destes conceitos, aparentemente concorrentes. Recorde-se, porém, que a perspectiva que se defende neste trabalho, sustenta a continuada pertinência das categorias das classes e estratificação para análise e categorização de determinadas dimensões da realidade social e económica,¹ sem no entanto as confundir, ou entrecruzar, com uma análise das identidades pessoais e dos estilos de vida. Partilha-se, neste ponto, a perspectiva de análise defendida por Giddens (1991, 1994b,

2007) e, na sua aplicação ao estudo da nobilitação urbana, por Redfern (2003).

Ao contrário do que por vezes é sugerido, o primeiro autor a utilizar o conceito de estilo de vida não terá sido Weber (1922/1944), nem o psicólogo Alfred Adler, em texto de 1929, frequentemente citado nas abordagens da génese do conceito de estilo de vida, mas sim Simmel (1907/2004), em *A Filosofia do Dinheiro*. Como é sabido, para Simmel, a unidade mínima de análise da sociologia seria o indivíduo, e o seu objecto de estudo a interacção social por ele protagonizada. Para aquele autor, é através da interacção social dos indivíduos que as formas sociais (estruturas) são construídas e transformadas. Acresce, que Simmel conferia à individualidade, liberdade individual e estilização da vida, importância distintiva essencial da modernidade, por contraponto às sociedades pré-modernas.

Foi, no entanto, Max Weber, o autor que se ocupou da construção de uma perspectiva teórica que permitia distinguir o conceito de classe social do conceito de estilo de vida. No capítulo *Classe, Status e Partidos*, em *Economia e Sociedade*, Weber (1922/1944) expõe a sua teoria da autonomia relativa entre as três ordens (económica, social e política). O que decorre da leitura weberiana das sociedades modernas é a natureza económica estrita do conceito de classe social, entendido como o lugar que os indivíduos ocupam na estrutura produtiva. A classe social seria, então, a classe ocupacional, tal como abordada no capítulo precedente. Por sua vez, o *status* decorreria da posição ocupada pelos indivíduos na ordem social, na dependência de factores como a honorabilidade, a respeitabilidade ou o prestígio social. Aos diferentes *grupos de status* de uma determinada sociedade corresponderiam, então, diferentes estilos de vida, os quais seriam relativamente autónomos da pertença de classe na estrutura económica.

Actualmente, não parecem restar grandes dúvidas que a construção daquela perspectiva teórica de Weber tinha como objectivo a formulação de uma teoria do conceito de classe e da estratificação social, das sociedades modernas de capitalismo industrial e sistema político democrático, por contraponto ao conceito de classe social de Marx. Apesar da adopção de diversas variações de uma ou outra daquelas duas perspectivas teóricas, ao longo da história da sociologia do século XX, a verdade é que a teoria das classes de raiz marxiana haveria de se tornar dominante na comunidade científica da sociologia, e mesmo de outras ciências sociais, nomeadamente entre os anos de 1960 e o final dos anos de 1980. As perspectivas teóricas de Simmel e de Weber, no que concerne em particular ao estilo de vida, foram sendo abandonadas à medida que se avançava no século XX ou, pelo menos, não

1 Veja-se, a este propósito, o artigo: Costa, António Firmino da e outros (2000), "Classes Sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-43 e Scott, John (1996), *Stratification and Power: Structures of Class, Status and Command*, Cambridge, Polity Press.

tiveram estatuto similar ao conceito de classe social, no *mainstream* da produção sociológica durante uma boa parte daquele século.

Desse modo se compreende que as crises de paradigmas teóricos de finais da década de 1970, claramente assumidas em finais da década de 1980, resultado também das transformações sociais que conduziram à actual fase de transição, tenham induzido a tentativa de recuperação de conceitos alternativos ao conceito de classe social, como instrumento conceptual e analítico, para a explicação de múltiplos aspectos daquelas transformações.

Mais do que o conceito de estilo de vida seria, sobretudo, o conceito de “modo de vida” a ocupar o lugar central das abordagens sociológicas em diversas áreas disciplinares, nomeadamente na sociologia urbana. Aparentemente, dir-se-ia tratar-se de uma mera questão terminológica sem correspondente diferença no plano conceptual e substantivo. Porém, não é assim. As utilizações do conceito de “modo de vida”, na transição da década de 1970 para a década de 1980, por parte dos estudos urbanos, exprimiam a tentativa de escapar aos impasses teóricos das correntes neo-marxistas que haviam recorrido à teoria das classes sociais como instrumento central das suas abordagens dos processos de urbanização e da vida urbana². Frequentemente, continua a utilizar-se indistintamente aqueles conceitos. Contudo, eles remetem para modelos analíticos e filiações teóricas distintas.

O conceito de modo de vida tem uma origem na sociologia urbana que remonta à fundação daquela área disciplinar, quando Louis Wirth referia a existência de um modo de vida urbano por oposição a um modo de vida rural. Estava em questão, nesse caso, a formulação de uma teoria do “fenómeno urbano” como expressão da modernidade no dealbar do século XX, inspirada na produção teórica de Simmel, sobre a modernidade, e de outros autores clássicos da sociologia como Durkheim e Tönnies, sobre a emergência das sociedades modernas, industriais e urbanas. Tratava-se, para os fundadores da sociologia urbana, como Louis Wirth, de afirmar as características distintivas das sociedades urbanizadas.

Não era esse o sentido que a sociologia urbana pós neo-marxista atribuía ao conceito de modo de vida. Para os sociólogos urbanos da década de 1980 o que estava em questão era, sem dúvida, uma certa recuperação daqueles clássicos, porém mais ao nível das metodologias de pesquisa, do que ao nível da concepção teórica dos processos de urbanização. O que aqueles sociólogos visavam era a construção de um conceito analítico que permitisse explicar satisfatoriamente as práticas e representações dos indivíduos, nomeadamente as práticas de consumo e apropriação do espaço, onde as

2 Dispensamo-nos de aqui apresentar o vasto conjunto de referências bibliográficas publicadas na década de 1980 sobre o conceito de modo de vida, algumas delas referenciadas em trabalhos já citados (ver: Rodrigues, 1992a, 1992b). Para uma síntese, veja-se a revisão da literatura efectuada em Guerra (1991, 1993).

categorias das classes sociais se revelavam, em seu entender, analiticamente inadequadas. Concretamente, em face da observação empírica de práticas e representações dos actores sociais não redutíveis às suas posições na estrutura produtiva, tratava-se de procurar no conceito de “modos de vida” o substituto funcional do conceito de classe social nos modelos analíticos aplicados ao estudo daquelas práticas e representações.

A armadilha teórica em que aqueles sociólogos tropeçaram residia no facto de entenderem que o impasse teórico em causa seria ultrapassável com o recurso a um leque de variáveis mais alargado do que aquele que as teorias das classes utilizavam. Tendo como referência matricial um quadro teórico marxista, aqueles autores funcionavam com uma dicotomia entre a esfera da produção e a esfera do consumo, e com a ideia de determinação estrutural da segunda pela primeira. Assim, os modos de vida, naquela perspectiva, resultariam, em primeiro lugar, da posição ocupada pelos indivíduos face ao sistema produtivo (o lugar de classe) e, em segundo lugar, de um conjunto de outras variáveis, onde se inscreviam as filiações identitárias. As pertenças a identidades colectivas como as identidades regionais, locais, étnicas, etárias e de género, seriam convocadas para análise, enquanto variáveis explicativas dos acréscimos de variabilidade das práticas e representações de classe.

Em certa medida, os “modos de vida”, naquela concepção, mais não eram do que “classes de consumo”, por contraponto às “classes de produção” da teoria neo-marxista clássica. Os modos de vida diziam respeito, em primeira instância, ao “modo como se ganha a vida”, no sentido em que, convocando as identidades colectivas para o conhecimento das práticas e representações, o primeiro atributo dessas identidades dizia respeito ao lugar ocupado na estrutura produtiva (a classe ocupacional), e à posição daí advinda para o acesso ao consumo (entendido como a habitação e os equipamentos sociais e culturais) e apropriação do espaço (do habitat aos espaços públicos). Por outro lado, tratava-se de acrescentar outras variáveis que permitiriam uma leitura mais diversificada da realidade dos “mundos de vida” que, então, se tornavam crescentemente evidentes ao olhar analítico daqueles sociólogos. Alguns contributos teóricos e metodológicos foram decisivos naquela “novíssima corrente teórica da sociologia urbana”, como então se poderia designar, face à chamada “nova sociologia urbana” das décadas precedentes (Guerra, 1993).

No plano metodológico, merecem destaque a metodologia das histórias de vida, ou método biográfico, com origem nas metodologias adoptadas pelos fundadores da sociologia urbana da Escola de Chicago, e as análises estatísticas multi-variadas, permitindo encontrar *clusters* de modos de vida. Esta metodologia esteve também na base do tratamento do conceito de estilo de vida aplicado aos estudos de mercado, como se verá mais adiante.

No plano teórico, importa realçar os contributos de Pierre Bourdieu (1972, 1979), tanto por via da sua teoria da prática, como por via da sua teoria

dos capitais. O conceito de *habitus* e a ideia que os recursos potencialmente mobilizáveis pelos indivíduos poderiam ser sistematizados em capitais económicos, culturais, sociais e simbólicos, viriam a constituir importantes instrumentos da construção do conceito de “modo de vida”.

Por um lado, o cruzamento de instrumentos metodológicos que remetem para a atenção à biografia dos indivíduos, com a concepção do conceito de *habitus*, enquanto produto do trajecto de vida e das experiências vividas ou presenciadas, consubstanciadas no conjunto de disposições, regras e códigos, interiorizados como uma gramática para representar o mundo e prescrever as práticas. Por outro lado, o cruzamento da análise multi-variada com a ideia de diversidade de recursos mobilizáveis pelos indivíduos, no seu quotidiano e ao longo do seu trajecto de vida. Tratava-se, com efeito, de uma sólida, e internamente coerente, edificação teórica.

Todavia, a noção de “modo de vida” permanecia, tanto presa a um postulado de determinismo económico, implícito na ideia de determinações objectivas (o lugar de classe, ou a posição no sistema produtivo), quanto presa a uma concepção apriorística, e razoavelmente rígida, da estrutura social, dando escasso poder explicativo à agência individual, antes concebendo os modos de vida como categorias colectivas dadas *a priori* pelo lugar social de origem dos indivíduos. O “modo de vida” era, naquela perspectiva, uma variável, ou um cluster de variáveis correlacionadas, que permitiam esquemas classificatórios das práticas e representações dos indivíduos e grupos sociais.

Os modos de vida resultariam, então, de combinações de variáveis e respectivos indicadores, passíveis de classificar os indivíduos em *clusters*, consoante o seu posicionamento em função de pertenças a diversas entidades colectivas: a classe, ou fracção de classe, a identidade regional ou local, a identidade étnica, de grupo etário, entre outras.

4.1.2 *Estilo de vida, habitus e teoria dos capitais*

Em face do anteriormente exposto, importa clarificar que a produção teórica de Pierre Bourdieu é relativamente estranha à sua apropriação pela sociologia urbana na década de 1980. Na realidade, o labor conceptual de Bourdieu, procurando construir uma teoria que permitisse ultrapassar as divisões dicotómicas clássicas da sociologia, entre a subjectividade da acção (e das representações, ou consciência, do mundo) e a objectividade das estruturas, ou entre a esfera do consumo (e das suas escolhas) e a esfera da produção, data do princípio da década de 1970, com a obra *Esquisse d'une Théorie de la Pratique* (1972). Em acréscimo, Bourdieu, não por acaso, utilizaria o conceito de estilo de vida, e não o de modo de vida, o que permite reforçar a ideia das filiações teóricas distintas daqueles dois conceitos.

A utilização do termo “estilo de vida” por Bourdieu, em *La Distinction* (1979), resulta, por um lado, de uma concepção weberiana da estratificação

social e, por outro, da ideia de estilização que Bourdieu conferia à utilização dos diversos tipos de capitais na estilização da vida, particularmente, por parte de algumas classes e fracções de classe. Ao contrário de Simmel e de Weber que, utilizando o termo estilo de vida, não chegam a definir rigorosamente o conceito, Pierre Bourdieu propõe a sua inequívoca definição e aquela obra constitui, porventura, o primeiro estudo sociológico aprofundado sobre os estilos de vida.

Recorde-se que aquele trabalho tinha como objectivo uma análise sociológica crítica das práticas de consumo, dos códigos culturais, dos regimes corporais e das apreciações estéticas, a partir da desconstrução da ideia de *gosto*, tal como expressa no discurso comum, mediático, artístico, ou mesmo filosófico. Em parte devido ao advento da utilização da noção de estilo de vida nos media, na publicidade, na moda e no marketing, Bourdieu propõe uma explicação dos estilos de vida que permita, simultaneamente, ultrapassar as explicações do determinismo económico marxista e do subjectivismo da ideia de “gosto” e do livre arbítrio das escolhas dos indivíduos enquanto consumidores.

Segundo alguns autores (Veal, 1993: 235), a perspectiva teórica de Bourdieu, assente na ideia de diversificação dos factores de estratificação social (os vários tipos e volumes de capitais), resultaria da ideia weberiana das três ordens, tal como antes se referiu. Mas Bourdieu conferia, ainda, importância crucial ao crescimento da centralidade de determinados sectores socioprofissionais: os especialistas da produção simbólica — os peritos, para Giddens, (1991) —, e os intermediários culturais.

Por um lado, trata-se das consequências da reestruturação económica iniciada na década de 1970, tal como abordada ao longo deste trabalho, dando lugar ao crescimento dos sectores profissionais ligados ao conhecimento e à produção simbólica em geral. Por outro, trata-se da crescente importância da educação, nomeadamente da educação superior e especializada, como suporte ao surgimento de profissionais altamente qualificados, que vêm ocupar o lugar de produtores simbólicos (especialistas diversos cuja produção não se traduz em bens tangíveis mas sim imateriais e simbólicos) e de novos intermediários culturais (críticos e jornalistas especializados, designers, criativos da publicidade, da moda, das artes e do espectáculo, entre outros formadores e pedagogos dos estilos de vida). Para Bourdieu (1979), aqueles sectores profissionais desempenham, agora, um papel central na formação do gosto e, mais genericamente, na definição, difusão e legitimação das regras e códigos das práticas e representações relativas aos estilos de vida.

Em certa medida esta ideia é precursora da ideia, mais recente, de Richard Florida (2002, 2003; 2005; 2008), segundo a qual um sector profissional criativo é, actualmente, decisivo à inovação e revitalização das cidades e das suas economias. Na realidade, ele é decisivo porque o novo regime

económico se tornou exigente em inovação e criatividade e, como tal, a reflexividade cognitiva e estética tornou-se crucial à criação de valor acrescentado e, por consequência, os estilos de vida protagonizados, e difundidos, por aqueles sectores socioprofissionais, adquiriram uma visibilidade e reconhecimento acentuados, nomeadamente, nas áreas nobres e nobilitadas das cidades.

Acresce que Bourdieu (1979) confere uma importância essencial, neste seu aparelho conceptual, a um tipo particular de capital, o capital cultural. Contudo, a sua noção de cultura, e a hierarquia de códigos culturais que propõe, viriam a ser questionadas por diversos autores, que as entenderam como normativas e de difícil aplicação empírica a outros contextos fora da realidade francesa (Chaney, 1996: 65-66, Douglas, 1996: 30).

Para Bourdieu (1979) aquela hierarquia de códigos culturais (alta cultura, cultura de massas e culturas populares) é arbitrária e resulta de um processo de legitimação de acordo com as regras e códigos das “classes dominantes” (intelectualizadas). Mas é o capital cultural que acaba por ser uma das variáveis fundamentais na sua definição dos estilos de vida das diversas classes e fracções de classe. Para aquele autor, as classes e fracções de classe detêm volumes e tipos de capitais (fundamentalmente, económico e cultural) diferentes e, em função disso, prosseguem estilos de vida (e têm práticas e gostos) também diferenciados.

O conceito de estilo de vida, para Bourdieu (1979), poderia, então, ser definido como um conjunto de práticas e esquemas classificatórios, de acordo com o *habitus*, o volume e os tipos de capitais de um indivíduo. O princípio estruturador dos estilos de vida é uma noção classista e normativa de cultura, decorrente da ideia de cultura da teoria crítica de autores como Theodor Adorno, em que a alta cultura, enquanto “cultura cultivada”, é valorizada em detrimento da então apelidada “cultura de massas” e das “culturas populares”.

O trabalho de Bourdieu (1979) culmina numa tipologia de estilos de vida resultantes, fundamentalmente, da posição ocupada pelas diversas classes e fracções de classe face ao capital económico e cultural: (i) os estilos de vida das fracções dominantes das *classes altas e médias-altas*, caracterizados por gostos que exigem elevado nível de capital económico, (ii) os estilos de vida das *novas classes médias*, caracterizados por elevado volume de capital cultural, (iii) os estilos de vida dos que detêm baixos níveis de ambos os tipos de capitais (as restantes classes, ou fracções de classe).

Em conclusão, apesar dos avanços que o trabalho de Pierre Bourdieu representou para o conhecimento sociológico das virtualidades das aplicações do conceito de estilo de vida, alguns aspectos daquele trabalho merecem questionamento em face dos argumentos que aqui se defendem.

Em primeiro lugar, porque embora seja verdade que o conceito de *habitus* pressupõe disposições duráveis mas transponíveis e passíveis de reatualização ao longo do trajecto de vida, ele “remete continuamente para

as relações derivadas da situação de classe cuja marca indissociável o *habitus* carrega” (Hörning e outros, 1990/1995: 15). Isto é, acaba por endereçar, em última análise, para a classe social de origem dos indivíduos. Como sustenta Chaney (1996: 66), a propósito da teoria de Bourdieu: “o seu compromisso em refutar as “ilusões subjectivistas” significa que a realidade objectiva do *habitus* necessariamente determina as acções individuais”. Contudo, o problema maior com a teoria de Bourdieu reside no seu “compromisso teórico face à necessidade de acreditar na realidade objectiva dos alinhamentos estruturais, *independentemente dos usos que os actores fazem desses alinhamentos*”³ (Chaney, 1996: 66).

Em segundo lugar, porque a teoria de Bourdieu “pressupõe que há uma hierarquia de códigos pré-existentes e inalteráveis” (Chaney, 1996: 67) e pressupõe, ainda, uma noção de cultura como um quadro estável para a acção. Ora, um dos motivos do interesse relativamente recente no conceito de estilos de vida é, precisamente, o facto de se entender que se aqueles códigos nunca foram imutáveis, por maioria de razão na actual fase da modernidade dificilmente se poderá sustentar a existência de uma hierarquia pré-estabelecida de códigos culturais inalteráveis. É esse, justamente, o motivo que conduz Giddens a sugerir a ideia de estilo de vida, como possuindo particular valor heurístico para interpretar determinadas características da actual fase da modernidade: a maior transitoriedade e pluralização das formas sociais e culturais e contextos de acção. Tal como sustenta Giddens (1991: 5), “devido à “abertura” da vida social actual, à pluralização de contextos da acção e à diversidade de “autoridades”, a escolha de estilo de vida é crescentemente importante na constituição da identidade pessoal e na actividade quotidiana”. Como se aprofundará mais adiante, é este o sentido em que o recurso ao conceito de estilo de vida se pode revelar um importante instrumento analítico.

4.1.3 Estilos de vida e cultura do consumo

Outro contributo relevante para a conceptualização dos estilos de vida foi trazido pelo trabalho de Featherstone (1991) na sua análise dos estilos de vida citadinos em articulação estreita com o seu entendimento da cultura contemporânea como uma cultura do consumo⁴. Por um lado, a sua abordagem revela uma teoria crítica (partindo da perspectiva de Horkheimer, Adorno, e Marcuse) das sociedades contemporâneas como “sociedades de consumo” e, na

3 Itálico nosso, visando sublinhar a questão essencial na perspectiva que neste trabalho se defende.

4 A sociologia do consumo mais recente está repleta de abordagens que relacionam o consumo com os estilos de vida. Contudo, o trabalho de problematização e clarificação do conceito de estilo de vida é escasso naquelas abordagens. Outros exemplos de teorizações da cultura do consumo são: Celia Lury (1996) e Don Slater (1997).

esteira de Bourdieu, uma associação daquela cultura do consumo a determinadas classes ou fracções de classe e seus estilos de vida. Todavia, por outro lado, aquele autor acrescenta à teoria de Bourdieu, diversos contributos decorrentes da produção teórica de autores que relacionam, criticamente, aquela cultura do consumo com a pós-modernidade (Jameson, Baudrillard, Bauman, entre outros).

A abordagem de Featherstone (1991) vai mais além do que a proposta por Bourdieu, por exemplo, quando sugere a ideia da possibilidade de adopção e usurpação das práticas e gostos dos estratos sociais mais elevados, por parte dos que se posicionam em lugares mais baixos da hierarquia social, conduzindo os primeiros a adoptar outras práticas e gostos que permitam manter a distinção e a hierarquia. O mesmo sucede quando avança a ideia da possibilidade de reconversões de capitais, num processo de mobilidade social ascendente. Estas são duas importantes questões que ficam subsumidas na teoria de Bourdieu e às quais este autor não havia dado o necessário desenvolvimento, em face dos compromissos teóricos subjacentes à sua perspectiva teórica, como antes se referiu.

Por outro lado, Featherstone (1991) sugere, igualmente, que na actual fase da modernidade, e atendendo às consequências de uma nova vaga da globalização, a circulação da informação é cada vez mais vasta, social e territorialmente, o que tem vindo a contribuir para um processo tendencial de “deshierarquização” e “descodificação” de anteriores hierarquias e códigos culturais. Se é verdade que este argumento não pode ser tomado em sentido absoluto, na medida em que as culturas e os meios sociais permanecem dependentes de hierarquias de poder e de um conjunto de códigos e regras não indiferenciados, não é menos verdade que, na actualidade, se assiste a um maior esbatimento de fronteiras sociais e culturais, entre níveis hierárquicos e conjuntos de códigos relativos aos múltiplos meios sociais e culturais.

Não se trata de sustentar o argumento de uma qualquer *desdiferenciação* social e cultural, mas sim o de maior permeabilidade entre antigas divisões sociais e culturais. O que está em questão não é o fim das divisões sociais de classes e estilos de vida, claramente ilustradas com o trabalho de Bourdieu, mas antes a maior pluralização de estilos de vida e a sua não dependência automática de pertenças de classe, ou estrato social, mas, inversamente, a sua estreita relação com a esfera das identidades pessoais, como é sugerido por Giddens (1991).

Segundo Featherstone, “na cultura de consumo contemporânea o estilo de vida implica individualidade, auto-expressão e auto-consciência estilística” (Featherstone, 1991: 83). Para aquele autor, nas sociedades contemporâneas, assiste-se a “um crescente interesse pelas culturas citadinas e estilos de vida urbanos” (idem: 95). Esse facto tem conduzido, em seu entender, a uma alteração do enfoque “nos estilos de vida como decorrentes das disposições, gostos culturais e práticas de lazer, relativamente fixas, e que demarcavam os grupos uns dos outros, para a assunção de que os estilos de vida citadinos contemporâneos

são construídos de um modo mais activo” (ibidem). Os exemplos daquelas culturas citadinas e estilos de vida urbanos, referidos por Featherstone são inúmeros, dando o autor particular relevo às “neo-tribos” ou “tribos urbanas” e aos “nobilitadores urbanos”. As primeiras, sobretudo na sua acepção nos trabalhos de Zigmunt Bauman e Michel Maffesoli,⁵ e os segundos, na sequência dos trabalhos, já referenciados neste texto, desenvolvidos por Sharon Zukin.

Aquele argumento levou Featherstone (1991), por um lado, à discussão da concepção dos estilos de vida, não como estruturas mas como processos, que exigem a auto-composição de um estilo, conferindo-lhes maior margem de escolha e decisão individual, maior liberdade da agência dos indivíduos, reflectindo-se numa tendência de estilização e esteticização da vida e das paisagens urbanas. A vida é, nessa perspectiva, encarada como um “trabalho de arte”. Por outro lado, aquele autor confere, na senda de Bourdieu, importância decisiva ao papel desempenhado pelos produtores simbólicos e novos intermediários culturais naqueles processos de construção individual de um estilo de vida.

Em síntese, o contributo de Featherstone consiste numa abordagem dos estilos de vida como categoria analítica não dependente das determinações estruturais da pertença de classe dos indivíduos mas, inversamente, como relativamente autónoma daquelas determinações e operando na dependência da agência individual, exigindo, pois, um papel mais activo dos indivíduos nas decisões e escolhas implicadas na composição de um estilo de vida. Em acréscimo, o relevo que aquele autor confere ao papel dos produtores simbólicos e intermediários culturais, nas sociedades contemporâneas onde domina uma cultura do consumo, resulta do carácter decisivo das dimensões simbólicas e da componente estilística e estética, para a aquisição de competências, informação, capacidade de descodificação e composição de um estilo.

A dissociação analítica que Featherstone (1991) acaba por efectuar entre estilo de vida e classe social, considerando que os estilos de vida resultam da agência individual, contém o mérito de permitir ultrapassar uma das armadilhas teóricas a que se aludiu anteriormente, permitindo conceber os estilos de vida como processos decorrentes das decisões, escolhas e opções de adopção de um estilo e das identidades pessoais, não independentes dos lugares de classe dos indivíduos, mas também não interpretados como uma variável, ou conjunto de indicadores, de posição social.

5 Veja-se a sua abordagem em: Rodrigues (1992b), “Urbanidade e novos estilos de vida”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, pp. 91-107. Sobre as novas culturas urbanas e os seus estilos de vida, particularmente na sua relação com os regimes corporais, veja-se o estudo recente desenvolvido em Lisboa: Ferreira, Vítor Sérgio (2006), *Marcas que demarcam*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), (tese de doutoramento), mimeo. Sobre as “tribos urbanas”, em geral, ver: Costa, Pere-Oriol e outros (1996), *Tribus urbanas*, Barcelona, Paidós.

Nesse sentido, a proposta de Featherstone aproxima-se da perspectiva teórica que tem vindo a ser defendida neste trabalho. Todavia, ela não parece evitar uma outra armadilha teórica. A de conotar as decisões, escolhas ou opções relativas aos estilos de vida, quase exclusivamente com a esfera do consumo e actividades de lazer. Sendo certo que as actividades de consumo, necessariamente constituem um sector essencial dos estilos de vida, uma vez que é também através delas que, numa sociedade de consumo, os indivíduos prosseguem práticas constitutivas e expressivas dos seus estilos de vida, não é menos verdade que aquelas práticas, e as decisões e escolhas que lhes são inerentes, não se reduzem à esfera do consumo. Tem sido, de resto, uma frequente redução da ideia de estilo de vida às actividades de consumo e lazer, o principal terreno analítico para as mais equívocas críticas ao valor heurístico daquele conceito. O recurso, cada vez mais recorrente, a uma determinada noção de estilo de vida pelos estudos de mercado, tem sido o principal argumento de uma perspectiva crítica da sua validação científica por parte da sociologia.

4.1.4 As aplicações dos estilos de vida nos estudos de mercado

Numa fase inicial das sociedades de consumo o mercado era tomado como um todo uniforme. A diversificação de produtos, e das respectivas marcas, era incipiente e o acesso ao consumo ainda socialmente restrito. Numa segunda fase, a crescente sofisticação dos mercados de bens e serviços para consumo, com o desenvolvimento do regime económico fordista, haveria de conduzir, não apenas à crescente massificação do consumo, como também, sequencialmente, à segmentação dos mercados. Os estudos de mercado introduzem, então, diversas variáveis que permitem dar conta daquela segmentação. Em primeiro lugar, a classe social, depois a família, o ciclo de vida, a idade e o género.

Em finais da década de 1960, e inícios da década de 1970, as economias mais avançadas, davam já sinais de profundas transformações sociais e culturais nas respectivas sociedades, prenunciando mudanças nos *modelos de socialização*, que denunciavam a crescente complexidade subjacente àquelas variáveis.

Em primeiro lugar, o progressivo fraccionamento das classes e estratos sociais e a crescente dificuldade operativa das grelhas analíticas de classes para dar conta, satisfatoriamente, das práticas de consumo dos indivíduos. Em segundo lugar, as transformações, então iniciadas, nas estruturas familiares, com a emergência da crescente complexidade e diversidade dos grupos domésticos ou tipos de família. Em terceiro lugar, e em correlação com a variável anterior, a ideia de ciclo de vida, pressupondo uma trajectória linear das suas diversas fases, vai dando crescentemente lugar à complexidade e diversidade das biografias ou trajectos de vida. Em quarto lugar, e como

consequência das mudanças sociais anteriores, a expectativa de comportamentos determinados pelos grupos de idade, também se complexifica, na sequência de alterações na idade média de entrada e saída do mercado de trabalho, da idade média do casamento (quando ele chega a ocorrer), do nascimento dos filhos (quando eles chegam a existir). Por último, as profundas mudanças na distribuição dos papéis entre homens e mulheres, o exponencial crescimento da presença da mulher no universo do trabalho e na vida social, económica e política, em geral, que têm vindo a alterar, crescentemente, as tradicionais divisões sexuais.

Em face de todos aqueles factores de mudança, a partir da década de 1970, os estudos de mercado, continuando a operacionalizar as mencionadas variáveis de segmentação do mercado, vão igualmente introduzir a ideia de que os mercados de consumo se segmentam, cada vez mais, em função dos estilos de vida, laborando na tentativa de os cartografar, segundo um conjunto de variáveis e indicadores, progressivamente mais diversificados.

Diversas tipologias de estilos de vida vão ser construídas com aplicações que permitiriam a cartografia dos estilos de vida existentes num determinado país, à semelhança das tipologias de classes que continuariam a adoptar. De resto, a nomenclatura de classes utilizada pelos estudos de mercado (Classe A, B, C1, C2, D), evidencia bem uma intenção de distanciamento de qualquer conotação teórica ou ideológica e de escape às dificuldades inerentes às diversas grelhas de categorização das classes. A tipologia VALS (*Values, Attitudes and Life Styles*) foi, porventura, a que mais se celebrou, na aplicação de grelhas de estilos de vida aos estudos de mercado, dando conta da existência de trinta e um valores e nove estilos de vida da sociedade norte-americana que, presumivelmente, influenciariam os comportamentos dos consumidores (Veal, 1993, 2000)⁶.

Em França seria, mais tarde, o trabalho de Bernard Cathelat (1985, 1990) a determinar uma linha de pesquisa dos estilos de vida com a tentativa de construção de tipologias, cada vez mais completas no que se refere às variáveis e indicadores contemplados. O recurso à análise multi-variada permitia cartografias de estilos, que se designariam por sócio-estilos, chegando a treze fluxos socioculturais, a cinco mentalidades e a catorze sócio-estilos, caracterizadores da sociedade francesa. Foi notável o esforço metodológico empreendido pelo trabalho deste autor, reflectindo a insatisfação com os modelos clássicos de abordagem dos comportamentos dos consumidores pelos estudos de mercado. Contudo, são vários os problemas que decorrem destas utilizações do conceito de estilo de vida, para o que neste contexto analítico se pretende argumentar.

6 Para uma abordagem sistemática da adopção do conceito de estilo de vida nos estudos de mercado, veja-se: Dubois, Bernard (1990/1998), *Compreender o Consumidor*, 2.ªed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, cap. 6, pp. 135-171.

Em primeiro lugar, o facto de que embora esteja implícito um quadro conceptual naquelas abordagens, ele não é explicitado e trabalhado com detalhe equivalente à componente empírica e metodológica. O resultado são abordagens largamente empiristas que reduzem as possibilidades de discussão analítica dos referenciais teóricos adoptados e impedem a sua validação, ou refutação, com base na discussão teórica e conceptual subjacente aos resultados empíricos apresentados.

Em segundo lugar, o equívoco, igualmente presente em outras abordagens sociológicas dos estilos de vida, que consiste no facto de se conceber o estilo de vida como uma categoria colectiva passível de incluir grupos de indivíduos de acordo com o seu posicionamento face a um conjunto de variáveis e respectivos indicadores.

Em terceiro lugar, o facto de se conferir particular relevo àquelas variáveis que decorrem da esfera dos valores, atitudes e representações, ou consciência, do mundo, preterindo a dimensão praxeológica e as narrativas que os indivíduos conferem às práticas que adoptam nos seus estilos de vida, em concreto.

Em quarto lugar, o facto de se conceber aqueles valores, atitudes e representações, como relativamente inalteráveis e passíveis de universalização aos diversos contextos sócio-culturais, pelo menos das sociedades de consumo actuais. Ora, na realidade, muitos daqueles valores, atitudes e representações, são largamente contextuais e, em alguns casos, conjunturais. Eles decorrem de especificidades próprias da história e cultura norte-americana, no primeiro caso, ou francesa, no segundo.

Acresce, por último, que a volatilidade, na actualidade, de muitos daqueles valores, códigos culturais, atitudes, orientações e representações do mundo, impede a possibilidade de uma cartografia minimamente estável para ser útil do ponto de vista da sua operacionalização numa pesquisa dos estilos de vida, metodologicamente orientada para a construção de tipologias, ou cartografias, dos estilos que os indivíduos adoptam para viver o seu quotidiano e o seu trajecto de vida.

Estas utilizações do conceito de estilo de vida exigem, portanto, prudência analítica por parte da sociologia. Igual precaução deve resultar de utilizações normativas no âmbito de outras áreas disciplinares que recorrem a expressões como “estilo de vida saudável”, ou “estilos de vida alternativos”. Esta evidente contaminação do conceito pelo discurso comum, ideológico e normativo, tem, por sua vez, aberto espaço para a sua crítica com base em pressupostos igualmente ideológicos e normativos.

O argumento que aqui se sustenta defende que aquelas críticas se baseiam em alguns equívocos, o principal dos quais consiste na colagem do conceito de estilo de vida a determinadas esferas ou dimensões sociais particulares, em exclusivo. É o caso das abordagens mais restritivas que conferem à ideia de estilo de vida uma conotação exclusiva com a esfera do consumo ou do lazer, como anteriormente se observou a propósito da obra de Featherstone,

mas que também é observável na bibliografia de outros autores da sociologia do consumo, ou de uma sociologia do lazer.

A frequência com que a noção de estilo de vida tem sido conotada com aquela dimensão da vida social, tem suscitado a sua crítica pela natureza supostamente ideológica da noção, apelando para a ideia do particularismo das classes, dos grupos sociais, ou campos, em que se justificaria a aplicação do conceito (Campbell, 1995; Warde, 1997; Lodziak, 2002; Maycroft, 2004).

Segundo essa crítica, a conotação da noção de estilo de vida com a esfera do consumo e do lazer seria indicativa da sua improdutividade científica e impossibilidade de generalização. Ela diria respeito, em exclusivo, às práticas e representações de uma “classe ociosa”, a que aludia um autor clássico como Veblen, ou, em última análise, “às atitudes e práticas de certas secções da afluente classe média, por exemplo os *yuppies*, ou os *nouveaux riches*, como se eles fossem típicos dos consumidores em geral” (Campbell, 1995: 114).

Os principais equívocos daquelas críticas residem, por um lado, na interpretação da noção de estilo de vida como sendo uma alternativa ao conceito de classe social, ou outras categorias como a ocupação, as qualificações escolares, ou o rendimento, na explicação dos processos sociais e, por outro, na leitura do conceito de estilo de vida como dizendo respeito, exclusivamente, às escolhas dos indivíduos enquanto consumidores (Shields, 1992; Campbell, 1995; Warde, 1997; Lodziak, 2002; Maycroft, 2004).

Em primeiro lugar, os estilos de vida não decorrem das classes, ou das fracções de classe, como sugeria Bourdieu (1979). Mas eles também não concorrem com elas, como pretendem outras perspectivas teóricas. Em segundo lugar, os estilos de vida não dizem respeito às escolhas de consumo, como sugerem alguns dos que adoptam o conceito, ou alguns dos adversários da sua utilização sociológica, como é o caso de Campbell (1995), Warde (1997), Lodziak (2002) e Maycroft (2004). Eles dizem, isso sim, respeito às escolhas na vida, como sustenta Giddens (1991, 1994b, 2007). A formulação conceptual dos estilos de vida, tal como foi desenvolvida por Giddens, permite dar resposta àquelas críticas, explicitando os equívocos em que elas laboram.

4.2 Estilos de vida e transição societal

4.2.1 Estilos de vida, escolha e agência individual

A concepção de estilo de vida que aqui se defende pressupõe a sua contextualização na actual fase de transição societal da modernidade. No tempo longo, de transformação dos processos de “simples modernização” em processos de modernização reflexiva, e no tempo historicamente mais curto, de mudança de regime económico, modo de regulação e modelo de

societalização, ou “paradigma societal”, no interior do sistema económico capitalista (ver: capítulo 1).

Seguindo de perto as propostas de autores como Giddens e Beck, tal como foram expostas no primeiro capítulo, a modernidade avançada constituiu-se num contexto em que os indivíduos detêm, paradoxalmente, maior liberdade de escolha nas suas vidas quotidianas e no seu trajecto biográfico, mas onde também, por isso mesmo, estão expostos a uma maior margem de incerteza e de risco. Um tal contexto acelera, simultaneamente, os processos de individualização da integração social e a reflexividade, das instituições, das organizações e dos indivíduos.

Tal como sustenta Giddens (1990/1992, 1991, 1994a, 1994b), a ordem social da modernidade é, essencialmente, uma ordem social pós-tradicional, no sentido em que as sociedades pré-modernas assentavam na escassez da dúvida, questionamento e escolha de como se deveria viver. Essa era uma questão, em larga medida, dada *a priori* pelo hábito, costume, condição social de partida. A dúvida, questionamento e escolha, resultam de uma ordem social moderna oriunda do projecto iluminista, que progressivamente se foi instalando, graças aos desenvolvimentos científicos e tecnológicos em que essa mesma ordem passou a estar sustentada. À medida que a humanidade, ou uma parte substancial dela, foi integrando uma nova ordem baseada na reflexividade, como propulsor civilizacional, a questão de “como devo viver” foi-se tornando uma questão central da modernidade tardia, radical ou avançada.

A ideia de que a condução da vida dos indivíduos repousa, cada vez mais, em decisões, opções e escolhas que eles têm de efectuar, diariamente e ao longo do seu percurso biográfico, constitui-se não apenas numa possibilidade que confere maior provimento de poder (*empowerment*) aos indivíduos, como numa exigência que pressupõe maior margem de incerteza, de risco e de responsabilidade individual. Os indivíduos têm de, permanentemente, fazer escolhas, traçar planos de vida, actualizar-los, esboçar um projecto reflexivo, em todas as esferas da sua vida pessoal e, simultaneamente, sobre essas escolhas construir uma narrativa de identidade pessoal. Quem pretendo ser, como pretendo viver, com quem pretendo partilhar a vida, tornam-se, então, questões imperativas em que se traduzem os estilos de vida dos indivíduos na actual fase da modernidade.

É nesse sentido que Giddens define “o estilo de vida como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo adopta, não apenas porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de identidade pessoal” (Giddens, 1991: 81).

Os estilos de vida são, nesta formulação conceptual, não uma variável, ou conjunto de indicadores de posição social, mas sim processos de construção de um estilo de viver. Eles pressupõem escolha, não apenas na esfera do consumo e das actividades de lazer, mas em todas as esferas da vida pessoal.

Giddens chama a essas esferas da vida, em que os estilos de vida são constituídos e se exprimem, os diversos “sectores de estilo de vida”. “Um sector de estilo de vida diz respeito à “fatia” de espaço-tempo do conjunto de actividades de um indivíduo” (Giddens, 1991: 83). Os espaços públicos versus o espaço privado, os dias de semana versus o fim-de-semana, o local de trabalho versus o espaço doméstico, o dia versus a noite, são alguns exemplos daqueles “sectores dos estilos de vida”. As opções das práticas e narrativas construídas naqueles diversos sectores, bem como o modo como se estabelecem articulações, divisões ou fusões dos mesmos, são elementos fundamentais de diferenciação dos estilos de vida.

Contra uma leitura das sociedades contemporâneas como palco de processos de des-diferenciação, ou de fragmentação social, Giddens (1991) e outros autores (Hörning e outros, 1990/1995), sustentam que os estilos de vida revelam antes a crescente diferenciação social.

Uma vez assim concebido, o conceito de estilo de vida permite, simultaneamente, afastar a hipótese da sua confusão com categorias que exprimem as divisões de classe, ou estrato social, e refutar a ideia de uma qualquer “des-diferenciação” social como inerente à actual fase da modernidade. De igual modo, fica claro que uma pluralização de estilos de vida, exprimindo uma crescente diferenciação social, não implica, necessariamente, fragmentação social, no sentido de fragmentação das classes sociais, ou outras categorias de divisão social, que permanecem operantes na actual fase das sociedades modernas de sistema económico capitalista, como foi exemplificado no terceiro capítulo. Procurando evitar os equívocos em torno do conceito de estilo de vida, anteriormente apontados, Giddens começa por esclarecer:

Em parte devido à utilização do termo na publicidade e outras fontes de promoção do consumo mercadorizado, poder-se-ia imaginar que “estilo de vida” se refere apenas às práticas dos grupos e classes mais afluentes. Os pobres estão mais ou menos completamente excluídos da possibilidade de fazerem escolhas relativas aos estilos de vida. Numa parte substancial isto é verdade. [...] Na realidade, as divisões de classe e outras linhas fundamentais de desigualdade, como o género ou a etnicidade, podem ser, em parte, definidas em termos do acesso diferenciado às formas de auto-actualização dos estilos de vida e do provimento de poder [...] A modernidade, produz diferença, exclusão e marginalização. [...] No entanto, seria um grande erro pressupor que os fenómenos analisados neste livro [os estilos de vida e a identidade pessoal] estão confinados, no seu impacto, às circunstâncias materiais mais privilegiadas. “Estilo de vida” refere-se também a decisões tomadas, e percursos de acção prosseguidos, sob condições de severo constrangimento material [...] (Giddens, 1991: 5-6).

A capacidade de escolha, é preciso não o esquecer, implica poder e é, portanto, socialmente diferenciada. Os estilos de vida exprimem, também, desigualdade

de acesso aos recursos, tal como se sustentou no primeiro capítulo. Como também se observou naquele capítulo, na actualidade, uma das fontes centrais de provimento e desprovimento de poder resulta do acesso e posição face às estruturas globais da informação e conhecimento, e face às capacidades e competências de mobilidade, que anteriormente se referiu como contidas na ideia de “motilidade” (ver: capítulo 1).

Nesse sentido, o campo analítico dos estilos de vida não só não anula a diferenciação e desigualdade social, como as pressupõe, particularmente porque concebendo o estilo de vida como uma construção pessoal decorrente das escolhas, tal implica recursos de vária ordem e, em primeiro lugar, de ordem financeira. Numa sociedade que se estrutura com base numa economia monetária, o dinheiro é um primeiro recurso fundamental dos processos de composição de um estilo de vida e da sua permanente actualização. Contudo, nas sociedades industriais de economia monetária, um outro recurso se constituiu como fundamental na composição dos estilos de vida: o tempo.

É também neste contexto que ganha relevo a distinção analítica introduzida por Giddens entre estrutura e agência e a respectiva dialéctica. Por um lado, para evitar, simultaneamente, as concepções deterministas do estruturalismo e as concepções subjectivistas do livre arbítrio das escolhas individuais. Por outro, para dar conta da crescente libertação da agência face aos constrangimentos estruturais, nos contextos da modernidade avançada e reflexiva, onde ganham relevo, nos modelos de societalização, os processos de individualização.

A crescente exigência de responsabilidade individual inerente aos acréscimos da necessidade de opções, decisões e escolhas individuais, pressupõe um papel mais activo dos indivíduos, na composição dos seus estilos de vida, em todas as esferas e não apenas nas escolhas do consumo e actividades de lazer. Inversamente, o que está em questão é a relevância adquirida, na actual fase da modernidade, do que Giddens (1991, 1994b) apelida de “políticas da vida”, ou “políticas de estilos de vida”, por contraponto às políticas da emancipação que caracterizaram uma fase mais recuada do processo civilizacional da modernidade. Ora, essas *políticas da vida* implicam a necessidade de fazer escolhas e tomar decisões, no plano institucional e no plano individual, relativas à vida pessoal e à existência da própria humanidade. Nessas escolhas e decisões, o factor tempo, e a sua conexão com a dualidade estrutura versus agência, proposta na obra de Giddens, detém um carácter matricial. Importa, então, explicitar os sentidos em que o tempo deve ser entendido como um elemento fundamental no campo analítico dos estilos de vida. É o que se propõe no ponto seguinte, recorrendo aos contributos teóricos de autores como Bauman (1998), Helga Nowotny (1989/1994), Karl H. Hürning e outros (1990/1995), Gary Cross (1993) e Barbara Adam (1990; 1995).

4.2.2 *Tempo e estilos de vida*

O tempo é, simultaneamente, uma inevitabilidade da vida e algo de intangível. Talvez por isso mesmo ele não tem sido alvo de suficiente atenção analítica por parte da produção teórica mais recente das ciências sociais. É certo que o tempo ocupou, desde sempre, um lugar central na teoria social, dos autores clássicos aos contemporâneos. Como relembra Adam (1990: 14), ele detém uma importância crucial, por exemplo, na produção teórica de autores como Giddens e Luhmann. Poder-se-ia acrescentar que o tempo é, igualmente, central na obra de Harvey (1989), que constitui uma referência incontornável dos estudos urbanos da actualidade. Para Harvey:

As biografias individuais podem ser analisadas como “percursos de vida no espaço-tempo”, começando pelas rotinas diárias de mobilidade (de casa para a fábrica, lojas, escola e de regresso ao lar), e estendendo-se aos movimentos migratórios das diversas fases de um trajecto de vida (por exemplo: juventude passada no campo, formação para a vida activa na grande cidade, casamento e migração para os subúrbios e, posteriormente, na idade da reforma, o regresso ao campo) (Harvey, 1989: 211).

Todavia, maugrado aqueles exemplos, como sucede com muitos outros, o factor tempo acaba por se confundir com a própria teoria geral dos autores e, talvez por isso mesmo, ele não é destacado, pelo acervo de produção analítica das sociologias especializadas, como um elemento fulcral, em si mesmo, de estruturação social e dos processos constitutivos dos modos, e estilos, como os indivíduos organizam a sua vida quotidiana e o seu trajecto biográfico. Em todo o caso, poder-se-iam citar algumas excepções em trabalhos das sociologias especializadas: da vida quotidiana, do lazer, do trabalho, do consumo, da família.

Importa clarificar, no entanto, que não cabe aqui dar conta da enorme complexidade analítica e abrangência temática do tratamento do factor tempo na teoria social. Algumas sínteses daquela teorização encontram-se, precisamente, nos trabalhos anteriormente referidos, desenvolvidos por Helga Nowotny (1989/1994), Karl H. Hörning e outros (1990/1995), Gary Cross (1993) e Barbara Adam (1990; 1995).

A necessidade de conferir atenção analítica ao factor tempo, na estruturação social e nos estilos de vida, é tanto maior quanto nas sociedades modernas, urbanizadas, industrializadas, de economia monetária, de mercado e de consumo, o tempo é, em diversas circunstâncias e subsistemas, convertível em dinheiro. Tal como este último é convertível no primeiro. De resto, a cultura do consumo pressupõe os fluxos, e a gestão intercomunicável, do tempo e do dinheiro (Cross, 1993) e isso mesmo constitui um traço fundamental da possibilidade de sucesso que ela tem representado para o regime económico dominante. Recorde-se, também, que essa capacidade de reconversão é matricial à

organização das economias industriais capitalistas, desde logo, nos pressupostos fordistas e tayloristas de organização da actividade industrial.

Se o estilo de vida decorre da agência individual e implica a auto-composição de um estilo, um conjunto de práticas e uma narrativa particular, que exigem a sua permanente actualização, compreende-se, então, que as questões da gestão do dinheiro e do tempo se apresentem como questões decisivas dos estilos de vida. No entanto, também aqui, importa introduzir algumas clarificações. Diversas aproximações a estas questões têm procurado o conhecimento dos estilos de vida através da informação sobre a repartição dos orçamentos financeiros individuais e familiares e, sobretudo, dos “orçamentos do tempo”: as conhecidas escalas dos *“time-budget”*, nos estudos de língua inglesa, ou *“budget-temps”*, na pesquisa sociológica francófona.

Em relação aos primeiros importa esclarecer que não é tanto do modo como os indivíduos repartem as suas despesas, e quais os montantes que proporcionalmente despendem nas diversas actividades e produtos de consumo, que advém a informação pertinente sobre os estilos de vida e a sua diferenciação. Ao invés, é, sobretudo, nos mecanismos que presidem à gestão dos orçamentos individuais e familiares (recurso ao crédito, poupanças, engenharia financeira doméstica e pessoal, opções de gastos), e, sobretudo, ao significado que, subjectivamente, os indivíduos atribuem aos modos daquela gestão, em função da sua narrativa particular de identidade pessoal e estilo de vida, que advém a informação sociologicamente relevante sobre os processos constitutivos dos estilos de vida.

Igual postura metodológica se deveria adoptar em relação à informação sobre a gestão do tempo, por parte dos diversos estilos de vida. O que é substancial e sociologicamente relevante, não é a medição dos quantitativos de tempo que os indivíduos despendem nas diversas actividades do seu quotidiano. É certo que trabalhar mais ou menos horas, dedicar mais ou menos tempo à vida doméstica e familiar, ou às actividades de lazer, despendem mais ou menos tempo nas deslocações diárias urbanas, não são dados menosprezáveis sobre os estilos de vida. Todavia, eles pouco ou nada dizem sobre a relação entre a objectividade quantificada dos tempos dessas actividades e a subjectividade da interpretação que os indivíduos atribuem ao tempo nelas despendido, na sua conexão com as suas opções de vida, as suas práticas de estilos de vida e a sua narrativa particular de identidade pessoal.

É na percepção reflexiva do tempo, na capacidade da sua flexibilização e da sua individualização, face aos modos como objectivamente ele está socialmente estruturado, que reside a informação pertinente sobre os estilos de vida na contemporaneidade. Esta concepção da relação entre tempo e estilos de vida exige, então, alguma clarificação sobre os modos como, sociologicamente, importa conceber esse recurso crucial aos estilos de vida que é o tempo.

O ponto de partida para esta clarificação deveria residir no facto do tempo cronológico exigir contextualização social, histórica e cultural. A noção de

tempo, as suas escalas, os seus significados, os modos da sua estruturação, ou os modos como os indivíduos concebem, organizam e estruturam, os tempos da vida quotidiana (*daily-life time*) e os tempos do seu trajecto de vida (*lifeti-me*), são variáveis consoante os diversos contextos sociais e históricos.

Nas sociedades pré-modernas, a relação da humanidade com o factor tempo decorria, sobretudo, das “leis da natureza”. A capacidade de controlo sobre o tempo, e a sua gestão e organização, eram escassas, quando comparadas com a realidade dos modos de lidar com o factor tempo nas sociedades modernas. As actividades económicas diárias e a vida quotidiana, em geral, no que ao tempo concerne, eram reguladas pela presença ou ausência da luz natural. O dia e a noite estabeleciam os tempos do trabalho e do “não trabalho”. O nascer e o por do sol marcavam os ritmos da vida quotidiana, incluindo as próprias actividades económicas. O mundo pré-industrial, e a primeira fase das sociedades industriais, não distinguiam tempos e espaços do trabalho e do “não-trabalho”. Essa distinção é, de resto, inerente aos processos de urbanização, e foi-se intensificando com a suburbanização das cidades, como analisado no segundo capítulo. Ela constitui uma das principais características dos processos de burocratização, na perspectiva de Weber, como relembra Giddens (1984/1987: 209): “Os procedimentos impessoais da disciplina burocrática aplicam-se de modo mais eficaz, quando as instalações e equipamentos da empresa são separados dos bens privados dos seus membros [...] e quando os assuntos domésticos não interferem nos assuntos da empresa”.

A medida que as sociedades industriais se foram consolidando, também se foram estabelecendo claras divisões que tipificam as sociedades modernas e urbanizadas, não apenas do ponto de vista das divisões espaciais, como já foi abordado neste texto, mas igualmente das divisões relativas ao tempo. Aqui reside, em parte, a ideia de “capitalismo organizado” veiculada por Claus Offe (1985) e desenvolvida por outros autores como John Urry e Scott Lash (Urry, 1990; Lash e Urry, 1987 e 1994). A ideia de organização, neste contexto conceptual, implica uma crescente diferenciação, especialização e divisão do trabalho, a sua gestão baseada em princípios técnico-científicos, o contrato social entre trabalho e capital, com arbitragem do Estado, e um papel deste último na regulação da economia e na regulação social. Mas ela implica, também, a normalização dos tempos do trabalho e do “não trabalho” e, por consequência, uma “ética do trabalho” (Bauman, 1998). As políticas da emancipação (Giddens, 1991, 1994b) que caracterizam o progresso da modernidade do século XIX, e uma grande parte do século XX, desempenharam importante papel na consolidação das sociedades do capitalismo industrial, como “sociedades do emprego”, a vários níveis (Ver: Bauman, 1998; Hörning e outros, 1990/1995).

Diversos direitos sociais conquistados pelo papel do movimento operário e da sua forma orgânica, os sindicatos, contribuíram decisivamente para a centralidade do trabalho e do emprego que, ainda hoje, constituem os pilares

da estruturação económica e social das sociedades modernas e, por consequência, dos estilos de vida dos indivíduos: o horário de trabalho, as férias e as reformas remuneradas. O factor tempo constitui-se, então, num factor chave daquela estruturação e num imperativo da composição, ou construção, dos estilos de vida. Os modos como eles são construídos, e os complexos processos da sua actualização, e reactualização, decorrem da relação entre os modos como o tempo é socialmente concebido e organizado, logo, objectivado, e os modos como os indivíduos procuram interpretar subjectivamente o tempo nos processos de crescente individualização dos seus estilos de vida.

A conquista do horário de trabalho, primeiro e, mais tarde, do direito a férias e à reforma remuneradas, bem como a construção de um sistema económico baseado no princípio teórico das economias de “pleno emprego”, traduziram-se num conjunto de pressupostos que suportam o domínio de uma “ética do trabalho” que normaliza a vida diária, o trajecto de vida e, por consequência, as identidades e os estilos de vida das sociedades contemporâneas enquanto sociedades do emprego. Do mesmo passo, permitiram o crescimento de um conjunto de actividades económicas baseadas na rentabilização dos tempos do “não trabalho”.

Neste tipo de sociedades a vida estrutura-se em função da relevância social do tempo do trabalho. É ele que determina normativamente os restantes tempos da vida dos indivíduos. Tanto da sua vida diária, como do seu tempo de vida. O trajecto de vida normalizado consiste no ciclo de preparação para a vida activa, até uma determinada idade, na entrada e permanência no mundo do trabalho, durante a maior parte do tempo de vida e, finalmente, no tempo após a vida activa, a idade da reforma. O trajecto profissional “normal” não contempla o afastamento de longa duração do universo do trabalho. A ideia de pleno emprego prescreve a normalização do trabalho e acarreta uma ética que influi decisivamente nas identidades e estilos de vida dos indivíduos. A ausência do universo do trabalho, devida a desemprego, incapacidade, envelhecimento, ou exclusão social, desqualifica e estigmatiza socialmente os indivíduos e marca as suas identidades e estilos de vida. O primeiro atributo das identidades pessoais, neste tipo de sociedades, não decorre tanto de um estatuto social herdado, como os títulos nobiliárquicos, a classe social de origem, ou a propriedade da terra, ou de outros meios de produção, como sucedia nas sociedades pré-industriais. Ele resulta, sobretudo, da ocupação dos indivíduos: estudante, operário, comerciante, médico, professor, engenheiro, empresário, reformado. Os indivíduos são, em primeiro lugar, socialmente identificados pela posição que ocupam face ao emprego. A divisão do trabalho introduzida pelo “capitalismo organizado” foi, crescentemente, consolidando aquela categorização social e introduzindo uma progressiva diferenciação social nas sociedades baseadas naquele sistema económico. A organização da vida quotidiana, e do trajecto de vida, faz-se, sobretudo, em função da vida profissional e do emprego que ela pressupõe. Actividades que não implicam

um emprego, como as actividades artísticas, por exemplo, detêm um estatuto excepcional, numa “sociedade do emprego”.

No que concerne à vida quotidiana, o horário de trabalho, neste tipo de sociedades, introduz, igualmente, escalas de tempo diferenciadas e a sua normalização. O tempo, particularmente nos espaços urbanos, que constituem o motor das economias contemporâneas, tal como abordado no segundo capítulo, passa a estar organizado em função do tempo do trabalho. A ideia de “horário útil”, bem como a ideia de “tempo livre” qualificam o que constitui uma “ética do trabalho” e a sua valorização social. Elas, simultaneamente, desvalorizam as actividades desenvolvidas fora dos “horários úteis”, os horários da esfera do lazer, como se de “horários inúteis” se tratasse, e conferem ao trabalho uma moral conotada com a ausência de liberdade individual e realização pessoal. O trabalho é, assim, interpretado como mortificação do corpo e dos seus prazeres. Recorde-se como o trabalho era, efectivamente, algo penoso desde os tempos mais remotos da humanidade, até muito recentemente, quando o desenvolvimento tecnológico (mecanização, automatização, robotização, informatização) foi, progressivamente, atenuando o esforço físico necessário ao desempenho das tarefas do trabalho manual. O trabalho fabril das sociedades industriais, na sua fase inicial, era bem o retrato da mortificação do corpo, numa quase escravização dos trabalhadores das fábricas. Uma realidade que em diversas regiões mundiais se prolongou até muito recentemente e que em alguns contextos civilizacionais ainda está presente.

Estas lógicas de estruturação do tempo nas “sociedades do emprego” permitiram, por outro lado, a emergência e desenvolvimento de um conjunto de actividades económicas, cuja existência seria inviável, sem aquela estruturação. As indústrias do turismo e lazer cresceram, na exacta medida da valorização dos tempos do trabalho, da sua importância para o crescimento económico, e da normalização dos horários de trabalho e do direito a férias instituído nas “sociedades do emprego”. Foi a legitimação de uma “ética do trabalho” que permitiu a legitimação do direito ao lazer, nas “sociedades do emprego”, permitindo, do mesmo passo, o desenvolvimento de sectores de actividade económica que foram adquirindo importância crescente no tecido económico das sociedades de capitalismo de consumo, ou de “economia de procura”.

Em face do que até agora se expôs é possível, então, concluir que os estilos de vida têm de lidar com escalas de tempo diversas, com estruturas próprias. A partir da obra de Giddens (1981, 1984/1987, 1991) é possível estabelecer uma tipologia de escalas de tempo relevantes para a análise dos estilos de vida. Ela permite distinguir o tempo quotidiano, ou *tempo da vida diária* (*daily-life time*), no qual os estilos de vida têm de se confrontar com a gestão do tempo diário, o *tempo de vida* (*lifetime*), no qual os estilos de vida estabelecem planos de vida e traçam a sua biografia, e o *tempo histórico* que possibilita, aos indivíduos e às sociedades, a percepção e a noção de passado,

presente e futuro. Em acréscimo, as propostas do estudo de Hörning e outros (1990/1995), revelam-se particularmente úteis para a construção de uma outra tipologia de estruturação do tempo, fundamental ao conhecimento dos mecanismos de gestão do tempo presentes na composição dos estilos de vida. Ela permite distinguir, “tempo social”, “tempo dos subsistemas, ou tempo industrial” e “tempo subjectivo”.

Em primeiro lugar, o *tempo social*, como resultante dos padrões de tempo, social e culturalmente, vigentes. Como sugerem aqueles autores, mas também Barbara Adam (1990; 1995), este é o sentido em que se emprega a noção de “tempo mundial”, fundamental ao funcionamento de um sistema global, crescentemente interdependente: as convenções horárias e de calendários, à escala global, como construções sociais fundamentais às transacções económicas, sociais e culturais, entre países e regiões mundiais e no interior de cada sociedade. Estas são formas objectivadas do tempo que permitem uma determinada ordem societal e mundial, com as quais os estilos de vida dos indivíduos têm de se confrontar, permanentemente, na sua gestão do tempo.

Em segundo lugar, o *tempo industrial*. No entender daqueles autores, nas sociedades industriais, na sua fase de “sociedades do emprego”, é possível distinguir o *tempo dos subsistemas* (trabalho, escola, família, etc.). Uma forma de especificação contextual do tempo social. O subsistema do trabalho é determinante nas sociedades industriais de economia capitalista, como “sociedades do emprego”. Por isso mesmo este é o tempo na sua acepção de *tempo industrial*, tal como sugerido por Hörning e outros (1990/1995: 24-26), mas também por Adam (1990: capítulo 5). Os tempos, horários e calendários, do funcionamento da fábrica, dos escritórios, dos serviços públicos, determinam os restantes tempos de vida, tal como antes se referiu. É neste sentido que aqueles autores consideram que este é o “tempo industrializado”:

O ambiente de trabalho promove a gestão racional do tempo, a sua orçamentação económica, a sua poupança, a pontualidade, sincronização, consistência, etc. Nestes processos, os indivíduos, enquanto empregados, tomam consciência da separação do tempo de vida em duas categorias distintas: o tempo do trabalho e o tempo livre. Do mesmo modo que consciencializam que os limites do tempo, e os seus marcadores, são formalizados e impostos à sua vida privada (Hörning e outros (1990/1995: 25).

Por último, o *tempo subjectivo*, enquanto experiência individual do tempo, ou como a interpretação subjectiva que os indivíduos atribuem ao tempo. Nesta acepção, o tempo possui uma dimensão sincrónica (o tempo do dia-a-dia) e uma dimensão diacrónica (o tempo do trajecto de vida, ou tempo das biografias individuais). É partindo desta dimensão do tempo e, sobretudo, do seu permanente confronto com as formas como ele está socialmente objectivado, que se pode

entender o relevo da crescente individualização, flexibilização e reflexividade, que os estilos de vida encerram, no que ao factor tempo concerne. Os indivíduos procuram, cada vez mais, a negociação entre a sua percepção subjectiva do tempo, as suas agendas do quotidiano, os seus calendários e planos de vida e as estruturas objectivas do tempo (tempo social e tempo dos subsistemas).

Tal como sublinhando na obra *Time Pioneers* (Hörning e outros, 1990/1995: 17), à medida que se intensificam os processos de individualização, também se exacerbam os problemas de tempo para os indivíduos e a gestão do tempo surge, cada vez mais, como um tema crucial para os estilos de vida nas sociedades contemporâneas da modernidade tardia. A individualização afirma-se, também, pela diferenciação entre as opções de tempo pessoais e os padrões de tempo do sistema social. Neste tipo de sociedades, os indivíduos tornam-se crescentemente ávidos do seu tempo subjectivo, o que exige negociação face aos tempos dos sistemas funcionais e uma tensão entre a avaliação subjectiva das necessidades de tempo, a interpretação, igualmente subjectiva, do seu significado, e os padrões de tempo tal como estão socialmente objectivados.

É também por aqui que passa aquilo que Giddens (1991) designa por “projecto reflexivo pessoal”, enquanto crescente libertação da agência individual face aos constrangimentos estruturais, como traço cultural da modernidade tardia. Mas, tal como Giddens também sublinhava, e como é realçado por Hörning e outros (1990/1995: 16, referindo Berger e Luckmann, 1983): “A insegurança e contingência produzidas pela sociedade, não só fornecem um poderoso meio para a afirmação da identidade pessoal, como também lhe impõem excessivas exigências. A “gestão da identidade pessoal”, e os processos que asseguram que os indivíduos levam vidas “correctas”, fica largamente entregue à responsabilidade individual; torna-se um assunto privado”.

Assim se compreende, como sustentam aqueles autores (Hörning e outros, 1990/1995: 17), que o indivíduo se veja a si próprio como tendo crescente capacidade, e necessidade, de controlo sobre a sua vida pessoal, como tendo os seus próprios meios de manipular as oportunidades de futuro, as suas próprias formas de experiência e gestão do tempo. Ora, como também defendem aqueles autores (ibidem), cada estilo de vida pressupõe, igualmente, de modo diferenciado, “técnicas específicas de gestão do tempo”, formula as necessidades de tempo, procura alargar e consolidar o tempo, prescreve os significados que atribui ao tempo, desenvolve “agendas do quotidiano”, “planos de vida” e “esquemas biográficos”, enquanto percursos ou trajetórias de vida em termos de tempo.

Esta dimensão do tempo qualitativo, e subjectivo, e a sua permanente negociação face ao tempo quantitativo e objectivo — o tempo social —, constituem, também, os desafios fundamentais que se colocam aos estilos de vida das sociedades contemporâneas. Também aqui residem importantes dimensões da mudança social da actual fase de transição societal e reestruturação

das cidades. Por exemplo, o tema da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional (Guerreiro, 2000; Guerreiro e Pereira, 2007) adquire pertinência em função das transformações que se estão a operar na esfera mais vasta dos estilos de vida e das “políticas da vida”. Consequentemente, é também na esfera dos estilos de vida que os processos de individualização, flexibilização, reflexividade e esteticização, tal como abordados no referencial teórico do primeiro capítulo, se materializam em múltiplos factores da mudança social e urbana em curso, exigindo a sua análise por parte das ciências sociais e da sociologia em particular.

4.2.3 Estilos de vida e transição societal: reformulações conceptuais

Como já se observou no terceiro capítulo, e como se retomará mais adiante neste capítulo, os processos de nobilitação urbana reflectem, igualmente, a transição societal e reestruturação urbana observáveis no campo das mudanças de estilos de vida, sendo uma especificação da emergência de novos estilos de vida numa nova fase dos processos de urbanização, uma fase de reurbanização. Por agora, e em face do que até aqui se expôs, importa sistematizar um conjunto de conclusões, sobre a concepção de estilos de vida que se defende como sociologicamente adequada para dar conta de importantes dimensões da actual transição societal e reestruturação urbana, que o presente trabalho tem vindo a analisar.

Em primeiro lugar, o conceito de estilo de vida não deveria ser confundido com outras categorias analíticas como a classe social ou o modo de vida, tal como historicamente este último foi utilizado pela sociologia. As tentativas de o conceber como uma categoria classificatória de natureza colectiva, ou como uma combinação de variáveis e indicadores, conduziram ao impasse e equívocos que anteriormente foram expostos. Este pressuposto metodológico e teórico ao invés de invalidar a continuada pertinência analítica de categorias como a classe social, e pretender a sua substituição por uma categorização social baseada nos estilos de vida, implica antes a separação de campos analíticos e das respectivas dimensões da realidade social que cada categoria recobre.

Os estilos de vida, tal como aqui se defendeu, deveriam ser concebidos como resultantes directamente da subjectividade da acção individual e dos graus de liberdade e criatividade daquela acção que, de modo diferenciado, os indivíduos possuem para lidar com a vida e fazerem escolhas, tomarem decisões, optarem, nas mais diversas esferas da sua vida pessoal, e face às questões relativas à sua existência e à existência da humanidade no seu todo. Eles resultam da plasticidade da agência, necessariamente incerta e contingente, mas também necessariamente reflexiva e individualizada.

A classe social permite, tal como outras categorias classificatórias de natureza colectiva, dar conta das pertenças sociais. Ela permite ainda estabelecer tipologias hierarquizadas, determinar as posições dos indivíduos numa

estrutura hierárquica de divisão social. O estilo de vida, pelo contrário, exprime a auto-monitorização da vida e resulta de processos constitutivos de um estilo de viver, de um modo de lidar com a vida, de gerir a vida, com base num conjunto de dispositivos, regras, códigos e formas estruturadas, onde o tempo, como se abordou antes, constitui um factor crucial. A gestão da vida quotidiana e a gestão da biografia pessoal, em todas as suas dimensões e, por maioria de razão, a sua “cronotopia” (Hörning e outros, 1990/1995: 17), revelam-se, então, de crucial significância para os estilos de vida. O sentido em que aqueles autores exprimem a ideia de “cronotopia” dos estilos de vida é o da sua concepção como o conjunto mais ou menos articulado das diversas estruturas do tempo com as quais os estilos de vida têm de lidar e as quais são, elas próprias, constitutivas dos estilos de vida. Trata-se de uma concepção próxima da ideia de “sectores de estilos de vida como fatias de espaço-tempo”, tal como sugerida por Giddens (1991).⁷

Os estilos de vida não decorrem das pertenças a entidades ou formas sociais, como as identidades colectivas, mas sim das referências culturais e identificações na construção e actualização das identidades pessoais. Os indivíduos detêm, em sociedade, diversas pertenças de natureza colectiva, relativas aos meios e estruturas sociais em que se inserem. Essas pertenças possuem, em muitos casos, um carácter de permanência e estabilidade razoáveis. É, de resto, a natureza relativamente duradoura dessas pertenças que produz a natureza objectiva e estruturante das formas sociais que permitem uma determinada ordem social. Pese embora a maior permeabilidade e mobilidade daquelas formas sociais, e um maior esbatimento das fronteiras ou divisões sociais e territoriais, das sociedades globalizadas e radicalmente modernizadas, na sua fase actual, a permanência dos indivíduos em muitas daquelas formas sociais, como a classe social, mantém um carácter razoavelmente duradouro. A mobilidade de classe social, na mesma geração, não ocorre com a frequência com que ocorrem, potencialmente, as mudanças de estilo de vida. Por definição, o estilo de vida contém um potencial de transitoriedade e de relativa instabilidade, que lhe são conferidas pela necessidade de plasticidade inerente ao carácter cada vez mais “decisional” (Giddens, 2007: 138) que a vida quotidiana e a biografia individual exigem. Esse carácter “decisional” é, de resto, progressivamente, uma característica intrínseca, não apenas à vida pessoal, como às organizações e instituições das sociedades da modernidade tardia.

A reflexividade que tipifica a era global, que é a idade moderna na sua fase actual, exige flexibilidade face à mudança social, também ao nível pessoal. Ora, os estilos de vida pressupõem essa flexibilidade, ou plasticidade,

7 Veja-se ainda a abordagem do conceito de “cronotopias” em: Pais, José Machado (1998), “As “cronotopias” das práticas culturais do quotidiano”, OBS, Observatório das Actividades Culturais, (4), pp. 7-9.

pois eles são processos dinâmicos, particularizados, adaptáveis à necessidade crescente de capacidade por parte dos indivíduos para configurarem as suas próprias vidas. Os estilos de vida serão, então, por definição, crescentemente transitórios, em face da maior volatilidade, incerteza e contingência das mudanças sociais e das vidas pessoais. Eles são, necessariamente, de curta ou média duração, passíveis de uma razoável transitoriedade e flexibilização em função das exigências decorrentes da integração social num mundo crescentemente mais volátil, incerto e contingente, e em função da necessidade imperativa das opções, decisões e escolhas que os indivíduos têm de efectuar, permanentemente, na sua vida quotidiana e no seu trajecto de vida.

As tensões e negociações entre os constrangimentos estruturais e os graus de liberdade de escolha dos indivíduos são, igualmente, permanentes. Aumentar os graus de liberdade de escolha, e capacidade de decisão, e alargar o leque de possibilidades de opção, constitui, por isso mesmo, uma fonte crucial de provimento de poder, e de liberdade individual que consubstancia a concretização do projecto civilizacional da modernidade. Esse é o grande desafio político e civilizacional da contemporaneidade e, particularmente, do contexto civilizacional europeu. Neste sentido se compreende a centralidade que Giddens confere às “políticas da vida” e às mudanças de estilos de vida na actual fase de transição societal. Questões como o envelhecimento e rejuvenescimento, mudança climática e energética, saúde e bem-estar, concepção do consumo como terreno, por excelência, da cidadania, permitindo falar de um consumidor que também é cidadão e de um cidadão que é, necessariamente, nas actuais sociedades, consumidor; constituem-se em questões-chave da mudança de estilos de vida na actual fase de transição societal (Giddens, 2007).

A concepção do campo de acção dos estilos de vida que aqui se defendeu, permite ultrapassar o equívoco da sua conotação exclusiva com a esfera do consumo e lazer e com as práticas e actividades nessa esfera prosseguidas por determinadas classes ou estratos sociais particulares. Do mesmo modo, ela não deixa de prescrever o consumo como uma esfera central das políticas da vida e do carácter “decisional” que Giddens (1991, 1994b, 2007) atribui à actual fase de transição societal. Por fim, ela permite, ainda, ultrapassar uma concepção do tempo, presente em diversas abordagens especializadas da sociologia, com base na “dicotomia clássica entre tempo do trabalho e tempo do lazer” (Hörning e outros, 1990/1995: 14-15).

Um conjunto de mudanças sociais, também presentes na esfera dos estilos de vida, ou com ela concomitantes, que vêm ocorrendo nas últimas décadas, com particular incidência no contexto civilizacional europeu, denunciam que se está em presença de uma fase de transição societal e, uma vez mais na

história da humanidade, a cidade lidera e confere especificidades próprias àquelas mudanças.

Algumas tendências pesadas e estruturantes daquelas mudanças prenunciam, no entender de alguns autores, a crise da “sociedade do emprego” e, correlativamente, a “crise do Estado de Bem-estar”. Esta não é uma discussão recente no âmbito das ciências sociais e mesmo no terreno do debate político contemporâneo. Em todo o caso, ela coloca questões particulares ao campo analítico, e de mudança social, objecto deste trabalho, que têm merecido insuficiente atenção.

Quatro factores parecem decisivos para a afirmação daquela crise, à qual será, porventura, mais adequado chamar transformação.

[1] Em primeiro lugar a actual fase de globalização, em que as economias e as sociedades mundiais adquiriram uma interdependência sem precedentes, motivando a “compressão espaço-temporal” (Harvey, 1989) e “uma concepção inédita da noção de espaço e tempo, tal como até muito recentemente eles foram interpretados pelo conhecimento científico e pela percepção subjectiva e socializada que deles têm os indivíduos” (Rifkin, 1987: 15, citado em Adam, 1990: 140). Parte dessas mudanças, no que concerne à sua dimensão espacial, foram abordadas no segundo capítulo. Os seus reflexos no factor tempo não detêm amplitude menor. A mudança tecnológica e, particularmente das novas tecnologias de informação e comunicação, constitui um elemento central da actual fase da globalização e das suas implicações na mobilidade e transacções económicas e culturais que estão a contribuir, decisivamente, para a actual transição societal e reestruturação urbana.

Tal como sustenta Adam (1990), no que é secundada por outros autores (Lash e Urry, 1994: 242); Graham e Marvin, 1996: 67): “se as máquinas do telefone, telex e fax, reduziram o tempo de resposta de meses, semanas e dias, para segundos; o computador contraiu aquele tempo para nanossegundos” (Adam, 1990, 140). As transacções económicas e culturais de longa distância ocorrem, com a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, em tempo real. Ora, este facto, influi de modo fundamental na concepção do tempo das “sociedades do emprego” — o tempo industrializado —, tal como anteriormente abordado. Como defendem Graham e Marvin (1996: 67), as pessoas podem, cada vez mais, trabalhar quando querem, comunicar quando querem, aceder a serviços electrónicos e ao entretenimento quando querem. Isto introduz uma mudança radical nos padrões de tempo altamente estruturados da cidade moderna (e da “sociedade do emprego”), com os seus padrões standardizados do tempo dos negócios, trabalho, lazer, descanso e comutações casa-trabalho-casa. Os novos estilos de vida que daí derivam são, necessariamente, mais fluidos e assíncronos, logo mais complexos (Graham e Marvin, 1996: 66-67).

[2] Um segundo factor de mudança que tem conduzido à sustentação analítica daquela crise advém, ainda, do factor tecnológico, mas agora ao nível das próprias tecnologias de produção. A crescente automatização, robotização e informatização das actividades económicas, acarretando a mudança de um paradigma económico assente no trabalho intensivo para um novo paradigma baseado no conhecimento e design intensivos, transporta consigo, igualmente, uma concepção da actividade produtiva menos dependente do factor trabalho, tal como concebida pela “sociedade do emprego”. Na realidade, como anteriormente se referiu, a “sociedade do emprego” é, teoricamente, uma sociedade do “pleno emprego”. O actual contexto da globalização económica e da transformação tecnológica e industrial conduz, também, à dificuldade de sustentação desse pilar fundamental das sociedades modernas, industriais e do emprego. Como relembra Bauman (1998: 24): “entre 1970 e 1994, a proporção de pessoas empregadas na indústria caiu de 30 por cento para 20 por cento na União Europeia, e de 28 por cento para 16 por cento nos EUA, enquanto a produtividade industrial progrediu, em média, 2.5 por cento ao ano”.

A alteração dos padrões de emprego e desemprego, tal como previstos na “sociedade do emprego” e nos pilares do Estado de Bem-estar, induz, então, a necessidade de repensar ambos — “sociedade do emprego” e Estado de Bem-estar —, enquanto formas societárias estruturantes da ordem social da moderna civilização europeia nos últimos cinquenta anos, como é proposto por Giddens (nomeadamente em: 1994b e 2007).

[3] Há, contudo, um outro factor, que constitui, igualmente, um pilar em que se baseava aquele regime económico, modo de regulação e paradigma societal, fortemente correlacionado com as mudanças de estilos de vida, que está também a abalar os pressupostos da “sociedade do emprego” e do Estado de Bem-estar: o envelhecimento populacional, correlacionado com o progresso científico e tecnológico e a crescente individualização de estilos de vida. Este factor consubstancia mais um paradoxo da modernidade avançada: ele resulta de um “bem” que, simultaneamente, produz um acréscimo de “risco”.

Por um lado, o desenvolvimento científico e tecnológico foi permitindo um continuado crescimento da esperança média de vida, com acréscimos de ganhos na saúde e qualidade de vida dos indivíduos nas sociedades avançadas, que são também sociedades da abundância, quando comparadas com as sociedades da escassez do passado, ou ainda do presente em muitas regiões mundiais. Paralelamente, a possibilidade e necessidade de individualização da integração social, com acréscimos de ganhos ao nível da liberdade individual das escolhas e opções de vida, conduzindo à possibilidade de escolha de modelos de vida familiar, possui reflexos na recomposição das estruturas familiares, mas também na redução das taxas de natalidade. A crescente emancipação da mulher, com a sua massiva presença no universo do trabalho e a

progressiva tendência para o fim da divisão sexual do trabalho, a par de outras conquistas civilizacionais como, por exemplo, o suporte científico para o controlo da natalidade, contribuíram para acréscimos importantes da liberdade individual prescrita pelo projecto civilizacional da modernidade.

Por outro lado, aqueles ganhos trouxeram consigo os riscos, alguns dos quais já abordados, de natureza social e pessoal, mas também de natureza institucional e organizacional. Riscos de amplitude societal. Nomeadamente, porque aqueles ganhos civilizacionais caminham em sentido contrário aos pressupostos da “sociedade do emprego” e do Estado de Bem-estar. Recorde-se que esses pressupostos exigem uma concepção de emprego, e mesmo um modelo de societalização, assentes na ideia de um tendencial “pleno emprego” e num “compromisso”, ou “contrato”, inter-geracional. Sucede que esse “compromisso” se quebra, não apenas como resultado das mudanças demográficas em curso, como mais frequentemente é referido, mas como consequência das alterações de estilos de vida que estão subsumidas naquelas mudanças demográficas.

[4] A ideia de crise da sociedade do emprego, tal como tem sido veiculada, merece ainda problematização, no que se refere à sua conexão com os estilos de vida e as alterações relativas à concepção do factor tempo neles implicada, em face do que poderão ser alguns equívocos presentes na produção sociológica recente, a propósito da “sociedade do consumo” como paradigma societal alternativo àquela “sociedade do emprego” erigida, no século XX, pelas economias industriais e capitalistas.

O que está em causa não é a transição de uma sociedade do emprego, ou da produção, para uma sociedade do consumo, no sentido em que, por vezes, tem sido sugerido. Muito menos o advento de uma “sociedade do lazer”. As explicações para a transição societal, a este nível observável nos sinais de mudança societal em curso, são menos lineares. Elas exigem maior problematização de uma realidade que é muito mais complexa do que pressupõem aquelas proposições.

O que parece estar em causa são, em primeiro lugar, transformações do modelo organizacional das economias capitalistas. Assiste-se, crescentemente, a um esbatimento das fronteiras entre a esfera do trabalho e a esfera do “não trabalho” e, por consequência, dos respectivos espaços e tempos funcionais. A progressiva necessidade de flexibilização dos tempos da vida diária e dos tempos do percurso biográfico obriga, crescentemente, à flexibilização dos tempos do trabalho e dos restantes tempos de vida dos indivíduos. Mas isto não quer dizer que as pessoas trabalhem menos e dediquem mais tempo ao lazer. Muito menos significa o fim da sociedade do emprego e da produção e a emergência de uma “sociedade do consumo e lazer”. Esta ideia não parece encontrar eco na realidade. Ao invés, a cultura do consumo, a sociedade em que ela domina, e a economia em que ela se baseia, importa não o esquecer, pressupõem o “trabalhar e

gastar". Nestas sociedades, as pessoas trabalham cada vez mais, necessariamente, para poderem gastar (consumir) cada vez mais (Cross, 1993).

Por outro lado, o investimento pessoal feito na esfera do trabalho, sendo cada vez maior e cada vez mais abrangente, em termos sócio-profissionais, não resulta apenas das necessidades materiais e utilitárias, mas também das aspirações e desejos de satisfação e realização pessoal. O trabalho já não pode ser visto, como sucedia na sua concepção que despoletou e consolidou a "ética do trabalho", como algo de penoso e exógeno à esfera do prazer, satisfação e realização pessoal. Cada vez mais, os indivíduos investem no trabalho dimensões lúdicas e de auto-realização que pressupõem fruição e satisfação pessoal, antes apenas conotadas com a esfera do "não trabalho".

Acresce que as economias e a vida urbana se organizam, progressivamente, na base da flexibilização de horários de trabalho e de lazer, mas tendo como consequência o funcionamento da economia (produtiva e de consumo), 24 sobre 24 horas. Como se referiu antes, estas mudanças produzem estilos de vida necessariamente mais assíncronos, tanto no tempo diário, como no tempo de vida, uma vez que também a ideia do "emprego para a vida", presente no trajecto profissional padronizado das "sociedades do emprego", será cada vez menos uma realidade constante da vida dos indivíduos.

O que parece estar em curso, nesta dimensão crucial da actual transição, não é, portanto, uma passagem da sociedade do emprego, do trabalho, ou da produção, para uma sociedade do lazer, ou do consumo, mas sim o facto das economias de mercado terem evoluído para economias baseadas na procura e não já na oferta. O que isto quer dizer, resumidamente, é que as economias, outrora estruturadas em torno do eixo da produção, têm de se estruturar agora em torno do eixo do consumo.

Por um lado, este tipo de economias produz, maioritariamente, produtos "acabados" para consumo, e não produtos para a sua transformação posterior em bens de consumo. Por outro, isto significa que a produção se torna mais dependente da procura. Os estilos de vida dos consumidores, e os seus padrões de consumo, passam a ser determinantes da produção. A abundância, sofisticação e complexidade dos mercados de consumo, com um crescimento cada vez maior da concorrência, torna este tipo de economias dependentes desses mercados. Uma teórica regressão radical do consumo, implicaria a falência do modelo económico do capitalismo, tal como ele é conhecido nos últimos trinta ou quarenta anos. A sociedade do consumo é, portanto, uma sociedade da produção para consumo. São também estas dinâmicas das lógicas da produção e consumo, e da estruturação dos mercados, que estão a implicar a fragmentação, ou pluralização, de estilos de vida, e a conferir crescente poder e autoridade aos consumidores, atribuindo-lhes, por essa via, um papel social e político central, enquanto cidadãos.

Aquelas mudanças são responsáveis, no entender de Bauman (1998), pela substituição de uma "ética do trabalho" por uma "estética do consumo".

A alteração do eixo económico, que estrutura as economias e as sociedades contemporâneas, faz com que os padrões de consumo e, mais genericamente, os diversos estilos de vida dos indivíduos, sejam determinantes para a sua integração ou exclusão social. Para Bauman (1998), independentemente do trabalho, e do emprego que ele implica, continuarem a ser determinantes para o acesso ao consumo, bem-estar e estilos de vida, os indivíduos são cada vez mais socialmente avaliados, não em função da posição que ocupam face ao emprego, mas em função do seu lugar face ao consumo. O que consomem, e os modos como o fazem, passam a ser determinantes da percepção social da sua identidade pessoal e dos seus estilos de vida e, por consequência, da sua integração social. Bauman (1998) vai mais longe, e vê nesta “estética do consumo” um poderoso mecanismo da produção de novas formas de pobreza e exclusão social e da crise do Estado de Bem-Estar, na medida em que esta nova lógica de estruturação das economias de mercado, a par da possibilidade de produzir cada vez mais produtos para consumo, com cada vez menos empregos, abala um dos principais pilares do modo de regulação social previsto naquele modelo social de Estado. Esta é a razão pela qual o repensar dos princípios do *welfare-state*, e da “sociedade do emprego” que lhe subjaz, se constituem, no entender de Giddens, em desafios cruciais do contexto civilizacional europeu na actualidade (Giddens, 2007).

Não obstante a centralidade do consumo nas economias e sociedades contemporâneas, os estilos de vida, como se enfatizou anteriormente, não se reduzem à esfera das escolhas, decisões, oportunidades e capacidades de consumo. Outras dimensões das “políticas da vida”, e das decisões e escolhas de estilos de vida, são igualmente determinantes da actual transição societal e, particularmente, da actual *cidade em transição*. Na última secção do livro propõe-se a ilustração empírica de algumas das actuais mudanças de estilos de vida que estão a fazer emergir novos estilos de vida, com base em elementos empíricos relativos à cidade-região de Lisboa e, nomeadamente, aos processos de nobilitação urbana como especificação da actual vaga de reurbanização das cidades.

4.3 Novos estilos de vida, nobilitação urbana e reurbanização

4.3.1 Transição demográfica e emergência de novos estilos de vida: exemplificação

As mudanças sociais atribuídas às sociedades contemporâneas têm sido analisadas, frequentemente, como decorrentes das inovações científicas e tecnológicas. Por exemplo, as novas tecnologias de informação e comunicação, ou as tecnologias e avanços científicos na área da medicina, engenharia genética e biotecnologia. Outras vezes têm sido analisadas como mudanças demográficas e entendidas como consequência de uma “segunda transição demográfica”. Na realidade, umas e outras, traduzem alterações mais vastas de estilos de vida que configuram uma transição de paradigma societal, uma mudança de

modelo de societalização, tal como neste trabalho se observou. No campo da sociologia da família, Beck-Gernsheim (1998), por exemplo, procurou explicar as mudanças das estruturas familiares na modernidade contemporânea, como mudanças de estilos de vida.

Diversos estudos na área da sociologia da família têm demonstrado como apesar do relativo atraso e especificidade da ocorrência daquelas mudanças na sociedade portuguesa, quando comparada com sociedades mais avançadas, a verdade é que elas estão também a ganhar expressão e consistência estrutural no contexto nacional. Os indicadores que ilustram essas tendências são vários. Alguns exemplos são analisados pela literatura especializada: o decréscimo de certas formas de estruturação familiar “complexas”, próprias de sociedades, e de contextos sociais particulares, de escassa modernidade (Vasconcelos, 2003); o crescimento da monoparentalidade, ou estruturas familiares monoparentais (Wall, 2003); o crescimento do “recasamento” e das famílias recompostas que dele decorrem, na sequência do crescimento das taxas de divorcialidade (Torres, 1996; 2002; Lobo e Conceição, 2003; Lobo, 2005); o crescimento das “pessoas sós” ou da mono-residencialidade (Guerreiro, 2003).

O que aqueles estudos também demonstram, sem margem para dúvidas, é a natureza predominantemente urbana daquelas mudanças. Com uma variabilidade contextual específica, a tendência geral é a da sua manifestação mais intensa nos contextos territoriais mais urbanizados do país. Neles se faz referência à concentração no litoral mais urbanizado de muitos dos traços de mudança familiar que traduzem a modernidade avançada. Todavia, também ao nível dos indicadores demográficos, que consubstanciam a hipótese da potencial ocorrência de novos estilos de vida, é possível verificar um peso mais acentuado daquela tendência na cidade-região de Lisboa, por comparação com os restantes contextos territoriais do país, incluindo outros contextos urbanos.

As estatísticas demográficas mais recentes (INE, 2007, Estatísticas Demográficas — 2005), mostram que um conjunto de indicadores que prenunciam mudanças no sentido da transição societal aqui abordada, onde pontua o acelerar dos processos de individualização de estilos de vida acima referidos, evidenciam a singularidade da região de Lisboa, face a esses indicadores, ainda que em alguns casos com a concorrência forte da região do Algarve. Com efeito, tal como já se aludiu no segundo capítulo, a região algarvia apresenta, no contexto regional do país, uma proximidade a alguns atributos de natureza económica e cultural que a qualificam e distinguem, no contexto nacional, como uma das regiões globalmente mais próximas dos padrões da região de Lisboa. Este dado permite confirmar não só a ausência de correspondência empírica, quanto aos indicadores económicos e demográficos, da dicotomia territorial do país entre norte e sul, como a impossibilidade de uma leitura uniformizadora da condição “litoralizada” dos indicadores de inovação económica, social e cultural.

Como foi analiticamente sustentado antes, os estilos de vida não decorrem de combinatórias de indicadores demográficos ou de outra natureza. Inversamente, muitos desses indicadores reflectem importantes alterações de estilos de vida. A ocorrência de determinadas mudanças, mais frequentemente analisadas como mudanças demográficas, tem subjacente, na realidade, mudanças no quadro dos estilos de vida que compõem o tecido social e cultural de um determinado contexto territorial. A maior afectação de alguns contextos territoriais por “mundos de vida” mais plurais, que traduzem um tecido de transacções económicas, sociais e culturais, mais cosmopolita, produz, necessariamente, uma maior potencialidade para a ocorrência de novos estilos de vida, produzindo, do mesmo passo, uma maior capacidade potenciadora da inovação e criatividade económica, social e cultural, que historicamente sempre caracterizaram a modernidade urbana. O aceleramento da circulação de estilos de vida, originado pela crescente mobilidade de *objectos* e *sujeitos* das transacções económicas e culturais, também por via da circulação de pessoas, como turistas, migrantes, e viajantes em geral, constitui um contributo forte para aquele quadro cosmopolita.

Diversos estudos sobre os fluxos da imigração em Portugal têm, desde há muito, demonstrado a capacidade polarizadora da atracção e fixação daqueles fluxos por parte da região de Lisboa, seguida a grande distância pela região do Algarve (ver, por exemplo: Pires, 2003 e Machado, 2002). Em 1991, 71,8% dos imigrantes em Portugal residiam na região de Lisboa, seguida pela região do Algarve, onde residiam 17,5% daqueles fluxos (Machado, 2002). Em 1999, só o distrito de Lisboa concentrava 55,2% da população estrangeira residente no país com autorização de residência, seguida pelo distrito de Faro (13,1%) (Pires, 2003: 177). É sabido que aquela distribuição da população imigrante tende a ser menos concentrada, revelando, mais recentemente, uma menor exclusividade na sua polarização por Lisboa. Em todo o caso, a região de Lisboa, isoladamente, continua a fixar mais de metade dos fluxos da imigração do país. Os dados relativos às solicitações de autorização de residência, evidenciam que entre 2000 e 2005 a região de Lisboa lidera maioritariamente aqueles pedidos, continuando a ser seguida pelo Algarve, embora a grande distância (INE, 2007, Estatísticas Demográficas — 2005).

Outros indicadores demográficos parecem caminhar no mesmo sentido daquela distinção. Revelando uma evolução generalizada do país no sentido da chamada “segunda transição demográfica” (Buzar e outros, 2007), manifestam, também, uma liderança da região de Lisboa e do Algarve nesses processos. A conjugalidade e a parentalidade são, cada vez mais, um projecto reflexivo integrado na actualização de planos e calendários de vida dos indivíduos, que respondem a decisões e escolhas no plano dos estilos de vida. A vida como cumprimento da tradição, do hábito e das convenções colectivamente prescritas, cede terreno à vida em função da busca de bem-estar, satisfação e realização pessoal, concretização de um projecto reflexivo, também centrado na liberdade

individual, tanto de homens como de mulheres. O adiamento do casamento, ou a opção por um estilo de vida que não o implique, surgem cada vez mais como opção da fruição individual da vida ou da realização profissional. Opções de vida essas que, até muito recentemente, estavam mais ou menos vedadas à mulher. Diversos indicadores atestam aquelas mudanças na sociedade portuguesa: o aumento da idade média do casamento; o crescimento dos casamentos com residência anterior comum; o crescimento da percentagem de casamentos não religiosos; o aumento da percentagem de filhos nascidos fora do casamento, com ou sem coabitação dos pais; o crescimento das taxas de divorcialidade; o adiamento da maternidade e paternidade e o alongamento etário da fertilidade, com o aumento da idade da mulher ao nascimento dos filhos (ver: INE, 2007, Estatísticas Demográficas — 2005).

Estas mudanças demográficas, a par de outras como o crescimento do número de grupos domésticos unipessoais, não significam o “fim da família”, ou sequer o “fim da conjugalidade”, e muito menos a atomização social dos indivíduos. Elas significam antes a emergência de novos estilos de vida também marcados por uma crescente individualização, no sentido que lhe foi atribuído neste trabalho, e não no sentido de atomização social com que por vezes se confunde aquele conceito. É desses novos estilos de vida que as categorias estatísticas oficiais não dão conta, quando referem o crescimento das “famílias unipessoais”. Tal como mencionado no capítulo anterior, muitas das pessoas que são incluídas nesta categoria não vivem isoladamente mas integradas em grupos domésticos sem relações de parentesco. Do mesmo modo que “outras, têm um relacionamento estável com alguém, sem contudo partilharem o mesmo espaço doméstico” (Beck-Gernsheim 1998: 2). Elas optaram, não pelo casamento ou coabitação como modo de viver uma relação afectiva, mas sim por “viverem juntas à parte” (Bertram, 1994 citado em Beck-Gernsheim, 1998: 2; ver também: Guerreiro, 2003: 31-32). O que estas mudanças estão também a implicar, é o surgimento de uma nova procura no mercado habitacional urbano sem precedentes. Do mesmo modo que estão a contribuir, tal como já referido no capítulo anterior, para uma nova forma de urbanização, particularmente das zonas mais centrais da *cidade interior*, que passa pelo crescimento dos grupos domésticos, mas não pelo crescimento populacional.

Um conjunto de indicadores que ilustram bem a natureza urbana das transformações demográficas em curso, revelam, igualmente, quando analisados à escala do município e das freguesias de Lisboa, que algumas dessas transformações tanto ocorrem nas zonas mais nobres ou nobilitadas de Lisboa, como nas restantes áreas urbanas. O crescimento de novas formas de conjugalidade e parentalidade, como a conjugalidade sem “casamento de direito”, ou a monoparentalidade, bem como o crescimento correlativo dos divórcios, exprimindo mudanças urbanas de estilos de vida, não exprimem especificidade de alguns estilos de vida, em particular. Do mesmo

modo que não exprimem especificidade dos contextos sociais em que ocorrem. O centro principal da cidade-região de Lisboa e, dentro dele, algumas áreas em acelerada nobilitação urbana, manifestam uma tendência mais acentuada para a concentração de determinadas opções de estilos de vida, visíveis na presença forte de grupos domésticos unipessoais e num peso mais elevado dos grupos domésticos de muito pequena dimensão, como os casais sem filhos. Todavia, algumas novas formas de estruturação familiar, como a monoparentalidade, ou o “casamento de facto”, por exemplo, revelando, necessariamente, um novo quadro urbano de estilos de vida, não constituem uma tendência exclusiva, ou sequer mais acentuada, nas áreas nobres ou nobilitadas. Elas crescem tanto naqueles contextos como nos contextos urbanos onde predominam os estratos sociais mais baixos. Como parece óbvio, as causas da ocorrência daquelas mudanças, poderão ser diversas consoante os diferentes meios sociais.

O mesmo parece suceder em relação à taxa de emprego feminino, indicador da crescente presença da mulher no universo do trabalho. Em 2001, a proporção de mulheres empregadas, entre a população feminina com 15 ou mais anos residente no município de Lisboa, era de 49%. Todavia, essa proporção era ultrapassada tanto no caso de algumas freguesias com grande peso dos estratos sociais mais elevados, quanto no caso das freguesias que polarizam os estratos sociais mais baixos, maioritariamente residentes em alojamento social. Por exemplo, no Lumiar aquela taxa era de 59,6%, em São Francisco Xavier 53,4%, em São Domingos de Benfica 53,4%, em São Sebastião da Pedreira 50,7%. Mas em Marvila aquela proporção era de 53,6% e na Charneca atingia os 53,3%. No entanto, não deixa de ser significativo que a evolução daquele indicador entre 1991 e 2001, revele uma tendência de crescimento mais acentuada em algumas das freguesias mais afectadas por processos de nobilitação urbana, como é o caso das freguesias da Baixa-Chiado (Madalena, Sé, Mártires), Bairro Alto (Sacramento, Encarnação) e Campo de Ourique (Santo Condestável) (INE, Censos 1991 e 2001). Esta evolução da taxa de emprego feminino naquelas áreas urbanas pode ter como explicação a elevada protagonização daqueles processos por mulheres activas, vivendo só ou em casais de “dupla carreira profissional”.

A informação qualitativa recolhida, através das entrevistas realizadas para este trabalho, evidencia, precisamente, a igualdade de estatuto entre homens e mulheres como um dos traços fortes das opções pela nobilitação urbana em Lisboa. Tal como anteriormente se referiu, a nobilitação urbana reflecte, historicamente, as principais tendências de mudança social no sentido da modernidade urbana na sua fase mais avançada. Compreende-se, assim, que os dados qualitativos mais significativos da análise dos estilos de vida dos “nobilitadores” da cidade de Lisboa sejam, justamente: (i) um forte investimento na actividade profissional em pé de igualdade entre homens e mulheres; (ii) uma distribuição repartida das tarefas domésticas e da gestão

do quotidiano, anulando com frequência a desigual distribuição dos papéis entre os géneros; (iii) e um tempo de vida quotidiana fortemente centrado na casa, com todos os investimentos que isso implica, do ponto de vista da apropriação do espaço, das sociabilidades e da gestão da distribuição dos tempos e espaços da vida profissional e familiar ou afectiva.

Todavia, os estilos de vida presentes nos processos de nobilitação urbana observados, importa esclarecer, revelam uma razoável diversidade. Tratando-se, genericamente, de indivíduos com qualificações universitárias e profissões intelectuais, artísticas, científicas, técnicas e de gestão; eles apresentam uma significativa pluralidade nos modos de gerir a vida, nas percepções do mundo, na relação com a profissão e a vida familiar e afectiva, nos modos como se relacionam com a cidade, nos lugares urbanos que frequentam, nas suas actividades de lazer, e na sua relação com o consumo.

Neste último aspecto, em particular, alguns estilos de vida manifestam uma perspectiva mais orientada para o consumo conspicuo, enquanto outros apresentam uma narrativa de uma atitude mais austera em relação ao consumo tido como “supérfluo”. Apesar de uma aparente proximidade de pertença socioprofissional, as suas opções de vida, no que aos aspectos materiais diz respeito, revelam diferentes recursos e diferentes posicionamentos nas etapas de progressão na carreira profissional. Contudo, as atitudes face ao consumo e ao lazer parecem decorrer menos dos respectivos orçamentos, e mais de opções diferenciadas na sua gestão para fazer face à vida quotidiana e ao futuro. Atributo partilhado, quase sem excepção, é a valorização da propriedade do alojamento, que em alguns casos integra uma auto-imagem de progressão social e realização pessoal. A casa, como espaço de vida, ocupa um lugar central em estilos de vida que, aparentemente de forma contraditória, passam por uma presença quotidiana acentuada nos espaços públicos da vida urbana da cidade e, em muitos casos, com visibilidade social e reconhecimento público. Todavia, importa ter presente que a mobilidade residencial para determinadas áreas da cidade, no caso estudado, integra um projecto de vida em que a casa, e o modelo de residencialidade adoptado, pressupõem elevado investimento pessoal, afectivo e financeiro, num determinado modelo de habitação e local de residência, como parte constitutiva dos respectivos estilos de vida (ver: secção 3. 7).

A realização pessoal constitui, em si própria, nestes novos estilos de vida, um projecto reflexivo de vida, partilhado ou a sós, onde a carreira profissional ocupa, com frequência, não apenas uma condição provedora de recursos para a vida, mas um fim em si mesmo na procura daquela realização individual. O plano afectivo e o plano da realização profissional, ou ocupacional, por vezes confundem-se e exigem reflexão individual e negociação entre os tempos e espaços da vida profissional e os restantes tempos e espaços de vida.

Sabe, o meu caso é um bocado atípico porque eu e o meu marido trabalhamos aqui [na empresa comum] e isto é também a nossa vida. Isto é também um bocado da nossa vida pessoal, quer dizer, vimos isto crescer do zero, foi connosco que isto cresceu, é de nós que isto depende, por isso a vida profissional e a vida familiar aqui está tudo um bocadinho misturado [...] Agora, acho fundamental que a vida pessoal esteja bem [...] Aliás, deixe-me só explicar uma coisa, eu já fui casada, divorciei-me e voltei a casar-me, por isso isto dá-me uma experiência que não quero nunca mais repetir. Se calhar, antigamente era... não era ela por ela, porque a vida profissional para mim só tem... não é nada a importância do subir, ter postos importantes, é dar-me gozo. Se me dá gozo, óptimo, se não me dá gozo não tenho interesse nenhum [Entrevista 1, F, Responsável Editorial de revista]

Portanto, tem que existir esse equilíbrio e é esse equilíbrio que é muito complicado na vida das pessoas que trabalham em teatro e [...] em cinema, que trabalham, sobretudo, nas artes. Porque é demasiado. O trabalho é tão intenso que envolve inclusivamente a vida pessoal. É muito difícil distanciar as coisas e traz-se trabalho para casa e em casa discutem-se as coisas... [Entrevista 3, F, Produtora de Espectáculos]

Há algum investimento na vida profissional, acho que é importante para mim a actividade profissional. Digamos que a questão familiar é relativamente recente. Começa agora a ter algum peso, mas vivi muitos anos sozinha e investia, se calhar, mais na parte profissional. Mas acho que as duas se alimentam mutuamente [Entrevista 5, F, Professora do Ensino Secundário]

O projecto que tenho é ter um filho porque tenho 35 anos e nunca tinha sentido muito... a não ser aos 20 anos, depois passou-me com o trabalho, se calhar, porque não tinha encontrado a pessoa certa para isso e agora tenho esse projecto, que também nunca tive porque só de pensar: "eu sem um filho posso dizer que não ao que não quero, posso fazer o que for preciso para não fazer coisas que não quero". Com um filho as pessoas têm de pensar [...], mas agora porque estou ao meu lado com uma pessoa numa situação estável e que também queria muito ter um filho e com uma casa que já é dele, sem encargos muito fortes, sinto-me tentada a ter um filho. [Entrevista 6, F, Jornalista e Escritora]

Em termos de tempo sim, em termos de importância, para mim não! A vida familiar tem mais importância, embora neste momento em termos de tempo, se quero consolidar uma carreira, tenho de dispensar algum tempo mais em relação à vida profissional. Tento dosear as coisas, um equilíbrio, o que nem sempre é fácil [Entrevista 10, M, Professor Universitário]

Depois aqui na empresa tenho a sorte, exactamente, de estar com pessoas que conheço há muitos anos, que são meus amigos há muitos anos e que eu fui

chamando para trabalhar comigo. Portanto, isso facilita, torna a empresa, o núcleo duro da empresa, também uma questão quase familiar [Entrevista 14, M, Guionista de empresa de comunicação]

Essencialmente tudo isto vive à volta do trabalho e da minha suposta carreira, portanto é aquilo que me preocupa mais, de facto. É o meu trabalho e é o reconhecimento público do meu trabalho. Isso significa que eu congelei, ou menoriizei, outras questões que têm a ver, de facto, com o campo afectivo, familiar, etc. [Entrevista 8, M, Designer Gráfico]

Em síntese, uma postura criativa, e não raramente esteticizada, face à vida quotidiana, aos seus tempos e espaços, e face ao próprio trajecto de vida — em parte decorrente do tipo de profissões maioritariamente presentes na nobilitação urbana ou, mais exactamente, da natureza da relação, e investimento, face à vida profissional —, parece prescrever estilos de vida marcados por projectos de reflexividade biográfica acentuada.

Esses estilos de vida procuram esbater as fronteiras entre os tempos e espaços do trabalho e os tempos e espaços do “não trabalho”, negociando permanentemente as necessárias formas de articulação e conciliação. Como foi sublinhado por Sharon Zukin (1998: 831), os estilos de vida presentes na nobilitação urbana também implicam, frequentemente, a não separação entre a esfera do trabalho e a esfera do lazer, entre o local de trabalho e o local de residência. A opção por uma localização residencial próxima dos locais de trabalho, e por um modelo residencial que permita conjugar o trabalho com as restantes dimensões da vida, constituem, também, atributos distintivos matriciais dos estilos de vida presentes nos processos de nobilitação urbana estudados.

Os dados disponíveis sobre as mudanças sociais e urbanas analisadas neste trabalho, permitem, igualmente, concluir pelo incremento da diversidade de estilos de vida em presença na actual fase de reestruturação urbana e transição societal. Ao mesmo tempo, eles não deixam de revelar que um novo modo de apropriação da cidade, presente naqueles processos de crescente nobilitação urbana, evidencia novos estilos de vida urbanos que traduzem, não apenas do ponto de vista das mudanças demográficas, mas na precisa medida dos estilos de vida que subjazem a essas mudanças, uma especificação de um novo ciclo da urbanização, um ciclo de reurbanização. A sua preferência pela urbanidade da *cidade interior* é disso mesmo a melhor ilustração.

4.3.2 Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização: hipóteses explicativas

Para concluir, importa retomar a questão central de partida deste trabalho e, com base nos argumentos teóricos e demonstração empírica nele expostos, formular algumas hipóteses explicativas sobre o que parece estar em causa, do ponto de vista dos processos analisados, para a actual fase de reestruturação

urbana e transição societal. Recorde-se que o objectivo central da investigação consistia no questionamento sociológico da crescente redução populacional da cidade de Lisboa, entendida como a delimitação administrativa do seu município. Foi demonstrado que aquela perda líquida de população exige perceber os traços principais da transição societal em curso, as dinâmicas de mudança urbana e de emergência de novas morfologias e funcionalidades das cidades, as mudanças demográficas, e as alterações no campo dos estilos de vida associadas a todas aquelas mudanças. Entender e explicar, actualmente, os processos de nobilitação urbana, exige atender a todas aquelas dimensões. A corrente principal dos estudos da nobilitação urbana enfatizou a determinação estrutural daqueles processos e explicou-os, predominantemente, na óptica da oferta habitacional, das dinâmicas da estrutura de classes, e da expulsão de população de mais baixos recursos das zonas centrais da *cidade interior*, concluindo serem estes processos produtores de segregação urbana, ou polarização social da cidade.

A hipótese do “hiato de renda urbana”, presente na “*rent gap theory*” de Neil Smith (1979, 1986, 1996), constituiu sempre o principal factor explicativo para a nobilitação urbana. Resumidamente, aquela hipótese assentava na ideia de uma crescente desvalorização do edificado da cidade antiga, degradada e progressivamente abandonada, e na permanência da valorização potencial do solo urbano da cidade em que aquelas edificações se localizam, ou seja, um “*gap*”, entre o baixo valor da habitação em declínio, e degradação, e o alto valor do solo, devido à sua localização na *cidade interior*. Um crescente hiato entre o valor potencial do solo, e o seu valor de uso, seria a principal explicação para os processos de nobilitação urbana. No entender de Smith (1979, 1986, 1996), o tamanho daquele hiato cresce até ser possível aos promotores imobiliários retornarem à *cidade interior* e, lucrativamente, realizarem o valor do solo através da reabilitação ou renovação dos edifícios.

Sem descartar, em absoluto, aquela hipótese explicativa, o que este trabalho procurou demonstrar foi a necessidade de explicações mais amplas, e diversas, para aqueles processos. Apresentaram-se, nesta obra, hipóteses explicativas que permitem dar conta da complexidade da cidade, como objecto de estudo (Guerra, 2003), e que procuram questionar, e problematizar, as leituras mais lineares, ou unidimensionais, da mudança social e urbana.

A tese que aqui se defende sustentou os argumentos teóricos, e apresentou a demonstração empírica, de que a crescente diminuição populacional do município de Lisboa tem como reverso a progressiva nobilitação urbana de algumas das suas áreas. A ocorrência desses processos em áreas específicas e dissemelhantes da cidade, contrariando uma visão mais recuada da sua ocorrência exclusiva na cidade mais antiga, foi explicada a partir da recomposição do seu tecido social e urbano, que tem como resultado um crescimento mais acentuado de determinadas classes ocupacionais, e o decréscimo de outras,

nessas áreas. Essa recomposição exige atender à reestruturação das economias urbanas, na sua fase actual, sendo resultado da emergência de uma nova economia urbana, como reflexo de uma transição mais ampla de regime económico.

As hipóteses explicativas para aquelas mudanças têm sublinhado a crescente fragmentação social e urbana, e a emergência de uma nova fase da urbanização produtora de processos de pós-metropolização. O alastramento urbano, a dispersão e descontinuidade territorial da cidade, e a emergência da cidade policêntrica, surgem como os novos modelos dominantes de urbanização. Em contrapartida, aquelas hipóteses têm, frequentemente, subjacente a desvalorização do papel, outrora como agora, desempenhado pelo centro principal das cidades. A tese que neste trabalho se defende advoga a necessidade de questionamento e problematização daquelas hipóteses.

Por um lado, a necessidade de discussão da ideia de fragmentação social urbana, à luz da análise das divisões sociais e territoriais da modernidade urbana, e da conceptualização dos estilos de vida no actual contexto da modernidade avançada. Ao invés da substituição das categorias das classes e estratificação social das cidades pelas categorias de estilos de vida, propõe-se uma hipótese explicativa cumulativa de categorias de análise mas, simultaneamente, diferenciadora de campos analíticos, atendendo às diferentes dimensões da realidade social que cada um daqueles campos analíticos recobre. Os estilos de vida surgem, deste modo, como um terreno de análise que tem desmerecido a necessária atenção para a explicação da *cidade em transição* e, especificamente, para a explicação do que está em causa nos processos de nobilitação urbana.

Por outro lado, a necessidade de atender às dinâmicas urbanas que estão a desenhar uma nova fase da urbanização, que também evidencia um “ressurgimento”, “revitalização”, ou “renascimento”, da cidade consolidada, ou da *cidade interior*. O que este trabalho também procurou demonstrar, foi o actual retorno à *cidade interior*, e as dinâmicas mais vastas de natureza económica, social e demográfica, que prenunciam a duplicidade da *cidade em transição* como produtora de dinâmicas, aparentemente contraditórias, de complexa coexistência entre dispersão e reconcentração funcional e morfológica. O caso de Lisboa foi apresentado como exemplificação daquelas tendências. Apesar dos sinais que apontam para o crescente alastramento urbano da cidade-região de Lisboa, e para a emergência de novas centralidades que desenham a metrópole policêntrica, ou polinucleada, os dados disponíveis permitem afirmar que o centro principal daquela cidade-região, ao invés de perder centralidade naquelas dinâmicas, continua a desempenhar um crucial papel estruturador da vida urbana da cidade-região. Do ponto de vista morfológico e funcional, o tecido económico, social e urbano do principal centro da cidade-região de Lisboa, apresenta um carácter distintivo, que permite inferir a hipótese que sustenta ser a *cidade em transição* uma cidade que caminha no sentido de um novo ciclo urbano que configura a reurbanização.

Contrariamente às hipóteses por vezes avançadas sobre a perda de importância relativa da cidade consolidada, face à emergência de novas centralidades, ou a um novo ciclo de dispersão da urbanização, a hipótese que se pode inferir do caso de Lisboa é a do ressurgimento da cidade consolidada, a *cidade interior*, que continua a constituir o lugar, por excelência, onde os principais fluxos da globalização adquirem os traços que desenham a *cidade em transição* para uma modernidade urbana mais avançada e mais cosmopolita. Todavia, a ideia de um novo ciclo urbano, um ciclo de reurbanização, não deve ser associada exclusivamente às dinâmicas de regresso à *cidade interior* por parte do investimento económico, da atenção política e dos factores que tipificam uma “segunda transição demográfica” (Buzar e outros, 2007).

O que esta pesquisa permite avançar, como hipótese explicativa sobre a reurbanização, implicada na actual fase da *cidade em transição*, é que ela não está a desenhar uma qualquer repetição da história, presente na sua componente de retorno à *cidade interior*, mas sim uma nova articulação funcional, e uma nova morfologia, da grande cidade-região, de elevada variabilidade contextual. Do mesmo modo, aquela reurbanização, no que concerne à sua componente de revalorização da *cidade interior* consolidada, não apenas pressupõe determinadas mudanças urbanas de natureza demográfica, como a emergência de novos estilos de vida que estão subjacentes àquelas mudanças demográficas.

É certo que aqueles novos estilos de vida não dizem apenas respeito aos estilos de vida dos protagonistas da nobilitação urbana. Todavia, estes parecem enquadrar-se nos principais traços de mudança atribuídos a um novo papel das cidades, na actual fase de reestruturação urbana e de modernidade avançada que caracteriza a *cidade em transição*.

Algumas hipóteses têm sido sugeridas, mais recentemente, para a explicação dos principais atributos daquela *cidade em transição*. Ao invés de um modelo único de cidade, ou de estratégia de política urbana para fazer face à actual transição, os estudos efectuados sobre as cidades de tipo europeu, parecem verificar, antes, uma razoável diversidade de modelos e variabilidade de respostas e estratégias. A capacidade para integrar uma “economia baseada no conhecimento”, e os caminhos para dela beneficiarem as cidades, parecem revelar grande diversidade, consoante os diferentes tipos de cidades e o seu diferencial percurso histórico (Windén, Berg e Pol, 2007). A afirmação da natureza distintiva das cidades, no quadro das actuais mudanças sociais, económicas e urbanas, parece, também, revelar padrões divergentes de crescimento, hierarquia e especialização (Markusen e Schrock, 2006). Os critérios para a atracção de investimento económico e criação de um “ambiente de negócios” atractivo, em ordem a gerar capacidade competitiva das cidades, parecem, por vezes, não coincidentes com os critérios que motivam a capacidade atractiva de pessoas. As dimensões associadas às actividades de consumo surgem como determinantes da capacidade atractiva e, por

consequência, potencialmente competitiva, das cidades contemporâneas. Neste sentido se compreende o papel central da “cidade do consumo” no ressurgimento urbano da *cidade interior* (Glaeser, Kolko e Sainz, 2001; Glaeser e Gottlieb, 2006).

Uma das proposições de estratégia de política urbana, actualmente mais debatidas sobre a *cidade em transição*, resulta da ideia de “cidade criativa”. Resumidamente, esta ideia pressupõe: os traços de mudança de paradigma económico, como foram analisados neste livro, com a passagem das economias baseadas no trabalho intensivo, para economias baseadas no conhecimento e design intensivos, onde a inovação e criatividade exigidas pelo novo regime económico, implicam também “meios inovadores e criativos”; os traços de recomposição social, igualmente detectados neste trabalho, evidenciando um decréscimo dos grupos socioeconómicos dos trabalhadores manuais e uma crescente “profissionalização” da estrutura ocupacional da economia urbana, com o crescimento acentuado das profissões intelectuais, científicas e de gestão, e correlativas qualificações universitárias — a importância do “capital humano”; os traços de mudança de estilos de vida, tal como também apresentados neste trabalho, com relevo para a emergência de novos estilos de vida urbanos, que se enquadram naqueles que estão largamente representados nos processos de nobilitação urbana.

As propostas, muito em voga, de Richard Florida (2002, 2003, 2005; 2008) sobre a “classe criativa”, adaptadas à ideia de “cidade criativa”, pelo próprio e por outros autores (Laundry, 2000), baseadas naqueles traços de mudança da *cidade em transição*, genericamente observáveis em diversos contextos mundiais das cidades de tipo europeu, têm sido alvo de análise crítica por parte de alguns autores (Peck, 2005; Nathan, 2005; Scott, 2006).

Aquelas críticas discutem os pressupostos ideológicos, o simplismo da narrativa de slogan, própria dos gurus contemporâneos das diversas especialidades, e as fragilidades da demonstração empírica que, frequentemente, acompanham as suas propostas conceptuais. Como sugere Nathan (2005), Florida pode ter razão em alguns dos pressupostos sem ter razão, contudo, no modo linear e escassamente problematizado como propõe as suas conclusões. As palavras-chave com que Florida procura sintetizar a sua teoria dos três T's (Tecnologia, Talento e Tolerância), constituem o melhor exemplo da necessidade de questionamento e problematização da ideia de “cidade criativa”. Para o efeito, poderá ser útil, não o recurso à peleja politico-ideológica, mas sim o contributo analiticamente informado da análise maturada dos processos urbanos e evolução histórica das cidades de tipo europeu. Esse contributo encontra-se, por exemplo, em algumas propostas de Peter Hall (2000).

O referencial teórico da ideia de “cidade criativa” tem como uma das fontes principais o quadro conceptual abordado no segundo capítulo a propósito da ideia de “meio criativo e inovador”, proposto por vários autores,

onde pontuam os nomes de Philippe Aydalot, Manuel Castells e o próprio Peter Hall. Daquele quadro conceptual resultava já o argumento de que não basta a existência de um meio tecnologicamente avançado para a produção de um ambiente inovador e criativo. Mais recentemente, algumas propostas teóricas tendem a afirmar o crescimento de um sector económico específico, as indústrias culturais, ou indústrias criativas, como uma condição para a emergência da “cidade criativa”.

Não restam dúvidas que aquelas tendências se inscrevem no quadro da actual *cidade em transição*, como também se demonstrou neste trabalho. Elas serão, de resto, condições necessárias à produção de um meio inovador, criativo e competitivo, no contexto da actual transição económica, como também terá ficado claro neste trabalho. Por outro lado, a aglomeração de talento, no sentido de um razoável volume de capital humano altamente qualificado, constitui também uma condição estruturante da “cidade criativa”.

Todavia, como tem vindo a ser alertado por vários estudos, e como a história da civilização urbana europeia o comprova (Hall, 2000), não bastam aqueles requisitos, para que uma cidade, ou uma região, se transforme num “meio inovador e criativo”. Outras condições parecem ser exigíveis à emergência da “cidade criativa” que, no contexto da actual transição do processo civilizacional de tipo europeu, se poderiam consubstanciar na ideia da necessidade de conciliar uma visão shumpeteriana, dominante no quadro conceptual da hipótese da “cidade criativa”, com uma visão keynesiana, frequentemente crítica da primeira. Sinteticamente, trata-se de conciliar o empreendedorismo, shumpeteriano, com o modelo social de Estado, keynesiano.

Segundo Peter Hall (2000: 644-646), as cidades mais criativas na história longa da civilização europeia, foram aquelas que conseguiram criar sinergias a partir da variação e diversidade de pessoas e actividades. Poderiam ser cidades de maior ou menor dimensão, mas eram quase todas grandes e importantes cidades cosmopolitas do seu tempo. Elas demonstraram capacidade para conglomerar pessoas com talento, provenientes dos diversos cantos dos impérios que essas cidades, então, controlavam. Mas, elas eram ainda:

cidades em transição: transição rumo a novos e inexplorados modos de organização. Nesse sentido elas eram também sociedades afectadas por uma transformação nos relacionamentos sociais, nos valores e visões do mundo [...]. Assim sendo, as cidades criativas, os meios urbanos criativos, são lugares de grande turbulência social e intelectual; não são de todo lugares acomodados. [...] As cidades criativas são, quase invariavelmente, cidades não acomodadas, instáveis [...] Características que exigem algo a que as pessoas se sintam compelidas a reagir contra. As sociedades altamente conservadoras e estáveis não serão lugares criativos; mas também não o serão as sociedades nas quais todo o sentido da ordem desapareceu. (Hall, 2000: 646).

Um exemplo paradigmático de cidade criativa, frequentemente apontado na literatura especializada, é aquele que resultou das aplicações da invenção tecnológica do cinema na Europa, às primeiras indústrias culturais nos Estados Unidos da América, tal como foi mencionado no primeiro capítulo deste livro, e como também é sublinhado por Peter Hall (2000): Hollywood. A emergência de Hollywood como meio criativo, com a reprodutibilidade que daí acabaria por advir para as múltiplas inovações tecnológicas, económicas, sociais e culturais, como também se referiu no capítulo 1, seria inviável sem o papel que nesses processos desempenharam as biografias do talento, articulando a arte, a tecnologia, e a capacidade empreendedora dos fluxos migratórios que tiveram como destino determinadas cidades norte-americanas na primeira metade do século XX (Hall, 2000: 647).

A dimensão, a densidade e a diversidade, apontadas pelos clássicos da sociologia urbana como a matriz criadora da cidade, parecem subsistir, *mutatis mutandis*, como as condições de capacitação da actual cidade em transição para lidar com os novos desafios que enfrenta. Diversos contributos têm enfatizado, mais recentemente, as economias de gama, ou variedade, a diversidade urbana, como condição *sine qua non* da vitalidade económica e social das cidades, por maioria de razão, no caso das cidades contemporâneas (ver, por exemplo: Quigley, 1998). A diversidade de estilos de vida está também subjacente à ideia de meio criativo, ou de “cidade criativa”, proposta por Florida (2002; 2003; 2005; 2008).

Todavia, a noção de diversidade, não está isenta de discussão, nem deverá constituir um adquirido conceptual, uma espécie de novo “totem sagrado” das teorias da cidade, não susceptível de questionamento (Lees, 2003b). Como recordava Hall (2000), ela pressupõe instabilidade, no sentido criativo, mas também exige uma determinada ordem capaz de organizar aquela diversidade criativa. O que neste trabalho se procurou demonstrar, foi que a nobilitação urbana tem constituído um contributo importante para a qualificação da cidade, e promoção da diversidade urbana de determinadas áreas da cidade, reduzindo a homogeneidade social nivelada por baixo que antes as caracterizava. Nessa medida, e em sentido inverso aos preconceitos ideológicos que atravessam uma boa parte da produção académica sobre aqueles processos, a nobilitação urbana revela-se um importante instrumento de promoção da revitalização da *cidade interior*. Neste aspecto, partilha-se aqui, com as necessárias adaptações ao quadro teórico de referência deste trabalho, o argumento de Hamnett (2003: 179), segundo o qual, “ou damos as boas-vindas ao retorno das classes médias à cidade central antiga, ou aceitamos a segregação de classe do passado como desejável. Não é possível reduzir a segregação de classe e simultaneamente resistir à nobilitação urbana”. O quadro argumentativo e a ilustração empírica apresentados, caminham, neste plano, em sentido inverso às recentes proposições que insistem na ideia que sustenta ser a nobilitação urbana um processo que resulta na segregação e polarização social da cidade (Atkinson, 2006; Lees, 2008).

Não obstante, como também se procurou demonstrar, a cidade de Lisboa não tende apenas para um acréscimo de diversidade, como também para a manutenção de acentuadas desigualdades urbanas, nomeadamente por via da insistência num modelo de política de habitação que não contribui para a “expulsão para a periferia das classes desprotegidas”, como previsto em certos discursos, muito menos para a sua dispersão pela cidade, como deveria, mas sim para a elevada concentração de uma população de problemática integração social. Esta não constitui, contudo, uma condição inelutável da cidade, ao invés, ela é potencialmente reversível nas opções futuras da sua governação. O incremento da diversidade, ou pluralização de estilos de vida, deve, pois, ser acompanhado de políticas activas de redução das desigualdades sociais e urbanas, que possibilitem o equilíbrio social da diversidade criativa.

É no terreno da redução das desigualdades sociais e urbanas de Lisboa, a par da revitalização das suas áreas mais antigas, que pode estar o cerne da acção política de uma estratégia para a cidade, que reforce o seu papel nos desafios que enfrenta face à incerteza e complexidade do mundo contemporâneo, recuperando da história uma vocação cosmopolita e adaptando-a ao grande repto do projecto civilizacional da modernidade, supremamente expresso por Norbert Elias, na sua derradeira obra:

Ainda não aprendemos a lidar com as óbvias contradições da nossa época. Já sabemos que os seres humanos são capazes de viver de uma maneira mais civilizada uns com os outros, mas ainda não sabemos como o fazer na nossa vida em comum ou, pelo menos, apenas esporadicamente o conseguimos. (Elias, 1989/1991).

Fontes de informação empírica citadas

Entrevistas

Guião de entrevista organizado nos seguintes tópicos:

- Caracterização do grupo doméstico do entrevistado
- Trajecto de mobilidade residencial e apropriação do habitat
- Atitudes e representações face aos consumos e estilos de vida
- Apropriação dos espaços da cidade
- Posicionamento face à sociedade e percepções do mundo

Entrevista 1: Responsável editorial de revista, 34, casada com Director-geral de empresa de comunicação, 33, sem filhos.

Entrevista 2: Directora de revista, 38, casada com Realizador e produtor de filmes publicitários, 46, dois filhos.

Entrevista 3: Produtora de espectáculos, 31, solteira, união de facto com Actor, 31, solteiro, um filho.

Entrevista 4: Filósofo, 41, casado com Escultora, 31, um filho.

Entrevista 5: Professora do ensino secundário, 37, solteira, união de facto com Professor do ensino secundário, 39, solteiro, sem filhos.

Entrevista 6: Jornalista e escritora, 34, divorciada, união de facto com Professor universitário, 37, solteiro, sem filhos.

Entrevista 7: Escritora e professora do ensino secundário, 50, divorciada, união de facto com Técnico de audiovisuais, 36, solteiro, um filho.

Entrevista 8: Designer gráfico, 39, solteiro, grupo doméstico unipessoal.

Entrevista 9: Conservadora de Arte, 24, solteira, união de facto, com Arquitecto, 37, divorciado, sem filhos.

Entrevista 10: Professor Universitário, 62, casado com Professora Universitária, 49, 2 filhos.

Entrevista 11: Quadro superior do sector financeiro, 32, casada com Quadro

superior do sector financeiro, 34, sem filhos.

Entrevista 12: Jornalista, 36, casado com Psicóloga, 31, dois filhos.

Entrevista 13: Economista e Quadro superior do sector financeiro, 36, casado com Professora do ensino secundário, 34, dois filhos.

Entrevista 14: Guionista de empresa de comunicação, 33, solteiro, grupo doméstico unipessoal.

Entrevista 15: Bolseiro de Investigação Científica, 25, solteiro, união de facto com Bolseira de Investigação Científica, 26, solteira, sem filhos.

Estatísticas nacionais

INE, *Recenseamento da População e Habitação*, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001.

INE, (2007), *Estatísticas Demográficas - 2005*.

INE, (2007), *Retrato Territorial de Portugal - 2005*.

INE, (2006), *Anuário Estatístico da Região de Lisboa - 2005*.

INE, (2007), *Anuário Estatístico da Região de Lisboa - 2006*.

Quadros de Pessoal, Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, 1983, 1985, 1991, 1993.

Estatísticas europeias

Eurostat: European Communities, 2006, *Regions: statistical yearbook 2006. Dados 2000-2004*.

Urban Audit 2006, www.urbanaudit.org/.

Telegeography, <http://www.telegeography.com>, 2006.

Outros documentos

INE (2003), *Movimentos Pendulares na Área Metropolitana de Lisboa*.

INE (2004), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2004*.

Imométrica, *Press Release, Estudo da Imométrica sobre Fluxos Migratórios de Famílias na AML*, Lisboa, 23 de Outubro de 2007.

DATAR, 2002, *Les Villes Européennes - Analyse Comparative*, Montpellier, Maison de la Géographie.

Imprensa

Reportagem sobre o bairro de Telheiras, Lisboa, *Expresso*, 12-06-1993.

Reportagem sobre os preços da habitação nova em Lisboa e no Porto, *Diário Económico*, 10 de Julho de 2008, pp. 18-21.

Entrevista ao presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, *Diário de Notícias*, 28 de Janeiro de 2007.

Referências bibliográficas

- Abu-Lughod, Janet L. (org.) (1994), *From Urban Village to East Village - The Battle for New York's Lower East Side*, Oxford, Blackwell.
- Adam, Barbara (1990), *Time and Social Theory*, Cambridge, Polity Press.
- Adam, Barbara (1995), *Timewatch: The Social Analysis of Time*, Cambridge, Polity Press.
- Albrow, Martin (1996), *The Global Age*, Cambridge, Polity Press.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado (1994), "Recomposição sócio-profissional e novos protagonismos", em Reis, António (org.), *Portugal, 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Allinson, John (2005), "Students and the urban renaissance", *Town and Country Planning*, 74, pp. 274-275.
- Amin, Ash (org.) (1994a), *Post-Fordism: a Reader*, Oxford, Blackwell.
- Amin, Ash (1994b), "Post-Fordism: Models, fantasies and phantoms of transition", em Ash Amin (org.), *Post-Fordism: a Reader*, Oxford, Blackwell, pp. 1-39.
- Amin, Ash (2006), "The good city", *Urban Studies*, 43 (5/6), pp.1009-1023.
- Appadurai, Arjun (1990), "Disjuncture and difference in the global cultural economy", *Theory, Culture & Society*, 7 (2-3), pp. 295-310.
- Ascher, François (1995), *Métapolis ou L'Avenir des Villes*, Paris, Editions Odile Jacob.
- Ascher, François (2007), "Transformações sócio-espaciais urbanas e desenvolvimento dos transportes e das telecomunicações", em Isabel Salavisa Lança, Walter Rodrigues e Sandro Mendonça (orgs.), *Inovação e Globalização - Estratégias para o Desenvolvimento Económico e Territorial*, Porto, Campo das Letras, pp. 117-133.
- Atkinson, Rowland (2000a), "Measuring gentrification and displacement in greater London", *Urban Studies*, 37 (1), pp. 149-165.
- Atkinson, Rowland (2000b), "The hidden costs of gentrification: displacement in central London", *Journal of Housing and Built Environment*, 15, pp. 307-326.
- Atkinson, Rowland (2003), Introduction: misunderstood saviour or vengeful wrecker? The many meanings and problems of gentrification", *Urban Studies*, 40 (12), pp. 2343-2350.

- Atkinson, Rowland (2004), "The evidence of the impact of gentrification: new lessons for the urban renaissance?", *European Journal of Housing Policy*, 4 (1), pp. 107-131.
- Atkinson, Rowland (2006), "Padding the bunker: strategies of middle-class disaffiliation and colonisation in the city", *Urban Studies*, 43(4), pp. 819-832.
- Atkinson, Rowland e Gary Bridge (orgs.), (2005a), *Gentrification in a Global Context: The New Urban Colonialism*, Londres, Routledge.
- Atkinson, Rowland e Gary Bridge (2005b), "Introduction" em Rowland Atkinson e Gary Bridge (orgs.), *Gentrification in a Global Context: The New Urban Colonialism*, Londres, Routledge, pp. 1-17.
- Baptista, Luís Vicente (1994), "Dominação demográfica no contexto do século XX português: Lisboa, a capital", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 15, pp.53-77.
- Baptista, Luís V. (1999), *Cidade e Habitação Social*, Oeiras, Celta.
- Bauman, Zigmunt (1988), "Sociology and postmodernity", *The Sociological Review*, 36 (4), pp.790-813.
- Bauman, Zigmunt (1998), *Work, Consumerism and the New Poor*, Buckingham, Open University Press.
- Bauman, Zigmunt (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Bauman, Zigmunt (2001), *The Individualized Society*, Oxford, Blackwell.
- Beauregard, Robert A. (1986), "The chaos and complexity of gentrification", em Neil Smith e Peter Williams (orgs.), *Gentrification of the City*, Londres: Allen & Unwin, pp. 35-55.
- Beck, Ulrich (1986,1992), *Risk Society - Towards a New Modernity*, Londres: Sage.
- Beck, Ulrich (1994), "The reinvention of politics: towards a theory of reflexive modernization", em, Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Reflexive Modernization - Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Cambridge, Polity Press, pp. 1-55.
- Beck, Ulrich (1997), *The Reinvention of Politics: Rethinking Modernity in the Global Social Order*, Cambridge, Polity Press.
- Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash (1994), *Reflexive Modernization - Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Cambridge, Polity Press.
- Beck-Gernsheim, Elisabeth (1998,2002), *Reinventing the Family: In Search of New Lifestyles*, Cambridge, Polity Press.
- Berry, Brian J.L. (1976), "The counterurbanization process: urban America since 1970", em Brian J.L. Berry (org.) *Urbanization and Counterurbanization*, Beverly Hills, CA, Sage Publications, pp.17-30.
- Berry, Brian J. L. (1985), "Islands of renewal in seas of decay", em Paul Peterson (org.), *The New Urban Reality*, Washington, DC, Brookings Institution, pp. 69-96.
- Bird, Jon, Barry Curtis, Tim Putnam, George Robertson e Lisa Tickner (orgs.), (1993), *Mapping the Futures - Local Cultures, Global Change*, Londres, Routledge.
- Bourdieu, Pierre (1972), *Esquisse d'une Théorie de la Pratique - Précédée de Trois Études d'Ethnologie Kabyle*, Genebra, Droz.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction - Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit.

- Bourne, Larry S. (1993a), "The demise of gentrification? A commentary and prospective view", *Urban Geography*, 14 (1), pp.95-107.
- Bourne, Larry S. (1993b), "The myth and reality of gentrification: a commentary on emerging urban forms", *Urban Studies*, 30 (1), pp.183-189.
- Bradley, Harriet (1996), *Fractured Identities - Changing Patterns of Inequality*, Cambridge, Polity Press.
- Brenner, Neil (1999), "Globalisation as reterritorialisation: The re-scaling of urban governance in the European Union", *Urban Studies*, 36 (3), pp. 431-451.
- Brenner, Neil (2003), "Metropolitan institutional reform and the rescaling of state space in contemporary Western Europe", *European Urban and Regional Studies*, 10 (4), pp. 297-324.
- Brenner, Neil (2004), "Urban governance and the production of new state spaces in western Europe, 1960-2000", *Review of International Political Economy*, 11 (3), pp. 447-488.
- Bridge, Gary (1994), "Gentrification, class and residence: a reappraisal", *Environment and Planning D: Society and Space*, 12, pp. 31-51.
- Bridge, Gary (2001), "Bourdieu, rational action and the time-space strategy of gentrification", *Transactions of the Institute of British Geographers*, 26, pp. 205-216.
- Bridge, Gary (2003), "Time-space trajectories in provincial gentrification", *Urban Studies*, 40 (12), pp. 2545-2556.
- Butler, Tim e Garry Robson (2003), *London Calling: The Middle Classes and the Re-making of Inner London*, Oxford, Berg.
- Buzar, Stefan, Philip Ogden, Ray Hall, Annegret Haase, Sigrun Kabisch e Annet Steinführer (2007), "Splintering urban populations: emergent landscapes of reurbanisation in four European cities", *Urban Studies*, 44 (4), pp. 651-677.
- Campbell, Colin (1995), "The Sociology of Consumption" em Daniel Miller (org.), *Acknowledging Consumption: A Review of New Studies*, Londres, Routledge, pp. 96-126.
- Castells, Manuel (1994), "European cities, the informational society and the global economy", *New Left Review*, 204, pp.18-32.
- Castells, Manuel (1996), *The Information Age: Economy, Society and Culture. Volume I, The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell.
- Cathelat, Bernard (1985), *Styles de Vie, vol. 1 - Cartes et Portraits*, Paris, Les Éditions d'Organisation.
- Cathelat, Bernard (1990), *Sócio-styles Système : Les Styles de Vie - Théorie, Méthodes, Applications*, Paris, Les Éditions d'Organisation.
- CCE (1999), *European Spatial Development Perspective: Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union (ESDP)*, Luxemburgo Office for Official Publications of the European Communities.
- Chaney, David (1996), *Lifestyles*, Londres, Routledge.
- Clark, Eric (1992), "On gaps in gentrification theory", *Housing Studies*, 7 (1), pp. 16-26.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.

- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp.4-43.
- Costa, Pedro (2007), "Globalização e competitividade territorial com base nas actividades culturais: algumas linhas estratégicas de actuação ao nível urbano-metropolitano", em Isabel Salavisa Lança, Walter Rodrigues e Sandro Mendonça (orgs.), *Inovação e Globalização: Estratégias para o Desenvolvimento Económico e Territorial*, Porto, Campo das Letras, pp. 167-190.
- Costa, Pere-Oriol, José Manuel Pérez Tornero, Fábio Tropea (1996), *Tribus urbanas - El Ánsia de Identidad Juvenil: Entre el Culto de la Imagen y la Autoafirmación através de la Violência*, Barcelona, Paidós.
- Cross, Gary (1993), *Time and Money: The Making of Consumer Culture*, Londres, Routledge.
- Cybrivsky, Roman A., David Ley e John Western (1986), "The political and social construction of revitalized neighborhoods: Society Hill, Philadelphia, and False Creek, Vancouver", em Neil Smith e Peter Williams (orgs.), *Gentrification of the City*, Londres, Allen & Unwin, pp. 92-120.
- Davis, Mike (1990), *City of Quartz - Excavating the Future in Los Angeles*, Nova Iorque, Verso.
- Douglas, Mary (1996), *Thought Styles: Critical Essays on Good Taste*, Londres, Sage.
- Dubois, Bernard (1990,1998), *Compreender o Consumidor*, 2ªed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Dura-Guimera, Antoni (2003) "Population deconcentration and social restructuring in Barcelona, a european mediterranean city", *Cities*, 20 (6), pp. 387-394.
- EEA, European Environment Agency (2006), "Urban sprawl in Europe: The ignored challenge", EEA Report, 10, Copenhagen, European Environment Agency.
- Elias, Norbert (1989,1991), *The Symbol Theory*, Londres, Sage.
- Esser, Josef e Joachim Hirsch (1994), "The crisis of Fordism and the dimensions of a 'post-fordist' regional and urban structure", em Ash Amin (org.), *Post-Fordism: a Reader*, Oxford, Blackwell, pp. 71-97.
- Featherstone, Mike (1991), *Consumer Culture and Postmodernism*, Londres, Sage.
- Ferrão, João (1995) "Meios inovadores em cidades de dimensão média, uma utopia razoável: o caso de Évora", em João Ferrão (org.), *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa.
- Ferrão, João (1998), "Red urbana, instrumento de equidad, cohesión y desarrollo", *EURE- Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, 24 (71), pp.75-90.
- Ferrão, João (2001a), "Rede urbana portuguesa: uma visão internacional (I)", *Janus* (http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_2001_1_2_10_h.html), último acesso em 13/09/2008.
- Ferrão, João (2001b), "Rede urbana portuguesa: uma visão internacional (II)", *Janus* (http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_2001_1_2_10_h.html), último acesso em 13/09/2008.

- Ferrão, João (2002a), “As regiões metropolitanas como comunidades imaginadas: da experiência quotidiana à acção estratégica”, *Porto d’Ideias. A Cidade Em Debate*, APOR - Agência para o Desenvolvimento do Porto, Porto, pp. 39-42.
- Ferrão, João (2002b), “Portugal, três geografias em recombinação”, *Lusotopie*, 2, pp. 151-158.
- Ferrão, João (2003), “Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento: Portugal 1991-2001”, *Revista de Estudos Demográficos*, 34, pp. 17-25.
- Ferreira, António Fonseca (coord.) (1990), *Usos e Apropriação do Alojamento em Telheiras*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), mimeo.
- Ferreira, Vítor Matias (1987), *A Cidade de Lisboa: De Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Dom Quixote.
- Ferreira, Vítor Sérgio (2006), *Marcas que Demarcam: Corpo, Tatuagem e Body-Piercing em Contextos Juvenis*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), (tese de doutoramento), mimeo.
- Filion, Pierre (1991), “The gentrification - social structure dialectic: a Toronto case study”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 15 (4), pp. 553-574.
- Flamm, Michael e Vincent Kaufman (2006), “Operationalising the concept of motility: a qualitative study”, *Mobilities*, 1 (2), pp. 167-189.
- Florida, Richard (2002), “The economic geography of talent”, *Annals of the Association of American Geographers*, 92 (4), pp. 743-755.
- Florida, Richard (2003), *The Rise of the Creative Class: and How it’s Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*, Nova Iorque, Basic Books.
- Florida, Richard (2005), *Cities and the Creative Class*, Nova Iorque, Routledge.
- Florida, Richard (2008), *Who’s Your City: How the Creative Economy is Making Where to Live the Most Important Decision of Your Life*, Nova Iorque, Basic Books.
- Fortuna, Carlos (org.) (1997), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta.
- Garreau, Joel (1991,1992), *Edge City: Life on the New Frontier*, 2ª edição, Nova Iorque, Anchor Books.
- Gerometta, Julia, Hartmut Häussermann e Giulia Longo (2005), “Social innovation and civil society in urban governance: strategies for an inclusive city”, *Urban Studies*, 42 (11), pp. 2007-2021.
- Giddens, Anthony (1981), *A Contemporary Critique of Historical Materialism, Vol. I, Power, Property and the State*, Londres, Macmillan.
- Giddens, Anthony (1984,1987), *La Constitution de la Société : Éléments de la Théorie de la Structuration*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Giddens, Anthony (1990,1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1994a), “Living in a Post-Traditional Society”, em, Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Reflexive Modernization - Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Oxford, Polity Press, pp. 56-109.

- Giddens, Anthony (1994b), *Beyond Left and Right: The Future of Radical Politics*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (2007), *Europe in the Global Age*, Cambridge, Polity Press.
- Glaeser, Edward L., Jed Kolko e Albert Saiz (2001), "Consumer city", *Journal of Economic Geography*, 1, pp. 27-50.
- Glaeser, Edward L. e Joshua D. Gottlieb (2006), "Urban resurgence and the consumer city", *Urban Studies*, 43, (8), pp. 1275-1299.
- Graham, Stephen (1997), "Imagining the real-time city: telecommunications, urban paradigms and the future of cities", em Sallie Westwood e John Williams (orgs.), *Imagining Cities: Scripts, Signs, Memory*, Londres, Routledge, pp.31-49.
- Graham, Stephen, e Simon Marvin (1996), *Telecommunications and the City: electronic spaces, urban places*, Londres, Routledge.
- Graham, Stephen, e Simon Marvin (2001), *Splintering Urbanism: Networked Infrastructures, Technological Mobilities, and Urban Condition*, Londres, Routledge.
- Guerra, Isabel (1991), *Changements Urbains et Modes de Vie dans la Péninsule de Setúbal (1974-1986)*, Tours, Université François Rabelais, (tese de doutoramento), mimeo.
- Guerra, Isabel (1993), "Modos de vida: novos percursos e novos conceitos", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13, pp. 59-74.
- Guerra, Isabel (1994), "As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas", *Sociedade e Território*, 20, pp. 11-16.
- Guerra, Isabel e Walter Rodrigues (1996), "Impacto social da operação integrada de desenvolvimento da Península de Setúbal - 1988 a 1992", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 22, pp.109-135.
- Guerra, Isabel (coord.), Maria João Freitas, Marielle Gros, Alda Teixeira, Dulce Moura, Paula Vieira (1999), *Diagnóstico sobre a Implementação do Programa PER nos Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*, Lisboa, Instituto Nacional de Habitação.
- Guerra, Paula (2003), "A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para uma abordagem de um objecto complexo", *Sociologia*, 13, pp. 69-119.
- Guerreiro, Maria das Dores (2000) "Conciliação entre a vida profissional e familiar - Apresentação", em Teresa Diniz (coord.), *Conciliação entre a vida profissional e a vida familiar*, Manual de Boas Práticas, nº. 4, Lisboa, Ministério do Trabalho e Solidariedade e Comissão de Coordenação do Fundo Social Europeu, pp. 5-13.
- Guerreiro, Maria das Dores (2003), "Pessoas sós: múltiplas realidades", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 31-49.
- Guerreiro, Maria D., Pereira, Inês (2007), "Women's occupational patterns and work-family arrangements: do national and organizational policies matter?" em Rosemary Crompton, Suzan Lewis, and Clare Lyonette (orgs.), *Women, Men, Work and Family in Europe*, Londres, Palgrave.
- Hall, Peter (2000), "Creative cities and economic development", *Urban Studies*, 37 (4), pp. 639-649.

- Hall, Peter (2003), "The end of the city? ' - The report of my death was an exaggeration'", *City*, 7 (2), pp. 141-152.
- Hall, Peter (2005), "Aux armes - against housing disaster", *Town and Country Planning*, 74, pp.288-290.
- Hall, Peter (2006), "The future of the European city - with special reference to the Netherlands", (<http://www.kiemnet.nl/binaries/nicis/bulk/bijeenkomsten/2006/10/tekst-lezing-hall.pdf>), ultimo acesso em 14/09/2008.
- Hamnett, Chris (1994), "Social polarization in global cities: theory and evidence", *Urban Studies*, 31 (3), pp. 401-424.
- Hamnett, Chris (2003a), *Unequal City: London in the Global Arena*, Londres, Routledge.
- Hamnett, Chris (2003b), "Gentrification and the middle-class remaking of Inner London 1961-2001", *Urban Studies*, 40 (12), pp. 2401-2426.
- Hannam, Kevin, Mimi Sheller e John Urry (2006), "Editorial: mobilities, immobilities and moorings", *Mobilities*, 1 (1), pp. 1-22.
- Hartman, Chester (1979), "Comment on 'Neighborhood revitalization and displacement: a review of the evidence'", *Journal of the American Planning Association*, 45 (4), pp. 488-491.
- Harvey, David (1989), *The Condition of Postmodernity: An Inquiry into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Blackwell.
- Harvey, David (1994), "Flexible accumulation through urbanization: reflections on 'post-modernism' in the American city", em Ash Amin (org.), *Post-Fordism: a Reader*, Oxford, Blackwell, pp. 361-386.
- Hörning, Karl H., Anette Gerhard e Matthias Michailow (1990,1995), *Time Pioneers: Flexible Working Time and New Lifestyles*, Cambridge, Polity Press.
- Jager, Michael (1986), "Class definition and the aesthetics of gentrification: Victoriana in Melbourne", em Neil Smith e Peter Williams (orgs.), *Gentrification of the City*, Londres, Allen & Unwin, pp. 78-91.
- Jameson, Fredric (1984), "Postmodernism or the cultural logic of late capitalism", *New Left Review*, 146, pp.53-92.
- Jessop, Bob (1994), "Post-Fordism and the State", em Ash Amin (org.), *Post-Fordism: a Reader*, Oxford, Blackwell, pp. 251-279.
- Jessop, Bob (1997), "The entrepreneurial city: re-imaging localities, redesigning economic governance, or restructuring capital?", em Nick Jewson e Susanne MacGregor (orgs.), *Transforming Cities: Contested Governance and New Spatial Divisions*, Londres, Routledge, pp.28-41.
- Jessop, Bob (2004), "The European Union and recent transformations in statehood", on-line publications, Department of Sociology, Lancaster University (<http://www.lancs.ac.uk/fass/sociology/papers/jessop-eu-transformations-statehood.pdf>), último acesso em 16/09/2008.
- Jewson, Nick e Susanne MacGregor (orgs.) (1997), *Transforming Cities: Contested Governance and New Spatial Divisions*, Londres, Routledge.
- Kaufman, Vincent, Manfred Max Bergman e Dominique Joye (2004), "Motility: mobility as capital", *International Journal of Urban and Regional Research*, 28 (4), pp. 745-756.

- Lança, Isabel Salavisa, Walter Rodrigues e Sandro Mendonça (orgs.), (2007), *Inovação e Globalização: estratégias para o desenvolvimento económico e territorial*, Porto, Campo das Letras.
- Landry, Charles (2000), *The Creative City - A Toolkit for Urban Innovators*, Londres, Earthscan Publications.
- Lash, Scott (1988), "Discourse or figure? Postmodernism as a 'regime of signification'", *Theory, Culture and Society*, 5, (2-3), pp.311-326.
- Lash, Scott (1993), "Reflexive modernization: the aesthetic dimension", *Theory, Culture and Society*, 10, (1), pp.1-23.
- Lash, Scott (1994), "Reflexivity and its doubles: structure, aesthetics, community", em, Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Reflexive Modernization - Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Oxford, Polity Press, pp. 110-173.
- Lash, Scott e John Urry (1987), *The End of Organized Capitalism*, Cambridge, Polity Press.
- Lash, Scott e John Urry (1994), *Economies of Signs and Space*, Londres, Sage.
- Lash, Scott e Celia Lury (2007), *Global Culture Industry: The Mediation of Things*, Cambridge, Polity Press.
- Laska, Shirley Bradway, e Daphne Spain (orgs.) (1980), *Back to the City - Issues in Neighbourhood Renovation*, Nova Iorque, Pergamon Press.
- LeGates, Richard T. e Chester Hartman (1986), "The anatomy of displacement in the United States", em Neil Smith e Peter Williams (orgs.), *Gentrification of the City*, Londres, Allen & Unwin, pp. 178-200.
- Lees, Loretta (1994a), "Rethinking gentrification: beyond the positions of economics or culture", *Progress in Human Geography*, 18 (2), pp. 137-150.
- Lees, Loretta (1994b), "Gentrification in London and New York: an atlantic gap?", *Housing Studies*, 9 (2), pp. 199-217.
- Lees, Loretta (2000), "A reappraisal of gentrification: towards a 'geography of gentrification'", *Progress in Human Geography*, 24 (3), pp. 389-408.
- Lees, Loretta (2003a), "Super-gentrification: the case of Brooklyn Heights, New York City", 40 (12), pp. 2487-2509.
- Lees, Loretta (2003b), "The ambivalence of diversity and the politics of urban renaissance: the case of youth in downtown Portland, Maine", *International Journal of Urban and Regional Research*, 27 (3), pp. 613-634.
- Lees, Loretta (2008), "Gentrification and social mixing: towards an inclusive urban renaissance?", *Urban Studies*, 45 (12), pp. 2449-2470.
- Ley, David (1986) "Alternative explanations for inner-city gentrification: a Canadian assessment", *Annals of the Association of American Geographers*, 76 (4), pp. 521-535.
- Ley, David (1994), "Gentrification and the politics of the new middle class", *Environment and Planning D: Society and Space*, 12, pp. 53-74.
- Ley, David (2003), "Artists, aestheticisation and the field of gentrification", *Urban Studies*, 40 (12), pp. 2527-2544.

- Ley, David e R. Bruce Martin (1993), "Gentrification as secularization: the status of religious belief in the post-industrial city", *Social Compass*, 40 (2), pp. 217-232.
- Lipietz, Alain (1994), "Post-fordism and democracy", em Ash Amin (org.), *Post-Fordism: a Reader*, Oxford, Blackwell, pp. 338-357.
- Lobo, Cristina (2005), "Famílias recompostas: revisitar a produção americana (1930-2000)", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 48, pp. 91-114.
- Lobo, Cristina e Cristina Palma Conceição (2003), "O recasamento em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, pp. 141-159.
- Lodziak, Conrad (2002), *The Myth of Consumerism*, Londres, Pluto Press.
- Lopes, Raul (2001), *Competitividade, Inovação e Territórios*, Oeiras, Celta Editora.
- Lury, Celia (1996), *Consumer Culture*, Cambridge, Polity Press.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Maffesoli, Michel (1990), *Aux Creux des Apparences: pour une Éthique de l'Esthétique*, Paris, Plon.
- Marcuse, Peter (1986), "Abandonment, gentrification, and displacement: the linkages in New York City", em Neil Smith e Peter Williams (orgs.), *Gentrification of the City*, London, Allen & Unwin, pp. 153-177.
- Marcuse, Peter (1989), "Dual city: a muddy metaphor for a quartered city", *International Journal of Urban and Regional Research*, 13 (4), pp.697-708.
- Markusen, Ann e Greg Schrock (2006), "The distinctive city: divergent patterns in growth, hierarchy and specialisation", *Urban Studies*, 43 (8), pp. 1301-1323.
- Massey, Doreen (1993), "Power-geometry and a progressive sense of place", em Jon Bird, Barry Curtis, Tim Putnam, George Robertson e Lisa Tickner (orgs.), *Mapping the Futures - Local Cultures, Global Change*, Londres, Routledge, pp.59-69.
- Mateus, Augusto (coord.) (2004), *Desenvolvimento Económico e Competitividade Urbana de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa (CML).
- Maycroft, Neil (2004), "Cultural consumption and the myth of life-style", *Capital and Class*, 84, pp. 61-75.
- Mayer, Margit (1994), "Post-Fordism city politics", em Ash Amin (org.), *Post-Fordism: a Reader*, Oxford, Blackwell, pp. 316-337.
- Mela, Alfredo (1996,1999), *A Sociologia das Cidades*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Meligrana, John e Andrejs Skaburskis (2005), "Extent, location and profiles of continuing gentrification in Canadian metropolitan areas, 1981-2001", *Urban Studies*, 42 (9), pp. 1569-1592.
- Mendes, Luís (2006), "A nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição sócio-espacial", *Finisterra*, XLI (81), pp. 57-82.
- Millard-Ball, Adam (2000), "Moving beyond the gentrification gaps: social change, tenure change and gap theories in Stockholm", *Urban Studies*, 37 (9), pp. 1673-1693.
- Millard-Ball, Adam (2002), "Gentrification in a residential mobility framework: social change, tenure change and chains of moves in Stockholm", *Housing Studies*, 17 (6), pp. 833-856.

- Miller, Daniel (org.) (1995), *Acknowledging Consumption: A review of new studies*, Londres, Routledge.
- Mingioni, Enzo (org.) (1996), *Urban Poverty and the Underclass*, Oxford, Blackwell.
- Mollenkopf, J e Manuel Castells (1991), *Dual City - Restructuring New York*, Nova Iorque, Russell Sage Foundation.
- Muñoz, Francesc (2003), "Lock-living: urban sprawl in Mediterranean cities", *Cities*, 20, (6), pp.381-385.
- Mulder, André (2006), "Shrinking cities: explaining (local) government response", paper apresentado na ENHR conference "Housing in an expanding Europe: theory, policy, participation and implementation" Ljubljana, Eslovénia 2 - 5 Julho de 2006.
- Nathan, Max (2005), "The wrong stuff: creative class theory, diversity and city performance", *Discussion Paper, nº1, September 2005*, Centre for Cities, www.ippr.org/centreforcities.
- Navez-Bouchanine, Françoise (org.) (2002a), *La Fragmentation en Question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale?*, Paris, L'Harmattan.
- Navez-Bouchanine, Françoise (2002b), "Emergence d'une notion : quelques repères historiques", em Françoise Navez-Bouchanine (org.), *La Fragmentation en Question: Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale ?*, Paris, L'Harmattan, pp. 19-44.
- Navez-Bouchanine, Françoise (2002c), "La Fragmentation : sources et 'définitions'", em Françoise Navez-Bouchanine (org.), *La Fragmentation en Question: Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale ?*, Paris, L'Harmattan, pp. 45-103.
- Nowotny, Helga (1989,1994), *Time: The Modern and Postmodern Experience*, Cambridge, Polity Press.
- Offe, Claus (1985), *Disorganized Capitalism*, Cambridge, Polity Press.
- Pain, Kathryn (2005), "From cities to global cities: the rise of the global city-region in the north-west Europe", Paper apresentado no XLI colloque de l'Association de Science Régionale de Langue Française: Villes et territoires face aux défis de la mondialisation, Dijon, 5, 6 e 7 de Setembro de 2005.
- Pain, Kathryn (2007a), "Core-periphery relationships in a global city-region: the case of London and south east England" *Globalization and World Cities Research Network*, Research Bulletin 220, (<http://www.lboro.ac.uk/gawc/rb/rb225.html>), último acesso em 15/09/2008.
- Pain, Kathryn (2007b), "The urban network transformation: planning city-regions in the new globalisation wave", *Globalization and World Cities Research Network*, Research Bulletin 225, (<http://www.lboro.ac.uk/gawc/rb/rb225.html>), último acesso em 15/09/2008.
- Pais, José Machado (1998), "As 'cronotopias' das práticas culturais do quotidiano", *OBS, Observatório das Actividades Culturais*, 4, pp. 7-9.
- Peck, Jamie (2005), "Struggling with the creative class", *International Journal of Urban and Regional Research*, 29, (4), pp. 740-770.
- Petsimeris, Petros (2005), "Out of squalor and towards another urban renaissance?"

- Gentrification and neighbourhood transformations in southern Europe", em Rowland Atkinson e Gary Bridge (orgs.), *Gentrification in a Global Context: The new urban colonialism*, Londres, Routledge, pp. 240-255.
- Pinto, Maria Teresa Esteves Costa (2005), *Percepção e Avaliação da Qualidade de Vida na AML: Recursos, aspirações e necessidades na construção da noção de qualidade de vida*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), (tese de doutoramento), mimeo.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.
- Quigley, John M. (1998), "Urban diversity and economic growth", *Journal of Economic Perspectives*, 12 (2), pp. 127-138.
- Raposo, Rita (2008), "Condomínios fechados em Lisboa: paradigma e paisagem", *Análise Social*, XLIII (1), pp. 109-131.
- Redfern, P. A. (2003), "What makes gentrification 'gentrification'?", *Urban Studies*, 40 (12), pp. 2351-2366.
- Remy, Jean (2002), "La fragmentation ou métamorphose de la ville" em Françoise Navez-Bouchanine (org.), *La Fragmentation en Question: Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale ?*, Paris, L'Harmattan, pp. 105-112.
- Ritzer, George (1993), *The McDonaldization of Society: An Investigation Into the Changing Character of Contemporary Social Life*, Thousand Oaks, CA, Pine Forge Press.
- Ritzer, George (1998), *The McDonaldization Thesis: Explorations and Extensions*, London, Sage.
- Ritzer, George (2005), *Enchanting a Disenchanted World: Revolutionizing the Means of Consumption*, 2ª ed., Thousand Oaks, CA, Pine Forge Press.
- Rodrigues, Walter, Isabel Esteves e Pilar Rodriguez (1989), "Alto do Lumiar: um complexo projecto de intervenção urbanística", *Sociedade e Território*, 10-11, pp.59-66.
- Rodrigues, Walter (1990), "Gentrification e emergência de novos estilos de vida na cidade", *Actas do Colóquio Viver (n) a Cidade*, Lisboa, LNEC-CET, pp.49-58.
- Rodrigues, Walter (1992a), *Retorno à cidade e emergência de novos estilos de vida - O fenómeno de 'Gentrification' como exemplificação*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica), mimeo.
- Rodrigues, Walter (1992b), "Urbanidade e novos estilos de vida", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, pp.91-107.
- Rodrigues, Walter (1993), "Urbanidade e novos estilos de vida - contributos para um debate", *Actas do 2º Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp.812-816.
- Rodrigues, Walter (1998), "Retorno ao futuro: globalização e polarização social nas cidades do século XXI", *Povos e Culturas*, 6, pp.241-249.
- Rodrigues, Walter (1999), "Globalização e gentrificação: teoria e empiria", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 29, pp. 95-125.
- Rodrigues, Walter (2005), "Planeamento e governança territorial: uma reflexão sociológica a partir do terreno", *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 10, pp. 25-34.

- Rodrigues, Walter (2007), "A cidade-região em tempo de transição: uma discussão da actual fase de globalização e governança urbana", em Isabel Salavisa Lança, Walter Rodrigues e Sandro Mendonça (orgs.), *Inovação e Globalização: Estratégias para o desenvolvimento económico e territorial*, Porto, Campo das Letras, pp. 219-247.
- Rose, Damaris (1984), "Rethinking gentrification: beyond the uneven development of marxist urban theory", *Environment and Planning D: Society and Space*, 1, pp. 47-74.
- Rose, Damaris e Paul Villeneuve (2006), "Life stages, living arrangements and lifestyles", em Trudi Bunting e Pierre Filion (orgs.), *Canadian Cities in Transition : Local through Global Perspectives*, 3ª edição, Toronto, Oxford University Press Canada, pp. 138-153.
- Rubino, Silvana (2005), "A curious blend? City revitalization, gentrification and commodification in Brazil", em Rowland Atkinson e Gary Bridge (orgs.), *Gentrification in a Global Context: The new urban colonialism*, Londres, Routledge, pp. 225-239.
- Rutherford, Jonathan, Andrew Gillespie e Ranald Richardson (2004), "The territoriality of pan-European telecommunications backbone networks", *Journal of Urban Technology*, 11, (3), pp.1-34.
- Salgueiro, Teresa Barata (1994) "Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana", *Finisterra*, XXIX (57), pp.79-101.
- Salgueiro, Teresa Barata (1997), "Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada", *Finisterra*, XXXII (63), pp. 179-190.
- Salgueiro, Teresa Barata (2001), *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Oeiras, Celta.
- Salgueiro, Teresa Barata (2002) "Desenvolvimento urbano de Lisboa", *Revista de Estudos Regionais*, pp. 7-22.
- Salgueiro, Teresa Barata (2006), "Oportunidades e transformação na cidade centro", *Finisterra*, XLI (81), pp. 9-32.
- Sassen, Saskia (1990), "Economic restructuring and the American city", *Annual Review of Sociology*, 16, pp. 465-490.
- Sassen, Saskia (1991), *The Global City*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Sassen, Saskia (1994), *Cities in a World Economy*, Thousand Oaks, CA, Pine Forge Press.
- Sassen, Saskia (1996), "Service employment regimes and the new inequality", em Enzo Mingioni (org.), *Urban Poverty and the Underclass*, Oxford, Blackwell, pp.64-82.
- Sassen, Saskia (2000a), "Territory and territoriality in the global economy", *International Sociology*, 15(2), pp.372-393.
- Sassen, Saskia (2000b), "New frontiers facing urban sociology at the millennium", *British Journal of Sociology*, 51(1), pp.143-159.
- Sassen, Saskia (2002), "Towards a sociology of information technology", *Current Sociology*, 50, (3), pp. 365-388.
- Savage, Mike, e Alan Warde (1993,2002), *Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade*, Oeiras, Celta.

- Scott, Allen J. (2000), *The Cultural Economy of Cities*, Londres, Sage.
- Scott, Allen J. (2005), "City-regions: economic motors and political actors on the global stage", (<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/APCITY/UNPAN022776.pdf>), último acesso em 12/09/2008.
- Scott, Allen J. (2006), "Creative cities: conceptual issues and policy questions," *Journal of Urban Affairs*, 28, pp. 1-17.
- Scott, John (1996), *Stratification and Power: Structures of Class, Status and Command*, Cambridge, Polity Press.
- Seixas, João (coord.) (2004), *Diagnóstico Sócio-urbanístico da cidade de Lisboa - uma perspectiva censitária* (2001), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa (CML).
- Shields, Rob (org.) (1992), *Lifestyle Shopping: The Subject of Consumption*, Londres, Routledge.
- Short, John Rennie (1996), *The Urban Order: An Introduction to Cities, Culture and Power*, Londres, Blackwell.
- Simmel, Georg (1907,2004), *The Philosophy of Money*, 3ª ed. Londres, Routledge.
- Slater, Don (1997), *Consumer Culture and Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Slater, Tom (2004a), "North American gentrification? Revanchist and emancipatory perspectives explored", *Environment and Planning A*, 36, pp.1191-1213.
- Slater, Tom (2004b), "Municipally managed gentrification in South Parkdale, Toronto", *The Canadian Geographer/Le Géographe canadien*, 48 (3), pp. 303-325.
- Slater, Tom (2006), "The eviction of critical perspectives from gentrification research", *International Journal of Urban and Regional Research*, 30(4), pp. 737-757.
- Smith, Darren P. (2005), "'Studentification': the gentrification factory?", em Rowland Atkinson e Gary Bridge (orgs.), *Gentrification in a Global Context: The new urban colonialism*, Londres, Routledge, pp. 72-89.
- Smith, Darren P. (2007), "The politics of studentification and '(un)balanced' urban populations in the United Kingdom: an update", *Working Paper*, 30 págs. (www.townsgownworld.com/images/smith_working_paper_unbalanced_nov2007.doc), último acesso em 12/09/2008.
- Smith, Neil (1979), "Toward a theory of gentrification - a back to the city movement by capital, not people", *Journal of the American Planning Association*, 45 (4), pp. 538-547.
- Smith, Neil (1986), "Gentrification, the frontier and the restructuring of urban space", em Neil Smith e Peter Williams (orgs.), *Gentrification of the City*, Londres, Allen & Unwin, pp. 15-34.
- Smith, Neil (1987), "Of yuppies and housing: gentrification, social restructuring, and the urban dream", *Environment and Planning D: Society and Space*, 5, pp. 151-172.
- Smith, Neil (1996), *The New Urban Frontier - Gentrification and the Revanchist City*, London, Routledge.
- Smith, Neil (2002), "New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy", *Antipode*, 34, pp. 427-450.
- Smith, Neil e Peter Williams (orgs.) (1986), *Gentrification of the City*, London, Allen & Unwin.

- Smith, Neil e Peter Williams (1986), "Alternatives to orthodoxy: invitation to a debate", em Neil Smith e Peter Williams (orgs.), *Gentrification of the City*, London, Allen & Unwin, pp. 1-12.
- Soja, Edward W. (1989), *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Theory*, Londres, Verso.
- Soja, Edward W. (1995), "Postmodern urbanization: The six restructurings of Los Angeles", em Sophie Watson e Katherine Gibson (orgs.), *Postmodern Cities and Spaces*, Oxford, Blackwell.
- Soja, Edward W. (1996), *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*, Oxford, Blackwell.
- Soja, Edward W. (1997), "Six Discourses on the Postmetropolis", em Sallie Westwood e John Williams, *Imagining Cities: Scripts, Signs, Memory*, Londres, Routledge, pp.19-30.
- Soja, Edward W. (2000), *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*, Oxford, Blackwell.
- Stevenson, Nick (2002), "Consumer culture, ecology and the possibility of cosmopolitan citizenship", *Consumption, Markets and Culture*, 5 (4), pp. 305-319.
- Sumka, Howard J. (1979a), "Neighborhood revitalization and displacement - a review of the evidence", *Journal of the American Planning Association*, 45 (4), pp. 480-487.
- Sumka, Howard J. (1979b), "The ideology of urban analysis - A response to Hartman", *Journal of the American Planning Association*, 45 (4), pp. 491-494.
- Sumka, Howard J. (1980), "Federal antidisplacement policy in a context of urban decline" em Shirley Bradway Laska e Daphne Spain (orgs.), *Back to the City - Issues in Neighbourhood Renovation*, Nova Iorque, Pergamon Press, 269-287.
- Swyngedouw, Erik (2005), "Governance innovation and the citizen: The Janus face of governance-beyond-the-state", *Urban Studies*, 42 (11), pp. 1991-2006.
- The Urban Task Force (1999) *Towards an Urban Renaissance*, Londres, Routledge.
- Thrift, Nigel (1996), *Spatial Formations*, Londres, Sage.
- Torres, Anália Cardoso (1996), *O Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos: Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso (2002), *Casamento em Portugal: Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Urban Task Force (2005), *Towards a Strong Urban Renaissance*, (www.urbantakforce.org), último acesso em 12/09/2008.
- Urry, John (1990), *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*, Londres, Sage.
- Urry, John (2000), "Mobile Sociology", *British Journal of Sociology*, 51 (1), pp. 185-203.
- Urry, John (2005a), "The complexity turn", *Theory, Culture & Society*, 22 (5), pp. 1-14.
- Urry, John (2005b), "The complexities of the global", *Theory, Culture & Society*, 22 (5), pp. 235-254.
- US Department of Housing and Urban Development (1999), *The state of the cities*, (<http://www.huduser.org/Publications/pdf/soc99.pdf>), último acesso em 12/09/2008.

- Valladares, Lícia (2002), "Favelas, mondialisation et fragmentation" em Françoise Navez-Bouchanine (org.), *La Fragmentation en Question: Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale ?*, Paris, L'Harmattan, pp. 209-221.
- Van Criekingen, Mathieu e Jean-Michel Decroly (2003), "Revisiting the diversity of gentrification: neighbourhood renewal process in Brussels and Montreal", *Urban Studies*, 40 (12), pp. 2451-2468.
- Vasconcelos, Pedro (2003), "Famílias complexas: tendências de evolução", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp.83-96.
- Veal, A.J. (1993), "The concept of lifestyle: a review", *Leisure Studies*, 12, pp. 233-252.
- Veal, A.J. (2000), "Leisure and Lifestyle: A review and annotated bibliography", *Online Bibliography*, 8, School of Leisure, Sport & Tourism, University of Technology, Sidney, (www.business.uts.edu.au/lst/research/bibliographies.html), último acesso em 29/09/2008).
- Wall, Karin (2003), "Famílias monoparentais", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 51-66.
- Wallerstein, Immanuel (2000), "Globalisation or the age of transition? A long-term view of the trajectory of the world-system", *International Sociology*, 15 (2), pp. 249-265.
- Watson, Sophie e Katherine Gibson (orgs.) (1995), *Postmodern Cities and Spaces*, Oxford, Blackwell.
- Warde, Alan (1997), *Consumption, Food and Taste: Culinary Antinomies and Commodity Culture*, Londres, Sage.
- Weber, Max (1922,1944), *Economia y Sociedad: Esbozo de Sociología Comprensiva*, Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- Wernick, Andrew (1990), *Promotional Culture: Advertising, Ideology and Symbolic Expression*, Londres, Sage.
- Westwood, Sallie e John Williams (orgs.) (1997), *Imagining Cities: Scripts, Signs, Memory*, Londres, Routledge.
- Wilson, William J. (1987), *The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass, and Public Policy*, Chicago, University of Chicago Press.
- Windén, Willem van, Leo van den Berg e Peter Pol (2007), "European cities in the knowledge economy: towards a typology", *Urban Studies*, 44 (3), pp. 525-549.
- Wyly, Elvin K. e Daniel J. Hammel (1999), "Islands of decay in seas of renewal: housing policy and resurgence of gentrification", *Housing Policy Debate*, 10 (4), pp. 711-771.
- Zukin, Sharon (1982a,1989), *Loft Living: Culture and Capital in Urban Change*, 2ªed. New Brunswick, N J, Rutgers University Press.
- Zukin, Sharon (1982b), "Loft living as 'historic compromise' in the urban core: the New York experience", *International Journal of Urban and Regional Research*, 6 (2), pp. 256-267.
- Zukin, Sharon (1987), "Gentrification: culture and capital in the urban core", *Annual Review of Sociology*, 13, pp. 129-147.
- Zukin, Sharon (1988), "The postmodern debate over urban form", *Theory, Culture and Society*, 5 (2-3), pp.431-446.

- Zukin, Sharon (1990), "Socio-spatial prototypes of a new organization of consumption: The role of real cultural capital", *Sociology*, 24 (1), pp. 37-56.
- Zukin, Sharon (1995), *The Cultures of Cities*, Oxford, Blackwell.
- Zukin, Sharon (1998), "Urban lifestyles: diversity and standardisation in spaces of consumption", *Urban Studies*, 35 (5-6), pp. 825-839.